

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES

ESCOLAS PÚBLICAS E PROJETOS POLÍTICOS DE BLUMENAU:
ENTRE ESCOMBROS, ESPERANÇAS E FUTUROS (1945-1964)

FLORIANÓPOLIS

2025

ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES

**PROJETOS POLÍTICOS E ESCOLAS PÚBLICAS DE BLUMENAU:
ENTRE ESCOMBROS, ESPERANÇAS E FUTUROS (1945-1964)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva.

FLORIANÓPOLIS
2025

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Universitária Udesc,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Neves, Anne Caroline Peixer Abreu
Escola públicas e projetos políticos de Blumenau : entre
escombros, esperanças e futuros (1945-1964) / Anne Caroline Peixer
Abreu Neves. -- 2025.
322 p.

Orientadora: Cristiani Bereta da Silva
Tese (doutorado) -- Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2025.

1. Blumenau. 2. História Política. 3. Escolas Públicas. 4.
Políticas de Nacionalização. 5. Período Democrático. I. Silva,
Cristiani Bereta da. II. Universidade do Estado de Santa Catarina,
Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de
Pós-Graduação em História. III. Título.

ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES
PROJETOS POLÍTICOS E ESCOLAS PÚBLICAS DE BLUMENAU:
ENTRE ESCOMBROS, ESPERANÇAS E FUTUROS (1945-1965)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em História.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristiani Bereta da Silva – Orientadora
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membros:

Profa. Dra. Patrícia Weiduschadt
Universidade Federal de Pelotas

Profa. Dra. Clarícia Otto
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Dra. Luciana Rossato
Universidade do Estado de Santa Catarina

Profa. Dra. Silvia Maria Fávero Arend
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 28 de julho de 2025.

Dedico esse trabalho para minhas amadas
filhas, Livia e Alane. Vocês percorreram
comigo esse caminho. Vencemos!

AGRADECIMENTOS

Começo essa escrita de agradecimentos em uma tarde fria e ensolarada do mês de junho de 2025. É o intervalo entre as aulas na Escola de Educação Básica Professor João Widemann e estou no banco do refeitório observando o movimento dos/as estudantes. Lembrei da conversa com o diretor Cornélio em 2017 quando comuniquei que seria necessário reduzir a quantidade de aulas naquele ano letivo, para iniciar os preparativos do projeto de Mestrado. A partir daquela decisão de retomar os estudos, minha vida não seria mais a mesma tanto na dimensão pessoal devido as alterações das rotinas e deslocamentos sistemáticos para Florianópolis quanto pelo impacto que as discussões do Tempo Presente teriam sobre minha compreensão da História.

Assim como comecei, encerro na mesma escola o percurso de oito anos ininterruptos na Pós-Graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina, com a certeza de que foi acertada a decisão de assumir esse compromisso, especialmente porque fui acompanhada nesses anos pela orientação da Cristiani ou de maneira mais formal, a professora doutora Cristiani Bereta da Silva. Uma profissional competente, referência como historiadora, mas também um ser humano incrível, que sempre respeitou minhas demandas de professora pesquisadora, além de mãe. A Cristiani soube afirmar seus posicionamentos sem deixar de expressar sensibilidade, mesmo em momentos cruciais para o andamento da pesquisa, com os limites dos prazos institucionais, apontou caminhos e trouxe leveza para minhas aflições. Jamais esquecerei sua fala assertiva: “uma vida acontece em quatro anos de doutorado”. Sim, Cristiani, a vida seguiu e em alguns momentos de forma implacável, mas você soube ser acolhimento.

Entre tantos desafios durante o doutorado, iniciado no segundo semestre de 2019, impossível não lembrar da pandemia do coronavírus, quando mais de 700 mil pessoas perderam a vida no Brasil a partir de março de 2020, muitas delas devido a política desastrosa praticada pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, que sabotou as recomendações científicas para o isolamento social e atrasou a compra de vacinas. Diante dessa tragédia, como professora, estudante e mãe de duas crianças em idade escolar, precisei lidar com outro formato de educação por meio de plataformas digitais, o que significou terminar as disciplinas obrigatórias e optativas do doutorado de forma remota. Nesse período, tive a oportunidade de aprender ainda mais com as professoras Cristiani Bereta da Silva, Silvia Maria Fávero Arend e Nucia Silva de Oliveira, todas empenhadas em proporcionar aulas dialogadas e provocativas, apesar das adaptações necessárias perante aquele cenário desafiador.

As aulas presenciais, aconteceram apenas no primeiro semestre do curso (2019/2) e permitiram aprender com a professora Cristiani e Silva, além do professor Rogério Rosa

Rodrigues, que ministrou a disciplina *História, Narrativas e Imagens*, apresentando conhecimentos que atravessaram de forma sensível minhas percepções sobre a História. Para esses/as professores/as que de forma comprometida construíram comigo nessa trajetória, incluindo todos/as os/as outros/as professores/as do Programa de Pós-Graduação em História, gratidão por tanto.

Agradeço também as professoras da banca de qualificação, Luciana Rossato (UDESC) e Clarícia Otto (UFSC), ambas com contribuições importantes e propositivas para o reposicionamento do trabalho. Seus apontamentos na defesa da tese serão fundamentais para os ajustes finais. Manifesto ainda meus agradecimentos para as outras professoras que irão completar a banca de defesa acrescentando seus conhecimentos, Silvia Maria Fávero Arend (UDESC) e Patrícia Weiduschadt (UFPel), essa última professora, aceitando o convite mesmo sem ter acompanhado a pesquisa.

Aos colegas do Laboratório de Ensino de História (LEH) que estiveram comigo em diferentes circunstâncias, em encontros muito enriquecedores e potentes, cercados por risadas ou choros, mas sempre manifestando acolhimento perante as dificuldades, sigo sentindo falta dos diálogos. Aproveito para registrar a importância dos momentos de interação nas aulas com os/as colegas de turma, motivados pelas trocas de ideias e demandas acadêmicas.

Para os profissionais dos arquivos públicos consultados, em âmbito municipal Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS) e estadual Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) e Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), destaco meu apreço pelo atendimento, evidenciando o valor do acesso aos documentos, sem os quais não poderia ter sido produzida essa tese, fartamente fundamentada em fontes históricas.

Ainda é importante agradecer a parceria da Rafaela Vorpapel Steyer, uma jovem historiadora que contribuiu com os aspectos técnicos da pesquisa, sempre disposta a responder uma pergunta, conversar em algum horário. Estabelecemos uma parceria que já se estendeu para outros projetos e espero que tenha vida longa.

Fora do campo acadêmico e profissional, alguns agradecimentos e lamentos precisam ser ditos, a começar pelas mulheres que considero amigas Daiane, Érica e Teresinha. Em muitos momentos nossos encontros foram um bálsamo e me permitiram ocupar um outro papel, o de amiga, mesmo com todas as restrições que a escrita da tese e problemas familiares impuseram no último ano.

Agradeço a minha mãe Adelina, que foi rede de apoio para os cuidados das netas. Sem a sua contribuição não teria sido possível iniciar os estudos em 2017. Como uma mulher idosa, estive com sua saúde debilitada em 2024, por dias entre a vida e morte, vivenciamos

experiências como mãe e filha que nunca mais serão esquecidas. Ela resistiu e sua presença é motivo de gratidão.

Ao meu marido Dioneu, que acompanhou todo esse percurso, agradeço o cuidado redobrado com nossas filhas, os momentos de compreensão devido as demandas de estudos e as muitas ausências nas atividades familiares. Seu envolvimento foi valoroso, apesar das dificuldades terem sido imensas.

Termino essa escrita expressando meu amor por minhas filhas, a gratidão por suas presenças e deixando registrado um pedido de desculpas. Foram muitos momentos de ausências, quando apenas era possível dedicar tempo para manter suas necessidades básicas com a alimentação, os uniformes, os lanches escolares. Não foram poucas vezes que precisei dizer “agora não posso”. A Lívia, hoje com 16 anos, acompanhou todo o processo com maior entendimento, é a minha leitora, estudiosa e crítica com as coisas do mundo. A Alane, com 10 anos, cresceu me vendo no escritório, trazendo seus desenhos coloridos para que fossem apreciados, tendo a arte como companheira.

Que todo meu esforço seja lembrado por vocês com orgulho. Estou prestes a dizer, “agora eu posso”.

“Em tempos de luta entre os guardiões do poder e os guardiões da verdade, a evidência histórica se torna uma arma profética.” (Buck-Morss, 2018, p. 17)

“Os historiadores (e, de outra maneira, também os poetas) têm como ofício alguma coisa que é parte da vida de todos: destrinchar o entrelaçamento de verdadeiro, falso e fictício que é a trama do nosso estar no mundo.” (Ginzburg, 2007, p. 14)

RESUMO

A tese que esse estudo defende consiste em reconhecer as escolas públicas inauguradas em Blumenau entre 1945 e 1964 como instituições instrumentalizadas por intencionalidades políticas de caráter étnico, manifestadas pelas escolhas dos seus nomes homenageando imigrantes alemães ou descendentes, no tempo em que as liberdades democráticas permitiram demonstrar os incômodos diante dos efeitos da política de nacionalização atuante no governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Nesse tempo de experiências democráticas, 12 escolas públicas foram identificadas com denominações de caráter étnico, monumentalizadas pela via da memória, que presentificava os escombros dos tempos passados, da nacionalização e da colonização, sobrepostos para trazer sustentação aos propósitos de enaltecer pela via do progresso, a Blumenau do futuro. A escolarização em Blumenau foi compreendida pelas lideranças locais e os agentes do Estado por seu capital político e cultural capaz de orientar as comunidades onde as escolas particulares, organizadas pelas Associações Escolares, estavam instaladas em muitos casos desde o século XIX. Expressavam princípios étnicos, atrelados a manutenção da comunidade imaginada pela coesão das referências em comum dos antepassados de origem alemã. Esses laços culturais geracionais não deixaram de ser questionados no território brasileiro por meio de duas políticas de nacionalização, desencadeadas a partir do início do século XX, que com suas diferenças passaram a intervir nas escolas tanto particulares quanto públicas. Esse movimento intervencionista estatal provocou alterações graduais na estrutura escolar de Blumenau, iniciando com as escolas subvencionadas pelo Estado, depois as escolas municipais, o que ocasionou a formação de uma rede escolar pública. Todo esse processo foi marcado por embates entre o governo do Estado e os grupos políticos do município, que emitiram leituras distintas sobre as demandas étnicas e por isso também tiveram seus enfrentamentos, inclusive após o término da ditadura do Estado Novo em 1945. Essas análises foram amparadas em um amplo conjunto documental, com fontes de naturezas distintas, entre elas relatórios administrativos, periódicos, legislações, processos judiciais e a documentação escolar institucional como ofícios, pareceres, atas, relatórios de inspetoria e outros. As temporalidades analisadas em sobreposição, permitiram compreender que o futuro passado foi constituído pela relação entre os anúncios do novo e as sobrevivências do velho, capazes de emitir sentidos na escolarização de Blumenau.

Palavras-chave: Blumenau; História Política; Escolas Públicas; Política de Nacionalização; Período Democrático.

ABSTRACT

The thesis defended by this study is to recognize the public schools opened in Blumenau between 1945 and 1964 as institutions instrumentalized by ethnic political intentions, manifested in the choice of their names honoring German immigrants or their descendants, at a time when democratic freedoms allowed for the manifestation of discomfort with the effects of the nationalization policy in effect during the Getúlio Vargas administration (1930-1945). During this period of democratic experiments, 12 public schools were identified with ethnic names, monumentalized through memory, which resurfaced the debris of past times, of nationalization and colonization, superimposed to support the purpose of exalting, through progress, the Blumenau of the future. Schooling in Blumenau was understood by local leaders and state agents for its political and cultural capital, capable of guiding the communities where private schools, organized by School Associations, had been established in many cases since the 19th century. They expressed ethnic principles, tied to the maintenance of the community imagined through the cohesion of shared references from ancestors of German origin. These generational cultural ties were constantly challenged in Brazil by two nationalization policies, launched in the early 20th century, which, with their differences, began to intervene in both private and public schools. This state interventionist movement brought about gradual changes in the educational structure of Blumenau, beginning with state-subsidized schools, then municipal schools, which led to the formation of a public school system. This entire process was marked by clashes between the state government and the municipality's political groups, which offered different interpretations of ethnic demands and, therefore, also clashed, even after the end of the Estado Novo dictatorship in 1945. These analyses were supported by a broad set of documents, with sources of various natures, including administrative reports, periodicals, legislation, court proceedings, and institutional school documentation such as official letters, opinions, minutes, inspection reports, and others. The overlapping temporalities analyzed allowed us to understand that the past future was constituted by the relationship between the announcements of the new and the survivals of the old, capable of imbuing meaning in Blumenau's schooling.

Keywords: Blumenau; Political History; Public Schools; Nationalization Policy; Democratic Period.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Professor, esposa e alunos/as na Escola Particular Ilse Neisse	54
Figura 2 - Escola Particular Badenfurt em Blumenau	56
Figura 3 - Modelo de ocupação territorial organizado na Colônia Blumenau	58
Figura 4 - Escola Municipal Professor Fernando Ostermann, 1954	93
Figura 5 - Mapa dos terrenos doados ao Estado de Santa Catarina pela Prefeitura Municipal de Blumenau e Associação/Comunidade Escolar de Itoupava Norte	97
Figura 6 - Termo de Visita na Escola Estadual Passo Manso	138
Figura 7 - Mapa representando a extensão territorial do município antes e depois dos desmembramentos em 1934	144
Figura 8 - Capa da revista <i>O Cruzeiro</i> com fotografia de Blumenau	218
Figura 9 - Fotografia atribuída a Escola Pública Norma Ribas Pessoa	234
Figura 10 - Edifício do Grupo Escolar Adolfo Konder inaugurado em 1953	248
Figura 11 - Melhoramentos na edificação da Escola Municipal Dr. Blumenau, 1953	254
Figura 12 - A inauguração do Grupo Escolar Professor Carlos Techentin, 1955	276

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Lista das doze escolas públicas inauguradas entre 1945 e 1964	20
Quadro 2 - Matrículas nas Escolas Estaduais instaladas no antigo edifício da Escola Particular Duque de Caxias em 1941	232
Quadro 3 - Escolas públicas com nomes de caráter étnico inauguradas em Blumenau durante o período democrático	268

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIB - Ação Integralista Brasileira

AHJFS - Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

CNE - Cruzada Nacional de Educação

DOPS - Delegacia da Ordem Política e Social

EME - Estado Maior do Exército

IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal

OFM - Ordem dos Frades Menores

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PLC - Partido Liberal Catarinense

PRC - Partido Republicano Catarinense

PRP - Partido de Representação Popular

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RM - Regimento Militar

UDN - União Democrática Nacional

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 ESCOLARIZAÇÃO EM BLUMENAU NA FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO	41
2.1 AS ESCOLAS PARTICULARES E SEU CARÁTER ÉTNICO	41
2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICULARES INSERIDAS NO IDEAL DE FORMAÇÃO DE BLUMENAU	50
2.3 AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES E SEUS PROPÓSITOS POLÍTICOS	60
2.4 OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ESCOLAS PARTICULARES	80
3 INTERVENÇÕES PÚBLICAS NA ESCOLARIZAÇÃO EM BLUMENAU COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA	96
3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA SUBVENCIONADA	96
3.2 OS AGENTES DO ESTADO EM BLUMENAU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA SUBVENCIONADA	114
3.3 OS TENSIONAMENTOS PROVOCADOS PELA NACIONALIZAÇÃO NAS ESCOLAS PARTICULARES E SUBVENCIONADAS	129
3.4 AS ESCOLAS DE CARÁTER PÚBLICO MUNICIPAL: SUAS INTERLOCUÇÕES COM OUTROS PODERES ESTATAIS E AS COMUNIDADES ESCOLARES	140
4 PROJETOS POLÍTICOS PARA BLUMENAU: ENTRE A NACIONALIZAÇÃO E A DESNACIONALIZAÇÃO	161
4.1 AS ESCOLAS PÚBLICAS TENSIONADAS PELA DESNACIONALIZAÇÃO	161
4.2 OS PROJETOS CONCORRENTES DE NACIONALIZAÇÃO NA DÉCADA DE 1930 E 1940 E AS ACUSAÇÕES DE DESNACIONALIZAÇÃO: O CASO DO INTEGRALISMO	190
4.3 UM MUNICÍPIO A SER DESNACIONALIZADO OU TENTATIVAS DE CONTROLE DA NACIONALIZAÇÃO COM OUTROS SENTIDOS POLÍTICOS NO PERÍODO DE EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS	201
4.4 AS DIFERENTES FORMAS DE VISIBILIDADE DE BLUMENAU NO CENÁRIO NACIONAL APÓS O ESTADO NOVO: ENTRE FESTEJOS E DENÚNCIAS	216
5. ESCOLAS-ESCOMBROS EM BLUMENAU: ANÚNCIOS DE FUTUROS PASSADOS EM TEMPOS DEMOCRÁTICOS	229
5.1 OS ARRANJOS POLÍTICOS QUE EMITEM SENTIDOS PARA UMA ESCOLA PÚBLICA	229

5.2 A POLÍTICA DOS ESCOMBROS COMO GARANTIA DO FUTURO DE BLUMENAU	249
5.3 A MONUMENTALIZAÇÃO DOS NOMES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: TEMPORALIDADES EM SOBREPOSIÇÃO	266
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	293
REFERÊNCIAS	299

1 INTRODUÇÃO

“O passado não está ‘atrás’ ou longe de nós: ele está junto, ‘dentro’ e, paradoxalmente, próximo a nós, justamente por ter passado. Ele deixa marcas, imagens, sons, enfim, deixa uma herança que não pode e nem deve ser esquecida.”

(Gomes, 2013, p. 23)

O município de Blumenau, inserido na região do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, viveu o período de experiências democráticas, entre os anos de 1945 e 1964, anunciando seu progresso performado pelos discursos de desenvolvimento urbano, exemplificado nas construções das pontes de concreto armado, na ampliação e calçamento das ruas, nas inovações do sistema de saneamento básico, nos avanços da industrialização. Esse também foi o tom que embalou as comemorações do Centenário de fundação de Blumenau, em 2 de setembro de 1950, cercado por eventos que duraram vários dias e tiveram uma função pedagógica, expressar de forma contundente o entrelaçamento do futuro com o passado. Com essa perspectiva, os resultados do progresso foram legitimados, especialmente aquele atrelado ao tempo da colonização, promovida pelos imigrantes alemães destacados pelo pioneirismo e as contribuições civilizatórias.

O trabalho de memória, no diálogo com Paul Ricoeur (2007), aquele que é realizado intencionalmente, foi intenso e demandou o envolvimento de vários segmentos da sociedade, ambos direcionados para revitalizar sentidos ao passado pela via da memória, provocando lembranças capazes de fomentar noções de pertencimento, inclusive, com o intenso auxílio da escola. Ao analisar junto com Cristiani Bereta da Silva (2024) os jornais escolares de Blumenau alusivos a setembro de 1950, observei que em algumas escolas o Centenário foi referenciado e, em comum os periódicos apresentavam a leitura a partir do passado colonial. A perspectiva era de que a herança deixada para a população deveria ser honrada porque se tratava de um legado considerado de muitas dificuldades, mas também de resiliência e trabalho, qualificadores atribuídos aos imigrantes alemães e seus descendentes. Com destaque emergiu a figura do fundador da Colônia, Hermann Bruno Otto Blumenau, capitaneando o ideal colonizador a partir de 1850, que simbolizava a chegada dos alemães como benéfica para o Brasil, sem evidenciar as necessidades materiais que pressionaram para os deslocamentos de centenas de pessoas que saíram da região conhecida como Alemanha em busca de melhores condições de vida no século XIX. Assim, mais “uma geração estava sendo educada para definir Blumenau como uma terra exemplar, onde o passado havia deixado marcas que deveriam motivar orgulho e estimular o

desempenho de todos os moradores”, intencionando a continuidade do legado dos pioneiros, “agora em nome do progresso” (Neves; Silva, 2024, p. 12).

Os preparativos para o Centenário tomaram conta da cidade em 1950, mas iniciaram anos antes, com a definição da comissão e o levantamento de recursos financeiros. Muitas foram as movimentações organizadas na esfera pública, mas também privada, pelas lideranças políticas e econômicas, interessadas primordialmente em demarcar a exaltação da imigração alemã, maioria étnica que constituiu a Colônia Blumenau (1850-1883). Vários colonizadores foram descritos como “heróis”, com destaque para o fundador, considerados desbravadores da natureza, repleta de desafios perante a grande vegetação, os animais e os “bugres”, como foram chamados os indígenas Laklãnõ, ambos avaliados como selvagens que precisavam ser removidos do território ou “domesticados”. Os primeiros anos do século XX também receberam atenção nos desfiles, tratado como um período de maior estabilidade e desenvolvimento devido as conquistas até então alcançadas, mesmo a cidade tendo vivenciado restrições, inclusive de interesse nacionalizador, relacionadas a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial contra o Império Alemão. Entretanto, o silêncio atrelado ao período do governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e seus efeitos para Blumenau deixou ecos, sinalizando para um esquecimento que fazia parte da programação.

A modernidade propagada nas comemorações e durante todo o tempo de experiências democráticas, incluiu as inaugurações das doze escolas públicas entre 1949 e 1964, com o progresso evidenciado por seus edifícios novos ou reformados, as instalações como salas de aulas amplas e arejadas, banheiros, cozinha, água potável, além de outros atributos. Por vezes, a localidade ou até o bairro, concepção geográfica de cunho reformista mobilizada no município a partir da década de 1950, era apontado como um lugar progressista devido a presença de comércios ou indústrias, demarcando cada vez mais a separação entre o urbano e o rural. A cada inauguração das escolas, cerimônias foram realizadas com a presença de autoridades locais que incluíam vereadores, lideranças comunitárias, representantes do governo estadual, por vezes com a presença do próprio governador. A imprensa noticiou alguns desses acontecimentos com entusiasmo e dependendo da tendência do jornal, alguns grupos políticos ficavam mais evidenciados do que outros.

Eram afirmações que ressaltavam a manifestação do moderno em Blumenau, mas que não deixaram de estar atreladas ao antigo, por meio dos nomes homenageados para identificar essas escolas públicas, algumas delas também posicionadas como heranças do tempo da colonização. No momento das inaugurações, apareceram rastros sobre a trajetória dessas escolas, que nem sempre estiveram atreladas ao domínio público estadual ou municipal,

iniciando suas atividades como escolas particulares e em certos casos fundadas ainda no século XIX, caso do Grupo Escolar João Widemann.

O primeiro contato que estabeleci com essa discussão foi com a pesquisa de Mestrado, defendida em 2019, quando conclui que a Escola de Educação Básica Professor João Widemann, onde atuo como professora efetiva de História desde 2014, tinha recebido essa denominação em 1957 como forma de monumentalizar o professor e imigrante alemão, oficializando na cena pública a memória do sujeito, mas também do grupo étnico no qual estava inserido. Compartilho com Raphael Samuel (1990, p. 220) o entendimento que é possível encontrar a história local “dobrando a esquina e descendo a rua”. No meu caso, desde 2005 circulando nos espaços de diferentes escolas, com retratos e placas na área da entrada, nomes de pessoas gravados em cima de portas para identificar salas de aula, peças de mobiliários escolares característicos de algum período, que ainda ocupam lugares mesmo sem muita função na dinâmica escolar da atualidade. Elementos da materialidade que compõem a cultura escolar como marcas dos tempos que recebem significados distintos, na maioria das vezes sem análises historiográficas (Escolano Benito, 2017). No ano de 2017, o início da pesquisa partia dos preparativos para a comemoração do que a comunidade escolar compreendia como os 60 anos daquela escola estadual, demarcado com a inauguração do Grupo Escolar, em dezembro de 1957. Considerei como hipótese, que foi confirmada, que a escola era muito mais antiga e, portanto, tinha uma trajetória constituída por camadas de temporalidades, que por algum motivo tinham sido obliteradas na memória histórica. Foi em busca desses motivos que comecei uma “operação de estranhamento e desfamiliarização”, nas palavras de Elias Thomé Saliba (2015, p. 323), que encaminhou a investigação para os passados da instituição escolar e permitiu que reconhecesse uma tendência e não apenas um caso isolado¹.

Havia reconhecido um fio, na perspectiva de Georges Didi-Hubermann (2019), o “fio do tempo”, que não está sempre esticado, mas pode assumir diferentes formas como o emaranhado de um novelo. Um fio que ao continuar a ser rastreado no Doutorado², iniciado em 2019, demonstrou entrelaçar várias escolas públicas de Blumenau após 1945. Indagações surgiram para fundamentar o percurso da pesquisa. Entre aquelas que foram centrais estavam o quanto o nome de uma escola pode carregar de restos do passado? E quando esse nome

¹ As investigações em torno dos significados para escolha desse nome, resultaram na Dissertação de Mestrado intitulada *Memórias Ressentidas: Escola Pública de Itoupava Norte substituída pelo Grupo Escolar Professor João Widemann (Blumenau, 1930-1950)*, orientada pela professora Cristiani Bereta da Silva e defendida em junho de 2019, neste Programa (PPGH-Udesc).

² Essa pesquisa de Doutorado é vinculada ao Laboratório de Ensino de História (LEH-Udesc), que reúne outras pesquisas com recebimento de financiamentos do CNPq/Udesc e conta com o apoio da Fapesc quanto à infraestrutura dos grupos de pesquisa da Udesc.

identifica alguém, pode ir além de sua dimensão individual e ser um signo para uma demanda ou propósito coletivo? Apesar da construção de um novo edifício ou de reformas modernizadoras, a escolha de um nome pode anunciar experiências fragmentadas de presenças passadas ou ainda referenciar futuros passados? Como maior evidência estavam os nomes demarcados para as doze escolas públicas no período de liberdades democráticas, todos eles sugerindo terem em comum o caráter étnico, aparentemente manifestado pelas permanências e rupturas na relação dos tempos. Os indicativos eram de que as experiências com a política de nacionalização e seus atravessamentos na escolarização de Blumenau, durante o governo de Getúlio Vargas, tinham sido ressignificadas nos anos seguintes de democracia e obliterado as referências étnicas nos espaços públicos. Entre a ditadura varguista encerrada em 1945 e a próxima ditadura iniciada em março de 1964, dessa vez de fundamento civil-militar, o recorte temporal dessa pesquisa está situado, reconhecendo que as temporalidades não estão inertes e as demarcações cronológicas não impõem rigidez para as análises que caracterizam essa tese que apresento nesse momento.

Quadro 1. Lista das doze escolas públicas inauguradas entre 1945 e 1964

Novas denominações das escolas públicas	Localidade	Ano de inauguração
Escola Municipal Dr. Blumenau	Garcia (margem direita)	1949
Escola Municipal Professor Rodolfo Hollenweger	Testo Salto	1949
Grupo Escolar Emílio Baumgart	Itoupava Central	1951
Escola Municipal Alberto Stein	Velha (Velha-Ribeirão)	1952
Grupo Escolar Adolpho Konder	Velha	1953
Escola Municipal Fernando Ostermann	Boa Vista	1954
Grupo Escolar Cel. Pedro Christiano Feddersen	Vila Itoupava	1954
Grupo Escolar Professor Carlos Techentin	Passo Manso	1955
Grupo Escolar Professor João Widemann	Itoupava Norte	1957
Grupo Escolar Hercílio Deeke	Velha Central	1960
Grupo Escolar Professor Heriberto Joseph Müller	Fortaleza	1963
Escola Municipal Lauro Müller	Badenfurt	1964

Fonte: Elaboração da autora.

Toda a trama para compor a narrativa histórica precisou ser alinhavada por outras percepções sobre as temporalidades, rejeitando concepções que impõem fronteiras, afirmadas como intransponíveis, para o alinhamento considerado progressivo entre passado, presente e futuro. Nesse estudo, os tempos foram entendidos como imbricados em uma dinâmica de sobreposições, que não se configura pelo acaso, nem mesmo pode ser considerado natural. As abordagens da História do Tempo Presente permitiram mobilizar ferramentas analíticas capazes de compreender como as temporalidades estão em articulação, na chave de leitura dos estratos do tempo, do historiador Reinhart Koselleck (2014). Essa perspectiva, reconhece a forma como as singularidades se apresentam para contornar o novo e as repetibilidades se sustentam para assegurar a continuidade do antigo, concepção que estrutura as camadas do tempo por meio de um movimento de forças que fundamenta a história, na busca pelas permanências e rupturas.

Reconhecer esses entrelaçamentos em camadas de tempos empilhadas e aquilo que sobrevive, trazendo para o diálogo Susan Buck-Morss (2018) e Georges Didi-Huberman (2017), respectivamente, possibilitou identificar as escolas de Blumenau como organizações educativas que estavam na fronteira com o político, considerando os arranjos com a elite política local e suas interlocuções com as esferas do poder estadual e nacional. Novamente como uma tese que se inscreve no campo epistemológico do Tempo Presente, atrelada as discussões mobilizadas pela linha de pesquisa Culturas Políticas e Sociabilidades, os olhares sobre a história política validam a noção de alargamento sobre o entendimento do político. As concepções elaboradas por René Rémond (2003, p. 444), possibilitaram responder a indagação reflexiva e provocativa do próprio historiador, contribuindo para os caminhos que esta pesquisa percorre. “Seriam então a escola e a família sociedades políticas, e os conflitos de que são teatro conflitos políticos?” Reconheço que sim, pois em Blumenau as escolas foram acionadas como instrumentos para o fazer político em diferentes momentos da sua história.

Nessa renovação do campo da história política, os elementos da cultura adquiriram relevância, considerando que o político não pode ser entendido nem como um espectro que tudo ronda e essencialmente comanda, soberano da condição humana, nem como um elemento a ser extraído puramente dos acontecimentos ou ainda como caminho absoluto. Na relação com o campo da educação, ficam configuradas outras possibilidades de compreensão das articulações políticas e culturais. Essa chave de análise foi durante muito tempo negligenciada por várias pesquisas históricas porque a educação e a escola foram estudos marginalizados quando se tratava de investigar a política. Por vezes, considerados incapazes de lançar feixes de luz em movimentos que envolviam articulações de poder na esfera pública.

No caso de Blumenau, não existem estudos que analisem as escolas e, algumas poucas ponderações fragmentadas, inclusive, produzidas pela historiografia, foram direcionadas para o período da nacionalização nas décadas de 1930 e 1940, porém, invisibilizando o fazer político. Talvez porque o enfoque que ainda predomina tenha sido o da nacionalização do ensino, associada a uma perspectiva pedagógica, que privilegia as questões linguísticas, no que diz respeito a imposição do ensino e aprendizagem da língua portuguesa nas escolas, que por décadas ensinavam em alemão. Frequentemente nesses estudos, discursos ou memórias, predominavam a perspectiva que vitimiza os grupos étnicos alemães, para posteriormente apresentar as práticas de superação, culminando com a glorificação dos antepassados que enfrentaram desafios e não desistiram. Nesse sentido, desconsiderei a noção de nacionalização do ensino porque analisei que seu uso foi historicizado para um tipo de entendimento limitado sobre cultura escolar, que acabou afastando a dimensão política. Como se introduzir o português no currículo e na prática das escolas fosse um procedimento estritamente relacionado a aquisição da capacidade do uso de outra língua, sem vínculos mais profundos com condições de expressão de poder. Por isso, compreendo que o campo da escolarização e, portanto, a escola, teve participação ativa nos processos políticos em Blumenau, demandando abandonar a visão de passividade que ficou marcada em sua história da educação. As políticas de nacionalização, especialmente aquela promovida no governo de Getúlio Vargas, impactaram profundamente as trajetórias das escolas no município, não sem que negociações e variadas formas de embates fossem manifestadas, por vezes, com elementos de singularidade que diferem as experiências entre essas escolas.

As centenas de escolas particulares ou por muitos reconhecidas como “escolas alemãs”, porque além do uso língua alemã tanto na fala quanto na escrita, utilizava materiais didáticos e fundamentos educacionais provenientes ou referenciados da Alemanha devido os interesses em conservar os vínculos étnicos, foram criadas em Blumenau desde o início do processo de colonização no século XIX. Progressivamente espalhadas por distintas localidades do amplo território, inicialmente organizado como Colônia a partir de 1850 e após 1883 elevado à categoria de município, funcionavam como articuladoras decisivas das relações comunitárias e interlocutoras das demandas políticas que nem sempre tinham relação direta com a educação. Fundadas e mantidas quase todas por iniciativas de grupos de moradores reunidos em Associações Escolares, com ou sem a participação formal da Igreja Evangélica Luterana e da Igreja Católica, receberam em alguns casos, recursos públicos módicos, encaminhados de forma pouco regular pelos poderes governamentais. Essa configuração se manteve minimamente alterada até o primeiro movimento de nacionalização, implementado no

município em 1917, levando ao fechamento de todas as escolas em Blumenau devido o ensino na língua alemã. As atividades escolares apenas poderiam ser retomadas perante a comprovação do ensino do idioma nacional, o que foi um problema. Nesse momento, os arranjos entre os governos estadual e federal formalizaram, com o amparo da legislação, a categoria de escolas subvencionadas, aquelas que recebiam algum tipo de subvenção pública e ficavam atreladas as determinações do Estado. Algumas escolas particulares do município foram tornadas escolas subvencionadas e passaram a ser caracterizadas como escolas públicas ou também chamadas de escolas estaduais, apesar de ainda conservarem os vínculos com suas Associações Escolares, proprietárias dos bens patrimoniais dessas escolas em formato híbrido. Essa não era a única forma de intervenção pública nessas escolas particulares, já que se formava um modelo de fiscalização que deveria atuar em todas as escolas do Estado de Santa Catarina, o que foi conduzido pelo próprio governo estadual e por uma Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União, por vários anos comandada pelos professores Orestes Guimarães e na sequência João dos Santos Areão. Toda essa conjuntura conduziu para imbricamento das relações entre público e privado, estabelecendo um campo de forças que envolveu muito mais do que os elementos pedagógicos próprios do fazer escolar.

A escolarização de Blumenau ganhou a atenção dos poderes governamentais por ser considerada uma ameaça devido a insistência para a manutenção das características étnicas alemãs, com destaque para a língua. A questão foi vista por muitos anos pelo governo do Estado como um problema tanto pela chave da nacionalização quanto porque as escolas, lugares de preservação da cultura alemã, beneficiavam os interesses do grupo político local, que buscava coesão pelos atributos étnicos, o que causava entraves com as pretensões políticas do próprio governo estadual. Apesar dos procedimentos implementados na década de 1910, as escolas continuaram a estabelecer vínculos borrados entre o público e o privado, a tensionar aspirações de homogeneidade nacional, a instrumentalizar e afrontar políticas públicas de intervenção estatal, a colaborar com arranjos políticos que contribuíram para afirmar ou negar projetos de poder que atuaram diretamente na vida das pessoas, entre tantos outros aspectos que podem ser pontuados. Essas escolas, particulares, subvencionadas ou públicas, afirmavam “gestos e lugares emocionais” que para Pierre Ansart (2019) e Agustín Escolano Benito (2017) podem ser validados pela materialidade, na repetição das linguagens narrativas ou gestuais, anunciadas com propósitos de gestão dos afetos políticos.

Com o golpe de Estado em 1930, desencadeado por Getúlio Vargas e seus aliados, Blumenau foi fortemente atingida pela intervenção estatal, justificada pela necessidade de nacionalização, operacionalizada em Santa Catarina pelos governos de Aristiliano Ramos e

depois de Nereu Ramos, sendo a escolarização atravessada intensamente, inclusive, por meio de ações coercitivas. O movimento de nacionalização conduzido em diferentes fases da conjuntura política, foi assumindo um caráter progressivo de repressão contra as referências étnicas alemães, entendidas como impedimento para a aceleração do processo de integração nacional, principalmente, pelo persistente desconhecimento e desuso da língua portuguesa no cotidiano e mesmo nas escolas, a maioria delas ainda particulares, sem grandes avanços da ampliação das subvenções. Novamente era manifestado o entendimento da escola como um agente de transformação geracional nas comunidades em que estavam inseridas. Além disso, a dimensão política continuava a posicionar Blumenau em evidência devido as disputas entre os políticos republicanos locais, caracterizados pela defesa da origem étnica, representados pelos irmãos Konder, e os políticos que capitaneavam o governo do Estado, com destaque para a ala liberal liderada por membros da família Ramos. Cabe ainda mencionar que esses entraves políticos foram aprofundados com a atuação de destaque no município do grupo político integralista, que precisou lidar com as contradições de ser um movimento nacionalista com elementos nativistas, mas ter centenas de adeptos que mantinham ativas referências da cultura trazida pelos primeiros imigrantes, com enfoque para a língua alemã.

Os procedimentos de intervenção estatal ficaram cada vez mais intensos em Blumenau durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), legitimados pela legislação e praticados por agentes públicos inseridos em um sistema de fiscalização burocratizado, com registros e relatórios que visavam controlar a atuação das escolas em suas comunidades. Em uma das reuniões oficiais do Departamento de Educação do Estado de Santa Catarina, com inspetores escolares e diretores de Grupos Escolares no ano de 1945, a orientação foi de que todas as mobilizações, além dos esforços conduzidos para nacionalizar as “zonas coloniais” deveriam ser registradas pelas inspeções no Termo de Visita ou em relatório separado. O documento de registro da reunião foi sintetizado com a frase final: “que a língua nacional seja também língua-pensamento”³. Significava dizer que aprender a falar o idioma vernáculo necessariamente não garantia que os alunos se identificassem como brasileiros. O enfoque estava direcionado para uma perspectiva geracional, em busca da formação da criança brasileira e não teuto-brasileira como muitos defendiam quando consideravam legítima a manutenção da cultura dos antepassados teutos somado ao reconhecimento do Brasil como nova pátria. Nas análises de Cristiani Bereta da Silva (2014, p. 19) tratava-se do investimento na escola pública “para a

³ SANTA CATARINA. Departamento de Educação. *Reunião dos Inspectores Escolares e Diretores de Grupos Escolares*. [Dispõe sobre a nacionalização do ensino]. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, 1945. p. 4.

constituição de um cidadão disciplinado, cívico e patriótico”, mas também do estímulo a formação de um “espírito nacional”. Para isso foram evidenciadas estratégias interessadas na passagem do tempo, na busca pela eficácia das ações do projeto nacionalizador nas escolas. Ainda na reunião de 1945, o inspetor foi orientado a fazer “um estudo em referência ao passado, olhando o presente e as perspectivas para o futuro. Procure saber se o meio ambiente vem aceitando os trabalhos nacionalísticos da escola, pelo amparo aos alunos e professor”⁴. Ficava demonstrado que a política de nacionalização operava como um projeto de futuro, apenas possível de ser alcançado, na relação com as outras temporalidades.

Durante esse processo muitos professores e em menor número, professoras, imigrantes alemães natos ou naturalizados, além de descendentes, foram inspecionados e apontados sob suspeita, acusados de não terem compromisso com a cultura nacional, privilegiando os vínculos étnicos. Esses professores não eram apenas das escolas particulares, que de forma acelerada foram sendo convertidas para escolas públicas a partir da década de 1930, principalmente que passaram a estar atreladas a administração municipal, somadas aquelas que já eram mantidas pelo Estado, de forma habitual chamadas de subvencionadas. Muitos deles foram afastados da função escolar, especialmente após o golpe do Estado Novo em novembro de 1937, que instaurou uma ditadura no país, perdurando até outubro de 1945, período agravado pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em agosto de 1942, posicionado contra o grupo de países liderados pela Alemanha.

Na medida em que as fontes históricas eram alinhavadas e as análises adquiriam coerência, ficou compreensível que as escolhas dos nomes das escolas inauguradas no período democrático em Blumenau demonstravam dialogar com as referências étnicas alemãs atreladas a colonização e que a política de nacionalização promovida nas décadas de 1930 e 1940, continuava reverberando sendo as escolas públicas anunciadoras desses passados em meio a projetos de futuro. Perante o término do governo Vargas, diferente do que apontou alguns estudos da historiografia local e regional ou mesmo as abordagens memorialistas sobre Blumenau e a região do Vale do Itajaí, entendo que os anos imediatos considerados como “pós-nacionalização”, não foram marcados por um silenciamento ou busca pelo esquecimento no espaço público envolvendo o passado vinculado a cultura alemã, manifestação que teria sido expressa apenas no âmbito privado devido à forte coerção dos poderes estatais. O que as fontes dispostas em articulação nessa fronteira entre educação escolar e política permitiram constatar foi que pelo menos desde o início de 1945, já se apresentaram intenções de confrontar atos

⁴ *Ibid.*, p. 3.

nacionalizadores de outrora por meio de discursos e práticas de desnacionalização, que envolveram também as instituições escolares. É certo que o movimento de nacionalização dificultou as manifestações de caráter étnico em Blumenau, porém, isso não impossibilitou que de forma cotidiana, comunitária, as movimentações para a salvaguarda das heranças da origem alemã fossem exercidas, interessadas em assegurar a noção de pertencimento com base na manutenção da comunidade imaginada, na chave de leitura de Benedict Anderson (2008).

Com maior intensidade no último ano de governo, Getúlio Vargas precisou lidar com as críticas que ficaram mais contundentes, resultado dos arranjos provenientes de determinados grupos políticos nacionais e das articulações internacionais, ambos interessados no fim do seu governo. Desde o início de 1945 a formação dos partidos políticos de caráter nacional estava autorizada, o que colocava em perspectiva o voto sendo uma expressão máxima da democracia, com a fundação de partidos como a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido de Representação Popular (PRP) e o retorno instável do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Era o momento de começar a estruturar as participações nas disputas eleitorais, possibilitadas com o retorno gradual das liberdades democráticas, uma sensação de confiança reforçada pelo fim da censura. No diálogo com Angela de Castro Gomes (2013), a Constituição Federal promulgada em 1946, que demarcava o multipartidarismo, a volta das eleições diretas, dos direitos políticos e sociais, era uma afirmação das mudanças, o que não garantiu excluir elementos de permanências dos anos anteriores, especialmente nas configurações políticas. Em Blumenau, os maiores embates envolveram a UDN, que se afirmou como liderança, na chave da defesa étnica do passado de origem alemã, e o PSD, oposição que buscou usufruir das relações partidárias com o governo do Estado, onde esse grupo político prevaleceu, não sem disputas políticas intensas durante todo o período democrático. Aparentemente a brisa democrática deveria ter sido capaz de refrescar os impactos provocados pela tormenta da nacionalização em Blumenau, mas os vestígios apontam para um período que não transcorreu livre de tensões e disputas, inclusive que buscavam demarcar retrospectivamente o posicionamento dos sujeitos nos tempos da nacionalização, na intenção de fazer lembrar ou esquecer. No cenário político, agora era preciso forjar argumentos para justificar as alianças ou sustentar as críticas, ambas fundamentais para legitimar a recomposição das formas políticas e partidárias.

Ao escolher os nomes dos homens para as escolas públicas inauguradas no município entre os anos de 1945 e 1964, todos tendo em comum o caráter étnico, entendo que essas homenagens anunciavam “uma esperança aprisionada”, nas palavras de María Zambrano (2016, p. 217), um dos aspectos característicos das ruínas. Os dois verbos: esperar e

aprisionar, expressos nas ideias da filósofa espanhola, indicam diferentes tempos que são dispostos em diálogo. Considero que esperarçar envolve o desejo, a intencionalidade, ou para Reinhart Koselleck (2006) a expectativa de um futuro, que para se manifestar no tempo de experiências democráticas precisou lidar com as outras experiências passadas que ainda ressoavam na forma de memórias que deveriam emergir do aprisionamento e promover a desnacionalização do município. E qual seria esse aprisionamento? O tempo da nacionalização, atrelado ao governo de Getúlio Vargas e em Santa Catarina conduzido pelo governador e depois interventor Nereu Ramos quando a cultura nacional foi enaltecida como valor a ser exaltado, interessando escamotear os vínculos germânicos predominantes em Blumenau desde sua fundação em 2 de setembro de 1850.

Era preciso lidar com as ruínas da nacionalização em Blumenau, caracterizadas também por aquilo que está presente na ausência, não podendo ter a existência ignorada. As ruínas remetem as rupturas que causaram destroços, escombros, mas também são permanências, aquilo que fica, sobrevive. Significam o constante jogo de forças que entrelaça as temporalidades porque são os restos do passado que continua a se fazer presente, tensionando o futuro que, ao ser projetado, não pode ignorar sua existência (Simmel, 2016). Em Blumenau estavam presentificadas sem poderem ser removidas, o que parece ter demandado o revestimento de modernidade como sinal de estratégia considerada necessária num tempo em que não se queria mais calar, porém não era conveniente bradar. Sobrevivências capazes de emitir rastros por meio dos escombros. Compartilho com Sandra Pesavento (2004, p. 231) a compreensão de que investigar aquilo que não se apresenta de forma explícita, mas são “fragmentos”, demanda uma intencionalidade de procura “para encontrar tais indícios, traços, marcas, sinais [...] em textos de naturezas diversas”, o que significa que “lidar com as sensibilidades é tarefa difícil, mas, sobretudo, instigante”, que exige outros olhares.

A busca por reconhecer esses escombros ou melhor os restos do passado, foi também o compromisso instigante dessa tese, permitindo compreender que inseridas nessas ruínas em Blumenau estavam as escolas públicas entre os anos de 1945 e 1964, entendidas como *escolas-escombros*. Significa dizer que ao elaborar essa noção, considero que a condição de modernidade que anunciava o novo estava amparada nos escombros, que resultaram como efeitos da política de nacionalização ainda com ecos manifestados nos nomes escolhidos para identificar aquelas escolas e até mesmo pela própria trajetória da maioria delas, convertidas de particulares para públicas, mas sobrevivendo apesar das mudanças impostas. Os sujeitos homenageados, dois deles ainda em vida (Adolfo Konder e Hercílio Deeke), anunciavam memórias coletivas, pois seus nomes foram definidos para afirmar os vínculos com a

comunidade imaginada, significada pela origem alemã e constituída no tempo da colonização, provocando as lembranças das experiências validadas como gloriosas, capazes de legitimar as narrativas histórias de superação do município. Um novo capítulo deveria ser acrescido, aquele que dizia respeito ao tempo da nacionalização, em que as experiências também deveriam ser lembradas para reforçar o valor da superação, reconhecido quase como uma característica étnica. Nesse sentido, no diálogo com Paul Ricoeur (2007) compreendo que as memórias apareceram nos discursos afirmados no presente das inaugurações, mobilizando uma linguagem que ao ser elaborada deixa rastros capazes de expressar aquilo que está ausente. Essas comemorações não estavam desprovidas de intencionalidades e desejos, que permitiram contornos às formas que essas memórias eram projetadas e compartilhadas publicamente.

Esse encontro entre memória e linguagem narrativa foi conduzido pelos gestores das sensibilidades políticas, interessados em transmitir "mensagens emocionais", na leitura de Pierre Ansart (2019), considerando que as palavras podem ser revestidas de intensidade emocional, uma "potência emotiva". Isso porque foram ditas em um lugar específico, por uma pessoa que atuava em certa função política, em meio a uma multidão catalisada pelo apelo das emoções e expressada em uma conjuntura política determinada. No rol de palavras com privilégios estão as que assumem amplas possibilidades de sentidos, especialmente pela definição de lados definidos como benéficos ou maléficos, que apenas podem ser compreendidos pelo imbricamento e não pela oposição confrontante. As sensibilidades políticas também podem ser instrumentalizadas por meio de suportes como a arquitetura, os monumentos, a iconografia, os discursos, potencializando o despertar de emoções, além da criação de "lugares emocionais", que estão envolvidos de forma silenciosa na constelação da vida política. Todo esse aparato de "gestão das paixões políticas", ainda no entendimento de Ansart (2004), pode acionar memórias que emitem recordações, elaboradas e validadas para sustentar os ressentimentos, originados do encapsulamento de sentimentos e representações como os rancores, as invejas, os desejos de vingança, os ódios, que devem ser analisados nas relações entre os afetos e o político. Nesse sentido, os ressentimentos são performados para comunicar os incômodos, sem que seja necessário manifestações agressivas, pelo contrário, habitualmente se expressam a partir de comemorações capazes de compartilhar os desagravos sustentados pelos afetos políticos, especialmente em momentos de liberdades de expressão, como o período democrático tensionado entre as duas ditaduras.

Esse tempo das experiências democráticas em Blumenau, foi analisado na chave de leitura de Hans Ulrich Gumbrecht (2014) considerando que carregava uma "latência", algo que não se foi e existia como atmosfera, com a presença daquilo que era ausência, o tempo da

nacionalização, mesmo com o término do Estado Novo em 1945. A perspectiva que mobilizo é que naqueles anos, a democracia esperava por novas experiências, com promessas de renovar a vida política do Brasil, porém, continuava sendo conduzida pelos mesmos grupos políticos que se reposicionaram na cena pública, assumindo outras roupagens. Foi preciso aprender a ler os rastros de certos silêncios sobre as questões étnicas, não manifestadas na esfera pública de forma exaltada, mas como latência, possivelmente como estratégia de resistência perante as reconfigurações no campo político conduzidas no cotidiano das relações comunitárias, onde existem vozes que ressoam mesmo sem propagar por vezes som esperado, conforme analisa Carlo Ginzburg (2007).

Costurar essa complexa rede de abordagens não foi tarefa fácil e demandou múltiplos diálogos, além de teóricos, também com os milhares de documentos pesquisados e de naturezas distintas, compartilhando da percepção de Durval Muniz Albuquerque Júnior (2019, p. 31) quando diz que “é o historiador em sua solidão que vai costurar todos aqueles fragmentos, fazê-los aparecer como se fizessem parte de um mesmo tecido.” Ao considerar a solidão do ofício do/a historiador/a na sua relação com as fontes, afirmo que vivenciei anos de buscas e análises solitárias, ao lidar com muitos documentos que nunca tinham sido fontes históricas e que precisavam ser arranjados em algum tipo de agrupamento de forma inteligível, já que vários documentos apareceram inicialmente avulsos no momento da investigação. Nesse sentido, foi preciso tecer as fontes conduzindo um intenso trabalho artesanal para reunir os fragmentos, por vezes, a partir de um indício como o nome de um lugar em uma comunidade escolar, capaz de aproximar documentos que a princípio não teriam relação imediata. Não foram poucas as vezes que para identificar elementos da trajetória de uma escola ou de um professor, precisei recorrer a diferentes documentos como, por exemplo, relatórios de inspetores escolares, atas de reuniões na escola, jornais escolares, em busca de indicativos seguros sobre seu percurso em um determinado período. Ao dizer que buscava segurança para compor a análise significa que em muitas situações estive diante de incongruências que traziam informações distintas para uma mesma questão, o que impelia a continuidade da procura por maior estabilidade da narrativa que estava em construção.

Foi a procura que marcou a relação que estabeleci com as fontes históricas. Não apenas porque afirmo que esse trabalho de procurar é parte central do ofício dos/as historiadores/as, aquilo que torna a História singular entre outras ciências humanas, mas devido a necessidade de uma ampla investigação documental, para construir análises que ainda não tinham sido produzidas sobre Blumenau, nem por estudos historiográficos e muito menos pelas escritas memorialísticas, tão usuais em todo Vale do Itajaí. Dessa forma, conduzi uma pesquisa com a

perspectiva arqueológica, no diálogo com alguns referenciais teóricos: Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), Carlo Ginzburg (2007), Georges Didi-Huberman (2017), Reinhart Koselleck (2014), considerando a procura pelos rastros, os restos de tempos dispostos em sobreposição. Ao serem encontrados em diferentes camadas da investigação, foram alinhavados para compor o tecido da escrita historiográfica, fundamentalmente estruturada na relação entre o tempo das experiências democráticas, o tempo da nacionalização e o tempo da colonização.

A importância dessa procura arqueológica também diz respeito a recusa de aceitação de narrativas afirmadas como acabadas, que consolidaram e legitimaram discursos operados no campo político, sem nenhuma ou com poucas contestações públicas. Entre tantas questões envolvem a origem da escolarização em Blumenau e seu caráter exclusivamente privado, os impactos das políticas de nacionalização na chave dicotômica de opressor e oprimido, em ampla medida atrelada a uma visão generalista afirmada sobre as escolas, a versão única de abandono dos imigrantes pelos poderes governamentais. Todos esses discursos ainda operados em diferentes circunstâncias da vida pública no município, negligenciaram o contrapeso dos interesses da elite local em conservar seus vínculos étnicos e questionar com maior ou menor intensidade a validade da integração com o Brasil. Significa dizer que os sujeitos locais foram agentes nesses processos e operaram movimentos capazes de fazer valer suas leituras de mundo em muitos momentos em contraposição com a perspectiva regional e nacional.

A própria proposta da tese já trazia um desafio em relação as fontes históricas pois, era preciso investigar as fronteiras entre instituições escolares e política, dois campos de pesquisa que não estão habitualmente em articulação. Por isso, o trabalho nos arquivos foi moroso, até porque demandou a percepção sobre sua proposta de organização interna, considerando a necessidade de consultas nos diferentes acervos, com a intenção de encontrar documentos sobre o político e ainda sobre as escolas. Outro critério de busca referia-se aos documentos que envolvessem o município de Blumenau e suas interações com o governo do Estado pois, as escolas investigadas eram públicas, portanto, administradas por esses poderes estatais. No caso dos acervos atrelados as escolas, foi necessário lidar com diferentes problemas, incluindo a forma de arquivamento e a dispersão, mas o maior impacto foi em relação as muitas lacunas entre os documentos. No Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS), o único do município, a documentação sobre as escolas é mínima, especialmente envolvendo o período da Colônia Blumenau, com a escrita em alemão, com poucas traduções, além de existir um hiato no que diz respeito as duas nacionalizações. Em relação ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC), a situação é mais animadora devido a quantidade expressiva de documentos escolares, mas que não estão organizados por municípios, o que exigiu uma árdua pesquisa

folhando milhares de páginas para encontrar com Blumenau em algumas delas. Considerei que a pesquisa nesse arquivo era fundamental por possibilitar o contato com documentos que eram inéditos para a história da educação do município, o que se tornou ainda mais promissor pois, lançou luz para outras questões do espectro político que não eram conhecidas na história local. Cabe ainda observar como forma de alerta que nas poucas escolas estaduais de Blumenau onde tive acesso ao acervo, encontrei uma situação desanimadora, com documentos empilhados em caixas e armazenados nos cantos dos depósitos, demonstrando a fragilidade do patrimônio escolar e a urgência de ações institucionais de conservação.

O processo de investigação nos diferentes arquivos precisou ser interrompido meses após o início do Doutorado devido a paralisação de todas as atividades públicas não essenciais provocada pela pandemia da Covid-19, estabelecendo o isolamento social, fundamental para a preservação das vidas. A organização prevista para a execução da tese precisou ser revista, até porque como professora da educação básica e mãe de duas filhas em idade escolar, fui diretamente comprometida em relação as funções, que demandavam uma outra rotina pessoal e profissional. Em Santa Catarina, as aulas presenciais em todas as escolas foram suspensas a partir de 19 de março de 2020, apenas retornando de forma híbrida no modelo chamado de “tempo casa, tempo escola” no início do ano letivo de 2021. Esse contexto implicou estabelecer contatos telefônicos e não presenciais com as escolas públicas no município, frequentemente sem sucesso. A interação com os arquivos demorou para ser retomada devido as restrições já mencionadas, além da reforma no caso do arquivo de municipal e a mudança de localização do arquivo estadual⁵.

O conjunto documental constituído, de forma bastante ampla e diversa, envolveu fontes históricas como relatórios de inspetores escolares, jornais escolares, atas de reuniões e encontros, ofícios, resoluções, requerimentos, correspondências, legislações, panfletos, relatórios de administração colonial, municipal e estadual, anais, processos judiciais, livros comemorativos, periódicos. São documentos produzidos majoritariamente pelos agentes estatais, que apresentam as interlocuções entre os poderes públicos municipal, estadual e federal ou ainda a comunicação interna em cada esfera do poder. Em alguns casos foi possível encontrar a participação da população por meio de documentos atrelados a alguma iniciativa que demandava uma resposta do Estado, por exemplo, abaixo-assinados, denúncias, apelos de auxílio, reclamações. O principal ponto em comum é que tratam sobre Blumenau ou podem ser

⁵ O arquivo de Blumenau interrompeu suas atividades de pesquisa desde o final de 2021 devido as reformas no espaço físico, já o arquivo estadual alterou seu endereço ocupando um novo lugar a partir do segundo semestre de 2021 quando iniciaram os preparativos para mudança.

associados ao município quando referenciam questões envolvendo a etnicidade relacionadas ao sul do Brasil. De modo geral, as fontes possuem natureza oficial e precisam ser entendidas como tal, para que as análises não corram o risco de corroborar determinados significados expressos como legítimos sem o devido rigor investigativo e os necessários diálogos entre os documentos, que têm intencionalidades sobre o que se desejava deixar salvaguardado, mas também possibilita reconhecer aquilo que não era pertinente explicitar, permitindo indagar os motivos dessas ausências.

Ao trabalhar com fontes predominantemente de caráter oficial tinha a preocupação de não desenvolver uma espécie de estudo legalista, que explicaria os acontecimentos, as relações ou melhor, os encaminhamentos da vida cotidiana, exclusivamente pela via da legislação e dos atos governamentais, o que não significa desconsiderar a eficácia desses procedimentos de diferentes formas. Abordagens restritas a essas determinações legais, com estudos que referenciaram de forma generalista a escolarização de Blumenau, primordialmente, atreladas a nacionalização nas décadas de 1930 e 1940, são conhecidas e têm sua importância, mas acabaram contribuindo com a ideia desavisada e usual de que o município ficou condicionado as imposições sem demonstrar reações ou mesmo incômodos. A nacionalização foi demarcada na memória histórica como o acontecimento traumático para as escolas de Blumenau, o que significou uma leitura de injustiças e a elaboração de ressentimentos. Entendo que se tratou também de um limite para o interesse de pesquisar as escolas, já que o discurso apontava que nada mais poderia ser dito, as escolas tinham sido nacionalizadas pela imposição das leis e a repressão, passando para o domínio público, ou seja, o fim. Quanto mais recuado no tempo, menor a disponibilidade de fontes passíveis de acesso e de estudos historiográficos, que também não foram produzidos sobre os anos posteriores ao término do Estado Novo, no caso do período democrático. Não é possível desconsiderar que talvez, a necessidade de ter que desemaranhar o novelo dos arquivos e acervos escolares, de muitas maneiras desorganizados, dispersos, repletos de fendas, tenha afastado pesquisadores dos estudos envolvendo a história da educação na interface com a história política, interação que pode ter contribuído para desencorajar pesquisadores. O fato é que não foram encontrados trabalhos que analisaram com profundidade, buscando rastros no cotidiano, a escolarização de Blumenau ou mesmo alguma escola específica⁶, apenas fragmentos em relatos de memórias, breves registros em documentos

⁶ Mesmo com poucas pesquisas, a escola mais investigada em Blumenau, principalmente no que diz respeito a proibição da língua alemã e ao programa de ensino, foi a Neue Deutsche Schule ou Escola Nova Alemã de Blumenau atualmente Escola de Educação Básica Pedro II. Entretanto, não são estudos da área de História, mas sim da Educação ou da Linguística. Ver: Luna, 2000.

administrativos ou religiosos, além de poucas fotografias nem sempre consistentes no que diz respeito as identificações dos sujeitos, das localidades ou época do registro visual.

A mobilização de uma investigação arqueológica, amparada em cuidados metodológicos cautelosos na disposição e colisão das fontes, estava em busca daquilo que não aparecia explícito, nas palavras de Carlo Ginzburg (2007, p. 267) “o olhar aproximado nos permite captar algo que escapa da visão de conjunto, e vice-versa”, bastando reposicionar o ângulo da lente. As experiências não se encontram anunciadas na superfície dos documentos/monumentos (Le Goff, 2003), e mesmo que ali estivessem, não poderiam ser tomadas como a realidade, capturada pelas palavras, sem nenhuma forma de questionamento. Interessa ressaltar o trabalho com os periódicos, principalmente aqueles de predominaram no âmbito local sendo eles *O Nacional*, *Cidade de Blumenau* e *A Nação*, que permitiram observar as demandas políticas e sociais que circularam em Blumenau e os sentidos atribuídos a elas.

Esse aspecto mais próximo do cotidiano foi uma baliza central para a condução desse estudo e, certamente, esbarrou nas limitações com as fontes, muitas vezes sendo necessários ajustes no percurso. Essas reorganizações no processo são parte do trabalho historiográfico, até porque “os documentos são, de fato, sempre parciais e nós esperamos deles algumas inspirações, não um quadro organizado ou completo, mas sugestões”, nas palavras de Giovanni Levi (2023, p. 33). Nessa perspectiva, não perdi de vista que intencionava reconhecer as tentativas de escape, os jogos de forças, as negociações capazes de posicionar outras leituras sociais e políticas na composição da vida no âmbito local, análises que apenas poderiam ser construídas pelo diálogo das diferentes fontes, na busca por reconhecer os sujeitos e suas interações. Uma estratégia metodológica que mobilizei na busca pela aproximação com o cotidiano foi conhecer elementos da trajetória de professores e professoras. Procurei identificar o período que trabalhavam em uma determinada escola, as movimentações para atuarem em outras, as marcas que deixaram nas comunidades escolares ao serem referenciados nas memórias, nas documentações governamentais, principalmente, no caso dos professores estaduais devido as melhores condições de acesso as fontes. Evidencio o caso do descendente de alemães e professor João Durval Müller, contratado pelo governo de Santa Catarina para reger a Escola Pública de Velha Central em 1919, atuando também como professor particular na Escola Particular Velha Nova. Foi eleito vereador em 1935 pelo Partido Integralista, pedindo exoneração da escola pública e deposto do cargo com o Golpe de 1937. Fiscalizado e afastado da escola particular que foi nacionalizada em 1941, ficou afastado da educação escolar e voltou a ser eleito vereador em 1947 pelo PSD, décadas mais tarde também sendo homenageado como nome de escola em Blumenau no ano de 1987. Sua trajetória pessoal esteve atrelada em muitos

sentidos, a trajetória da escolarização do município, o que permitiu que interlocuções fossem elaboradas por meio da colisão de diferentes fontes, nem sempre interessada na própria figura do professor.

Ao mobilizar uma análise em busca do cotidiano, algumas problemáticas ocasionaram muitos entraves, considerando a leitura dos documentos como, por exemplo, lidar com as nomenclaturas que envolviam as escolas e as localidades onde estavam inseridas. Isso porque, além das eventuais mudanças que podiam ocorrer, a forma de registrar os nomes nos documentos variavam significativamente entre o que aparecia nos relatórios administrativos, produzido por funcionários do município e a forma que estavam descritos nos relatórios dos inspetores escolares estaduais, que demoravam para ter conhecimento geográfico do território diante as limitações no processo de fiscalização. O caso da comunidade de Velha é exemplar devido o emaranhado dos nomes: Velha, Velha Nova, Velha Grande, Velha Central, Velha I, Velha II, Ribeirão Cego Velha, Fundos Velha. Ou ainda é possível referenciar a comunidade de Itoupava: Itoupava Alta, Itoupava Baixa, Itoupava Central, Itoupava Norte, Fundos Itoupava, Itoupavazinha. Em cada localidade poderia ter mais de uma escola particular ou por alguns anos uma escola particular e uma escola pública, todas chamadas pelo nome das suas respectivas localidades. Mesmo quando iniciaram as escolhas dos patronos como um procedimento da política de nacionalização para identificar as escolas com vínculos públicos, o habitual ainda era utilizar nos documentos administrativos os nomes das localidades, atrelados ou não com a denominação de cada patrono.

Sobre Blumenau e as questões étnicas que não centralizaram a escola como campo de investigação, a busca por estudos foi mais promissora, apesar das abordagens da maioria dos trabalhos se concentrar nas décadas de 1930 e 1940, ficando o período entre 1945 e 1964 comprometido com muitas lacunas. O acontecimento mais investigado contempla os preparativos e festejos do Centenário de Blumenau em 1950, mas pouco se afastam da noção enraizada e homogeneizadora que apenas legitima a noção de progresso, com destaque para o desenvolvimento industrial, especialmente do ramo têxtil, promissor durante os anos de 1950 e 1960. Um dos estudos pioneiros de viés econômico é de Armen Mamigonian, publicado em 1965 com o título: *Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau*, em que dados estatísticos relevantes sobre a economia, população, organização do espaço urbano foram apresentados. Os avanços na industrialização eram atribuídos a uma espécie de “espírito alemão” trazido pelos colonizadores para a região. Nesse sentido, também é possível relacionar a dissertação da historiadora Sueli Maria Vanzuita Petry defendida em 1979, denominada *Os Clubes de Caça e Tiro em Blumenau*. As análises envolveram a formação dos clubes de caça e tiro em Blumenau

desde a fundação da Colônia em 1850 até o que é chamado de resgate da tradição alemã na década de 1970. Os anos de nacionalização aparecem como traumáticos e o período a partir de 1945 apresentado como retraído já que o trauma teria deixado marcas. Os festejos do Centenário em 1950, são mobilizados na chave da renovação em que o passado dos fundadores era homenageado ficando as décadas de 1930 e 1945 “silenciadas”.

Outros trabalhos, nenhum deles historiográficos, mas desenvolvidos na área da Educação e da Linguística, apesar de mais recentes continuaram a evidenciar essa noção de trauma/silenciamento acionando os imigrantes e descendentes de alemães apenas como vítimas das ações nacionalizadoras do Estado. Mencionar esses estudos intenciona demonstrar que as questões étnicas ainda são requisitadas para formular sentidos sobre Blumenau, especialmente na relação com o restante do país, perspectiva que passou a interessa ao viés turístico. Existe um campo de pesquisas que aborda o patrimônio material e imaterial vinculado a cultura alemã, inclusive em relação ao uso da língua. De diferentes modos, trazem um olhar positivado assumindo a visão idílica de Blumenau como herdeira da germanidade capaz de assegurar um lugar de destaque para seus moradores. É possível posicionar nesse espectro as dissertações defendidas em 2007 por Iara Lúcia Klug Rischbieter intitulada *O papel da cultura local no desenvolvimento do turismo em Blumenau – SC*; em 2003 por Valéria Contrucci de Oliveira Mailer denominada *O alemão em Blumenau: Uma Questão de identidade e cidadania*, e em 2016 por Andressa Beatriz Götzinger - *A representação do imigrante e de sua educação linguística na imprensa catarinense: um estudo historiográfico*.

Interessada em estudos que buscaram se distanciar dessa abordagem, encontrei pesquisas que apenas perpassaram ou mesmo analisaram a dimensão da etnicidade alemã manifestada e discursada em Blumenau, dessa vez, apresentando discussões que permitiram conceber outras variáveis para as experiências que o município vivenciou. A historiadora Carla Fernanda da Silva defendeu em 2008 a dissertação *Grafiás da Luz: A Narrativa Visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos* na qual investigou a trajetória intelectual de José Ferreira da Silva, idealizador de uma revista criada em 1957 e responsável por construir uma história para o município fundamentada no mito fundador dos imigrantes. Em 2005 a dissertação em História defendida por Ellen Annuseck chamada *Nos Bastidores da Festa: Outras histórias, memórias e sociabilidades em um bairro operário de Blumenau (1940-1950)* reafirmou a ideia de que o município passou por um silenciamento após o término do governo de Getúlio Vargas. Em suas análises buscou problematizar a memória que estava sendo potencializada com os festejos do Centenário, interessada em escamotear as reivindicações trabalhistas da greve dos operários no início de 1950. Outro trabalho historiográfico é a

dissertação do historiador Roberto Marcelo Caresia: *Ícones da Vida Moderna: Tecnologia e Saúde nos Anúncios Publicitários Veiculados em Blumenau, (1935-1955)* que evidenciou o discurso de progresso com base nas propagandas publicitárias nos jornais de Blumenau. Reconheceu que as influências trazidas pelos Estados Unidos acompanharam o rompimento forçado com a cultura germânica imposto pela nacionalização e o tempo da guerra. A tese de 2017 defendida pelo geógrafo Bernardo Brasil Bielschowsky denominada *Paisagens urbanas em áreas centrais. Políticas municipais, preservação patrimonial e espaços públicos em Blumenau/SC*, mobilizou a memória para demonstrar as mudanças nas paisagens do centro urbano a partir da década de 1950, justificadas pelos discursos de modernização.

Por se aproximarem das discussões que proponho evidencio os dois estudos da historiadora Méri Frotscher. Na tese defendida em 2003 intitulada *Da Celebração da Etnicidade Teuto-Brasileira à afirmação da Brasilidade: Ações e discursos das elites locais na esfera pública de Blumenau (1929-1950)*, analisou os arranjos políticos interessados em reivindicar a etnicidade com o objetivo de manutenção dos vínculos políticos locais em momentos de questionamentos sobre as relações de caráter étnico alemão que caracterizavam Blumenau no cenário regional e nacional. Já a dissertação de 1998 *Etnicidade e Trabalho Alemão: outros usos e outros produtos do labor humano* pesquisou a construção do ideal de trabalho germânico como representação de Blumenau, com ênfase para a década de 1980 considerando a necessidade de reforçar a imagem da cidade após as enchentes e trazer destaque turístico. É apropriado destacar a tese de doutorado de 2008 do historiador André Fabiano Voigt chamada *A invenção do teuto-brasileiro*. Sua questão foi mobilizar os intelectuais e abordagens que foram ressignificando a noção de teuto-brasileiro com os estudos produzidos entre as décadas de 1930 e 1950. Demonstrou como foi sendo construído o discurso da distinção de cultura e política envolvendo os teuto-brasileiros, o que promovia a ideia de que a cultura alemã não deveria ser tratada como um problema, pois já estava assimilada e a política não era mais uma ameaça. Por último, demarco a pertinência da tese de doutorado em História de 2021 produzida por André Procópio Gomes intitulada *A Construção da memória: identidade e narrativa na Blumenau pós Campanha de Nacionalização (1946-1980)* em que as referências étnicas são reconhecidas como elementos de identidade legitimados em Blumenau. Suas constatações apontaram para os investimentos culturais viabilizados para construir uma cidade turística anunciada por seus atributos fundamentados na origem alemã, apesar dos efeitos das ações nacionalizadoras nos anos anteriores.

Lidar com essas ausências de estudos limitou os diálogos com outras perspectivas de análises, o que também envolveu as lacunas no que diz respeito a caracterização das

articulações na política local e suas interlocuções com as outras esferas de poder, principalmente com o governo estadual. O espectro político de Blumenau não foi objeto de investigações aprofundadas em nenhum período histórico e os trabalhos mais usuais versam sobre as organizações partidárias que se formaram mobilizando arranjos com os setores formados por uma elite econômica.

Como uma pesquisa que dialoga com a perspectiva da história local, afirmei compromissos éticos que intencionam contribuir com a História de Blumenau, não apenas como um acréscimo da historiografia devido os estudos inéditos, mas pela proposta de deslocar concepções que afirmam o município exclusivamente como vítima de uma política de perseguição, engendrada por décadas e intensificada nos anos de 1930 e 1940. Também não intenciono negar as repressões impostas contra Blumenau, que deixaram marcas na vida cotidiana para além da instrumentalização dos discursos políticos. Trata-se de aproximar o olhar para perceber que “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la”, nas palavras de Carlo Ginzburg (1989, p. 177). Por fim, a história local, que compreendo na interface com a micro história, é privilegiada porque permite observar as experiências manifestadas pelos sujeitos e suas relações, entrelaçadas ao lugar produzido socialmente. Esse lugar e, portanto, esses sujeitos em Blumenau, tiveram que aprender a estabelecer interlocuções com outras esferas de poder, nem sempre compreendidas como vantajosas, especialmente quando eram vistas como ameaças a comunidade imaginada pela origem alemã.

A tese está organizada em quatro capítulos que foram estruturados para demonstrar as possibilidades de diálogos entre as temporalidades que atravessaram as discussões propostas em cada texto e na forma como se comunicam na integralidade. Decidi por uma abordagem metodológica que iniciasse todos os capítulos com uma análise de fontes e o olhar para os sujeitos no cotidiano de Blumenau, posicionados no tempo das experiências democráticas, que configura esse recorte temporal articulador. Nele está amparado os deslocamentos temporais que permitem reconhecer as sobreposições de passados, presentes e futuros.

O **primeiro capítulo**, chamado **Escolarização em Blumenau na fronteira entre o público e o privado**, refere-se aos sentidos atribuídos para as relações entre o público e o particular, que em diferentes circunstâncias assumiram contornos tensionados no cotidiano das comunidades desde os primeiros anos da Colônia Blumenau, fundada em 1850. Foi gradual e progressivo os avanços da presença do Estado por meio de processos de institucionalização, na medida que Blumenau vai sendo integrada à Nação brasileira, estabelecendo vínculos com instâncias dos poderes regionais e nacionais. Com maior evidência, o complexo sistema escolar

em formação desde o período colonial, constituído por escolas particulares, foi atravessado pelas interferências públicas já nos primeiros momentos de organização. Fundadas por iniciativas particulares, foram mantidas por vários anos com recursos dos moradores locais, sendo a participação do Estado inconsistente, mas não inexistente. A maioria das vezes, as comunidades escolares estavam organizadas por meio do associativismo, formalizado com base em estatutos, originando para cada escola uma Associação Escolar. Essas escolas particulares foram tornadas guardiãs das referências étnicas germânicas, especialmente, mobilizando a língua alemã como uma referência simbólica, além de sua importância prática para a vida social. Apesar do seu caráter privado, tiveram que lidar com a atuação estatal, o que não deixou de ocasionar incômodos por se manifestarem na interface da educação e da política, em especial, quando começaram a envolver as questões de caráter étnico. As centenas de escolas particulares e suas Associações contribuíram para que o município forjasse suas configurações políticas internas e na relação com os poderes público estadual e federal, muitas vezes por contornos sinuosos, que demandaram negociações nem sempre claras.

O **segundo capítulo**, denominado **Intervenções públicas na escolarização em Blumenau como instrumento de afirmação política**, mobiliza a discussão sobre a noção de escola pública e como foram sendo construídos os arranjos políticos que atravessaram a relação público-privado nessas escolas. A partir do momento que as escolas particulares aderiram as subvenções com recursos do governo federal, procedimento desencadeado pela nacionalização iniciada em 1917, passavam a ser entendidas como escolas subvencionadas, portanto, de caráter público. Ser uma escola subvencionada trazia questões que interferiam na organização escolar, que passava a ser fiscalizada pelos agentes do Estado, mas impactava principalmente no propósito fundacional das escolas particulares, a preservação das referências étnicas alemãs, o que causou disputas no interior das comunidades escolares que ainda mantinham suas Associações Escolares, algumas fundadas na segunda metade do século XIX, ainda proprietárias do patrimônio dessas escolas antes particulares. O governo municipal, que respaldava o funcionamento das escolas particulares como forma de manter suas interlocuções com as lideranças comunitárias, passou a ser cobrado pelo Estado para também intervir na escolarização atuando na fiscalização, mas também na conversão dessas escolas para o domínio público, processo que não ocorreu livre de desgastes entre os poderes estatais. Com a segunda política de nacionalização iniciada na década de 1930 observa-se a formação e a rápida expansão da rede de escolas públicas municipais, a redução progressiva das escolas particulares e uma estabilidade na quantidade de escolas estaduais. Todos esses arranjos na escolarização foram resultados das ações nacionalizadoras que impactaram o cotidiano das comunidades

escolares e as articulações políticas locais, não sem questionamentos e estratégias interessadas em manter o caráter étnico da escolarização de Blumenau.

No **terceiro capítulo**, nomeado **Projetos políticos para Blumenau: entre a nacionalização e a desnacionalização**, a análise envolve as iniciativas de confrontar ou desfazer procedimentos e determinações afirmadas pela política de nacionalização implementada nas décadas de 1930 e 1940 durante o governo de Getúlio Vargas em Blumenau. Foi possível identificar que a partir de 1945 emergiram insatisfações públicas de maior ou menor intensidade, que adquiriram contornos capazes de expressar e materializar críticas contra os efeitos da nacionalização, posicionamentos possíveis de serem emitidos perante as liberdades democráticas que estavam sendo anunciadas com o término da ditadura do Estado Novo. Foram manifestadas em diferentes formas de pressionar os poderes estatais pela retomada da língua alemã no cotidiano da vida pública, além de anular procedimentos que atingiram a escolarização, incluindo as situações que envolveram professores descendentes de alemães, que foram exonerados, afastados ou reposicionados de acordo com os interesses nacionalizadores, comandados pelos grupos políticos que tinham assumido o poder estadual e municipal. Esses embates puderam ser rastreados no cenário público e os sujeitos envolvidos identificados, demonstrando que se configuraram práticas de desnacionalização, interessadas em reposicionar as referências alemães com o fortalecimento de vínculos étnicos de coesão assegurados pela colonização e as experiências traumáticas da nacionalização. Essas movimentações contribuíram com a afirmação de que o período democrático não significou o silenciamento e a retração das manifestações étnicas, inclusive, nas escolas públicas municipais ou estaduais, a maioria delas herdeiras das escolas particulares, criadas para assegurar a comunidade imaginada de origem alemã.

O **quarto capítulo**, intitulado ***Escolas-escombros como anúncios de futuros passados nas experiências democráticas em Blumenau***, apresenta análises sobre as escolas públicas inauguradas no período democrático, que escolheram homenagear nomes com vínculos étnicos alemães para identificar essas escolas. Foi um movimento que demandou articulações políticas entre os governos municipal e estadual, buscando demonstrar como as escolas participaram das negociações em torno de um projeto para a cidade de Blumenau. As inaugurações dessas escolas públicas integraram os anúncios que propagavam o município pela via do progresso, enaltecendo os edifícios amplos, com sistemas sanitários, refeitórios e outras estruturas destacadas pelas condições de modernidade. Entretanto, esses discursos não apareceram desconectados do passado de origem étnica alemã, acionada como justificativa para o futuro de progresso que estava no horizonte, apenas possível devido as experiências iniciadas com a

colonização. Os nomes escolhidos foram monumentalizados como memória histórica, que atribuiu valor as experiências pessoais, mas sobretudo, as coletivas, atreladas a comunidade imaginada de caráter étnico, que deveria ser reposicionada como uma espécie de propósito futuro passado para Blumenau. Essas escolas públicas (antes particulares e com nomes de caráter étnico), foram entendidas como *escolas-escombros* porque carregavam os restos dos tempos que insistiam em não serem encerrados.

2 ESCOLARIZAÇÃO EM BLUMENAU NA FRONTEIRA ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

“Escavando os meandros dos textos, contra as intenções de quem os produziu, podemos fazer emergir vozes incontrolladas.”

(Carlo Ginzburg, 2007, p. 11)

2.1 AS ESCOLAS PARTICULARES E SEU CARÁTER ÉTNICO

Em 2 de setembro de 1954, o município de Blumenau, festejou o seu Centésimo Quarto aniversário de fundação e como parte da programação, relembrou a passagem de dois acontecimentos centenários entrelaçados. Um deles referia-se à primeira escola na Colônia Blumenau, fundada em 1854 pelo governo da província de Santa Catarina na área da sede, portanto, uma escola pública, que foi destinada para meninos⁷. O outro, envolvia a contratação do primeiro professor público, Ferdinando Ostermann⁸, imigrante alemão que chegou no Brasil em 1852, com 26 anos, já reconhecido como professor diplomado. Após aprender a língua portuguesa e se naturalizar, em 13 de junho de 1854 foi nomeado professor, pago com recursos do Governo Provincial, desempenhando essa função até seu falecimento em 1857 (Silva, 1972, p. 296-298).

O passado acionado por práticas de memória como cerimônias, homenagens, comemorações, foi presentificado ao acionar um monumento erguido para testemunhar um outro tempo, expressado pela inauguração em 1954 da Escola Municipal Professor Fernando Ostermann, uma escola pública, assim como a primeira escola de Blumenau, homenageando o também primeiro professor público, de origem alemã. Esse novo acontecimento, reuniu diferentes temporalidades, contribuindo com um projeto de futuro interessado em renegociar as relações entre Blumenau e o Estado brasileiro. O momento foi considerado propício tanto pela oportunidade de lembrar as datas locais quanto pela conjuntura nacional, que voltava a experimentar lampejos de democracia, iniciados no final de 1945, após o tempo nacionalizador vivenciado durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

⁷ Ainda no século XIX, o governo provincial fundou na sede da Colônia Blumenau uma escola pública para meninas, possivelmente em 1865, tendo como professora contratada a imigrante alemã Apolônia von Buettner. Ver: WANDALL, Waldir J. Ensino público e particular em Blumenau. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 3, t. 34, p. 76, mar. 1993.

⁸ O professor chamava-se Fernand Ostermann. É possível que devido as alterações na escrita dos nomes de imigrantes tanto ao chegarem no Brasil como nos processos jurídicos de naturalização, passou a ser chamado de Fernando.

Ao estabelecer diálogos com o historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2009, p. 445) assumo que a memória tem uma dimensão política, “já que seu caráter instituído/instituente se realiza no campo conflituoso das escolhas, dos valores, dos significados”. Nessa perspectiva, lembrar e esquecer não são operações ingênuas, livres de interferências das leituras sociais realizadas pelos sujeitos, mas envolvem decisões, interesses, propósitos, mesmo que não tenham sido intencionalmente elaboradas. Convém dizer, que a memória monumentalizada, portanto, espacialmente posicionada na cena pública, adquiriu impulso em Blumenau após 1945, por meio de estátuas, bustos, placas e também escolas públicas, em que sujeitos foram reivindicados do passado na intenção de assegurar um futuro.

Maiores vestígios sobre a nova escola e o professor não foram apresentados na cerimônia de fundação, o que não invalidou os usos dos fragmentos oriundos do passado colonial de Blumenau, instrumentalizado como fiador do município que se apresentava como próspero, apto para o progresso legitimado por pouco mais de um século de história. A fundação da nova escola em 1954 anunciava como propósito o reconhecimento da presença do Estado brasileiro na formação da Colônia Blumenau, aspecto que naquela circunstância interessou afirmar como valioso. Na perspectiva de François Dosse (2013, p. 265) “o acontecimento não é, por definição, redutível a sua efetuação à proporção em que ele está sempre aberto para um devir indefinido pelo qual seu sentido se metamorfoseará ao longo do tempo”. O pioneirismo da escola e do professor público não ocupou destaque social antes e os indicativos apontam que nem depois das homenagens. Ficou durante décadas obliterado e emergiu com uma função pontual, forjar arranjos políticos com propósitos apaziguadores, após os anos de nacionalização em terras de colonização estrangeira.

Foram outros marcos de memórias, interessados em evidenciar personagens, lugares e acontecimentos relacionados a educação e as escolas em Blumenau que continuaram sendo acionados em defesa das origens germânicas da população, rasurando iniciativas dos governos brasileiros, descredibilizado em diferentes discursos como inoperante frente as demandas escolares dos imigrantes. Não deixa de ser pertinente ponderar que apesar do professor contratado ser um imigrante alemão, o trabalho em uma escola pública, que deveria funcionar de acordo com critérios nacionais como o ensino da língua portuguesa, pode ter contribuído para o encapsulamento do protagonismo de Fernando Ostermann.

Assim como a Escola Municipal Professor Fernando Ostermann, outras escolas em Blumenau entre os anos de 1945 e 1964, foram mobilizadas pelo projeto de futuro da cidade que para ser reconhecido precisava de um passado ancorado em elementos de coesão, narrado por meio da memória. Entendo que a busca pelo futuro contorna as fronteiras do passado porque

necessita de referências do acontecido para amparar as expectativas do que se quer acessar. Entretanto, o futuro não pode ser garantido pelas experiências passadas e tão pouco pode existir sem elas. Nas palavras de Reinhart Koselleck (2006, p. 36) “o passado só pode ser experimentado porque ele mesmo contém um elemento de futuridade – e vice-versa”.

A escola pública em 1854, assim definida devido sua criação e funcionamento depender integralmente de recursos governamentais da província, foi pioneira do sistema escolar organizado em Blumenau ainda no período em que o território era uma Colônia privada, oficialmente instalada em 1850 pelo alemão Hermann Bruno Otto Blumenau, interessado em atrair outros imigrantes de origem germânica, grupo étnico predominante desde os primeiros anos do projeto colonizador⁹. Na posse de um amplo território que somava mais de 10.000 km², compondo a região conhecida como Vale do Itajaí¹⁰, Hermann Blumenau não conseguiu concretizar seus planos de um desenvolvimento acelerado para a Colônia, apesar dos empréstimos obtidos com o governo Imperial, necessários devido aos graves problemas financeiros. Conforme as análises de André Voigt (2003) referentes as interlocuções entre o colonizador alemão e o governo de D. Pedro II, foram destinados para a Colônia pelo menos dois empréstimos enquanto ainda se tratava de um negócio privado (1850-1860). Em 1851 os acordos para o recebimento de recursos imperiais incluíam a criação de uma escola de instrução elementar. O texto de Voigt não apresenta maiores detalhes, inclusive para compreender se a questão escolar fazia parte do pedido de Hermann Blumenau ou era um critério do governo imperial para firmar o empréstimo, que foi concedido, porém sem vestígios de investimentos na fundação da escola. Após outro empréstimo em 1855, o desfecho que envolvia a instabilidade da Colônia Blumenau foi a negociação na capital do país que formalizou em 1860 a entrega da Colônia para o governo, permanecendo o fundador como diretor contratado, cargo que ocupou

⁹ Após a Independência do Brasil em 1822, o governo imperial estimulou durante o século XIX, a vinda de imigrantes direcionados para as regiões do Sul país. Esse projeto imigratório fundamentava-se nas ideias eugenistas de civilização, vinculadas a valorização do progresso e a miscigenação da população. Áreas consideradas “vazias” no Sul do Brasil, já que a presença dos povos originários não era legitimada como ocupação, mas como um problema a ser combatido pelo extermínio, foram negociadas com a iniciativa privada, organizada para atrair pessoas que eram avaliadas como civilizadas, o que significava brancas e de preferência europeias. Como estímulo, agentes colonizadores recebiam incentivos, especialmente relacionados a facilitação da posse de terras por preços módicos.

¹⁰ A denominação Vale do Itajaí está relacionada as características naturais da região, composta por vales atravessados por rios, sendo o principal chamado de rio Itajaí-Açú. O território concedido pelo governo brasileiro para Hermann Blumenau originou ao longo dos anos vários municípios, com destaque para década de 1930, quando ocorreu o maior número de emancipações, reduzindo drasticamente a área de Blumenau.

até a emancipação política de Blumenau, elevada à categoria de município em 04 de fevereiro de 1880, processo efetivamente concluído em 10 de janeiro 1883¹¹ (Machado, 2008, p. 37).

As análises que iniciei com a dissertação de mestrado (2019) e foram ampliadas nesta tese, demandaram um recuo temporal nas investigações, intencionando compreender elementos do complexo sistema escolar de Blumenau, em formação desde a segunda metade do século XIX. Não se tem aqui pretensão de apresentar um estudo sobre a época da colonização, trabalho historiográfico ainda a ser realizado e fundamental para a compreensão de questões envolvendo a transição de uma colônia privada para imperial/pública. O que importa, refere-se aos sentidos atribuídos para as relações entre o público e o particular, que em diferentes circunstâncias assumiram contornos tensionados no cotidiano de cada localidade devido aos avanços da presença do Estado por meio de processos de institucionalização. Na medida em que Blumenau vai sendo integrada à Nação brasileira, são forjados os vínculos com diferentes instâncias dos poderes regionais e nacionais, nem sempre por arranjos considerados ideais para a sociedade local, principalmente em períodos com fortes interferências estatais, como no caso das ações nacionalizadoras dos anos de 1910 e do tempo da nacionalização nas décadas de 1930 e 1940.

Os núcleos populacionais em formação, distribuídos pelo amplo território da Colônia e durante muito tempo distantes entre si, com restrições nas formas de acesso, eram majoritariamente compostos pelos imigrantes alemães e seus descendentes até os primeiros anos do século XX¹². Constituíram-se fortemente atravessados pelos elementos étnicos provenientes da cultura de origem dos colonos¹³, manifestados por laços de parentesco, vizinhança, religiosidade, além da formação de grupos associativos, também articulados como tentativa de assegurar estabilidade cultural perante as mudanças vivenciadas na nova pátria. Os diferentes tipos de associativismo organizados em Blumenau entre eles o recreativo, o filantrópico, o religioso, o comercial, o escolar, esse último pertinente para essa pesquisa, configuraram desde os primeiros anos da ocupação colonizadora um “lugar social”, conforme apresenta Jean-Pierre Rioux no diálogo que estabelece com Geneviève Poujol (2003, p. 111). Afirma-se pelas relações de sociabilidades que amparam o fazer político, necessário para conduzir a vida cotidiana com a definição de lideranças que adquirem legitimidade no tecido social em formação.

¹¹ A demora para a instalação do município foi justificada pela enchente que comprometeu gravemente o território de Blumenau em 1880. A recuperação foi lenta e necessitou de auxílios financeiros encaminhados pelo governo brasileiro.

¹² Os imigrantes italianos começaram a chegar por volta de 1875 sendo reconhecidos como o grupo étnico com maior representação na Colônia Blumenau depois dos alemães.

¹³ Expressão que mobilizada nesse contexto para designar os moradores da Colônia.

Foi característico nesse processo de formação de Blumenau a organização de escolas particulares criadas e mantidas pelas inúmeras comunidades e que também foram reconhecidas de acordo com Lúcio Kreutz (2014) como “escolas étnicas”. Essa definição foi atribuída por terem sido responsáveis pela salvaguarda dos bens culturais alemães e pela contribuição na regulação da vida social por meio de regramentos dos comportamentos que deveriam conservar esses valores afirmados pelos moradores. Apesar do seu caráter inicialmente privado essas escolas foram gradualmente estabelecendo contatos com as deliberações estatais, o que atraiu para o interior das comunidades o trabalho de agentes públicos que atuavam para fiscalizar o cumprimento das determinações legais. Significa dizer que promoveram interferências que não deixaram de ocasionar incômodos por se manifestarem na interface da educação e da política, em especial, relacionados as questões de caráter étnico, explicitados pelo predomínio do ensino em língua alemã em detrimento da língua nacional.

Fundadas por iniciativas particulares, foram escolas mantidas por vários anos com recursos periódicos de moradores locais, sendo a participação do Estado inconsistente, mas não inexistente. A maioria das vezes, essas comunidades escolares estavam organizadas por meio do associativismo formalizado com base em estatutos, originando uma Associação Escolar para cada escola. Os moradores reuniam-se com o objetivo comum de implementar uma escola no formato multisseriado, com ensino até o 3º ano, em que as crianças acessariam a instrução das primeiras letras, ensinadas pelo professor, por muitos anos cargo ocupado majoritariamente por homens, atuando em uma sala de aula mista, ou seja, compartilhada por meninos e meninas, modelo mais frequente, apesar de existirem escolas exclusivas para meninas e meninos.

Além da função de instrução, eram lugares articuladores das experiências comunitárias desde a promoção de festas para arrecadar fundos até reuniões que envolviam críticas aos comportamentos familiares como, por exemplo, a negação em matricular as crianças. Também favoreciam o contato entre as distintas localidades, que interagiam pela troca de professores ou pelo compartilhamento das mesmas cobranças dos inspetores escolares. Ao definir essas escolas como lugares, mobilizo o entendimento de Maíra Ines Vendrame (2023), considerando que o lugar é produzido na relação com o espaço e as diferentes interações dos sujeitos, nem sempre estáveis e harmoniosas. Essa perspectiva, privilegia análises em escala reduzida, possibilitando observar sutilezas, fragilidades nessas relações com maior ou menor potencial de estranhamento dos vínculos sociais, que não devem ser naturalizados, interpretados como passíveis, apenas por se tratar de uma configuração comunitária. Isso porque, compartilhando da perspectiva de Angelo Torre (2023, p. 151) com base em seus diálogos com Giovanni Levi é preciso romper com “a noção funcionalista de comunidade como sistema

homeostático - fechado no seu interior e em tendencial equilíbrio”. Toda a comunidade organizada pelas relações parentais, de vizinhança, por grupos associativos, além das interações que estabelece com o externo, incluindo os poderes estatais, em alguma medida elabora arranjos locais para lidar com divergências, nem sempre explícitas nas documentações oficiais sendo necessário investigar pelas brechas, compondo o conhecimento histórico por meio do cruzamento de fontes e no caso deste estudo, muitas fontes.

As pesquisas desenvolvidas na década de 1930 pelo sociólogo Emílio Willems (1980, p. 295-296), demonstraram que as escolas das comunidades nas áreas de colonização alemã no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina assumiram funções diversas, diferentes daquelas que caracterizavam as escolas na Alemanha, onde tinham propósitos nacionais. No Brasil, funcionavam como mantenedoras dos interesses “locais ou regionais que segregavam as comunidades teuto-brasileiras em vez de associá-las à sociedade nacional”. Se tornaram guardiãs das referências étnicas germânicas, especialmente, mobilizando a língua alemã como uma referência simbólica, além de sua importância prática para a vida social. Nas palavras de Willems (1980, p. 276-277) “suas instituições, sobretudo igreja e escola, fazem da transmissão da língua um culto. Ela vem a simbolizar valores étnicos, religiosos e, mais recentemente, também políticos”. Trabalhavam para “perpetuar a cultura local”, indicando em diferentes circunstâncias pouco ou nenhum interesse na interação com a cultura brasileira, com destaque para a ausência completa ou ineficiência do uso da língua portuguesa, ensino que em Blumenau foi praticamente nulo durante vários anos. Apesar da obrigatoriedade, mesmo quando as leis ainda não proibiam o ensino em alemão, o que possibilitava o uso das duas línguas, o vernáculo não foi matéria de ensino ou quando aparecia no programa dessas escolas, era ensinado com ineficiência, situação frequentemente justificada por várias autoridades de Blumenau e até de outras instâncias estatais devido à falta de professores habilitados e materiais didáticos apropriados. Esses aspectos configuraram problemas reais, que não devem ser ignorados, entretanto, não anula considerar o desinteresse por vezes demonstrado sobre os estudos nacionais, que não envolvia apenas o conhecimento do idioma, mas também da história e da cultura do Brasil.

Em sua escrita publicada em 1918 com o título *Crônica do vilarejo de Itoupava Seca: Altona desde a origem até a incorporação à área urbana de Blumenau*, o professor Max Humpl iniciou suas observações sobre as “escolas e ensino”, exaltando o trabalho das escolas particulares em Blumenau.

Mais do que todos os artigos de jornal, mais enérgicos do que todas as conferências e discursos, atuam há 50 anos as modestas escolas particulares para a manutenção da língua e dos costumes alemães na nova pátria dos primeiros imigrantes. Se se fala dos méritos pela manutenção do caráter herdado e da língua materna, não se deve esquecer dos pioneiros em todos os vales e recantos das colônias, que tanto fizeram por este ideal através da fundação e da manutenção do funcionamento de suas escolas. Muitas vezes não era fácil manter permanentemente as instituições escolares, encontrar homens apropriados para serem professores, superar todas as numerosas preocupações e tomar as decisões certas nas difíceis medidas que justamente a escola motivava (Humpl, 2015, p. 96).

Suas palavras expressaram o valor que essas escolas adquiriram na formação de Blumenau, afirmando o compromisso que estabeleceram com a defesa da germanidade na busca pela coesão do grupo étnico. Assumiram a função de não esquecer de lembrar a terra de origem como o elo de pertencimento compartilhado pelos moradores. A existência dessas escolas “pioneiras” foi considerada uma espécie de pilar de sustentação das relações comunitárias, localizadas em áreas remotas, onde as condições de vida demoraram a progredir conforme os planos iniciais do colonizador. Essas características aglutinadoras, não anulavam as diferenças manifestadas entre essas escolas particulares pois, eram conduzidas por imigrantes e descendentes que muitas vezes tinham formas distintas de conceberem a escolarização, além das demandas locais exigirem posicionamentos que imprimiam certas especificidades.

Na interpretação de Emílio Willems (1980), essas escolas deveriam ser caracterizadas como “teuto-brasileiras”, uma vez que estabeleciam vínculos com a cultura alemã, mas funcionavam para instruir crianças nascidas em território brasileiro, no contexto de colonização. Esse entendimento assumiu contornos políticos e foi acionado por grupos distintos em configurações variadas, ora para legitimar o processo de integração nacional dos imigrantes e seus descendentes, ora para acusá-los de negar o valor da cultura brasileira e resistir a assimilação¹⁴. No âmbito oficial, observando documentos governamentais, essa definição de “escolas teuto-brasileiras” aparentemente não adquiriu força, sendo sua mobilização identificada de forma esporádica. Com maior incidência, foram chamadas de “escolas alemães” ou *Deutsche Schule*, principalmente, porque tinham como característica central e consistente, o ensino em língua alemã, na leitura do próprio Willems (1980, p. 286), uma “designação corriqueira [que] cobria, na realidade, uma multiplicidade de escolas, diversas pela forma e pela

¹⁴ O conceito de assimilação, oriundo dos debates da antropologia, foi intensamente mobilizado nos estudos migratórios e na atualidade ainda tem seus adeptos. De modo geral, consiste em considerar que perante mudanças de média e longa duração na prática de hábitos, uma cultura é transformada pela interferência de outra, assumindo características que se distanciam da cultura de origem e incorporam valores capazes de elaborar uma cultura distinta.

função”. Em seus estudos, evidenciou que as escolas fundadas pelos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil, não eram equivalentes às escolas existentes na Alemanha, portanto, o uso da noção “escola alemã” era equivocado. De modo geral, as discussões sobre os sentidos dessa definição estiveram cercadas por questões que envolveram o autorreconhecimento étnico das comunidades onde essas escolas estavam inseridas, além da necessidade de adaptação e construção de referências próprias para um funcionamento regular e duradouro (Klug, 2003).

Escolher denominar as escolas particulares como “teuto-brasileiras” ou “alemães” significou também reconhecer a conjuntura para tal escolha. Isso porque, especialmente nos momentos de desconfiças, estimuladas pelos movimentos de nacionalização, agravados durante as duas guerras mundiais na primeira metade do século XX, a definição de “escola alemã” se tornou um incômodo. Contudo, a noção de “escola teuto-brasileira” pareceu pertinente em certas circunstâncias, quando houve tentativas de negociar formas de sobrevivências perante as imposições legais, como forma de demonstrar uma aproximação daqueles de origem teuta (alemã), com as demandas nacionais. Interessava validar a ideia de que era possível, sem prejuízos para a nacionalização, continuar cultuando as origens dos antepassados e ainda cumprir com as obrigações junto ao país que proporcionou acolhimento.

Conforme evidenciou o historiador André Voigt (2008), a definição de “teuto-brasileiro” foi acionada de diferentes formas com o passar dos anos, mas de maneira geral continuou a afirmar a manutenção dos vínculos étnicos legitimados pelo parentesco e manifestados pela cultura alemã, articulados com o cumprimento das obrigações de cidadania no Brasil. No transcorrer da última guerra mundial, o termo teuto-brasileiro passou por uma ressignificação, interessada em evidenciar os traços culturais germânicos como forma de enriquecer o mosaico populacional do Brasil, com contribuições para seu desenvolvimento, o que possibilitou a elaboração positivada da ideia de diversidade, na perspectiva de uma natural harmonia, tornada característica orientadora da Nação brasileira. Ainda de acordo com as análises de Voigt (2008), por meio dos estudos apresentados pela Antropologia Cultural, os debates foram adensados por intelectuais como Artur Hehl Neiva, atuante na articulação de políticas públicas para estrangeiros no governo do Estado Novo (1930-1945), além do catarinense Egon Schaden, que sustentou o argumento de que ser “teuto-brasileiro” legitimava as transmissões da cultura alemã e não os vínculos políticos. Essas concepções, muitas vezes foram mobilizadas como tentativas tanto para proteger quanto para suspeitar dos imigrantes e seus descendentes, especialmente no que diz respeito as aproximações com o nazismo.

No caso da noção de “teuto-brasileiro”, em Blumenau ela circulou na imprensa local como analisou a historiadora Méri Frotscher (2007, p. 145) ao pesquisar notícias no periódico

Urwaldsbote. Em edições de junho de 1938, relacionadas as tensões que envolviam instituições vinculadas as manifestações da cultura alemã devido a proibição do uso de nomes estrangeiros, havia um estímulo para que fossem renomeadas, acionando homenagens para pessoas reconhecidas como “teuto-brasileiras”, inclusive com sugestões de pequenas biografias. Os indicativos são de que essa iniciativa do jornal configurou um movimento de continuar “investindo na valorização de personagens de ascendência alemã, nascidos no Brasil”, em uma tentativa de se adequar a legislação sem renunciar às referências étnicas. Entre as diversas associações referenciadas, estavam os clubes de tiro ao alvo, os grupos de canto, teatro e também as escolas, anunciadas como forma de impulsionar o debate público referente as imposições legais. Para fundamentar seus argumentos, o periódico apresentou a opinião de Heinrich Wiederspahn, imigrante alemão do Rio Grande do Sul, que considerava um problema terem as escolas particulares sido definidas como “escolas alemãs”, desconsiderando seu caráter “teuto-brasileiro”. O próprio jornal blumenauense sugere, em tom de acusação, que a definição “escolas alemãs” era afirmada propositalmente, para comprometer de forma negativa os imigrantes e seus descendentes. Ainda para Frotscher (2007), a insistência em demarcar os nomes legitimados como de “teuto-brasileiros” parecia ser uma tentativa de não romper radicalmente com os vínculos étnicos, interesse que não foi efetivado, já que todos os nomes acionados no tempo da nacionalização, obrigatoriamente, foram de personagens relacionados com referências brasileiras.

Ao analisar os Relatórios administrativos do município de Blumenau, documentos que registravam assuntos considerados relevantes, incluindo a educação¹⁵, identifiquei que as escolas foram referenciadas como particulares, paroquiais, evangélicas, públicas, subvencionadas, públicas estaduais ou públicas municipais. A ausência das denominações “alemã” ou “teuto-brasileira” não anula os debates que envolveram as funções étnicas dessas escolas em Blumenau, comprometidas em garantir que as gerações de descendentes de alemães conservassem o *Deutschtum*, ou seja, a noção de pertencimento étnico com a Nação de origem, manifestado pelo uso da língua e outros elementos culturais (Seyferth, 2017, p. 582-583).

A partir de todas essas considerações, avalio como pertinente mobilizar nesta pesquisa a definição de escolas particulares, evitando correr riscos de classificações arbitrárias, mas, principalmente, porque intenciono deslocar os debates para pensar como essas escolas, inicialmente de domínio privado, foram posicionadas na interlocução com os poderes estatais,

¹⁵ A maioria dos Relatórios Administrativos do Município de Blumenau que pode ser acessada refere-se ao período entre 1899 e 1964. Contudo, existem muitas lacunas expressivas como sobre o início do século XX e, principalmente, envolvendo as décadas de 1930 e 1940.

reconhecidas como instituições primordiais para os arranjos políticos forjados em nome de um projeto de cidade interessado na preservação dos valores étnicos que precisou ser frequentemente negociada.

2.2 A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS PARTICULARES INSERIDAS NO IDEAL DE FORMAÇÃO DE BLUMENAU

Quando se trata de estabelecer um histórico das escolas particulares em Blumenau, a narrativa que persiste no senso comum e ainda circula, inclusive em vários trabalhos acadêmicos, insiste em validar a fundação da “*Neue Deutsche Schule*” ou Escola Nova Alemã como a instituição de referência, com sua data de fundação remetendo ao ano de 1889. Uma escola particular, organizada por uma associação de homens, comprometidos a investir na sua criação e manutenção, aparentemente sem ter garantias prévias de verbas públicas regulares e satisfatórias perante as despesas provenientes do governo brasileiro. Foi constituída uma Associação Escolar, denominada de *Deutscher Schulverein* (Sociedade Escolar Alemã), que em março daquele ano realizou uma assembleia para formalizar o início da escola com a presença de quarenta e cinco membros, acordando sua instalação na sede da Colônia Blumenau¹⁶, área onde funcionava o centro administrativo (Wandall, 1993). Entre os presentes, alguns já despontavam como lideranças políticas, atreladas a trabalhos administrativos municipais, também envolvidos com atividades econômicas que começavam a se destacar ou ainda pelas funções religiosas, especialmente ligadas a Igreja Evangélica Luterana¹⁷.

Apesar de já ter surgido com certo prestígio, localizada na sede do município, sendo uma escola particular que rapidamente alcançou um desenvolvimento apropriado para ofertar outros níveis de ensino que não apenas o primário, a Escola Nova Alemã não está entre as primeiras de instrução elementar. O registro mais antigo remonta ao ano de 1863, quando Hermann Blumenau solicitou ao governo provincial de Santa Catarina, que era presidido por Pedro Leitão da Cunha, autorização para auxiliar a construção de três “casas de escola do distrito de Garcia, da Itoupava e do Rio do Têsto”. Portanto, configuram como as primeiras

¹⁶ Atualmente a área faz parte do bairro Centro e é conhecida como núcleo histórico de Blumenau devido a localização do porto onde desembarcaram os primeiros imigrantes, além de ser o lugar onde se desenvolveram as atividades administrativas da Colônia Blumenau.

¹⁷ Nos primeiros anos da Colônia Blumenau, a imigração era predominantemente alemã, o que atraiu a presença da Igreja Evangélica Luterana, organizada com o passar dos anos de forma capilarizada pelo território do Vale do Itajaí.

escolas particulares de Blumenau¹⁸, pioneirismo muitas vezes obliterado pelo enredo de fundação da Escola Nova Alemã, validado como de maior importância. As iniciativas para a criação dessas escolas, foram atribuídas de forma genérica aos “colonos interessados”, que também iriam contribuir com suas “dádivas e auxílios”, inclusive com o trabalho, descrito como desafiador, da construção “de uma casa de escola sólida e espaçosa, que possa durar por tempo de algumas gerações, e em que os interessados possam manter aulas à sua custa”¹⁹.

É possível observar que o diretor da Colônia Imperial deixou evidente que as escolas teriam seu funcionamento mantido pelos próprios moradores, desonerando o governo provincial dos custos posteriores à construção. Também demonstrou preocupação com a infraestrutura do edifício escolar, argumentando sobre a importância de sua durabilidade, talvez para justificar o valor dos gastos com a obra. Em seus escritos sobre a história de Blumenau, José Ferreira da Silva (1972, p. 306) apontou que por volta de 1870, Hermann Blumenau encaminhou para a província um “projeto de uma escola padrão, com o respectivo orçamento”, definindo que a construção teria “uma sala de aula e dois outros compartimentos para o professor”, o que permite pensar sobre seu interesse em padronizar um modelo de escola. Essa resolução poderia evitar críticas entre as comunidades escolares referente a qualidade dos edifícios e possíveis diferenças entre eles. Além disso, por serem financiados com recursos públicos, caso o projeto fosse aprovado, não deveriam sofrer interferências de preferências particulares. Sobre a aprovação ou não do projeto, vestígios não foram encontrados, apenas pode-se dizer que as interlocuções entre a administração da Colônia e o governo provincial foram ativadas.

Ainda de acordo com as pesquisas de Ferreira da Silva (1972, p. 301), em um relatório de 1862 direcionado por Hermann Blumenau para o governo do Império, foram destacadas três dificuldades referentes a criação de escolas particulares na Colônia, entre elas os desafios para a edificação de casas escolares. Além disso, a contratação de professores de moral idônea e que pudessem ensinar conhecendo a língua alemã e portuguesa eram encarados como os outros problemas, ponderações que podem ter sido necessárias para acessar os recursos governamentais que estariam atrelados a critérios como o ensino da língua nacional.

¹⁸ Algumas fontes também mencionam de maneira inconsistente, que por volta de 1857, teria sido criada uma escola particular conduzida pelo primeiro pastor da Igreja Evangélica Luterana em Blumenau chamado Rodolf Oswald Hesse. Entretanto, não existem vestígios para afirmar que essa iniciativa tinha o formato de escola, sendo possível considerar que seriam aulas “avulsas”, ministradas nem sempre com regularidade, nas dependências construídas para os cultos.

¹⁹ BLUMENAU em 1863. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 3, t. 10, p. 45, mar. 1969.

É difícil traçar uma origem para o sistema escolar em Blumenau, mas é seguro dizer que possivelmente existiram algumas iniciativas particulares de pessoas ou até pequenos grupos que faziam funcionar “aulas”, ministradas de forma avulsa, sem a sistematização de uma escola com seus programas de ensino e lugar construído para esse fim. Ou ainda a abertura do que Emílio Willems (1980, p. 280) chamou de “escolas domésticas” no formato mantido na casa de algum colono onde as crianças que moravam mais próximas eram reunidas. Entretanto, foi com a organização e formalização das Associações Escolares que é possível reconhecer a formação de uma rede escolar, funcionando com alguns parâmetros de regularidade, o que parece ter adquirido contornos consistentes a partir da década de 1880.

Conforme já observado é válido afirmar que a maioria das escolas particulares foram fundadas desde o século XIX a partir da organização associativa dos moradores de cada povoado, constituindo uma Associação Escolar. Contudo, foi possível identificar que houve exceções, como parece ter sido o caso noticiado em 23 de julho de 1887 pelo jornal local *Blumenauer Zeitung*, onde “Hermann Heidorn e Theodor Schmidt comunicam que abrirão uma escola particular em Encano Baixo²⁰, que ensina português e alemão inclusive outras matérias.”²¹ Não foram incomuns as escolas criadas por ordens religiosas da Igreja Católica, com destaque para as áreas de colonização italiana e polonesa ou as que tinham algum vínculo mais ou menos estreitos com a Igreja Evangélica Luterana, segmento religioso que teve forte atuação na Colônia desde os primeiros anos.

O caso da Escola de Ilse Alta²² pode ajudar a compreender, apesar de pouco ser conhecido devido à ausência de vestígios acessíveis, que cada comunidade experienciou especificidades nas formas de organizar as trajetórias de suas escolas, principalmente enquanto não estavam consolidados critérios legais e hábitos comuns de funcionamento. A busca por afirmar generalizações sobre as escolas particulares, muitas vezes estiveram interessadas em forjar relações livres de tensões, sacralizando tanto o lugar dessas escolas quanto as próprias comunidades, em nome de uma pretensa solidariedade étnica entre os imigrantes alemães e seus descendentes. Alguns moradores na localidade de Ilse Alta se reuniram em 1876 para construir uma escola, ocupando um terreno “reservado, por parte da Direção da Colônia” e mantendo seu funcionamento com recursos financeiros destinados pela província de Santa Catarina, somado também aos valores pagos como mensalidades pelos interessados. Com o fim da subvenção em

²⁰ Atualmente é uma localidade no limite dos municípios de Blumenau e Indaial. Antes dos desmembramentos do território de Blumenau a partir de 1934, Indaial era um dos seus distritos.

²¹ VALLATON. Aviso. *Blumenauer Zeitung*, Blumenau, ano 7, n. 30, s. p., 23 jul. 1887. Pasta Escolas Coloniais (6.8). Tradução Edith Eimer.

²² Atualmente a localidade pertence ao município de Ascurra, emancipado em 1963 do município de Indaial.

algum momento entre 1880 e 1881, a escola foi fechada. Possivelmente, no mesmo edifício logo foi “substituída por uma outra escola, particular, do senhor C. Zenker, a qual funcionou de 1881 a 1888. A mensalidade escolar importava nesta escola particular, como também a era na outra, na média em 700 reis”²³. Essas poucas informações permitem mais indagações do que explicações, mas evidenciam que recursos públicos contribuíram para a existência dessa escola particular, expressando a complexidade dessas relações entre o público e o privado ao longo da história de Blumenau, já que não se trata de um exemplo único.

Aparentemente, os moradores que criaram a primeira escola em Ilse Alta podem não ter formalizado uma Associação Escolar, considerando a característica que se tornou essencial para reconhecer esse formato de associativismo: a definição de estatutos, o que não significa a ausência de uma organização coletiva, com decisões e responsabilidades conjuntas. Os indicativos são de que foi em 1886 quando aconteceu a formação de uma Associação, a “Comunidade de Ilse Neisse, com cerca de 55 sócios, que edificaram, com recursos próprios, o lote da escola de nº 163 um edifício adequado para escola e casa de orações”²⁴. Portanto, anos mais tarde, tudo indica que no mesmo lote da primeira escola, onde depois funcionou uma segunda escola, outra foi construída com melhores condições, possivelmente sem verbas governamentais. É pertinente considerar que Frederico Kilian, tradutor dessas informações registradas em um jornal local escrito em língua alemã na época dessa fundação, assinalou sua dúvida sobre a procedência do terreno no momento da construção da primeira escola em 1876. Sua ponderação questionou se era uma terra pública, habitualmente reservada na distribuição dos lotes para a organização dos povoados da Colônia Imperial ou havia sido uma propriedade do próprio Hermann Blumenau, cedida/doada para aqueles moradores, questionamento que ficou sem esclarecimento.

A fotografia abaixo permite visualizar essa escola particular denominada pela escrita no quatro apoiado no chão e centralizado na imagem de “*Deutsche-Schule Ilse-Neifse*”. Logo atrás desse quatro aparece um globo terrestre posicionado na parte que mostra a América e nos fundos possivelmente está o professor acompanhado de sua esposa, tendo sido as crianças separadas por gênero, mas agrupadas aparentemente sem critério referente a idade. O fundo do registro fotográfico é uma estrutura enxaimel, com os tijolos e madeiras a vista e que logo acima da porta está uma cruz, sugerindo que era “a escola e casa de orações”, conforme indica o diálogo entre os documentos escritos e a imagem.

²³ KILIAN, Frederico. Escolas no século passado. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 3, t. 30, p. 66, mar. 1989.

²⁴ *Ibid.*, p. 67.

Figura 1. Professor, esposa e alunos/as na Escola Particular Ilse Neisse



Fonte: Autoria desconhecida, s/d. Angelina Wittmann, 2022.

Também na mesma comunidade foi edificada uma outra escola no lote particular nº 187, pertencente a Frederico Strey, afastada aproximadamente seis quilômetros da escola já existente. Ainda mais um terreno foi referenciado com o número 163b, provavelmente próximo ao outro com a mesma numeração, talvez localizando a residência do professor. Ainda consta que uma nova escola foi aberta em 1893 pelo professor C. Zenker, no seu próprio lote nº 189, inclusive que funcionava como pensionato, após ele deixar de trabalhar nas duas escolas já mencionadas, a do lote nº 163 e nº 187²⁵.

Como foi possível observar, a rede escolar de Blumenau foi constituída de forma complexa, já que em uma única comunidade poderia funcionar ao mesmo tempo, a partir da iniciativa de apenas uma pessoa, também de um grupo ou de uma Associação Escolar (grupo formalizado por estatutos), mais de uma escola particular com ou sem auxílios estatais. Certamente, entre esses três tipos existiram diferenças, especialmente na relação de liderança com a comunidade, elemento fundamental presente nas escolas conduzidas pelas Associações e que caracterizou por décadas o sistema escolar consolidado em Blumenau entre a segunda metade do século XIX e os anos de 1950.

²⁵ *Ibid.*, p. 66.

Cabe retomar as palavras do professor Max Humpl (2015, p. 96), referenciadas anteriormente, em que apresentou sua admiração por aqueles que ele chamou de “pioneiros”, espalhados pelos povoados de Blumenau e que “tanto fizeram por este ideal através da fundação e da manutenção do funcionamento de suas escolas”. Eram homens que por meio desse associativismo se tornaram lideranças locais e assumiram o compromisso de fundar escolas particulares, reunidos em uma Associação Escolar. Para o professor, essas iniciativas não deveriam ser esquecidas, já que haviam contribuído com a causa étnica, em busca da conservação dos vínculos com a cultura alemã, mesmo perante as necessidades diversas, incluindo “tomar decisões certas nas difíceis medidas”.

As Associações Escolares não figuram como a única característica compartilhada pelas escolas particulares. Em comum, tinham a maneira de serem identificadas, habitualmente pela posição geográfica, utilizando termos como alto, baixo, central, conforme a própria comunidade de Ilse Neisse, que em algum momento passou a referenciar as escolas como Ilse Neisse Baixa e Ilse Neisse Alta. Também os rios e ribeirões, vias de locomoção muito importantes por longos anos em Blumenau, foram mobilizados para demarcar o lugar de uma escola, por exemplo, a que seria construída na margem esquerda da região de Rio do Testo²⁶, após a confirmação da Câmara Municipal em 19 de janeiro de 1884, do requerimento encaminhado para o governo provincial por “Frederico Hein, representante da Comunidade Evangélica” solicitando a entrega do “lote reservado nº 112, no dito lugar, para nêle edificar casa de escola”²⁷. Outros termos relacionados a natureza foram empregados, referenciando formas de representação das localidades, que contribuíram para desenvolver noções de pertencimento dos imigrantes junto ao novo território. Assim, denominavam-se em 1915, a Escola Particular de Morro Pellado²⁸ ou a Escola Particular de Taquaras²⁹, apontadas a título de exemplos. Como outra forma de reconhecimento das escolas particulares, algumas em funcionamento na mesma comunidade, porém distantes entre si, foram usados números para diferenciação. Entre os casos, estão as escolas de Pomeroda I e Pomeroda II, ambas localizadas da região de Rio do Testo. Importa também mencionar, a existência de nomes vinculados a referências indígenas tanto de etnias quanto com palavras originadas de línguas nativas, como Escola Paroquial de Guarani-Mirim

²⁶ Região pertencente a Blumenau e reconhecida como Distrito até 1959, ano de sua emancipação política originando o município de Pomerode.

²⁷ KILIAN, Frederico. Alguns extratos das resenhas da Câmara Municipal nos anos de 1882 e 1884. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 3, t. XVIII, p. 100, mar. 1977.

²⁸ Característica da vegetação que havia sido desmatada.

²⁹ Tipo de planta frequentemente associada ao bambu.

ou Escola Particular de Tatutyba I³⁰. Por fim, menos usuais foram identificações, inclusive usadas em língua alemã, com o nome, sobrenome ou expressões para denominar alguém com algum vínculo comunitário, assim como termos relacionados a determinada característica da povoação, por exemplo, Escola Particular da localidade de Badenfurt (caminho de Baden, região da Alemanha), que é apresentada visualmente na sequência.

Figura 2. Escola Particular Badenfurt em Blumenau



Fonte: Autoria desconhecida, 1866. Arquivo Nacional.

Ao observar a fotografia é possível refletir por meio da visualidade, sobre alguns elementos característicos das muitas escolas particulares de Blumenau. Apesar de não poder afirmar a data do registro fotográfico, nem sua circunstância, as vestimentas indicam algum momento no início do século XX, o que demarca uma escola, provavelmente, diferente de suas configurações originais, já que apresentou o ano de 1866 como a data de sua fundação, evidenciando sua longevidade e permitindo afirmar que era uma das primeiras escolas da

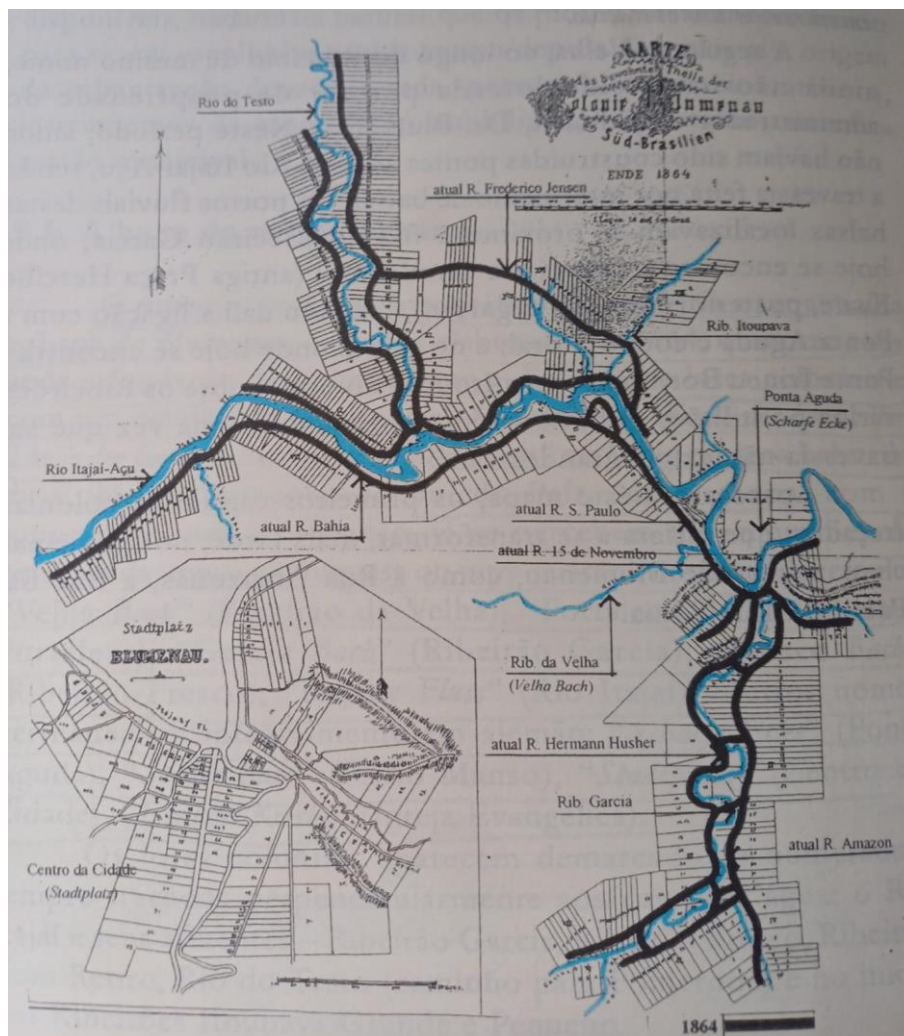
³⁰ A expressão Tatutyba tem relação com língua tupi-guarani e foi mobilizada para identificar uma área de Blumenau devido ao modelo de linhas coloniais, que eram demarcadas em direção ao interior do Vale do Itajaí, movimento que foi associado com a prática do animal Tatu, que escava com profundidade. No caso de Blumenau, a região era ocupada pelos povos Laklãnõ-Xokleng, falantes da língua Jê, que foram violentados pelos imigrantes e seus descendentes e, pelas ações de extermínio coordenadas pelo governo de Santa Catarina, incluindo seu aldeamento a partir de 1914.

Colônia. O edifício escolar, também construído com a técnica arquitetônica germânica conhecida como enxaimel, aonde a estrutura de madeira à vista é preenchida com tijolos, era um tipo de construção mais elaborado, que se tornou o modelo de várias escolas particulares de Blumenau, representando que a escola havia conseguido superar algumas dificuldades e investir em instalações mais apropriadas. Geralmente abrigava o espaço para uma sala de aula e pelo menos outro cômodo servia de acomodação para o professor, incluindo em alguns casos também sua família.

No primeiro plano dessa imagem estão as crianças fotografadas sentadas, de pé e duas delas reclinadas em uma manta no chão, demonstrando que se tratava de uma escola mista, apesar de estarem naquele momento separadas por gênero. A diferença de tamanho das crianças comunica que era uma escola no formato multisseriado, em que se ensinava do 1º ao 3º ano. Atrás das crianças, posicionados de pé, cinco homens, com grandes chances de um deles ser o professor, sendo os outros sugestivamente membros da Associação Escolar. Nota-se no fundo, dentro da casa, duas mulheres que aparecem nas janelas, posicionadas na imagem como coadjuvantes, assim como na sociedade, não reconhecidas por suas contribuições nas atividades escolares. Ainda é possível visualizar na lateral da casa, uma área de mata, indicando ser uma escola isolada, característica comum da maioria das escolas particulares de Blumenau, que ficavam localizadas em povoações distantes da sede e chegavam a ter um afastamento entre oito e dez quilômetros uma da outra (Silva, 1972, p. 303).

Nos primeiros anos da colonização, as escolas particulares também foram chamadas de “escolas de picada” devido sua localização nas chamadas linhas coloniais, em alemão definida pela expressão *tiefe*, relacionada aos caminhos traçados pela mata para ocupação dos lotes (Willems, 1980, p. 283). Conforme a imagem do mapa apresentado na Figura 3, os pontos centrais de referência eram os rios e ribeirões (demarcados em azul) que estabeleceram paralelamente os caminhos da abertura de picadas transformadas de forma gradual em estradas (demarcadas em preto), orientando a ocupação territorial da Colônia. Como um mapa de 1864, a demarcação ainda contemplava apenas as áreas mais próximas ao centro administrativo, lugar em que haviam chegado os primeiros imigrantes em 1850.

Figura 3. Planta da Colônia Blumenau, 1864



Fonte: Siebert, 2000, p. 194.

Inicialmente, a maioria dessas escolas particulares isoladas estava instalada de forma rudimentar, em construções improvisadas, muitas delas sendo posteriormente substituídas por estruturas que ofereciam melhores condições de ensino. O caso da Escola Particular de Itoupava Norte, criada por um grupo de moradores que ocupavam a “margem oposta [esquerda] povoada até a ponte do Salto”, localidade próxima do Rio Itajaí-Açu, exemplifica esse processo, de acordo com o professor Max Humpl (2015, p. 96-97). Enquanto na margem direita os primeiros imigrantes ainda se estabeleciam, do outro lado “as pessoas que aí moravam fundaram e construíram no ano de 1864 a partir de recursos próprios e literalmente com as próprias mãos e pés (eles mesmos pisoteavam a argila) a escola”. As crianças que podiam estudar, atravessavam o rio, outras vinham a pé pelas picadas, já que por alguns anos aquela era a escola mais próxima. Ainda pelo entendimento de Humpl, enfrentou dificuldades, mas essa escola particular na

localidade de Itoupava Norte seguiu as atividades, inclusive formalizando, em algum momento não identificado, sua Associação Escolar, responsável pela manutenção da escola, “reformada em 1904, e ampliada em 1914, através da construção de uma residência para o professor”.

Aspectos da trajetória da Escola Particular de Itoupava Norte foram estudados na dissertação que defendi em 2019, demonstrando que essa escola carregou o nome da localidade, onde continua a funcionar e ser chamada de Itoupava Norte, até sua completa incorporação pelo governo estadual no ano de 1957, quando deixou de ser reconhecida por Escola Pública de Itoupava Norte e passou a ser chamada de Grupo Escolar Professor João Widemann. Assumir as denominações das localidades também como identificação das escolas particulares foi outra característica que marcou o sistema escolar de Blumenau e, apenas foi alterado com as leis de nacionalização implementadas a partir da década de 1930, primeiro com a definição de nomes de personalidades nacionais e depois com nomes relacionados a pessoas que estiveram vinculadas as referências étnicas alemãs.

A lista de escolas particulares de Blumenau no ano de 1915, contendo o nome dos professores, a quantidade de alunos, a localidade e a categoria na qual estavam classificadas (particular, paroquial, evangélica), permite observar essa característica sobre os nomes compartilhados entre as localidades e suas escolas. Fica evidente que essas comunidades escolares mobilizaram estratégias que foram capazes de fomentar sentidos de pertencimento e garantir a coesão necessária para a defesa dos interesses de cada grupo, que tinham em comum a interação com os elementos étnicos, manifestados no funcionamento das próprias escolas.

O modelo de ocupação das linhas coloniais, implementado em Blumenau a partir de 1850, contribuiu para uma prática que não era habitual dos imigrantes quando viviam na Alemanha, onde era o Estado que direcionava as escolas públicas (Willems, 1980). No Brasil, foram necessárias iniciativas particulares em cada povoação para que escolas fossem fundadas, formando um amplo sistema escolar que se tornou complexo para ser administrado em conjunto, inclusive pela maneira como as escolas estavam distribuídas pelo território e as disparidades relacionadas a variação da quantidade de crianças matriculadas. Ao observar a relação de escolas particulares apresentada no Relatório administrativo sobre o ano de 1915, fica evidente perceber que funcionavam com números distintos de alunos, algumas com a presença de 16 crianças, como o caso da Escola Particular de Encano, outras com números bem expressivos, exemplificado pela Escola Particular de Pommeroda I com 81 alunos. Essas diferenças podem ter múltiplas explicações, entre elas a quantidade de moradores da comunidade, as características geográficas que dificultavam o acesso a escola, a própria percepção de sua qualidade ou mesmo do valor da instrução escolar para aquele grupo social.

Essa grande quantidade de escolas particulares em Blumenau, que chegou a ultrapassar a centena no início da primeira metade do século XX, apesar de semelhanças nas formas de organização, não devem ser entendidas de forma a anular as diferenças entre elas, inclusive em relação ao reconhecimento da importância da escola para os moradores de cada comunidade. Isso porque, a valorização que foi atribuída ou não para a escola na nova pátria, inicialmente teve relação com as experiências pregressas dos primeiros imigrantes, originados de diferentes “Estados alemães dos quais cada um tinha um sistema escolar diferente, sobretudo do ponto de vista do desenvolvimento geral e da eficiência pedagógica”. Significa dizer que “para alguns a escola de alfabetização representava um valor que lhes parecia compensar grandes sacrifícios, outros se mantinham indiferentes” (Willems, 1980, p. 280). De acordo com o historiador João Klug (2003, p. 143-144) em outras áreas de colonização alemã de Santa Catarina também houve o interesse na promoção de narrativas superestimadas sobre a importância da escola para os imigrantes alemães no processo de colonização, enraizando a visão ainda presente, de que as escolas sempre foram prioridade, o que precisa ser questionado. Em Blumenau, é possível validar que a escola se tornou uma espécie de fronteira política, estruturada para garantir coesão do grupo étnico alemão por meio do ensino dos elementos culturais de identificação com a terra de origem, além de ser um instrumento capaz de defender os interesses locais frente as disputas políticas que pudessem ameaçar os interesses étnicos.

2.3 AS ASSOCIAÇÕES ESCOLARES E SEUS PROPÓSITOS POLÍTICOS

É inegável que prevaleceu o caráter associativo para a fundação de escolas particulares em Blumenau. Os estudos de Giralda Seyferth (2017, p. 582-583) evidenciaram que a imigração alemã para os núcleos coloniais no sul do Brasil estabeleceu uma “organização comunitária étnica” pela via do associativismo, manifestado por meio de clubes recreativos, desportivos, culturais e a fundação de muitas comunidades escolares. Havia interesses em garantir que as gerações de descendentes de alemães conservassem o *Deutschtum*, ou seja, a noção de pertencimento étnico com a Nação de origem, expressado pelo uso da língua e outros elementos culturais. Também para o historiador René Gertz (1987) as escolas privadas que prevaleceram em Santa Catarina figuravam como representação de um passado que não poderia mais ser presentificado caso elas desaparecessem, atuando como o último esteio para a preservação do *Deutschtum*. Ainda as análises de Gertz (1987, p. 53) apontam que a maioria dessas escolas “não [estavam] ligadas a igrejas e significa que neste estado um percentual mais alto de escolas era mantido por associações escolares locais, sem um enquadramento numa organização mais

ampla”, evidenciando a ausência por alguns anos de uma organização centralizadora para orientar o funcionamento, aspecto apenas encaminhado a partir do início do século XX.

O caráter associativo da colonização alemã em Blumenau, que foi manifestado em diferentes âmbitos da vida social, pode ser entendido como uma cultura política pois, as centenas de Associações criadas desde o período colonial e que perduraram por décadas, algumas em atividade ainda na atualidade, foram organizadas e atuaram na fronteira entre a cultura e a política, estabelecendo entrelaçamentos duradouros. Os imigrantes alemães e seus descendentes se reuniram em Associações amparados em leituras comuns sobre as experiências dos deslocamentos transnacionais, estruturando normas, proposições por meio de estatutos contendo mensagens de conteúdo político, definidos para assegurar a coesão do coletivo com base em valores culturais partilhados com o tempo da terra de origem. Dialogo com as concepções de Serge Bernstein (2009, p. 39) entendendo que “assim como ela surge num dado momento da história, uma cultura política evolui ao longo da história. De fato, ela tem de se adaptar às mutações da sociedade, sem o que está condenada a entrar em decadência por inadequação às expectativas dos cidadãos”. Suas análises trazem a dimensão temporal para pensar a cultura política, negando as noções de inflexibilidade que, por vezes, encapsulam os debates que envolvem a cultura. No Brasil, o associativismo de caráter étnico, promovido pelos imigrantes alemães e seus descendentes em Blumenau, configurou uma cultura política de organização local e em alguns casos com alcances regionais. Na chave de leitura da historiadora Angela de Castro Gomes (2022) a cultura política está constituída na duração e não se restringe ao ato político e relações circunstanciais que se repetem, mas se manifesta pela expressão de interesses compartilhados, que estão sustentados pelo passado como temporalidade que permite conservar sentidos no presente, mesmo com novos arranjos que conferem atualizações nas formas de articulação do grupo social.

Os laços de vizinhança e em menor medida, de parentesco, possibilitaram a territorialidade dos grupos associativos, caracterizando o associativismo em Blumenau como intimamente relacionado com o lugar, o local. Isso não significa o isolamento, conforme ficou forjado na memória oficial de Blumenau devido a várias narrativas, pelo contrário, as Associações elaboraram mecanismos de aproximação pela via do compartilhamento de representações práticas e simbólicas, pautadas em um passado comum, anterior ao processo migratório e a partir dele, que possibilitaram a articulação de posicionamentos políticos perante as demandas da Colônia e depois do município.

Em diferentes povoações localizadas pelo amplo território de Blumenau, moradores se dispuseram a construir e manter funcionando uma ou mais escolas, em muitos casos, por longos

anos, o que implica uma compreensão geracional para essas instituições tanto relacionada a existência da escola quanto da sua Associação. Essa longevidade não determinou um formato estático, inatingível pelas interferências externas ou mesmo dos interesses que movimentavam os sujeitos nas relações comunitárias envolvendo o cotidiano da escola. Significa dizer que os imigrantes alemães foram responsáveis pela constituição de um modelo escolar que foi conservado atuante por mais de 70 anos, até os impactos severos da nacionalização desencadeada nas décadas de 1930 e 1940. Mesmo após o término do Estado Novo em 1945, algumas Associações Escolares se mantiveram negociando com os poderes estatais a continuidade de suas escolas, especialmente com os governos municipais, inclusive em relação aos domínios patrimoniais. Foi possível observar, com base no acesso de alguns estatutos registrados em cartório no período de 1910 e 1930³¹, que as Associações Escolares definiram direcionamentos diversos sobre o patrimônio perante a dissolução, o que nem sempre significava também o fechamento de suas escolas. Enquanto algumas consideraram apropriado reverter os recursos para uma “utilidade comum”, talvez envolvendo os sócios ou a própria comunidade, outras determinaram que os bens seriam entregues a alguma Associação com a mesma finalidade escolar, mas no caso de inexistência dessa, repassados para o poder público municipal, inclusive condicionando o uso dos recursos para a fundação de uma escola pública.

Com a continuidade de algumas Associações Escolares, apesar de interferências estatais, não era incomum ainda na década de 1950, a presença de imigrantes alemães liderando essas instituições em funcionamento, como no caso da Escola Pública de Itoupava Norte, que desfez legalmente sua Associação apenas em 1955, tendo como um dos membros da diretoria Paul Fritz Kuehnrich, imigrante estabelecido em Blumenau no ano de 1924, com 17 anos. Em algum momento do percurso, após décadas existindo como escolas particulares, foram deslocadas para o controle total do poder público, o que levou ao encerramento de suas Associações (Neves, 2019). Muitas vezes, entre o particular e público, passaram pela experiência de serem escolas subvencionadas, dimensão que será analisada no próximo capítulo.

Os indicativos são de que as decisões sobre o fechamento de uma Associação Escolar, com ou sem a continuidade da sua escola, geralmente, era definido em assembleia, reunido os

³¹ Esses estatutos foram pesquisados em acervos cartoriais de Blumenau e reunidos em um banco de dados que fundamentava uma ampla investigação sobre o Associativismo Civil em Blumenau. Tratava-se de um projeto vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Movimentos Sociais – NEPEMOS, que funcionou na Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB. Esse laboratório estava articulado com o NEPEMOS da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em Florianópolis. Atualmente, nem o laboratório e nem o projeto de pesquisa estão em atuação na FURB e as ponderações que apresento na tese, amparam-se em documentos que fazem parte do meu acervo pessoal pois, participei como bolsista de iniciação científica entre os anos de 2001 e 2004 de um subprojeto ligado aos estudos do Associativismo Civil em Blumenau, direcionado para as Associações Recreativas e Desportivas.

membros de acordo com os critérios de direitos estabelecidos pelo estatuto. Assim aconteceu com a Escola Pública de Itoupava Norte e com outras escolas criadas pelas iniciativas particulares como a Comunidade Escolar do Garcia, que noticiou no jornal local a assembleia geral extraordinária determinada pela diretoria, a ser realizada em “no dia 29 de agosto de 1943, na sede social, às 9 horas, para deliberarem e resolverem sobre a liquidação da dita comunidade”³².

Usualmente chamadas de Sociedades Escolares ou Comunidades Escolares, em língua alemã *Schulgemeinde*, decido neste estudo mobilizar a expressão Associação Escolar devido ao seu caráter associativo vinculado a formalização da sua condição estatutária de funcionamento. Também porque interessa preservar a narrativa do texto de possíveis sentidos equivocados, uma vez que as palavras sociedade e comunidade, possuem significados mais amplos, com características polissêmicas. Sobre esse modelo de associativismo escolar, fortemente relacionado a elementos comunitários, são quase inexistentes as pesquisas e, os poucos vestígios encontrados de forma desarticulada, generalizam o percurso dessas Associações, incluindo de suas escolas. O que se apresenta na história de Blumenau são noções superficiais, pautadas em relatos de memórias, frequentemente interessadas em legitimar uma narrativa sobre a pretensa capacidade de organização dos imigrantes alemães e seus descendentes.

Ainda no período da Colônia Imperial, a organização de moradores por meio da formalização de uma Associação Escolar seguindo um conjunto de normas estatísticas, foi estimulada por direcionamentos de Hermann Blumenau, possivelmente em algum momento entre os anos de 1870 e 1880, quando formulou um tipo padrão de estatuto para as escolas particulares, autorizadas a funcionarem em localidades que estivessem distantes de uma escola pública. Servia como uma espécie de modelo, contendo onze incisos e, aparentemente, poderia variar de acordo com particularidades de cada Associação, sem que isso contrariasse os fundamentos dos critérios definidos pelo diretor da Colônia. De modo geral, o documento aponta que eram reconhecidos como sócios e proprietários todos aqueles (homens e viúvas) que concordassem com as determinações dos estatutos, entre elas, eleição de uma diretoria, realização de assembleias regulares para encaminhar as demandas da escola, ensino de elementos básicos da doutrina cristã, para não favorecer nenhum segmento religioso específico e, a contratação de um professor escolhido pela maioria dos integrantes. As responsabilidades financeiras dos sócios também foram formalizadas no inciso § 4, considerando os valores arrecadados destinados

³² DIRETORIA (Comunidade Escolar de Garcia). Convite. *Cidade de Blumenau*, Blumenau, ano 19, n. 97, p. 2, 25 ago. 1943.

para o estabelecimento, a organização e conservação das escolas particulares [pois] precisa-se, em primeiro lugar, de meios pecuniários para a construção de casas sólidas que contenham, além de uma sala, que deve servir para o ensino, alojamento conveniente para o professor e mais o pagamento para o professor, para a compra dos utensílios e livros mais necessários. Estes meios pecuniários devem ser adquiridos uma vez por joias da entrada e outra vez por contribuições mensais fixadas segundo as necessidades”³³.

Ao apresentar as demandas práticas para a organização de uma Associação Escolar, ficou definido que o grupo deveria demonstrar condições financeiras para criação e manutenção de sua escola, o que possivelmente, seria verificado pela administração da Colônia, que precisava ser cautelosa em oficializar os grupos associativos que teriam o direito de ocupar o lote de terra pública disponibilizada a partir do planejamento de cada povoado para a construção de uma escola. Servia como um tipo de garantia de que a escola não teria breve existência, o que poderia ocasionar reclamações e conflitos entre os moradores locais devido aos recursos próprios investidos sem o retorno esperado. Apesar das tentativas de regular e formatar as escolas particulares, cada Associação Escolar conduziu de acordo com as possibilidades dos seus sócios o funcionamento de sua escola, muitas vezes instalada em imóveis precários, sem espaço próprio para o professor, sobrando escassos recursos para algum material didático. Na intenção de aumentar sua arrecadação, difundiu-se a prática das festas escolares (*Schulfest* ou *Kinderfest*), encontros onde os alunos cantavam, declamavam poemas, apresentavam números de ginástica e peças de teatro. Havia jogos como corrida de saco e ovos, pau-de-sebo, além de comidas e bebidas vendidas para os participantes. “Convidavam-se as sociedades escolares vizinhas e o povo em geral. [...] A renda da festa revertia em benefício do cofre escolar para algum melhoramento ou material didático” (Silva, 1972, p. 285).

O modelo de estatuto elaborado por Hermann Blumenau também estabeleceu direitos e deveres para os associados, inclusive se antecipando sobre outras questões que poderiam ocasionar conflitos internos como no inciso § 5, em que ficou determinado a responsabilidade da diretoria de “entender-se com o professor em tudo que toca ao seu magistério; por isso deverão todos os sócios com desejos ou queixas recorrer ao diretório e não ao professor”³⁴. Desta forma, observa-se que o poder da Associação Escolar se estendia para a dimensão pedagógica, não ficando restrito aos aspectos estruturais e financeiros. O que os vestígios indicam, é que as relações entre os sócios não estiveram livres de embates motivados por

³³ MORADORES da Colônia Blumenau. Estatutos das escolas particulares na Colônia Blumenau. s.d. [Divulga a organização de escolas particulares de instrução primária para os filhos de moradores de distritos distantes], p. 1. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 4.

³⁴ *Ibid.*, p. 2.

diferentes tipos de discordâncias e acusações, que culminavam com expulsões, afastamento de professores, rompimentos que propiciavam a abertura de outras escolas e mesmo a criação de novas Associações pelos sócios dissidentes, entre outras implicações. Para Emílio Willems (1980, p. 283) “divergências pessoais ou políticas separavam, às vezes, os colonos associados afetando desse modo a estabilidade do professor que muitas vezes era dispensado se a ‘oposição’ conseguisse formar a maioria na associação escolar”. Também como motivos de desavenças entre os membros da Associação Escolar podiam estar “a construção do prédio escolar e, mormente, sua localização, provocaram quase sempre dissídios entre os colonos. Os mais influentes naturalmente queriam que a escola fosse construída nas imediações das suas casas que, não raro, eram as vendas do distrito”.

Os movimentos para a construção de uma escola poderiam demandar negociações de diferentes naturezas, incluindo o tamanho ou mesmo a localização do terreno, apesar de no período da Colônia vigorar a prática da demarcação de lotes em diferentes linhas coloniais, reservados para escolas, sendo inconsistentes os critérios para a ocupação desses espaços. O casal Gottlieb Lange e Wilhelmine Lange atestaram por meio de um manuscrito com data de 29 de abril de 1877, que cediam seu “terreno limite nº 10 (dez), na margem direita do Rio Benedito, uma área para fins escolares”. Após a descrição do tamanho e limites do terreno, afirmaram que apenas aceitavam “a presente transação se a mesma Direção nos ceder o terreno nº 2 em Arapongas³⁵”. Como testemunhas do negócio, assinaram W. Hoeltgebaum e S. Krambeck que, possivelmente eram membros da diretoria de uma Associação Escolar³⁶. Não foi possível identificar se a “Direção” citada, tratava-se da direção colonial ou da direção escolar. Aparentemente, o documento serviu para pleitear junto a administração da Colônia a troca de terrenos, já que o lote da localidade de Arapongas seria uma terra pública.

O imigrante Gottlieb Lange anteriormente a essa negociação destacada acima, já havia assinado um outro contrato, dessa vez não como vendedor, mas como comprador de um terreno, aparentemente na localidade de Pomeranos³⁷, incluindo “a casa erguida nele, com tudo que está pregado e fixado”, representando junto com August Busch, a diretoria da Associação Escolar. O terreno, resultado do agrupamento dos lotes nº 68 até 70, pertencia a Wilhelm Duwe e sua esposa Wilhelmine Duwe, que formalizaram o negócio em 20 de junho de 1873. Entre as

³⁵ Atualmente é um bairro do município de Indaial. Até 1934 toda aquela região formava o município de Blumenau sendo Indaial um distrito.

³⁶ DIREÇÃO. Contrato de 29 de abril de 1877. [Atesta o oferecimento de terreno particular para fins escolares em troca de outro lote]. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 9. Tradução Edith Eimer.

³⁷ Atualmente é um bairro do município de Timbó, que também foi emancipado de Blumenau em 1934. Anteriormente, a região fazia parte do distrito de Indaial quando ainda integrava o município de Blumenau.

cláusulas do contrato estavam especificados os valores, a forma de medição das terras, a garantia de posse das “plantações neste terreno, assim como as árvores frutíferas [que] pertencem ao vendedor”. Também ficou acordado que “o vendedor conserva o direito de morar na casa até Pentecostes do próximo ano, mas já a partir do dia 1º de janeiro de 1874, as aulas poderão ser dadas nesta casa”. Por fim, como obrigação da Associação Escolar, chamada no documento de “Sociedade”, seus sócios mencionados como “colonos”, teriam que “cortar 5 morgen de floresta para o vendedor e se o tempo permitir, limpar esta mesma área até fins de setembro deste ano”³⁸. Nesse caso, entre os bens negociados estava uma casa pronta, sem indícios do estado de conservação, além de um terreno comprado, permitindo compreender que nem sempre a fundação de uma escola particular percorreu os mesmos trâmites como a ocupação do lote reservado pela administração e a construção de uma casa pelos próprios sócios da Associação Escolar.

Os documentos contratuais que descreveram as duas negociações, ambas envolvendo Associações Escolares, demonstram os arranjos no interior das comunidades, onde fundar uma escola particular articulava acordos pertinentes para as demandas locais, por exemplo, um ponto de localização da escola mais apropriado para as crianças ou ainda uma casa que já estivesse pronta para agilizar o início das aulas. Em cada comunidade, a escola foi organizada desde sua fundação com base nas condições e nos interesses do grupo que estava à frente dessa iniciativa ou ainda da pessoa, nas poucas vezes que não envolveu um movimento associativo, além das especificidades que envolviam escolas particulares de fundamento religioso, geralmente chamadas de paroquiais quando católicas e de evangélicas por serem de procedência luterana.

Cabe assinalar que algumas Associações Escolares, até as primeiras décadas do século XX, poderiam ter relações estreitas com as igrejas evangélicas estabelecidas em suas comunidades, não sendo incomum a interferência no funcionamento das escolas, inclusive porque alguns sócios atuavam como lideranças religiosas. Essa aproximação entre igreja e escola tinha potencial para reforçar a autoridade da Associação Escolar junto à comunidade. Por vezes, compartilhavam o edifício escolar e até o professor, destinado para realização de funções cerimoniais, na falta de um pastor. Também a escola poderia ocupar espaços na edificação religiosa perante a inexistência ou devido a problemas com uma estrutura própria (Ferreira; Koepsel, 2008, p. 263, 276).

³⁸ DIRETORIA da sociedade escolar. Contrato de 20 de junho de 1873. [Certifica as condições da venda de um terreno pertencente a Wilhelm Duwe, destinado a uma escola, assim como o recebimento dos pagamentos]. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 5. Tradução Edith Eimer.

Os vestígios apontam que a própria Escola Nova Alemã, anteriormente mencionada e que foi considerada referência em Blumenau, iniciou suas atividades em um terreno cedido pelo governo, tudo indica que no mesmo lugar onde funcionou por vários anos a escola pública regida pelo professor Fernando Ostermann, naquele momento fechada pela falta de professor³⁹. Em 1891, sua Associação Escolar negociou com sucesso a doação de um terreno, também localizado na sede e propriedade de Hermann Blumenau⁴⁰, onde construiu um edifício avaliado como amplo, com três salas de aula e apropriado para o estudo de até seis classes, incluindo uma moradia para o professor (Wandall, 1993, p. 285). Estava entre as maiores escolas de Blumenau existentes no período, logo funcionando não apenas com o ensino primário, mas também secundário, estabelecendo fortes vínculos com instituições e o próprio governo da Alemanha, inclusive recebendo diferentes recursos e financiamentos provenientes do país estrangeiro (Luna, 2000).

A questão escolar assumiu uma posição de relevância desde o início da formação de Blumenau, o que demandou uma política administrativa colonial direcionada para o acompanhamento das escolas particulares, aparentemente também na tentativa de intermediar as relações comunitárias. Em 04 de julho de 1879, já estava em atuação o Diretório Escolar, definido por Hermann Blumenau como “regularmente eleito pela maioria dos habitantes, de cada um dos diferentes distritos desta colônia, em que se acham lotes de terra, reservados para cemitérios, escolas”. Ainda no mesmo comunicado ficou esclarecido que era função desse Diretório “a imediata administração e disposição, sob a superintendência desta Diretoria sobre o mais consciente aproveitamento e emprego, por meio de plantações ou de outro modo, das mesmas terras”. Observa-se que o propósito do diretor envolvia alertar ou conter os problemas referentes as tentativas de ocupação irregular dos lotes, esclarecendo que não estavam sob posse dos “inspetores de quarteirão e outros da localidade outra ingerência em tais assuntos e negócios fora daqueles, que lhes compete como habitantes, com direito de voto, do respectivo distrito”⁴¹.

Esses Diretórios Escolares estavam atrelados a estrutura administrativa em formação na Colônia Imperial, com propósitos de capilarizar a regulação política nos povoados. Por meio

³⁹ Os precários registros apontam que após a morte de Fernando Ostermann em 1857, a escola foi regida por Vitor von Gilsa também até seu falecimento em 1874. Sobre a continuidade da escola não foi possível encontrar maiores referências, apenas que em 1876 seu professor seria Hartmann von Hartenthal.

⁴⁰ Nesse momento, Hermann Bruno Otto Blumenau vivia na Alemanha, após deixar a função de diretor da Colônia Imperial pois, a mesma havia sido elevada a categoria de município, instalado em 1883. Os indicativos sobre essa negociação remetem a informações superficiais e, o que se consolidou como narrativa comum, foi que a única exigência de Hermann Blumenau teria sido a inexistência de vínculos entre a escola e qualquer segmento religioso.

⁴¹ DIRETORIA DA COLÔNIA BLUMENAU. Nota de 4 de julho de 1879. [Esclarece a responsabilidade quanto a lotes destinados à construção de cemitérios e escolas]. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 11. Tradução Edith Eimer.

das interferências junto as escolas particulares, os poderes estatais alcançavam a vida comunitária e constituíam as relações entre as instâncias políticas, com destaque para atuação do poder provincial. Para o historiador Ricardo Machado (2008, p. 36) Blumenau que havia iniciado como um projeto privado vai adquirindo contornos públicos “e com isso, foram se constituindo pouco a pouco não só um espaço público, mas também um poder público. Estruturado cada vez mais próximo dos indivíduos, esta estrutura pública, passa a estar cada vez mais presente em suas vidas”, restringindo atuações de caráter particular.

Os membros desses Diretórios figuravam como lideranças locais que, possivelmente, precisaram lidar com questionamentos, divergências ou até o descrédito no reconhecimento de suas funções. Maiores indícios sobre eles não foram encontrados, mas suas existências permitem pensar que assuntos escolares tinham repercussão nas diferentes localidades, por vezes, ocasionando discordâncias ou a necessidade de resoluções que precisavam ser intermediadas, além de ser o meio oficializado de acompanhar e, porque não dizer, monitorar a atuação das próprias Associações Escolares.

Estavam sendo forjadas relações de poder que certamente envolveram as Associações Escolares em arranjos políticos que pela ausência de fontes acessíveis não podem ser mensurados. Apenas aproximações plausíveis como pensar nas ressonâncias de um comunicado noticiado pelo jornal *Blumenauer Zeitung*, aonde em 23 de julho de 1887, o diretor escolar da capital Desterro, determinou que “todos os professores da colônia terão que entregar de três em três meses uma lista de seus alunos, e no fim do ano uma lista de suas faltas e uma prova do seu progresso”. O comunicado continuou alertando que, para uma escola funcionar, o diretor tinha que ser informado. Caso houvesse alguma “reclamação”, o Dr. Vallaton, autor do comunicado datado de 10 de julho, deveria ser procurado⁴². Sobre o Dr. Vallaton não foi possível encontrar informações, mas no caso de Blumenau, nesse momento recentemente elevado a categoria de município, ao demarcar os professores como responsáveis pela listagem dos alunos, acionava diretamente a presença das Associações Escolares para as quais a maioria dos professores prestavam contas.

Um elemento característico que pode ser afirmado sobre as Associações Escolares é que mantiveram seu funcionamento durante décadas, com breves momentos de interrupção de suas atividades atrelados, especialmente, as políticas nacionalizadoras, mas nem sempre foram conduzidas por relações harmônicas. As tensões poderiam ter diferentes motivações envolvendo vários aspectos como as regras da escola, os tipos de gastos com a manutenção ou

⁴² VALLATON, *op. cit.*, 23 jul. 1887.

negociações referentes ao patrimônio, a forma de trabalho do professor, inclusive com estatutos que autorizavam a diretoria interferir na dimensão pedagógica. É plausível conjecturar que os conflitos poderiam sair do âmbito do funcionamento escolar e atingirem a vida privada, talvez por aspectos como cobranças entre os sócios sobre o atraso no pagamento da mensalidade, a falta constante de crianças, o não cumprimento de algum compromisso definido pelo estatuto ou mesmo nas assembleias. No caso da Escola I da Comunidade de Itoupava⁴³, noticiado pelo jornal local *Der Urwaldsbote* em 29 de agosto de 1883, a escola que funcionava em edifício próprio desde 1870, compartilhado com a Igreja Evangélica Luterana da localidade, tendo C. Kühne como primeiro professor e setenta crianças matriculadas, foi dividida e “o número de alunos baixou para a metade”. O rompimento foi provocado “em face de divergências entre os sócios” e como resultado “foi aberta uma sucursal da escola”⁴⁴.

O interesse pela instrução das crianças, inclusive destacado em vários estatutos, era um elemento articulador para a formação de uma Associação Escolar, mas não o único. Reunir moradores em torno da responsabilidade pela escola da sua localidade, demonstrava que aquele grupo estava organizado, possibilitando maior agência política para a afirmação das demandas da comunidade perante a administração da colônia e posteriormente, do município. Além disso, viabilizava afirmar-se como condutora da organização local, definindo lideranças, direcionando comportamentos e práticas que regrassem o cotidiano, não somente na escola, mas em outras dimensões da vida social, inclusive daqueles que não eram sócios. A escola particular também estava posicionada como um ponto de referência catalizador da representação étnica, reconhecida pela salvaguarda cultural como os conhecimentos sobre a língua alemã. Portanto, não conseguir participar da escola poderia levantar algumas questões. Entre elas, dúvidas sobre o compromisso com a valorização dos elementos étnicos alemães, que o colono não estava sendo bem-sucedido pois não tinha conseguido se estabilizar financeiramente para pagar a mensalidade escolar ou até que suas relações comunitárias estavam fragilizadas, já que não havia se aproximado como sócio.

A partir do início do século XX, o sistema escolar em formação no município de Blumenau contava com um amplo número de escolas. O superintendente municipal Alwin Schrader informou no relatório administrativo referente ao ano de 1904 que havia 91 escolas reconhecidas como particulares⁴⁵. Em 1917 tratava-se de 117 escolas particulares, conforme o

⁴³ Possivelmente ficava localizada onde atualmente é o bairro da Itoupava Central, município de Blumenau. Por vários anos uma ampla área de Blumenau chamada de Itoupava foi um Distrito.

⁴⁴ KILIAN, *op. cit.*, 1977. p. 66.

⁴⁵ SCHRADER, Alwin. *Relatório apresentado ao Conselho municipal de Blumenau pelo superintendente municipal em 17 de Janeiro de 1905*. [Refere-se ao ano de 1904]. Blumenau, 1905. p. 22.

relatório do superintendente Paulo Zimmermann⁴⁶. Entre um relatório e outro adquiriu destaque a Associação das Escolas e Professores de Blumenau (*Lehrer-und Schulverein der Kolonie Blumenau*), organização com caráter centralizador criada em abril de 1900 e poucos anos depois, em 1904, expandida a nível estadual, alterando a denominação para Sociedade Escolar de Santa Catarina, tradução de *Deutscher Schulverein für St. Catharina* (Mailer; Rodrigues, 2022, p. 7). Os propósitos que foram publicamente divulgados envolviam estabelecer critérios de orientação para as escolas particulares, fundamentadas na busca pela qualificação pedagógica, incluindo formações continuadas para os professores das escolas participantes ou aqueles associados. Também sua função se destinava para amparar com recursos financeiros os professores que necessitassem ser assistidos. O que nem sempre ficava explícito, envolvia os propósitos do trabalho para a conservação dos valores culturais germânicos, transmitido pelos imigrantes que afirmavam o interesse em compartilhar as referências étnicas com seus descendentes na nova pátria.

A atenção para os métodos pedagógicos e o programa de ensino que deveriam proporcionar uma espécie de unificação curricular para as escolas particulares de Blumenau, também foi demonstrada no relatório administrativo do superintendente Alwin Schrader referente ao ano de 1904. Ao tratar da distribuição de materiais didáticos diretamente para os alunos dessas escolas, observou que essa decisão naquele momento não seria pertinente “porque as necessidades e desejos das escolas são muito diversos de uma e de outra e somente quando houver mais unitariedade na instrução de livros para escolas se poderá tratar de realizar esta ideia”⁴⁷. Não é inviável considerar que o governo municipal poderia ter expectativas no trabalho da Sociedade Escolar de Santa Catarina para resolver essa questão da disparidade entre as muitas escolas particulares, inclusive porque professores associados assumiram a responsabilidade de publicar orientações de ensino para servirem de referência nas escolas.

Além de reunir os professores das escolas particulares interessados em participar, tornando-se sócios, essa entidade de alcance estadual se aproximava das Associações Escolares, que também eram beneficiadas tanto pela atuação de um professor considerado com melhor habilitação pedagógica quanto por algumas formas de contribuição, por exemplo, a circulação de materiais didáticos como livros, pertencentes a uma espécie de biblioteca itinerante, financiada pela Sociedade Escolar de Santa Catarina. Essa atuação obteve destaque em Blumenau até o seu término em 1917, provocado por restrições nacionalizadoras relacionadas

⁴⁶ ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1917 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Blumenau, 1918. p. 31.

⁴⁷ SCHRADER, *op. cit.*, 1905. p. 26.

a Primeira Guerra Mundial. Não é difícil imaginar que havia estímulos e porque não dizer, pressões para participação, o que promoveu uma grande adesão a esse grupo associativo, idealizado pelo pastor Hermann Faulhaber, liderança da Igreja Evangélica Luterana, além de diretor da *Neue Deutsche Schule* (Escola Nova Alemã). Para João Klug (2003) a importância que a Associação assumiu foi tamanha, que configura um marco na história da organização escolar de cunho étnico alemão no Estado. O mérito não significa a ausência de críticas sobre determinados posicionamentos da entidade, especialmente sobre a defesa dos vínculos étnicos alemães, ocasionando tensões com o poder público (Silva, 1972).

Entre os destaques dessa Associação, estava a criação do periódico chamado *Mitteilungen*, que iniciou sua produção e distribuição gratuita em janeiro de 1906, direcionado para fomentar “uma corrente de união com todas as escolas”⁴⁸. Durante seu tempo de publicação e circulação, que durou até 1917, foi editado mensalmente em alemão gótico, enfocando publicamente questões educacionais como o funcionamento das escolas, a regulação de um currículo para o ensino pautado pela língua alemã e as trocas de ideias pedagógicas entre os professores. As escassas pesquisas satisfatórias sobre o periódico e também referente a Associação dificultam análises mais consistentes, principalmente no que diz respeito as suas relações políticas e interferências na organização social de Blumenau, inclusive nas comunidades escolares, considerando a rede de sociabilidade forjada pela articulação de lideranças locais, religiosas e políticas que circulavam pelos mais destacados cargos públicos não apenas do município.

A interlocução entre a Sociedade Escolar de Santa Catarina e a política local, apesar de ainda não ter recebido a devida atenção, o que também não é o propósito deste estudo, pode ser observada em alguns poucos documentos que foram traduzidos e são passíveis de acesso⁴⁹. Na edição de março de 1906 o periódico *Mitteilungen* publicou fragmentos do relatório estatístico elaborado na administração do superintendente Alwin Schrader, referente ao sistema escolar de Blumenau em funcionamento durante o ano de 1905. No texto intitulado *Nossas Escolas na Câmara*, a Associação informou que recebeu do governo municipal, a “relação geral sobre as escolas no município de Blumenau. Para nós, foi uma grande ajuda para nossos relatórios”. Ao disponibilizar essas informações administrativas, a aproximação entre a esfera pública e privada

⁴⁸ PARA introdução. *Mitteilungen*, Blumenau, ano 1, n. 1, s/p. jan. 1906. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 14. Tradução Edith Eimer

⁴⁹ Os documentos no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva envolvendo essa Associação Escolar estão em alemão e majoritariamente referem-se ao jornal *Mitteilungen*.

adquiriu evidência, demonstrando que os diálogos eram colaborativos e legitimavam o reconhecimento da importância dessa entidade.

Nesse relatório, de acordo com a publicação do jornal, Alwin Schrader comunicou que a arrecadação de impostos destinada a escolarização, não permitia que o governo municipal assumisse a responsabilidade sobre as 112 escolas existentes em Blumenau, ao que tudo indica, referindo-se as escolas particulares. Para mudar a situação, seria necessário aumentar a cobrança de impostos, causando “dificuldades escolares e técnicas [que] se aglomerariam e deixam a concretização desta ideia visível para um futuro distante”⁵⁰. Ao mobilizar sua visão de um futuro para o sistema escolar, demarcou que essa percepção já havia sido elaborada, se tornando “visível” como expectativa, mesmo que avaliada como longe de ser efetivada. Para além da justificativa econômica reproduzida no periódico, outros motivos para essa distância podem ser encontrados nos próprios Relatórios administrativos produzidos no governo de Alwin Schrader, referentes aos anos de 1904 e 1908, não tendo sido possível encontrar e, portanto, analisar, seu relatório sobre o ano de 1905.

Em relação ao cenário da instrução organizado no município em 1904, o superintendente demonstrou estar satisfeito com o trabalho das escolas particulares, mesmo destacando que estava “ainda longe do estado almejado, mas deve-se reconhecer que justamente para este fim, [...] a maior parte dos nossos concidadãos fazem sacrifícios voluntários e importantes”⁵¹. Os elogios continuam, desta vez, especificados para os responsáveis dessas escolas, afirmando que “por parte das diretorias das comunidades escolares e dos professores das escolas particulares encontrei sempre a maior atenção e boa vontade”. Ainda afirmou que decidiu não fiscalizar as escolas pois, “sou de opinião que tal restrição de autonomia das comunidades escolares só pode ter lugar quando o município puder, prestar auxílios maiores as escolas”⁵².

Reeleito para o cargo, Alwin Schrader assinalou breves observações no relatório administrativo sobre o ano de 1908, no qual avaliou que o ensino “tem-se desenvolvido num sentido reto e bem determinado, mediante organização de comunidades escolásticas, que constroem as casas e empregam os professores”. Desta forma, concluiu que “a administração do município poderá aconselhar e auxiliar, nunca porém determinar”⁵³, já que continuava sem

⁵⁰ NOSSAS escolas na câmara. *Mitteilungen*, Blumenau, ano 1, n. 3, p. 1, mar. 1906. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 14. Tradução Edith Eimer.

⁵¹ SCHRADER, *op. cit.* 1905. p. 22.

⁵² *Ibid.*, p. 26.

⁵³ SCHRADER, Alwin. *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1908 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Alwin Schrader*. Blumenau, 1909. p. 22.

assumir as responsabilidades financeiras para a manutenção integral e também regular das escolas particulares.

Em ambos os relatórios foram apresentadas as considerações positivas sobre as Associações Escolares evidenciando a valorização que recebiam em Blumenau. Como destacado acima, o sistema escolar estava formado majoritariamente por escolas vinculadas as Associações, sendo mínimo o número de escolas reconhecidas como públicas, de acordo com os respectivos relatórios administrativos. Em 1904 eram 04 escolas mantidas pelo governo, além de um grupo escolar e 09 escolas públicas em localidades isoladas em 1917, não constando a quantidade no relatório de 1908. As possíveis intervenções do poder público no funcionamento das escolas definidas como particulares, não eram vistas com bons olhos. Os indicativos são de que em diferentes situações foram necessárias negociações na relação entre o público e o particular, especialmente quando se tratava de ações do governo estadual, muitas vezes precisando da intermediação do governo municipal, que parece ter se movimentado de alguma forma, para blindar ou minimizar as escolas particulares dos impactos das determinações legais provenientes de outras instâncias governamentais.

As afirmações referentes a impossibilidade de ingerência do governo municipal sobre as escolas particulares devido à ausência de subvenções permanentes e regulares do poder público, já circulavam no período colonial. De acordo com José Ferreira da Silva (1972, p. 307), no relatório de 1874, Hermann Blumenau registrou que “a falta de subvenção, por parte do Império, ou da Província, às escolas particulares afastava o direito da direção da Colônia e das autoridades escolares, de fiscalizarem essas escolas”. Com esse entendimento, ainda apresentado no início do século XX, é pertinente considerar que talvez, ser uma escola subvencionada regularmente pelo poder público, em troca de seguir a legislação da educação brasileira, poderia não interessar as Associações Escolares, especialmente, se essas escolas não ficassem atreladas diretamente ao governo municipal.

Nas informações estatísticas noticiadas pelo periódico *Mitteilungen*, foram apresentados elementos que contribuíram com a caracterização das Associações Escolares no ano de 1905. Ao trazer esses números para esta análise, não intenciono produzir um confronto em busca de exatidão, mas observar as relações estabelecidas entre as Associações Escolares e a formação do sistema escolar de Blumenau, além de como interessava ao poder público municipal afirmar a presença desses grupos e fortalecer vínculos com essas lideranças comunitárias. Foram identificadas a atuação de 97 organizações associativas, que reuniam cerca de 1.062 associados. Entre as 112 escolas, tudo indica apenas particulares, 50 ocupavam terrenos privados, enquanto em terrenos do governo eram 47, além de 05 escolas funcionarem em terrenos da igreja (sem

referência se católica ou luterana), 06 em terrenos nomeados de hanseáticos por serem de domínio alemão (outro aspecto que ficou sem maior esclarecimento) e 01 escola construída em propriedade da câmara. Também foi destacado que 54 Associações Escolares eram proprietárias dos terrenos e outras 40 não tinham a posse⁵⁴.

Chama atenção a demarcação da diferença afirmada sobre o que era entendido como terrenos do governo e o terreno da câmara, possivelmente, para assinalar as distintas relações que as Associações Escolares constituíram com os poderes governamentais, em alguns casos já iniciadas no período que a Colônia Blumenau pertencia ao Império, com a ocupação dos terrenos de domínio público demarcados nas povoações. Também é relevante considerar que o município de Blumenau estava constituído fazia apenas duas décadas, ainda definindo sua interlocução institucional com a dimensão pública estadual e nacional. Além disso, havia a necessidade de delinear outros formatos de interação entre a política municipal e a população pois, uma parte dela acompanhou esse processo de transição de colônia para município a partir de 1883. O fantasma da idealizada e saudosa Colônia, expressão que não ingenuamente demorou a perder forças na cena pública de Blumenau e outras regiões do Vale do Itajaí, apesar de não deixar de ser reatualizada em momentos conflituosos, continuava a rondar o município. Aparecia como memória de um tempo em que as interferências estatais eram mínimas, em alguns aspectos inexistentes, comumente intermediadas pela presença do colonizador Hermann Blumenau, uma figura que foi sendo mitificada na construção da narrativa histórica da cidade, conforme aponta o estudo da historiadora Cristina Ferreira (2022).

Nesse sentido, a *Revista Blumenau em Cadernos*, fez uma publicação sem autoria referenciada, o que pode indicar ter sido escrita pelo seu editor José Ferreira da Silva, direcionada a “valiosa contribuição” de alguns brasileiros que vieram para Blumenau devido as funções como agentes públicos da esfera estadual ou federal, sendo o caso do próprio Ferreira da Silva. O texto iniciou registrando que até o momento da municipalização, “as relações entre os colonos e os poderes públicos, a fiscalização relacionada ao cumprimento das posturas e regulamentos comunaes, até a própria repressão policial de contravenções e crimes leves, estavam quase que inteiramente a cargo da Direção”, ou seja, de Hermann Blumenau. Com diferentes vínculos governamentais chegaram os “novos funcionários [que] vieram substituir os antigos e novos cargos e repartições foram criados. [...] E, com a nova ordem de coisas e os novos homens, o gérmen da política partidária começou a infiltrar-se [...]”⁵⁵. As considerações apresentadas no texto, trazem nas entrelinhas a ideia idílica de uma Blumenau Colônia, onde

⁵⁴ NOSSAS, *op. cit.*, p. 1.

⁵⁵ VALIOSA contribuição. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 1, t. 7, p. 6, jan. 1965.

os imigrantes alemães e seus descendentes viviam habitualmente de forma colaborativa enfrentando e superando as dificuldades, sem desavenças, cenário que teria sido prejudicado pelos conflitos inerentes as relações políticas forjadas pelas disputas entre os grupos organizados em torno dos partidos.

No próprio relatório administrativo referente ao ano de 1908, Alwin Schrader anunciou suas críticas sobre subvencionar o que ele descreveu como “colégios municipais” tanto devido as restrições no orçamento municipal quanto porque “tais colégios com facilidade hão de tornar-se dependentes da politicagem local, o que seria o pior de tudo quanto lhes ocorresse.”⁵⁶ O superintendente poderia estar considerando como “politicagem”, interesses eleitorais manifestados por meio das Associações Escolares perante as influências junto comunidade? Parece ser esse um sentido pertinente, demonstrando a capilaridade dessas Associações e suas escolas nas localidades em que estavam inseridas. Também ao considerar que esse problema ainda não acontecia devido ao formato particular das escolas, o superintendente reafirmava a visão de amistosidade que estaria regendo a comunidade escolar.

Em relação as edificações das escolas particulares, a estatística apresentada no periódico *Mitteilungen* anunciava que setenta e sete Associações Escolares eram proprietárias das casas, outras quatro escolas funcionavam em igrejas ou capelas e mais uma com aulas em uma igreja classificada como velha, além de uma escola ocupando um rancho de recepção de imigrantes. Ainda constava na publicação que o relatório municipal tratou sobre a arrecadação financeira das Associações Escolares, assinalando que o valor da anuidade era definido com base nas condições de recursos do sócio, variando de 200 a 500 réis e as mensalidades com preços entre 100 e 2 mil réis, estabelecidos por meio de critérios como a localização e o tamanho da escola. Também em vinte e três Associações Escolares, os sócios destinavam uma quantia para o professor ministrar aulas de leitura e de doutrina, além de assumir quando necessário, funções nas cerimônias de batismos e enterros.

Na articulação dos dados observa-se que as Associações Escolares tinham maior domínio sobre os edifícios do que dos terrenos onde estavam construídos, característica possivelmente relacionada com os encaminhamentos no período da Colônia Blumenau, quando terrenos públicos eram reservados para serem ocupados por escolas particulares, sendo as construções das casas responsabilidade dos moradores, que podiam ou não contar com recursos governamentais. Outra questão envolve, novamente, as evidências da proximidade com as

⁵⁶ SCHRADER, *op. cit.*, 1909. p. 22.

instituições religiosas, permitindo perceber que algumas Associações mantiveram contatos mais estreitos.

Ainda de acordo com a mesma publicação, é fundamental apresentar a relação das escolas particulares com o ensino ou a falta dele, na maioria dos casos, da língua portuguesa. As informações apontam que em oitenta e uma escolas o ensino era na língua alemã, em quatro usavam o polonês e o alemão, em uma era o italiano e o alemão e em dezessete escolas, unicamente a língua italiana. O idioma alemão e brasileiro era ensinado em cinco escolas e, exclusivamente o português apenas em quatro escolas. Como forma de argumentar sobre o predomínio das línguas estrangeiras, com destaque para a alemã, a justificativa envolveu a precariedade dos materiais didáticos, assim como de professores eficazes aptos a ensinar o idioma nacional⁵⁷.

Não foi incomum durante anos, a mobilização desses argumentos para legitimar a manutenção da língua alemã no ensino das escolas particulares, o que apesar da relevância, não explica por completo a decisão de minimizar o valor do aprimoramento no conhecimento da língua portuguesa e seus usos nas escolas. Quando o aprendizado do vernáculo era considerado válido, o sentido estava frequentemente vinculado as demandas práticas como questões de cidadania, negociações comerciais, ou seja, perante situações muitas vezes inevitáveis, que influenciavam o imigrante e seus descendentes a acessar o uso do idioma nacional para resolver aspectos do cotidiano.

Como resultado de seus estudos sobre o periódico *Mitteilungen*, Valéria Mailer e Cintia Rodrigues (2022, p. 13) constataram que a partir de 1908, começaram a ser publicadas instruções para encaminhar o ensino da língua nacional, entendida como estrangeira nas escolas particulares de Blumenau em que estavam matriculados alunos majoritariamente falantes da língua alemã. As pesquisadoras destacaram que “as matérias publicadas no jornal sobre o ensino de português demonstram a preocupação dos imigrantes em se inserir na sociedade local, ressignificando as características étnicas do grupo”, percepção que acredito necessitar de algumas ponderações. Em outras palavras, as análises que elaboro, apresentam as demandas para o ensino do português vinculadas as necessidades impostas pelas mudanças na formação do município de Blumenau, perante sua integração com a vida nacional devido a instalação dos serviços e ocupação de cargos públicos por brasileiros, além dos aspectos econômicos referentes ao comércio e a industrialização. Nesse sentido, o superintendente Paulo Zimmermann comunicou em seu relatório administrativo sobre o ano de 1919, o primeiro

⁵⁷ NOSSAS, *op. cit.*, p. 1.

escrito após as restrições nacionalizadoras aplicadas em Blumenau a partir de 1917, uma espécie de justificativa para as dificuldades que ainda se mantinham, de utilizar o português como língua comum. No tópico Ensino Primário, destacou que a língua portuguesa já estava sendo ensinada nas escolas particulares durante alguns anos anteriores, porém sem avanços significativos dada as dificuldades desse processo, motivo pelo qual o “governo estadual entendeu acelerar”. Essa condição de lentidão foi apontada como prejudicial para o próprio progresso de Blumenau, considerando “o rápido e surpreendente desenvolvimento de todas as indústrias no Município e daí a necessidade de exportação, a crescente comunicação com outras partes do Estado e da Federação”. A relação com o restante do país foi reconhecida não pelo valor da integração nacional, mas pela “absoluta necessidade do conhecimento prático da língua portuguesa”⁵⁸.

Manter nas escolas particulares o ensino da língua, assim como das referências culturais alemãs, interessava para a conservação do *Deutschtum*, sendo o valor da nacionalidade alemã entendida como essencial para os contornos identitários dos imigrantes e seus descendentes, mantidos para trazer coesão interna ao grupo por meio de um pretense passado em comum, que apenas fazia sentido nos projetos de futuro, que precisavam ser exercitados naquele presente com a contribuição indispensável das escolas. Essa busca por elementos de identificação não deve anular as tensões internas, que certamente foram manifestadas nas relações de caráter étnico, entretanto, o que ficou mais evidente de forma pública, foram os tensionamentos externos envolvendo as interlocuções com os brasileiros de origem ou comumente chamados de caboclos, em muitas circunstâncias de forma depreciativa. A ideia de superioridade biológica e cultural dos povos alemães, por vezes, foi para desqualificar a população brasileira, invalidando o desenvolvimento da Nação devido as características de formação do povo, avaliadas como “degenerativas”, concepção racial na linguagem do século XIX, vinculada ao processo de miscigenação que marcou o Brasil.

Nesse sentido, não foi incomum encontrar documentos escolares relacionados a Blumenau, em que eram manifestadas críticas raciais a formação da Nação brasileira por meio de questões referentes a educação. Considero pertinente analisar o caso envolvendo a denúncia que motivou a interferência do governo estadual de Santa Catarina em uma prática da *Neue Deutsche Schule* (Escola Nova Alemã) e a reação racializada do pastor Hermann Faulhaber, que era diretor dessa escola particular desde 1890. Além dessa atribuição, o pastor que chegou na Colônia em 1889 vindo de Berlim, Alemanha, para comandar as atividades religiosas da

⁵⁸ ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1919, apresentado ao conselho municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Blumenau, 1920. p. 48.

comunidade evangélica, logo se envolveu com outras funções sendo fundador do jornal local *Der Urwaldsbote* em 1893 e participando da fundação da Associação das Escolas e Professores de Blumenau criada em 1900.

Em 15 de abril de 1899, Faulhaber publicou no periódico *Urwaldsbote Kalender* um texto de sua autoria escrito em língua alemã, intitulado *A disciplina na escola (Die disziplin in der Schule)*. Nele, se apresentou como diretor de uma escola da cidade e relatou que um aluno dessa escola havia recebido um castigo corporal, “fato [que] foi comunicado imediatamente por uma pessoa ‘esclarecida’ ao inspetor escolar estadual e como consequência se iniciou um ativo intercâmbio epistolar entre nós dois”. As outras correspondências não puderam ser acessadas, mas nessa publicação fez questão de registrar a “total decepção” por não ter sido informado sobre identidade daquele que comunicou o ocorrido, o que motivou a escrita do texto e seu compartilhamento público, em que discorreu sobre a escola e o método do castigo físico, expressando sua crítica a proibição, afirmada pelo inspetor estadual amparado pelos “estatutos vigentes no território brasileiro”. Mesmo perante o comunicado de uma determinação legal, o pastor decidiu explicitar sua avaliação sobre a lei brasileira, argumentando que em algumas situações era preciso “desrespeitar”.

Para explicar seu posicionamento, elaborou sua reflexão mobilizando a alegoria de um jardim e seu jardineiro associado a escola e seu professor, responsável por preparar o solo para plantas saudáveis e eliminar as ervas daninhas, cuidado que poderia demandar métodos mais incisivos quando houvesse resistências. “Assim, atua um jardineiro alemão. Quando boas palavras e conselhos não mais ajudam, então para uma educação alemã também é necessário uma ‘surra alemã’”. De acordo com Faulhaber, tratava-se de uma característica moral, considerando que “neste gesto se esconde principalmente a maior força da raça alemã que foi assim preparada a obediência e está apta a enfrentar, qualquer situação no decorrer da vida”.

Seu texto-discurso, comunicado publicamente para alcançar o denunciante sem nome revelado, significava também uma forma de transparecer sua posição não apenas em relação ao fato ocorrido na sua escola ou a contrariedade sobre a lei nacional, mas perante o poder provincial, na figura do inspetor, que se atrevia a interferir na esfera privada, já que se tratava de uma escola particular.

Em sua escrita, o resultado do “gesto alemão” aparece como uma referência a ser seguida por outras Nações que projetavam se tornar civilizadas e construir um futuro de progresso pautado por uma educação civilizatória.

Desejamos a todo outro povo que procure este fator como preponderante e o leve avante. E estejam certos! Não é uma surra bem dada que o povo aplica a sua própria geração que impede a mesma no futuro a administrar condignamente a herança deixada pelos pais. O que eu pessoalmente considero muito pior, é um povo que se castiga a si mesmo com a incapacidade de empregar os tesouros que recebem das mãos de Deus e administra mal os mesmos não conseguindo elevar o respeito da Nação.

Sem declarar que suas palavras apontavam para o Brasil, o pastor afirmou sua visão de superioridade racial, concluindo pela incapacidade do povo brasileiro de agir com firmeza moral, postura que era rejeitada pelo povo alemão, o que garantia um aprimoramento da conduta geracional sendo possível antecipar que o futuro seria de progresso, bastava os alemães conservarem e protegerem sua cultura de interferências avaliadas como nocivas, especialmente por estarem fora da Nação alemã.

Ao se referir a lei contra os castigos físicos, Faulhaber justificou com tom de ironia, a manutenção dessa proibição com base no passado recente do Brasil, que no ano anterior havia abolido a escravização em 13 de maio de 1888. Também ficou nas brechas da escrita, seu incômodo com a Proclamação da República, sugerindo que era favorável a permanência da Monarquia como regime governamental

A nosso ver este parágrafo sobreviveu a escravatura. Castigo físico somente era permitido aos escravos. No tempo do império ainda se tinha, fosse reconhecida a necessidade da palmatória, mas mesmo esta foi abolida com a República. Se hoje em qualquer lugar onde é abolida a escravatura, este parágrafo persistir, então de longe ainda se sente o cheiro da escravatura e demonstra uma profunda falta de cultura. Em qualquer nação civilizada a casa paterna estende e prolonga todos os direitos e obrigações junto as crianças ao professor, que as assiste na escola. Na nação brasileira porém o professor não é digno de confiança ou não tem valor?⁵⁹

Quando associou a questão da educação escolar no Brasil com as ressonâncias da escravidão observando que “ainda se sente o cheiro da escravatura”, interessava ao pastor demarcar sua percepção de atraso da sociedade brasileira, que se apresentava por “uma falta de cultura”, manifestada também no campo educacional. Ao confrontar se a “nação brasileira” valorizava o professor reconhecendo se poderia ser “digno de confiança”, reafirmou seus julgamentos sobre a capacidade de civilização de um país que continuava considerando os efeitos do passado mais relevantes do que as possibilidades de futuro contornadas pela legitimidade da autoridade do professor, conforme o exemplo oferecido pela cultura alemã.

⁵⁹ FAULHABER, Hermann. A disciplina na escola. *Der Urwaldsbote kalender*. Blumenau, 1900, p. 81. Pasta Escolas Coloniais - Imprensa (6.11). doc. 4. Tradução Edith Eimer.

Ao racionalizar a eficácia da “surra alemã”, Faulhaber associou sua visão de superioridade dos métodos de ensino, apontados como “alemães”, ao valor da cultura de seu povo, deixando evidente seus vínculos de pertencimento com a Nação alemã. Desta forma, intencionou demonstrar como o Brasil deveria incorporar esses valores étnicos para mudar o destino, previamente fadado ao fracasso devido a formação histórica do povo brasileiro, da nova Nação.

As considerações do pastor terminam com a exposição de uma espécie de método, aparentemente pautado em uma abordagem pedagógica moderna sobre como o professor deve aplicar o castigo físico de forma racionalizada, outro princípio civilizatório, sem “nunca agir sob os efeitos da ira”, o que seria sinal de ignorância.

As influências de concepções como as expressadas por Hermann Faulhaber circularam em Blumenau atravessando os diversos segmentos das esferas públicas e privadas, incluindo as escolas particulares e suas Associações, por muito tempo dirigidas pelos imigrantes alemães, vários deles adeptos as ideias do pastor. É importante lembrar, apesar das operações de esquecimento promovidas em diferentes momentos da história de Blumenau, que no ano seguinte da publicação desse texto (1899), foi fundada com a participação ativa de Faulhaber, a Associação das Escolas e Professores de Blumenau, organização associativa que reuniu uma grande quantidade de professores e estabeleceu intensas articulações com as lideranças das Associações Escolares.

2.4 OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS EM ESCOLAS PARTICULARES

Não se tem neste estudo pretensão de analisar de forma aprofundada as Associações Escolares que existiram em Blumenau, tarefa que seria árdua, caso fosse o propósito. A intenção envolve reconhecer como as escolas particulares e por extensão suas Associações, algumas que foram mantidas formalizadas segundo os trâmites legais até por volta da década de 1960, se tornaram instituições ativas nas articulações com as demandas políticas. O que ficou compreensível com a pesquisa foi que as escolas particulares vivenciaram em algum momento, alterações capazes de afastar do comando suas Associações Escolares, permitindo que o Estado assumisse o controle total ou parcial do funcionamento dessas escolas, muitas vezes redefinidas como públicas. Ao apontar para uma espécie de controle parcial afirmo que algumas escolas continuaram a manter vínculos com suas Associações mesmo após décadas de intervenção estatal como o caso da Escola Municipal Felipe Schmidt, identificada pelo governo do

município como pública desde a década de 1930, mas que apenas formalizou a doação dos bens patrimoniais (terreno e edifício) no ano de 1959⁶⁰.

No caso da Escola Municipal Professor Fernando Ostermann, fundada como uma escola pública em 1954, portanto, criada e mantida com recursos governamentais provenientes do município, não havia vínculos com uma Associação Escolar. Certamente não nos moldes habituais, apesar de ter sido construída em um terreno doado, até então propriedade de Arno Zadrozny, também homenageado em 1981 como nome de uma escola pública estadual em Blumenau, além de ser irmão de Carlos Curt Zadrozny, eleito prefeito em 1965. Como uma escola integralmente pública, não foi preciso negociar com interesses particulares relacionados ao espólio de uma antiga escola, o que não significa a ausência de disputas que podem ter circundado, por exemplo, a escolha do nome, a definição da data de inauguração.

As fronteiras borradas entre o público e o privado caracterizaram a formação de Blumenau, incluindo seu sistema escolar iniciado no período da Colônia e funcionando por várias décadas atravessado pelas tensões provocadas pelos propósitos particulares e as interferências do poder público. De acordo com o historiador Ricardo Machado (2008, p. 41) essas relações foram paulatinamente normatizadas entre a segunda metade do século XIX e os primeiros anos do século XX, o que envolveu também as adequações jurídicas, fundamentais para identificar os contornos rasurados e definir os domínios do público perante o particular. Nessa conjuntura, investiu-se no fortalecimento da noção do imigrante alemão naturalmente trabalhador, que por conta própria, mesmo isolado e desamparado pelo governo brasileiro, teria vencido os desafios da colonização. Compartilho com esse historiador o entendimento de que “palavras como ‘desenvolvimento’, ‘trabalho’, ‘progresso’, ao longo do século XX apareceram junto a uma concepção de identidade germânica”, contribuindo para forjar um imaginário de superioridade racial e legitimar a comunidade imaginada. Para construir esse referencial que atribuía sentido para a coesão do grupo étnico, era preciso negar qualquer forma de auxílio que deslocasse o imigrante alemão da posição de provedor diante de suas próprias necessidades.

Com esse olhar crítico e de confronto perante essas narrativas discursivas que se consolidaram sobre a história de Blumenau, ocorreu uma renovação historiográfica com outros estudos que assumiram posição de tensionamento dessa versão de superação e autonomia dos imigrantes alemães e seus descendentes perante aquilo que foi anunciado como descaso dos governos brasileiro. As pesquisas da historiadora Méri Frotscher (2007) demonstraram os

⁶⁰ JÚNIOR BUSCH, Frederico Guilherme. Doações ao Município. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1960 apresentado a Câmara Municipal pelo prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior*. Blumenau. 1961. p. 34.

benefícios que a colonização alemã em Blumenau obteve junto ao poder público, para amparar um projeto civilizatório idealizado pelo Estado brasileiro. Ainda nessa perspectiva, caminharam os estudos do historiador André Voigt (2003) evidenciando que a Colônia de iniciativa do alemão Hermann Blumenau não foi capaz de prosperar durante as primeiras décadas de fundação, apenas com índole trabalhadora dos imigrantes alemães, sendo necessário recursos auxiliares do governo imperial e provincial.

A educação escolar em Blumenau participou ativamente na construção dessas narrativas que continuam a glorificar a cultura alemã, além de ter contribuído para que o município forjasse suas configurações políticas internas e na relação com os poderes público estadual e federal, muitas vezes por contornos sinuosos, que demandaram negociações nem sempre claras. Nesse sentido, considero que alguns questionamentos sejam válidos. O que significa ser uma escola pública? Em uma resposta simples, uma escola fundada e mantida com verbas governamentais. E uma escola particular? Novamente de forma pouco elaborada, uma escola criada e funcionando com recursos próprios de uma ou um grupo pessoas. Entretanto, quando a escola é afirmada como particular, mas funciona em terreno público, recebendo auxílios financeiros esporádicos ou subsídios governamentais sem regularidade e com valores insuficientes para sua manutenção integral, demandando investimentos próprios de um grupo de pessoas organizadas para esse propósito. Ainda se trata de uma escola particular ou poderia ser caracterizada como pública?

A reflexão acima não foi apresentada com o propósito de ser respondida de forma objetiva por esse estudo, pretensão que seria altamente complexa no caso de Blumenau e demandaria outra pesquisa. Na verdade, foi sendo elaborada no decorrer das investigações que venho realizando desde a dissertação de mestrado (Neves, 2019) e que continuam a acompanhar minhas análises, agora com a tese. Observei que várias escolas fundadas por iniciativas particulares receberam alguma forma de investimento público (municipal, estadual ou federal), em algum momento das suas trajetórias, apesar de continuarem a ser classificadas como particulares, o que permite desnaturalizar o discurso de abandono dos imigrantes e seus descendentes por parte dos governos brasileiros. Não é plausível considerar que todas as escolas particulares se mantiveram exclusivamente com recursos privados. Mesmo com imensas dificuldades, para não dizer impossibilidade de rastrear com detalhes quantas escolas, por qual período, quais valores foram recebidos, entre outras informações, é possível validar que subvenções do poder público brasileiro circularam por escolas privadas em Blumenau desde o tempo da colonização.

No entendimento de Giralda Seyferth (2017, p. 583) referente a colonização alemã implementada em regiões do Sul do Brasil “de fato, o Estado não estava inteiramente ausente em relação à educação, mas não priorizou a criação de escolas; autorizou, porém, a contratação de professores, localizando a escola (pública) nos povoados”. Observa-se que a pesquisadora acionou a noção de escola pública justificada pela presença de um professor pago com recursos governamentais, percepção que no caso de Blumenau não obteve respaldo. Significa dizer que apesar da destinação de algum tipo de recurso público, com maior ou menor regularidade, as escolas fundadas tanto no período da Colônia quanto após a elevação a município, não foram reconhecidas por vários anos como escolas públicas, mas como escolas particulares. Alguns documentos classificaram de forma eventual como escolas subvencionadas, o que não anulou a afirmação de domínio privado sobre elas. Em Blumenau, a questão é que a atuação do poder público demonstrou ter sido mais próxima, conforme os documentos acima evidenciaram, não se limitando a contratação de professores, apesar de ser essa a forma mais comum de intervenção. Cabe ponderar que isso não invalida as críticas e os impactos que os habitantes dos povoados possam ter sentido devido a precariedade das condições de vida durante os anos seguidos ao início da colonização, incluindo a inexistência ou as limitações de acesso às escolas.

Foi elaborada a dicotomia que posicionava por um lado os governos brasileiros como sabotadores e do outro os imigrantes alemães ávidos pelo conhecimento. Tudo indica que nem uma coisa nem outra. Apesar dos recursos financeiros investidos pelos poderes públicos em forma de subvenções ou auxílios pontuais para as escolas reconhecidas como particulares terem sido insuficientes, não são inexistentes, nem isoladas as iniciativas para destinar verbas, especialmente por parte do governo provincial e depois estadual, mesmo sendo valores inadequados para sanar as despesas escolares contínuas. Nesse sentido, a atuação das Associações Escolares era imprescindível para manter as escolas em funcionamento, aspecto que permitiu diferentes formas de ingerência dessas organizações comunitárias nas escolas.

O discurso que foi consolidado e permanece legitimado, emergindo em ocasiões diversas, afirmou ter os imigrantes alemães e seus descendentes sido abandonados pelo Estado brasileiro, que por anos não se interessou pela escolarização da população, contribuindo com um isolamento despretensioso, que inevitavelmente favoreceu o desinteresse pelas questões nacionais, especialmente relacionado à língua portuguesa. Entretanto, a ausência da destinação de recursos federais para a escolarização se manifestou por décadas e atingiu em alguma medida todo o território nacional. O discurso de abandono foi comunicado pela escrita ou oralidade em Blumenau interessado na expressão de críticas nos diferentes momentos políticos em que essa questão parecia ser pertinente, ora com tons mais agudos, ora com sutileza. Nas palavras de

Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2015, p. 235) “os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades”, portanto, o discurso de abandono foi primordial para sustentar a definição de um culpado, o governo brasileiro. Não era incomum as críticas aparecerem caracterizadas com nome e sobrenome, mas poderiam não ter identificação, investindo em especulações da existência de um traidor, um infiltrado, interessado em denunciar a manutenção dos vínculos étnicos alemães para comprometer a prosperidade do processo civilizador em andamento.

Essa versão de abandono foi construída e propagada também como forma de justificar a permanência das referências étnicas na atuação das escolas particulares, contribuindo para amparar a visão de superioridade racial expressada pelo apreço dos colonos alemães pela educação escolar. Muitas lideranças políticas, não apenas locais, mas também de outras instâncias estatais corroboraram para a manutenção desse discurso, inclusive aqueles que participavam do projeto nacionalizador, implementado nas décadas de 1930 e 1940. Sob o comando de Getúlio Vargas (1930-1945) a posição que o Estado assumiu por meio das ações nacionalizadoras foi de reconhecer o pretérito passado de descaso governamental, porém, afirmando um novo tempo, voltado para o futuro, que demandava compromissos de toda a população perante os interesses nacionais, sem nenhuma forma de dualidade, como chegou a ser proposta com a noção de teuto-brasileiro. Após 1945, com o término da ditadura do Estado Novo, os indicativos apontam que houve interesses de negociar a aparição desse discurso, mesmo que de forma sutil, mantendo o passado presente referenciado pelas memórias dos sacrifícios vivenciados pelos colonos de origem alemã em prol da instrução das crianças, o que era também uma maneira de retomar a exaltação do valor da cultura alemã para o desenvolvimento do Brasil e o reposicionamento de imigrantes e descendentes na cena pública, como uma espécie de dever de memória.

Não foi incomum reconhecer pessoas nos documentos escolares, incluindo funcionários do governo estadual, algumas com antepassados alemães, outras identificadas como brasileiras, mas apontadas como germanófilas, ou seja, admiradoras da cultura germânica, que respaldavam a visão propagada de ineficiência dos governos brasileiros passados. As diferenças entre esses apoiadores estavam, principalmente, nas posições que assumiram perante o interesse das escolas particulares em continuar com autonomia e nas formas de enfrentar suas tentativas de resistir as ações de controle estatal.

Na estrutura interna desse discurso de abandono, estava a exaltação do fundador da Colônia, destacado porque desde o princípio teria almejado a integração com a nova pátria,

inclusive por meio de cobranças nos seus relatórios para o governo provincial referentes a criação de escolas. A intenção não era apenas enaltecer os serviços de Hermann Blumenau, divulgados como iniciativas heroicas, mas fundamentalmente demarcar que seus apelos não foram atendidos, forjando a ideia de um culpado, distanciada dos imigrantes e seus descendentes alemães. Em diferentes ocasiões comemorativas, foi lembrado como exímio administrador e quando conveniente, “amigo do Brasil”, que contribuiu para seu engrandecimento (Ferreira, 2022). Entre os documentos de maior relevância como repositório desse discurso, que ainda não recebeu a devida atenção das investigações historiográficas, está o livro comemorativo *Centenário de Blumenau: 1850 – 2 de setembro – 1950*, publicado em 1950, no próprio ano do centenário.

Na chave da renovação historiográfica, os estudos da historiadora Cristina Ferreira (2022) contribuem para problematizar a cultura histórica que foi adquirindo solidez com base em diferentes escritos, inclusive de viajantes no século XIX frequentemente chamados de “naturalistas”, sobre a história de Blumenau. Com destaque para as abordagens sobre época da Colônia, prevaleceu o nítido viés laudatório das benfeitorias do colonizador alemão Hermann Blumenau, além da exaltação envolvendo a importância da colonização alemã para o Brasil, considerada ideal para os propósitos civilizatórios. Por muito tempo as narrativas que foram evocadas insistiam em elevar “apenas os feitos dos imigrantes de destaque, com ênfase às lideranças locais ligadas à colonização alemã, colaborando para divulgar uma situação baseada no mito fundador” (Ferreira, 2022, p. 44).

Entre essas produções está a escrita do Frei Ernesto Emmendoerfer, membro da Ordem dos Frades Menores, significado da abreviação O.F.M., que sempre acompanhava seu nome nos textos. Sua participação na organização dos festejos para o Centenário foi intensa, dada as suas articulações políticas, propiciadas pela atuação como diretor durante 26 anos do Colégio Santo Antônio, escola particular católica localizada no centro da cidade, fundada ainda no século XIX (Gonçalves, 1980). Além disso, sua contribuição escrita pôde contar com referências provenientes dos relatórios administrativos deixados pelo diretor da Colônia⁶¹. No texto que compõe o livro comemorativo do Centenário, intitulado *O ensino particular em Blumenau*, Emmendoerfer (1950) reiterou a narrativa sobre a grandeza do colonizador, iniciando com a afirmação de que “o ensino e a educação dos filhos dos imigrantes foi sempre uma das grandes preocupações do Dr. Hermann Blumenau”. As reivindicações do diretor da

⁶¹ Pouco tempo após a publicação do livro comemorativo do Centenário em 1950, a prefeitura de Blumenau foi comprometida por um incêndio de grande proporção no ano de 1958, o que ocasionou a destruição de muitos documentos de caráter histórico, impactando as pesquisas historiográficas até a atualidade.

Colônia foram apresentadas como estendendo-se ao acesso as escolas também para os brasileiros, descritos pelo Frei em tom depreciativo, dizendo que “não cessou de reclamar mais escolas, sobretudo para os nacionais, que, em matéria de ensino, não mostravam nenhuma iniciativa e muito pouca compreensão. Mas, apesar de muitas insistências, nada conseguiu”. As observações do religioso continuaram críticas ao governo brasileiro da época, atribuídas a ausência de escolas públicas, classificando como “situação deplorável”, estendida “até a fundação do grupo escolar ‘Luiz Delfino’, em 1913”. Sua percepção destacada pela escrita justificou que o “imigrante mesmo procurou dar solução ao problema da educação de seus filhos. Como o conseguiria? Na base da cooperação. Formavam-se ‘sociedades escolares’ com a finalidade de criar e manter escolas, em prédio próprio, onde isso fosse possível” (Emmendoerfer, 1950, 283-284).

Possivelmente em busca de maior legitimidade para seus argumentos sobre a dedicação de Hermann Blumenau perante a causa da escolarização, Ernesto Emmendoerfer (1950, p. 285) referenciou alguns relatórios coloniais onde o próprio diretor da Colônia registrou encaminhamentos junto aos governos, geralmente da província, mas também do Império. De acordo com a referência do relatório de 1882,

os lotes reservados... para escolas foram e continuam... a ser concedidos por tempo indeterminado às respectivas sociedades escolares, regularmente constituídas para o fim de ensino dos filhos dos sócios, não podendo esses terrenos, em tempo algum, entrar na propriedade particular, nem ser alienados a seu destino originário, e voltando à imediata disposição do Estado, logo que as respectivas sociedades deixarem de existir, ou suas escolas de funcionar, ou, enfim, quando estas escolas particulares pela competente autoridade forem convertidas em públicas.

Essas instruções apresentam diferentes vestígios que interessam a este estudo, inicialmente porque configuram uma expectativa de futuro, acionada por Hermann Blumenau quando demarcou a possibilidade de conversão das escolas particulares para escolas públicas, processo que foi efetivado décadas mais tarde mesmo com muitas tensões. Suas palavras demonstraram reconhecer que esse era um caminho plausível, aparentemente que não idealizava a presença de escolas particulares como redutos intocáveis por conta de uma pretensa representação étnica. Outro aspecto pertinente refere-se ao destaque direcionado para as Associações Escolares, caracterizadas como as legítimas entidades “regularmente constituídas para o fim de ensino”, interlocutoras entre o domínio privado e o poder público. Seria a dissolução da Associação Escolar, o marcador responsável por definir o fim desse domínio privado e, portanto, também do reconhecimento de sua escola como particular. Com base nas

análises dos seus registros, Hermann Blumenau, procurou estabelecer contornos para contornar as fronteiras entre o público e o particular, iniciativa que parece não ter sido exitosa, considerando os encaminhamentos posteriores dos imigrantes alemães e seus descendentes. Além disso, esse relato corrobora a mais um vestígio da participação do Estado na criação de escolas, questionando a afirmação de ausência manifestada como discurso, inclusive com a contribuição do próprio Frei Ernesto Emmendoerfer, que permaneceu pontuando a visão de descaso dos poderes estatais com a escolarização dos colonos.

Em outras menções dos relatórios da administração colonial, também ficou evidenciada a participação estatal, porém, nem sempre nesses termos, já que a contribuição para as escolas em várias situações era atribuída a bondade e solidariedade, consideradas características éticas, de Hermann Blumenau, que “com os recursos da ‘Caixa Escolar’, que fundara desde o início de suas atividades aqui, por diversas vezes, comprou livros ou outro material, que distribuiu às escolas”⁶². Essa referência no texto do Frei aos auxílios com materiais didáticos, estava amparada em um relatório de fevereiro de 1880, portanto, quando a Colônia já era de domínio Imperial, sendo custeada com investimentos provenientes da província de Santa Catarina e do Império, o que significa dizer que os “recursos da Caixa Escolar” eram também públicos.

Ainda de acordo com as breves observações do Frei Ernesto Emmendoerfer, além das duas escolas públicas (meninos e meninas) na sede da Colônia, funcionaram em 1872 três escolas particulares, número que aumentou para seis escolas mistas em 1876, destacando que “entre elas 2 subvencionadas com 15\$000 mensais”⁶³. Novamente ficou referenciada a presença dos recursos estatais, mesmo que destinados de forma isolada para um número menor de escolas consideradas particulares. Outros dados estatísticos foram apresentados sobre as escolas classificadas como particulares, subvencionadas ou ainda públicas, não deixando de registrar a reafirmação do valor da atuação do imigrante, que apesar de ter chegado “com poucos recursos, trazia cultura apreciável.”⁶⁴

Também recebeu atenção na escrita, a problemática envolvendo o uso da língua alemã em detrimento da língua portuguesa, ausente na quase totalidade das escolas particulares de Blumenau durante longos anos. O principal argumento mais uma vez trazia a ideia de abandono dos colonos, que “diante da alternativa de deixar seus filhos sem instrução ou entrega-los a professor que não conhecia suficientemente a língua do País, optou pela segunda. Podemos, por

⁶² *Ibid.*, p. 285.

⁶³ *Ibid.*, p. 286.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 284.

isso, recrimina-lo?”⁶⁵. Com esse tipo de questionamento, o Frei amparava sua retórica contribuindo para forjar a noção de vítimas do descaso do Estado, posicionando os imigrantes alemães e seus descendentes como aqueles que não se conformaram e buscaram a superação dos obstáculos de forma resiliente. Outra vez Hermann Blumenau foi acionado como uma testemunha de valor, que pelos seus relatórios afirmava a preocupação desde os primórdios da Colônia com o ensino da língua vernácula. Sobre as acusações de negligência do uso da língua nacional em Blumenau, o Frei Ernesto Emmendoerfer confrontou esses apontamentos que classificou como “levianos” dizendo que não tinham fundamento, já que saber o português melhorava a vida cotidiana dos habitantes na medida que a cidade crescia e ampliava sua comunicação com outras regiões de Santa Catarina e do Brasil, mobilizando a língua nacional com base em seu caráter útil e não valoroso como atribuído de integração com o Brasil.

A destinação de recursos provenientes da Alemanha para algumas escolas em Blumenau, com maior evidência sobre aqueles recebidos pela *Neue Deutsche Schule* (Escola Nova Alemã), contribuiu como argumento para reforçar a ideia de “perigo alemão”, sendo essas desconfianças rechaçadas pelo Frei Emmendoerfer, que acusou os que utilizaram essa justificativa como interessados em promover uma “infiltração política”⁶⁶. Sem maiores detalhes, suas considerações assinalavam para os conflitos que adquiriram proeminência em Blumenau durante a Primeira Guerra Mundial entre dois grupos definidos como nativistas e germanistas, cada um com suas vertentes nacionalistas, tecendo por meio dos jornais e nos espaços políticos, inclusive em âmbito nacional, inúmeras suspeitas e acusações que, frequentemente eram direcionadas para a configuração das escolas particulares devido a conservação da língua alemã e do ensino dos elementos culturais atrelados a terra de origem dos imigrantes e descendentes tanto em Santa Catarina quanto em Blumenau.

Nas palavras do historiador Luiz Felipe Falcão (2000, p. 51) desde o século XIX e, com maior evidência na primeira metade do século XX, esteve em elaboração uma ameaça interessada em afirmar uma “realidade ameaçadora da integridade do território nacional brasileiro”, conduzida por argumentos distintos, mas que confluíram para as diferentes versões de projetos nacionalistas. Acreditava-se que havia interesses por parte de imigrantes alemães e seus descendentes, articulados mais ou menos com demandas estrangeiras, em afirmar o isolamento das áreas colonizadas para evitar a integração com a vida nacional. Os efeitos alcançaram o cotidiano de várias localidades de Santa Catarina, manifestados em embates que envolveram brasileiros e imigrantes de origem alemã, os últimos muitas vezes acusados de não

⁶⁵ *Ibid.*, p. 290.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 286.

se reconhecerem parte da Nação brasileira, além daqueles que deixavam explícito que não desejavam se considerar brasileiros. Os estudos de Falcão (2000) contribuíram para identificar o destaque que a questão escolar obteve nesse cenário, inclusive referenciando situações que envolveram as escolas particulares de Blumenau, acusadas de confrontar as leis nacionalizadoras implementadas pelo governo estadual, que também foi muitas vezes acusado de não tratar a nacionalização do ensino com a devida atenção, sugerindo que vários políticos catarinenses estavam comprometidos com a causa alemã, como o caso de Lauro Müller, que ocupou vários cargos políticos, inclusive o de governador de Santa Catarina e tinha relações estreitas com lideranças de Blumenau. Apesar de ser natural de Itajaí, veio para a Colônia Imperial estudar as chamadas primeiras letras na escola particular da localidade de Badenfurt, anteriormente mencionada como uma das primeiras escolas fundadas na Colônia Blumenau.

Em torno das “difamações” conforme a visão do Frei Ernesto Emmendoerfer, o município foi impactado a partir de 1917 por um movimento político de nacionalização, que teve como forte expressão o fechamento das escolas particulares que não comprovassem o ensino da língua portuguesa, sendo proibido o uso da língua alemã. Isso significou a paralisação do funcionamento de todas as escolas particulares do município, incluindo aquelas que, por vezes, eram classificadas como subvencionadas, independente da procedência dos recursos oriundos do governo estadual ou federal. Para voltar a funcionar, foi preciso cumprir o programa de ensino definido pelo governo do Estado, além da submissão dos professores aos exames que atestavam a habilidade com o português. De acordo com o texto do Frei, os professores aderiram as determinações legais sem conflitos, trazendo novamente a perspectiva dos imigrantes alemães e seus descendentes como sujeitos disciplinados, que estavam “fazendo sacrifícios, também de ordem pecuniária, esperando, às vezes, pelos examinadores, que não apareciam nos dias marcados”⁶⁷.

Na busca por fortalecer argumentos que justificassem a manutenção de escolas particulares distantes da cultura nacional, o discurso de abandono foi moldado e adquiriu amplitude, inclusive ultrapassando os períodos de nacionalização e os embates sobre o “perigo alemão”, chegando aos dias atuais. Os recursos governamentais disponibilizados em diferentes momentos da história de Blumenau que incluíam subsídios para compra de materiais didáticos, pagamento de professores, auxílios para construção de edifícios, destinação de terrenos para fins escolares, frequentemente não foram anunciados. Pelo contrário, o enfoque ficou para as críticas que indicavam a ausência de investimento estatal, assinalado como descaso,

⁶⁷ *Ibid.*, p. 293.

negligência, sugerindo até mesmo que seria um propósito dos governos, interessados em encapsular as lideranças de origem alemã que paulatinamente se posicionavam como forças políticas no cenário estadual e nacional.

Entre os poucos que irromperam de forma explícita o silêncio sobre a presença de recursos do Estado na formação do sistema escolar de Blumenau, apesar de sua escrita não ser ingênua e, portanto, livre de intencionalidades, foi possível identificar Paulo Malta Ferraz, titulado em Direito, que exerceu o cargo de Delegado Regional de Polícia tanto em Itajaí quanto em Blumenau. Apesar de informações pontuais e recortadas, localizei sua atuação nessa função entre 1946 e 1947, nesse último ano trabalhando em Blumenau. Foi brevemente referenciado no livro comemorativo do Centenário de Blumenau como um escritor de língua portuguesa que dedicou atenção sobre a história do município, apesar de não ser blumenauense, tendo migrado de Maceió (Alagoas), para advogar em Santa Catarina⁶⁸. Interessante observar que o livro separa os escritores por suas expressões linguísticas, oportunizando maior destaque para aqueles que escreveram em língua alemã.

Tudo indica que dois escritos foram publicados por Paulo Malta Ferraz sobre Blumenau, o primeiro em 1949, com o título *Apointamentos para a história da colonização de Blumenau (1850-1860)*, produzido para ser apresentado no Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado no ano de 1948, em Florianópolis. O último, lançado em 1976 como livro, chamado de *Pequena História da Colonização de Blumenau*, que teve algumas partes reproduzidas na *Revista Blumenau em Cadernos*, em edições de 1976 entre março e julho.

O escritor Paulo Malta Ferraz (1976, p. 69) declarou que “quando se estuda a história de Blumenau, não se salienta, em regra, a importância da contribuição do Governo e do elemento nacional para o êxito da colonização”. Continuou afirmando que não tinha preocupação em ser questionado por sua constatação pois, basta analisar “o passado blumenauense” para concluir a importância da atuação do poder público e de brasileiros na região. Para amparar seus apontamentos apresentou situações em que os recursos governamentais foram considerados decisivos para o desenvolvimento da Colônia Blumenau.

Pode-se, afirmar, sem receio de contradição, que se não fora essa cooperação estreita e benéfica entre o poder público, o elemento nacional e os imigrantes teutos que se radicaram nas margens do Itajaí-açu, a colônia malograra-se ou teria o destino inglório e medíocre de tantos outros núcleos coloniais (Ferraz, 1976, p. 59).

⁶⁸ BINDER, João Capistrano. Imprensa e Publicidade. In: CENTENÁRIO de Blumenau. 1850-1950. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950. p. 335-336.

Em busca de outros vestígios sobre investimentos públicos nas escolas particulares de Blumenau, analisou o Relatório de Hermann Blumenau referente ao ano de 1876, sendo possível identificar que

a Colônia contava com 6 escolas na sede e 19 disseminadas pelas diversas linhas coloniais. Dessas escolas particulares, que eram mantidas por sociedades formadas pelos colonos, 18 receberam do Governo o auxílio de 400\$000, para construção das respectivas casas. A partir de Fevereiro de 1875, as escolas particulares, que tinham frequência média de pelo menos 15 alunos, passaram a receber do Ministério da Agricultura o subsídio de 15\$000 mensais (Ferraz, 1976, p. 60).

Suas pesquisas ainda destacaram que em um Relatório sobre 1878, atribuído a Hermann Blumenau, ficou evidente que a quantidade de escolas de ensino primário havia aumentado. “Funcionaram a partir desse ano, em todo o território colonial, 29 escolas primárias, com a frequência de 1.055 alunos, das quais duas eram mantidas pelo Governo e dezesseis subvencionadas” (Ferraz, 1976, p. 63). Com essa consideração, Paulo Malta Ferraz apresentou uma leitura sobre a organização escolar que estava em formação, demarcando que as escolas classificadas como subvencionadas, apesar de terem suas Associações Escolares também tinham vínculos com os poderes estatais amparados pelas subvenções que recebiam, o que não possibilitava restringir sua definição como particular, categoria aplicada para as outras 11 escolas que integravam o total de 29 escolas de ensino elementar.

Sobre a contribuição chamada por Malta Ferraz (1976, p. 74) de “elemento nacional”, deixou evidenciado alguns nomes e funções, porém a maior atenção foi demandada ao político Alfredo d’Escagnolle Taunay, mais conhecido como Visconde de Taunay, presidente da província de Santa Catarina em 1877 e posteriormente senador ainda durante o Império. Nas palavras do escritor, o político estava “convencido dos reais benefícios da colonização do *Hinterland* brasileiro por imigrantes europeus”. As contribuições de Taunay, inclusive em âmbito nacional, fizeram com que ele fosse compreendido como um apoiador da causa alemã. Isso garantiu sua afirmação como nome de escola em Blumenau, escolhido durante o tempo de nacionalização, possivelmente no ano de 1938 no governo do interventor José Ferreira da Silva quando algumas escolas particulares, incluindo a Escola de Tatutiba I passaram a ser administradas pelo poder público municipal.

Na contramão do posicionamento manifestado de forma explícita por Paulo Malta Ferraz estava José Ferreira da Silva, que assim como seu contemporâneo migrou para Blumenau, no seu caso devido ao trabalho no serviço público. De acordo com seu Assentamento

Funcional junto ao governo de Santa Catarina, foi professor estadual no município de Cruzeiro/SC⁶⁹, sendo removido em fevereiro de 1920 para a Escola Mista de Arapongas, localizada em Blumenau. Poucos meses depois, pediu exoneração para assumir outro cargo público, o de escrivão de paz e tabelião, nomeado para atuar na localidade de Rodeio, ainda em Blumenau, onde permaneceu até 1924, quando foi transferido para a sede do município (Schmitt, 2012). Nascido em Tijucas, era filho de imigrantes sendo o pai de descendência portuguesa e a mãe descendente de alemães, o que possibilitou seu conhecimento da língua materna. Nesse sentido, diferente de Paulo Malta Ferraz, que ao avaliar por seu local de origem, possivelmente era de descendência portuguesa, José Ferreira da Silva tinha aproximações com a cultura alemã, o que propiciou que assumisse outras posições.

A função como funcionário público, assim como sua forte atuação na imprensa local, abriu caminhos para relações políticas posicionando José Ferreira da Silva muitas vezes como interlocutor de lideranças locais e também regionais, por vezes, intermediando os diálogos tensionados pelas disputas políticas, permeadas pelos embates nacionalistas. Sua trajetória em Blumenau foi marcada por contradições, ora sendo acusado e ora defendido, devido as decisões políticas assumidas em momentos de desavenças motivadas por questões de fundo étnico. Em diferentes contextos expressou suas ideias que contribuíram com a versão de abandono dos colonos de origem alemã por parte do governo brasileiro, além de manifestar sua intensa admiração por Hermann Blumenau e a forma com que ele conduziu a administração da Colônia.

Por meio de mais um discurso, dessa vez apresentado na inauguração da Escola Municipal Professor Fernando Ostermann em 1954, José Ferreira da Silva apareceu novamente na cena pública, participando de um movimento de caráter político, interessado em contornar memórias sendo mais um esforço para conter as ressonâncias dos tempos de nacionalização. Isso porque, após o término da ditadura do Estado Novo, no final de 1945, com as possibilidades trazidas pelo regime democrático, ficou latente que era preciso reposicionar Blumenau perante as exigências de outras articulações da política local e também na sua relação tensionada com as instâncias estadual e nacional.

Nada mais emblemático do que mobilizar questões escolares para conduzir uma política de apaziguamento, sem que isso significasse a anulação das demandas locais, ainda interessadas nas proximidades com os vínculos étnicos alemães. A data do centenário da primeira escola pública de Blumenau associada ao primeiro professor público, habilitado a ensinar a língua portuguesa, já no início da colonização, era uma forma de confrontar as acusações que haviam

⁶⁹ Atual município de Joaçaba a partir de 1943.

sustentado as políticas de nacionalização. A fundação da nova escola pública municipal serviu como representação de uma pretensa coesão entre as origens germânicas valorizadas e as possibilidades vivenciadas em território brasileiro reconhecidas. Nas palavras de Georges Didi-Hubermann (2019, p. 51) “toda obra pública instaura uma relação de forças e instaura a si mesma através de uma relação de forças”. Decidir inaugurar uma escola chamada pelo nome do professor Ostermann, parece ter sido pertinente para expressar o interesse político em demonstrar que Blumenau reconhecia as iniciativas do país que recepcionou os primeiros colonizadores, mas não esquecia do pioneiro alemão, que cumpriu sua função aprendendo a língua nacional e dedicando seus conhecimentos para a nova pátria.

Figura 4. Escola Municipal Professor Fernando Ostermann, 1954



Fonte: Deeke, Hercílio, 1954, s.p.

Em um terreno doado, localizado no bairro Boa Vista, o poder público construiu uma casa de madeira, com uma sala de aula e acomodações para o professor, incluindo o pátio coberto e os banheiros⁷⁰. A construção se distanciou do modelo de estrutura usual das escolas anteriores, que por vários anos representou a expressão étnica por meio da arquitetura enxaimel.

⁷⁰ DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1954 apresentado a Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke*. Blumenau. 1955. p. 69, 91.

A nova escola pública foi aproximada das noções modernas de higiene e delimitação do espaço com cercas, partilhando noções de progresso, em que o passado sublinha os anúncios de futuro.

Ao noticiar o ato inaugural do dia anterior, o jornal *A Nação* de 3 de setembro de 1954 destacou a presença da população e de autoridades locais, além do discurso de José Ferreira da Silva, que comunicou breves aspectos da trajetória do professor Fernando Ostermann em Blumenau e, parabenizou o prefeito Hercílio Deeke pela iniciativa. Ao final da cerimônia, um café foi oferecido para os participantes nas dependências da escola⁷¹. Também em alusão a data, a Sociedade Filatélica de Blumenau lançou um carimbo postal referente ao centenário da primeira escola pública⁷².

Como uma espécie de intelectual mediador, na chave de leitura de Ângela de Castro Gomes (2016), José Ferreira da Silva assumiu a função de comunicar seus conhecimentos sobre o professor, que não estava descomprometida com propósitos políticos. Aquela inauguração pública, também figurava como mais uma cerimônia acionada para reposicionar no cenário público tanto o próprio intelectual quanto o município, ambos marcados pelas experiências nacionalizadoras dos anos anteriores. Por sua agência política, intensificada com o Estado Novo (1937-1945), quando foi escolhido interventor municipal de Blumenau entre 1937 e 1941, Ferreira da Silva foi de certa forma, considerado autorizado a intermediar e gerenciar as memórias que viriam a público, com destaque para aquelas que envolviam as questões étnicas. Por seu trânsito no cenário político regional, por vezes, nos bastidores, desde sua chegada em Blumenau na década de 1920 como funcionário público, depois jornalista, liderança do Partido Integralista Brasileiro, vereador, interventor, além de responsável por iniciativas no campo cultural, era entendido como figura estratégica para balizar outros arranjos nas relações políticas do município com o restante do país, especialmente envolvendo as articulações regionais (Schmitt, 2012).

Sua participação no movimento de nacionalização merece pesquisas aprofundadas, mas nesse momento é importante dizer que foi indicado como interventor de Blumenau por Nereu Ramos, que também havia sido escolhido interventor de Santa Catarina por Getúlio Vargas. Portanto, José Ferreira da Silva foi um dos políticos que colocou em prática as diversas formas de controle da população de origem germânica, angariando para si, múltiplos contrastes. Os indícios dos estudos que realizo, apontam que serviu como mediador entre as demandas locais, manifestadas por uma elite vinculada aos elementos étnicos e, os interesses nacionais,

⁷¹ EXPRESSIVAS solenidades evocaram ontem o histórico acontecimento. *A Nação*, Blumenau, ano X, n. 724, 3 set. 1954.

⁷² DATA histórica do ensino no município de Blumenau. *A Nação*, Blumenau, ano X, n. 723, p. 1, 2 set. 1954.

implementados pela legislação federal e estadual, que inclusive instalou em 1939 uma unidade do Exército em Blumenau, direcionado também para propagar o civismo e o espírito patriótico entre a população. Os indicativos são de que José Ferreira da Silva, ainda atuante na cena pública em 1954, sabia que era preciso assegurar relações institucionais que garantissem um futuro em que Blumenau estaria reposicionada perante Santa Catarina e o Brasil. Nessa preocupação com o futuro, determinadas experiências de um passado foram reivindicadas enquanto muitas outras tiveram que ser negadas por meio da rasura ou do esquecimento. No diálogo com Hans Ulrich Gumbrecht (2014) entendo que Blumenau vivenciou um “tempo de latência” após 1945, provocado pelos conflitos, em torno das questões étnicas, intensificados a partir de 1942 com a declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

A escolha por lembrar os dois acontecimentos centenários e identificar a nova escola municipal com um nome alemão, emitiu efeitos que alcançam e entrelaçam diferentes temporalidades, convidadas a compor uma narrativa interessada em estabilizar relações políticas fissuradas pelo tempo da nacionalização. Assim, “no lugar do caráter espontâneo e natural, ressaltam-se os empreendimentos deliberados de reconstrução empreendidos pela memória, que responde por via de regra a demandas e interesses *políticos* precisos”. (SEIXAS, 2004, p.41). Era necessário anunciar formas de interações nacionais e reiterar, perante um ambiente democrático, que os imigrantes alemães e seus descendentes valorizavam as demandas nacionais, tanto que demarcaram a criação de uma escola pública no presente, associada a outra fundação no passado. Como resultado estaria a busca por um futuro político aberto para Blumenau, interessado em negociar em meio as próprias ruínas, que sustentavam a velha/nova democracia a partir do final de 1945.

3 INTERVENÇÕES PÚBLICAS NA ESCOLARIZAÇÃO EM BLUMENAU COMO INSTRUMENTO DE AFIRMAÇÃO POLÍTICA

“A história é feita de camadas. Mas as camadas não estão empilhadas em ordem. A força disruptiva do presente pressiona o passado, espalhando seus pedaços por lugares inesperados”.

(Susan Buck-Morss, 2018, p. 5)

3.1 A IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA SUBVENCIONADA

As tratativas para efetivar a doação do terreno destinado a construção do Grupo Escolar de Itoupava Norte foram finalizadas em 19 de novembro de 1955 com uma reunião envolvendo membros remanescentes da Associação Escolar ou Comunidade Escolar Itoupava Norte. Nesse dia, o vereador pela União Democrática Nacional (UDN) e morador da localidade, Edgar Müller, ficou responsável por secretariar a assembleia extraordinária dirigida pelo presidente Helmuth Schoenau, comerciante e liderança comunitária, que lembrou ao público presente o interesse já manifestado em novembro de 1953 durante uma outra assembleia, de transformar a Escola Pública de Itoupava Norte em um Grupo Escolar⁷³.

A ata com a decisão unânime dos sócios presentes, um total de quatorze homens que registraram suas assinaturas, referenciou que somado ao tamanho do terreno a ser doado pela Associação Escolar, a prefeitura de Blumenau acrescentava outro lote pertencente a municipalidade, decisão formalizada pela lei n. 668 de 08 de julho de 1955 e autorizada por Gerhard Neufert, prefeito que substituiu o eleito Hercílio Deeke por conta de sua renúncia⁷⁴. Ambos os lotes formavam a medida necessária para o critério do governo do Estado de Santa Catarina, que exigia uma área mínima de dez mil metros quadrados para a construção de uma escola no modelo de Grupo Escolar.

Sobre o terreno da Escola Pública de Itoupava Norte onde a escola já funcionava desde a iniciativa dos imigrantes alemães quando começaram a ocupar o lugar na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, possivelmente organizados por meio de uma Associação Escolar a partir de 1864, pouco é possível afirmar, apenas especular (Neves, 2019). Isso porque, pode ter sido

⁷³ MÜLLER, Edgar. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Comunidade Escolar Itoupava Norte. 19 jul. 1955. Ofícios recebidos pelo governo do Estado de Santa Catarina das Prefeituras. jan.-dez., 1955.

⁷⁴ O político Hercílio Deeke, filiado à UDN, foi eleito prefeito de Blumenau para o mandato entre 1955 e 1959. No mesmo período também foi eleito para o cargo de deputado federal, renunciando a função no governo municipal.

Ao observar o mapa encaminhado pela Prefeitura de Blumenau para o governo do Estado, parte das tratativas para o início da construção da nova/velha escola que seria transformada em um Grupo Escolar adquiria forma, interessada em projetar o futuro com base em leituras do passado. Nesse sentido, tratava-se de uma escola quase centenária, que havia conservado até aquele momento importantes características como a manutenção da sua própria Associação Escolar, seu nome e sua localização original, o que seriam alterados com as negociações em curso, que nesse caso envolvia inclusive o governo federal devido aos recursos destinados para as obras públicas de Santa Catarina⁷⁵. Tratava-se de um processo que demandava a articulação das relações políticas entre as esferas públicas e privada, que resultaria em uma escola no modelo Grupo Escolar anunciado como parte dos avanços para a modernização do sistema escolar catarinense (Nóbrega, 2003).

Antes da nova configuração da escola que iria se tornar nas palavras dos discursos da época uma instituição sinônimo de “modernidade” no campo educacional, a Escola Pública de Itoupava Norte já fazia parte do conjunto de escolas estaduais. Tudo indica que esse vínculo tenha iniciado com o poder público em algum momento após 1918 quando era uma escola particular e aderiu a subvenção federal destinada a nacionalização do ensino sendo reclassificada como uma escola subvencionada, categoria que passou a integrar de forma regular a organização do sistema escolar do Estado. Na prática, os recursos públicos não impediram a continuidade dos vínculos com a Associação Escolar, proprietária do patrimônio, como visto, até 1955 quando foi formalizada a doação do terreno, mas sem o edifício que já havia sido demolido, talvez pelas condições precárias da estrutura. Considero que o processo de transição de particular para pública apenas foi concluído em 1957, ano da inauguração do Grupo Escolar, com a escolha do novo ou velho nome para aquela nova ou velha escola, homenageando o professor alemão, que atuou nela entre 1931 e 1937, chamado João Widemann (Neves, 2019).

A relação das escolas particulares com os poderes governamentais foi complexa em Blumenau, especialmente, na primeira metade do século XX, não sendo as questões que envolveram a Escola Particular de Itoupava Norte um caso isolado. Foram processos repletos de negociações que expuseram fissuras nos arranjos políticos articulados entre as diferentes instâncias de poder, capazes de comprometer a manutenção de elementos étnicos alemães. Nesse sentido, foi necessário redefinir estratégias para traçar outros trajetos em busca da conservação da comunidade imaginada, que tinha na escola comunitária parâmetros centrais de

⁷⁵ ACONTECIMENTO que traçará novos rumos para o progresso da comuna. *A Nação*, Blumenau, ano X, n. 228, 15 nov. 1953. p. 6.

identificação. Essas escolas particulares, habitualmente criadas pelos moradores locais com ou sem participação de instituições religiosas, atuavam por longos anos como sustentação dos vínculos étnicos de imigrantes e seus descendentes, com destaque para a manutenção da língua alemã, mas também ritualizando comportamentos sociais que podiam assegurar estabilidade para a cultura dos antepassados manifestada em território brasileiro. A busca por essa estabilidade envolvia ensinar a imaginar uma versão de comunidade alemã fora da Alemanha, o que significava aprender a memorializar o passado vivido em outro território, além de projetar o futuro na relação com esse passado, intencionando garantir que essa imaginação não fosse acometida pelo esquecimento.

Com os avanços das críticas e interferências estatais contra esses propósitos étnicos que tinham finalidades pedagógicas, foi necessário que essas escolas particulares encontrassem outras formas de existir, na tentativa de sobrevivência ao tão temido esquecimento dos elementos de coesão comunitária. Assim, aceitar recursos públicos a partir do final da década de 1910, foi para algumas escolas a maneira mais viável de se manter em funcionamento, apesar dos procedimentos de fiscalização que gradativamente atravessavam as escolas que se tornavam subvencionadas, portanto, mantidas pelo poder público e chamadas em alguns documentos de escolas estaduais, em outros de escolas públicas ou mesmo escolas subvencionadas. Eram atreladas a administração do Estado, submetidas diretamente a regulação da sua política educacional, que gerenciava os recursos destinados pelo governo federal custeando, inicialmente, as chamadas “cadeiras”⁷⁶, ou seja, responsável pelos gastos com matérias obrigatórias para nacionalização das crianças. Em Blumenau entendo que essa escola subvencionada foi operacionalizada como uma espécie de escola híbrida, que passava a ser mantida com verbas públicas, porém, ainda vinculada por meio do seu patrimônio ao domínio privado das Associações Escolares, na maioria dos casos, proprietárias do terreno, do edifício, do mobiliário e dos materiais didáticos. Outros elementos também poderiam ser de posse dessas entidades como alimentos cultivados no terreno da escola, muitas vezes vendidos para obtenção de recursos, característica bem comum nas áreas rurais onde se concentravam grande parte das escolas, geralmente chamadas de escolas isoladas. Portanto, nessa nova configuração, não eram anuladas as relações fundacionais que essas escolas tinham com suas Associações Escolares, ao contrário, algumas diretorias cobravam do poder público valores de aluguéis para que os professores custeados pela subvenção, ministrassem as aulas nos edifícios escolares. Essa

⁷⁶ Como eram chamadas as matérias (disciplinas) ofertadas nos programas escolares. No caso da subvenção para a nacionalização do ensino, referiam-se a língua, a história e a geografia nacional. Vem de “cadeira”, inclusive, o termo cátedra usado nas escolas normais secundárias desse período.

configuração, que permaneceu em vigor por anos em Blumenau não deixou de fomentar disputas e negociações até o momento da completa incorporação dessas escolas pelo poder público estadual ou municipal, com a entrega regulamentada do patrimônio, predominantemente, os terrenos escolares, por meio de doação ou venda, processo que se estendeu em algumas escolas até a década de 1960.

Os recursos do governo federal para subvenção das escolas nas áreas de colonização estrangeira foram autorizados pelo Decreto Federal nº 13.014 de 04 de maio de 1918 e integraram um conjunto de determinações legais promovido pelo Estado de Santa Catarina, com destaque para a lei nº 1.187 de 05 de outubro de 1917 e o decreto nº 1.063 de 08 de novembro do mesmo ano. Esse aparato legal intencionava desencadear um movimento de nacionalização do ensino, estimulado também a partir do posicionamento do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) contra o Império Alemão quando a ideia de um “perigo alemão” em regiões de Santa Catarina, foi amplificada por diferentes discursos, inclusive no âmbito nacional, provocando intensas reações direcionadas para Blumenau (Falcão, 2000). Promover a subvenção federal junto a rede de escolas particulares estabelecida em Blumenau pode ser compreendida como uma estratégia do Estado em busca de maior controle. Em 1917 o relatório administrativo municipal registrava um total de 112 escolas que usufruíam de autonomia, além de um pequeno número de nove escolas públicas, localizadas em áreas afastadas da sede, com exceção do Grupo Escolar Luiz Delfino⁷⁷.

Ao apresentar em julho de 1911 um panorama da instrução pública em Santa Catarina, o governador Vidal Ramos destacou que “o número de escolas mantidas ou subvencionadas pelos cofres municipais é atualmente de 225, sem contar as do município de Blumenau, que não incluiu o número de escolas nos dados que remeteu a Secretaria Geral”⁷⁸. Essa ausência tem uma justificativa, a inexistência de escolas mantidas por subvenção ou mesmo que haviam sido criadas pela administração municipal de Blumenau. Majoritariamente, as escolas tinham caráter privado e apenas um pequeno número funcionava com subvenção estadual, cenário que se manteve até o aumento das tensões causadas pela posição do Brasil na guerra em 1917.

As intervenções estatais, capitaneadas e organizadas pelo governo estadual em nome da nacionalização de Blumenau, demonstravam pela primeira vez de forma explícita o interesse nacional pela situação da antiga colônia estrangeira, o que teve potencial de ocasionar tensões

⁷⁷ ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o exercício de 1916 apresentada ao Conselho Municipal de Blumenau pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Instrução Pública. Blumenau, 1917. p. 22.

⁷⁸ RAMOS, Vidal José de Oliveira. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos*. Instrução Pública. Florianópolis, 1911. p. 36.

entre a população. O governo municipal assumiu a posição de negociador, uma espécie de intermediário entre as outras instâncias governamentais e as centenas de comunidades legitimadas pelas lideranças políticas locais com base em relações de apoio mútuo com as respectivas Associações Escolares.

Apesar de Blumenau dessa vez não ser referenciada nominalmente na mensagem de julho de 1913, o governador Vidal Ramos apontou que havia um movimento de adesão dos municípios para participar de forma secundária “da difusão do ensino primário. É notável o número de escolas mantidas ou subvencionadas pelas municipalidades. O número dessas escolas é quase igual ao das estaduais e a matrícula de crianças nas mesmas é considerável”. À disposição de investimentos dos municípios foi reconhecida como um avanço, o que não excluía a continuidade do funcionamento de escolas particulares, que precisavam ser conhecidas com maior riqueza de informações, pois, “infelizmente ainda não temos dados completos sobre o ensino particular. Espero, entretanto, que essa lacuna seja preenchida pelos relatórios dos Inspetores Escolares, relativos ao ano corrente”⁷⁹. Esse interesse em identificar a organização da escolarização privada, procedimento que estaria amparado nas atividades de fiscalização, não deixou de provocar desconfortos em Blumenau.

Nas suas observações sobre a administração municipal no ano de 1919, o superintendente Paulo Zimmermann expressou também em relatório que “a questão escolar tem levantado grande celeuma, ao meu ver excessiva”⁸⁰, anunciando seu incômodo sobre as críticas, avaliadas como barulhentas, contra as escolas particulares, consideradas elemento central dos embates sobre nacionalização. Mesmo sem evidenciar a conservação durante décadas do ensino na língua alemã em detrimento da língua portuguesa, sua escrita estava repleta de rastros que carregavam o passado para sustentar o futuro, sendo o presente contornado como um tempo propício para a acomodação, endereçado a negociar as mudanças que se apresentavam como impositivas sobre as escolas particulares, que faziam parte da cultura associativista de que vigorava em Blumenau desde sua fundação.

O município decidiu não assumir responsabilidades com a manutenção das escolas até a década de 1930, o que foi justificado pelo superintendente Alwin Schrader (1903-1915) devido a restrita capacidade orçamentária do município, que já auxiliava as escolas particulares por meio da distribuição de alguns tipos de materiais didáticos. Entretanto, outro argumento

⁷⁹ RAMOS, Vidal José de Oliveira. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos*. Instrução Pública. Florianópolis, 1913. p. 30.

⁸⁰ ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o exercício de 1919 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Instrução Pública. Blumenau, 1920. p. 47.

afirmava que subvencionar seria sinônimo de restringir suas liberdades de funcionamento. Isso porque com essa função existiria a necessidade de fiscalizar o cumprimento dos regulamentos definidos por uma política educacional brasileira, condicionando essas escolas particulares à determinadas exigências públicas, o que não era visto com bons olhos pela política local, que parecia não se interessar por relações mais estreitas com o governo estadual e mesmo federal, especialmente que trouxessem ameaças a conservação dos vínculos étnicos. As escolas particulares funcionaram por décadas com autonomia e os indicativos são de que demonstraram pouco ou nenhum interesse em aderirem as orientações governamentais, principalmente quando envolvia as cobranças pelo comprometimento com a valorização da cultura nacional, ou seja, manifestando o ensino da língua vernácula, além dos programas de estudos da história e geografia pátria. As próprias lideranças políticas como os superintendentes Paulo Zimmermann e Alwin Schrader, consideravam pertinente restringir as articulações com os poderes estatais, assegurando a continuidade ou a menor submissão possível dessas escolas particulares aos interesses públicos nacionais, garantindo a manutenção da autoridade das Associações Escolares justificada pelo caráter privado dessas organizações comunitárias. No governo municipal de Paulo Zimmermann, iniciado em 1915, estava demonstrado o interesse em resguardar ao máximo os modos de funcionamento das escolas particulares frente as mudanças em curso, provocadas pelos ideais nacionalizadores e da modernização da educação. Essas iniciativas do Estado eram entendidas como ameaças para a conservação da coesão étnica, com enfoque para a questão da língua, elemento identitário considerado legítimo na demarcação da nacionalidade em disputa: alemã ou brasileira. Desta forma, os indicativos são de que o poder público municipal operou como guardião das escolas particulares, na tentativa de resguardar a integração comunitária amparada nos princípios culturais tendo o idioma alemão como elemento unificador étnicos.

Algumas mudanças mais significativas nesse cenário começam a ser observadas a partir de 1916 quando o superintendente Paulo Zimmermann registrou no seu relatório administrativo que haviam sido subvencionadas algumas escolas particulares com recursos municipais entre as 117 em funcionamento. O principal critério para a obtenção dos recursos, definidos de acordo com as condições orçamentárias municipal e encaminhados perante os requerimentos das próprias escolas particulares, era ensinar a língua portuguesa. Contudo, não deixou esclarecido como seria atestado o cumprimento dessa prática no programa escolar, nem mesmo qualquer projeto para a elaboração de um regulamento direcionado para essas escolas subvencionadas pelo município. Tudo isso possibilitava que interesses políticos pautassem as escolhas sobre quais comunidades escolares receberiam determinada contribuição, operando mais como uma

benfeitoria, que poderia ser mobilizada com fins de favorecimentos, pautados nas aproximações com as lideranças locais. Mesmo depois de 1917, as análises dos relatórios disponíveis para pesquisa, demonstraram que até o início da década de 1930, não houve iniciativas robustas e sistemáticas por parte do poder municipal em busca de maior atuação junto as escolas. Esse cenário começa a ser alterado por volta de 1933 quando é possível considerar a caracterização de escolas públicas municipais, mesmo que ainda mantivessem vínculos patrimoniais com suas Associações Escolares.

O interesse em ampliar o orçamento direcionado para contribuir com a manutenção das escolas particulares a partir da década de 1910, aparentemente está relacionado as cobranças do governo estadual, mas também é pertinente apontar que aumentar o financiamento do município poderia ser uma forma de blindar essas escolas do alcance do Estado. Seja como for, gradativamente o município de Blumenau assumiu participação mais efetiva no auxílio com os custos para as Associações Escolares, que estavam atrelados as demandas como o pagamento dos vencimentos de 134 professores, além dos compromissos com a “conservação dos edifícios, quase todos de propriedade exclusiva das comunidades escolares, as novas construções e a compra do material escolar”⁸¹. Nos relatórios dos dois superintendentes referenciados acima, fica evidente o protagonismo atribuído as Associações Escolares, tratadas como entidades soberanas que não deveriam estar submetidas ao controle do poder público. Provocado pelas pressões para a nacionalização manifestadas em âmbito estadual e nacional, o próprio Paulo Zimmermann solicitou ao conselho municipal em 1916 o aumento da verba no orçamento do ano seguinte para ampliar a subvenção destinada as escolas particulares, intencionando investir na compra de materiais didáticos e atender o maior número de requerimentos encaminhados para a administração municipal, “afim de que eu possa subvencionar mais ainda as comunidades indigentes”⁸². Cabe ponderar que ao identificar que havia organizações escolares “indigentes”, o superintendente negava a ideia de igualdade entre elas, evidenciando que tinham condições financeiras diferentes, o que resultava no funcionamento precário de algumas escolas, aspecto que pode ter justificado decisões de adesões a subvenção federal após 1918. Portanto, as Associações não compunham um bloco único, com as mesmas capacidades de manutenção de suas escolas, propiciando que avaliassem de modo distinto o significado das suas relações com os poderes estatais.

Apesar de todas as movimentações para a nacionalização do ensino e mesmo com a identificação de subvenções em alguns relatórios, o que o município oferecia eram auxílios

⁸¹ ZIMMERMANN, *op. cit.*, 1917. p. 22.

⁸² *Ibid.*, p. 23.

financeiros momentâneos para alguma necessidade mais específica das escolas que continuavam a serem reconhecidas como particulares, sem constituir dependência do poder público para seu funcionamento. Quando aumentaram as cobranças do governo do Estado para que os municípios se envolvessem com a escolarização, em Blumenau a forma de lidar com o assunto foi adquirindo maior capilaridade e atravessamentos institucionais como, por exemplo, a criação de leis para o encaminhamento de recursos complementares. No Relatório administrativo sobre o ano de 1919, o superintendente Paulo Zimmermann evidenciou que “pagou a todos os professores ajuda de custos” para frequentarem o curso de habilitação no ensino da língua portuguesa, visando a reabertura das escolas particulares fechadas em 1917 com as leis de nacionalização⁸³. Essa foi a principal forma de auxílio instrumentalizado naquele ano direcionado para os professores que apenas poderiam retomar a função em escolas públicas ou particulares após prestarem os exames oficiais e serem aprovados.

O aumento da participação dos poderes governamentais no amparo financeiro dessas escolas particulares fomentou a criação de algumas normas estaduais e até municipais para usufruírem dessas verbas, principalmente com a determinação de ensinarem a língua portuguesa. Entretanto, as cobranças perante essas escolas eram quase nulas, com destaque para a inexistente atuação da administração do município, já que não estava formulada uma política de fiscalização ampla, inclusive por parte do governo do Estado. O que os documentos oficiais indicam é a compreensão difundida de que por terem sido fundadas pela iniciativa privada dos moradores, o poder público pouco ou nada deveria intervir nas suas atividades porque não apresentava capacidade de custear a manutenção integral dessas escolas.

O modelo escolar consolidado em Blumenau até 1917 estava amparado no tempo da colonização e era reconhecido pelo superintendente Paulo Zimmermann como uma “evolução natural, consequência da necessidade e do meio” conforme, conforme suas palavras no Relatório administrativo municipal referente a 1919⁸⁴. Esse entendimento não deixava que o passado colonial fosse esquecido, sendo fundamental tributar o projeto de futuro atrelado a cultura brasileira, as experiências que emergiam pela via da memória, acionada para oficializar o valor da cultura alemã. As temporalidades apareciam sobrepostas em camadas que não poderiam ser separadas quando se tratava do processo de escolarização em Blumenau. A salvaguarda dessa memória foi apresentada como garantia da prosperidade do sistema escolar do município sendo o legado das escolas particulares justificado devido ao apreço dos imigrantes alemães pela instrução das crianças, aspecto fundamental para sustentar a visão de

⁸³ ZIMERMANN, *op. cit.*, 1920. p. 48.

⁸⁴ *Ibid.* p. 47.

evolução. Teria sido o princípio cultural indispensável de instruir seus filhos que conduziu as iniciativas particulares, “todos dotados de espírito essencialmente prático e convictos do valor da instrução”⁸⁵, para a criação de escolas, usualmente conhecidas como escolas alemãs. Com a nacionalização desencadeada de forma sistemática na década de 1910, foi somada a esse discurso a ideia de abandono dos imigrantes e seus descendentes pelos governos brasileiros no passado, o que começou a ser apresentado como motivação para a fundação de escolas. Em ambas as justificativas, a retórica de superação dos colonizadores alemães estrutura o discurso e conduz o trabalho de memória, na perspectiva de Paul Ricoeur (2007), considerando a busca por lembrar e atribuir significados no presente, o que ainda permanece emitindo sentidos na cena pública de Blumenau.

Ainda no mesmo Relatório sobre 1919, os professores foram trazidos por Paulo Zimmermann para o discurso, na tentativa de legitimar que a nova legislação escolar tinha sido acatada, atribuindo o notável “poder de acomodação” que eles tiveram, apesar dos impactos nos “programas e horários [que] viram mudanças radicais”. Ao mobilizar a noção de “acomodação”, o superintendente demonstrou seu desconforto com a forma de aplicação das leis, considerando que era preciso processar as alterações com parcimônia, uma vez que os habitantes de Blumenau tinham interesses em conhecer o idioma brasileiro e participar da vida nacional “em vista da extrema utilidade do conhecimento”. O ensino da língua nacional estava justificado por seu caráter útil, para acompanhar as necessidades de lidar com as demandas da cidadania, das atividades comerciais e industriais. Sem mencionar em nenhum momento a predominância do ensino da língua alemã nas escolas particulares, o superintendente não se posicionou para negar sua circulação entre a população de origem estrangeira, sugerindo que não era sua intenção substituir um idioma pelo outro, mas poderia ser pertinente agregar o português como uma espécie de segunda língua, o que não custaria a desintegração da comunidade imaginada, assegurada pelos vínculos étnicos entre os imigrantes alemães e seus descendentes, propícios para garantir a manutenção das relações afetivas com o passado de origem alemã.

Como interlocutor desse discurso de acomodação, Paulo Zimmermann procurou demonstrar que as mudanças determinadas pelas leis de nacionalização não significavam o apagamento da trajetória escolar de Blumenau, na intenção de resguardar o máximo possível os arranjos políticos que sustentavam as relações do governo municipal com as comunidades escolares, valorizadas pelos esforços para educar as crianças tanto nas áreas centrais quanto nas

⁸⁵ *Ibid.*, p. 47.

mais afastadas. Desta forma, seriam os procedimentos estatais em vigor, “apenas o complemento da primeira” etapa, visão que mantinha o pioneirismo da cultura alemã.

Ao dizer no mesmo relatório que “quanto a nacionalização da escola, o fim almejado está realizado: o português, como matéria obrigatória, está incorporado definitivamente no programa de todos os estabelecimentos primários do Município”⁸⁶, Paulo Zimmermann anunciava que o aparato legal havia sido implantado, não sem a condução das lideranças políticas de Blumenau. Na sua afirmação, a palavra “fim” figura como um recurso estilístico para escamotear a problemática dos vínculos étnicos alemães, dos quais ele era defensor, pois, não eram essas relações que teriam um fim, mas as cobranças do Estado em torno da presença da língua nacional nas escolas particulares. Tudo indica que sua interpretação não reconhecia a substituição da língua alemã, portanto, o fim do seu uso, primeiro porque o enfoque era para a obrigação de ensinar o português, o que não significava abolir o alemão, segundo, pois, as determinações prescritivas (programa) não eram garantia de aplicação no cotidiano escolar, questão que será denunciada na imprensa.

O discurso de Paulo Zimmermann buscou apresentar uma nacionalização controlada, ou seja, atribuindo protagonismo aos professores e suas escolas, não aceitando a caracterização de vítimas perante as imposições governamentais. Também não era aceitável o papel de algoz, que corroboraria com as acusações disseminadas como “perigo alemão”, interessadas em descredibilizar Blumenau no cenário regional e perante a sociedade brasileira.

No relatório municipal sobre 1919, ainda fez questão de tecer elogios ao governador Hercílio Luz, que foi descrito como “leal amigo e protetor poderoso de todos os estabelecimentos que visem a formação de futuros cidadãos patrióticos, está dirigindo, desde que assumiu o poder, com perfeita compreensão da matéria”. Ao acionar a proximidade partidária e uma espécie de solidariedade étnica, as ações da nacionalização foram apresentadas por Zimmermann como pertinente para atender “ao próprio interesse dos laboriosos catarinenses”, entre os quais estava a população de origem alemã de Blumenau, legitimada por contribuir com o Brasil através do trabalho, significando a noção de cidadania associada ao compromisso com o crescimento econômico nacional. Não apenas o governo do Estado foi referenciado, também houve manifestações com interesses de aproximação com o governo federal, movimentação que pode ter sido entendida como importante devido ao clima de suspeição que pairava sobre Blumenau nos últimos anos. Novamente, na forma de elogios, o superintendente quis demarcar seu reconhecimento perante as iniciativas da administração

⁸⁶ *Ibid.*, p. 48.

nacional, referenciando a “tendência humanitária a difundir o mais possível o ensino primário no Município, concedendo anualmente elevadas somas para subvencionar as escolas públicas”. Era uma forma de acenar para relações mais amistosas, intencionando comunicar uma pretensa integração de Blumenau junto aos interesses do Brasil.

Para o superintendente Paulo Zimmermann no ano de 1919 as ações de nacionalização mostraram resultados satisfatórios por meio dos números que apareceram como fiadores das mudanças, com 40 escolas classificadas como públicas por terem aderido aos recursos federais para manter o funcionamento. Em contrapartida, “as escolas particulares decresceram de 110 escolas com 5100 alunos em 1917, a 30 escolas com 1300 em 1918, e 40 escolas com 1600 alunos no ano passado”⁸⁷, referindo-se a 1919. A quantidade de escolas particulares havia reduzido, pelo menos de forma oficial, o que é um indicativo das dificuldades de adaptação diante das novas leis que não possibilitaram um retorno imediato para muitas escolas nem particulares e nem públicas ou melhor, subvencionadas, portanto, originadas de escolas que eram inicialmente particulares.

A Mensagem do governador em exercício Hercílio Luz para o Congresso Representativo de Santa Catarina encaminhada também em 1919, afirmava que os investimentos públicos já mostravam resultados em Blumenau com o aumento do número de escolas subvencionadas⁸⁸. Contudo, alertava que ainda havia muito trabalho a ser feito, mesmo o estado catarinense tendo uma boa estrutura escolar, o que não dispensava cuidados, que tinham iniciado com as ações de seu antecessor, responsável pela criação de um número elevado de escolas nas zonas coloniais para substituir as escolas particulares fechadas. Como o problema não estava resolvido, o governo estadual continuava recebendo “constantes pedidos de criação de escolas para elas [zonas coloniais], pedidos que, sempre que for possível, devem ser atendidos”⁸⁹. Até aquele momento do seu mandato, Hercílio Luz evidenciou que não tinha investido na criação de escolas isoladas, destinando maior atenção, ou seja, “o mais esforçado empenho em prover as que se acham vagas, transferindo aquelas que não tinham candidatos para pontos em que eram também necessárias e onde havia quem para elas desejasse nomeação”⁹⁰.

Observa-se que nacionalizar significou a intervenção do poder público no funcionamento da escola não apenas no que diz respeito a fiscalização do ensino dos elementos

⁸⁷ *Ibid.*, p. 48.

⁸⁸ LUZ, Hercílio Pedro da. *Mensagem apresentada pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, vice-governador em exercício, ao Congresso Representativo por ocasião da abertura da 1ª sessão da 10ª legislatura em 22 de julho de 1919*. Instrução Pública. Florianópolis, 1919. p. 48.

⁸⁹ *Ibid.*, p. 17.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 33.

nacionais, mas também em outros aspectos pedagógicos e administrativos, interessados em moldar o cotidiano dessas escolas em suas comunidades. Era o caso daquelas que antes eram particulares e que retomavam as atividades como subvencionadas, tendo que aceitar a presença de um novo professor, talvez porque aquele que anteriormente havia sido escolhido pela Associação Escolar não mais desejasse continuar na função ou não tenha sido aprovado nos exames obrigatórios. Ter um outro professor na comunidade escolar poderia causar desconfortos por diferentes motivos desde incompatibilidade com as famílias das crianças até a questão religiosa.

Os estudos de Emílio Willems (1980) desenvolvidos nos anos de 1930 em áreas de colonização estrangeira, especialmente, de imigração alemã, nos estados do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, demonstraram que a escola pública encaminhada a partir dos interesses dos governos estaduais e municipais, avançou lentamente nas áreas de colonização alemã, muitas vezes sendo “recebida com reservas ou desconfiança pelos teutos conservadores”. Entre os motivos referenciados pelo sociólogo, estava a dimensão religiosa, já que se tratava de uma escola leiga, o que para muitos católicos era um empecilho e, “era usada como instrumento de nacionalização e, por isso, havia de encontrar a resistência das escolas evangélicas” (Willems, 1980, p. 289). Também suas investigações fundamentadas por um caráter etnográfico, constataram que outro entrave envolvia as condições para o ensino da língua nacional um dos “maiores obstáculos à assimilação: as crianças não aprendiam o português porque não havia professor que lhes ensinasse e o ensino se tornava impraticável aos professores que ignorassem, como a grande maioria deles, a língua alemã” (Willems, 1980, p. 290). Contudo, apesar das dificuldades, a escola pública poderia ser uma opção devido ao aspecto econômico, já que “a maior parte da população teuto-brasileira as preferia porque eram gratuitas e não oneravam o orçamento familiar” (Willems, 1980, p. 292). Todas essas análises não devem ser generalizadas sendo necessário salvaguardar as questões singulares de cada lugar, porém, permitem observar sem dúvidas, que a presença da escola pública alterou significativamente a organização e articulação das comunidades escolares nas áreas de colonização alemã no sul do Brasil.

A categoria de escola subvencionada tinha singularidades, não apenas porque recebiam um financiamento público, mas porque foram mobilizadas em Blumenau nas disputas políticas que envolveram instâncias públicas e também suas relações com a esfera privada. Por meio dessas escolas, os poderes públicos municipal, estadual e federal conduziram articulações que expressaram embates e formularam alianças que atravessaram o campo da educação, alcançando outras dimensões da sociedade. Significa dizer que não se trata somente de uma mudança de nome ou reclassificação de posição no sistema escolar, a escola subvencionada foi

a principal instituição em que se manifestaram diferentes arranjos políticos que impuseram ao município de Blumenau um caminho que legitimava a integração nacional. As diferentes forças políticas compreenderam o potencial de representação que as escolas particulares haviam construído por décadas, orientando as demandas étnicas da população de origem alemã, além da articulação dos interesses comunitários por meio de negociações com o poder público. Era sobre até que ponto seria permitido nacionalizar sendo as escolas consideradas propícias para ambientar esses enfrentamentos, que causaram ruptura e produziram escombros, mobilizados como restos de passados fundamentais para sustentar o futuro, especialmente da questão étnica. As escolas subvencionadas, como as mais atingidas foram, portanto, constituídas por camadas desses escombros. Na chave de leitura de Susan Buck-Morss (2018) continuaram presentes por meio de fragmentos, garantindo que a forma original não fosse esquecida, ou seja, das escolas particulares, de iniciativa das comunidades de origem alemã.

Sobre o processo de implementação da subvenção federal ou outros recursos provenientes do governo estadual e municipal nas escolas, até então particulares, pouco foi possível conhecer devido à falta de documentação, o que impossibilitou compreender se houve uma procura autônoma por parte de algumas Associações Escolares ou prevaleceu as indicações de agentes estatais tanto vinculados a instrução pública quanto ao campo político local. Ambos estavam tensionados pelos efeitos nas relações institucionais entre o Estado e o município, somado ao desinteresse das escolas particulares em serem subvencionadas e redefinidas para a categoria de escolas públicas. Nesse sentido, compreendi que a nacionalização não envolveu apenas o ensino, aliás, esse foi o campo que considero ter experimentado menos alterações no cotidiano das escolas. As ações nacionalizadoras impactaram de forma contundente as relações das comunidades escolares com os distintos poderes públicos, mesmo as que não se tornaram subvencionadas passaram a ter que lidar com as diferentes formas de interferências na vida escolar e na dinâmica comunitária atingindo inclusive os arranjos religiosos e familiares.

A complexidade que envolve as análises sobre a escolarização em Blumenau não pode ser mensurada ou reduzida apenas ao conhecimento das leis que regulamentaram as ações de nacionalização, pois nem de longe são suficientes para expressar as nuances que configuram as experiências que cada escola vivenciou, apesar dos elementos que conferiram semelhanças entre elas nesse processo. Ao estabelecer um diálogo com Reinhart Koselleck (2014), considero que as escolas subvencionadas em Blumenau devem ser pensadas pela chave de leitura que busca reconhecer a presença de estratos do tempo para compreender a historicidade desse fenômeno, que precisa ser estudado na duração. Significa dizer que as camadas do tempo estão sobrepostas e atribuem sentidos distintos a partir daquilo que é novo, singular, mas também do

que se repete e é validado como forma de carregar o que permite a segurança da continuidade, por vezes, interessando a estabilidade. A escola subvencionada foi caracterizada com novos contornos no final da década de 1910, como as legislações, o propósito nacionalizador, mas também manteve suas referências do passado, atreladas aos princípios étnicos de fundação que insistiam em conservar o uso da língua alemã ou outros elementos da cultura escolar que tinha na comunidade seu eixo de articulação. Foi o caso do nome dessas escolas, que majoritariamente não foram alterados até a completa incorporação do governo do Estado dos bens patrimoniais ainda sob domínio privado das Associações Escolares, movimento que começa a acontecer em Blumenau após 1945 com a criação sistemática dos Grupos Escolares, sendo essa análise fundamentada no quarto capítulo.

A primeira vez que a categoria escola subvencionada foi apresentada nos relatórios administrativos do município, direcionada para classificar um tipo de escola em Blumenau, foi no relatório administrativo municipal do superintendente Paulo Zimmermann sobre o ano de 1921. Em seus apontamentos especificou a subvenção do governo federal, porém, o que se observa são números que reuniam todas as escolas que eram mantidas com recursos públicos, inclusive, as estaduais, totalizando 55 escolas isoladas, uma escola noturna, uma escola complementar e um grupo escolar, declarando ainda que com verbas do município, havia contribuído para o funcionamento das duas últimas escolas. Também registrou a quantidade de 68 escolas não subvencionadas, ou seja, escolas particulares que não recebiam subvenção federal, estadual ou municipal, apenas auxílios como “livros de leitura e cantos patrióticos, redigidos na língua do país”, distribuídos pela sua administração⁹¹.

Esses registros contribuem para compreender como a questão da subvenção foi mobilizada para demarcar a posição dos poderes estatais perante a reconfiguração do sistema escolar de Blumenau, que passa a ser apresentado na década de 1920 a partir do marcador da subvenção, ou seja, escolas que recebiam ou não recursos públicos. Nesse sentido, entre as centenas de escolas que já estavam funcionando em Blumenau, a maioria eram particulares, apesar do aumento considerável na quantidade de escolas subvencionadas, cada vez mais reconhecidas como públicas, mesmo mantendo os vínculos com as Associações Escolares.

O primeiro relatório administrativo após anos de governo do superintendente Paulo Zimmermann foi elaborado sobre 1923, depois do seu falecimento que interrompeu o último

⁹¹ ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o exercício de 1921, apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Ensino Primário. Blumenau, 1922. p. 22.

ano do seu mandato. O novo superintendente era Curt Hering (1923-1930⁹²), aliado político do antecessor, que também fazia parte da elite política e econômica do município, mantinha fortes laços com a cultura germânica por meio das manifestações de sociabilidades que possibilitaram articular uma leitura social pautada nos elementos étnicos. As informações apresentadas nesse documento declaravam que 58 escolas isoladas, mais um grupo escolar e uma escola complementar eram mantidas com recursos dos “governos federal, estadual e municipal”, não sendo possível mensurar o nível de envolvimento da administração municipal através de subvenção. A julgar pelos relatórios seguintes, produzidos na década de 1920, a participação do poder público municipal continuou a ser restrita no que diz respeito a recursos destinados a manutenção de escolas. Em relação as escolas particulares, foi pontual em registrar que funcionavam 73 vinculadas as Associações Escolares, além das 32 escolas particulares de domínio paroquial, portanto, ligadas a Igreja Católica⁹³.

Esses números sofreram pouca alteração em relação ao ano de 1925. Nesse Relatório administrativo, Curt Hering fez questão de destacar que as escolas particulares funcionavam “conforme as prescrições das leis federal e estadual”, deixando claro que o município não tinha regulamentada uma política educacional própria. Suas palavras sugerem que poderia ser pertinente afirmar de maneira oficial, que essas escolas respeitavam as leis, por isso poderiam continuar funcionando. Seu registro referia-se as escolas subvencionadas como “escolas públicas”, divididas entre escolas isoladas ao todo 72, um grupo escolar e mais uma escola complementar. A definição sobre serem isoladas foi explicada por estarem a maioria delas “estabelecida em lugar isolado, afastadas do centro da cidade e de freguesias e povoações, nos vales de numerosos rios e ribeirões, nos declives de montanhas, etc”⁹⁴. Essa caracterização de certa forma servia para comunicar os alcances da escola pública em Blumenau, demonstrando que a nacionalização era uma realidade efetivada por todo o território, que não deveria ser passível de questionamento.

Nesse mesmo sentido parece que seguiam as declarações do governo do Estado, a julgar pela Mensagem de 1926, elaborada pelo presidente do Congresso Representativo Antonio

⁹² Descendente de alemães que deixou o governo antes do término do mandato devido a deposição pelo golpe de Estado em outubro de 1930.

⁹³ CURT, Hering. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o ano de 1923 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Curt Hering*. Escolas: movimento durante o ano de 1923. Blumenau, 1924. p. 34.

Essas escolas estavam majoritariamente localizadas nas áreas de colonização italiana e também polonesa que ainda pertenciam ao território de Blumenau.

⁹⁴ HERING, Curt. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o ano de 1925 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Curt Hering*. Ensino Primário. Blumenau, 1926. p. 32-33.

Vicente Bulcão Vianna, que exercia a função de governador. Eram anunciados que os maiores investimentos na instrução pública foram destinados para o município de Blumenau, seguido por Joinville⁹⁵, capazes de custear 78 cadeiras, sugerindo a presença disseminada da escola subvencionada. Entretanto, o que não foi apresentado diz respeito ao processo de crescimento das escolas particulares em Blumenau, com números que chegaram a superar o período anterior a 1917 quando haviam sido organizadas as ações mais robustas para a nacionalização.

Ao estabelecer uma breve comparação, por não ser essa análise o propósito deste estudo, observa-se que as escolas subvencionadas conservaram uma certa estabilidade nos números durante a década de 1920, o que não se aplica as escolas particulares que experienciaram um período de robusta recuperação. Esse cenário também foi apresentado em forma de uma tabela comparativa no Relatório administrativo de Curt Hering sobre 1928, em que a quantidade de escolas entendidas como públicas eram quatro em 1905, saltando para 56 em 1928⁹⁶. No caso das escolas particulares, novamente divididas entre as vinculadas as Associações Escolares e aquelas paroquiais os números eram de 108 em 1905 subindo para 163 em 1928⁹⁷. A intenção de trazer esses números em diálogo é apontar que a nacionalização em Blumenau foi um fenômeno complexo e provocou múltiplos efeitos, incluindo o aumento, ao invés da diminuição, da quantidade de escolas particulares, o que pode ser atribuído a diferentes fatores, mais ou menos predominantes. Entre eles é possível considerar como indícios para as dificuldades de uma ampla nacionalização do ensino os valores insatisfatórios de investimentos, reclamados por diferentes sujeitos e provocando uma estagnação na ampliação do sistema escolar público. Também os indicativos de recusa em aderir a subvenção por parte das comunidades organizadas em suas Associações Escolares, intencionando evitar aproximações com os poderes estatais como consequência de usufruir do recurso que era direcionado ao ensino da língua portuguesa, da história e geografia pátria. Isso porque assegurar a propagação das referências étnicas alemães, salvaguardados para garantir a manutenção de hábitos capazes de sustentar a coesão de uma comunidade imaginada era o princípio de sustentação das escolas particulares, o que tudo indica não ter sido alterado apesar de escolas terem sido subvencionadas.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 29.

⁹⁶ Nessa tabela pela primeira vez os números de escolas aparecem separados por área de localização, demarcando a quantidade que funcionavam na sede e quantas eram mantidas em cada um dos dez distritos do município de Blumenau.

⁹⁷ HERING, Curt. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o ano de 1928 apresentado ao Conselho Municipal pelo prefeito Curt Hering*. Dados Estatísticos: sobre o desenvolvimento das escolas do Município de Blumenau nos anos 1905 até 1928. Blumenau, 1929. s.p.

A complexidade do trabalho com a nacionalização do ensino também recebeu atenção na Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário, realizada em 31 de julho de 1927 na capital Florianópolis, durante o governo de Adolpho Konder. Entre as análises apresentadas estava a escrita intitulada *Nacionalização e Ensino*, elaborada por Carlos Gomes de Oliveira e classificada como Tese nº 51⁹⁸, em que expressou que o sucesso da nacionalização do ensino estava diretamente relacionado a fiscalização das escolas. Seus argumentos destacavam que era conhecida a atuação de professores, a maioria imigrantes alemães, que mesmo dominando a língua vernácula, não tinham interesse em enaltecer os elementos nacionais, além do despreparo perante as demandas próprias desse processo de ensino. O texto ainda apontou que mesmo quando havia alguma disposição por parte de professores, enfrentar o prestígio do pastor da Igreja Evangélica Luterana, um incentivador dos vínculos étnicos alemães, era um desafio devido sua legitimidade perante as comunidades, que aliás, eram muitas vezes responsáveis por inviabilizar os propósitos da nacionalização, com práticas que “tem ficado ao critério de quem dirige tais estabelecimentos”⁹⁹. Essa crítica do seu discurso, ao que tudo indica, estava direcionada para as diretorias das Associações Escolares, responsáveis pelas escolas particulares ou como Carlos Gomes chamava “escolas estrangeiras”, e que conservavam forte atuação mesmo nas escolas reclassificadas como subvencionadas ou públicas.

Para Carlos Gomes de Oliveira sem investimentos consistentes na fiscalização regular junto as escolas isoladas, pouco seria possível avançar no movimento de nacionalização, visto que o professor e a própria comunidade escolar precisariam ser frequentemente orientados. Seus apontamentos evidenciavam a atuação das organizações estimuladas pelo governo estadual chamadas de Conselhos de Família¹⁰⁰, considerados uma “engenhosa ideia de fiscalização, mas quanto ao fim de nacionalizar, parecem-nos deveras insuficientes, porque seus membros, sendo elementos da população onde a escola funciona, padecem do mesmo mal que ela visa combater – o estrangeirismo”¹⁰¹.

Suas palavras tinham um tom de alerta para o poder público, referenciando a necessidade de investir na nacionalização, que ainda deveria ser tratada como um problema, apesar de ter passado uma década desde a primeira lei firmada no ano de 1917 em Santa Catarina. Ao estabelecer espécie de cobrança para a ampliação de recursos, Carlos Gomes de

⁹⁸ Assim eram chamados os textos escritos e apresentados na Conferência para serem apreciados por pareceres.

⁹⁹ OLIVEIRA, Carlos Gomes. Tese n. 51. Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina em 1927. *Anais*. Florianópolis, 1927. p. 279.

¹⁰⁰ Entidades planejadas e instituídas pelo Decreto Estadual n. 1882 de 07 de maio de 1925, destinadas a atuar nas áreas rurais onde funcionam escolas públicas estaduais.

¹⁰¹ OLIVEIRA, *op. cit.* p. 279.

Oliveira também acionou o nome de Orestes Guimarães, “funcionário a quem todos os elogios nunca irão além dos seus merecimentos”¹⁰², mas que corria o risco de ter sua função prejudicada “se lhe não favorecem outras condições que estão na mão dos governos proporcionar”¹⁰³. Observa-se que a figura de Orestes Guimarães aparece no discurso como representação de um projeto político inacabado, que havia sido propagado como a solução de um “problema”, expressão utilizada também por lideranças políticas, conforme analisado nas páginas iniciais do capítulo. Entretanto, em 1927, ano do futuro do passado, nacionalizar continuava sendo considerada uma demanda urgente do Estado, anunciando outros movimentos que seriam implementados a partir da década de 1930 e que atingiriam Blumenau de forma intensa.

3.2 OS AGENTES DO ESTADO EM BLUMENAU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA SUBVENCIONADA

Não é possível negar que a escola se tornou a instituição que estreitou o contato com o governo federal em atuação no município, principalmente, pela instalação da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União, subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Criada em 1918 foi entregue ao comando do inspetor Orestes Guimarães que ocupou o cargo sem interrupções até o seu falecimento em 1931 (Azevedo, 2012). Com o objetivo de implementar e fiscalizar o ensino da língua portuguesa associado aos conhecimentos sobre história e geografia nacional, as ações de nacionalização em Santa Catarina foram direcionadas a partir de Blumenau, escolhida para ser a sede da Inspetoria, instalada no Grupo Escolar Luiz Delfino. Essa escola, fundada pelo governo estadual em 1913, funcionou por décadas como articuladora do sistema escolar do Vale do Itajaí sendo o lugar das principais reuniões com inspetores e professores, local de aplicação de exames de habilitação para a docência, além de abrigar eventos festivos de cunho pedagógico e político, com enfoque em questões cívicas. Essa centralidade não era justificada apenas por ser essa uma escola com melhores condições de recursos materiais e estrutura física, mas tinha relação com a importância de demonstrar o vigor da presença do poder público aproximada do cotidiano escolar de Blumenau. A partir de 1917 nas dependências desse Grupo Escolar, também foi instalada a primeira Escola Complementar¹⁰⁴ da região para a formação de professores, especialmente destinados as escolas

¹⁰² *Ibid.*, p. 278.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 279.

¹⁰⁴ Tratava-se de um curso que funcionava anexo ao Grupos Escolares, administrada pelo mesmo diretor e professores. Também ficou conhecido como “Curso Normal Primário”. Destinava-se a formar docentes para

isoladas, sendo mantida pelo governo estadual e com alguma participação de recursos do município. Em Blumenau, os indícios são de que esteve atrelada aos cursos preparatórios dos exames de habilitação na língua portuguesa, direcionados para os professores de origem alemã que pretendiam retomar as atividades de ensino após o fechamento das escolas que não estavam alinhadas as demandas nacionalizadoras em 1917.

Durante o período da Primeira Guerra Mundial, quando as críticas contra Santa Catarina ficaram mais agudas devido a colonização estrangeira, o governador Felipe Schmidt fez questão de registrar na sua Mensagem sobre o ano de 1917, encaminhada ao Congresso Representativo do Estado, que entre a população predominava a presença de alemães e italianos. No entanto, a maioria dos moradores por já serem descendentes desses grupos étnicos e, portanto, nascidos em território nacional, eram brasileiros, apesar do “inconveniente de grande parte desses brasileiros não falar ou falar muito mal a língua do país”¹⁰⁵, problema atribuído ao descaso dos governos passados, ou seja, novamente a tese do abandono. A prevalência da língua alemã nesses municípios, novamente foi atribuída aos governos brasileiros anteriores, culpados porque nada teriam auxiliado para a escolarização, inclusive evidenciando de forma crítica, em 1913, que o Estado havia buscado auxílio junto ao governo federal para a destinação de recursos que subvencionassem escolas, o que não teria sido atendido. A noção de “vítimas” foi acionada de forma contundente devido as perseguições aos imigrantes alemães e seus descendentes, justificada pela iniciativa da oferta de escolas para as crianças, lugar onde despretensiosamente seria ensinado o único idioma que sabiam. Nesse sentido, avaliava que não era legítimo excluir essas populações e valorizar “um patriotismo arruaceiro”¹⁰⁶, que não estava interessado em resolver os impasses da língua nacional, mas desmoralizar Santa Catarina e o próprio grupo político a frente do Estado, o PRC. Formalizou elogios a Blumenau e Joinville, os dois municípios que recebiam o maior número de ataques no âmbito nacional atribuídos as origens estrangeira da população, destacando que suas populações contribuíam para o crescimento regional por meio do trabalho. Apesar dos argumentos, não era possível negar que havia um problema em relação ao desconhecimento da língua nacional, numericamente explícito com a grande quantidade de escolas particulares, que tinham como fundamento do ensino a língua alemã. Nas palavras do próprio Felipe Schmidt era importante anunciar em 1917 que em municípios como “Joinville e Blumenau o problema

as escolas isoladas, ou então preparar para a Escola Normal (Secundária). Em Blumenau essa escola inaugurada em 04 de abril de 1917 com a matrícula de vinte quatro alunos.

¹⁰⁵ ZIMMERMANN, *op. cit.*, 1917, p. 8.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 15.

está sendo vitoriosamente resolvido, não só pela ação do governo com os grupos escolares, como pela própria iniciativa das respectivas populações”¹⁰⁷. Essas movimentações propagadas como estratégias de resolução para a questão da língua nacional, no caso de Blumenau não foram identificadas. Isso porque continuava a existir apenas um Grupo Escolar, quase todas as escolas permaneciam particulares e ainda não tinham sido criadas mais escolas públicas, nem mesmo aumentado consideravelmente as condições das escolas que funcionavam com subvenção estatal, conforme já observado.

Na Mensagem sobre o ano de 1918, o último do seu mandato, a abordagem de Felipe Schmidt se concentrou nas leis nacionalizadoras estabelecidas no final de 1917, que levaram o governo a tomar providências para lidar com a situação do fechamento de centenas de escolas no Estado. Novamente Blumenau foi referenciada, demarcando que foram abertas mais cinco classes no Grupo Escolar Luiz Delfino, além de um curso preparatório para professores particulares, com um total de 62 presentes¹⁰⁸. Essa iniciativa tinha relação com a interrupção do funcionamento de quase todas as escolas do município porque não atendiam as leis nacionalizadoras, reconhecendo que muitos professores falavam de maneira precária o português, além daqueles que nada sabiam, situação que levava as escolas particulares a ensinarem a língua vernácula de maneira insatisfatória. Com essa abordagem, o governador não atribuiu qualquer responsabilidade à população de origem estrangeira, em nenhum momento ponderando sobre qualquer posicionamento deliberado ou até organizado para o afastamento das demandas do ensino nacional, talvez motivado por suas próprias referências étnicas como um descendente de alemães, além dos arranjos políticos com muitas lideranças republicanas que compartilhavam os mesmos vínculos étnicos.

De modo breve, o mesmo relatório destacou como positiva a iniciativa do governo federal de destinar recursos financeiros para Estados com áreas de colonização estrangeira, porém, não informou sobre os encaminhamentos dessa subvenção em Santa Catarina, possivelmente, pelos aspectos burocráticos que ainda não estavam resolvidos para a aplicação prática no sistema escolar, já que fazia poucos meses da publicação do decreto n. 13.014 de 1918. Entretanto, nem mesmo foi anunciada a criação no Estado de uma Inspeção Federal,

¹⁰⁷ SCHMIDT, Felipe. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo na 2ª sessão da 9ª Legislatura pelo governador do Estado Dr. Felipe Schmidt, em 14 de agosto de 1917*. Instrução Pública. Florianópolis. p. 9.

¹⁰⁸ SCHMIDT, Felipe. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo na 3ª sessão da 9ª Legislatura pelo governador do Estado Dr. Felipe Schmidt, em 8 de setembro de 1918*. Instrução Pública. Florianópolis. p. 39.

prevista na lei, sugerindo que o governo estadual pode ter ficado desconfortável com uma forma tão direta de intervenção nacional.

Também é passível de estranhamento que as Mensagens de Felipe Schmidt (1914-1918) não tenham referenciado com consistência o trabalho do inspetor Orestes Guimarães como Inspetor Geral do Ensino de Santa Catarina, função exercida desde 1911 e concluída em 1918 quando foi deslocado para assumir o comando da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União. O governador seguinte, Hercílio Luz, em sua Mensagem divulgada sobre o primeiro ano de mandato em 1919, seguiu não referenciando o inspetor e sua atuação em Blumenau, onde foi sediada a Inspetoria Federal. Os trâmites que articularam essa instalação iniciaram ainda em 1918 e já seria possível apresentar essa iniciativa nacional, que destinava recursos para educação pública, por tantas vezes cobrada por políticos catarinenses, com destaque para aqueles próximos das lideranças políticas de origem alemã como o caso desses governadores, bem próximos das elites republicanas do município de Blumenau.

Aspectos sobre o movimento de organização da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União foram comunicados pelo jornal *O Nacional* entre setembro e outubro de 1918, onde foi possível identificar referências diretas a Orestes Guimarães, apontado como uma espécie de esperança para a tão aguardada intervenção que deveria ser implementada perante aquilo que foi afirmado como abusos que promoviam a “desnacionalização” das crianças nascidas brasileiras, mas educadas como alemães, questão que receberá maior atenção nas análises do terceiro capítulo. Importante observar que se tratava de um periódico fundado em Blumenau com propósitos apresentados como patrióticos, comprometido com a nacionalização, inclusive, por meio do combate aos jornais locais que com maior ou menor afínco, dedicavam-se na defesa dos interesses étnicos da população de origem alemã. Tinha como um dos diretores Francisco Margarida, que também ocupava o cargo de chefe escolar municipal, portanto, com muitos conhecimentos e contatos favorecidos por sua função, aspecto que possivelmente contribuiu para o destaque de notícias envolvendo a instrução escolar e seus sujeitos, incluindo os professores, nesse período a grande maioria homens e alemães natos. Foi a partir da década de 1920 que uma nova geração de professores descendentes de alemães começou a assumir, paulatinamente a função nas escolas, sendo o caso de alguns que serão referenciados mais adiante como João Ehlert e João Durval Müller. Esse cenário apenas começaria a ser alterado de forma significativa a partir do final da década de 1930 devido as medidas legais da nacionalização escolar, inclusive com a chegada de professoras nacionalizadoras, deslocadas pelo governo do Estado para Blumenau com o propósito de ensinar sobre o Brasil, mobilizando exclusivamente a língua nacional.

Na primeira edição do jornal *O Nacional*, publicada em 01 de janeiro de 1918, o texto de abertura anunciando os propósitos do periódico foi elaborado com base nas críticas contra as escolas apontadas como alemães, com professores alemães “natos ou naturalizados” que estariam comprometendo a nacionalização da população de Blumenau com a valorização cultural germânica. A decisão pelo fechamento das escolas particulares foi avaliada como benéfica, mesmo que “tardia”, considerada de grande importância para os necessários investimentos na organização das escolas públicas, o que incluía as condições para uma intensa fiscalização, procedimentos apresentados como fundamentais para afastar as iniciativas e os elementos germânicos desqualificados por serem nocivos para a integração nacional.

Nesse cenário, a presença do inspetor Orestes Guimarães foi evidenciada na publicação de 28 de setembro de 1918 quando o mesmo jornal comunicou sua chegada que “virá [em] breve fixar residência nesta cidade e organizar o ensino dos núcleos de povoação estrangeira” tendo a disposição recursos nacionais “para a criação de escolas, o que já não era sem tempo”¹⁰⁹. Ao acionar a urgência do tempo para praticar a nacionalização, um lamento aparece, alertando que o passado precisava ser encerrado pois tratava-se de um tempo em que o governo nacional ignorou a condução dos propósitos escolares em busca de um ensino brasileiro. O futuro também se apresentava como expectativa com a missão de abrigar as próximas gerações e transformar a sociedade blumenauense, que viria a ser integrada a vida nacional. Entre as duas temporalidades, o futuro e o passado, estava a escola como articuladora naquele presente, intermediando as disputas que posicionaram os discursos de forma tensionada em relação a real função das escolas nas zonas de colonização alemã.

Ainda acompanhando a movimentação para a efetivação das determinações do governo federal, o mesmo jornal anunciou em 27 de outubro de 1918 que Orestes Guimarães, identificado como Inspetor Geral do Ensino, tinha viajado no dia 20, autorizado pelo governador Hercílio Luz, para tratar com o presidente da República sobre os trâmites envolvendo a subvenção garantida pelo decreto de 1918, “auxílio esse que será aplicado a instrução pública colonial”¹¹⁰. O termo “colonial” aparece empregado não apenas para demarcar os investimentos destinados as áreas de colonização, mas também para singularizar o tipo de escolarização que foi constituída pelos imigrantes, interessada em assegurar referências étnicas que nada contribuíram com o nacionalismo valorizado como necessário para o Brasil alcançar sua soberania. Ao acionar o tempo da Colônia, reconhecia-se que as escolas

¹⁰⁹ ORESTES Guimarães. *O Nacional*, Blumenau, ano I, n. 38, 28 set. 1918. p. 2.

¹¹⁰ NOTAS e Fatos: Orestes Guimarães. *O Nacional*, ano I, n. 42. p. 2, 27 out. 1918.

continuavam a funcionar com os propósitos colonizadores, que não permitiam abertura para a cultura nacional.

Assim como os governadores que foram referenciados, o superintendente de Blumenau Paulo Zimmermann, também não mencionou no seu relatório referente a 1919, nem mesmo nos anteriores, a atuação de Orestes Guimarães, incluindo a instalação da Inspetoria Federal no município. Os indícios apontam que a intervenção nacional no funcionamento das escolas particulares, com enfoque para aquelas que decidiram aderir a subvenção, ocasionou incômodos que incluíram o desconforto do próprio governo municipal com a presença tão próxima de outras instâncias do poder público, principalmente pelas dificuldades de mobilizar como estratégia política o tal “poder de acomodação”, nas palavras de Zimmermann, analisadas anteriormente. Nesse novo cenário, as redes de sociabilidade, anteriormente garantidoras da acomodação, poderiam não dar conta de contornar determinados interesses que visavam manter propósitos étnicos nas escolas particulares e mesmo naquelas subvencionadas. Apesar da inspetoria ter função direta junto as escolas que receberiam subvenção federal, o aparato fiscalizador deveria ser estendido para toda a rede escolar, inclusive, devido as denúncias que surgiam envolvendo reiteradas afrontas por parte de escolas que estariam descumprindo e até rejeitando as obrigações legais para voltarem a funcionar após o fechamento em 1917.

É pertinente considerar que a presença de Orestes Guimarães, especialmente, na condição de inspetor federal, causou insatisfação no grupo de políticos de origem germânica ou daqueles que enalteciam as vantagens dessa cultura no Brasil, que não viam com bons olhos o deslocamento de um paulistano para gerir a política educacional de Santa Catarina, com intenções direcionadas com destaque para a situação de Blumenau. Esses bastidores das costuras políticas na década de 1910 merecem maior investigação, mas é fato que a questão da escolarização foi um aspecto central que pautou as tensões envolvendo o município e outros agentes estatais de nível estadual e federal.

Os debates no campo pedagógico não podem ser desvinculados dos interesses políticos que também questionaram, ao contrário do que por muito tempo foi apresentado pela historiografia regional, a legitimidade da atuação de Orestes Guimarães. Como demonstram as análises de Cynthia Machado Campos (2006, p. 198), entraves anunciados no periódico local *Blumenauer Zeitung*, declarado favorável a causa da imigração alemã, evidenciaram as divergências manifestadas pelo professor e pastor luterano Paul Aldinger¹¹¹ em 1 de dezembro

¹¹¹ Paul Aldinger chegou em junho de 1901 na colônia de Hamônia, localizada na região do Vale do Itajaí. Posteriormente, o território se tornou distrito do município de Blumenau e a partir de 1935 foi emancipado durante o governo estadual de Vidal Ramos. Durante anos foi professor na Escola Particular de Hammônia e

de 1921. Suas críticas foram dirigidas ao inspetor Orestes Guimarães, chamado de “político-escolar”, termo expressado para criticar a sua atuação de interferência na forma que os professores das escolas em Blumenau deveriam conceber e ensinar a noção de pátria. Nas palavras de Aldinger “em vez de ele tornar-se uma liderança além de ser professor, ele passou a político-escolar”. Essa definição desqualificava o inspetor como pedagogo e demarcava de forma negativa sua função política de nacionalizar, acusado de desconsiderar a dimensão pedagógica no que diz respeito a validação dos aspectos culturais no ensino. Nessa mesma publicação, a historiadora pontuou o incômodo de Aldinger que se apresentava como representante de muitos professores particulares que “necessitam de uma liderança escolar política e conselheira, que possua uma pedagogia correta. Foi despertada a desconfiança que o Sr. Orestes está sendo injusto contra as escolas particulares”. Para manifestar o descrédito atribuído a atuação do inspetor, o professor e pastor Paul Aldinger fez questão de mencionar com apreço e de forma provocativa os ensinamentos ministrados pelo professor Henrique Fontes “que através de sua cartilha e do livro de leitura comprovou que sua pedagogia é melhor conhecedora do material didático da escola alemã. Ele quis colaborar de boa vontade e os professores estrangeiros não dispensam sua ajuda”, observações que intencionalmente desmereciam Orestes Guimarães.

Como um agente público federal, Orestes Guimarães representava uma autoridade fora do alcance direto das relações políticas locais e até mesmo estaduais, o que trazia dificuldades para acomodar interesses políticos que pudessem favorecer determinados grupos. De acordo com Fernanda Vicente de Azevedo (2012) sua nomeação para a Inspetoria Federal tinha relação com seu prestígio como professor, mas também por seu trânsito político entre São Paulo e Santa Catarina, iniciado em 1906 quando foi convidado para atuar como inspetor no município de Joinville, deixando suas funções na educação paulista. Essa contratação tinha como objetivo estabelecer relações mediadas por meio de aprimoramentos pedagógicos entre os imigrantes alemães e seus descendentes com as demandas da vida nacional, o que incluía o conhecimento da língua vernácula, sem que fosse preciso silenciar de maneira repentina e com ações truculentas, o uso do idioma alemão. Nesse primeiro momento, o método de trabalho de Orestes Guimarães reconhecia que era necessário um processo de assimilação capaz de abraçar as crianças, mesmo mobilizando o uso da língua alemã, que seria traduzida para a língua portuguesa evitando uma onda de evasão escolar das famílias descontentes com o ensino do português ou da sistemática substituição do alemão nas escolas particulares em Joinville. O

liderou uma espécie de Associação Escolar que reunia outras escolas particulares isoladas. Ver: WIESE, 2004. p. 38-61.

reconhecimento político com esses encaminhamentos estratégicos, além do prestígio devido suas experiências a frente da educação paulistana atuando na modernização das escolas, exaltou sua competência e reposicionou Orestes Guimarães na cena pública, sendo contratado pelo governador Vidal Ramos para conduzir a reforma do ensino público em Santa Catarina. Entre as mudanças conduzidas pelo inspetor estava a implementação dos Grupos Escolares, formato de instituição que foi apresentado como símbolo de progresso para a educação no Estado e implementado paulatinamente de acordo com os propósitos em cada região.

O interesse em estruturar um sistema de fiscalização da instrução escolar adquiria proeminência nas mudanças implementadas no governo de Vidal Ramos, conforme expressou sua Mensagem apresentada em julho de 1911, anunciando a “criação das inspetorias escolares tendo em vista tornar uma realidade a fiscalização, sem o que não há ensino, embora haja escolas”¹¹². Suas iniciativas delinearam a política educacional que reconhecia a necessidade de uma fiscalização que enfrentasse os muitos entraves de colocar em prática um serviço de inspeção sistemático, que fosse capaz de alterar aspectos da educação escolar por todo o Estado. As dificuldades incluíam encontrar maneiras de lidar com o ensino particular, modelo característico que vigorava em Blumenau, demonstrando que essa relação entre o público e o privado no âmbito da escolarização em Santa Catarina, ainda no início do século XX, causava desconfortos. Na mesma mensagem de 1911, o governador manifestou a preocupação, assinalada na Lei Estadual n. 846 de 11 de outubro de 1910 no artigo décimo, sobre a necessidade de definir “normas liberais para regular o ensino privado”¹¹³. A escola particular aparecia como uma demanda a ser reconhecida pelo Estado, nesse momento ainda não apenas pela via da integração nacional, mas devido as suas especificidades, que deveriam ser validadas no futuro regulamento escolar. Ao dizer que era preciso uma liberal para essa regulação, Vidal Ramos demonstrava considerar que a política estatal tinha limites em relação a autonomia dessas escolas, que não poderiam ser tratadas como uma escola pública criada pela iniciativa e manutenção dos poderes públicos.

A questão do ensino nacional não ficou explícita nesse pronunciamento do governador, apesar de já circularem críticas no Estado e a nível nacional referente ao ensino considerado estrangeiro nas áreas de colonização. Os indicativos são de que as escolas que se mantiveram particulares ou sem auxílio de recursos públicos formalizados legalmente, no caso de Blumenau a maioria, não eram fiscalizadas com regularidade. Havia o entendimento político e manifestado nas comunidades escolares, onde as escolas particulares eram conduzidas pelas diretorias das

¹¹² RAMOS, *op. cit.*, 1911, p. 30.

¹¹³ *Ibid.*, p. 30.

Associações Escolares, de que por serem de domínio privado, poderiam decidir de forma autônoma sobre seguir ou não determinações governamentais. Isso incluía também permitir ou não a fiscalização, o que provocou tensões que ficaram mais nítidas com as mudanças instituídas pela nacionalização do ensino em 1917. Antes mesmo dessa movimentação no Estado, o próprio inspetor Orestes Guimarães havia organizado um currículo escolar interessado em atingir as demandas para a integração nacional. As alterações envolviam a ampliação e regulamentação da fiscalização por meio de uma estrutura burocrática que aproximasse o poder público das escolas, processo que contava com relatórios, estatísticas, cerimônias em datas comemorativas e outros procedimentos que pudessem mobilizar professores, estudantes e comunidade escolar (Azevedo, 2012). Devido o trabalho de fiscalização conduzido pelo chefe escolar Francisco Margarida, o próprio superintendente Paulo Zimmermann foi denunciado por não fazer cumprir a lei que obrigava o fechamento de todas as escolas que não satisfaziam as demandas do ensino da língua nacional em 1917 (Neves, 2019). Significa dizer que a atuação fiscalizadora dos agentes do Estado poderia causar incômodos e tensionar as relações entre os diferentes poderes governamentais.

Ao analisar o memorial elaborado por Orestes Guimarães para ser encaminhado ao ministro Afonso Penna em 1925, a pesquisadora Fernanda Vicente de Azevedo (2012, p. 114) evidenciou que o inspetor concluiu que se manifestava uma espécie de “resistência estrangeira frente à infiltração do ensino nacional”, aspecto que justificou seu apoio a decisão de fechamento das escolas particulares. Isso porque o inspetor já estava familiarizado com o ambiente cultural nos antigos territórios coloniais como Joinville e também Blumenau, regiões onde observou que prevaleciam interesses de conservar vínculos étnicos germânicos.

O entendimento que predominou no governo do município de Blumenau entre as duas políticas de nacionalização conduzidas entre 1917 e 1930, foi que a falta de conhecimento sobre a língua nacional seria resolvida sem que fosse necessário romper com as referências étnicas alemãs da maioria da população. Em relação ao governo estadual, apesar de não negar que existia um problema a ser resolvido, os argumentos buscavam resguardar a maior parte da população de Blumenau, no máximo creditando para algumas pessoas a responsabilidade de trabalhar contra a cultura nacional. O próprio Hercílio Luz anunciou com firmeza as ações do governo no ano de 1919 em “defesa necessária contra os que perturbam a tarefa governamental, lançando aqui e ali, às caladas, no coração rude do colono, a semente da indisciplina, da má vontade, da indiferença, sem animo de apertar a mão amiga que se lhe estende”¹¹⁴. Mesmo com

¹¹⁴ LUZ, *op. cit.*, 1919. p. 13.

um discurso mais enfático contra aqueles que não aceitavam a integração nacional, pouco se distanciou do seu antecessor Felipe Schmidt, que também procurou enaltecer a importância da imigração alemã para o Brasil e reconhecer que o distanciamento das demandas nacionais envolvia um grupo diminuto de pessoas, não devendo essa impressão ser generalizada para toda a população nas áreas de colonização estrangeira.

As condições impostas pela Primeira Guerra Mundial foram reconhecidas por Hercílio Luz com um caráter pedagógico, por chamar a atenção para as causas nacionais que tinham permanecido negligenciadas no Estado, considerando que “é mistér completarmos a obra já tardiamente iniciada”. Seu apontamento retomou a ideia de abandono dos governos brasileiros e assumiu não ser possível assegurar que o ordenamento jurídico dos últimos anos tenha resolvido o problema da nacionalização, que não “se deve relegar para um plano secundário, como questão já debatida e morta, a relativa á situação dos brasileiros a que chamamos, talvez mal avisadamente, de *teutos*”¹¹⁵. Ao colocar em dúvida se a denominação teuto-brasileiros era apropriada para identificar os descendentes de alemães no Brasil, o governador considerou que o uso do termo pode ter contribuído com a visão de que havia um desinteresse pelas questões nacionais, já que as referências étnicas dos antepassados alemães (*teutos*) permaneciam na forma de identificação dessas populações. Seu enfoque procurou negar essa percepção, apesar de declarar que por “pertinaz aferro a língua de seus maiores, só dão aos filhos ensino em língua estrangeira, criando-os alheios às nossas coisas, às nossas glórias, aos nossos anhelos, criando-os e educando-os estrangeiros no seio da sua verdadeira e única pátria”¹¹⁶. A aposta para alterar o cenário de desconfianças e promover a nacionalização das gerações futuras nas áreas de colonização estava na presença atuante da escola, o que significava afirmar o seu potencial e “esta consideração se refere não só aos indivíduos de progênie teutônica, como aos de outras raças formadoras do povo catarinense, será o mais fecundo, o mais poderoso fator da assimilação que se vem operando”¹¹⁷.

A escola aparece explicitamente como centro do movimento de nacionalização desencadeado na década de 1910 e as crianças eram entendidas como agentes do futuro, potencialmente capazes, se bem conduzidas, de superar o que era considerado o principal problema da imigração no Estado, a apropriação da língua nacional. Dessa forma, os poderes governamentais deveriam assumir protagonismo, ampliando sua participação na manutenção e gestão da instrução pública, questão complexa em Blumenau por ter o maior número de escolas

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 13.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 17.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 14.

particulares no Estado. Seria preciso lidar com o sistema escolar desde seus fundamentos, especialmente rasurando as relações comunitárias que sustentavam o funcionamento dessas escolas e dificultavam a adesão às determinações estatais. Não se tratava apenas de construir escolas nas localidades onde não existiam, implantando as políticas públicas de educação em vigor, mas de intervir para reformular o sentido das centenas de escolas de domínio privado, distribuídas por inúmeras localidades no vasto território de Blumenau, que deveriam funcionar seguindo as instruções públicas para assumir o propósito da nacionalização. Tratava-se de uma grande transformação, já que divergia do sentido original atribuído para um ensino dos valores étnicos alemães que por décadas propiciava a conservação da comunidade imaginada.

Ainda para o governador Hercílio Luz em sua Mensagem pronunciada em 1919 era preciso reconhecer que “entre nós o problema escolar reveste-se de duplo aspecto: tem que combater o analfabetismo e deve visar a nacionalização das populações de origem estrangeira”, o que era entendido como um desafio. Na intenção de validar as iniciativas das comunidades escolares nas áreas de imigração, destacou que “estas populações avaliam a necessidade do conhecimento da leitura e da escrita, não poupando sacrifícios para que seus filhos não se criem analfabetos”. Nesse sentido, respaldou o argumento muito usado que demarcava um empecilho para o ensino da língua portuguesa no programa escolar, a dificuldade de contratar “professores nacionais que queiram prover suas escolas”¹¹⁸ distribuídas em localidades distantes e com pouca estrutura.

No mesmo pronunciamento o governador reconhecia que a nacionalização era um trabalho conjunto sendo “necessário que os governos municipais, federal e estadual, não se entibiem no meritório empenho de instigar a assimilação, naturalmente vagarosa”, este último aspecto pertinente de ser demarcado como forma de justificar a demora nas mudanças avaliadas como necessárias na forma de conduzir e fiscalizar o ensino escolar para a nacionalização. Suas palavras também atrelaram formalmente a participação do município na busca por estimular a integração nacional, evidenciando que seria esperado que os municípios assumissem uma função institucional mais ativa nesse processo. Não deixou de observar que caso os resultados não aparecessem era preciso “a ação enérgica, constante, inteligente, desses mesmos governos”¹¹⁹. Para evitar problemas de interpretação e outros usos tendenciosos de suas palavras, explicitou sua compreensão sobre ser enérgico, distanciada da ideia de perseguição, mas incisiva para coibir aqueles que tentavam deliberadamente obstruir o bom funcionamento das ações nacionalizadoras. Entre as iniciativas de obstrução, o governador declarou que tinha

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 18.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 13.

conhecimento da “tentativa de reabertura de escolas que tinham sido fechadas e que não haviam satisfeito, para voltar a funcionar, as exigências legais. Os reclamantes foram, porém, constrangidos a se subordinarem às determinações das nossas leis”. Tudo indica que ações intencionais, manifestadas para comprometer o funcionamento e a credibilidade das “escolas estaduais, devido a ser o ensino delas puramente nacional”¹²⁰ não foram incomuns no Estado. Parece ter interessado inibir os avanços da escolarização pública que iniciava ainda de forma tímida, não apenas pela falta de recursos a serem investidos na instrução escolar, questão durante anos alardeada, mas também pela recusa não incomum da aceitação da escola pública, vista como uma ameaça a autonomia dos grupos que desejavam conservar as referências étnicas da origem alemã e mesmo afastar a fiscalização estatal da comunidade escolar.

No caso de Blumenau, os indicativos são de que formas de resistências se manifestaram e foram denunciadas, o que aconteceu no jornal *O Nacional*, na edição de 11 de agosto de 1918, onde foram noticiadas acusações contra as escolas conduzidas por professores alemães que causavam muitos prejuízos porque educavam crianças brasileiras para exaltarem a língua e a cultura estrangeira, postura por vezes amparada no que foi chamado de um “certo protecionismo” por parte de segmentos políticos locais. Referenciado de forma crítica, o envolvimento do governo municipal foi relacionado a criação de uma lei que autorizava reunir professores para suprirem o ensino nas localidades onde as escolas particulares ainda estavam fechadas, “os quais, na sua maioria, continuam a proceder de forma contrária ao que institui a lei estadual”. A administração do superintendente Paulo Zimmermann foi assinalada pela publicação com descrédito, sugerindo que as instâncias de poder estavam posicionadas em tensão, sendo a legislação do Estado ressaltada pelo periódico como mais eficaz perante a lei municipal, que não agia com o rigor necessário. O jornal investe na narrativa de que a administração pública de Blumenau esteve interessada em negligenciar os ordenamentos e procedimentos do Estado encaminhados para a nacionalização, tendo o superintendente Paulo Zimmermann, sua própria interpretação do movimento nacionalizador.

Nessa mesma publicação, o jornal também referenciou o fechamento das escolas particulares no final de 1917 como um motivo de “desesperança” entre os “verdadeiros germanófilos”, alguns interessados em manter suas influências no ensino das crianças, por isso, “embora aparentemente, prestaram obediência á lei e trataram de se habilitar perante as bancas examinadoras para o magistério particular”. Em forma de alerta, o texto declarava que apesar dos poucos aprovados, ainda existiam aqueles que continuaram descomprometidos com a

¹²⁰ *Ibid.*, p. 18.

cultura nacional, inclusive interessados em “fazer mal às nossas escolas públicas, porque nelas não se ensina religião e muito menos a falar a língua alemã”. Mesmo sem explicitar nomes de professores e de escolas ou até de religiosos considerados nocivos para a educação, as denúncias descritas apontavam que alguns professores “que podiam abrir escolas em lugares onde não as há, o fazem junto as escolas públicas unicamente para prejudica-las no ensino”, dificultando as chances de acabar com o funcionamento das escolas étnicas alemães. Além disso, havia casos de professores que para deslegitimar as ações nacionalizadoras, estariam “estabelecendo dois cursos nas respectivas aulas, um pela manhã e outro á tarde sendo que neste fazem exclusivamente o ensino da língua alemã”. Esse conjunto de denúncias contornam um cenário repleto de embates, que envolviam as experiências dos sujeitos atreladas as práticas de nacionalização, interessadas em romper com os arranjos políticos locais e que não foram acatadas com parcimônia. O fato de denúncias estarem vindo a público, também denota que existiam os descontentes com certas práticas, nem todos profundamente preocupados com os ideais nacionais, mas entendendo esse momento como propício para fazer as disputas políticas com os grupos de origem alemã que, tradicionalmente, figuravam como lideranças, o que poderia incluir os próprios envolvidos com o jornal.

Sobre o envolvimento do governo local com as demandas provocadas pela nacionalização do ensino, também a publicação de agosto demonstrou sua insatisfação evidenciando que as “escolas reabertas com caráter municipal e regidas por professores, que apenas prestaram um ligeiro exame, muitos dos quais falando horivelmente o nosso idioma, fazem por isso, um ensino completamente prejudicial à causa que advogamos”¹²¹. A notícia denunciava que mesmo a língua nacional ainda sendo um problema para determinados professores, eles tinham sido autorizados pelo governo do município a retomar o funcionamento das escolas que estavam fechadas desde 1917. A condução da administração pública de Blumenau era colocada sob desconfiança, sugerindo que não tinha condições de avaliar a questão da nacionalização de forma independente. A ideia de “caráter municipal”, possivelmente, estava relacionada com algum tipo de subvenção provida pela prefeitura, ao que tudo indica, relacionada a lei municipal para custear professores, conforme observado anteriormente. A nova conjuntura política parece ter demandado um reposicionamento com a intenção de blindar o quanto possível, as escolas particulares, intencionando minimizar os efeitos do impacto das interferências dos outros poderes estatais.

¹²¹ UM appello. *O Nacional*. Blumenau, ano I, n. 311, p. 1, 11 ago. 1918.

No mês seguinte, o jornal *O Nacional* de 15 de setembro voltou a publicar críticas sobre a precariedade do ensino da língua portuguesa em Blumenau, atribuída a ausência de rigor com a “fiscalização, que deveria ser exercida de modo a não deixar pairar suspeita alguma e incapaz de proteções escandalosas e de efeitos contrários à nacionalização, que se pretende fazer desta parte não pequena do nosso Estado”. Essa falta de fiscalização, considerada um problema não corrigido, era apresentada como um empecilho para as necessidades da nacionalização, desta vez, não pela falta de recursos para melhorar as condições, mas pelo acobertamento de práticas contrárias ao propósito da integração nacional, posturas avaliadas como “escandalosas” associadas pelo jornal às escolas particulares mais próximas da administração municipal. Portanto, a publicação explicitava que havia interesses contrários à nacionalização manifestados com conhecimento do governo de Blumenau.

As iniciativas dos governos estadual e federal também foram ressaltadas na publicação, mas não sem apontar o descontentamento de grupos locais que se recusavam a abandonar os vínculos étnicos e reconhecer a importância da cultura nacional. Reconhecia que “as poucas escolas públicas que foram aqui criadas pelo atual governo e que se acham regidas por professores hábeis, alguns dos quais de origem germânica, embora perseguidas pelos nossos inimigos, vão dando resultados satisfatórios”, apresentando ser viável alcançar mudanças por meio da fiscalização quando comprometida com o “programa estabelecido para as escolas isoladas e realmente executado embora para elas, relevem-nos dizer, haja uma má vontade da parte de certos pais que, levados por maus conselhos, recusam matricular seus filhos”. De diferentes comunidades escolares chegavam “informações de que a nossa língua continua a ser repudiada e aqueles professores, pelo ganha pão e pelo egoísmo alemão, forçados a fazer um ensino diverso daquele que se torna necessário à nacionalização deste município”, apontando que professores seriam coagidos pelas lideranças comunitárias.

Para combater todas essas manifestações, ainda na mesma publicação, foi destacado que as medidas anunciadas pelo governo federal para impedir a continuidade dessas práticas, precisavam ser implementadas definitivamente em Blumenau, o que ainda não havia acontecido, “pois, o auxílio prometido para criação de escolas primárias nos núcleos de população estrangeira, até essa data não foi prestado”. Esse atraso mantinha aberto os caminhos para que “continue burlando as nossas tentativas de fazer desaparecer a errônea educação”¹²², que se mantinha presente.

¹²² MARIO, Felinto. O Grande mal. *O Nacional*. Blumenau, ano I, n. 32, p. 1, 15 set. 1918.

Os indicativos são de que perante as tentativas de reabrir as escolas particulares sem cumprir adequadamente os trâmites legais, o inspetor Orestes Guimarães emitiu um comunicado em 12 de junho de 1919, que foi noticiado em 22 de junho pelo jornal *Brazil*, nova denominação recém-criada para *O Nacional*. Nele alertava as escolas particulares que assumiam o risco de serem novamente proibidas, caso no prazo “de sessenta dias, [não] requerer licença ao snr. dr. Secretário do Interior e Justiça, afim de que possam funcionar legalmente. Os requerimentos poderão ser remetidos a esta inspetoria, nesta cidade”¹²³. Observa-se que no teor do comunicado o governo federal se fazia presente, já que as autorizações para as escolas seriam emitidas pelo órgão responsável pela educação no Brasil. A figura de Orestes Guimarães aparece como representante oficial diretamente relacionada com a instância nacional.

As questões envolvendo a pouca ou a falta de fiscalização nas escolas particulares que tinham proximidade com a política municipal, de alguma forma parece ser provocado ações do governo estadual. O jornal *O Nacional*, de 18 de abril de 1919 divulgou na íntegra o Decreto Estadual n. 1.233 do mesmo ano, que obrigava “subordinar as nomeações de professores municipais as condições exigidas pelo ensino público”¹²⁴. O artigo 1 determinava que os inspetores escolares do governo estadual deveriam participar dos exames de aprovação dos professores. No artigo 2, a nomeação deveria ser comunicada pelo inspetor estadual tanto para a Diretoria de Instrução Pública quando para o superintendente, este último pelo artigo 3, teria que oficializar as nomeações perante o Estado transmitindo as informações. Para a criação de escolas municipais, o artigo 4 definia que o superintendente era autônomo, mas teria que consultar o inspetor escolar estadual para acordar o lugar da instalação. Esse aparato legal parece ter sido elaborado para respaldar na prática a atuação da fiscalização da Inspetoria Federal, que os indícios demonstram não ter recebido, pelo menos em Blumenau, o reconhecimento apropriado para desempenhar o processo de nacionalização. O poder de decisão do superintendente foi atrelado as obrigações junto ao governo do Estado e o descumprimento das determinações estavam passíveis de denúncias, que seriam conduzidas pelo inspetor Orestes Guimarães.

A presença em Blumenau da Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas pela União, contribuiu significativamente para tensionar os arranjos políticos que organizavam as redes de sociabilidades capilarizadas nas comunidades escolares, inclusive influenciando na decisão de aderir a subvenção federal, além de produzir embates com as escolas que haviam decidido afirmar seus vínculos particulares com o domínio das Associações Escolares.

¹²³ GUIMARÃES, Orestes. *Brazil*. Blumenau, ano I, n. 3, p. 3, 22 jun. 1919.

¹²⁴ DECRETO. *O Nacional*. Blumenau, ano II, n. 66, p. 2, 18 abr. 1919.

3.3 OS TENSIONAMENTOS PROVOCADOS PELA NACIONALIZAÇÃO NAS ESCOLAS PARTICULARES E SUBVENCIONADAS

No caso de Blumenau, a presença da escola subvencionada, foi gradativamente sendo reconhecida como uma escola pública, o que demandou ter que lidar com vários embates nas comunidades escolares onde cada uma estava inserida. Isso porque foram entendidas como desagregadoras da causa alemã, colaboradoras da intervenção estatal, entre outras acusações que ficaram mais ou menos explícitas pelas análises dos documentos. Uma manifestação declarada sobre os entraves vivenciados por uma escola subvencionada é o relato do professor Fernando Steinhauer também apresentado na Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em 1927 como Tese nº 19, intitulada *O ensino de leitura nas zonas coloniais*. Tratava-se de uma espécie de relato/denúncia/crítica referente ao funcionamento das escolas subvencionadas, considerando suas próprias experiências como regente da Escola Pública de Itoupava Norte, apresentada no início desse capítulo. Essa escola, estava inserida na comunidade onde o próprio professor afirmou ser “a língua vernácula um idioma completamente estranho e o motivo, porque aprendem com dificuldade é só na hora das aulas a ouvem e falam durante o resto do dia o idioma em uso entre eles é o alemão”¹²⁵. Ao apresentar o contexto da sua escola subvencionada, posicionou os participantes do Congresso perante um cenário que podia ser ajustado para o município de Blumenau, ou seja, com diversas comunidades escolares onde a língua predominante era a alemã e a escola criada para atender as necessidades dos moradores por muitos anos havia sido particular. Significa dizer que a presença de um outro tipo de escola, que deveria deslocar a língua alemã para segunda categoria ou mesmo dispensar seu uso, era vista como uma ameaça que precisava ser combatida, o que parece ter acontecido de diferentes formas, inclusive com estratégias que não manifestavam agressividade, mas intencionavam descredibilizar, negligenciar e até sabotar as ações do Estado, formalmente implementadas pelo governo estadual.

Todo o relato de Fernando Steinhauer apresenta detalhes sobre o funcionamento de uma escola subvencionada em uma comunidade de Blumenau com influências alemães, o que não foi encontrado em outros documentos, por isso estabeleci o diálogo com essa fonte¹²⁶.

¹²⁵ STEINHAUER, Fernando. Tese n. 19. Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina em 1927. *Anais*. Florianópolis, 1927. p. 519-520.

¹²⁶ A identificação de Fernando Steinhauer como o professor da Escola Pública de Itoupava Norte e autor da escrita para a Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário, foi fundamental para as análises que envolviam a trajetória dessa escola subvencionada, elaboradas durante minha pesquisa no Mestrado em História (Neves, 2019).

Possivelmente, por sua escrita ser direcionada para autoridades estaduais e pronunciada fora de Blumenau, tenha sido encorajador para esse professor público e também descendente de alemães, expressar nuances das relações comunitárias onde seu trabalho era questionado por estar atrelado aos propósitos da nacionalização. Tudo indica que o próprio professor tenha sentido no cotidiano de trabalho o peso de estar atrelado ao poder público, na medida que também tinha referências de cunho étnico. Talvez tenha sido esse um dos motivos que o levou a apresentar uma análise crítica sobre os métodos de ensino da língua portuguesa que eram definidos pela instrução pública de Santa Catarina, realizando a defesa de um ensino simultâneo. Significa dizer que o ensino seria desenvolvido por meio da tradução, com a explicação oral em alemão e reprodução dos dizeres do material didático traduzidos para o português, procedimento que não foi considerado válido pelos pareceristas das teses expostas no Congresso, defensores do uso exclusivo da língua nacional.

Como característico das escolas subvencionadas com recursos públicos em Blumenau, a Escola Pública de Itoupava Norte ainda mantinha sua Associação Escolar como proprietária dos bens materiais, mas que não se abstinha das tentativas de interferir na condução pedagógica da escola, mesmo o professor e o programa escolar não mais subordinados a diretoria e aos sócios daquela entidade. Apesar disso, Fernando Steinhauer demarcou em sua escrita que os pais desqualificavam as escolas públicas subvencionadas devido as dificuldades que seus filhos tinham ao frequentar a doutrina, atividade de formação religiosa encaminhada pela Igreja Evangélica Luterana, já que “tudo que o pastor protestante ensina e pergunta é em língua alemã, tudo que o aluno tem de lá aprender e escrever é em alemão”. Suas declarações evidenciavam que na doutrina “encontram-se os alunos de diversas escolas, tanto particulares como públicas. Os alunos das escolas particulares sabem ler e escrever em alemão, em vez de que os alunos das escolas públicas ficam vexados, porque não sabem ou sabem mal ler e escrever” em língua alemã. Essa situação provocava incômodo nos “pais deles por isto não ficam satisfeitos com o ensino das escolas públicas e o que é um mal para a expansão e renome delas nos distritos coloniais”¹²⁷. Em diálogo com a análise de Emílio Willems (1980), as influências das lideranças religiosas também foram entendidas pelo professor como empecilhos da afirmação e do fortalecimento da escola subvencionada.

O professor Steinhauer, com sua escrita situada em 1927, enfatizou a necessidade de que as escolas particulares serem fiscalizadas por agentes da Inspeção Federal, assim como acontecia com a sua e as outras escolas subvencionadas, intencionando acabar com as

¹²⁷ STEINHAUER, *op. cit.*, 1927. p. 522.

ilegalidades e o desrespeito as determinações do governo do Estado, além de evitar a “concorrência às escolas públicas” uma vez que ambas teriam que seguir o programa de ensino regulamentado. Assim, não teriam mais distinções entre professores, pois os particulares seriam cobrados a “prestar exame para poderem lecionar, porque dantes os professores eram obrigados a isto os atuais não prestam exame e fazem concorrência ilícita aqueles e a nós, porque não se importam com as disposições do governo”¹²⁸. Esses apontamentos sugerem que todas as questões envolvendo a inspeção escolar em Blumenau, em evidência desde 1917, continuavam a ter relevância. Ao afirmar que havia professores que não cumpriam as determinações legais, Fernando Steinhauer assinalou para práticas de resistências desses professores e das comunidades escolares, que não tinham interesse em incorporar as demandas da nacionalização do ensino e, portanto, reconhecer como válida a presença do poder público atravessada nas relações comunitárias, entendidas como pertencentes ao domínio privado. Certamente, as dificuldades pedagógicas que envolviam o ensino da língua portuguesa em uma escola onde crianças e professor tinham como estrutura mental o conhecimento da língua alemã, precisam ser consideradas, e o próprio professor Steinhauer expressou com argumentos esse entendimento. Entretanto, não deixou de fazer destaques que traziam para cena os aspectos políticos que tensionavam as relações sociais no período. Todo o seu relato contribui para compreender que não era possível ignorar a cultura escolar proveniente dos anos anteriores quando as escolas subvencionadas eram particulares, direcionadas pelos propósitos de suas Associações Escolares. No caso das escolas que se mantiveram particulares, por muito tempo, foram menos impactadas pelas intervenções governamentais, procurando de diferentes maneiras assegurar que o caráter privado fosse validado como justificativa para autonomia escolar, o que incluía restringir a fiscalização dos agentes públicos e continuar expressando seu apreço pelas referências étnicas, com destaque para o uso da língua alemã.

Esse ambiente de incômodo parece ter continuado a circular na década de 1930 nas comunidades escolares, envolvendo as críticas que deslegitimavam as escolas subvencionadas, percepção adquirida por meio de indícios que foram identificados como fragmentos de experiências. Apenas pelo fazer historiográfico foi possível produzir análises de diferentes fontes que permitiram organizar a leitura do tempo e no diálogo Paul Ricoeur (2007), articular de maneira inteligível uma história do embate que posicionou de forma oposta dois professores, que trabalhavam em escolas distintas, mas geograficamente próximas. Quem impulsionou a intriga foi um dos professores, chamado Ricardo Hoffmann, autor da reclamação destinada ao

¹²⁸ STEINHAUER, *op. cit.*, 1927. p. 521.

inspetor escolar Adriano Mosimann e inserida no Relatório de Inspeção Escolar de agosto de 1934¹²⁹. Como responsável pela Escola Pública de Massaranduba do Sul¹³⁰, esse professor público se mostrou incomodado com posturas do professor particular Alvino Knaesel e dos membros da Associação Escolar que mantinham a Escola Particular de Tatutiba III¹³¹.

A denúncia com data de 9 de julho de 1934 acusava o professor Alvino Knaesel de constranger Carlos Krüger, morador da localidade de Tatutiba III, onde funcionava uma escola particular, além de atacar as escolas públicas de forma explícita. De acordo com o professor Hoffmann, a “queixa” do colono envolvia a situação dos filhos e sua expulsão como sócio da Associação Escolar chamada de Comunidade Escolar de Tatutiba III, motivada por matricular o filho de 13 anos na escola pública regida pelo professor Ricardo Hoffmann. O argumento do morador era que a decisão havia sido tomada porque, após cinco anos seguidos estudando na escola particular, o menino não tinha aprendido falar o português, o que foi avaliado pelo pai como uma “escola deficiente”. A partir dessa decisão, a “Comunidade Escolar de Tatutiba III exigiu de mim continuação do pagamento de contribuições pelo menino, por todo o tempo que ele frequentar a escola pública, naturalmente neguei”. Não intencionando impactar a Comunidade, o pai considerou manter o pagamento mediante a substituição do filho por outra filha com idade para estar matriculada, porém, “recusaram-na”. Ao realizar a reunião geral da Associação Escolar, além de ser expulso, teve as “duas filhas rejeitadas na escola, recusando-se o professor Alvino Knaesel a ensina-las. Nessa reunião caíram também as palavras: ser vergonhoso mandar a uma escola pública”¹³². Trata-se de um relato que demonstra as tensões atribuídas a interferência pública no âmbito privado, atuação reconhecida como uma ameaça para a garantia das relações pautadas pelas referências étnicas.

Qualquer tipo de posicionamento do professor Alvino Knaesel sobre a acusação não foi possível identificar, mas, por meio da reclamação do professor Ricardo Hoffmann fica nítido que ambos, mesmo sendo imigrantes alemães trabalhando em comunidades escolares com populações de origem alemã, não foi o suficiente para que compartilhassem posturas semelhantes relacionadas a nacionalização. As palavras do professor Hoffmann também não significam que ele foi um apoiador irrestrito das ações nacionalizadoras durante toda a sua longa

¹²⁹ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de agosto de 1934*. Blumenau, 12 set. 1934. p. 2.

¹³⁰ A localidade de Massaranduba do Sul fez parte do município de Blumenau até 1948 quando a região em que estava inserida foi emancipada, formando um novo município chamado de Massaranduba.

¹³¹ Existem algumas especulações sobre a origem dessa expressão, a mais conhecida relacionada ao animal tatu, porém, o que importa é demarcar esse território na região das Itoupavas, ao norte de Blumenau, posteriormente, reconhecida como distrito municipal.

¹³² MOSIMANN, *op. cit.*, 12 set. 1934. p. 2.

trajetória profissional, aparentemente iniciada após sua emigração de Berlim para o Brasil em 1903. Em 1910 estava casado com a professora Elsa Zeisemer, moradora da comunidade do Warnow pertencente ao distrito de Indaial¹³³, onde o professor atuou nas escolas das localidades de Polacia e Estrada das Areias, ambas descritas como escolas da “categoria evangélica”, portanto, escolas particulares atreladas a condução da Igreja Evangélica Luterana¹³⁴. Em 1916, ele e a esposa eram professores nas escolas na localidade do Warnow e Ilse, dessa vez, escolas da “categoria particular”, dirigida por uma Associação Escolar sem interferência religiosa direta¹³⁵. Na busca por elementos da trajetória de Ricardo Hoffmann foi possível encontrar sua atuação em Rio Negrinho, região nordeste de Santa Catarina, sendo professor em uma escola particular entre 1925 e 1932 quando ela foi incorporada pelo governo do Estado e transformada em 1933 no Grupo Escolar Marta Tavares¹³⁶. Em 1934, Ricardo Hoffmann já estava novamente em Blumenau, dessa vez como professor público no distrito de Massaranduba, de onde escreveu a queixa para o inspetor escolar. Em algum momento de sua trajetória se tornou um professor do quadro de funcionários estaduais, continuando em 1936 na mesma Escola Pública de Massaranduba do Sul caracterizada como “estadual rural”¹³⁷. Na própria denúncia, afirmou sua identificação “sentindo-se prejudicado na sua honra de funcionário público e desmoralizada esta Escola Pública pelas últimas resoluções tomadas em reunião” pelos membros da Associação Escolar de Tatutiba III.

Suas palavras carregam muitos significados que não estão apenas na superfície, mas dispostos em camadas que demandam um olhar aproximado, por vezes, permitindo elaborar muito mais reflexões do que respostas objetivas. Assim, é pertinente ponderar que emitir sua defesa da escola pública perante uma autoridade seria importante por ser o momento em que a nacionalização adquiria outros contornos, a partir da tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930. Ao se colocar emocionalmente envolvido com a questão, o professor Hoffmann demarcava, de forma pertinente a conjuntura política, que suas escolhas estavam alinhadas com os propósitos nacionais, o que não era o caso da escola particular, notoriamente

¹³³ O território do distrito de Indaial foi emancipado do município de Blumenau no início de 1934 quando ocorreu um amplo desmembramento que motivou intensos conflitos entre os poderes municipal e estadual.

¹³⁴ ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o exercício de 1915, apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. VII. Relação das escolas particulares existente no município de Blumenau, com o número de alunos matriculados em 1915. Blumenau, 1916. s.p.

¹³⁵ ZIMMERMANN, *op. cit.*, 1917. p. 32.

¹³⁶ O professor Ricardo Hoffmann também foi homenageado como nome de uma escola municipal de Rio Negrinho/SC durante o mandato do prefeito Paulo Beckert, que havia sido seu aluno na escola particular antes de ser tornada escola estadual.

¹³⁷ STEIN, Alberto. *Relatório da gestão dos negócios administrativos do Município de Blumenau, durante o ano de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Alberto Stein*. Blumenau. 1937. p. 14.

descomprometida com o Brasil. Seu incômodo também poderia ter relação com a percepção de uma tentativa de descredibilizar seus vínculos com a cultura alemã perante a decisão de atuar em uma escola pública, sendo avaliado como uma espécie de detrator dos antepassados alemães, que trabalhava contra as escolas particulares, consideradas superiores porque resistiam a cooptação do governo brasileiro. Como o pai reclamante, o professor compartilhava o vínculo étnico alemão e a experiência de aproximação da escola pública, muitas vezes apontada como inimiga da escola particular, principalmente, por ensinar a língua nacional. O desconforto entre as escolas pôde ser observado em dizeres da denúncia realizada pelo professor Ricardo Hoffmann que se posicionou contra a Associação Escolar e o professor Alvin Knaesel por terem censurado a decisão de um pai, avaliada como “vergonhoso mandar a uma escola pública”, que deveria se “envergonhar” por criticar a escola particular do filho por não aprender a língua vernácula.

Nas fiscalizações realizadas em 1934 pelo inspetor do Estado, Adriano Mosimann, encontrei registros sobre Ricardo Hoffmann e sua escola, todos com menções de elogios à sua atuação, reconhecido pelo cumprimento do programa, o ensino de qualidade da linguagem e dos hinos oficiais em uma escola desdobrada com matrícula de oitenta e quatro alunos sendo recomendado seu elogio por meio de ofício¹³⁸. Também no relatório de dezembro de 1934, o mesmo inspetor estadual acompanhado do inspetor federal, cargo que estava ocupado por João dos Santos Areão, consideraram que a Escola de Massaranduba do Sul deixou uma impressão “muito boa”, com destaque para a inauguração naquele ano, do segundo Clube Agrícola de Santa Catarina. No registro do inspetor Areão, o professor Hoffmann foi novamente louvado por sua atuação com o ensino do programa, dos hinos e, principalmente, devido ao ensino da língua nacional, já que os alunos “estão excelentemente encaminhados na aprendizagem da língua vernácula [...] o que muito contribui para a nacionalização dos pequenos teutos”¹³⁹. Ao identificar os alunos como “teutos”, ou seja, descendentes de imigrantes alemães nascidos no Brasil, João dos Santos Areão comunicava que as crianças eram matriculadas na escola desconhecendo a língua portuguesa necessitando do trabalho comprometido do professor para as devidas mudanças, amparadas pela nova Constituição Federal de 1934. Esse documento de âmbito nacional, passou a ser mobilizado pelos inspetores para amparar legalmente as ações de nacionalização que avançavam a partir da década de 1930, o que deixava mais restrito o

¹³⁸ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1934*. Termo de Visita. Blumenau. 22 jun. 1934.

¹³⁹ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de dezembro de 1934*. Blumenau. 22 dez. 1934. p. 5-6.

conjunto de características que definiam um professor como exemplar, percepção atribuída ao professor Ricardo Hoffmann.

As análises dos relatórios dos inspetores estaduais nas décadas de 1930 e 1940 apontam que o grau de tolerância com os professores que não seguiam as determinações legais variava de acordo com a postura dos inspetores escolares, sendo Adriano Mosimann considerado por muitos como “germanófilo” devido a sua origem familiar e a postura em defender um formato de nacionalização que tolerava o aprendizado gradativo da língua nacional, o que incluía o uso didático da língua alemã até que o português fosse dominado (Neves, 2019). Com essa “tendência” do inspetor, o professor denunciado recebeu uma avaliação que demonstrou sua tolerância, em um período no qual o trabalho de inspeção nas escolas particulares estava ficando cada vez mais atuante, apesar das críticas contra a autonomia das escolas de caráter privado conforme observado anteriormente.

Ao encontrar o professor Alvino Knaesel na Escola Particular Tatutiba III, o inspetor Adriano Mosimann registrou em seu Relatório sobre junho de 1934 que se tratava de “uma escola que o artigo referente á nacionalização, nova Constituição, virá beneficiar muito. Os alunos apenas leem e traduzem. Tratarei de verificar se o culpado é o atual professor”¹⁴⁰. Se foram encaminhados nos anos seguintes outros procedimentos para reconhecer o professor como culpado, não foi possível saber. No Termo de Visita de 21 de junho de 1934, o inspetor Mosimann registrou que Alvino Knaesel não tinha exame para professor, concluindo que a escola causava uma impressão “sofrível”. Mesmo perante a ilegalidade de atuar sem autorização do governo, declarou que o professor “tem boa vontade”, esperando melhores resultados após as recomendações de seguir fielmente o programa regulamentado¹⁴¹.

Anos após as críticas e denúncias contra escolas particulares que haviam retomado as atividades depois das leis de nacionalização de 1917 sem as devidas autorizações, a Escola Particular de Tatutiba III funcionava com um professor em condições irregulares, que não tinha habilitação para o ensino da língua portuguesa, o que contribuía para justificar a situação ruim da escola. Menos de um mês depois dessa inspeção que colocou Alvino Knaesel sob suspeita do inspetor estadual, a denúncia contra ele foi comunicada e demarcou seu pouco ou nenhum interesse em ensinar a língua e a cultura nacional. Os indicativos são de que o professor deixou a escola particular em 1939, provavelmente quando foi tornada pública municipal pelo Decreto-

¹⁴⁰ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1934*. Blumenau. 2 jul. 1934. p.2.

¹⁴¹ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1934*. Termo de Visita. Blumenau. 21 jun. 1934.

lei n. 36, em 12 de janeiro de 1939 a partir da proposição da sua Associação Escolar, “cedendo para isso casa e mobiliário”¹⁴². O distanciamento da função de professor não foi definitivo e, mesmo sem poder afirmar as circunstâncias, Alvino Knaesel retomou o cargo na escola da localidade de Tatutiba III, desde 1940 chamada de Escola Municipal Alvarez Ramos, registrado como professor regente em 1947.

Nas décadas de 1930 e 1940 outros modos de conceber e conduzir a política de nacionalização foram implementados, principalmente com o avanço das interferências estatais manifestadas por um conjunto de instrumentos legais e burocráticos que na prática das inspeções cercavam as escolas de obrigações perante o poder público, o que impactava ainda mais aquelas que insistiam em se manter funcionando como instituições particulares, apesar de cada vez menos capazes de funcionar com autonomia. Certamente, reconhecer o amplo aparato legal, intensificado com a instauração do Estado Novo no final de 1937, comandado pelo presidente Getúlio Vargas e em Santa Catarina pelo interventor Nereu Ramos, não significa dizer que as escolas de Blumenau que foram tornadas públicas, lembrando que a maioria anteriormente era particular, cumpriram as leis e romperam com seus fundamentos de preservação étnica. O que esse estudo demonstra é que outras estratégias foram mobilizadas pelos sujeitos atuantes nessas escolas nacionalizadas, inclusive com amparo de lideranças políticas interessadas em salvaguardar elementos da cultura alemã necessários para fomentar coesão pelo caráter étnico, questão fundamental na preservação da comunidade imaginada.

Assumir a subvenção de recursos públicos brasileiros parece não ter sido uma decisão fácil para as escolas particulares que durante décadas se reconheceram como “escolas alemãs” devido aos aspectos que envolviam a origem das pessoas associadas à sua fundação e manutenção, seus propósitos em conservar vínculos étnicos como o uso da língua alemã, por seguir concepções referenciadas pelos currículos que existiam na Alemanha ou ainda receberem recursos financeiros do próprio governo alemão. Por essas e outras justificativas, ser considerada uma “escola alemã” anunciava o descomprometimento com o conhecimento da cultura nacional que ficava ausente ou manifestado de forma reduzida na maioria dos programas escolares. Ao ensino da língua vernácula também havia pouca ou nenhuma dedicação reforçando a ideia sobre o desinteresse dos imigrantes e seus descendentes na integração com a Nação brasileira.

Conhecer os movimentos que levaram escolas particulares a se tornarem subvencionadas demanda ainda pesquisas aprofundadas, mas as análises que apresentam já

¹⁴² PREFEITURA de Blumenau. Requerimentos e despachos. Decreto-lei n. 36. Cria a escola de Tatutiba III, neste distrito. *A Cidade de Blumenau*, ano XV, n. 62, 21 jan. 1939. p. 3.

permitem dizer que essas escolas experimentaram uma espécie de zona de fronteira. Ao usufruírem de subvenção definida pela política educacional brasileira ficavam entre o domínio público e o privado, uma espécie de instituição híbrida, já que estavam subordinadas a legislação nacional, além de continuarem a ter parte significativa de seus patrimônios como propriedades das Associações Escolares. O esforço aqui, apesar das lacunas, é demonstrar que ser uma escola considerada particular ou pública envolvia sentidos polissêmicos que eram validados com base nos interesses e nas negociações de cunho político.

A depender da categoria em que a escola estava inserida, as decisões teriam implicações distintas, inclusive que demandariam alterações na própria forma de definição da escola. Para as escolas particulares, algumas inclusive que foram obrigadas a deixarem de receber auxílios do governo alemão, foi preciso replanejar formas de manter o funcionamento com a manutenção do prédio escolar, pagamento do professor, reposição de materiais didáticos e outros aspectos, inclusive, devido a saída de algumas famílias da Associação Escolar, que decidiram migrar para a escola pública, acarretando perdas financeiras. Na configuração de Blumenau, várias escolas que não contavam com sistemáticos recursos financeiros estatais tiveram que decidir se preservariam uma maior autonomia nas decisões, o que significava não buscar nem por subvenções e também recusar entregar a administração da escola para o poder público municipal ou estadual.

Arrisco dizer que o campo da educação escolar foi o que mais demandou articulações entre os poderes governamentais, além das relações do público com o privado, processo iniciado com maior evidência em 1917. A partir de 1930, ano marcado pelo golpe de Estado que permitiu Getúlio Vargas assumir o poder, aspectos da política educacional que já apareciam como propósitos do governo do Estado nos anos anteriores, adquiriram capilaridade por meio de operações burocráticas mais robustas determinadas pelo governo federal, inclusive, com a manifestação de ações coercitivas colocadas em prática no cotidiano da escolarização de Blumenau, inclusive, com a atuação do Exército, questão tratada no próximo capítulo.

Como expressão desse processo conduzido por uma política de nacionalização entre as décadas de 1930 e 1940, muitas escolas particulares foram convertidas em escolas públicas municipais, o que não significa dizer que o domínio público estava concluído, já que ainda existiam ressonâncias das Associações Escolares que se valiam do controle patrimonial, contribuindo com seus atravessamentos nas relações comunitárias e na política local. Apesar desse aspecto, em menos de uma década a quantidade de escolas públicas estaduais, ou seja, aquelas que eram classificadas como subvencionadas, foi superada pelo número de escolas municipalizadas, incluindo algumas novas escolas públicas criadas pelo próprio município.

Antes o golpe do Estado Novo em 1937, quando a ditadura de Getúlio Vargas legitimou práticas de intervenção mais incisivas, ainda era possível encontrar algumas escolas particulares que também eram subvencionadas pela prefeitura de Blumenau.

Até 1934 a inspeção estadual identificava a categoria das escolas nos Termos de Visita, documento em que informações padronizadas e outras consideradas relevantes durante a fiscalização eram oficializadas. A escola poderia ser definida como estadual, municipal, particular ou subvencionada p. M. (pelo município), procedimento que permitia observar e monitorar o comprometimento do próprio governo municipal com as questões da educação e, portanto, com a causa da nacionalização. Observa-se também que a definição subvencionada não está mais atrelada às escolas estaduais, sugerindo que o governo do Estado já havia estabelecido outros encaminhamentos administrativos com as escolas anteriormente nacionalizadas. As análises apontam que as escolas subvencionadas pelo Estado em Blumenau, com maior vigor a partir da lei federal de 1918, não foram transferidas para a administração municipal, sendo a maioria delas incorporadas à rede de escolas estaduais e funcionando até a atualidade. A título de compreensão referencio a Escola Pública de Passo Manso, originalmente particular e que foi subvencionada pelo governo do Estado sendo no Termo de Visita em 15 de maio de 1934 classificada como estadual.

Figura 6. Termo de Visita na Escola Estadual Passo Manso

Fonte: Fotografia da autora com destaque próprio. Mosimann, Adriano. 15 mai. 1934.

Ao reconhecer a categoria da escola, ficava demarcado aquilo que era esperado, especialmente em relação ao seu compromisso com a cultura nacional, responsabilidade de todos, mas imprescindível para as que usufruíam de recursos públicos, o que em Blumenau não foi uma garantia de bom desempenho. No caso da Escola Pública de Passo Manso, o inspetor Adriano Mosimann emitiu sua impressão da escola como regular, pois registrou insatisfação

com o desempenho da professora Elsa Techentin no que diz respeito ao ensino da linguagem, mas também da geografia e história, conhecimentos definidos como indispensável para a formação escolar direcionados para a “construção de uma identidade nacional de caráter homogêneo”, conforme analisa a historiadora Clarícia Otto (2014, p. 96).

A partir de 1935 o Termo de Visita adquiriu um outro formato, que não mais especificava a categoria da escola, indicando que o inspetor escolar estadual não precisava mais ser tão cauteloso com as diferenças, inclusive porque estava amparado por uma política educacional de amparo nacional, progressivamente intervencionista e capitaneada pelo governo de Santa Catarina. No verso do novo modelo de documento, um campo de registro foi inserido, exclusivo para o inspetor registrar seu parecer sobre a escola, o professor ou mesmo a comunidade em que estava inserida, sem que as anotações fossem validadas pela assinatura do professor regente, que constava apenas na parte da frente do Termo.

Como a maioria das escolas criadas pela iniciativa particular que aderiram a subvenção a partir da nacionalização da década de 1910 e, posteriormente foram classificadas como estaduais, a Escola Pública de Passo Manso apenas foi incorporada por completo pelo Estado quando recebeu a doação do terreno da Associação Escolar para a construção do Grupo Escolar Carlos Techentin, inaugurado em 1953. Com maior profundidade, essa e outras escolas serão objetos de análise no quarto capítulo e nesse momento interessa dizer que muitas escolas, atualmente centenárias, passaram por processos políticos complexos atrelados as relações entre o público e o privado.

É fundamental para este estudo compreender que mesmo subvencionadas, as escolas não romperam com os vínculos privados legitimados pela atuação e o domínio das suas Associações Escolares que continuavam com a posse patrimonial, ou seja, proprietárias do terreno, do prédio, da moradia do professor, do mobiliário, além dos materiais didáticos adquiridos com as contribuições financeiras dos sócios ao longo de muitos anos. Significa dizer que as subvenções não provocaram o completo e imediato deslocamento dessas escolas subvencionadas para o domínio público, entretanto, demandaram relações mais próximas com os agentes do Estado, manifestadas em grande medida pela fiscalização que foi gradativamente assumindo maior regularidade e rigor. Para o governo de Santa Catarina pareceu vantajoso mobilizar a infraestrutura das escolas já existentes e formalizar a conversão delas para públicas, procedimento seguido pelo governo de Blumenau.

3.4 AS ESCOLAS DE CARÁTER PÚBLICO MUNICIPAL: SUAS INTERLOCUÇÕES COM OUTROS PODERES ESTATAIS E AS COMUNIDADES ESCOLARES

Se até o início da década de 1930 os indicativos são de que Blumenau demonstrou desinteresse em cumprir as orientações do governo do Estado referentes a criação de escolas públicas municipais, encaminhadas desde o primeiro movimento de nacionalização regulamentado no final da década de 1910, mudanças mais robustas começaram a ser observadas a partir de 1933. Isso porque escolas particulares começam a ser transferidas para a administração municipal e reclassificadas para categoria de escolas públicas municipais, além da criação de escolas novas com recursos do município, instaladas em localidades sem escola ou onde a escola particular ainda insistia em manter sua autonomia. Se em 1932 Blumenau registrava 57 escolas classificadas como públicas estaduais e outras 144 escolas particulares, mas nenhuma escola vinculada ao município, em 1933 as mudanças começam a ser observadas. O número de escolas do Estado passou para 55 e aquelas particulares aumentou para 152, além das 11 escolas configuradas como municipais¹⁴³. É pertinente ainda assinalar que Blumenau era o território de Santa Catarina com o maior número de escolas caracterizadas como públicas estaduais, demarcando a presença institucional do Estado perante a escolarização por meio do modelo de escolas subvencionadas.

Esse envolvimento do governo municipal ficou evidenciado com a elaboração do primeiro Regulamento das Escolas Municipais de Blumenau, oficializado em 5 de janeiro de 1934 pelo Decreto n. 40, implementado pelo prefeito provisório Jacob Alexandre Schmitt após aprovação do Conselho Consultivo Municipal formado por Fritz Lorenz, Hermann Sachtleben, João Gomes da Nobrega e João Medeiros Júnior. Ficava definido que as escolas seriam organizadas por duas categorias determinadas pela quantidade de matrículas e de frequência, além das escolas desdobradas que teriam aulas em dois turnos, sem qualquer menção a possibilidade de criação de escolas reunidas. Esse documento regulador de uma primeira política educacional do município, composto por trinta e cinco artigos, reconhecia as escolas públicas municipais como subordinadas as diretrizes da Diretoria de Instrução Pública, órgão do governo do Estado, que segundo o artigo 3 deveria ser consultado para a criação e localização de futuras escolas, além de seguir o programa de ensino estadual, inclusive com a língua portuguesa sendo a única autorizada para o ensino, conforme destacou o artigo 9. A estrutura da instrução pública municipal também foi definida com a criação dos cargos de Inspetor

¹⁴³ ESTABELECIMENTOS de Ensino - Estado de Santa Catarina. *Boletim da Instrução Pública*, n. 2. 1934. s/p.

Escolar e Delegado Escolar, ambos hierarquicamente subordinados ao Prefeito, que tinha a autoridade de criar, transferir ou fechar escolas, além de “nomear, licenciar, remover, suspender, aposentar e exonerar professores” de acordo com os critérios do próprio regulamento e considerando os apontamentos do Conselho Consultivo, sendo todas as decisões corroboradas com as determinações legais do Estado. Para o Inspetor Escolar, que deveria seguir as práticas de fiscalização da inspetoria estadual e federal, ficou especificado a responsabilidade de sugerir para o Prefeito interferências junto as escolas e aos professores, aplicar as penas de censura e suspensão dos professores, fiscalizar as escolas, elaborar relatórios e estatísticas, decidir por um Delegado Escolar para cada escola, avaliar com base em recursos a negativa do boletim por parte do delegado. Desta forma, era função do Delegado Escolar validar ou não os boletins produzidos pelos professores, também observar a conduta deles no cumprimento dos seus compromissos escolares e, buscar incentivar perante os familiares a matrícula e a frequência das crianças. Cabe destacar que o artigo 6 determinava que esses boletins escolares deveriam obrigatoriamente serem produzidos em três cópias e destinados também para as autoridades estadual e federal.

Toda essa articulação não apenas acarretou mudanças burocráticas e legais no funcionamento da escolarização de Blumenau, mas interferiu diretamente em muitas comunidades, que passavam a conviver com a presença de diferentes agentes de fiscalização, com a circulação do inspetor estadual, federal e municipal, o primeiro e o segundo inspecionando também escolas públicas municipais e particulares. Além do morador com a atribuição de Delegado Escolar, havia um professor da comunidade que exercia a função de auxiliar de inspeção, trabalhando como intermediário das demandas no cotidiano das escolas estaduais em funcionamento naquela localidade. Esse emaranhado de funções fiscalizadoras e relações de controle, certamente ocasionaram tensões entre os próprios poderes estatais e internamente nas comunidades escolares, algumas delas ainda com a atuação ativa das Associações Escolares devido ao funcionamento de suas escolas particulares ou mesmo atuando por terem domínio do patrimônio, o que foi entendido como garantia para as interferências perante aquelas escolas consideradas públicas. Grande parte desses tensionamentos tinham relação com a obediência ou não das leis de nacionalização, que foram instrumentalizadas durante o governo de Getúlio Vargas e atingiram Blumenau de forma contundente.

No próprio Regulamento das Escolas Municipais, a política de nacionalização estava presente mesmo sem ser nomeada desde a subordinação das diretrizes municipais perante o governo do Estado até uso exclusivo da língua portuguesa pelo professor e a relação de obrigatoriedade do exame oficial de habilitação ou diplomação do professor “perante banca

presidida pelo Diretor da Instrução ou pelo Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas”, conforme o artigo 22¹⁴⁴. Entretanto, ainda em 1934, uma brecha estava aberta no inciso único desse artigo, que autorizou a contratação de professores idôneos, mas sem habilitação, caso não houvesse outra opção, com a obrigação de prestar o exame perante as autoridades no prazo de seis meses. Esse destaque no documento tinha amparo na realidade da falta de professores ou professoras no município, considerando as condições de ensinar adequadamente a língua portuguesa, o que era um problema para muitos descendentes de alemães nascidos em Blumenau, inclusive motivando ações do Estado para deslocar professoras nacionalizadoras para as regiões de colonização (Neves, 2019).

A tentativa de traçar fronteiras na definição e atuação desses cargos públicos nas comunidades escolares, figura apenas como forma de demonstrar os variados arranjos que caracterizavam o sistema escolar de Blumenau, que foi aprofundando sua complexidade perante as mudanças conjunturais na política do Brasil a partir da década de 1930. Eram manifestadas muitas rasuras nessas fronteiras, com diferentes interesses e práticas de sobreposição dos poderes tanto na dimensão pública quanto nas interações com o campo privado. Na medida que os instrumentos de fiscalização eram demarcados como primordiais para o processo de nacionalização e recebiam o suporte legal, além dos recursos financeiros para serem praticados, o que reverberava na busca pelo controle das escolas e das suas comunidades, as especificidades das relações políticas na escolarização de Blumenau ficavam a mostra. Em alguma medida, por meio dos documentos oficiais, sinais de fissuras foram observados e precisaram ser rastreadas para compor um tecido ampliado passível de análises.

A formação gradual de uma rede de escolas públicas municipais com base em um aparato legal já iniciado em 1934, estabeleceu aproximações estreitas com diretrizes e procedimentos implementados pelo governo do Estado nas escolas subvencionadas e definidas como estaduais, inclusive, compartilhando o trabalho de inspetores escolares e professores. Foi o caso da Escola Estadual de Ponta Aguda regida pela professora Natália Penkuhn, que recebeu o auxílio da professora Horácia Linhares nomeada pelo município para ser adjunta através da Resolução n. 178 de 7 de julho de 1934¹⁴⁵. A julgar pela inspeção estadual realizada em 10 de outubro daquele ano, tratava-se de uma decisão tomada devido ao número elevado de alunos

¹⁴⁴ EXPEDIENTE da Prefeitura Municipal de Blumenau. Decreto n. 40. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 33, 13 jan. 1934. Blumenau. p. 4.

¹⁴⁵ EXPEDIENTE da Prefeitura de Blumenau. Resolução n. 178. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 82, 25 jul. 1934. Blumenau. p. 2.

matriculados no 1º ano do ensino primário¹⁴⁶. Também em 12 de março de 1935 pela Portaria n. 44, a prefeitura nomeou como adjunta a professora Nemésia Margarida direcionada para atuar na Escola Estadual do Salto do Norte¹⁴⁷. Outra situação envolvendo arranjos entre as instâncias governamentais aconteceu na Escola de Ribeirão Fidelis, que foi fiscalizada em 16 de novembro de 1936 e se encontrava sem professor, decidindo o inspetor estadual Celso Rila pela indicação da professora provisória Maria Elisa Castro Laux, naquele momento atuando em uma escola municipal isolada¹⁴⁸. Todos os casos evidenciados demonstram como os professores, na verdade, as professoras, foram entendidas com uma função estratégica no processo de nacionalização, por isso eram deslocadas entre as diferentes escolas e localidades de Blumenau para atender estrategicamente as demandas escolares e da nacionalização, questão que merece ser investigada com dedicação.

Sobre os inspetores escolares, identifiquei que desde a criação desse cargo em âmbito municipal, oficializado pelo Regulamento do início de 1934, foram três agentes públicos que atuaram e compartilharam a função vinculados ao governo estadual. Assim, o primeiro inspetor escolar municipal foi Adriano Mosimann, contratado pela Resolução n. 118 de 15 de janeiro de 1934¹⁴⁹, trabalhando por poucos meses até solicitar deixar o cargo em 26 de março de 1934 com a Resolução n. 143¹⁵⁰. Os indícios são de que o próximo inspetor foi Aristides Largura nomeado pela Resolução n. 222 em 17 de abril de 1935¹⁵¹ e na sequência Celso Rila, ocupando o cargo em 05 de janeiro de 1935 pela Resolução n. 243¹⁵² até 12 de janeiro de 1938, quando é exonerado, a pedido, pela Resolução n. 3¹⁵³. O próximo inspetor escolar municipal, designado no dia seguinte pela Resolução n. 4 de 1938, foi Nelson da Cunha Luz, o primeiro que não atuava paralelamente como inspetor estadual¹⁵⁴.

Entre o tempo de atuação do primeiro inspetor municipal e os outros dois também vinculados ao Estado, foram quase um ano de intervalo, provavelmente não ocupado por

¹⁴⁶ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1934*. Termo de Visita. Blumenau. 12 nov. 1934.

¹⁴⁷ PORTARIA n. 44. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 52, 03 abr. 1935. Blumenau. p. 2.

¹⁴⁸ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1936*. Termo de Visita. 16 nov. 1936. Blumenau, 5 dez. 1936.

¹⁴⁹ EXPEDIENTE da Prefeitura Municipal de Blumenau. Resolução n. 118. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 35, 20 jan. 1934. Blumenau. p. 3.

¹⁵⁰ EXPEDIENTE da Prefeitura Municipal de Blumenau. Resolução n. 143. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 51, 07 abr. 1934. Blumenau. p. 4.

¹⁵¹ PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 222. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 62, 08 mai. 1935. p. 2.

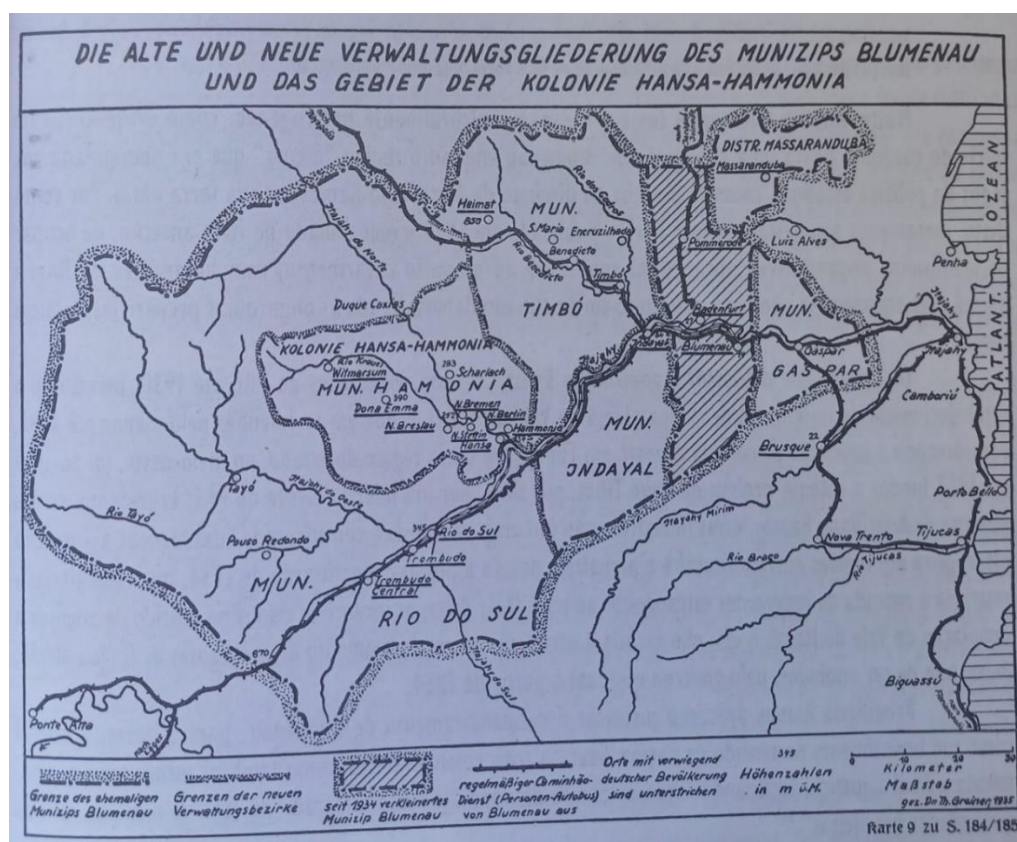
¹⁵² PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 243. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 91, 17 ago. 1935. Blumenau. p. 4.

¹⁵³ PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 3. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 32, 19 jan. 1938. Blumenau. p. 2.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 2.

nenhum outro funcionário. Isso porque em 31 de março de 1934 o prefeito provisório Antonio Martins dos Santos aplicou o Decreto n. 46, que extinguiu o cargo de inspetor escolar municipal em Blumenau, decisão justificada pelas consequências do recente desmembramento que havia atingido Blumenau em janeiro, já que “a maior parte das escolas mantidas até há pouco por este Município, está localizada nos territórios recentemente desmembrados”¹⁵⁵. A justificativa referia-se à emancipação dos municípios de Gaspar, Timbó, Indaial e Dalbérgia (atual Ibirama), áreas que desde a metade do século XIX formavam a Colônia Blumenau, ainda na década de 1930 idealizada de forma idílica conforme observado no capítulo anterior. O mapa abaixo referencia o território do município antes dos desmembramentos no início de 1934, característica demarcada na imagem pela linha tracejada mais ampla, com exceção da área que desde 1931 formava o município de Rio do Sul, antigo distrito de Bela Aliança. A extensão da área que atualizou os limites geográficos de Blumenau está apresentada pelos traços diagonais maiores, somado ao distrito de Massaranduba localizado ao norte.

Figura 7. Mapa representando a extensão territorial do município antes e depois dos desmembramentos em 1934



Fonte: Fotografia da autora. Frotscher, Méri. 2007, p. 49.

¹⁵⁵ PREFEITURA Municipal de Blumenau. Decreto n. 46. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 57, 28 abr. 1934. Blumenau. p. 2.

A decisão de dividir o município, implementada pelo governador Aristiliano Ramos, político membro do Partido Liberal Catarinense (PLC) no poder desde abril de 1933, foi fortemente questionada por lideranças políticas e econômicas locais, especialmente por parte da sede de Blumenau, reunidas historicamente no PRC (Frotscher, 2007, p. 49). Durante a pesquisa observei indícios de que existem contradições nessa memória histórica que foi consolidada sobre os desmembramentos da década de 1930, prevalecendo a ideia que pode ser questionada, de uma maioria contrária a emancipação dos novos municípios, sendo essa mais uma problemática que precisa de investigações historiográficas robustas. A elaboração de uma memória histórica mobilizada como elemento simbólico e prático de integração dos colonizadores europeus, rememorados a partir das narrativas de pioneirismo com as iniciativas de coragem, especialmente atreladas aos imigrantes alemães, foi amplamente divulgada para negar e evitar a separação territorial na tentativa de não comprometer as alianças das elites de Blumenau. As tentativas que chegaram a provocar agitações populares, estavam atreladas ao movimento “Por Blumenau Unido” não conseguiram barrar a determinação do Estado e o município que tinha cerca de 10.375 km² foi reduzido para 1.650 km².

Os conflitos entre os dois grupos políticos foram adensados e as questões envolvendo entraves relacionados a nacionalização emergiram intensamente como capital político. Ficou demarcado as disputas que remetiam ao tempo do chamado “perigo alemão”, mas tinham sido agravadas com a ocupação de Blumenau pelos grupos armados que sustentaram o golpe de outubro de 1930, que conduziu o afastamento oficial dos políticos republicanos, com destaque para o prefeito Curt Hering, deposto imediatamente do cargo. De acordo com Camilo Buss Araujo (2013) para o grupo político que constituiu o PLC, a tomada de poder por Getúlio Vargas foi interpretada como uma oportunidade de desencadear mudanças significativas nas relações institucionais entre as instâncias de poder. Essas mudanças conjunturais atravessaram Blumenau de maneira contundente, inclusive redefinindo a política de nacionalização que adquiria maior vigor.

Os políticos e outras lideranças locais não deixaram de questionar o argumento da nacionalização utilizado para justificar a divisão do município em 1934, apontando que se tratava de uma estratégia dos opositores para atingir o protagonismo de Blumenau. Meses após as emancipações, em 27 de outubro de 1934, o Jornal *Cidade de Blumenau* continuava criticando o governo de Aristiliano Ramos por ser incompreensível o interesse em “nacionalizar um território dividindo-o em cinco porções, como se a desunião trouxesse alguma vantagem útil para o caso em questão. Isto se verdadeiramente, precisassem os blumenauenses de serem nacionalizados”. Nesse sentido, buscavam demarcar que o propósito era a desagregação de

Blumenau com propósitos político-partidários e não a união nacional. O texto jornalístico seguia afirmando ser de conhecimento amplo que todos no município estavam “integrados no espírito de civismo e patriotismo brasileiros” justificado pela participação de moradores na Guerra do Paraguai e pela contribuição fornecida para economia estadual e nacional¹⁵⁶.

Essa elite política e econômica de Blumenau, predominantemente composta por imigrantes e descendentes de alemães, foi acusada pelo governo do Estado de não estar interessada na integração nacional, insistindo em cultivar seus referenciais étnicos, com destaque para a manutenção do uso cotidiano da língua alemã, que obliterava a comunicação escrita e falada em língua nacional. Essas acusações adquiriram dimensão nacional, reativando os preceitos do que era conhecido na década de 1910 como “perigo alemão” agora contornado também pelos elementos ainda difusos dos ideais nazistas, ideologia que seria propagada a partir dos vínculos atuantes de Blumenau com a Alemanha, outra questão que necessita de pesquisas aprofundadas, o que se tornou urgente, a julgar pelas circunstâncias atuais.

Apresentada essas tensões no campo político, é preciso considerar que no cotidiano as pessoas vivenciaram os efeitos da redefinição das fronteiras territoriais, o que também atingiu as escolas que demonstraram dificuldades em reconhecer o município em que estavam inseridas, conforme evidenciou o inspetor escolar Adriano Mosimann em 1934, informando que “no ex-município de Blumenau, onde reina a maior confusão, pois os próprios professores não sabem a que município pertencem as escolas que regem”¹⁵⁷. As escolas públicas estaduais também foram afetadas pois, em março de 1934 somavam 55 escolas em Blumenau¹⁵⁸, número que foi reduzido para 14 escolas em outubro do mesmo ano¹⁵⁹. No caso das escolas que já estavam sob administração municipal, foi preciso deliberar atos legais e ações administrativas que desvinculassem os professores contratados pela prefeitura de Blumenau para trabalhar em escolas que não faziam mais parte da sua rede de ensino em formação por não ocuparem mais geograficamente seu território.

Sobre o cargo de inspetor escolar municipal, legalmente foi apenas em 15 de agosto de 1935 que ocorreu seu reestabelecimento pelo Decreto n. 70, implementado pelo prefeito provisório Germano Beduschi, que destacou não haver mais os impeditivos que levaram a

¹⁵⁶ O DESMEMBRAMENTO do município de Blumenau. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 10, 27 out. 1934. Blumenau. p. 7.

¹⁵⁷ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1934*. Blumenau. 2 jun. 1934. p. 3.

¹⁵⁸ AREÃO, João dos Santos. *Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública*. Florianópolis, mar. de 1934.

¹⁵⁹ AREÃO, João dos Santos. *Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública*. Florianópolis, out. de 1934.

extinção do cargo em março de 1934¹⁶⁰. Importa observar que poucos meses antes, o trabalho de inspetor escolar pelo município já havia sido autorizado também por Beduschi, naquele momento, secretário interino atuando com atributos de prefeito, que permitiu o exercício da função para Aristides Largura em 17 de abril de 1935. Se o trabalho foi conduzido por Largura antes da retomada oficial do cargo municipal não é possível dizer, apenas que o cargo foi assumido por Celso Rila, nomeação deferida em paralelo com o início dos trabalhos de Rila como inspetor escolar estadual na Segunda Circunscrição Escolar, removido da Sexta Circunscrição Escolar sediada em Joinville.

A configuração da rede de escolas públicas municipais estava inserida nesse tempo de implementação de uma estrutura de intervenção do governo do Estado em Blumenau, capaz de submeter as relações que antes eram informais em contatos regrados por procedimentos burocráticos que ritualizavam o serviço público, no qual a escolarização estava cada vez mais inserida. O caso dos moradores da localidade do Vorstadt demonstra como as relações com o poder público municipal foram normatizadas, aspecto observado com o requerimento para a Prefeitura que foi encaminhado ao Conselho Consultivo Municipal pelo ofício n. 173, no início de 1934. Nele estava declarada a doação de um terreno para a criação de uma escola na localidade, com a construção do prédio escolar sendo responsabilidade do município. O pedido autorizado foi direcionado ao inspetor escolar que deveria formalizar seu parecer referente a localização da nova escola¹⁶¹.

Com os propósitos e os procedimentos de intervenção pública cada vez mais sendo capilarizados para o município a partir da década de 1930, deixando de estarem restritos ao governo estadual, os indícios são de que a prefeitura direcionou sua atenção para as escolas particulares que decidiram por entregar o funcionamento para a gestão municipal e de preferência, doar o terreno e até o prédio escolar, conforme constava no Regulamento das Escolas Municipais implantado em 1934. Entretanto, não foi incomum que subvenções fossem requeridas ao governo municipal por escolas de domínio privado, sem que ficasse estabelecido o compromisso de ceder a administração dessas escolas para o município, que apenas contribuía com a manutenção das atividades. Foi o caso da Escola Particular de Fortaleza, que passou a receber do governo provisório de Germano Beduschi, subvenção regulamentada pela Portaria n. 75, emitida em 27 de setembro de 1935, paga com a verba orçamentária destinada a instrução pública¹⁶². O benefício durou até a Resolução n. 32 de 10 de maio de 1938, quando o interventor

¹⁶⁰ PREFEITURA, *op. cit.* 17 ago. 1935. p. 4.

¹⁶¹ CONSELHO Consultivo Municipal. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 35, 20 jan. 1934. Blumenau. p. 2.

¹⁶² PREFEITURA municipal. Portaria n. 75. *Cidade de Blumenau*, ano XII, n. 5, 09 out. 1935. Blumenau. p. 2.

municipal, José Ferreira da Silva, proibiu o recurso para essa e outras duas escolas particulares¹⁶³.

Entre 1934 e 1938 o município precisou lidar com diferentes processos políticos que aprofundaram a intervenção do governo do Estado que passou a ser comandado por Nereu Ramos, outro político do PLC, primeiro eleito indiretamente para governador de Santa Catarina e a partir de novembro de 1937, indicado como interventor federal por Getúlio Vargas. Essas mudanças desencadeadas na passagem desses quatro anos podem ser observadas pelos elementos passíveis de conhecimento sobre a trajetória da Escola Particular de Fortaleza que como apontado acima começou a receber subvenção municipal a partir de setembro de 1935. No mesmo ano, em novembro, o inspetor escolar Celso Rila deixou registrado no Termo de Visita, a recomendação para o professor Rodolfo Uhlmann “ministrar todo o ensino em língua vernácula de acordo com as leis em vigor”. Essa indicação evidenciou, apesar de não trazer detalhes, que a língua alemã ainda era utilizada dentro da escola pelo professor particular, que deveria se comprometer muito mais com a causa nacional “sob pena de ser aplicado o Regulamento”¹⁶⁴. Ao trazer a referência do Regulamento das Escolas Municipais, Celso Rila indicava que atuava como inspetor municipal, cargo que exercia desde agosto daquele ano e alertava sobre a perda da subvenção perante o descumprimento da determinação de ensinar apenas em língua portuguesa. Como o professor Uhlmann trabalhava sem exame de habilitação, outra recomendação destacada pelo inspetor era para que se preparasse para a prova de professor provisório que deveria ser obrigatoriamente realizada em um prazo de seis meses a contar da contratação, critério também definido pelo documento oficial do poder público municipal. Quanto tempo Rodolfo Uhlmann atuava sem exame não foi possível saber, talvez enquanto sua escola particular não dependesse de subvenção teria sido mais fácil seguir a margem do enquadramento legal, inclusive como uma opção e não por temer uma reprovação, conforme denunciou o professor Fernando Steinhauer na Conferência de 1927 analisada anteriormente. Ainda cabe ponderar que o fato de o professor ter razoável desenvoltura com a língua nacional, não foi o suficiente para inibir o uso da língua alemã durante o tempo em que a escola particular recebeu subvenção do município.

Apesar das críticas em relação ao ensino do professor Uhlmann, o inspetor Celso Rila reconheceu que comparada com outras escolas particulares de Blumenau, nessa escola os

¹⁶³ PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 32. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 63, 21 mai. 1938. Blumenau. p. 4.

¹⁶⁴ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1935*. Termo de Visita 16 nov. 1935. Blumenau. 8 dez. 1935.

alunos compreendiam o que era falado em português, apontamento que se aproxima do parecer do inspetor Adriano Mosimann, registrado no Termo de Visita do ano anterior, em abril de 1934. Nele constava que o professor foi o responsável por conseguir que os alunos do 3º ano falassem com domínio a língua nacional, empenho reconhecido por estar a escola inserida em uma localidade onde “em toda a redondeza não reside uma família lusa, sendo a língua habitual de adultos e crianças, em casa e na rua, a alemã”¹⁶⁵. Esse tipo de observação em relação a comunidade em que a escola estava inserida, por vezes, era mencionada nos relatórios dos inspetores, tendo a função de demonstrar a importância da escola e da fiscalização naquele ambiente, principalmente, com a defesa da importância da escola pública nessas áreas consideradas germanizadas.

Entre os dois inspetores referenciados que fiscalizaram a Escola Particular de Fortaleza, mesmo com as aproximações na percepção sobre o professor, existiu uma diferença na tolerância com os vínculos étnicos manifestados na escola e expressados pelo ensino do professor Uhlmann. Enquanto o inspetor Mosimann silenciou sobre a situação dos alunos do 1º e 2º ano, que não foram incluídos entre os que sabiam falar o português, o inspetor Rila destacou que a língua alemã não seria mais aceita sendo necessário mudanças significativas.

Em 1936 a mesma escola particular recebeu a visita em 28 de julho do inspetor Celso Rila, que estava acompanhado de outras autoridades, incluindo João dos Santos Areão, responsável pela Inspetoria Federal das Escolas Subvencionadas, sendo a escola ainda regida pelo professor Rodolfo Uhlmann¹⁶⁶. Nesse momento, a escola foi referenciada no relatório como Escola Particular Subvencionada da Fortaleza devido ao recebimento de recursos municipais, anunciando que se tratava de uma escola que havia assumido compromissos formais com a nacionalização ao buscar por subvenção pública, porém sua gestão continuava atrelada as deliberações da Associação Escolar. O que parecia mais provável era que essa escola fosse direcionada para a administração municipal, que já tinha iniciado uma aproximação com a autorização de subvenção em 1935, porém, não foi esse o trajeto percorrido e em outubro de 1941 a escola aparece no relatório de inspeção de Celso Rila como Escola Mista Estadual de Fortaleza, indicando que fazia parte da rede de escolas estaduais. Os motivos para a mudança não foram identificados, apenas que também o professor particular Rodolfo Uhlmann tinha sido

¹⁶⁵ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de abril de 1934*. Blumenau. 2 mai. 1934. p. 3.

¹⁶⁶ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de julho de 1936*. Blumenau. 15 ago. 1936.

substituído pela professora provisória Clementina Werner, aspecto que foi ressaltado nos registros do inspetor¹⁶⁷.

No campo de observações que não era de acesso da professora, Celso Rila registrou que “D. Clementina é fraca. Tem pouco preparo e custa a melhorar. [...] Assim mesmo, prestou seus bons serviços à nacionalização [ensinando] a nossa língua às crianças. Não fala o alemão”. Ao considerar a professora “fraca”, referiu-se sobre o seu trabalho pedagógico que não foi considerado satisfatório, contudo, reconheceu suas contribuições para o projeto nacionalizador, que foram consideradas muito mais eficazes do que o desempenho do professor particular Rodolfo Uhlmann, validando que não se comunicar em língua alemã foi considerada uma estratégia primordial para nacionalizar as escolas em zonas de colonização. Isso significava que ensinar a língua portuguesa não bastava, conforme havia sido defendido nos anos anteriores por diferentes grupos. O enfoque vai ser direcionado para banir a língua alemã e suas referências culturais não apenas no tempo e espaço da escola, mas também ampliar o alcance dessa escola junto à comunidade, atravessando a esfera privada com propósitos pedagógicos direcionados para nacionalizar as crianças e aqueles ao seu entorno.

Assim como tantos outros professores alemães natos e descendentes, Rodolfo Uhlmann deixou a função de professor, pelos menos durante o tempo da nacionalização promovida no período da ditadura do Estado Novo entre 1937 e 1945, o que não impedia que ocupasse o cargo em alguma outra escola que ainda permanecia particular, apesar das exigências que foram intensificadas pelo governo do Estado com o Decreto-Lei n. 88 de 31 de março de 1938. Segundo Cristiani Bereta da Silva (2014, p. 24), uma legislação que “abre nova fase, dessa vez mais agressiva se comparada com a anterior”, referindo-se à nacionalização implementada na década de 1910. O governo de Getúlio Vargas investiu na construção da ideia de que era preciso educar as novas gerações que precisavam crescer com o “espírito nacional” reconhecendo a escola como a instituição de sustentação desse processo, o que ficou muito evidente em Santa Catarina. Associado aos propósitos e encaminhamentos das principais políticas públicas direcionadas à educação, fundamentadas pela Reforma Francisco Campos de 1931 e Reforma Capanema de 1942, os Estados agiram sobre suas demandas, o que no caso de Santa Catarina, envolviam intensamente as questões étnicas, com destaque para o interesse de grupos sociais em conservar as manifestações culturais alemãs. Com uma abordagem geracional, as crianças foram consideradas como público ideal para aprender a valorizar o Brasil e por meio do ensino

¹⁶⁷ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro de 1941*. Termo de Visita 31 out. 1941. Blumenau. 1941.

da história, com a ritualização dos símbolos e cerimônias patrióticas na cultura escolar, o esperado espírito nacional deveria ser forjado (Silva, 2014, p. 33).

Esses princípios nacionalizadores ficaram ainda mais evidentes em Blumenau com a implementação do Estado Novo, que possibilitou a efetivação de mecanismos legais e burocráticos ainda mais robustos, além de práticas coercitivas, ambos interessados na imposição das demandas nacionais, dificultando negociações que antes foram viabilizadas. Nesse processo, o Estado assumiu maior protagonismo na vida social e o governo federal, por meio de sua estrutura política, habilitou de forma articulada que os governos estaduais interferissem cada vez mais nas instâncias municipais, o que teve profundos efeitos na escolarização de Blumenau, inclusive com maior controle de fiscalização manifestado com a criação em 18 de junho de 1938, da Inspetoria Geral de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, instaurada pelo governo de Santa Catarina a partir do Decreto-Lei n. 124, por muitos anos comandada pelo inspetor João dos Santos Areão.

Entre o Golpe de 1930 e o início da ditadura em 1937, ou seja, durante o período do governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e a fase constitucional (1934-1937), Blumenau precisou lidar com mudanças profundas e, por vezes, repentinas, a começar pelas trocas frequentes no Executivo, sendo designado um total de seis prefeitos provisórios, alguns que atuaram mais tempo do que outros. Essas e outras determinações do governo do Estado não ficaram sem críticas do grupo político local, que frequentemente manifestava suas próprias leituras dessas práticas intervencionistas, que eram comunicadas também em divulgações jornalísticas e anunciavam visões de futuro amparadas no passado de Blumenau. Nesse sentido, o jornal *Cidade de Blumenau* publicou o texto em 25 de novembro de 1933 intitulado “Alerta Blumenau!” como parte da campanha que estava em andamento para eleger os representantes de Santa Catarina que iriam compor a Assembleia Constituinte. Referia-se aos interesses do PLC, que avançavam contra Blumenau sendo necessário se defender votando na legenda “Por Santa Catarina”, decisão que era apontada como “o mesmo que gritar ao valoroso povo de Blumenau que seu glorioso passado de independência e civismo está sendo surdamente ameaçado”¹⁶⁸, considerando a política de nacionalização. Ao considerar que havia uma surdez conduzindo um silenciamento perante as intervenções do Estado que afetavam a sociedade de Blumenau, o tradicional grupo político republicano desejava não apenas uma reação da população nas urnas, mas anunciar uma espécie de apelo para estimular formas de resistências as determinações que atravessavam cada vez mais a vida social.

¹⁶⁸ BLUMENAU Alerta! *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 19, 25 nov. 1933. Blumenau. p. 1.

Também deixaram público por meio da divulgação de alguns artigos do Código Eleitoral, publicados na notícia com o título “O voto é livre e secreto”, novamente no jornal *Cidade de Blumenau* em 30 de novembro de 1933, que “ninguém, autoridade alguma ou funcionário público poderá exercer pressão sobre o eleitorado”, citando diferentes cargos das três instâncias públicas (federal, estadual e municipal), incluindo o professor como alguém que teria autoridade para influenciar a população¹⁶⁹. Desta forma, percebe-se que havia uma preocupação sobre a formação da estrutura da administração pública que estava em andamento em Blumenau, naquele momento considerada desfavorável aos atores políticos que tentavam se manter na cena pública.

Depois da promulgação da Constituição de 1934, as eleições diretas para os governos municipais transcorreram em 1935, com a vitória de Alberto Stein, político chefe do Partido Integralista, o que atraiu maior atenção do governo do Estado para Blumenau. Seu mandato foi interrompido devido ao golpe do Estado Novo, que entre outras determinações, aboliu a organização partidária. Em janeiro de 1938, José Ferreira da Silva foi escolhido por Nereu Ramos, interventor estadual, como novo prefeito, ou melhor, interventor municipal, seguido de outros dois nomes até o final de 1945, término do Estado Novo, respectivamente Arthur Rabe e Alfredo Campos.

Apesar dos três interventores municipais não terem diretamente vínculos étnicos com as famílias de origem alemã que dominaram por anos a política e a economia de Blumenau, não eram desconhecidos na cena pública, com maior destaque para José Ferreira da Silva (1938-1941) e Afonso Rabe (1941-1944). Ao questionar as motivações para essas trocas Méri Frotscher (2007, p. 165) considerou que “talvez fosse uma forma de o governo estadual evitar o fortalecimento dos prefeitos e o encastelamento de novas máquinas políticas com pretensões de autonomia”. Acrescento que mesmo com o aumento da autoridade do governo estadual, ainda era preciso lidar com as insatisfações e desgastes que essas escolhas acarretavam as relações políticas, também em âmbito local. Na publicação do jornal *Cidade de Blumenau* em 18 de agosto de 1934, esse ambiente de tensões nos bastidores políticos foi evidenciado, poucos dias antes da nomeação de João Gomes da Nóbrega como o quinto prefeito provisório. O texto apresentava uma crítica sarcástica ao PLC que comandava o governo estadual, ponderando que era previsível a indicação de Nóbrega para a função administrativa, uma vez que era delicada “a realidade da situação do Partido Liberal dentro de Blumenau. Que outro nome encontraria o sr. Aristiliano Ramos para a prefeitura de Blumenau?” Perante essas disputas políticas, foi

¹⁶⁹ O VOTO é livre e secreto. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 21, 30 nov. 1933. Blumenau, p. 01.

afirmado que outras pessoas foram procuradas, mas “fracassaram as comoventes tentativas do sr. Aristiliano Ramos para que um Republicano aceitasse as rédeas da nossa prefeitura, com a condição de trair o seu partido e o pensamento blumenauense”¹⁷⁰, novamente a acusação de traição foi mobilizada, o que já tinha sido expresso por esse grupo político contra os integralistas de Blumenau. Nas relações políticas locais, os sujeitos que aceitaram a indicação do governo do Estado para administrar o município, antes e depois da função de interventor, precisaram se afirmar perante o grupo político tradicional, constituindo outras redes de sociabilidade como moradores de Blumenau, enfrentando um clima de desconfianças e animosidades.

O que essa pesquisa afirma é que a escolarização de Blumenau significou uma dimensão do fazer político fundamental para o governo do Estado implementar estratégias para desestruturar as redes de sociabilidades das lideranças políticas locais, fissurando as relações comunitárias que antes tinham as escolas particulares para assegurar a expressão dos elementos em comum que eram articuladores da comunidade imaginada, as manifestações étnicas alemãs. Portanto, fazia parte do projeto político que tinha interesses em submeter o poder público municipal atrelado as demandas do governo estadual, que não deixava também de atuar como propagador dos interesses federais. Uma rede de ensino municipal cada vez mais ampla significava que a própria administração de Blumenau havia se aproximado das Associações Escolares ou mesmo de moradores organizados sem representação associativa, para negociar a presença de uma escola pública em diversas localidades, conduzindo os mecanismos de intervenção estatal nas relações comunitárias. Isso não assegurava uma garantia absoluta de que fronteiras fossem borradas pelos vínculos étnicos, escapando dos procedimentos de fiscalização, mas deixando rastros, reconhecidos por uma investigação construída pelo entrelaçamento de diferentes fontes históricas. Assim como Carlo Ginzburg (2007), entendi que era preciso rastrear um movimento dialógico, ou seja, que encontra nas palavras de um, a presença ou a ausência do outro, por vezes de forma intencional, provocando indagações que formulavam perguntas. Como essas vozes se esbarram? De que forma negociam o momento de falar, mas também silenciar?

Entre as várias formas e demandas para as negociações envolvendo os poderes estatais e as comunidades escolares estavam as necessidades materiais das escolas atribuídas ao poder público, aspecto que muitas vezes foi alvo de críticas registradas nos relatórios dos inspetores. Foi o caso da Escola Mista Municipal Ribeirão do Souto, criada em 11 de novembro de 1933 pelo Decreto n. 28, na localidade com o mesmo nome, que recebeu a inspeção de Celso Rila,

¹⁷⁰ O SR. NÓBREGA, prefeito de Blumenau? *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 89, 18 ago. 1934. Blumenau. p.01.

inspetor estadual e municipal, em 31 de julho de 1936, após ser chamado com insistência pelos moradores. O assunto consistia no expressivo número de matrículas, apesar da escola já ser desdobrada, ou seja, funcionar em dois turnos, somando 130 alunos. Confirmada a situação de superlotação, ficou acertado que o governo municipal atuaria para transformar essa escola pública em masculina, além da criação de uma outra escola para as meninas. O relatório ainda destacou que em área próxima existia uma escola particular com matrícula superior a 40 alunos, demonstrando como seria pertinente para toda aquela comunidade a criação de um Grupo Escolar Municipal, ideia que interessava a administração do município e os próprios moradores. Para que fosse viabilizada as intenções, a população iria “reunir-se a fim de combinar a construção do prédio, que será doado à Municipalidade”¹⁷¹, iniciativa que poderia invalidar a continuidade da escola particular da localidade.

Esse projeto de futuro passado não foi concretizado da forma idealizada e maiores explicações para o insucesso não foram identificadas, apenas que naquela localidade não existiu um Grupo Escolar. O indício é de ter funcionado uma outra escola para as meninas, pelo menos no ano de 1936¹⁷², além de seguir o funcionamento da mesma escola municipal até a emancipação do distrito de Rio do Testo, formando em 1959 o município de Pomerode. A alteração identificada foi em relação ao nome da escola, que em algum momento foi vinculado ao patrono Oswaldo Cruz, o que fez a escola ser chamada de Escola Pública Municipal Oswaldo Cruz. Já a escola particular citada pelo inspetor Rila consta em 1937 como reclassificada para escola pública municipal, também homenageando um patrono, o músico compositor Olavo Bilac. Portanto, nunca houve a junção das duas escolas conforme o propósito do inspetor, mas a escola particular não permaneceu ativa por muito tempo sendo convertida para pública.

Não é inviável ponderar que as escolas terem sido mantidas separadamente, pode ser atribuído as dificuldades de negociações de diferentes naturezas, por exemplo, referindo-se a escolha do lugar para a instalação do possível Grupo Escolar, o que poderia gerar conflitos perante a recusa de uma das duas escolas em deixar a área que ocupava. A própria Associação Escolar da localidade, responsável pela Escola Particular de Testo Central, conforme era conhecida, tinha origem no século XIX e, certamente, um patrimônio constituído, provavelmente, não interessando ceder ao poder público municipal, o que só veio a acontecer anos mais tarde. Também é pertinente considerar que entre essa escola particular e a escola pública municipal, pudessem existir embates, inclusive por conta do ensino da língua nacional.

¹⁷¹ RILA, *op. cit.*, 15 ago. 1936.

¹⁷² STEIN, *op. cit.*, 1936. p. 15.

O cenário manifestado em Ribeirão do Souto evidencia algumas questões que precisam ser assinaladas. Primeiro no que se refere ao funcionamento de mais de uma escola em uma mesma comunidade, especialmente, tratando-se da presença de uma escola particular e de outra pública. Nesse caso, a escola pública municipal havia sido criada sem relação direta com uma escola particular como não foi comum acontecer, característica que aparece como indício de uma prática planejada, envolvendo a abertura de escolas públicas municipais como opção para a escolarização das crianças em detrimento das escolas particulares, que negavam a nacionalização. Nesse sentido, outra questão é que ao requerer uma escola pública, os moradores ou as Associações Escolares recebiam a orientação de que deveriam ofertar o terreno e o prédio escolar, preferencialmente para serem doados ao município, solicitação comum antes do início do Estado Novo em 1937, porém, que não foi amplamente efetivada. Por último, a escolha de patronos para fazer parte da identificação da escola, característica observada em Blumenau, principalmente a partir de 1938 devido o Decreto-Lei n. 38, que determinava a obrigatoriedade do uso de nomes nacionais para os espaços e instituições públicas, sendo os nomes estrangeiros apenas aceitos perante a constatação pelos órgãos competentes, de relevância para a humanidade.

Diferente das escolas classificadas como estaduais, que não alteraram suas identificações até serem transformadas, após 1945 em Grupos Escolares, as escolas públicas municipais logo assumiram uma representação nacional, mesmo que as denominações locais, repletas de vínculos com a memória comunitária, não fossem abandonadas rapidamente, pelo contrário. Essas referências locais foram conservadas pelas décadas seguintes, até certo ponto como um recurso prático de localização geográfica, inclusive, pelos próprios agentes estatais, mas não se resumiu a isso. Considero que foram mantidas pelos habitantes das localidades também porque asseguravam um senso de pertencimento, necessário para rasurar as fronteiras impostas no tempo da nacionalização, alcançando um outro tempo que deveria ser rememorado para sustentar sua legitimidade, mesmo perante os novos moradores, que não tinham relações geracionais com aqueles espaços, mas deveriam entender o valor daquela comunidade imaginada, atrelada ao passado colonizador de Blumenau.

Conforme a relação de escolas públicas municipais no ano de 1943, apresentada no relatório administrativo do interventor municipal Arthur Rabe, todas as escolas tinham nomes de homens, a maioria deles, afirmado pela cultura histórica como heróis da pátria. Outros tinham maior relevância estadual, entre eles, alguns políticos com sobrenome de origem alemã, que em vida mantiveram relações positivadas com as esferas estadual e municipal, anteriores a política de nacionalização nas décadas de 1930 e 1940.

Em 1943, aproximadamente dez anos após as primeiras escolas classificadas como públicas municipais, 42 escolas formavam a rede de ensino municipal de Blumenau, superando a quantidade de escolas públicas estaduais, que totalizavam 34, além das escolas particulares, que estavam reduzidas a três escolas de procedência religiosa católica¹⁷³. Ao analisar o relatório administrativo referente ao ano de 1936, por ser o único acessível com informações mais detalhadas, verifica-se que eram 21 escolas públicas municipais e 17 estaduais, com um número mais expressivo de escolas particulares, um total de 35¹⁷⁴. Esses números demonstram que rapidamente a escolarização pública municipal foi adquirindo maior expressividade em Blumenau, com uma quantidade de escolas que dobrou em poucos anos, especialmente, a partir de 1938, primeiro ano de José Ferreira da Silva como interventor municipal, sendo apenas nesse ano, 11 escolas criadas, somadas as 23 já administradas pelo município¹⁷⁵, número elevado justificado pelo interventor devido ao fechamento de escolas particulares que não atendiam os critérios de nacionalização, intensificados com a instauração do Estado Novo.

Ainda no relatório administrativo sobre 1938, José Ferreira da Silva se aproximou discursivamente do interventor Nereu Ramos e destacou o compromisso de ambos com a ampliação do número de escolas públicas municipais em Blumenau, evidenciando as iniciativas de transformação, que também promoveram a redução drástica das escolas particulares. Esses resultados foram atribuídos ao amparo das leis de âmbito estadual e federal, que legitimaram a aproximação dos poderes estatais em nome não apenas da nacionalização dos “pequeninos brasileiros” que estavam à mercê de professores estrangeiros sem idoneidade, mas também para intervir na “situação de incúria em que a politicagem de anos atrás deixara o grave problema, abrindo campo vasto à infiltração de ideias, de princípios contrários aos interesses da Pátria”, acusação que era direcionada as lideranças comunitárias, incluindo membros das diretorias das Associações Escolares. Isso porque o interventor fez questão de afirmar que havia assumido a defesa do controle estatal sobre a escolarização de Blumenau, demarcando as escolas particulares como articuladoras políticas em suas comunidades, à forte influência sobre a população. As Associações Escolares foram apresentadas como mantenedoras, além de “proprietárias, também, dos terrenos e casas escolares, do material didático, etc.” e pela decisão

¹⁷³ RABE, Afonso. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau relativo ao exercício de 1943 apresentado ao Interventor Federal Dr. Nereu Ramos, pelo prefeito Afonso Rabe*. Blumenau, 1944. s.p.

¹⁷⁴ STEIN, *op. cit.*, 1936. p. 14-17. Os Relatórios administrativos referentes aos anos de 1930, 1934 e 1935 não foram localizados no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva. Os anos de 1931, 1932 e 1933 estão reunidos em um volume único.

¹⁷⁵ SILVA, José Ferreira da. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1938 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal do Estado, pelo prefeito municipal José Ferreira da Silva*. Blumenau, 1938. p. 24.

dos associados ou dos membros da diretoria, os professores eram contratados indiferente dos preceitos direcionados pelos agentes do Estado. Todas essas características eram mobilizadas pelas escolas particulares que desejavam manter a autonomia nas suas decisões governamentais, pautadas na concepção do privado como livre de interferência estatal¹⁷⁶.

O Decreto-Lei n. 88, implementado pelo governo do Estado em março de 1938, não deixou de ser elogiado por José Ferreira da Silva em seu Relatório, porque finalmente permitia as condições legais necessárias para as práticas nacionalizadoras, que provocaram as Associações Escolares a apelar “para os governos do Estado e do Município, pondo á disposição os terrenos, casas e mobiliários escolares para a substituição das suas por escolas públicas”. Os poderes estatais assumiram a “administração dos bens patrimoniais”, o que não significou que as Associações Escolares aceitaram a subordinação pacificamente, sem reclamar pelo que consideravam serem seus direitos, que tinham sido adquiridos historicamente. Para além dos valores financeiros, esse patrimônio passava a simbolizar uma espécie de herança geracional, o último vínculo com um passado colonial entendido como glorioso, pois significava as iniciativas dos pioneiros, os imigrantes alemães. Essas tensões foram explicitadas pelo interventor municipal, que referenciou as posturas de enfrentamento contra os agentes públicos que atuavam na fiscalização das comunidades escolares, onde os membros diretores e até “mesmo simples sócios, se julgam sempre no direito de interferência, por esta ou aquela forma, por este ou aquele motivo, nos negócios que dizem respeito a ordem e ao funcionamento das escolas respectivas”. Seu posicionamento para acabar com essas posturas era que os “poderes públicos tratem de adquirir, por compra ou por desapropriação, os prédios escolares ainda de propriedade dessas Comunidades”, não deixando de destacar que era uma atitude que ele já vinha buscando colocar em prática durante aquele ano de governo.

Entre aquilo que considerou suas conquistas, apresentadas como alinhadas com as demandas da nacionalização promovida pelo governo do Estado, José Ferreira da Silva referenciou que tinha formulado para o “Departamento de Administração Municipal um pedido de autorização para a aquisição dos bens imóveis da comunidade Escolar de Garcia-Alto, e estou em entendimentos com outras para a compra de seus bens”¹⁷⁷. Essa necessidade de autorização, também demonstra o controle que o governo estadual buscava exercer sobre o município, inclusive amparado por lei, pelo artigo 25 do Decreto-Lei nº 88 de 1938, que proibia qualquer forma de subvenção para escolas particulares que não estivessem alinhadas aos trâmites legais do Departamento de Educação e da Secretaria do Interior e Justiça. Em outras

¹⁷⁶ *Ibid.*, p. 25.

¹⁷⁷ *Ibid.*, p. 26.

palavras, mesmo o governo do município sendo administrado por um interventor escolhido por Nereu Ramos, com base nos interesses do Estado Novo, era preciso monitorar as relações locais para que elas não fossem sobrepostas ao projeto de Nação que deveria adquirir capilaridade em todas as instâncias de poder. A situação envolvendo a Escola Particular Garcia Alto exemplifica como as relações comunitárias foram tensionadas pelo movimento de nacionalização, que não deve ser reduzido por uma chave de análise legalista, ou seja, que considera as leis como sinônimo de eficácia garantida. Em uma mesma região com várias escolas, diversos interesses estavam em circulação, articulando arranjos com base nas experiências cotidianas dos sujeitos.

Nessa região do Garcia, situada ao sul do território de Blumenau, as pesquisas que foram possíveis perante os desafios com a documentação¹⁷⁸ apontam que existiam em 1915 duas escolas particulares, uma localizada no Garcia I e a outra no Garcia Alto¹⁷⁹. Em 1934, as escolas da região foram fiscalizadas pelo inspetor Adriano Mosimann, que registrou suas visitas em quatro escolas, duas delas particulares, a do Garcia Alto e a Garcia-Specktiefe, essa última vinculada a Igreja Católica. As outras duas, foram definidas como públicas estaduais, portanto, em algum momento tinham aderido a subvenção governamental, chamadas de Alto Garcia e Baixo Garcia.

De quem partiu a iniciativa para tornar pública uma escola particular na região, não foi possível identificar, mas talvez tivesse relação com a determinação, em março de 1938, do fechamento de escolas consideradas desalinhadas com o propósito da nacionalização. Isso porque a Escola Particular Garcia Alto já havia sido denunciada pelo não cumprimento das demandas da nacionalização por parte do seu professor, Conrado Riemann. Em julho de 1934, o inspetor Adriano Mosimann fiscalizou a escola, motivado por uma acusação contra o professor, que seria um “alemão que absolutamente não conhecia o vernáculo”. Sua conclusão foi de que o professor tinha sofrido uma “calúnia” pois conhecia a língua nacional, sendo o maior problema não a “falta vontade e sim método. Trata-se de um professor muito nervoso e já um tanto desequilibrado”¹⁸⁰.

Poucos anos após a denúncia fiscalizada, a escola particular é transformada em escola pública municipal pelo Decreto-Lei n. 13, em 13 de maio de 1938, confirmando a doação dos

¹⁷⁸ Entre os desafios estão os documentos em língua alemã e as poucas traduções, apresentadas na forma de trechos acionados como “provas” das memórias narradas nas autobiografias, descrições de localidades, textos comemorativos sobre datas públicas, entre outros.

¹⁷⁹ É possível que esses termos tenham relação com o ribeirão Garcia sendo a área das nascentes considerada Alta (localização no interior do município) enquanto a área onde ele desemboca chamada de Baixo (localização próxima ao centro municipal).

¹⁸⁰ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de julho de 1934*. Blumenau. 2 ago. 1934. p. 1.

bens patrimoniais para a prefeitura em 1939, após as tratativas com a Associação Escolar. Na descrição de Ferreira da Silva “a casa da escola de Garcia Alto é de madeira. Não tem as comodidades aconselhadas, mas vai servindo bem. O terreno mede 32.808 m² e há nele, também, uma pequena casa de moradia para o professor”¹⁸¹. Acompanhado desse relato, a escola foi vinculada a uma outra identificação sendo chamada de escola “Pedro II”¹⁸².

Esse nome escolhido, o número do decreto-lei e a data de publicação não foram definidos aleatoriamente. Pelo contrário, estavam articulados com o um propósito de “comemorar, condignamente, a data que, hoje, transcorre do cinquentenário da abolição da escravidão no Brasil”. Essa foi a justificativa apresentada no texto da lei, que também atrelou a criação dessa escola municipal a um “apelo” da Cruzada Nacional de Educação (CNE), que foi prontamente atendido pela prefeitura de Blumenau¹⁸³. A denominação de Escola Pública Municipal Pedro II, que permanece na atualidade, acompanhava o pensamento excludente da época que entendia o fim da escravidão como uma benfeitoria da família imperial e não resultado das lutas da população negra escravizada e liberta.

Não é possível dizer de quem foi a autoria da decisão pela escolha do nome do segundo imperador do Brasil como homenageado, mas de qualquer forma dialogava com o propósito nacionalizador implementado em Blumenau e que também fazia parte dos objetivos da Campanha Nacional de Educação, que foi implementada em 15 de agosto de 1932 pelo decreto n. 21.731, e visava o combate ao analfabetismo, considerado um grande problema nacional, de consequências sociais e políticas. De forma prática, a campanha organizava eventos educativos com o propósito de arrecadar recursos para financiar a criação de escolas públicas por todo território nacional. Anualmente, eram elaborados planos que conduziam os trabalhos e envolviam vários setores do país, para instalar escolas próximas das famílias e com isso melhorar o acesso e permanência na instituição tanto para crianças quanto para adultos, o que promovia um movimento de interiorização das escolas públicas no Brasil. (Ribeiro, 2011, p. 225-226). Com o objetivo de se expandir por todo o território nacional, interessava para a Cruzada Nacional de Educação “incentivar os municípios a abrir escolas com ambiente favorável ao ensino, que despertasse na população o desejo de aprender a ler, e consequentemente combater o analfabetismo e fortalecer os ideais de nacionalidade, civilização e progresso do país”. (Ribeiro, 2011, p. 227). A presença dessa iniciativa política em Blumenau

¹⁸¹ PREFEITURA Municipal de Blumenau. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 63, 21 mai. 1938. Blumenau. p. 4.

¹⁸² SILVA, José Ferreira da. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1939 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal do Estado, pelo prefeito municipal José Ferreira da Silva*. Blumenau, 1939. p. 40.

¹⁸³ PREFEITURA, *op. cit.*, 21 mai. 1938. p. 4.

permite observar o interesse de integração do município em um movimento nacional, outra característica da política de nacionalização.

Sobre a atuação da Cruzada em Blumenau, quase nada é conhecido, sendo necessário pesquisas aprofundadas. O que observei pela análise dos poucos documentos acessados, foi a criação de mais de uma escola municipal atribuídas ao estímulo ou patrocínio da CNE, que em 1936 tinha no Estado a coordenação de Elieser dos Santos Saraiva e eram membros da Comissão Municipal, além dos sócios que mantinham por suas contribuições para as escolas, “José Ferreira da Silva, presidente; Inspetor Celso Rila, vice; D. Isolette de Gouvêa Mueller, tesoureira e secretária geral D. Ignez Veiga”, organizadores das duas primeiras escolas, uma delas de ensino primário noturno¹⁸⁴. No ano de 1936, José Ferreira da Silva também era vereador em Blumenau, sugerindo que pôde estabelecer contatos com a organização nacional da Campanha, portanto, que teriam sido retomados durante o seu mandato como interventor municipal em 1938 quando criou algumas escolas públicas municipais atreladas as iniciativas e recursos provenientes desse programa federal.

Ao promover uma análise com escala reduzida, na perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg (2007), é possível afirmar que a escolarização em Blumenau foi constituída de forma heterogênea, com a participação de diferentes instâncias de poder que se posicionaram em disputa, distintas leituras sobre a relação entre o público e o privado, perpassadas pelos ideais e práticas de nacionalização da população de origem alemã.

¹⁸⁴ STEIN, *op. cit.*, p. 15-16.

4 PROJETOS POLÍTICOS PARA BLUMENAU: ENTRE A NACIONALIZAÇÃO E A DESNACIONALIZAÇÃO

“O sujeito passa, a Coisa fica. A nação é essa Coisa que, enquanto enigma, permanece incólume.”

(Raul Antelo, 2016, p. 30)

4.1 AS ESCOLAS PÚBLICAS TENSIONADAS PELA DESNACIONALIZAÇÃO

Em 6 de janeiro de 1946, um abaixo-assinado de protesto foi encaminhado de Rio do Testo, distrito de Blumenau, ao Departamento de Educação de Florianópolis. Fazia poucos meses que as experiências e garantias das liberdades democráticas se apresentavam no Brasil após os anos ditatoriais do Estado Novo e foi tempo suficiente para encorajar dezenas de pessoas a subscrever esse documento. Quarenta e cinco moradores da comunidade de Rega, todos homens com sobrenomes de pronúncia estrangeira, porém enfáticos quanto a serem “brasileiros” protestavam contra a exoneração do professor João Ehlert¹⁸⁵ da chamada Escola Desdobrada Municipal Almirante Barroso, deferida pela prefeitura de Blumenau em 1 de fevereiro de 1943 por meio da Resolução nº 3. Os argumentos estavam relacionados aos vínculos da comunidade escolar com o professor, a quem foi atribuído o mérito com os cuidados da escola como “um lar de educação”, sendo elogiado por sua integridade moral e competência em educar as crianças, o que poderia ser atestado pelos relatórios dos inspetores. Essas justificativas serviam para reivindicar o retorno imediato do professor Ehlert para a sua função na mesma escola, o que demonstra uma sobreposição de temporalidades, em que o passado foi acionado por meio de elementos de orgulho, interessados em legitimar o presente, avaliado como traumático perante a ausência do professor. Ficava configurada uma forma de anunciar um projeto de futuro passado em que haveria novamente “janelas enfeitadas com cortinas, [pela] sala de aula inteira”, com a escola “novamente no estado de 1º de fevereiro de 1943”¹⁸⁶, considerado o último dia de trabalho do professor.

¹⁸⁵ João Ehlert nasceu em 25 de outubro de 1895 e era filho de imigrantes alemães estabelecidos na comunidade de Testo Rega a partir de 1861. Cursou o ensino primário na escola da comunidade e concluiu os estudos em 1915 na Neue Schule ou Escola Nova, ambas escolas particulares onde a língua alemã predominava. Passou a atuar como professor particular na escola da localidade do Warnow, distrito de Indaial até seu fechamento em 1917 devido as leis nacionalizadoras. Retornou para Blumenau e começou o trabalho na Escola Particular de Testo Rega. Ver: **Pomerode**: sua história, sua cultura, suas tradições. Pomerode: Fundação Cultural, v. 6, 1996. p. 12-13.

¹⁸⁶ SANTA CATARINA. Ao Departamento de Educação e Saúde. [Dispõe sobre abaixo-assinado dos moradores da localidade de Rio do Testo]. *Correspondências Expedidas 1946*. Florianópolis. 6 jan. 1946.

Era a manifestação de um desejo talvez por uma reparação, que poderia servir para reaver a experiência de um tempo, salvaguardado na memória coletiva que adquiria forma com o patrimônio escolar remanescente e por meio das lembranças da atuação do professor Ehlert. Aquele era o tempo de quando as iniciativas particulares dos moradores eram responsáveis pelo funcionamento da escola ainda isenta ou lidando com as estratégias possíveis perante os efeitos da nacionalização.

A presença do professor João Ehlert na escola é mobilizada no documento como uma espécie de fiadora da relação entre o privado e o público, sendo os três anos passados sem o professor denunciados pelos moradores como um tempo de abandono da escola, tratada com descaso, que desconsiderou o empenho da comunidade empregado na construção do prédio e na aquisição de outros bens materiais que permaneciam parte da propriedade particular. Os indicativos são de que era importante afirmar o discurso que descrédibilizava a ingerência governamental, incapaz de cuidar da escola como quando ela era amplamente controlada pela sua Associação Escolar.

O reconhecimento dessas “camadas da história”, mobilizando as palavras de Susan Buck-Morss (2018, p. 5) “não estão empilhadas em ordem”, o que torna necessário conferir inteligibilidade por meio das evidências históricas em articulação. Em busca da compreensão dessas camadas, consegui identificar que o professor Ehlert não era apenas valorizado na comunidade formada por imigrantes alemães devido aos seus cuidados com o ambiente da escola e a educação considerada idônea. Aliás, essas características positivadas, eram validadas pela relação percebida de forma simbiótica com a origem étnica de João Ehlert, um descendente de imigrantes alemães, que mesmo nascido no Brasil conservava as referências culturais dos antepassados, apesar de uma aproximação formal com determinados elementos nacionais como, por exemplo, aprender a língua portuguesa. Nesse sentido, foi aquele que mesmo durante o tempo da nacionalização entre as décadas de 1930 e 1940, havia assegurado o elo de interlocução entre a comunidade e a escola nacionalizada, o que nesse caso significava a administração ser entregue ao poder público municipal, mantendo a continuidade da Associação Escolar, ainda fortemente atrelada a Igreja Evangélica Luterana daquela localidade. Apesar de não ser o enfoque analisar a relação entre as Igrejas Luteranas e as escolas particulares, é pertinente dizer que “a própria organização comunitária contribuía para que a igreja e a escola tivessem suas atividades interligadas” (Romig; Weiduschadt, 2023, p. 8). Tratava-se do segmento religioso do qual o próprio Ehlert era membro atuante e que também funcionava como um marcador cultural de germanidade. Pela Resolução n. 42, no mesmo dia 13 de junho de

1938 o professor foi nomeado para continuar na regência da escola¹⁸⁷ que ao ser municipalizada nesse período, assim como tantas outras, foi renomeada com a escolha de um patrono que homenageava um símbolo patriótico, o militar brasileiro Almirante Barroso.

Na edição de setembro de 1942 do jornal escolar *A Roça*¹⁸⁸, produzido na Escola Municipal Almirante Barroso, o aluno Bruno Konell do 3º ano assinou o texto de homenagem pela passagem do aniversário de 47 anos do professor Ehlert. O texto destacou o apreço dos moradores pelas décadas de trabalho dedicado à escola “desde 1 de maio de 1918 como professor particular, e de 1 de julho de 1938 como professor municipal”¹⁸⁹. Ao demarcar essa diferenciação em sua trajetória entre o público/municipal e o particular, ficava demonstrada a compreensão de que apesar de continuar sendo professor na mesma escola, as condições eram distintas porque envolviam a necessidade de outras posturas mediante a nacionalização que adquiria folego com a recente declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha e seus aliados, também em setembro de 1942. Como um professor descendente de alemães, atuando em uma escola criada pela iniciativa particular, inserida em uma comunidade ancorada pelos vínculos étnicos, era importante deixar registrado o alinhamento com o projeto nacionalizador. No entanto, ainda era preciso lembrar seu compromisso de mais de vinte anos quando ainda era a Escola Particular de Rega funcionando sem as sistemáticas interferências do poder público.

O tempo de João Ehlert, aquele apontado como “professor de fato”, foi considerado ideal ao contrário do tempo em que atuaram na escola após sua exoneração em 1943, os outros professores direcionados pelo poder público. Encaminhar majoritariamente professoras que dominavam a língua portuguesa e demonstravam compromisso com a nacionalização, tudo indica foi uma estratégia, especialmente exercida pelo governo estadual. Várias professoras foram transferidas de outras áreas de Santa Catarina para trabalhar em Blumenau com o objetivo de ensinar a língua vernácula e cooperar com o propósito de nacionalização, já que se acreditava que não iriam ser influenciadas pelas interferências dos grupos étnicos locais, predominantemente de origem alemã. Inclusive, era apropriado que não soubessem falar outra língua além do português, aspecto entendido como forma de enfatizar as cobranças e as vigilâncias junto à comunidade escolar. Apesar de não especificar nomes no abaixo-assinado, os moradores “não querem saber mais de professores sem interesse, que só são professores para no fim do mês receber o ordenado, querem um professor de fato”, o que claramente era uma

¹⁸⁷ PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 42. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 71, 22 jun. 1938. Blumenau. p. 4.

¹⁸⁸ Fundado em 9 de julho de 1941 com a orientação do professor João Ehlert. Em todos os exemplares localizados até 1949, o João Ehlert é citado como professor da Escola Municipal “Almirante Barroso”.

¹⁸⁹ KONELL, Bruno. 3º ano. Aniversário do sr. professor. *A Roça*. Blumenau. set. 1942. p. 3.

crítica as professoras que substituíram Ehlert. A volta do “estimado professor” era anunciada na escrita como forma de resgatar a escola do caos, de um período em que perdeu o significado de “um lar de educação, regozijo e alegria”¹⁹⁰, atribuições conservadas pelo professor e liderança comunitária descendente de alemães por meio de articulações, possivelmente beneficiadas pelas relações políticas de João Ehlert¹⁹¹.

Ao reivindicar um passado para a escola de Rega por meio do domínio de bens materiais, além da autoridade assumida com a denúncia pública da exoneração do professor e a cobrança do seu retorno, aquele abaixo-assinado emitiu sinais da participação efetiva da comunidade para a existência da escola, inclusive como guardião de memórias que poderiam anunciar outras narrativas. Foi preciso avançar em busca da leitura daquilo que estava rasurado, mas que ainda preservava marcas que emitiam sentidos, uma investigação dos “resíduos”, conforme concebe Carlo Ginzburg (1989), escavando o que restou e não está dado na superfície, interessada em identificar aspectos da trajetória escolar. Entre eles, a longevidade da origem da escola, fundada pela iniciativa particular de um conjunto de moradores organizados de forma associativista a partir de 10 de maio de 1886 (Guenther; Liesenberg, 2002, p. 234), além da mudança de categoria da escola ao ser reclassificada como pública municipal, uma medida oficializada pelo prefeito interventor José Ferreira da Silva, em 13 de junho de 1938, pelo Decreto Lei n. 19. Nele ficou registrado que era do interesse da diretoria da Associação Escolar Rega que “propôs a Prefeitura Municipal a transformação da escola particular da Comunidade em escola pública municipal, cedendo para ‘isso casa e mobiliário’”¹⁹², evidenciando que o patrimônio continuava sendo privado.

A decisão pela aproximação da comunidade escolar junto ao governo municipal nesse ano de 1938, certamente tem relação com a implementação pelo governo do Estado em 31 de março do Decreto Lei n. 88, que tornou mais rígida e efetiva as ações para nacionalizar, conforme analisou Cristiani Bereta da Silva (2014, p. 24). Uma legislação produzida para as demandas regionais, entretanto, amparada pela concepção repressiva da nova Constituição de Getúlio Vargas, instituída em novembro de 1937, aparecia como uma espécie de garantia para os procedimentos dos agentes estatais em Blumenau, faltando apenas o respaldo militar que viria no ano seguinte com a instalação de um Batalhão do Exército. Isso não significa que a

¹⁹⁰ SANTA CATARINA, *op. cit.*, 6 jan. 1946.

¹⁹¹ As pesquisas permitiram constatar que trabalharam na escola durante os anos de afastamento do professor João Ehlert, duas professoras e um professor respectivamente: Hormínia Tolentino, Minelvina Cunha e Félix Bretzki.

¹⁹² PREFEITURA Municipal de Blumenau. Decreto Lei n. 19. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 71, 22 jun. 1938. Blumenau. p. 4.

prescrição legal foi aplicada na sua integralidade ou que não tenha existido iniciativas de contornar, rechaçar e até mesmo evitar determinadas práticas. A própria manutenção da propriedade patrimonial sob o controle dessa e de outras Associações Escolares, que escolheram não entregar por completo os bens para domínio público, não deixou de ser uma estratégia da população de origem alemã de Blumenau para lidar com a nacionalização e se manter próxima da educação escolar das crianças, questão que ocasionou diversas tensões explicitadas em diferentes documentos oficiais. Ainda é pertinente ponderar que pode ter sido do interesse da Associação Escolar de Rega e do próprio João Ehlert estabelecer deliberadamente uma aproximação com o poder municipal e não estadual, talvez motivada por relações de cunho político e social, avaliadas como mais vantajosas para os arranjos comunitários. Conforme observado no segundo capítulo, os indicativos são de que uma escola atrelada ao poder público estadual estaria sujeita a uma forma mais rigorosa de intervenção fiscalizadora.

Essa posição de autoridade do professor Ehlert na comunidade de Rega também possibilitou que seu prestígio alcançasse outras esferas no município, que incluiu o mandato como vereador eleito em 1936¹⁹³ pela Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento fortalecido como partido político, do qual o professor João Ehlert tinha sido membro, juntamente com José Ferreira da Silva, ambos depostos com o golpe do Estado Novo de 1937. Por ora cabe dizer que nessa eleição o integralismo passou a protagonizar a cena política local, elegendo a maioria dos vereadores e Alberto Stein como prefeito, o que impactou negativamente a influência predominante do PRC em âmbito local e contribuiu para que o PLC, detentor do domínio sobre a política do Estado, não ascendesse entre as lideranças de Blumenau e regiões próximas pela via eleitoral (Falcão, 2000). Com a presença de um ex-integralista a frente da interventoria municipal, cargo que José Ferreira da Silva ocupou entre 1938 e 1941, é possível pensar que João Ehlert tenha conseguido preservar alguns arranjos que permitiram menor impacto das medidas nacionalizadoras no funcionamento da escola e na sua própria atuação. As condições foram alteradas com as mudanças políticas que retiraram o interventor José Ferreira da Silva da prefeitura, função ocupada na sequência por Arthur Rabe, mantido como interventor a partir da segunda metade do ano de 1941 até o início de 1944, ao que tudo indica, sem vínculos pregressos com o integralismo. Entre um prefeito e outro, João Ehlert foi exonerado em 1943 devido a algum problema envolvendo o descumprimento dos critérios de nacionalização.

¹⁹³ CANDIDATOS da Ação Integralista Brasileira. Município de Blumenau. *Blumenauer Zeitung*, ano 55, n. 17, 11 fev. 1936. Fundo Integralismo - Política, Integralismo, Publicações (11.6.2). Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung*, 1934-1937. Blumenau. s.p.

Apesar de não conhecer com detalhes as circunstâncias do seu afastamento, memória que foi silenciada pelos moradores no abaixo-assinado, possivelmente porque remetia a experiências capazes de atrapalhar a tentativa para seu retorno, é válido considerar que como descendente de alemães envolvido com atividades de preservação da cultura germânica, que incluíam a função de professor particular em um formato de escola reconhecida por muitos como alemã e, tendo sido vereador integralista, sua rede de sociabilidade e alianças políticas não eram desconhecidas. Além disso, conforme destacou Roseli Zimmer (1997, p. 38) no distrito de Rio do Testo, majoritariamente constituído por grupos de origem alemã, o integralismo assumiu forte popularidade, portanto, foi uma localidade que não passou despercebida da atenção dos agentes do Estado.

Maiores informações sobre a sua exoneração apenas foram identificadas pelo ofício de 3 de abril 1946, emitido por Rodolfo Gerlach, novo inspetor escolar da 2ª Circunscrição sediada em Blumenau, onde esclareceu questionamentos do Departamento de Educação sobre o caso do professor Ehlert. O inspetor transcreveu a resposta do prefeito provisório Germano Beduschi que brevemente registrou o número da resolução que havia autorizado a exoneração, sem conferir nenhum detalhe. Aparentemente não satisfeito, o inspetor Gerlach comunicou que aproveitou o encontro com o Inspetor Geral do Ensino, Luiz Sanches Bezerra da Trindade, para conversar sobre a questão, identificando que o afastamento de João Ehlert foi justificado por manifestações de “sentimentos anti-nacionalistas” observados antes e depois das leis de nacionalização. Junto ao ofício, foi anexado um parecer do próprio inspetor geral, inclusive recomendando que o professor “continue afastado do magistério”¹⁹⁴, o que não se confirmou provavelmente por arranjos político partidários.

Não é possível descartar que os desdobramentos provocados por esse parecer para a continuidade do afastamento também podem ter relação com a decisão de recorrer à justiça, mencionada de forma breve no livro de crônica sobre a Igreja Evangélica Luterana (2002, p. 176). A narrativa afirmou que o professor foi injustiçado, pois havia realizado o exame para comprovar proficiência na língua portuguesa, aspecto ignorado pelos poderes públicos na época da exoneração. Com esse argumento, a Associação Escolar, que continuava em atividade no ano de 1946 teria reivindicado judicialmente o retorno do professor, além de apelar por apoios políticos, o que de uma forma ou outra gerou resultados. O professor João Ehlert, dispensado “sem justa causa, nos termos da legislação vigente. Foi renomeado e designado para a mesma escola, onde permaneceu ativo até o ano de 1956, quando ele se decidiu pela aposentadoria”.

¹⁹⁴ SANTA CATARINA. Ofício n. 13. [Dispõe sobre pedido de informações referente a exoneração de João Ehlert]. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 3 abr. 1946.

Como uma expressão dessas articulações políticas, é pertinente evidenciar o envolvimento de João Ehlert com os arranjos partidários após o término do Estado Novo quando os grupos políticos precisaram se reposicionar na cena pública. De acordo com a publicação de 12 de janeiro de 1947 no jornal *Correio do Povo*, de Jaraguá do Sul, o professor Ehlert foi reconduzido “ao cargo que antes ocupara, com o propósito de nele se servirem para fins políticos, na atual campanha”, referindo-se à eleição para o governo de Santa Catarina. A notícia acusava os políticos locais do Partido Social Democrático (PSD), que após a maioria dos votos no distrito de Rio do Testo terem sido no final de 1945 para Eduardo Gomes, candidato à Presidência da República pela União Democrática Nacional (UDN), estariam tentando evitar uma nova vitória da UDN naquele distrito de Blumenau. As críticas noticiadas, que na chave de leitura das camadas do tempo possuem muitas sobreposições, atribuíram ao professor Ehlert o passado como quinta-coluna, o presente como pessebista e, o futuro como comunista, na tentativa de desacreditar o PSD como opção eleitoral com seu candidato ao governo do Estado, Aderbal Ramos da Silva, outro membro da família Ramos. O texto jornalístico sugere que João Ehlert estava interessado em pressionar a comunidade escolar, onde voltou a trabalhar por intermédio de políticos do PSD, acusando o professor “de se negar a lecionar doutrina religiosa (pois também recebe da Comunidade Evangélica para esse fim) às crianças cujo os pais compareceram no comício do Sr. Irineu Bornhausen”, candidato ao governo do Estado. Por essa atitude, foi apontado no término da notícia como alguém que poderia ter interesse em contribuir com o “comunismo, pois evitar a formação cristã do cidadão de amanhã, não deixa de ser um passo nesse sentido”. Interessante observar que a publicação iniciou destacando João Ehlert como quinta-coluna “e, como tal, afastado das funções de professor durante o estado de guerra”¹⁹⁵, o que trouxe novamente a tona o afastamento do professor.

Seu retorno oficial para a Escola Municipal “Almirante Barroso” foi autorizado em portaria de 2 de julho de 1946, pelo prefeito em caráter provisório Germano Beduschi do PSD¹⁹⁶. Se o cargo foi assumido imediatamente não é possível dizer, mas com certeza em junho de 1947 João Ehlert já estava atuando nessa escola quando foi referenciado no jornal escolar *A Roça*. Os jornais escolares eram reproduzidos em mais de um exemplar sendo necessário o envio de cada edição para o Departamento de Educação, o que possibilita pensar que pode ter sido considerado um instrumento político apropriado para demarcar ideias conciliatórias

¹⁹⁵ A PEDIDO. As façanhas de um professor municipal em Rio do Testo. Negada assistência religiosa as crianças cujos pais compareceram ao comício do sr. Irineu Bornhausen. *Correio do Povo*, ano XXVIII, n. 1.408. Jaraguá do Sul. 12 jan. 1947. p. 1.

¹⁹⁶ PREFEITURA Municipal de Blumenau. Portaria de 2 jul. 1946. *A Nação*, ano IV, n. 718. 25 jul. 1946. p. 2.

perante o Estado. No mesmo jornal, na edição de julho de 1947, o aluno do 3º ano Wiegandt Wendorf, escreveu uma coluna sobre a reunião da Liga Pró-Língua Nacional, uma das associações auxiliares da escola¹⁹⁷, fundada nessa escola em 1941. Ao se referir a comunidade escolar, destacou que “quase todos os moradores são de origem alemã” e admitiu que falar o português era uma dificuldade para os pais das crianças, mas não para elas, que sabiam falar “porque aprendemos na escola”. O aluno também evidenciou os dizeres do professor que afirmava sobre a importância dos “moradores do Brasil [saberem] falar bem a Língua Nacional” e do seu compromisso na orientação das crianças para que falassem sempre o português no recreio e na rua, aprimoramento necessário para serem “cidadãos dignos da Pátria!”¹⁹⁸

Esse texto apresentou um professor que logo após ter retornado para as funções escolares, estaria em alinhamento com os propósitos nacionalizadores, aparentemente interessado em contribuir com as mudanças na comunidade. No entanto, no ano seguinte, o novo inspetor escolar Alírio Luiz de Almeida apresentou como proposta que João Ehlert fosse censurado em Portaria¹⁹⁹, justificando que a fiscalização de 13 de maio de 1948 na Escola Municipal “Almirante Barroso” concluiu que sua condição era “sofrível”. No Termo de Visita o inspetor destacou entre várias recomendações que o professor Ehlert deveria demonstrar ser um “elemento de confiança na campanha de nacionalização”. Foi uma maneira sutil de notificar suas desconfianças para o professor, que assinou essa parte do registro da inspeção. De forma explícita, João Ehlert foi formalmente acusado no verso desse documento preenchido apenas pelo inspetor, por ser um “elemento suspeito, altivo, atrevido” devido a sua falta de compromisso com a nacionalização pois, “fala alemão em toda a parte”. Foi avaliado como tendo um comportamento “quase nocivo”, além de ser acusado “de pouco trabalhar [...] não merece confiança, pois não cumpre seus deveres”. Essa demonstração de tamanho incômodo certamente teve relação também com os desdobramentos dessa visita do inspetor estadual, já que o professor parece ter reagido contra as críticas de ser “arrogante, fingido, não aceitou minhas recomendações e dirigiu-se ao Snr Prefeito com uma justificação, cujos termos bem evidenciam as qualidades do autor”²⁰⁰.

¹⁹⁷ As associações auxiliares foram instituídas pelo Departamento de Educação nas escolas de Santa Catarina durante a década de 1940. Entre essas associações estavam: Clube Agrícola, Biblioteca Escolar, Pelotão da Saúde, Liga da Bondade, Jornal Escolar, Liga Pró-Língua Nacional. No caso dessa última, sua função era promover a nacionalização por meio da língua portuguesa e dos estudos da história e geografia do Brasil.

¹⁹⁸ WENDORF, Wiegandt. 3º ano. Pró-Língua Nacional, fundada em 5-8-1941. *A Roça*. Blumenau. jul. 1947. p. 1.

¹⁹⁹ ALMEIDA, Alírio Luiz de. Departamento de Educação. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1948*. Blumenau. 10 jun. 1948. s.p.

²⁰⁰ *Ibid.*, Termo de Visita. 13 mai. 1948.

A forma como o inspetor Alírio Luiz de Almeida soube da reação do professor Ehlert não foi identificada, mas demarca uma prática que pôde ser verificada em outras situações envolvendo as relações entre os poderes públicos municipais e estaduais, o que anuncia outros tipos de tensões no jogo político institucional, agora interseccionado pelos arranjos partidários, em um tempo de experiências democráticas. Apesar de ter sido recente o término do Estado Novo, os grupos políticos locais já estavam em busca de rearticulação tanto no que diz respeito a ocupação do governo municipal quanto em relação as forças políticas que seriam posicionadas no poder no Estado com a saída do interventor Nereu Ramos e como consequência os interventores municipais. Os políticos da UDN assumiram uma frente de oposição ao grupo que herdou o governo do Estado, onde predominou a influência do PSD, sendo essas disputas capilarizadas também no sistema escolar, com diferentes formas de articulações que tentavam reposicionar sujeitos anteriormente deslocados das suas funções devido as questões étnicas. A ingerência de um agente do governo estadual em uma escola municipalizada passava a ser questionada publicamente, inclusive porque se tratava de críticas vinculadas as ações nacionalizadoras, mantida como um propósito da fiscalização nas inspeções do Estado pelo menos até o final da década de 1940. Como resultado de todas essas movimentações que duraram dez anos desde a nacionalização da escola em 1938, a exoneração do professor Ehlert em 1943, a mobilização popular para seu retorno em 1946, a sua presença novamente como regente da escola em 1947 e a fiscalização que censurou e provocou a reação do professor para reclamar do inspetor estadual em 1948, é viável afirmar que os entraves políticos aprofundados ou produzidos pela política de nacionalização em Blumenau não foram encerrados em 1945. Desta forma, a política de nacionalização passou a ser afrontada com maior ou menor intensidade desde os últimos momentos do governo de Getúlio Vargas, invalidando as afirmativas generalistas que ainda circulam na memória histórica e também na historiografia local e regional, que os anos após 1945 formam de silenciamentos e posturas receosas atribuídas as experiências traumáticas. Certamente, havia aqueles que preferiram o silêncio perante os impactos dos anos anteriores, perspectiva que não é possível estender para toda a população.

A articulação das evidências históricas demonstra que foi atuante em Blumenau um movimento interessado em retomar características do passado atrelado as referências étnicas alemãs, manifestadas por longos anos para manter a comunidade imaginada, anterior aos impactos das ações nacionalizadoras que comprometeram as relações sociais e políticas, por décadas estabilizadas com base nas tradições ancoradas no tempo da colonização. O quanto esse movimento foi deliberadamente planejado não é possível dizer, porém, certamente não foi uma geração espontânea e nem operou em um vácuo político. Significa dizer que desde os

últimos momentos do Estado Novo, havia um cenário forjado pelos apelos democráticos que alardeavam as ideias de liberdades sufocadas pela censura da ditadura varguista, instrumentalizada em Santa Catarina por Nereu Ramos e seu grupo político, organizados principalmente no PSD, que passaram a ser acusados, de forma mais ou menos explícita, de algozes dos blumenauenses.

No campo da educação escolar, esse movimento de retomada do passado, identificado, aqui, como de desnacionalização, foi expressivo e buscava de variadas formas desfazer procedimentos efetivados com propósitos nacionalizadores, incluindo a escolha de novas/velhas denominações para escolas. Foi o caso do retorno ao trabalho de professores descendentes de alemães como João Ehlert e também Curt Brandes, no passado exonerados e preteridos, no presente valorizados publicamente.

Na reivindicação de Curt Brandes, os arranjos políticos para retomar sua posição anterior como professor do governo estadual, após o impacto de uma determinação provocada pela política de nacionalização, puderam ser identificados na resposta do inspetor estadual Rodolfo Gerlach, em 20 de setembro de 1946, sobre o questionamento do Departamento de Educação referente a remoção solicitada pelo professor Curt Brandes. Seu pedido era para retornar a Escola Mista Estadual de Testo Central Alto, deixando o cargo na Escola Mista Estadual de Itoupava Rega Central. Sobre os motivos de ter deixado a primeira escola, o inspetor não tinha informações, mas concluía “não haver inconveniente em atender à solicitação contida na ata da reunião do Diretório Municipal do Partido Social Democrático, realizada nesta cidade no dia 31 de julho do corrente ano”, conforme a cópia da ata, enviada junto ao ofício do departamento para a inspetoria²⁰¹. Na documentação institucional do professor Brandes, em 11 de setembro de 1946²⁰² tinha recebido autorização para trocar de escola do governo provisório do Estado, sob comando de Udo Deeke do PSD, portanto, poucos dias antes da correspondência do inspetor. Esse acerto político não deixou de ocasionar desconfortos, que levaram a ser questionada decisão pelo retorno do professor, possivelmente, por opositores políticos.

A conjuntura política desencadeada com a deposição de Getúlio Vargas em outubro de 1945 possibilitou a reconfiguração dos vínculos partidários, apesar das mudanças no ordenamento dos novos partidos que em muitos aspectos mantiveram velhas articulações. Compartilho com Angela de Castro Gomes (2013, p. 27) o entendimento de que o período entre

²⁰¹ SANTA CATARINA. Ofício n. 10.333. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. [Dispõe sobre informações referente ao pedido de remoção de Curt Brandes]. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 20 set. 1946. s.p.

²⁰² SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Curt Brandes. Livro n. 5, fl. 148v.

1930 e 1964 pode ser pensado “através de linhas de continuidade e de descontinuidade, desnaturalizando os eventos revolucionários que foram proclamados – não por acaso por quem os promoveu”, afirmados como rupturas fundamentais para o que seria os novos rumos do Brasil. Os novos partidos surgiam com muitos dos velhos atores políticos, assumindo posições perante demandas atualizadas, mas também outras remanescentes, como as questões envolvendo o federalismo no que diz respeito ao grau de autonomia dos poderes estaduais e municipais em relação ao Estado nacional. Os principais partidos formados nesse momento, considerando o alcance da representatividade, foram a UDN, o PSD e o ainda não referenciado PTB, que precisaram organizar suas bases eleitorais em âmbito municipal e estadual, não sem ter que lidar com os alinhamentos estabelecidos nos anos anteriores, relacionados a uma conjuntura política que promoveu a experiência de uma ditadura. Os indicativos são de que Curt Brandes, assim como o próprio João Ehlert, integrava o PSD ou tinha alguma forma de proximidade com o partido liderado por Nereu Ramos, chefe político que assumiu protagonismo nacional após a queda de Vargas. Tinha sido diretamente responsável por conduzir a política de nacionalização em Santa Catarina, inclusive por meio de ações que impactaram a escolarização em Blumenau e, portanto, alcançaram também o professor Brandes. As experiências no tempo da nacionalização não impediram que esses sujeitos (professor e interventor) estivessem reunidos pela mesma legenda partidária e interessados em se reposicionar no período democrático, mobilizando estratégias pertinentes naquele tempo, com outros contornos políticos.

As práticas de inspeção escolar não foram unânimes na forma de lidar com os professores e as comunidades em que as escolas estavam inseridas, mesmo com a formulação de procedimentos padronizados por meio dos documentos e outras abordagens institucionalizadas. Cada inspetor no seu tempo de atuação desenvolveu seus mecanismos de interlocução com os sujeitos atrelados as configurações sociais e políticas vigentes, que se apresentavam no processo de inspeção com ou sem regularidade. Assim, os cinco inspetores escolares estaduais e um inspetor federal, que atuaram em Blumenau e estabeleceram contatos com o professor Brandes ao longo de sua trajetória nas décadas de 1930 e 1940, emitiram suas impressões considerando a forma de operar os propósitos da política de nacionalização em cada momento, mas também a partir de seus próprios projetos pessoais e articulações tecidas para o trânsito necessário junto ao cotidiano das comunidades fiscalizadas.

A trajetória de Curt Brandes na Escola Mista de Pommeroda (conhecida também por Pommeroda II) e mais tarde chamada de Escola Mista Estadual de Testo Central Alto, iniciou em abril de 1924 como professor do Estado. Sua contratação nessa data demonstra que se

tratava de uma escola subvencionada, portanto, atravessada pelo projeto de nacionalização desencadeado na década de 1910, deixando de ser uma escola particular, que já funcionava pelo menos desde os primeiros anos do século XX. Continuava na mesma escola em janeiro de 1936, momento em que foi punido com três dias de suspensão devido ao “descaso no cumprimento dos seus deveres, pois alunos matriculados, em sua escola há três anos, não entendem absolutamente nada de português, conforme apurou o professor Celso Rila, Inspetor Escolar”²⁰³, a partir de sua fiscalização durante os exames finais em dezembro de 1935. Os registros nesse Relatório foram categóricos em afirmar que o resultado “foi um verdadeiro desastre. Os alunos que entraram em exame, resolvemos promovê-los do sr. professor. [...] é um brasileiro (nascido no Brasil, simplesmente)”²⁰⁴. A constatação final aponta a insatisfação do inspetor com Curt Brandes, visto como quem não assumia um comprometimento com a integração nacional, preferindo trabalhar em nome dos vínculos com a cultura alemã. Esse desagrado de Celso Rila, se repetiu com outros casos inspecionados, somada as críticas acrescentadas aos professores nascidos em território brasileiro e que eram contratados com recursos estatais, mas insistiam em manifestar suas preferências pela cultura dos antepassados, o que era avaliado como um grande desrespeito, inclusive, considerado mais problemático em comparação com os professores que eram estrangeiros natos.

As diferenças entre professores ficavam ainda mais evidentes quando, muitas vezes de forma deliberada pelos agentes estatais, professores descendentes de alemães passavam a trabalhar com professores ou professoras de origem brasileira. Essa situação foi vivenciada por Curt Brandes, que tinha uma convivência tumultuada com o professor Fredemar Nunes. Ambos trabalhavam no mesmo edifício escolar e no período matutino, com o 1º ano regido pelo professor Brandes e o 2º e 3º ano sob responsabilidade do professor Nunes, ambiente que também era marcado por embates agravados pela postura do pastor luterano Curt Friege, que ministrava aulas particulares no mesmo lugar, só que no período vespertino. Em 18 de março de 1935, o inspetor escolar Aristides Largura evidenciou no seu Relatório alguns problemas entre os professores e como era urgente a resolução para “desfazer a atmosfera pesada que há contra a escola” do professor Fredemar Nunes, já que a comunidade demonstrava insatisfação perante a “desarmonia reinante entre os dois professores que, saindo do âmbito da escola envolve também os pais dos alunos, fazendo-os ter uma certa desconfiança para com as escolas

²⁰³ *Ibid.* fl. 144.

²⁰⁴ RILA, Celso. Departamento de Educação. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de dezembro de 1935*. Blumenau, dez. 1935.

públicas”²⁰⁵. A visita do inspetor havia sido solicitada pelo próprio professor Nunes, para formalizar suas reclamações sobre práticas que estavam dificultando o seu trabalho, inclusive, com documentos escolares sendo danificados na tentativa de prejudicar sua situação perante a fiscalização. Em seus registros, o inspetor Largura assinalou que as crianças chegavam ao 2º ano com defasagens trazidas do ano anterior, portanto, atribuía um desempenho negativo para Curt Brandes, apesar de não ter sido incisivo nessa constatação.

O parecer após a inspeção dessas escolas se concentrou nos entraves entre os professores, levando Aristides Largura a recomendar ao Departamento de Educação a remoção de Fredemar Nunes “por estar incompatibilizado com o meio, medida, porém, que só me parece oportuna após solução do caso surgido com o pastor Friege”. Isso porque havia a preocupação de que “qualquer providência tomada com referência às escolas públicas com antecipação importará num desprestígio, perante os olhos do povo, não só de nossas escolas mas principalmente da própria autoridade dos poderes públicos”. Outro aspecto fortemente criticado, foi a postura do pastor luterano Curt Friege, que expressou descaso com as escolas públicas e ameaçou “que se o Governo procurasse intrometer-se no seu curso transferiria o mesmo para a igreja onde não permitiria ingresso de autoridades”²⁰⁶. Interessante observar que as aulas ministradas pelo pastor eram realizadas fora da igreja, o que não era habitual em muitos lugares onde a Igreja Evangélica Luterana estava presente, pois “sabe-se que muitas delas funcionaram no mesmo prédio da igreja, mas isso foi sendo modificado ao longo dos anos, principalmente após a nacionalização do ensino”, conforme demarcou o estudo de Karen Laiz Krause Romig e Patrícia Weiduschadt (2023, p. 10).

Se o pastor cumpriu sua ameaça não foi possível saber. Apenas que Fredemar de Sousa Nunes, ao que tudo indica um professor de origem brasileira, foi transferido junto com a própria escola para atender outra comunidade, de acordo com o relatório do inspetor Celso Rila referente a agosto de 1935. Nele ainda foi demarcada a necessidade daquela comunidade de uma outra escola, que deveria ser suprida pela criação imediata de uma escola feminina mantida pelo governo municipal, além daquela que permanecia com a regência de Curt Brandes, convertida para uma escola masculina²⁰⁷. Cabe mencionar que essa organização anunciada não se concretizou da forma planejada, entretanto, outra escola pública vinculada ao governo

²⁰⁵ LARGURA, Aristides. Departamento de Educação. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição dos meses de fevereiro e março de 1935*. Blumenau. 1935.

²⁰⁶ *Ibid.*, Termo de Visita. 18 mar. 1935.

²⁰⁷ RILA, Celso. Departamento de Educação. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de agosto de 1935*. Blumenau. 13 set. 1935.

estadual passou a funcionar novamente na comunidade, que reunia as localidades conhecidas como Pommeroda I e Pommeroda II.

No ano seguinte da punição no início de 1936, o professor Brandes solicitou sua aposentadoria ao Departamento de Educação em 14 de outubro de 1937 sendo encaminhado para inspeção de saúde, onde foi diagnosticado com uma doença nos olhos atribuída ao exercício da função. Após empasses sobre ser ou não contagiosa, o que iria interferir no valor da remuneração, foi determinado que o professor ficasse em inatividade temporária por alguns meses entre 1937 e 1938, além de períodos alternados de licenças saúde, apenas retornando para o cargo em novembro de 1938. A partir de 29 de março de 1940, pela Resolução n. 7.668, Curt Brandes foi removido pela primeira vez, direcionado para a Escola Mista Estadual de Itoupava Rega Central, comunidade onde também predominava as referências culturais alemãs, na qual permaneceu até setembro de 1946. Na sequência, com a interferência do PSD, voltou a ser removido para a escola de origem, lugar de sua aposentadoria em agosto de 1952.

Seu retorno remetia ao passado anterior as experiências conflitantes com a nacionalização, que ficaram demarcadas por diferentes tensões no cotidiano escolar. Voltar para a Escola Mista Estadual de Testo Central Alto, antiga Escola de Pommeroda II, não anulava as memórias traumáticas, o que no caso do professor Brandes, parece ter contribuído para reivindicar a legitimidade dos seus vínculos étnicos, talvez estimulados pela rede de sociabilidade que permanecia emitindo sentidos naquela comunidade escolar. Em alguma medida, Curt Brandes considerou que desfazer uma das determinações da política de nacionalização, ou seja, afirmar sua remoção em 1940, era também uma forma de negar a continuidade dos propósitos e procedimentos nacionalizadores. Portanto, pode ser compreendido como manifestação de desnacionalização.

Não muito tempo depois do seu retorno ao futuro idealizado no passado, a inspeção de Alírio Luiz de Almeida, em maio de 1948, destacou que o professor “parece que pouco ou nada se interessa pela nacionalização e até é acusado de permitir o uso de língua estrangeira entre os alunos”, crítica que foi transmitida para o próprio professor Brandes, pelo Termo de Visita em forma de uma recomendação “seja um elemento cooperador na nacionalização”²⁰⁸. O inspetor desenvolveu o assunto no Relatório dizendo que “há alguns que moram 5 km dessa escola, tendo um Grupo Escolar muito bem instalado, com professores caprichosos poucos passos da residência, preferem frequentar a escola do snr. Curt Brandes”. Seus argumentos para justificar essa preferência pelo professor eram que, “havendo quem firme que é pelo fato do professor

²⁰⁸ ALMEIDA, *op. cit.*, Termo de Visita. 18 mai. 1948.

consentir que se fale alemão no pátio e na rua”. Ao trazer o comportamento de moradores da comunidade para sua avaliação, o inspetor Almeida anunciava um interesse pelo uso da língua alemã, que não se restringia as fronteiras da escola, mas ser aparentemente autorizada por uma liderança escolar pode ter sido importante para respaldar a comunicação pública em alemão em detrimento da língua portuguesa.

No mesmo Relatório de inspeção (maio 1948), foi encaminhada uma proposta para o Departamento de Educação envolvendo a necessidade de ter mais de um inspetor na 2ª Circunscrição Escolar, com sede em Blumenau, devido a quantidade de escolas e trabalho a ser realizado, inclusive, referente a nacionalização, já que “precisamos não deixar de lado o serviço de nacionalização que dia a dia, mais exige a vigilância das autoridades. Fala-se publicamente o alemão em toda parte, inclusive crianças das escolas primárias, ginásio”²⁰⁹. Tratava-se de um alerta geral, mas que demandava maior atenção para alguns aspectos por meio de “visitas mais frequentes, não só as escolas estaduais, mas as municipais que nesse ponto estão em piores condições”²¹⁰, apontamento que reforça a percepção das distinções entre a forma que foi manifestada a nacionalização nas escolas municipais e naquelas que ficaram sob intervenção do governo estadual.

Apesar de não ser o enfoque central dessa análise, cabe ponderar que o destaque para as escolas municipais pode estar relacionado as iniciativas políticas em Blumenau de enfraquecer as interferências do governo estadual após 1945, incluindo desalinhar os discursos entre os inspetores municipal e estadual, o que teria emitido sinais de abertura para o uso da língua alemã até mesmo no cotidiano da escola. Também é pertinente considerar que a cobrança do inspetor escolar pudesse ter alguma relação com uma espécie de diminuição na intensidade do trabalho da Inspetoria de Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino, ainda comandada por João dos Santos Areão, que em certa medida, era reposicionada com o término do Estado Novo e as mudanças ocasionadas no campo educacional estadual, que assumia maior autonomia perante o governo federal, inclusive, envolvendo o entendimento que deveria prevalecer sobre a nacionalização e as escolas nas áreas de colonização estrangeira.

No Relatório da Inspetoria Geral do Ensino de Santa Catarina, sob responsabilidade de Luiz Sanches Bezerra da Trindade, referente ao ano de 1948, ficou demarcada a manutenção de uma política de nacionalização, o que não significava dizer que seguiu os mesmos critérios e até propósitos dos anos anteriores, mas ainda estava presente na abordagem das inspeções escolares. O inspetor geral reproduziu um comunicado enviado aos outros inspetores,

²⁰⁹ *Ibid.*, 10 jun. 1948. fl. 17.

²¹⁰ *Ibid.*, 10 jun. 1948. fl. 18.

afirmando que havia uma continuidade das mesmas atividades relacionadas a nacionalização, apesar de “finda a guerra mundial, o uso da língua estrangeira em núcleos de colonização, vindo sendo usada, notando-se em certas zonas um uso exagerado, com sintomas de represália”. A avaliação de Luiz Sanches Bezerra da Trindade era que esse retorno público também estava associado a uma forma de revidar as proibições que haviam sido impostas no período do governo de Getúlio Vargas, já consideradas por muitos sem efeito naquele momento de democracia. Para exemplificar sua afirmação, o inspetor referenciou o município de Blumenau, evidenciando que “pais em plena rua, falando em língua estrangeira com seus filhos menores, até com crianças de colo. Já se encontra (verifiquei pessoalmente) crianças de dois para três anos, (nascidos no Brasil) que nada entendem de língua nacional”. Ao trazer as crianças para sua narrativa, Trindade parecia ter a intenção de entrelaçar o descaso com a língua portuguesa no âmbito social com as ressonâncias que serão manifestadas nas escolas, pois, “daqui a uns três ou quatro anos teremos matrícula em escolas urbanas de crianças desconhecendo a língua Vernácula o que já não se verificava nos últimos anos”²¹¹, observação que contribui para considerar que se tratava de um problema que estava sendo percebido como característico das áreas rurais e que sugeria um certo atraso. Aparentemente, a noção de modernidade, característica da metade do século XX, atravessa essa discussão quando demarca a divisão da área urbana e rural, esta última associada a ideia do antigo, atrasado.

Se a partir da segunda metade do século XX o desconhecimento da língua nacional ficou atrelado em Blumenau a uma espécie de cartografia da língua não é o objetivo desse estudo identificar, mas é fato que havia crianças que ainda iniciavam seus estudos escolares nas escolas municipais conhecendo somente a língua alemã, principalmente nas localidades ocupadas durante o processo de colonização. De acordo com o Relatório do prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior sobre o ano de 1950, o município matriculou cento e noventa e uma crianças que não entendiam o português²¹². A questão foi tratada como um problema educacional pela administração municipal seguinte quando o prefeito Hercílio Deeke, no seu Relatório sobre 1951, apresentou como justificativa para a baixa aprovação progressiva dos estudantes na rede municipal as dificuldades com o ensino “pois numa zona de colonização como a nossa não é fácil promover grande número de alunos, tendo em vista que ao se matricular uma grande parte

²¹¹ TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Departamento de Educação. *Relatório da Inspeção Geral do Ensino referente ao ano de 1948*. Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Florianópolis. 26 fev. 1949. p. 38.

²¹² JÚNIOR, Frederico Guilherme Busch. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1950 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior*. Educação Pública. Associação Escolares. Blumenau. 1951. s.p.

não fala o português”²¹³. De forma distinta do tratamento sobre a escolarização em Blumenau, abordado nos relatórios do tempo da nacionalização, a questão da língua alemã não aparece mais como uma ameaça, mas na chave de leitura educacional, relacionada as demandas do ensino público envolvendo os índices de aprovação/reprovação²¹⁴. Eram outros tempos, onde Blumenau deveria ser reconhecida por seu progresso, intencionando mostrar para o país, de preferência sem o intermédio do governo estadual, as grandezas do povo que se queria reconhecido pelo valor do seu trabalho e educação, ambos ancorados no discurso político do valor da etnicidade alemã.

A escolarização em Blumenau passou por muitas mudanças entre a metade do século XIX e século XX. Diferente do cenário anterior aonde a quase totalidade de escolas eram particulares, no início do século XX acontece um processo progressivo de escolas subvencionadas, posteriormente, classificadas como estaduais e, a partir da década de 1930, avançam as escolas municipalizadas. Como resultado, na segunda metade da década de 1940 a interferência do poder público já estava disseminada. O formato tradicional de escola particular (fundada, mantida e administrada pela Associação Escolar) não existia mais, com exceção da Escola Particular São José, que era paroquial, mas recebia subvenção do Estado²¹⁵. Em 1949 a maior parte das escolas estava classificada como municipais, um total de 34, quase o dobro em comparação com as escolas estaduais que somavam 19. Os números significavam a maioria de escolas definidas como isoladas, ou seja, afastadas das áreas consideradas centrais, além dos grupos escolares, formados por mais classes, com estrutura ampliada, diretoria e alguns professores, funcionando em Blumenau quatro unidades estaduais e uma municipal²¹⁶.

Essas evidentes mudanças foram acompanhadas pelos embates envolvendo as questões étnicas, especialmente, atreladas ao uso da língua alemã em detrimento do idioma nacional, condição que pode ser apontada não apenas devido as dificuldades de aprendizagem do português, mas também como parte de um posicionamento político que contribuiu com a orientação da população de origem alemã para conservar a língua como uma das formas de coesão do grupo étnico na comunidade imaginada e até mesmo perante uma percepção que

²¹³ DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1951 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke*. Educação Pública. Blumenau. 1952. p. 47.

²¹⁴ Os relatórios administrativos municipais entre 1945 e 1949 não estavam disponíveis para pesquisa.

²¹⁵ A única escola ainda apresentada nos relatórios como particular era a Escola São José, de procedência paroquial, mas que já recebia subvenção do Estado, sendo incorporada definitivamente pelo governo do Estado na década de 1950 quando foi inaugurado o Grupo Escolar São José, com o nome alterado para Colégio Celso Ramos na década de 1960.

²¹⁶ SANTA CATARINA. *Quadro de Exames Finais de 1949*. Departamento da Educação. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição *Correspondências Expedidas 1949*. Blumenau. 20 out. 1949. s.p.

validava a noção de superioridade racial em relação a cultura brasileira. Apesar da disseminação da língua portuguesa, inclusive por meio de ações nacionalizadoras mais coercitivas praticadas nas escolas de Blumenau no período estadonovista, não foi o suficiente para eliminar por completo o alemão como expressão popular, principalmente oral. O que a pesquisa demonstra foram tentativas mais ou menos explícitas de manter a circulação da língua alemã nas comunidades escolares. Em uma sociedade em transição geracional, ainda com a presença de vários alemães natos, muitos deles atuando como lideranças sociais, a língua era legitimada por ser um elo geracional, em busca de garantias de estabilidade amparada nas tradições.

Desde os momentos finais da ditadura do Estado Novo, a partir de 1945, começaram a aparecer evidências de uma espécie de movimento em Blumenau, configurado por formas de questionamentos à política de nacionalização que havia sido aprofundada nos anos anteriores. Em diferentes situações foi denominado de “desnacionalização” ou quando não recebeu esse nome, outras expressões foram utilizadas, também indicando interesses ou práticas para manifestar referências étnicas alemães, atreladas a um passado validado como glorioso aonde a integração nacional muitas vezes foi deslegitimada em detrimento de uma visão interessada em encapsular Blumenau no tempo da colonização, especialmente, perante o governo estadual, ocasionando múltiplas tensões no campo político, inclusive com entraves nas relações entre o público e o privado. Desta forma, entendo que durante o período de experiências democráticas (1945-1964) surgiu uma atmosfera de desnacionalização, acentuada na segunda metade da década de 1940 e perdurando na década de 1950, certamente, potencializada pelos preparativos e as comemorações do Centenário de Blumenau em 02 de setembro de 1950.

A iniciativa de moradores da comunidade de Rega exigindo o retorno do professor João Ehlert com o abaixo-assinado em janeiro de 1946 ou a interferência do PSD para a remoção do professor Curt Brandes em setembro de 1946, são experiências que podem ser inseridas nessa atmosfera de desnacionalização. Esses professores representavam a referência étnica em prol de um passado comum para a comunidade escolar, que deveria ser reverenciado e avaliado como exemplar, assegurado pelo reconhecimento desses descendentes de alemães.

Foi o tempo de demonstrar que os poderes estatais haviam provocado incômodos em Blumenau, impondo para as comunidades escolares suas presenças e desencadeando insatisfações que começavam a ser anunciadas, nem sempre de forma deflagrada, mas demarcadas por sinais que estavam latentes. O conceito de “latência” foi elaborado por Hans Ulrich Gumbrecht (2014) com base em suas experiências e análises da Alemanha após 1945, atreladas a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Sua percepção era de que passou a existir algo manifestado nas relações sociais, especialmente considerando os encontros geracionais,

entre aqueles alemães que estiveram, de diferentes maneiras, envolvidos com a conjuntura da guerra e os que tinham nascido na Alemanha no imediato pós-guerra. Era um tempo atravessado por uma “atmosfera de latência”, em que a ausência era a expressão de uma presença, caracterizando um tempo que permanecia como efeito das experiências passadas, quando a guerra balizava as vivências na sociedade. Com essa perspectiva, entendo que uma latência também se manifestou nas relações sociais em Blumenau com o término do Estado Novo, o que possibilitou que o tempo da nacionalização fosse presença no tempo das experiências democráticas por meio da sobreposição de temporalidades. Em alguns momentos nesse ambiente de latência, discursos e práticas insurgentes expressaram propósitos de desnacionalização que conseguiram assumir formas. Esse é o enredo dessa tese.

Além das questões envolvendo os professores, o patrimônio escolar também foi motivo de disputas após o término do Estado Novo e foi analisado na chave de leitura da desnacionalização, já que inicialmente a tentativa era de desfazer um procedimento determinado pela política de nacionalização, o que não foi efetivado. Entretanto, esse resultado não impediu que emergissem os debates em torno das ações nacionalizadoras em Blumenau, atrelados a memória dos colonizadores e sobre suas heranças culturais e patrimoniais, legitimadas como fundamentais para o engrandecimento do município. Com uma expressiva repercussão pública, o caso tratava do Grupo Escolar Modelo Pedro II que, a partir de 1946 chegou a demonstrar insatisfação com a incorporação pelo governo estadual, por meio de doação da Associação Escolar em 1942, do amplo patrimônio localizado na área central da sede do município, onde funcionava desde a fundação a antiga Escola Alemã (*Deutsche Schule*), posteriormente conhecida como Escola Nova²¹⁷. Apesar das leis de nacionalização na década de 1910, 1930 e 1940, a escola tentou manter certa autonomia como uma instituição particular, conduzida por sujeitos que compunham a Associação Escolar, pertencentes a elite política e econômica do município. Como já visto, após 1938, poucas escolas conseguiram seguir como particulares, já que com o aumento do rigor da fiscalização, cumprir as exigências nacionalizadoras poderia ser um grande desafio, especialmente para aquelas instaladas em localidades isoladas que contavam com restritos recursos da comunidade.

O inspetor escolar Rodolfo Gerlach comunicou o Departamento de Educação em 29 de abril de 1946 que o diretor do Grupo Escolar Pedro II, Orlando Ferreira de Mello, havia informado que no dia 26 de abril, o pastor protestante Agenor Mafra e outras pessoas como Alfredo Rodrigues, estiveram na escola observando todas as áreas, retornando no dia seguinte

²¹⁷ Sobre as chamadas escolas alemães, as investigações mais significativas envolvem a Escola Nova Atualmente a instituição permanece em atividade no mesmo local denominada de Escola Básica Estadual Pedro II.

para fotografar os “demais prédios e terrenos pertencentes à antiga Sociedade Escolar Pedro II, sendo igualmente fotografados o prédio e campo da Sociedade de Ginástica, desta cidade, a qual não se acha, presentemente, em atividade”²¹⁸. Possivelmente, o governo estadual fez algum tipo de movimentação sobre essa iniciativa e em 3 de julho de 1946 o inspetor respondeu a uma indagação anterior do diretor do Departamento de Educação, Elpídio Barbosa, explicando que o documento de doação do patrimônio da Sociedade Escolar Pedro II tinha registro em cartório com data de 29 de agosto de 1942²¹⁹. Entre um documento e outro, o próprio inspetor Rodolfo Gerlach havia solicitado ao diretor Barbosa, em 25 de fevereiro de 1946, o espaço do edifício onde ficava o antigo internato dos estudantes que frequentavam a Escola Nova, intencionando fixar sua moradia e a sede da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. Caso fosse autorizado, seria necessário retirar desse lugar algumas pessoas pois, era a “residência de várias famílias de praças do destacamento policial desta cidade”²²⁰. Em comunicação de 05 de abril de 1946, o inspetor Gerlach agradeceu o diretor pela autorização, contudo, solicitou auxílio para verificar junto a Secretaria de Segurança Pública os procedimentos perante a Delegacia Regional de Blumenau para a saída das famílias, além de reformas consideradas necessárias. Os indicativos são de que essas movimentações referentes a ocupação dos imóveis (um deles também estava ocupado pelo Serviço de Malária) ocasionaram incômodos entre aqueles que discordavam da incorporação pelo Estado do patrimônio escolar, procedimento assinalado como uma das arbitrariedades do tempo da nacionalização. Além disso, a ata da Associação Escolar oficializando a doação dos bens imóveis evidenciava que o uso era exclusivamente direcionado para funções escolares e, caso esse requisito fosse violado, o bem retornaria para o domínio privado da comunidade escolar²²¹.

Se os interesses do inspetor se confirmaram e outros tensionamentos foram manifestados nos anos seguintes, não foi possível identificar. No entanto, outra tentativa de desviar parte do patrimônio das demandas escolares aconteceu em 1951, dessa vez partindo da Assembleia Estadual em Florianópolis, com base no projeto de lei n. 278/51. De acordo com as explicações encaminhadas em 07 de janeiro de 1952 pelo prefeito Hercílio Deeke motivadas pela solicitação do recém-empossado governador Irineu Bornhausen, ambos políticos da UDN,

²¹⁸ SANTA CATARINA. Ofício n. 29. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 26 abr. 1946. s.p.

²¹⁹ SANTA CATARINA. Ofício n. 37. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 3 jul. 1946. s.p.

²²⁰ SANTA CATARINA. Ofício n. 3. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 25 fev. 1946. s.p.

²²¹ SANTA CATARINA. Cópia da Ata da continuação da Assembleia Geral Extraordinária. [Dispõe sobre a cessão do patrimônio e a dissolução da sociedade escolar]. *Ofícios Governo – Prefeituras Municipais jul.-ago. 1942*, v. 3. Blumenau. 3 jul. 1942.

o terreno que estava sendo pleiteado para doação à União Beneficente dos Trabalhadores de Blumenau realmente pertencia ao Estado desde a doação formalizada pela Associação Escolar Pedro II. Contudo, confirmou que em ata estava determinado o uso dos bens para fins escolares, além de ressaltar também que o próprio Decreto Lei n. 668/42 que legalizou a doação, informou que no terreno em questão, seria construído um edifício para o Grupo Escolar, decisão avaliada pelo prefeito como importante para a escolarização de Blumenau devido ao aumento previsto de matrículas. Por fim, destacou que “diante do exposto, não me parece viável a doação”, inclusive considerando a possibilidade de “tal ato importar na caducidade da doação”²²². Mais uma vez, esse patrimônio escolar ficou conservado conforme critérios de doação, porém, essas tentativas de desmembrar e desviar a finalidade fizeram emergir a narrativa de um passado mobilizado como instrumento capaz de legitimar conflitos políticos partidários, onde Blumenau era apresentada como guardiã da memória dos imigrantes pioneiros, responsáveis por garantir a educação escolar para as crianças, prática reconhecida como um legado cultural do povo colonizador, portanto, os alemães.

Esse apelo ao passado pôde ser observado no ano seguinte à comunicação entre os dois udenistas por meio do periódico local *A Nação*, que publicou em 17 de novembro de 1953 os argumentos que justificavam a aprovação de uma lei estadual, constituída por apenas três artigos e de autoria do deputado do PSD, Elpídio Barbosa. O projeto de lei n. 191/53, aparentemente reproduzido na íntegra no jornal, confirmava as tratativas já estabelecidas em 1942 referente a impossibilidade de outras utilizações do patrimônio que não estivessem atreladas a dimensão escolar, além de acrescentar esse mesmo critério ao bem patrimonial adquirido por compra apenas em 1947, proveniente da Sociedade de Ginástica de Blumenau e reunido com os outros bens, formando um conjunto²²³. Ficava ainda explícito que o patrimônio não poderia ser desmembrado, nas palavras do deputado pois, “tem por seu passado, vínculo e tradição que desaconselham seja mutilado”. O passado reaparece no presente para justificar a preservação não apenas dos bens, antes privados e agora públicos, mas da tradição, que deveria ser assegurada pelo Estado catarinense, também herdeiro das “passadas gerações dos velhos pioneiros blumenauenses: o patrimônio do seu idealismo e do seu suor continuaria a sua destinação”. A memória dos colonizadores, incluindo a referência de Hermann Blumenau, mencionada como liderança dos imigrantes, intencionou demarcar uma valorização cultural

²²² BLUMENAU. Ofício n. 24. [Dispõe sobre a resposta do prefeito Hercílio Deeke para o governador Irineu Bornhausen referente o patrimônio doado pela extinta Sociedade Escolar Pedro II]. *Ofícios recebidos: Governo - Prefeituras e Câmaras Municipais, 1952-1953*. Blumenau. 7 jan. 1952. s.p.

²²³ O terreno e o imóvel da Sociedade de Ginástica de Blumenau ficavam localizados nos limites do patrimônio doado pela Associação Escolar Pedro II.

atrelada a contribuição dos alemães para a educação no Estado, dedicação que deveria ser reconhecida, sendo essa a intenção da lei, garantir esse reconhecimento, já que “não nos moveu outro intuito senão o de sermos fiéis, através dele, à memória dos bravos colonos blumenauenses que souberam criar o patrimônio, designado também à educação dos netos dos netos”. A sobreposição de temporalidades sustentou o discurso de Elpídio Barbosa, amparado no passado que serviu para justificar o presente e anunciar o futuro dos netos dos colonizadores.

Sem expressar nenhuma palavra sobre as tensões étnicas, nem mesmo referenciar a origem dos imigrantes, questões das quais Elpídio Barbosa tinha conhecimento devido ao envolvimento anterior com o Departamento de Educação, o deputado conduziu o discurso para demonstrar que o governo tinha a função de salvaguardar aquela herança, protegendo a “sua unidade, [para] enfrentar toda a expansão demográfica de Blumenau por um vasto período de tempo”, perspectiva que atrelava o município as noções de progresso. Nesse sentido, o discurso também demarcou a importância da integração entre as partes, representadas pelo “povo catarinense, pela sua egrégia Assembleia Legislativa, pelo seu ilustre e honrado Governador, há de comungar nesse ideal [...] a visão dos pioneiros que fizeram Blumenau para a grandeza da brasileira terra de Santa Catarina”²²⁴. Os políticos na esfera estadual, que não mantinham relações simbióticas com Blumenau, aparentemente entendiam que essa integração do município com o Brasil deveria ser avalizada pelo Estado, percepção que não recebia a mesma legitimidade na política da esfera municipal, questão a ser observada no próximo capítulo.

O movimento que se estendeu por pouco mais de dez anos entre a entrega do patrimônio da Associação Escolar Pedro II ao governo estadual em 1942 durante o tempo da nacionalização e, a lei aprovada por unanimidade na Assembleia do Estado em 1953, demonstra que o grupo político que representava os interesses desse passado colonizador de Blumenau, conseguiu afirmar suas vontades, mesmo tendo sido impactado pela política de nacionalização que provocou a doação dos bens constituídos a partir do final do século XIX. As disputas pelo patrimônio, que permaneceria como “inviolável e indivisível”, conforme o artigo 1º do projeto de lei, podem ser entendidas como inseridas em uma atmosfera de desnacionalização, pois, os critérios impostos pelas lideranças políticas da comunidade escolar prevaleceram em detrimento das tentativas do Estado de forjar arranjos para impor novamente seus interesses.

Importante demonstrar que o uso do termo desnacionalização não esteve restrito ao período de experiências democráticas (1945-1964) tendo sido mobilizado em décadas anteriores, com sentidos e propósitos que sofreram alterações, atrelados também as mudanças

²²⁴ APROVADA a lei que torna inalienável o patrimônio da Escola Normal Pedro II. *A Nação*, ano X, n. 229, 17 nov. 1953. p. 1.

da conjuntura social e política. Isso porque, apesar de estritamente significar uma oposição à nacionalização, a própria concepção do que era nacionalizar as populações de origem estrangeira em Santa Catarina passou por alterações desde meados do século XIX, questão que este estudo não tem pretensão de problematizar. O interesse está em evidenciar que no início do século XX o termo já tinha sido utilizado para acusar aqueles imigrantes alemães classificados como “os nossos inimigos, que procuravam, de há muito, desnacionalizar a nossa terra”. Esse tom belicoso, justificava-se pelas circunstâncias do posicionamento do Brasil que havia declarado guerra contra o Império da Alemanha e seus aliados em outubro de 1917. De forma mais pontual estava também relacionado aos embates referenciados como “perigo alemão” entendido como a manifestação do chamado pangermanismo no Brasil.

A expressão desnacionalização foi identificada pela pesquisa no periódico local *O Nacional* que circulou em Blumenau com esse nome entre 1918 e os primeiros meses de 1919. Das vinte e cinco edições passíveis de análise, sete delas mobilizaram a palavra para denunciar ou criticar intenções e práticas consideradas contra a nacionalização e que estariam manifestadas nas escolas pelos professores, além da interferência de pastores da Igreja Evangélica Luterana, ambos “que vivem a transmitir a nossos pequenos patrícios affectos que jamais podem ter fazendo-os conhecer e amar melhor a pátria de seus avoengos do que aquela em que receberam o primeiro raio de luz, o Brasil”²²⁵. Esse incômodo, explícito na publicação de 7 de abril de 1918, estava amparado na ideia de valorização do território de nascimento das crianças, que deveriam ser instruídas a se reconhecerem como brasileiras e não por sua origem geracional vinculada à etnia alemã. Nesse sentido, foi atribuída a escola função primordial para cultivar os chamados “sentimentos patrióticos”, o que de acordo com a edição de 11 de agosto de 1918 não estava acontecendo em Blumenau, porque “o ensino ministrado pelos professores alemães, está na consciência de todos, foi o mal que mais cooperou para a desnacionalização deste trecho da terra catarinense”²²⁶. Entre as acusações promovidas pelo jornal estava a crítica aos alemães natos que atuavam nas escolas e seriam financiados por instituições da Alemanha. Mesmo os que se naturalizavam eram vistos com desconfiança, por ser considerada uma estratégia usada para ofuscar os reais interesses desses professores ou pastores, de conservar a cultura alemã na formação escolar e religiosa das crianças. Além disso, perante o fechamento das escolas em Blumenau no final de 1917, procedimento aplaudido pelo jornal, professores estariam reabrindo escolas sem a devida obediência aos critérios legais, o que seria mais uma prova de deslealdade ao Brasil. Como explicação para a desnacionalização no município, a

²²⁵ POR bem ou por mal. *O Nacional*, ano I, n. 15, 7 abr. 1918. Blumenau. p. 2.

²²⁶ UM apelo. *O Nacional*, ano I, n. 31, 11 ago. 1918. Blumenau. p. 1.

ideia prevalente nas publicações era que os alemães se reconheciam como superiores aos brasileiros e por isso não avaliavam ser legítimo assumir referências culturais nacionais, aspecto que também foi relacionado aos conflitos da guerra entre os dois países.

Além das denúncias, provavelmente encaminhadas pelo inspetor escolar Francisco Margarida, agente do Estado e que também atuava como editor do jornal *O Nacional*, algumas publicações cobravam dos poderes estatais atitudes mais firmes para coibir tais abusos, inclusive, o aumento da fiscalização, insistência que continuou nas décadas seguintes. Essa insatisfação foi evidenciada na edição de 6 de outubro de 1918, manifestando que “deveríamos lamentar, sim, que o povo testemunhasse, numa atitude passiva de espectadores *blâses*, todos os atos que revoltaram as consciências que não estão anestesiadas pelo ópio da desnacionalização”²²⁷, estendendo a questão para a sociedade de Blumenau.

Claramente a linha editorial do jornal tinha propósitos nacionalistas, mas que não se relacionava exclusivamente a um compromisso moral patriótico, já que de forma superficial sugeriu uma espécie de interlocução com Nereu Ramos e seu jornal *A Noite*, recém fundado em Florianópolis. Isso aparece ao noticiar a chegada do impresso em Blumenau, apresentado como parte de uma nova geração preocupada com o Brasil e interessada em atuar na “nacionalização da nossa terra [...] Gratos pela gentileza do bom companheiro a quem ‘*O Nacional*’ muito deve, agouramos-lhe as maiores prosperidades a sua pessoa e ao jornal que, em boa hora, criou para saneamento dos males causados pelo germanismo”²²⁸.

Essa aproximação de Nereu Ramos com os embates envolvendo a nacionalização de áreas de colonização alemã em Santa Catarina, vai adquirir contornos mais definidos e exigentes nas décadas de 1930 e 1940. Entretanto, há indícios que a questão já atravessava sua trajetória política, sendo mobilizada também para desestabilizar o grupo político que predominava em Blumenau, ligado a uma das facções do Partido Republicano Catarinense, com relações estreitas na política estadual, incluindo sujeitos influentes como os governadores Hercílio Luz e Lauro Muller²²⁹. Em 1918, Nereu Ramos também integrava esse partido, mas fazia parte da ala de políticos do planalto serrano que assumiam cada vez mais proeminência no cenário institucional do Estado e estavam em oposição as lideranças políticas de Blumenau (Ferreira, 1998).

²²⁷ NOTA. *O Nacional*, ano I, n. 39, 6 out. 1918. Blumenau. p. 01.

²²⁸ POR bem ou por mal, *op. cit.*, 7 abr. 1918. p. 2.

²²⁹ Esses políticos não eram nascidos em Blumenau, mas estabeleceram contatos que estreitaram suas relações com as lideranças locais, chegando a morar e desenvolver atividades econômicas no município.

As políticas de nacionalização, institucionalizadas na primeira metade do século XX, se tornaram uma pauta em disputa e envolveram diferentes atores políticos e instâncias públicas de poder, deixando Blumenau sob suspeita por décadas. Isso ocasionou tensões a nível estadual e federal, mas também internamente no município, desalinhando posições que estavam estabelecidas pela origem étnica, inclusive, provocada pela abertura incômoda e cada vez mais expressiva para os agentes públicos de origem luso-brasileira, que chegavam no município para trabalhar e ampliavam suas relações políticas, estabelecendo outras redes de sociabilidades. Não foi incomum que esses sujeitos começassem a apontar, por vezes, em forma de denúncia, a valorização das referências culturais germânicas em detrimento das nacionais (Steyer, 2023). Dessa forma, na dimensão local também se manifestaram fissuras, incluindo aquelas atreladas a outras possibilidades de pensar, manter e expressar a etnicidade. Entre essas diferenças, que não pretendem ser investigadas em suas particularidades, estava a atuação de grupos políticos envolvidos com o nazismo e o integralismo. Esse último, mais adiante, analisado com maior atenção devido a participação de professores descendentes de alemães, que foram homenageados tornando-se nomes de escolas públicas.

Durante a política de nacionalização operada nas décadas de 1930 e 1940, as acusações de desnacionalização também foram manifestadas, ainda com destaque para o campo da educação escolar e envolvendo a expressão da língua alemã nas comunidades escolares. No relatório de inspeção de Celso Rila, sobre o mês de setembro de 1941, o inspetor estadual demonstrou satisfação em concluir que a Escola Mista Desdobrada Municipal Wunderwald, regida pela professora Maria Marta Flores, era “uma das escolas particulares mais desnacionalizadoras do distrito do Rio de Testa”, apresentando resultados positivos de “aproveitamento de seus alunos, os quais (todos) falam corretamente a nossa língua”. O sentido de desnacionalização foi atribuído a ausência de conhecimento do idioma nacional em detrimento do ensino na língua alemã, em uma escola que após décadas como uma instituição particular, fazia poucos anos que havia sido incorporada pelo governo municipal em 1938, tendo a Associação Escolar doado um terreno em 1939 para a prefeitura construir o novo edifício da escola. Significa dizer que essa trajetória era validada pelos poderes estatais como exemplar, por ser uma escola municipalizada, portanto, atravessada pela política da nacionalização, incluindo a presença de uma professora nacionalizadora que, portanto, não falava o alemão e atuava em uma escola que não tinha mais os bens materiais atrelados a uma

entidade particular, conforme informou no seu Relatório administrativo sobre 1939, o prefeito interventor José Ferreira da Silva²³⁰.

Ainda o mesmo interventor municipal, em seu outro Relatório referente ao ano de 1938, já tinha apontado a manifestação em muitas escolas de Blumenau de interesses desnacionalizadores, direcionados as crianças que eram brasileiras desde o nascimento, para “desnacionalizar a nossa gente, saíam das escolas, ignorantes do Brasil, sem lhe saber a língua, sem conhecer-lhe a história, brasileiros estranhos dentro da própria Pátria, quando não dela inimigos”. Essa inexistência de um ensino nacional era atribuída por José Ferreira da Silva, a negligência daqueles “mestres que nada sabiam nem compreendiam do que era nosso, mandados, não raro, por governos estrangeiros”, indicando que as deliberações desses sujeitos nas escolas tinham dimensão política porque trabalhavam “incitando o colono – quase sempre tímido e sugestionável – a apertar os laços que, pelo sangue, o prendiam a outras terras, a desprezar os nossos costumes como os de um povo bárbaro, sem brio, sem cultura”, cenário que deveria ser combatido²³¹.

Novamente a concepção de desnacionalização aparece vinculada as críticas sobre o desconhecimento da língua portuguesa e de formas mais notória, referenciou também a ausência do ensino da cultura nacional considerando seus aspectos como a história, a geografia, que seriam ignorados deliberadamente por aqueles que promoviam ou mesmo concordavam com a ideia de superioridade cultural alemã. Além disso, os moradores das comunidades escolares, a maioria delas afastadas do centro urbano de Blumenau, foram tratados pelo prefeito como vítimas devido a uma espécie de ingenuidade que dificultava a percepção das reais intenções dos que seriam os sabotadores. A construção dessa narrativa não deixava de ser, em certa medida, uma tentativa de minimizar os impactos dessas críticas de cunho étnico perante a população, concentrando as acusações em um grupo definido de pessoas que não poderiam ser mais toleradas entre os cidadãos que valorizassem o Brasil, nesse caso, os professores.

Como parte estruturante dessa abordagem que dizia reconhecer intenções e práticas de desnacionalização em Blumenau, é possível observar a mobilização de uma perspectiva geracional envolvendo as crianças nascidas no Brasil e, portanto, afirmadas pela política de nacionalização como brasileiras, entendimento que ficou mais contundente na leitura política

²³⁰ SILVA, José Ferreira da. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau referente ao ano de 1939 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado pelo prefeito municipal José Ferreira da Silva*. Instrução Primária-Nacionalização. Blumenau. 1940. p. 40.

²³¹ SILVA, José Ferreira da. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau referente ao ano de 1938 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado pelo prefeito municipal José Ferreira da Silva*. Instrução Pública Municipal. Blumenau. 1939. p. 25.

durante o governo Vargas. A noção de descendência alemã ou mesmo de teuto-brasileiro aparentemente foi sendo obliterada, pelo menos, no que diz respeito aos discursos e ações nacionalizadoras promovidas por agentes do Estado, que demonstravam nos documentos oficiais e posicionamentos públicos, a insatisfação de identificarem crianças que não tinham nenhuma integração com a vida nacional. As palavras do inspetor Celso Rila, que compuseram o seu Relatório de fevereiro de 1943, foram referenciadas no mês seguinte por Elpídio Barbosa, Diretor Geral do Departamento de Educação, para justificar sua solicitação de auxílio sobre as dificuldades de moradia das professoras removidas para as áreas de colonização estrangeira devido o trabalho de nacionalização. Esse documento foi encaminhado a Ivo d'Aquino, Secretário de Justiça, Educação e Saúde de Santa Catarina e afirmava que depois de vários anos era possível “ver desaparecidas as inúmeras escolas estrangeiras que desnacionalizavam a nossa criancada mercê das sábias leis do nosso patriótico Governo”²³². Apesar de não apontar um culpado, como fez o interventor municipal em 1938, o inspetor também responsabilizava a escola, de forma específica aquelas de iniciativa particular, de funcionar sem propósitos nacionais, o que significava não cultivar a nacionalidade que já estava definida pelo nascimento no Brasil.

Desde o uso do termo e os sentidos emitidos em Blumenau na década de 1910 até o término do Estado Novo em 1945, o entendimento sobre a desnacionalização tinha estreita relação com uma perspectiva geracional, que concebia o futuro como o propósito para a coesão da Nação brasileira. Para ser alcançado, seria preciso rasurar os diferentes passados que circulavam na formação da sociedade, distribuída pelo extenso território do Brasil, inclusive na região onde predominou a imigração alemã. Era preciso neutralizar elementos desses passados, com destaque para as línguas estrangeiras, que impedissem ou dificultassem a elaboração de um único passado nacional, oficializado por histórias que servissem para elaborar a identidade brasileira. Nesse sentido, o presente das crianças em processo de escolarização em Blumenau não poderia ser ameaçado com um ensino desnacionalizador, causador de ressonâncias que adiariam o projeto vigente de futuro.

No mesmo ano da constatação registrada por Celso Rila, o interventor federal de Santa Catarina, Nereu Ramos, divulgou dados estatísticos no seu Relatório anual para a presidência da República sobre o ano de 1943, evidenciando as mudanças no sistema escolar provocadas pela política de nacionalização, implementadas desde que havia assumido o governo em 1935, demonstrando alinhamento com as diretrizes federais. Em diálogo, os dois agentes estatais

²³² SANTA CATARINA. Ofício n. 2345/174. [Dispõe sobre a reduzida oferta de moradia para as professoras nas comunidades escolares]. *Ofícios Expedidos 1943*. Florianópolis. 10 mar. 1943. s.p.

apontaram que as intervenções do Estado tinham produzido robustos resultados com o decréscimo significativo das escolas particulares e, em paralelo, o aumento substancial das escolas públicas de categoria estadual ou municipal. No gráfico apresentado por Nereu Ramos, apesar de não especificar os números por município, no caso de Blumenau esse movimento se confirmou, incluindo o aumento expressivo em um curto período, das escolas municipais em comparação com as escolas estaduais, conforme as análises do segundo capítulo. Entretanto, o não dito, na chave de leitura de Michel Pollak (1989), faz parte das disputas políticas pela memória oficial e o esquecimento tem sua função nos processos de correlações de forças, percepção pertinente para pensar que ao anunciar, no entendimento do inspetor o desaparecimento das escolas particulares, a presença das Associações Escolares foi escamoteada e tratada como força vencida, o que não corresponde com a realidade de várias escolas em Blumenau nesse período. O próprio interventor federal afirmou ainda no mesmo Relatório que “fechar as escolas de cunho desnacionalizante, e substituí-las imediatamente por outras, diretamente mantidas pelo Estado, parecia obra impossível a Santa Catarina”, dificuldade que foi superada “auxiliado eficazmente pelos Municípios”²³³. Certamente, os investimentos estatais foram intensificados nas décadas de 1930 e 1940, conforme evidenciou a historiadora Luciana Rossato (2014), porém, não o suficiente para ignorar que o patrimônio escolar ainda estava sob domínio privado das Associações. Se por um lado, esse aspecto contribuiu significativamente para a expansão da rede pública de ensino em Blumenau, pois não demandou investimentos robustos em curto prazo dos poderes estatais devido a utilização de instalações, móveis, materiais didáticos, por outro, impunha ao Estado ter que lidar com diferentes formas de interferências das lideranças comunitárias ligadas as Associações Escolares, que reivindicavam o direito de agência sobre o funcionamento das escolas. Foi um problema que perdurou por décadas em Blumenau, inclusive destacado por diferentes prefeitos como uma questão que precisava ser resolvida. O gráfico também reforça o impacto das medidas definidas a partir da instalação do Estado Novo quando em 1938 o Decreto Estadual n. 88 impõe determinações rígidas para as escolas particulares, pressionando com novos procedimentos, a conversão para escolas públicas. Em Blumenau, muitas delas foram municipalizadas, como a própria Escola Particular de Rega, onde atuava o professor João Ehlert ou a Escola Particular de Wunderwald, apresentada acima.

As escolas particulares foram tratadas pelo interventor do Estado nesse Relatório de 1943 como responsáveis pelo “fenômeno da desnacionalização escolar”, problema que “vinha

²³³ RAMOS, Nereu. *Relatório apresentado ao exmo. sr. Presidente da República pelo dr. Nereu Ramos, interventor federal do Estado de Santa Catarina no exercício de 1943*. Florianópolis. out. 1944. p. 86.

de longe, e agravado, no suceder dos anos, pela excessiva liberdade concedida ao ensino particular”. Interessado em enaltecer a eficácia do seu governo, o interventor aciona o passado para demonstrar ao chefe da Nação seu controle sobre aquele tempo presentemente encerrado, ou seja, o fim do tempo da desnacionalização, quando nas “extensas zonas de colonização, as escolas privadas subiam a centenas, desenvolvendo-se a margem de qualquer característica de brasilidade, e custeadas pelo espírito associativo do colono, senão por governos estrangeiros”²³⁴. Nesse discurso, foi definido mais de um inimigo que precisou ser combatido, o que permitia legitimar as dificuldades do trabalho realizado em Santa Catarina em nome da integração nacional, percepção importante para validar a aliança regional com o governo de Getúlio Vargas.

Em alguma medida, os discursos políticos também estabeleceram articulações com concepções teóricas que afirmavam a noção de desnacionalização, inclusive com o uso do termo em artigos científicos publicados com ampla circulação. O historiador André Fabiano Voigt (2008, p. 32) demonstrou que o intelectual Artur Hehl Neiva esteve entre os estudiosos integrados ao governo federal, contribuindo com suas ideias referentes a “questão imigratória nas revistas Cultura Política e Revista de Imigração e Colonização, as quais são alguns dos principais veículos dos projetos governamentais varguistas, relacionados aos problemas imigratório e populacional no país”. Na perspectiva sociológica de Neiva (1944), “os maiores ‘fatores de desnacionalização’ são o lar, a escola, a igreja e as associações”, cada uma com suas particularidades e, portanto, com demandas distintas para as ações nacionalizadoras conduzidas pelo governo.

Ao trazer para a cena as diferentes associações de iniciativa privada (desportiva, recreativa, cultural, entre outras), criadas nas áreas de colonização alemã devido ao seu caráter de sociabilidade, Neiva (1944) contribui para demonstrar que além da escola ser considerada um ambiente desnacionalizador justificado por seu ensino concentrado nas referências étnicas alemães, a Associação Escolar aparece como outro fator de desnacionalização, intensificando a atenção para a escolarização, o que no caso de Blumenau é fortemente demarcado, já que a maioria das escolas por longos anos, teve sua criação, manutenção e funcionamento dependente das Associações Escolares. Entretanto, conhecer os bastidores dessas organizações associativistas continua a ser um desafio atrelado a pouca documentação acessível para pesquisa tanto envolvendo os mecanismos internos quanto das interlocuções com o Estado, sendo esse um estudo ainda para ser realizado sobre Blumenau.

²³⁴ *Ibid.*, out. 1944. p. 86.

De forma mais ou menos anunciada, porém, ainda por meio de vestígios que precisaram ser tecidos para adquirir inteligibilidade, algumas Associações Escolares a partir de suas lideranças comunitárias, buscaram tensionar os procedimentos de intervenção pública em suas escolas, fosse questionando a legitimidade de decisões do Estado durante o tempo da nacionalização, conforme analisado no segundo capítulo, ou decidindo por novas denominações para as antigas escolas com homenagens a sujeitos do passado, de acordo com a investigação do último capítulo.

4.2 PROJETOS CONCORRENTES DE NACIONALIZAÇÃO EM BLUMENAU NA DÉCADA DE 1930 E 1940 E AS ACUSAÇÕES DE DESNACIONALIZAÇÃO: O CASO DO INTEGRALISMO

Desde o início da década de 1930 Blumenau vivenciou tensões entre os diferentes grupos políticos interessados em promover a nacionalização ou mesmo a desnacionalização na busca por angariar, mas também afirmar posições na política local, além de sua articulação com outras esferas de poder, considerando as relações com o governo estadual e federal. Com o ideal de homogeneização da Nação brasileira, conforme analisou Angela de Castro Gomes (2013), a nacionalização se tornou um propósito do governo de Getúlio Vargas e em Santa Catarina assumiu extrema importância perante a concentração de grupos étnicos que mantinham preservados os vínculos com os países estrangeiros, incluindo os alemães e seus descendentes. A implementação de uma política de nacionalização abriu caminho para que o governo do Estado conduzisse uma forte intervenção em Blumenau, com amplo enfoque para a escolarização, aspecto abordado no segundo capítulo.

Como uma espécie de projeto de nacionalização concorrente ao que foi oficializado pelos poderes estatais vinculados ao PLC em Blumenau, estavam as iniciativas da Ação Integralista Brasileira, com forte atuação no município desde maio de 1934. Tratava-se de um movimento político de amplitude nacional, criado em 1932 com a liderança de Plínio Salgado e tornado, em 1935, um partido político que se expandiu rapidamente (Cytrynowicz; Maio, 2019, p. 38). Sua expressividade entre a população de Blumenau ocasionou diferentes tensões, o que incluiu a acusação de agir para “caboclicizar” a população. Esse termo foi problematizado no jornal de Florianópolis *A Gazeta* de 5 de janeiro de 1935²³⁵ por meio de um artigo de autoria do intelectual integralista Othon d’Eça, empenhado em combater uma publicação do *Der*

²³⁵ BASTA! *A Gazeta*, ano I, n. 115, 5 jan. 1935. Blumenau. p. 1.

Urwaldsbote, jornal de Blumenau editado em língua alemã²³⁶ com caráter germanista e em alguma medida atrelado aos interesses da NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* ou traduzido Partido Nacional-Socialista Alemão), organização nazista posicionada no município, conforme demonstram os estudos de Méri Frostcher (2007) e René Gertz (1987). Nesse embate, também esteve envolvido o periódico local *A Cidade*, com um texto buscando uma espécie de apaziguamento, aonde o termo foi novamente mobilizado em 12 de janeiro de 1935²³⁷.

Se o termo “caboclar” foi utilizado explicitamente pelo jornal *Der Urwaldsbote* não foi possível identificar, mas certamente circulou com um significado avaliado como negativo e vinculado a ações praticadas por aqueles, nesse caso, os adeptos da Ação Integralista Brasileira, acusados de terem interesses em anular as referências da cultura alemã que continuavam preservadas no município. Os questionamentos de Othon d’Eça denunciavam que “para o *Urwaldsbote* ensinar o amor pelo Brasil é *caboclarismo* desprezível e aquele que ama o Brasil um indivíduo *caboclarizado*”, o que era comparado a ser inferior, especialmente para a população de origem alemã. Assim, “o caboclo brasileiro, o herói humilde que desbravou os nossos sertões, na opinião do sr. Koehler é um ser desprezível e miserável, que só merece o desprezo e a injúria”. O nome referenciado era de Gustavo Arthur Koehler, proprietário do jornal e apontado como uma liderança que estimulava em Blumenau a negação do reconhecimento do Brasil como pátria a ser valorizada. Para Othon d’Eça o integralismo era visto como um incômodo por ter “um programa de ação nacionalista” que sofria ataques daquele jornal, com a complacência dos políticos locais, o que não impedia de continuar a “buscar o patriotismo sadio e consciente dos brasileiros de sangue alemão e dos alemães adaptados a vida brasileira”, mesmo diante de ataques.

O próprio Koehler demarcou em uma correspondência para o governo alemão com data de 25 de março de 1935, dois meses após o embate público por meio dos periódicos, que o integralismo era uma preocupação por atuar contra a cultura alemã desde 1934 e ter muitos adeptos na região do Vale do Itajaí. A pesquisa dessa carta, encontrada durante a pesquisa na Alemanha, foi realizada pela historiadora Méri Frotscher (2007, p. 88), evidenciando que as mudanças conjunturais trazidas pelo governo nacionalista de Getúlio Vargas, haviam impactado com força Blumenau, inclusive com “uma campanha de nacionalização escolar, empreendida

²³⁶ A data da publicação não foi identificada devido a impossibilidade de acessar as edições de 1935 do jornal *Der Urwaldsbote* em busca da publicação referenciada pelos outros jornais.

²³⁷ O JORNAL “Der Urwaldsbote” e o artigo do sr. Othon D’Eça. *A Cidade*, ano XI, n. 30, 12 jan. 1935. Blumenau. p. 1.

pelo governo estadual”, além das ameaças para a circulação do jornal, o que era prejudicial para a manutenção dos valores étnicos dos alemães e seus descendentes. Também sobre o jornal *Urwaldsbote*, as investigações da historiadora demonstraram que eram recorrentes na trajetória do jornal fundado em 1898 pelo já referenciado no primeiro capítulo, o pastor Hermann Faulhaber, a presença de artigos com visões pejorativas, que envolviam debates sobre raça, mestiçagem e ideias de superioridade racial, aonde aqueles chamados de forma depreciativa de caboclos, eram apresentados como desprovidos de qualidades e não poderiam ser comparados com os alemães.

Os embates envolvendo a nacionalização, interpretada como interesses em “caboclicizar” Blumenau, novamente estavam na cena pública, dessa vez atrelados ao movimento integralista. Ainda na sua crítica em janeiro de 1935, Othon d’Eça afirmou que “não precisamos mendigar licença ao sr. Koehler, nem aos que se acoitam nas sebes de um municipalismo prejudicial a unidade brasileira, para desdobrarmos em Blumenau uma bandeira de brasilidade!” Essa percepção evidenciava que havia aqueles interessados em isolar o município na intenção de conter ou controlar sua integração com a nação brasileira, o que não seria permitido pelos integralistas dispostos a hastear a bandeira nacional. Nesse sentido, não seria aceito que Blumenau desenvolvesse um municipalismo às avessas, preocupado em garantir autonomia perante o governo estadual, que também era repellido porque tinha o comando da oposição, configurada pelo PLC, porém, sem demonstrar interesses na política de unidade nacional que estava em processo de efetivação com o governo Vargas. Os debates envolvendo as questões étnicas foram intensificados e a nacionalização da população estrangeira assumiu no Estado um formato moldado para suas problemáticas próprias, especialmente a partir de 1935 com a primeira Lei de Segurança Nacional que se estendeu por muitas décadas.

Entre as questões que ainda suscitam problematizações para a historiografia em Santa Catarina, está a compreensão do prestígio que o integralismo assumiu em áreas como Blumenau, apesar de ser um movimento nacionalista brasileiro, que motivou o interesse, principalmente dos descendentes de alemães de vestirem com orgulho as Camisas-Verdes, termo popularizado devido a cor do uniforme dos integralistas. A compreensão desse fenômeno reúne diferentes fatores, entre eles uma espécie de “tolerância” com os traços culturais étnicos manifestados no cotidiano, com destaque para o uso da língua alemã. Como apresentou o historiador Luiz Felipe Falcão (2000), o discurso de abandono da Colônia Blumenau, com a falta de investimentos do governo federal e estadual durante anos, também foi mobilizado por muitos membros do integralismo para justificar a importância de uma nacionalização gradual, sem a truculência para forçar os laços imediatos com a cultura nacional. Essas acusações de

“tolerância” com o idioma alemão, não deixaram de ocasionar desconfortos e críticas contra o movimento integralista, que chegavam a circular também em outros estados brasileiros. Em 6 de agosto de 1937 o integralista Alberto Stein, prefeito de Blumenau e chefe do núcleo municipal do integralismo, expressou pelo jornal local *Blumenauer Zeitung* seus incômodos ao responder à acusação, noticiada no Jornal *Anhanguera* publicado em São Paulo, de que a maioria dos integralistas de Blumenau não falavam português. Afirmou Stein que “os blumenauenses são e serão sempre bons brasileiros [...] tendo o integralismo contribuído muito para a nacionalização”. Justificou aquela difamação pela insatisfação dos políticos liberais devido os resultados da eleição municipal e acusou os outros partidos de negligenciarem por anos aquela população²³⁸. A eleição referenciada era aquela onde o próprio Alberto Stein tinha sido vitorioso e levado o integralismo rapidamente ao comando do governo municipal.

A rápida e numerosa adesão ao integralismo em Blumenau também esteve relacionada com os desmembramentos impostos ao município em fevereiro de 1934 por determinação do governo do Estado comandado por Aristiliano Ramos, membro do Partido Liberal. Como observado anteriormente, a reconfiguração territorial reduziu drasticamente o tamanho de Blumenau, o que provocou protestos locais e articulações políticas na tentativa de reverter a decisão. O governo do Estado foi criticado e acusado de sabotar o crescimento econômico de Blumenau, motivado por rivalidades políticas que também envolviam novamente questões étnicas. Entre elas, a concepção do amplo território de Blumenau reconhecido como herança do colonizador habitualmente chamado de Dr. Blumenau sendo sua manutenção necessária para a preservação do passado visionário e honroso, que memorializado assegurava a continuidade das manifestações culturais para os alemães naquele território do Brasil. Os estudos de Méri Frotscher (2007) apresentaram a ideia discursada na época sobre a existência de uma “Grande Blumenau”, que para manter sua unidade deveria ser capaz de se sobrepor as divergências políticas entre as lideranças locais, incluindo republicanos, liberais, integralistas e nazistas.

Em busca de articulações capazes de fortalecer alianças políticas interessadas em vencer as eleições de 1935, identifiquei que as lideranças integralistas souberam lidar com a crise instaurada no Vale do Itajaí devido aos desmembramentos forçados, que acirraram os embates principalmente entre os liberais e os republicanos. Ao analisar o processo judicial n. 526/1938 do Tribunal de Segurança Nacional, referente a tentativa de golpe de Estado movimentado por

²³⁸ LOKALES. Anhanguera. *Blumenauer Zeitung*, ano 56, n. 60, 6 ago. 1937. [Dispõe sobre críticas contra os integralistas de Blumenau que sabiam falar a língua portuguesa]. Fundo Integralismo - Política, Integralismo, Publicações (11.6.2). Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung*, 1934-1937. Blumenau. s.p.

adeptos do integralismo em 1938 em reação ao golpe do Estado Novo no final de 1937²³⁹, verifiquei um documento em meio a centenas de páginas. Em uma correspondência interna da AIB, apreendida para compor um conjunto probatório contra os integralistas, reencontrei Othon Gama d'Eça, identificado como Chefe Provincial do Integralismo de Santa Catarina. Seu gabinete em Florianópolis, estabeleceu contato diretamente com Plínio Salgado, que era o Chefe Nacional do Integralismo, para tratar da separação do território de Blumenau. As relações entre esses desmembramentos e o integralismo até o momento não foram investigadas com profundidade, sendo possível afirmar que cabem análises adensadas, apesar dos novos enfoques apresentados pelas pesquisas mais recentes como a de Clayton Hackenhaar (2019) que não contemplou esse viés de análise.

Na correspondência, Othon Gama d'Eça apresentou as justificativas para sua autorização da separação “pleiteada” pelos novos municípios de Timbó e Hamônia, que permaneceram subordinados, apesar de suas emancipações políticas, a liderança do Núcleo Municipal Integralista de Blumenau. A correspondência não está datada, no entanto, é certo que foi produzida após as eleições municipais de 1936 e antes da proibição dos partidos políticos, em 1937, quando o integralismo passou a ser perseguido pelo Estado Novo. Nela, justificou que a determinação anterior de manter a liderança de Blumenau sobre os novos municípios emancipados se fez por uma “medida altamente política [que] convinha a A.I.B.”, pois satisfazia o desejo da população que continuava unida conservando os antigos limites territoriais como referência, portanto, insatisfeita com a separação do território avaliada como arbitrária e “ato de pura vingança política”. De acordo com os argumentos do Chefe Provincial, com o passar do tempo ficou constatado que não exista mais, por parte dos moradores dos recém-criados municípios, o clima de rejeição contra o desmembramento devido aos bons resultados alcançados pela autonomia política, fazendo desaparecer “aquele espírito de união sagrada”. A autoridade do núcleo de Blumenau em relação aos outros territórios tinha sido instrumentalizada pelos “políticos liberais” para prejudicar o Partido Integralista nas eleições municipais de 1936, o que não se concretizou “vencendo apesar de tudo, a disciplina integralista, que manteve coesas as camisas-verdes”. Assim, com autorização do chefe nacional, Othon Gama d'Eça determinava que Timbó e Hamônia, onde haviam sido eleitos prefeitos

²³⁹ Com a instauração da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937, Getúlio Vargas fechou o Congresso Nacional e proibiu a organização dos partidos políticos, o que atingiu o movimento integralista. Liderados por Plínio Salgado, chefe nacional do integralismo, vários membros do antigo partido se envolveram na tentativa de viabilizar um golpe integralista contra o governo Vargas deflagrado no início de 1938.

integralistas, passavam a ser Núcleos Municipais autônomos, cada um com seu próprio chefe municipal integralista.

Os indicativos são de que a Ação Integralista Brasileira não estaria aproximada das questões em torno da separação de Blumenau, já que a organização ainda não estava implementada oficialmente no município, o que vai acontecer alguns meses depois, em maio de 1934. No entanto, esse período de instabilidade política parece ter sido percebido como uma oportunidade para o movimento se estabelecer com solidez, já que “a ocasião era propícia ao Integralismo e justo que procurássemos aproveitá-la”, segundo Othon Gama d’Eça. Ainda conforme suas palavras, “nessa ocasião havia eu recebido de Itajaí uma carta de Juventino Linhares e na qual me era comunicado que em Blumenau, Alberto Stein se interessava pela Doutrina do Sigma”. Assim, estabeleceu contato com Alberto Stein e Rodolpho Rabe, ambos interessados em ocupar a função de chefe municipal, escolhendo o primeiro devido “o espírito decidido, pronto, enérgico”, decisão considerada acertada pelos resultados obtidos posteriormente nas urnas pelo comando de Alberto Stein²⁴⁰.

Certamente o que foi entendido por “tolerância” com as manifestações culturais alemães, especialmente, com o uso da língua alemã, foi fundamental para a atuação do integralismo em Blumenau e na região do Vale do Itajaí, posicionando esse grupo político como alternativa disposta a acolher e potencializar as críticas daqueles que não reconheciam estarem representados nos segmentos políticos já existentes. Em nome de uma alternativa política, muitos membros do integralismo por todo o país foram reconhecidos como a opção acertada nas eleições de 1935 e 1936, com centenas de candidatos eleitos, principalmente a nível municipal. Estima-se que em 1935 o integralismo tinha 1.123 núcleos atuando em 548 municípios somando 400 mil participantes (Cytrynowicz; Maio, 2019, p. 38), sendo um deles em Blumenau.

Pela dimensão nacional que o grupo logo alcançou e considerando a formação multicultural do país, foi preciso reconhecer que não haveria uma homogeneidade nas fileiras do integralismo, inclusive entre as lideranças, que também tinham ideias nem sempre convergentes. Desta forma, “a atuação regional da AIB não se limitava apenas a reiterar as questões nacionais. Levavam-se em conta as especificidades do jogo político entre as forças políticas locais e o regime de Getúlio Vargas” (Cytrynowicz; Maio, 2019, p. 46). Significa dizer

²⁴⁰ BRASIL. Auto de Apreensão. Tribunal de Segurança Nacional. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Delegacia de Polícia do Município de Timbó. Inquérito Policial Carlos Brades e outros. [Dispõe sobre resoluções do chefe provincial da Ação Integralista Brasileira Othon Gama d’Eça]. Florianópolis. 17 mar. 1938. p. 346.

que pessoas aderiram ao integralismo por diferentes motivos, apesar da rigidez das normas internas em busca da coesão do grupo, perspectiva que contribui para analisar a intensa presença do integralismo em Blumenau, uma vez que o princípio do nacionalismo que orientava os integralistas era uma questão que não podia ser ignorada na região, sendo necessário posicionamentos mais brandos.

O município de Blumenau estava entre aqueles que elegeu, em 1935, o prefeito e a maioria dos vereadores pelo Partido Integralista, entre eles os vereadores João Ehlert e José Ferreira da Silva, apresentados anteriormente. Como já mencionado, a prefeitura passou a ser comandada por Alberto Stein, até 7 de janeiro de 1938, quando foi substituído por José Ferreira da Silva. Essa transferência de poder não ocorreu livre de indisposições perante as circunstâncias que serão apuradas no último capítulo, com a indicação do novo prefeito como interventor municipal, porém, antigo integralista. Nas descrições dos periódicos sobre o momento da posse, fica perceptível que Alberto Stein não estava interessado em apoiar Ferreira da Silva e “logo após o ato da posse retirou-se o sr. Alberto Stein, ex-prefeito”, não participando da continuidade da cerimônia, que contou com o discurso do recém-empossado e foram direcionadas para as necessidades de melhorar as condições de infraestrutura do município²⁴¹, sem mencionar os entraves entre os integralistas ou sobre a política de nacionalização e seus efeitos. Conforme suas palavras publicadas no jornal *A Gazeta*, em 28 de janeiro de 1938, as mudanças aconteceriam por meio das parcerias com o Estado, na busca em “por ponto final nas desinteligências que traziam o governo municipal divorciado do Estado, com grandes prejuízos para Blumenau”²⁴². Esse divórcio que estaria em vigor até então, não teve os motivos explicitados na notícia, mas tudo indica que tinha relação com os conflitos atrelados a manutenção dos vínculos étnicos alemães combatidos por ações nacionalizadoras e intimamente entrelaçados na cena política com performances que estavam em disputa. Também cabe indagar em que sentido Blumenau sofria com “grandes prejuízos”, o que provavelmente envolvia restrições de dimensão econômica devido as rivalidades políticas que estariam restringindo o acesso aos recursos públicos provenientes do Estado. Era uma questão entendida como um problema, inclusive demarcado na correspondência de Gustavo Arthur Koehler ao governo alemão, reclamando sobre “as dificuldades na obtenção de subsídios financeiros dos governos estadual e federal por parte das antigas elites republicanas do Vale do Itajaí”. É certo

²⁴¹ TEVE lugar ontem a solenidade da posse do sr. José Ferreira da Silva no cargo de prefeito de Blumenau. Novo Prefeito. *A Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 30, 12 jan. 1938. Blumenau. p. 1.

²⁴² “A GAZETA” nos municípios – Blumenau. A posse do novo prefeito. *A Gazeta*, ano IV, n. 1068, 28 jan. 1938. Blumenau. p. 2.

que as relações entre o governo estadual e municipal estavam tensionadas pelas disputas entre os grupos políticos, atravessadas pela política de nacionalização, acusada de forma mais ou menos sutil, de impor um nacionalismo exacerbado contra as populações formadas a partir da imigração alemã no Brasil, o que não deixou de ocasionar violências de diferentes naturezas.

Essa política de nacionalização não deve ser tratada como estática ou sendo um modelo único, que teria sido implementado em todo o território nacional sem distinções perante as particularidades regionais e locais. A própria forma de lidar com a presença de imigrantes e a imigração, segundo Angela de Castro Gomes (2013, p. 50) passou por significativas “alterações nos projetos político-ideológicos do regime” desde sua inauguração em outubro de 1930, o que provocou fortes restrições em relação a chegada de estrangeiros no Brasil. Nesse sentido, é importante evidenciar o “fim dos incentivos que o país mantinha para sustentar uma imigração subsidiada” que durante as décadas anteriores sustentou a “crença no ‘branqueamento’ do povo brasileiro como indicador de avanço civilizatório, acelerando um processo de mestiçagem” (Gomes, 2013, p. 51). Apesar dessa percepção ainda ter muitos adeptos, inclusive em Blumenau, a diversidade racial passou a ser concebida pelas políticas nacionais como valorosa e foi estimulada, não havendo mais sentido em “privilegiar trabalhadores estrangeiros com incentivos diversos, privando os nacionais, de quaisquer matizes, das atenções governamentais, fossem elas da União ou dos estados” (Gomes, 2013, p. 52). Desta forma, a questão das populações estrangeiras, especialmente aquelas que foram chamadas de “quistos étnicos”, adquiriu maior atenção com a declaração de guerra do Brasil, em agosto de 1942, contra o grupo do Eixo, liderado pela Alemanha. As ameaças que o envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial representou foram instrumentalizadas novamente em âmbito nacional para colocar sob suspeita a população de origem alemã de Blumenau. Isso contribuiu para intensificar as ações nacionalizadoras de cunho coercitivo, inclusive pela atuação das forças militares que haviam ocupado o município desde 1939.

Em Santa Catarina quem conduziu a política de nacionalização foi Nereu Ramos, escolhido como interventor federal a partir de 1937, mas que já comandava o governo estadual desde 1935, apesar de “nunca [ser] eleito diretamente pelos catarinenses para exercer um cargo executivo” (Elias, 2019, p. 211). Assumiu o poder como liderança do PLC, por indicação indireta do legislativo, conseguindo se manter no jogo político no período da ditadura estadonovista e mesmo depois quando adquiriu maior proeminência em âmbito nacional, chegando a ser presidente da República por um breve período entre novembro de 1955 e janeiro de 1956. Sua administração no governo do Estado se mostrou alinhada com os propósitos e procedimentos que burocratizaram o Estado brasileiro em busca da centralização do poder, por

meio de “uma tutela autoritária que tanto assegurava certa coesão das elites em suas diversas frações e grupos de interesse, quanto controlava a classe operária” (Napolitano, 2017, p. 122).

Apesar da máxima centralização do poder no Executivo Federal, amplamente constituída as custas da intensificação do autoritarismo, o Estado Novo não eliminou os poderes regionais, o que também não impediu que fossem profundamente atingidos, mas ainda era pertinente “lembrar que os chefes dos governos estaduais eram os interventores, não mais eleitos, e sim nomeados pelo presidente Vargas” (Gomes, 2013, p. 48). Ter que lidar com tantas mudanças na dimensão federal, certamente ocasionou a necessidade de diferentes arranjos nas políticas estaduais, com a presença dos interventores mobilizados como instrumentos fundamentais para capilarizar os interesses centralizadores. Para Maria do Carmo Campello de Souza (1990, p. 95) o interventor, de forma mais acentuada aqueles atuantes nos Estados entendidos como “menos estratégicos para os desígnios do poder central”, adquiriu maior expressão e precisou ter cuidados para lidar com mecanismos de “controle por parte do governo central e dos desejos dos estados em manter suas prerrogativas”, conjuntura que impunha diferentes posturas.

Além disso, internamente cada interventor tinha que operar com o caldo político envolvendo os municípios de seus Estados, o que significou não romper profundamente com as lideranças políticas de outrora, apesar das mudanças em andamento, que acabaram trazendo para o cenário institucional apoiadores que podem ser entendidos como “‘marginais’, isto é, destituídos de maiores raízes partidárias; indivíduos com escassa biografia política ou que, se possuíam alguma, a fizeram até certo ponto fora das máquinas partidárias tradicionais nos estados” (Souza, 1990, p. 87-88). Foi o caso da maioria dos interventores municipais nomeados em Blumenau, incluindo também os sujeitos agregados que atuavam na composição de cada nova administração municipal ao longo dos quinze anos de comando nacional por Getúlio Vargas, além dos anos de interventoria de Nereu Ramos em Santa Catarina. Em um município como Blumenau, com grande potencial de insatisfações e entraves associados as questões étnicas, a troca frequente dos prefeitos pode ser pensada como estratégica. Isso porque, estaria interessada em não permitir acomodações, amparadas também por formas de solidariedade e sociabilidade de caráter étnico entre a população de origem alemã, o que incluía aqueles operados na cultura política associativista, resguardada porque era entendida como uma maneira de assegurar as relações dos sujeitos no âmbito privado, afastadas as interferências do público. Significa dizer que valores culturais germânicos, que insistiam em serem mantidos, poderiam se afastar dos interesses nacionais, mesmo em um tempo de nacionalização em que “o objetivo era construir uma coletividade nacional na qual o indivíduo perdesse seus atributos

egoístas e maximizadores” (Gomes, 2012, p. 91). Também cabe ponderar que as muitas mudanças na administração municipal poderiam ter relação com as dificuldades daqueles sujeitos para se manterem nos cargos perante constrangimentos, até mesmo públicos, fomentados pelo grupo político local afastado das posições de poder tradicionalmente ocupadas outrora. Por vezes, eram mobilizadas acusações que sugeriam traição, descaso, além de outros adjetivos vinculados a ideia de abandono dos princípios herdados dos antepassados alemães e, portanto, descomprometimento com Blumenau.

Para a tradicional elite política e econômica de Blumenau, a presença de Nereu Ramos no comando do Executivo estadual configurava um péssimo cenário, combatido com a liderança da família Konder, partidários do PRC, nas figuras do ex-governador Adolpho Konder (1926-1930) e o deputado constituinte Marcos Konder (1935-1937). Esse grupo de oposição, precisou se acomodar no jogo político atuando nos bastidores durante o governo de Getúlio Vargas, na tentativa de sobreviver na cena pública e evitar os holofotes que poderiam causar maiores prejuízos. Também como oposição aos liberais, estavam os integralistas, que venceram a eleição em 1935, o que contribuiu para conter momentaneamente os avanços do PLC em Blumenau, cenário alterado com o golpe de 1937 por meio da implementação das interventorias, que em Santa Catarina direcionaram ao poder municipal apoiadores de outrora ou de ocasião do interventor Nereu Ramos²⁴³.

Na organização política de Blumenau para as eleições a nível estadual em 1934, o destaque estava para a Coligação Republicana (Partido Republicano Catarinense, Legião Republicana e Partido Social Evolucionista) divulgada pelo lema “Por Santa Catarina”, que se colocava drasticamente em oposição ao PLC, denunciando com críticas públicas os vínculos do Partido Liberal com as imposições trazidas ao Estado a partir de 1930. Nesse cenário, com a proximidade das eleições legislativas marcadas para 14 de outubro de 1934, os votos dos integralistas passaram a ser cobrados pelas lideranças da Coligação Republicana como uma manifestação de fidelidade não partidária, mas perante o próprio município, que estaria sendo atingido gravemente pelos rompantes autoritários do PLC no governo do Estado. O desmembramento do município no início de 1934 era frequentemente lembrado como a grande afronta a unidade de Blumenau, que deveria ser defendida como a principal garantia da prosperidade, alicerçada no passado colonial com as iniciativas dos imigrantes pioneiros,

²⁴³ A vitória do Partido Integralista em Blumenau necessita de maiores investigações, porém, é possível dizer que deslocou para a cena política sujeitos que não tinham vínculos partidários estabelecidos publicamente. Os arranjos políticos para as escolhas dos interventores que atuaram no município também precisam de pesquisas capazes de entrelaçar a conjuntura política que envolvia Blumenau e o poder do Estado, inclusive para compreender as relações que posicionaram esses sujeitos como políticos.

capitaneados por Hermann Blumenau desde 1850. Em uma publicação incisiva, na primeira página do jornal local *Cidade de Blumenau* de 11 de outubro de 1934, os integralistas foram provocados a afirmar seu compromisso com Blumenau, votando na legenda “Por Santa Catarina”, mesmo com candidatos próprios. A justificativa era que a “consciência blumenauense não se insensibiliza no entusiasmo árido das doutrinas. Sempre lhe resta a dignidade e o fervor na defesa da tradição brilhante trabalhada pelos seus patriarcas”, demarcando o tempo da colonização alemã como fiador da coesão étnica, remetendo as bases da idealizada comunidade imaginada, que deveria sustentar as alianças em torno do que o artigo jornalístico entendia como o “primeiro e único juramento por Blumenau!”. O passado na forma de memória foi insistentemente acionado para lembrar que era “delicadíssima para a dignidade blumenauense a situação dos nossos companheiros de ontem, que juraram fervorosamente conosco a defesa suprema de Blumenau”. Assim, provocados a demarcar seu posicionamento nas urnas, os integralistas são confrontados com o futuro quando questionados sobre “quantos traidores Blumenau comporta!”²⁴⁴.

O movimento integralista em Blumenau ainda não recebeu a devida atenção da historiografia e esse não é o propósito desse estudo, mas cabe ponderar que essa organização política desalinhou tanto as relações já estabelecidas no cenário local quanto as que alcançavam a esfera estadual. Como um grupo político que surgia em Blumenau da fissura causada pelos entraves entre o PRC e o PLC, o integralismo teve uma importância estratégica para as relações de poder movimentadas na brecha democrática entre 1934 e parte de 1937. Tudo indica que a maioria dos integralistas no município tinha em comum a origem alemã e de forma mais específica, o uso dessa língua no cotidiano, em muitos casos como o único idioma conhecido. Entre os membros do integralismo havia professores, inspetores, lideranças das comunidades escolares, que não deixaram de ser interlocutores de mensagens políticas junto à população. Apesar da presença desses sujeitos atuando nas escolas de diferentes localidades do município durante a década de 1930, isso não significou que a nacionalização, na perspectiva do uso da língua portuguesa em detrimento da língua alemã, tenha sido efetivada. Os indicativos são de que a compreensão que muitos integralistas tinham, é que a língua nacional poderia ou até deveria ser aprendida, a exemplo de professores integralistas como João Ehlert, porém, o português seria uma espécie de “língua utilitária”. Significa dizer que seu conhecimento e uso estaria atrelado a necessidades práticas ligadas do Estado brasileiro, envolvendo questões de

²⁴⁴ INTEGRALISTAS de Blumenau. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 7, 11 out. 1934. Blumenau. p. 1.

cidadania, ainda na chave de leitura já analisada, expressada pelo superintendente Paulo Zimmermann na década de 1910.

4.3 UM MUNICÍPIO A SER DESNACIONALIZADO OU TENTATIVAS DE CONTROLE DA NACIONALIZAÇÃO COM OUTROS SENTIDOS POLÍTICOS NO PERÍODO DE EXPERIÊNCIAS DEMOCRÁTICAS

Apesar das análises demonstrarem que a escolarização de Blumenau foi afetada pela atmosfera de desnacionalização no período das experiências democráticas, foi possível identificar que no município, diferentes discursos e práticas caracterizaram iniciativas para desnacionalizar, portanto, interessadas em anular ou alterar determinações estabelecidas pela política de nacionalização dos anos anteriores, observadas ainda em 1945. Aliás, entendo que essa é a principal característica que permite diferenciar o discurso de desnacionalização entre as décadas de 1910 e a primeira metade de 1940, já que no início do século XX, as acusações eram direcionadas apenas para as escolas e seus sujeitos, ou seja, em algumas circunstâncias os agentes estatais, com ou sem o uso explícito do termo, denunciaram publicamente condutas consideradas desnacionalizadoras. Como justificativa estava a insistência na conservação de um modelo de ensino pautado em elementos culturais e políticos com valor étnico, afirmado como princípio natural que distinguia a população de origem alemã como mais valorosa do que a brasileira.

Com a crise do Estado Novo, já em andamento na segunda metade de 1944, as tensões políticas e sociais entraram em ebulição, intensificadas com a atuação do movimento Queremista a partir de maio de 1945. Os embates envolveram acontecimentos que ocasionaram a saída do presidente Vargas em outubro de 1945 e a articulação dos arranjos políticos para a construção de um formato de democracia, com diferentes concepções em disputa, a vencedora implementada com ou sem Getúlio Vargas. Interessados, especialmente, em defender os direitos trabalhistas conquistados em 1943, os trabalhadores se articularam a partir do Rio de Janeiro, formando um movimento de alcance nacional, inicialmente, pautados pela bandeira de “Queremos Getúlio”. De acordo com o historiador Jorge Ferreira (2019, p. 12), com suas bases populares, o queremismo foi decisivo para uma “transição democrática”, na sua compreensão sendo a possibilidade de manifestações públicas dos diferentes atores sociais, a configuração de um dos princípios para a democracia.

Em Blumenau, também em 1944 começam a ser manifestadas publicamente, por meio dos principais jornais locais, críticas mais contundentes contra Getúlio Vargas, apresentadas

pela oposição articulada pelos irmãos Konder, particularmente, Adolpho e Marcos, políticos que antes da tomada de poder por Vargas, foram governador e deputado estadual respectivamente, além da participação mais tímida do irmão Victor Konder, por alguns anos exilado político do golpe de 1930 porque participou do governo deposto do presidente Washington Luís. As notícias traziam visibilidade para os questionamentos em torno do autoritarismo de Getúlio Vargas, provocando indagações sobre a falta de liberdade devido a supressão da democracia no Brasil. Em âmbito local, as críticas estavam atreladas às discussões em torno dos efeitos da nacionalização, considerada uma política imposta à população de origem e descendência alemã por mais de uma década. Os embates, cada vez mais explícitos no espaço público, foram apontados por agentes do Estado como tentativas de desnacionalização, já que eram identificadas posturas que seriam de afrontamento às determinações nacionalizadoras dos anos anteriores, por vezes, manifestadas nas escolas e em outros âmbitos da vida social, frequentemente, muitas vezes associadas à retomada da expressão pública da língua alemã. Nesse sentido, entendo que foi sendo configurada uma atmosfera de desnacionalização em que as questões étnicas eram uma espécie de fio condutor.

Entre os diferentes agentes do Estado, interessados em evitar qualquer forma de afronta à nacionalização estavam os militares, que em 1939 formaram em Blumenau o 32º Batalhão de Caçadores, com soldados arregimentados de vários locais do Brasil, que chegaram na cidade em 11 de abril, comandados pelo Major Nilo Guerreiro Lima. No início de 1939 o jornal *O Estado*, editado em Florianópolis, noticiava em 20 de janeiro que o Ministério da Guerra havia determinado que o Batalhão deveria ser “constituído de nortistas, desde o comandante ao corneteiro, afim de ser localizado naquela cidade, como elemento neutralizador da dissolução colonial”. A cidade de Blumenau era apontada como “um dos mais perigosos focos de desnacionalização”, mas que “essa situação anormal e perigosa está sendo corrigida, graças à execução do programa de nacionalização estabelecido pelas autoridades militares”. Em tom de denúncia, a publicação intitulada “Brasileiros Desnacionalizados!” evidenciava que 500 recrutas tinham sido deslocados de Santa Catarina e do Paraná para a capital Federal (Rio de Janeiro) e “apenas 30 falam corretamente o português, conhecem a bandeira nacional e reconheceram o retrato do sr. presidente da República”. A questão era tratada como um grave problema que atingia até os chamados “homens de cor”, identificados como parte dos “legítimos nacionais são obrigados a desnacionalizarem-se para poder viver entre os alienistas infensos aos costumes, à língua e aos interesses espirituais de sua nova Pátria”. Sem mobilizar o habitual discurso do abandono dos imigrantes alemães por parte dos governos brasileiros, uma indagação retórica foi formulada “Por que não aprenderam o português?”. A resposta foi

evidenciada na sequência “porque seus pais, obedecendo sem dúvida a um plano, recusaram ensinar-lhes a língua da pátria. São elementos completamente desnacionalizadores, que nada sabem do Brasil”. Além de responsabilizar os pais como culpados pela ausência de integração nacional, as escolas não deixaram de ser demarcadas pela ineficácia pois, “nasceram todos no Brasil, aqui se criaram até a idade do serviço militar, frequentaram escolas, aprenderam a ler e a escrever, sem tomar o menor contato com a alma brasileira através dos pais” ²⁴⁵. O que significava ter “obedecido um plano” não foi possível identificar com nitidez, mas é pertinente avaliar que poderia ser uma forma de vincular a população de origem alemã aos grupos nazistas e integralistas, organizados formalmente no município durante os anos anteriores e que continuariam com intenções de se apresentarem como oposição aos interesses nacionais propagados pelo Estado Novo.

O mesmo ano de 1939 pode ser considerado uma expectativa sobre 1933 quando em 23 de dezembro o prefeito provisório Jacob Alexandre Schmitt apontava para o interventor de Santa Catarina, Aristiliano Ramos, que devido as manifestações cada vez mais notáveis da “política hitlerista”, a ideia de instalação em Blumenau de uma unidade militar era providencial e “de grande efeito moral para fazer cessar o mal que nos preocupa”. Seu incentivo foi além da recomendação e destacou que tinha a indicação do “prédio que poderá ser adotado para quartel”. A correspondência terminava dizendo que “prestaria, pois, V. Exa., mais este inolvidável serviço à causa nacional, resolvendo a situação de maneira eficaz”, uma solução que Schmitt tinha “a liberdade de lembrar” porque não se tratava de uma ideia inovadora. Juntamente a esse documento, o prefeito informou que estava anexada a cópia do relato feito para o Delegado de Polícia da capital sobre “a situação sempre agravante” do avanço nazista em Blumenau. Sem referenciar o nome do delegado, o prefeito, que também tinha sido delegado de polícia no município, descreveu circunstâncias para exemplificar as práticas indicadas como nazistas e, portanto, nocivas para o município, inclusive que contribuíam para a implementação dos procedimentos nacionalizadores, considerados por ele “medidas serenas” e necessárias. Talvez por sua presença nos bastidores da segurança pública, conhecia elementos da atuação nazista que permitiram que afirmasse existir um “recrudescimento nos últimos tempos” referente a “fatos que desde há muito vêm se verificando neste Município”. Para Jacob Schmitt, a força política dos nazistas que atuava junto aos “alemães natos e teutos” era também justificativa para o prejuízo do PLC em relação a expressão eleitoral em Timbó, dificultando o compromisso partidário de pessoas do próprio PLC, como no caso de Hamônia onde havia aqueles que

²⁴⁵ BRASILEIROS Desnacionalizados! *O Estado*. Florianópolis, ano XXIV, n. 7570, 20 jan. 1939. p. 1.

tendiam a defender os interesses nazistas em primeiro lugar. O prefeito provisório denunciava que ainda “proíbem o uso da língua como se ela fosse nociva a formação do caráter dos filhos”. Todas essas ponderações para recomendar que “faz-se necessário, portanto, providência governamental para que tal campanha não prossiga”²⁴⁶.

É possível observar que a presença da força militar em Blumenau já estava no horizonte muito mais cedo do que a historiografia regional evidenciou, demonstrando que a nacionalização foi adquirindo contornos antes mesmo do governo de Nereu Ramos e da imposição do Estado Novo. Além disso, existiam grupos políticos interessados em desestabilizar a acomodação da elite política local, que possivelmente não era tão coesa como propagado, interessada por décadas em manter o comando da chamada “Grande Blumenau”, conforme analisou Méri Frotscher (2007), concentrando os poderes em nome dos seus propósitos de conservar as relações étnicas para sustentar a comunidade imaginada. Esperava-se que o próprio Jacob Schmitt como descendente de alemães privilegiasse aquela aliança em nome das demandas étnicas, o que parece não ter acontecido, tendo ele saído de Blumenau às pressas devido a acusação de não defender a unidade do município, contribuindo com o governo de Estado para os desmembramentos de 1934.

O futuro do passado assumia contornos definidos em 1939 e anunciava mudanças que atravessaram Blumenau com intensidade, reorganizando os arranjos políticos com a participação do Exército como mais um ator que entrava em cena, com finalidades coercitivas, além de propósitos educativos interessados em conduzir a nacionalização com base no fomento de hábitos ritualizados no calendário social e escolar. O direcionamento era para a juventude que mesmo nascida no Brasil, ignorava ou até negava a cultura nacional, insistindo em referenciar os elementos étnicos germânicos, tratados como grandiosos. Essa intencionalidade já estava evidenciada no discurso no comandante Nilo Guerreiro Lima anunciado na cerimônia organizada para a chegada dos militares, com a presença da população, incluindo escolas e seus estudantes, além de diversas lideranças políticas também de outros municípios como Rio do Sul, Timbó, Indaial, entre outros. Foram recebidos com cerimônia pública e acomodados na Sociedade de Atiradores, associação esportiva e cultural que mantinha grande relevância étnica, sendo pioneira na organização das sociabilidades entres os primeiros imigrantes alemães moradores da Colônia²⁴⁷.

²⁴⁶ BLUMENAU. Ofício n. 163. [Dispõe sobre a carta enviada para o Chefe de Política do Estado pelo prefeito provisório Jacob Schmitt]. *Ofícios Governo - Prefeitura Municipal, 1931-1935*. Blumenau. 23 dez. 1933. s.p.

²⁴⁷ A *Schützenverein* Blumenau foi criada em 1859 como uma associação que reunia algumas das lideranças da Colônia em torno da prática de caça e tiro como sociabilidade, mas também um ambiente propício para as articulações políticas. Atualmente a associação ainda está em funcionamento como Tabajara Tênis Clube.

As palavras do comandante foram direcionadas para os soldados, que após muito empenho, haviam se reunido de diferentes regiões do país, no propósito e com “esforços para integrarmos na comunhão nacional uma plêiade de jovens, que talvez por falta de assistência educacional, desconhecem os seus deveres para com esta terra que tudo lhes oferece, pedindo em troca apenas que lhe dispensem o amor que ela merece”. Em poucos minutos de fala, a escola aparecia como responsável histórica pela ausência de integração nacional das crianças nascidas no Brasil, novamente na chave de leitura do abandono governamental, apesar do uso do “talvez” se tornar uma forma de colocar em suspeição essa justificativa muito propagada, abrindo margem para que o próprio Exército formulasse seu entendimento ao longo de sua trajetória em Blumenau.

Também fica evidente no discurso o interesse do Major Nilo Guerreiro Lima em anunciar, muito menos para os soldados e muito mais para a população receosa com aqueles que chegavam de fora, vistos como forasteiros, que os soldados não deveriam se comportar “como conquistadores porque nada há para conquistar, mas para oferecermos a mão amiga a este povo operoso e bom, convidando-o a colaborar conosco nessa jornada da boa vontade”. Com expressões leves e sutis, mas que não deixavam de transmitir mensagens contundentes, o convite de harmonia e de fraternidade aos soldados era afirmado como uma via de mão dupla, pois, demandava disposição por parte da população em colaborar com a nacionalização, apresentada pelo compromisso de coesão em “num país democrático onde não há distinção de crenças” desde que os “descendentes de outros países” compreendam “que aqui aportaram em busca de trabalho e sossego, talvez não encontrados nas pátrias de origem convulsionadas pelo jogo de interesses Políticos e econômicos e pela necessidade de dar vazão ao excesso de população”²⁴⁸, aspectos que não deveriam ser esquecidos.

Como uma espécie de contraditório, na mesma cerimônia onde os aviões lançaram confetes com cores da bandeira do Brasil, a fala do prefeito provisório da vez, José Ferreira da Silva, apresentada antes do discurso do comandante do 32º Batalhão de Infantaria, mobilizou palavras que intencionavam demarcar o compromisso dos moradores de Blumenau com a Nação brasileira, manifestado ao longo da formação do município, que havia completado oitenta e nove anos de criação. O passado foi acionado na tentativa de deslegitimar as ideias que contribuíram com o tal “perigo alemão”, anunciadas em dimensão nacional, abrindo espaço para amenizar os primeiros contatos. Perante a população e várias autoridades, o que não incluía o interventor federal Nereu Ramos, representado pelo Capitão Asteroide Arantes, o prefeito

²⁴⁸ DE BRAÇOS abertos! A recepção de Blumenau ao 32º B.C. *Cidade de Blumenau*, ano XV, n. 84, 15 abr. 1939. Blumenau, p. 1.

afirmou ao comandante que “neste abençoado rincão da Pátria brasileira, estareis dentro do Brasil ao lado de irmãos que sentem, como voz, pulsar, dentro do peito, corações transbordantes de amor, de entusiasmo e de fé no futuro glorioso desta terra dadivosa e boa”. O futuro também foi convocado por ser um tempo considerado de celebração, em que não seria mais preciso convencer que em Blumenau, “não há aqui, crede, restrições nem desconfianças”. Isso porque a integração nacional estaria concluída pelo bem comum do Brasil, fomentada “nesta hora histórica de nacionalidade, em que todos que nasceram sob as benções do Cruzeiro, tem o dever de marchar convosco”. Essas temporalidades fundamentavam o discurso do prefeito apresentado como estratégia de apaziguamento, definida para um momento que significava uma virada de chave no movimento de nacionalização em Blumenau e no Vale do Itajaí.

De forma mais contundente, José Ferreira da Silva não deixou também de emitir sua mensagem para a elite política atrelada as referências étnicas, que assistia o início da sistemática intervenção militarizada, ao reproduzir as palavras de Nereu Ramos, evocadas para tornar presente aquele que estava ausente, como um tipo de alerta, dizendo que “sabemos, sabe-o bem o povo de Blumenau, a sublime verdade que contém a afirmação do chanceler insigne, glória de Santa Catarina e do Brasil, que todos os que nascem nesta terra, ou são brasileiros, ou são traidores”²⁴⁹. Diferente de outros tempos, era o Exército que passaria a atestar quem seria definido como traidor ou amigo do Brasil, uma mudança intensa na organização cotidiana das relações sociais, pois, eram novos atores que demandavam outras formas de negociação, ainda mais dificultada segundo Méri Frotscher (2007) com o controle e as imposições legais causadas pela declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha a partir de 1942.

A presença do Exército em Blumenau comunicava que para o governo de Getúlio Vargas as populações de origem estrangeiras deixaram de ser associadas apenas a imigração e se tornaram interesse da Segurança Nacional, tendo contribuído intensamente para a condução de uma agenda nacionalizadora por meio de atividades cívicas ritualizadas pelo calendário militar atrelado a cultura escolar. Isso porque as escolas eram frequentemente acionadas para participar de movimentos públicos apresentados como patrióticos e que demarcavam as datas comemorativas, relacionadas aos chamados heróis, eventos ou símbolos nacionais. Além disso, no próprio cotidiano escolar, as práticas de nacionalismo foram cada vez mais incentivadas e divulgadas como parte do processo de ensino, evidenciando escolas e professores que assumiam publicamente este serviço de nacionalizar.

²⁴⁹ *Ibid.*, 15 abr. 1939. p. 1.

Essa aproximação com as escolas e as crianças já fazia parte das intenções para a instalação do Exército em regiões do sul do Brasil como aconteceu em Blumenau, onde o capitão Adacto Mello, que esteve no município representando os interesses do Comitê de Nacionalização Federal nos últimos dias de novembro de 1937, divulgou a organização em andamento para a futura presença militar. Nessa ocasião, em uma reunião no Hotel Boa Vista com a participação de lideranças de diferentes segmentos, de acordo com o jornal local *Cidade de Blumenau* anunciou medidas para nacionalizar, pautadas em um “meticuloso estudo na esfera das colonizações estrangeiras”, não sendo mais o propósito “interrogar os culpados” sobre o descaso com as coisas nacionais, pois, “isso é do passado e o passado morreu para nós. Interessa-nos, sim, o presente, onde vamos agir”. Nas palavras do capitão, o destaque da atuação militar seria para a educação nos jardins de infância e nas escolas, que juntamente com os clubes e a igreja luterana, foram avaliados como ambientes a serem “atacados”, pois, são “elementos que podem curar as incompatibilidades trazidas pela criança brasileira de descendência teuta para a vida nacional”²⁵⁰. Em meio a verbos de ordem como morrer, agir, atacar, deixou compreendido que o trabalho pedagógico de nacionalização deveria ser constituído por meio das crianças, afirmadas como brasileiras pelo princípio do nascimento, que ao serem acompanhadas por um programa educativo nacionalizador, cresceriam desenvolvendo o apelo pelo Brasil. O relato sobre a reunião terminou com o comunicado do capitão sobre a chegada de um agrupamento militar com instalação definitiva em Blumenau.

Nesse discurso militar, o passado foi escamoteado, pois o presente das iniciativas militares e o futuro dos resultados das ações assumiam relevância para efetivar a missão que ficou conhecida como Campanha de Nacionalização. As temporalidades foram mobilizadas na perspectiva do progresso, em que aquele presente avançaria sobre o passado no propósito de encerrar o processo de desnacionalização, protagonizando a interferência das Forças Armadas como guardiãs da Nação durante o governo de Getúlio Vargas. Ao desconsiderar o passado, esse tempo articulador para a coesão entre os alemães e seus descendentes, as referências étnicas associadas aos imigrantes pioneiros, aos esforços dos colonizadores e outros atributos, eram silenciadas. Havia pretensões que aparentavam ter interesses em isolar as memórias com um grupo geracional, ainda ativo politicamente, que até mesmo por ordem natural, em poucos anos, seria substituído por cidadãos capacitados para se reconhecerem como brasileiros. Naquele momento, cabia afastar esse grupo das esferas de poder, com iniciativas que estavam em andamento desde 1930.

²⁵⁰ A REUNIÃO convocada no Boa Vista. Nacionalização. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 19, 1 dez. 1937. Blumenau. p. 1.

Na mesma edição, também na primeira página, o diretor do jornal Achilles Balsini, publicou suas impressões sobre a reunião, demonstrando receio com o futuro obscuro, percepção distinta do capitão Adacto Mello, que entendia o futuro como tempo de esperança. Para Balsini “o momento é de extrema delicadeza a ponto de fugirmos a toda e qualquer discussão sobre as medidas projetadas pelo Governo Federal para uma radical nacionalização”, constatação resultante da reunião com o representante do Exército, onde os que participaram “retiraram-se, da reunião convocada, profundamente convencidos de que se tratava de cumprir ordens e não discuti-las”. Entre as preocupações sobre possíveis reações locais estava a compreensão que o restante do país teria sobre Blumenau, o que demandava cautela já que não “se trata absolutamente de abolir o alemão, mas sim de se oficializar a língua vernácula. Contra isso ninguém terá qualquer oposição a fazer, mas os meios para a consecução deste objetivo é que despertaram um intenso constrangimento”. Sua recomendação era para que não se “eternizasse o caso com maiores sacrifícios ainda. É tratar de aprender todos o brasileiro!”²⁵¹

Essas tensões envolvendo a instalação do Exército em Blumenau demonstram que ao ser tratada a questão da nacionalização como uma demanda de Segurança Nacional, algumas justificativas que por décadas buscaram relativizar a restrita aproximação dessa população com a cultura nacional não poderiam mais ser instrumentalizadas para a manutenção da tolerância com os vínculos étnicos alemães, cada vez mais lidos pela chave do combate as ameaças de grupos que, inclusive com apoio internacional, deliberadamente estariam interessados em desnacionalizar regiões do território nacional.

Essa noção de desnacionalização vai aparecer de forma explícita no parecer produzido pela 5ª Região Militar e destinado para o Estado Maior do Exército (E.M.E.) no início de 1938, referenciando a Campanha de Nacionalização direcionada para os Estados do Paraná e Santa Catarina. Além de reconhecer a existência de críticas aos governos passados, o que havia favorecido a conservação de características dos países de origem, as antigas colônias alemãs foram apontadas como aquelas mais adeptas ao isolamento para manutenção de costumes que privilegiaram a exaltação da pátria alemã. Novamente foi considerado o grupo étnico mais perigoso, pois contava com o apoio de segmentos da Alemanha, interessados em proteger suas expressões culturais e políticas, inclusive, estabelecendo ligações próximas com escolas e professores, destacados como “os elementos indispensáveis à obra de germanização”²⁵². Os

²⁵¹ BALSINI, Achilles. Mais vale um miligrama de calma... *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 19, 1 dez. 1937. Blumenau. p. 1.

²⁵² BRASIL. Ofício reservado n. 4. Estado Maior do Exército. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. [Dispõe sobre parecer referente a Campanha de Nacionalização]. Rio de Janeiro, 24 jan. 1938. p. 3.

diversos problemas que caracterizavam essas localidades eram tributários de uma “influência da política na desnacionalização”, com ações conduzidas para dificultar a integração nacional²⁵³. Em outro trecho do documento, também mobilizando expressões de ordem, “o E.M.E. enumera as providências sugeridas, que parecem mais acertadas para passar à luta contra a desnacionalização, como propõe o comando da 5ª. R.M.”²⁵⁴ (Regimento Militar). Entre as proposições, estavam a participação dos Ministérios do Trabalho e da Justiça, além do Ministério da Educação, responsável por formalizar “um programa de desapropriação progressiva das Escolas estrangeiras, começando pela nomeação de Diretores brasileiros até a completa substituição de todos os professores estrangeiros por nacionais selecionados”²⁵⁵. Se essa articulação pretendida foi efetivada não foi possível identificar, apenas que de forma mais expressiva professoras brasileiras começaram a ser deslocadas de outras regiões do Estado para Blumenau e nos casos das escolas particulares, alguns professores descendentes de alemães foram incorporados como funcionários públicos. Apesar da necessidade de pesquisas mais contundentes, os indícios apontam para uma interferência sistemática do Exército na escolarização do município, com destaque para as atividades cívicas em que as escolas e suas comunidades escolares estavam sob uma espécie de vigilância pedagógica.

A instalação do 32º Batalhão de Caçadores, causou incômodos que chegaram a ocasionar conflitos entre militares e parte da população, que demonstrou insatisfações perante a fiscalização promovida por esses agentes do Estado, em vários momentos avaliada com traços de violências. Esse ambiente de tensões foi apresentado nas memórias de Rui Alencar Nogueira (1947, p. 109, 119), militar que integrou o Batalhão em Blumenau, ao que tudo indica desde 1939, escrita que foi fundamentada nos próprios registros de memórias, revisitadas em 1946 sendo o livro publicado em 1947. Entre os diferentes aspectos relatados, evidenciou que o Exército promoveu um trabalho educativo, efetivamente atrelado as crianças nas escolas e em grupos de escoteiros, desenvolvendo uma cultura política nacionalizadora, aonde por meio de práticas de sociabilidades, ritualizavam um calendário cívico nacional que atravessava os hábitos locais. Assim, “o Batalhão aproveita sempre os feriados nacionais para realizar grandes festas cívicas. Desta forma, vai, pouco e pouco, modificando o ambiente local”, promovendo resultados que “dentro de alguns anos o historiador impassível escreverá como sendo feitos de glória a ação altamente patriótica do 32º Batalhão de Caçadores – elemento primacial na campanha nacionalizadora do vale do Rio Itajaí”. No futuro do passado, o historiador, nesse

²⁵³ *Ibid.*, p. 2.

²⁵⁴ *Ibid.*, p. 4.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 5.

caso, a historiadora foi provocada a se posicionar no seu presente, na certeza de que o Exército iria ser legitimado por sua atuação nacionalizadora. Entretanto, longe de um entendimento da História com a função de validar instrumentos do discurso nacional, cabe considerar que a presença do Exército impactou, indiscutivelmente, a região do Vale do Itajaí, imprimindo também um caráter intimidatório nas relações com as populações dos municípios provenientes da colonização estrangeira, com destaque para as influências da imigração alemã. Sobre os métodos aplicados pelos militares desde 1939 e o grau de efetividade, apenas um estudo historiográfico direcionado pode emitir considerações mais expressivas, o que não é o propósito dessa pesquisa, porém, é possível dizer que alguns procedimentos contribuíram para mudanças e produziram ressonâncias, especialmente, no campo da escolarização. A esse respeito, Rui Alencar Nogueira ressaltou o respaldo “do governo estadual, que se mostrara disposto a fazer cumprir fielmente a lei, foram fechados todos esses antros nocivos à mocidade. Porém, não ficaram cerradas as suas portas. Nos mesmos prédios, foram abertas outras escolas realmente brasileiras”. A afirmação de serem reconhecidas como verdadeiramente nacionais, tinha relação com a substituição dos professores alemães, mas também brasileiros “que, infelizmente, concordavam com isso e se prestavam a esses papéis indignos. A campanha nacionalizadora pôs um ponto final nessas monstruosidades”. Entre as providências tomadas para as aspirações patrióticas, destacou as mudanças de nomes das escolas “ostentando no frontispício nomes de brasileiros”, sugerindo a participação ativa do Exército nas escolhas dos personagens nacionais. Ao se referir a professores brasileiros, o militar apontava as críticas para os descendentes de alemães, que mesmo nascidos no Brasil, não respaldavam a cultura nacional e continuavam vinculados as características étnicas. Por sua vez, os professores, assim como outros trabalhadores alemães, contribuíram para a manutenção do apego a Alemanha, apesar de viverem em território brasileiro “instituinto educandários, organizando hospitais e auxiliando, por todos os modos, os processos da desnacionalização”, manifestados em Blumenau pela afirmação da origem alemã em detrimento da integração nacional.

O discurso militar operou com a ideia de desnacionalização de acordo com a conjuntura política e não deixou de estar susceptível as mudanças que alteraram o regime político no final de 1945, com a queda da ditadura do Estado Novo e a retomada da democracia, valorizada pelo princípio de escolha eleitoral, via reconhecida como a mais propícia para a substituição do governo de Getúlio Vargas, considerando também os processos internacionais que incluíam o fim da Segunda Guerra Mundial e a destituição do nazifascismo como regime governamental na Itália e Alemanha.

Desta forma, para pensar a noção de desnacionalização, entendo que é preciso compreender o tempo da nacionalização, que não foi encerrado com a queda de Getúlio Vargas e passou a ser confrontado com a perspectiva da democracia, significada como um tempo de liberdades, por décadas restringidas, inclusive com amparo legal pela repressão estadonovista. As forças políticas locais foram desagrupadas pelos impactos dos anos anteriores causados pelo desalinhamento do propósito de manutenção da chamada “Grande Blumenau” além de alguns sujeitos colocados no ostracismo ou decidindo por colaborar com a política de nacionalização. Perante a democracia, precisaram buscar o reposicionamento na cena pública, se acomodando nas siglas partidárias de amplitude nacional e que melhor permitissem expressar a memória de um passado tido como inacabado, necessário para a sustentação das questões étnicas.

No tempo das experiências democráticas, desnacionalizar envolvia as críticas contra as medidas de retomada pública das referências éticas alemãs, por meio de práticas ou discursos interessados em desqualificar de forma mais ou menos explícita as ações de nacionalização que afetaram intensamente Blumenau. Portanto, a atmosfera de desnacionalização poderia se manifestar pelo uso da língua, da exaltação da memória dos antepassados colonizadores, por vezes, com interesses de reparação do que foi avaliado como injustiça contra aqueles que eram reconhecidos por suas ações em defesa da comunidade étnica imaginada, a exemplo do caso do próprio Victor Konder, mobilizado ainda em vida como vítima do autoritarismo de Vargas e seu grupo político representado em Santa Catarina por Nereu Ramos. Ou ainda a retomada de nomes de professores alemães ou que eram descendentes e adeptos dos vínculos étnicos, para renomear escolas públicas no município após 1945, análise conduzida no próximo capítulo.

Como parte da Nação, talvez “às avessas”, Blumenau também passou a ser atravessada pelos questionamentos anunciados publicamente e intensificados no ano de 1945 contra o governo de Getúlio Vargas, crescentemente avaliado como inimigo da democracia, principalmente devido a centralização do poder, por restringir a ampla participação de diferentes grupos políticos. O ainda presidente, precisou lidar com críticas e acusações que emergiram tanto pelos jornais quanto por manifestações nas ruas promovidas por setores que se diziam insatisfeitos²⁵⁶. Ambas expressavam reivindicações pelo fim do seu governo, que já durava quinze anos ininterruptos e, apesar da pluralidade de sentidos atribuídos à noção de democracia, cobravam o fim da censura falada e escrita, mecanismo estatal que havia escamoteado muitas vozes dissonantes (Napolitano, 2017).

²⁵⁶ Especialmente a partir de 1937, com a implantação do governo ditatorial conhecido como Estado Novo, o controle estatal ficou cada vez mais robusto com destaque para a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, em 27 de dezembro de 1939 por meio do Decreto nº 1.915.

Ao dizer que a integração nacional de Blumenau acontecia “às avessas” evidencio que os processos de identificações envolvendo os imigrantes, incluindo aqueles que se nacionalizaram e os descendentes nascidos no Brasil, estiveram permeados por embates desde o início da colonização em meados do século XIX. Entre eles, o interesse na preservação dos vínculos étnicos com as origens alemãs, demonstrando por parte de alguns grupos, pouco ou nenhum apreso pelo pertencimento a Nação brasileira, pelo menos não nos moldes que estavam sendo propagados. Por vezes, esse distanciamento era justificado pelo que foi considerado “abandono do governo brasileiro”, crítica que muitas vezes apareciam nos discursos de lideranças políticas em dimensão nacional, motivadas por distintos propósitos.

Poucos dias após Getúlio Vargas deixar a presidência da República, o jornal *Cidade de Blumenau* noticiou em 08 de novembro de 1945, o comunicado emitido dois dias antes pelo comandante do 32º Batalhão de Caçadores, Irapuan Eliseu Xavier Leal e o Delegado Regional de Política, Arnaldo M. Xavier. Talvez em uma tentativa de se precaver, as autoridades afirmavam que permanecia proibido falar o idioma alemão e japonês em áreas públicas, conforme determinação de 27 de janeiro de 1942, sendo a desobediência punida de acordo com a lei. O alerta tinha relação com a postura daqueles “ainda não identificados” que propagavam o fim da proibição para ocasionar atritos entre a população²⁵⁷. Esse é um indicativo de que os questionamentos sobre as determinações nacionalizadoras já tinham assumido materialidade em Blumenau antes mesmo do término do Estado Novo, demonstrando que os incômodos “não ditos”, na chave de leitura de Michael Pollak (1989), estavam adquirindo contornos, anunciados nos espaços públicos por formas de dizer em alemão. Não dizer pode significar a ausência da linguagem verbalizada, mas também a presença de outras formas de expressão que nem sempre comunicam de maneira explícita as intencionalidades, configurando um estratégia do discurso.

Tudo indica que apenas aquele comunicado não foi suficiente para conter o problema e no ano seguinte, em diferentes dias do mês de julho de 1946, outros avisos foram publicados, permitindo entender que a desobediência da lei não se tratava de caso isolado. Em 07 de julho de 1946, no mesmo jornal, mais um aviso foi noticiado, esse com maior ênfase sobre a continuidade das desobediências contra a proibição do uso da língua alemã em ambientes públicos. As mesmas autoridades do final de 1945 eram as autoras do novo aviso, que trazia críticas mais contundentes, inclusive que responsabilizavam muitos “brasileiros” em “flagrante demonstração de desinteresse, e até menosprezo, pelas nossas causas”. Os brasileiros eram caracterizados como aqueles nascidos no Brasil, que eram descendentes dos imigrantes alemães

²⁵⁷ LEAL, Irapuan Eliseu Xavier; XAVIER, Arnaldo M. Aviso. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 38, 8 nov. 1945. Blumenau. p. 4.

“netos, bisnetos, tetranetos”, portanto, de gerações que já sabiam ou deveriam saber a língua portuguesa, “mas que timbram em expressar-se em língua estrangeira, divertir-se e comemorar datas à moda estrangeira, afastando-se completamente dos nossos hábitos e costume”. Os argumentos das autoridades desenharam um cenário que parecia necessitar de monitoramento, anunciando que “conforme instruções recebidas, vão agir com mais energia contra infratores das determinações existentes”. As práticas de fiscalização, que já estavam capilarizadas em diferentes instâncias do município, seriam intensificadas e por “parte do Comando do Batalhão e da Delegacia Regional, serão colocados observadores nas sociedades recreativas, cinemas, cafés, casas comerciais, etc., com instruções especiais”. O aviso terminou assinalando que as ações não eram punições para estrangeiros, mas visava atuar contra brasileiros, que perante as garantias de liberdade não afirmavam o pertencimento nacional.

Em 11 de julho de 1946, o periódico *Cidade de Blumenau* voltou a replicar o aviso sobre a proibição da língua alemã no espaço público e, em 18 de julho de 1946 uma entrevista com o Tenente Coronel Irapuan Eliseu Xavier Leal estampou a capa. Nela, o comandante do Exército assinalou que falou com a imprensa local não porque se sentiu pressionado, mas para neutralizar explorações políticas sobre o assunto, incluindo aquelas em busca de “proveito próprio de grupos ou de partidos”. Evidenciou que a nacionalização significava “integrar brasileiros à comunhão nacional, trabalho patriótico” que não era realizado sem dificuldades perante a insistência em separar a sociedade de Blumenau entre os teutos e os brasileiros. Entretanto, o comandante negou a possibilidade dessa separação que não era reconhecida pelas leis nacionais, afirmando que “quem nasce no Brasil é brasileiro; o ‘teuto’ é simplesmente um brasileiro, embora a sua origem estrangeira”. Suas palavras foram enfáticas ao comunicar que “pelo mesmo motivo, não haverá sociedade teuta e sociedade brasileira; a única sociedade admissível em meio nacional como sociedade característica, é a sociedade brasileira”. As medidas de fiscalização, avaliadas pelo comandante como “coercitivas contra os perturbadores” visava a “aproximação e não a separação” e indagou sobre “quem, de boa fé, poderá dizer que coibir o abuso ou o erro de falar habitualmente, língua estrangeira em lugares públicos, casas de diversões, etc., é separar?” Suas palavras não deixaram de mobilizar o passado como o tempo que apenas deveria ser silenciado caso as lições tivessem sido aprendidas intencionando a conservação da integração nacional. Desta forma, esse passado de “divergências de toda a espécie, explorações políticas, inclusive da técnica nazista de criar a confusão, deve ser

esquecido”, desde que não significasse permitir que em Blumenau se constituísse duas sociedades, de um lado os teuto-brasileiros e do outro os brasileiros²⁵⁸.

A indagação do militar e todo o restante do conteúdo da entrevista observado acima, era resultado de uma publicação no mesmo jornal, em 10 de julho de 1946, intitulada “Carta Aberta ao Sr. Tenente Coronel Irapuan Eliseu Xavier Leal”, onde um homem que se apresentou como F. Souza, então, dizendo ser um visitante apreciador de Blumenau, manifestou suas críticas, revestidas de conselhos. Demonstrou ter conhecimento do aviso emitido pelo Exército e a Polícia que alertava para a fiscalização ativa contra o uso público da língua alemã, considerado uma forma de afirmar que a autoridade militar iria “preservar e intensificar a campanha de nacionalização”, mas que “o cumprimento de suas determinações, amedronta os cidadãos, constringendo-os a se isolarem em suas residências”. Essa decisão se justificava “pois no subconsciente de cada um lateja ainda um passado desagradável que a ideia de fiscalização faz reagir dolorosamente”. Entre os argumentos daquele que se anunciou como visitante, não sendo possível identificar se a assinatura era de sobrenome real ou uma espécie de pseudônimo, estava a falta de direito “que muitas pessoas deem ao espírito de despreocupação necessária após o cotidiano labor, o que é desaconselhável e desumano”, já que por não saberem falar ou falarem com dificuldades, se afastavam dos espaços coletivos devido ao medo da repressão. Seguiu dizendo que “com o isolacionismo perdem esses cidadãos o hábito de nossa língua, já que em suas casas podem usar a alemã”, avançando de forma a indagar o “Sr. Tenente Coronel, convenhamos, nacionalizar não é, parece-me, tornar obrigatório o uso dum idioma, porque por maior correção que um homem de outra nacionalidade mostre falando o português não significa que mais amor tem ao Brasil”. Esse tom questionador, ficou em evidência por toda a carta, inclusive por mobilizar argumentos de comparação sobre uso da língua alemã em Blumenau, que seria tratada de forma desigual perante a manifestação de diferentes línguas estrangeiras faladas em outros lugares do Brasil, onde não se configurava um problema e, portanto, “afirmar que isso seria desnacionalizar é incoerência porque o francês, o inglês, o castelhano, o iídiche, etc, são falados diariamente sem que seja pensado nisso”. Já na parte final do texto, o nazismo não deixou de ser acionado como outra forma de responsabilizar o comando do Exército por promover práticas que não possibilitavam “liberdades positivas” de atuação dos teuto-

²⁵⁸ AS AUTORIDADES aguardam cooperação. Importantes esclarecimentos prestados pelo Snr. Tte. Cel. Irapuan Eliseu Leal na entrevista concedida à esta folha. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 163, 18 jul. 1946. Blumenau, p. 1.

brasileiros, pois, se fossem permitidas, não haveria a disposição em arriscar perder os direitos legalizados para colaborar com “a manobra dos presumíveis agentes do nazismo”²⁵⁹.

Entre as palavras daquele que se dizia “visitante” encontro mais um rastro que permite considerar a existência em Blumenau de uma atmosfera de latência, no diálogo já iniciado com Hans Ulrich Gumbrecht (2014), especialmente, quando expressa que no “subconsciente de cada um lateja ainda um passado desagradável”. Essa latência refere-se ao tempo da nacionalização, que ainda se manifestava no tempo das experiências democráticas, demonstrando que o término do Estado Novo não tinha encerrado aquele passado, ainda com efeitos de presença nas relações sociais, por vezes, também instrumentalizado para interesses atrelados ao reposicionamento dos grupos políticos. O próprio termo “desnacionalizar” aparece na carta publicada, mobilizado para deslegitimar as críticas das lideranças das forças de segurança de Blumenau, que insistiam em avaliar a expressão pública da língua e da cultura alemã como ameaças a integração nacional. Esses embates, reforçam os indícios de que a concepção de desnacionalização estava em disputa tanto no campo semântico como operacionalizado na vida cotidiana e para ser compreendida é necessário que seja analisada com base no par de significados. Desta forma, apenas é possível reconhecer os sentidos de desnacionalização na relação com seu par, a nacionalização. Ao pensar essa articulação na chave de leitura dos pares, diálogo com as análises de Reinhart Koselleck (2006) sobre a impossibilidade de pensar determinados conceitos fora da relação como “par”, pois a estrutura dos sentidos que emitem, impõe a relação presença e ausência de ambos.

O que a análise dos documentos demonstra é que desde a crise instalada no Estado Novo, com maior intensidade a partir da segunda metade de 1945, os embates em torno da manifestação pública dos elementos culturais germânicos foram adquirindo maior exposição, o que não corrobora com a memória histórica que persistiu por décadas afirmando o silenciamento sobre o tempo da nacionalização, pelo menos envolvendo os anos imediatos após a queda do governo de Vargas. Essa memória construiu a representação de vítimas, que de forma resiliente, retomaram a atuação pública sem revanchismos, caracterização que não foi direcionada para os que foram ou continuaram apoiadores de Getúlio Vargas e Nereu Ramos, apontados como aqueles interessados em tolher o progresso de Blumenau e suas relações autônomas com o restante do país. As elites políticas locais de outrora, sabiam que era preciso redefinir a imagem do município a nível nacional, na tentativa de burlar a intermediação do

²⁵⁹ CARTA Aberta ao Sr. Tenente Coronel Irapuan Eliseu Xavier Leal. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 194, 10 jul. 1946. Blumenau. p. 1.

governo do Estado, inclusive, apoiando a pauta do municipalismo como princípio do que era avaliado por muitos como novo tempo da democracia.

4.4 AS DIFERENTES FORMAS DE VISIBILIDADE DE BLUMENAU NO CENÁRIO NACIONAL APÓS O ESTADO NOVO: ENTRE FESTEJOS E DENÚNCIAS

Os propósitos de anunciar Blumenau no cenário nacional pela via do progresso, atrelado aos princípios étnicos vinculados ao tempo da colonização, não foram encaminhados sem empecilhos, ainda associados ao tempo da nacionalização, apesar de se tratar de um tempo de experiências democráticas. Entre os entraves, estavam as palavras divulgadas em 19 de março de 1949 na revista *O Cruzeiro*, emitidas pela escritora Rachel de Queiroz, depois de sua viagem por áreas de Santa Catarina como o Vale do Itajaí e Blumenau. O texto publicado na sua coluna com artigos de opinião, foi enfático nas críticas contra a população chamada de teuto-brasileira, principalmente, devido a fala em alemão, apontada por estar disseminada no cotidiano, onde brasileiros locais eram segregados do convívio social e os brasileiros do restante do país, desqualificados com “desprezo”. A nacionalização foi mencionada como um “trabalho” que ocasionou a formulação de um “desprezo atencioso”, já que a conjuntura de guerra pressionou para um certo encapsulamento das visões depreciativas sobre os brasileiros. Sem mencionar Getúlio Vargas, a nacionalização apareceu como uma espécie de medida paliativa, pois, não havia sido concretizada, o que deixou latente a necessidade de resolver o que a escritora avaliava como um “problema, enquanto ele não se vira em drama”. Sem negar as dificuldades da questão, Rachel de Queiroz termina sua escrita/denúncia referenciando “as crianças que nascem no Vale do Itajaí continuam aprendendo o alemão como língua pátria, se batizando em alemão, lendo em alemão, pensando em alemão, vivendo e morrendo em alemão”²⁶⁰.

A análise de Méri Frotscher (2007, p. 202) deixou evidente que o artigo da escritora desencadeou várias manifestações públicas provenientes de autoridades dos municípios afetados, além de lideranças políticas a nível estadual e federal que estavam comprometidas em repaginar a imagem da imigração alemã e até denunciar o tempo da nacionalização como um período de repressão. Entre elas estava o deputado federal Max Tavares d’Amaral, advogado atuante em Blumenau e com forte participação na defesa, inclusive jurídica, de alemães e seus descendentes durante os anos do governo de Getúlio Vargas.

²⁶⁰ QUEIROZ, Rachel de. Olhos Azuis. *O Cruzeiro*, n. 19, 19 mar. 1949. Rio de Janeiro. p.114.

Com várias críticas destinadas as palavras de Raquel de Queiroz, foi possível identificar que a revista *O Cruzeiro* de 23 de abril de 1949 publicou na seção “Escreve o leitor”, o ofício encaminhado por Guilherme Jensen, vereador que foi identificado como “Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, Estado de Santa Catarina”. O diretor da revista estava sendo avisado que a escritora havia sido comunicada sobre a insatisfação contra os dizeres no artigo “Olhos Azuis”. Nas palavras, dessa vez do vereador, de forma unânime os membros da câmara “representando os legítimos interesses e aspirações e, interpretando o pensar e sentir de seu povo laborioso, ordeiro, bom e patriótico, protesta veementemente contra as referências inverídicas e tendenciosas contidas no artigo”. Tudo indica que com interesse de tensionar a manifestação pública dos vereadores, a revista incluiu na sequência dois outros comunicados elogiosos, enviados por autoridades do 13º Batalhão de Caçadores instalado em Joinville, outra cidade destacada pela escritora. No primeiro, havia “protestos de simpatia pela real e judiciosa observação que fizestes durante vossa permanência no Vale do Itajaí”, esclarecendo que o texto tinha sido publicado no jornal “Diário de Notícias”²⁶¹. Ainda dizia que Raquel de Queiroz contribuía livremente com a “campanha pró nacionalização deste pedaço do solo brasileiro a que está empenhado o Exército Nacional dirigida mais a nova geração de origem germânica”. Parecia ser uma tentativa dos milhares de justificar a crítica feita sobre a nacionalização não ter sido concluída, argumentando também que “o governo estadual pelos educandários de ensino vem procurando sanar os males”²⁶².

Pouco mais de um ano depois, Blumenau volta a ser referenciada na revista *O Cruzeiro* de 22 de julho de 1950, dessa vez de forma enaltecadora, ilustrando a capa e com uma reportagem extensa envolvendo o seu centenário²⁶³. O enfoque estava em demonstrar que o município tinha elementos culturais atrelados ao passado colonizador, mas isso não impedia que contribuísse com os interesses nacionais sendo a dimensão cultural apresentada como enriquecedora para o país que deveria se orgulhar da diversidade que constituía sua população.

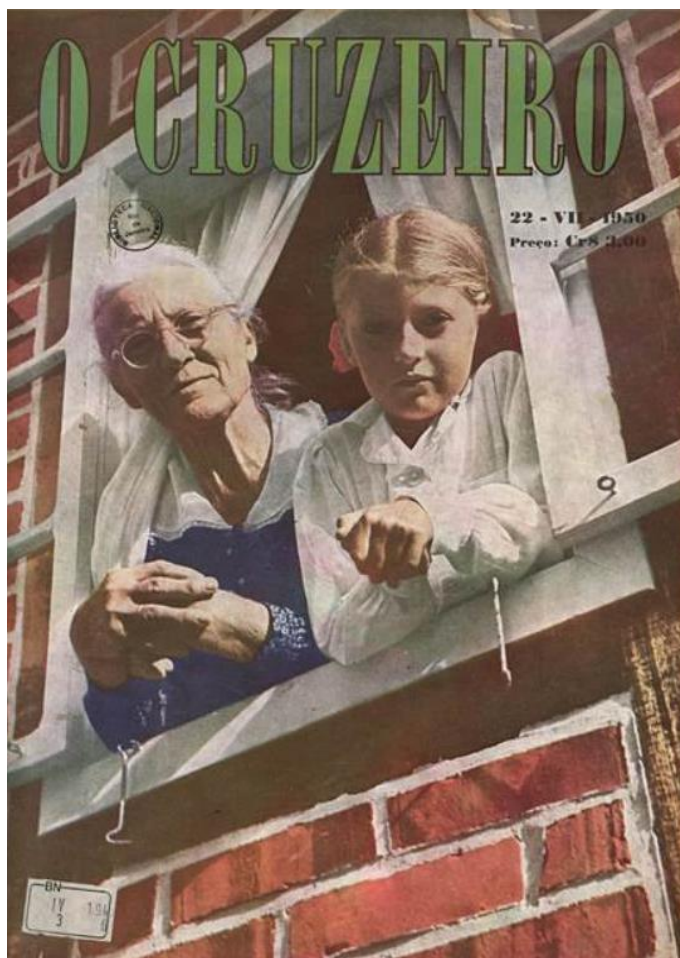
Na janela aberta de uma casa considerada típica em Blumenau, chamada de enxaimel, duas mulheres com idades distintas aparecem lado a lado em um dia ensolarado, que reflete na cena. Ambas olham a câmera, demonstrando que se tratava de uma pose para o fotógrafo Ed Keffel, que também assina a reportagem junto com o próprio repórter Medeiros Lima.

²⁶¹ Esse periódico era produzido e publicado no município de Joinville e observei indícios de conflitos com o jornal *Cidade de Blumenau* envolvendo as questões étnicas.

²⁶² SEÇÃO. Escreve o Leitor. Olhos Azuis. *O Cruzeiro*, n. 27, 23 abr. 1949. Rio de Janeiro. p. 4.

²⁶³ São oito páginas consecutivas com textos e imagens e mais outras quatro páginas com escritas, distribuídas ao longo da edição.

Figura 8. Capa da revista *O Cruzeiro* com fotografia de Blumenau



Fonte: *O Cruzeiro*, 22 jul. 1950.

Com uma nítida intenção de apresentar um encontro geracional, a fotografia referencia o passado por meio da mulher idosa e o futuro representado pela criança, que nascida em território brasileiro, após cem anos de história, fazia parte do projeto que vinha estimulando a promoção da integração nacional. Entre o passado e o futuro, Blumenau comemorava seu Centenário de Fundação de forma a anunciar que sua trajetória não deveria preterir de evidenciar os esforços dos colonizadores alemães estabelecidos no século XIX. Nessa perspectiva de alinhar a passagem do tempo de forma progressiva, legitimando a continuidade da cultura dos antepassados, mas também uma espécie de abertura gradual para alguns elementos da cultura brasileira, a imagem é considerada fiadora desse pretensão entrelaçamento, mobilizada para operar como recurso comprobatório em relação aquilo que tinha causado de forma desproporcional, “muitos dos problemas atuais dessa região, sobretudo aqueles que dizem respeito a nacionalização, tantas vezes deturpada pelo sensacionalismo fácil, onde tudo é permitido, desde que não se resguarde as proporções dos fatos”.

Apesar de comunicar que analisar o movimento de nacionalização não fazia parte do objetivo da reportagem, isso não significou deixar de explicitar características contundentes da presença alemã na cena pública e, certamente, particular de Blumenau, inclusive descrevendo que “o primeiro contato é chocante. Aparentemente não revela ser uma sociedade brasileira. Os hábitos, os costumes e as tradições dos antigos colonos são visíveis”. Nesse sentido, a escritora Rachel de Queiroz também havia assumido sua posição, expressando com nitidez as influências germânicas, porém, atribuindo críticas severas aquilo que observou no ano anterior. Em 1950, Medeiros Lima conduziu seu olhar de forma tolerante, emitindo sentidos que justificavam a evidente cultura estrangeira como sustentação para as conquistas que possibilitaram o trajeto do município considerado de sucesso, onde “é impossível se esconder a sensação de bem-estar, de conforto, de progresso e de civilização que Blumenau oferece ao visitante. Em todos os seus detalhes o europeu, o emigrante alemão estão presentes”²⁶⁴.

A realidade que a escrita, mas também as imagens buscavam afirmar, era de uma sociedade próspera, que equilibrava os avanços na industrialização com a participação do operariado e a manutenção da área rural formada por comunidades de “colonos”, ambos com uma vida de muito trabalho. Um município onde se configurava a insistência de preservação das heranças familiares ligadas a colonização alemã, o que não teria interferência nas formas de contribuir com o crescimento do Brasil, pelo contrário, sendo esses vínculos étnicos vistos como substanciais para referendar o seu progresso e desenvolvimento, características que eram o objetivo da reportagem evidenciar.

Sem investir em críticas aprofundadas, a reportagem também retoma o discurso de abandono dos primeiros grupos de imigrantes tanto pelo governo imperial quanto nas primeiras décadas da República, ressaltando que as referências étnicas prevaleceram por culpa das autoridades de outrora, cabendo a liderança da colonização, o imigrante chamado de “Dr. Blumenau”, figura que continuava a ser reconhecida com exaltação, conduzir o desenvolvimento da sociedade mesmo sem a necessária atenção governamental.

A administração do governador Aderbal Ramos da Silva, a quem foi atribuído o convite para que profissionais da revista visitassem Santa Catarina, aparece como responsável pela continuação das medidas tomadas na gestão anterior de Nereu Ramos e que foram consideradas vantajosas para uma nacionalização pertinente, capaz de surtir efeitos avaliados positivamente com o passar dos anos. As interferências estatais apontadas pelo repórter como habilidosas, envolviam o campo da escolarização das crianças, especialmente, com a atuação do governo

²⁶⁴ LIMA, Medeiros. Blumenau: uma cidade faz cem anos. *O Cruzeiro*, n. 40, 22 jul. 1950. Rio de Janeiro, p. 6.

estadual perante as mudanças na legislação e junto as escolas particulares que continuaram a funcionar e muitas outras que foram substituídas ou recém-criadas. Essas iniciativas no campo da educação possibilitariam que “as novas gerações, e isto é fácil de se perceber, vão se integrando na comunidade nacional” por meio dos encontros linguísticos estabelecidos nas próprias relações sociais quando “aos poucos a própria língua alemã, falada nessas regiões, vai se convertendo num verdadeiro dialeto, misto de português e alemão”²⁶⁵.

Nessa perspectiva de reconhecimento das heranças coloniais, acionadas no passado com base em memórias que forjaram narrativas comemorativas, Blumenau foi afirmada diante da sua população e perante o público nacional como um município caracterizado em 1950 pelo progresso, que foi iniciado em 1850 com a imigração alemã sob liderança de Hermann Bruno Otto Blumenau. Os festejos reivindicavam um futuro passado, por meio de cartazes, publicações de livros, revistas, jornais, das alegorias, apresentadas no principal desfile, onde a cultura dos antepassados aparecia na forma de “sobrevivências”, compartilhando da concepção de Georges Didi-Huberman (2011), sendo aquilo que ainda emite sentidos, mas não significa que continua inalterado, igualmente como era antes, mas existe nas rasuras do tempo, transformado em outra coisa na duração, mas que necessita manter vínculos com o que precedeu para reconhecer coesão e estabilidade.

Conforme as análises que elaborei com Cristiani Bereta da Silva (2024), envolvendo os jornais produzidos pelas escolas no município e suas percepções do Centenário de Blumenau, observou-se que a demarcação desse evento demonstrou ter sido essencial para amparar e alargar a mensagem, que sobrevive até a atualidade, sobre pioneiros alemães que, pela via do trabalho árduo, contribuíram de forma modelar com os avanços do Brasil. Para as lideranças políticas em Blumenau, muitas delas afetadas pela nacionalização articulada nos anos anteriores, as qualidades da imigração já estavam anunciadas de forma controlada, bastava angariar o reconhecimento externo na dimensão nacional, função também atribuída as comemorações em setembro de 1950 (Frotscher, 2007). Essa narrativa disposta formalmente na dimensão pública foi amplificada com os atos de comemoração divulgados por meio de diferentes ferramentas de circulação, inclusive por algumas escolas locais, com auxílio dos seus jornais produzidos pelas crianças. Esses jornais escolares que trataram do Centenário de Blumenau evidenciaram o prestígio daquela data e demonstraram conhecer características da sua organização local, alguns apresentando elementos da programação iniciada oficialmente dia 2 de setembro. De acordo com Jorn Schutthus, estudante do 4º ano no Grupo Escolar José

²⁶⁵ *Ibid.*, p. 10.

Bonifácio, sua publicação no jornal escolar *Alerta Estudantes!*, na edição de setembro de 1950, informou que se festejava “o primeiro século de existência. Havia representações de várias partes do Brasil: altas autoridades políticas, militares e religiosas. Foram 10 dias de festas do seu laborioso povo e seus ilustres visitantes” (Neves; Silva, 2024, p. 2). Entre os jornais das escolas de Blumenau que foram analisados, as comemorações do Centenário aparecem entrelaçadas com aquelas que já eram promovidas em nome da Independência do Brasil, o que o periódico *Nosso Jornal*, editado por estudantes do Grupo Escolar Modelo Pedro II, avaliou ser uma “Feliz coincidência - dentro da Semana da Pátria, Blumenau comemora sua data centenária” (Neves; Silva, 2024, p. 7).

As fronteiras entre as duas festas foram rasuradas, com indicativos de ter sido intencional e, não apenas por acontecerem no mesmo mês, já que não era pertinente que a comemoração do Centenário de Blumenau ofuscassem de forma robusta a celebração da Independência, para não parecer um descaso proposital com um rito nacional. Além disso, era importante que o Exército, como principal organizador das atividades alusivas a 7 de setembro, não deixasse também de ter influências nos movimentos de festejos do município, principalmente, em um momento de homenagens a estrangeiros.

O Centenário de Blumenau acontecia em um tempo de latência, na chave de leitura de Hans Ulrich Gumbrecht (2014), quando existe uma ausência sentida, que pode ser reconhecida e tornada presença na procura pelas brechas. Assim, os jornais escolares fazem parte do que se materializa como brechas, pois, expressaram os discursos do momento, aprendidos por meio de um instrumento pedagógico. Em 1950, fazia poucos anos do término do Estado Novo, período de implementação do projeto nacionalizador que impôs ao município mudanças capazes de afetar intensamente as relações políticas com as esferas estadual e nacional. A saída de Getúlio Vargas e de seus aliados dos cargos de comando, no caso de Santa Catarina, o interventor Nereu Ramos, exigiu uma reorganização dos arranjos políticos, que foram mobilizados por siglas partidárias. Tratava-se de um passado presente, que disputava posição no tempo em que continuavam em cena os nacionalizadores, como militares, agentes estatais, incluindo os próprios inspetores escolares. Entretanto, assumiram contornos mais elaborados os desnacionalizadores, aqueles apontados como interessados em desconfigurar as ações nacionalizadoras exercidas nos últimos anos, com destaque para as lideranças locais no campo político, comunitário e religioso (Neves; Silva, 2024).

Esse ambiente em processo de readequação das forças políticas não ficou transparecido pelo Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau sobre o ano de 1950, apesar do prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior, partidário da UDN, ter expressado de

forma pouco concreta, uma ideia de superação das divergências, aparentemente na tentativa de promover uma espécie de acomodação, ao menos por meio dos instrumentos oficiais. Sem deixar de enaltecer Blumenau, destacou que ao “término deste primeiro século de tua existência fecunda, que finalmente foram superadas as dificuldades antepostas à tua plena intercomunicação com as comunidades irmãs”, demonstrando reconhecer os problemas de integração nacional. Seguiu com a visão de que “enquanto lutavas, enquanto crescias e te transformavas na encantadora e próspera cidade que hoje és, o Brasil foi ao teu encontro”, apresentando seu interesse em demonstrar o reconhecimento das iniciativas patrióticas “como através das escolas, da imprensa, do rádio, dos quarteis, produziu-se a transfusão que te coloca e integra, orgulhosa e feliz, no seio da grande família das cidades brasileiras”²⁶⁶. Suas palavras emitiam o entendimento de que os incômodos do passado não existiam no presente, resolução que abria as portas do Brasil para Blumenau, município que já podia ser considerado motivo de orgulho nacional.

O cenário de acomodação apresentado em 1950 não demorou para ser questionado diante de denúncias em 1953 direcionadas para uma “campanha de desnacionalização” em Blumenau, nesse momento com a prefeitura administrada por Hercílio Deeke, outro político da UDN. Os indicativos são de que o governo do Estado de Santa Catarina, comandado por Irineu Bornhausen, também da UDN, foi acionado para explicar as denúncias que haviam chegado a Secretaria Geral do Gabinete Militar da Presidência da República, novamente presidida por Getúlio Vargas, desta vez levado ao poder pelo voto popular. O secretário geral, general Aguinaldo Caiado Castro, emitiu um ofício para o ministro da educação “tendo em vista a gravidade desses fatos, solicito a V. Excia, as providências que julgar acertadas”. Nesse documento, datado de 4 de maio de 1953 e apresentado como um acréscimo ao Ofício n. 203 de 1 de abril, o assunto era a “Campanha de Desnacionalização”. Tratava-se do recebimento de outras informações sobre a situação de “zonas de colonização alemã em Santa Catarina”, evidenciado “que vêm se observando uma reação anti-nacionalista naquele Estado, recrudescendo o uso da língua alemã, que é falada em toda a parte: - nas escolas, nas igrejas, nos lares”. De forma específica, Blumenau é trazida a cena devido o caso da Rádio Clube, que tinha na sua programação a “‘Hora Recreativa Alemã’ [e] usa um slogan que caracteriza bem essa campanha: ‘um programa que estava fazendo falta entre nós. Um programa para nossos avós, para nossos pais... e para nós mesmo’”²⁶⁷.

²⁶⁶ JÚNIOR, *op. cit.*, 1951. s.p.

²⁶⁷ BRASIL. Ofício n. 272. Secretária Geral da União. [Dispõe sobre denúncia referente a campanha de desnacionalização em Blumenau]. Ao Ministério da Educação. Rio de Janeiro. 4 mai. 1953. s.p.

Com uma linguagem militar imprimindo o atributo de “campanha” para a desnacionalização, novamente práticas de cunho étnico manifestadas em Blumenau, foram caracterizadas como uma afronta as determinações no tempo da nacionalização. Mesmo sem identificar a origem das denúncias e como ela chegou na capital do país, sendo possível diferentes caminhos, o mais expressivo demarcando as autoridades do 32º Batalhão de Caçadores que já em 1946 demonstravam sua insatisfação perante a retomada pública da fala em alemão, fica evidente que persistia uma latência em torno das questões étnicas. Na chave de leitura de Hans Ulrich Gumbrecht (2014), a latência refere-se a alguma coisa que envolve a presença e a ausência, ambas em condição relacional, que permanece sem aparência estática e rígida, assumindo contornos por meio de lampejos, aqui trazendo Georges Didi-Huberman (2011) para o diálogo. Uma espécie de mal-estar nas relações sociais que após 1945 tomou conta da Alemanha Ocidental do pós-guerra, onde se constituiu um ambiente de suspeição em torno de quem teria colaborado com o nazismo e de que maneira. No Brasil, especialmente em Blumenau, entendo que essa latência também se expressou após o governo Vargas, adquirindo contorno de aparência na relação nacionalização-desnacionalização. O slogan atribuído à Rádio Clube e mobilizado na denúncia, apresenta a ideia de “falta”, daquilo que estava ausente, mas podia se fazer presente novamente, emitindo referências de um passado inacabado.

De alguma forma que não foi identificada, o prefeito Hercílio Deeke foi acionado e buscou por explicações com dois segmentos da imprensa na cidade sendo a denunciada Rádio Clube e também o jornal *A Nação*. Em 16 de junho de 1953, Flávio Rosa, diretor da rádio, emitiu um comunicado escrito para o prefeito com o objetivo de explicar sobre o funcionamento do programa veiculado esclarecer “todas as segundas-feiras, das 20:30 às 22:00 horas, sob o título ‘Hora Recreativa em Língua Alemã’”²⁶⁸. Sobre os dizeres apontados na denúncia como slogan, afirmou ser “um lamentável engano ou má fé na informação, pois citados termos foram extraídos da carta de nossa ouvinte Alídia Schmidt, datada de 5 de janeiro a/c. e lidos uma única vez no programa de 12 de fevereiro de 1953”²⁶⁹. A pauta dos programas transcorridos no ano de 1953 aparece documentada de forma resumida, com diferentes temas relatados, envolvendo desde aspectos da colonização alemã de Blumenau, literatura de escritores alemães, mas também brasileiros, biografias de artistas alemães, utilidade dos alimentos, até justificativas para os ouvintes devido a decisão de veicular no programa passagens faladas em português, o

²⁶⁸ ROSA, Flávio. P.R.C.4 Rádio Clube de Blumenau. [Dispõe sobre carta dirigida ao prefeito Hercílio Deeke contendo explicação referente a programação em língua alemã]. Blumenau. 16 jun. 1953. fl. 1. Fundo Política, Nacionalismo, Correspondência (11.11.23). doc. 8.

²⁶⁹ *Ibid.*, fl. 3.

que demonstra a manifestação algum tipo de incômodo de parte do público. Essa abordagem foi destacada como argumento para evidenciar que o programa não era como outros em língua alemã, que tratavam apenas de coisas da Alemanha. Em relação a motivação para a criação do programa, o diretor reiterou a justificativa enviada em 27 e 28 de dezembro de 1951 para o prefeito Hercílio Deeke e o juiz de direito da Comarca, Oscar Leitão, dizendo que o programa “tinha o cunho cultural, patriótico e informativo, focalizando passagens da história pátria, biografias de vultos históricos, de vida de músicos, informações agrícolas de utilidade prática, dados sobre o desenvolvimento do Brasil, etc.”²⁷⁰. Ao que parece, o programa existia desde 1951 e funcionava com a autorização dessas autoridades, que haviam emitido na ocasião “irrestrito apoio”. Em outro ponto do comunicado de 1953, as correspondências anteriores foram novamente acionadas para afirmar que o “colono, em sua grande maioria, aprende com muito maior facilidade os conhecimentos que lhes são levados em língua alemã, razão por que, na falta do programa que estamos idealizando, desconhece, quase que integralmente, os fatos da nossa história”²⁷¹. Desta forma, o programa contribuía com a educação patriótica “dos trabalhadores anônimos, e mesmo outras pessoas, consigam obter agora os conhecimentos sobre a nossa pátria, vultos da nossa letra, história e música e assuntos internacionais”²⁷². Como justificativa para embasar a função do programa, acabava contribuindo com a percepção de que o trabalho de nacionalização das décadas de 1930 e 1940 não havia surtido o efeito esperado, já que muitos “colonos” não tinham conhecimentos das questões nacionais sendo necessário o uso da língua alemã para falar sobre o Brasil, argumento passível de ocasionar desconfortos em Blumenau, acionando a leitura da desnacionalização.

O outro segmento da imprensa que apresentou justificativas comunicadas em 12 de junho de 1953 perante a solicitação do prefeito Hercílio Deeke foi o periódico *A Nação*. Nesse documento, assinado por Maurício Xavier, sem evidências de sua função no jornal, apresentou que a coluna em língua alemã estava localizada na terceira página e era publicada diariamente. Como justificativa para essa escolha de caráter editorial, o argumento circundava as “dificuldades em introduzir o jornal nas zonas rurais do Vale do Itajaí, dado que a maioria dos seus habitantes muito pouco conhece a língua vernácula, entendendo mal ou nada compreendendo dos escritos em português”. A iniciativa tinha o propósito de contribuir com essa população deslocada da vida nacional por meio de informações “com a tradução das principais notícias do dia, atos oficiais, avisos e outros assuntos que mais de perto interessam”,

²⁷⁰ *Ibid.*, fl. 1.

²⁷¹ *Ibid.*, fl. 2.

²⁷² *Ibid.*, fl. 2-3.

envolvendo a dimensão nacional e local, além da circulação do jornal, majoritariamente, escrito em português, auxiliar na aproximação com a língua nacional. A Coluna Alemã era chamada de *Deutsche Spalte* e os indicativos é que foi iniciada em 8 de maio de 1953 (Gomes, 2021, p. 36). A decisão sobre sua criação foi efetivada segundo Maurício Xavier perante a observação de que começou a existir uma “concorrência comercial” considerando “a infiltração de jornais em língua alemã no Vale do Itajaí” que passaram a circular nas áreas rurais vindo de diferentes lugares do país e até de municípios vizinhos como Rio do Sul e Jaraguá do Sul. Portanto, após anos de adiamento “dado o receio de que ele fosse interpretado como elemento de embaraço à obra de nacionalização que se processa no Vale do Itajaí”, o jornal *A Nação* optou por introduzir a coluna em alemão²⁷³.

Ao explicitar essa espécie de insegurança sobre os impactos causados no município por um trecho do jornal em alemão, Maurício Xavier demonstrou que uma atmosfera de desnacionalização se configurava entre a população. Sinais eram emitidos influenciando a condução de determinadas práticas que poderiam ser avaliadas como alguma forma de descredibilização da nacionalização, o que indicava elementos de sua continuidade. Sobre o “adiamento” para a implementação da publicação com a escrita em alemão, o representante do jornal provavelmente se referia as iniciativas já manifestadas no início de 1947. De acordo com o estudo do historiador André Procópio Gomes (2021, p. 36) o jornal anunciou que uma página seria publicada na língua estrangeira, o que causou tensões manifestadas publicamente envolvendo agentes públicos e as lideranças do Exército.

Ao analisar as publicações do jornal *A Nação* de 1947, que inicialmente identifiquei a partir das pesquisas de André Procópio Gomes (2021), observei que em 6 de fevereiro de 1947 um informe argumentava que era do interesse dos moradores “ler e a nossa obrigação é trazê-lo, pelo jornal, ao nosso convívio, à nossa campanha de brasilidade”. Tratava-se de direcionar a escrita em alemão para “às laboriosas zonas agrícola, pastoril e industrial deste Município e do Vale”, onde existiam aqueles que estavam apartados da coletividade por não terem acesso às informações, limitadas pela língua portuguesa ainda não dominada por toda a população²⁷⁴. Nesse sentido, a demonstração de “brasilidade” estava em permitir que todos pudessem se integrar a vida nacional, sem restrições causadas pelo desconhecimento da língua nacional. O anúncio da iniciativa ocasionou desconfortos e na edição seguinte o mesmo jornal, porém, com

²⁷³ XAVIER, Maurício. *A Nação*. [Dispõe sobre carta dirigida ao prefeito Hercílio Deeke contendo explicações referentes a inclusão diária de uma coluna em língua alemã no jornal]. Blumenau, 12 jun. 1953. s.p. Fundo Política, Nacionalismo, Correspondência (11.11.23). doc. 4.

²⁷⁴ PÁGINA Alemã. *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 835, 6 fev. 1947. p. 8.

maior destaque na primeira página, noticiou em 8 de fevereiro de 1947 que não era intenção referir-se com alguma forma de indelicadeza contra nenhuma autoridade legítima, entre elas o juiz de Direito e o Comandante do 32º Batalhão de Caçadores respectivamente Oscar Leitão e Irapuan Xavier Leal, além dos oficiais do Exército “os quais sabemos contrários a nossa iniciativa”, o que não isenta “nossa admiração pelo que têm feito em prol da nacionalização deste Vale”. Ainda foram mencionados o Delegado Regional de Polícia Paulo de Malta Ferraz e o prefeito Germano Beduschi, além dos leitores “patriotas inteligentes e cultos e sinceros” e do promotor público José Ribeiro de Carvalho “a quem, em breve teremos de recorrer”²⁷⁵, possivelmente devido as manifestações de insatisfações que acarretaram trocas de acusações. A situação ficou tão agravada que em 11 de fevereiro de 1947 outra publicação do *A Nação* informava a decisão de solicitar um mandado de segurança para resguardar o jornal. Em tom sarcástico, a publicação dizia que havia aqueles que estavam pedindo uma explicação para o jornal sobre a página produzida em alemão, incluindo o promotor José Ribeiro de Carvalho que “não quis compreender, e – azar dele – pensou que, quando afirmamos que recorreríamos a sua autoridade no pronunciamento sobre o mandado de segurança que impetraremos em breve, estávamos comprometendo-o para seu desprestígio pessoal e para desprestígio do cargo”. O texto deixou claro que o promotor tinha procurado o jornal “nervosamente” e que tinha dito ser “ontem, hoje e sempre; esteve, está e estará contra a publicação de uma página alemã”. Na mesma edição um outro texto provocativo dizia estar o prefeito Germano Beduschi de “pêsames” devido a tentativa frustrada de “empastelamento do nosso jornal que muita dor de cabeça lhe está dando, e futuramente lhe dará mais amiudamente”. Em forma de denúncia, destacou nominalmente as pessoas que teriam agido para impedir o funcionamento do jornal, entre as quais estaria como liderança o sobrinho do prefeito Waldemar Beduschi, além de Victor Baumgarten, Emanuel Pereira, João Alfredo e Fermino de Marchi. Também contribuiu para o desgosto do prefeito o fato do delegado Paulo de Malta Ferraz ter uma “atitude serena e democrática, [...] que, felizmente, pensa e age de forma bem contrária a sua”²⁷⁶. No dia seguinte, mais um comunicado com letras aumentadas encerrava a última página do jornal de 12 de fevereiro de 1947, alertando que o comandante do Exército, Irapuan Xavier Leal, tinha sido informado sobre o telegrama que estava a caminho com urgência da Secretaria de Segurança do Estado e que o mandado de segurança, um direito constituído legalmente, seria mobilizado caso não fosse garantida a “nossa integridade física e o patrimônio desse jornal”²⁷⁷.

²⁷⁵ PÁGINA Alemã. *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 836, 8 fev. 1947. p. 1.

²⁷⁶ NADA de ondas. *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 837, 11 fev. 1947. p. 1.

²⁷⁷ ESTAMOS com a lei... *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 838, 12 fev. 1947. p. 4.

Se os entraves continuaram a ocupar a cena pública de Blumenau não foi possível identificar, apesar de ser pertinente ponderar que esses enfrentamentos não teriam sido dissolvidos com rapidez, deixando configurado que o campo político estava em disputa com o término do Estado Novo juntamente com as diretrizes e legitimidade da política de nacionalização. O que é certo afirmar refere-se a desistência de publicar a página escrita na língua alemã, proposta retomada e implementada em 1953

Conforme observado anteriormente, após o recebimento das justificativas direcionadas para o prefeito Hercílio Deeke pelos dois setores da imprensa local denunciados na década de 1950 por promoverem práticas consideradas como uma “campanha de desnacionalização”, o governo municipal encaminhou em 19 de junho de 1953 seu posicionamento contendo os esclarecimentos solicitados pelo governador Irineu Bornhausen, ambos colegas de sigla partidária. As palavras iniciais são de negação sobre qualquer prática que estivesse interferindo na “nacionalização, se é que ainda há motivo de empregar esse termo”. Para sustentar essa consideração, o prefeito recorre ao passado recente em busca da comparação com o presente, evidenciando que “quem conhecia Blumenau há quinze (15) anos atrás e a compara com a Blumenau de hoje, já não mais a reconhecerá, pois que a transformação que sofreu nesse lapso de tempo é impressionante”, principalmente, por ter sido um polo central da imigração no Estado catarinense. Nessa perspectiva, deixou demarcado que os “resultados” do trabalho de nacionalização não estavam ameaçados, acionando como argumento “a educação da nossa juventude, pois que esta está sendo instruída e educada dentro dos programas de ensino emanados pelo Ministério da Educação, baseados em princípios puramente patrióticos”. Com o reforço dessa continuidade do trabalho educacional, Hercílio Deeke evidenciou que nas escolas estavam “orientados por um espírito capaz de formar uma nova geração isenta de quaisquer ideias prejudiciais ao nosso sentimento de brasilidade”.

A escolarização novamente aparece como garantia de mudanças, reforçando o discurso nacionalizador que projetava o futuro por meio da atuação das escolas, concepção que por muito tempo havia sido descredibilizada por aqueles que consideravam uma intervenção arbitrária dos poderes governamentais, incluindo lideranças políticas locais de outrora. Além disso, ao colocar em questão o uso do termo “nacionalização”, postura verificada de forma tão nítida pela primeira vez entre os documentos analisados, os indicativos são de que existia um interesse em desvincular Blumenau dessa marca, reforçando a leitura geracional, mobilizada como uma forma de blindar a memória dos antepassados vivos ou mortos que não haviam aprendido o português devido as dificuldades ou a resistência justificadas pelas circunstâncias impositivas, mas também pela rejeição aos elementos nacionais.

Para o prefeito era compreensível a manutenção da fala do alemão em diferentes lugares de Blumenau, já que muitos alemães natos ou descendentes que não haviam recebido o ensino por meio de programas educativos nacionais devido “falta de escolas brasileiras nos anos passado”, ainda continuavam a se expressar nessa língua, característica considerada natural. Também era preciso observar que naquele momento haviam chegado “a esta região muitos imigrantes alemães de após-guerra que, como é lógico, ainda não aprenderam a nossa língua”. As justificativas eram para explicar a realidade do município sendo mobilizadas para criticar as denúncias que “não correspondem absolutamente à verdade”, o que poderia ser observado, inclusive pelas explicações que foram solicitadas para os dois setores da imprensa, algumas delas explicitadas nesse documento para o governador. As explicações solicitadas para as igrejas foram também referenciadas, apesar de não mencionar qualquer apontamento encaminhado por essas instituições. Em relação as escolas, destacou que a legislação e a fiscalização eram cumpridas com rigor sendo abolido o alemão e intensificado o ensino da língua portuguesa, especialmente, nas áreas rurais, conforme o posicionamento do “Inspetor de Ensino local, Professor Alyrio Luiz de Almeida, que não pode mencionar o mínimo detalhe quanto a eventuais transgressões dos regulamentos ou mesmo com relação a possíveis intenções desnacionalizadoras”. Para terminar a correspondência destinada ao governador, Hercílio Deeke escolheu mobilizar a Constituição do país para afirmar que a proibição da língua alemã não era viável, já que era autorizado “ampla liberdade nesse sentido”, o que não significava “tolerância desenfreada, procurando-se, sempre que possível, dirigir e aconselhar a vida social e cultural da Comuna dentro de um espírito nacionalizador e de brasilidade”. Desta forma, no “futuro, não muito remoto” o problema que ainda causa desconforto nas autoridades envolvendo as áreas de imigração será superado²⁷⁸.

A liberdade que estava manifestada por lei, foi afirmada como salvaguarda do direito dos cidadãos de Blumenau, muitos interessados nas garantias do futuro, especialmente, porque significava carregar o passado como afirmação dos valores étnicos ainda reconhecidos como fundamentais para as memórias que deveriam sobreviver e apenas eram passíveis de serem expressas em tempo de experiências democráticas.

²⁷⁸ BLUMENAU. Correspondência para o Estado. [Dispõe sobre resposta do prefeito Hercílio Deeke para o governador Irineu Bornhausen referente a denúncia envolvendo uma Campanha de Desnacionalização em Blumenau]. Blumenau, 19 jun. 1953. Fundo Política, Nacionalismo, Correspondência (11.1.1.2.3). doc. 9.

5. *ESCOLAS-ESCOMBROS* EM BLUMENAU: ANÚNCIOS DE FUTUROS PASSADOS EM TEMPOS DEMOCRÁTICOS

Aquilo que fica, aquilo que resta, resta mais do que para anunciar o passado, resta para anunciar o futuro.

(Maria Augusta Vilalba Nunes, 2016, p. 125)

5.1 OS ARRANJOS POLÍTICOS QUE EMITEM SENTIDOS PARA UMA ESCOLA PÚBLICA

O vereador João Durval Müller encaminhou um requerimento para a presidência da Câmara Municipal de Blumenau em 27 de junho de 1950 interessado em saber informações referente ao trâmite legal de “transferência ou doação”, caso tivesse sido efetivada, do “terreno e prédio onde atualmente funciona a Escola Reunida ‘Profª Norma Ribas Pessoa’, do bairro da Velha, [que] pertencia antigamente à Comunidade Escolar ‘Velha Grande’ e o estabelecimento escolar de então chamava-se ‘Duque de Caxias’”²⁷⁹. A devolutiva para seu questionamento não pôde ser conhecida, mas a breve explanação no documento legislativo, indica uma sobreposição de camadas do tempo, pensadas na perspectiva arqueológica de Georges Didi-Huberman (2017). Trata-se da compreensão de que a história é constituída de sobrevivências, daquilo que apenas emite sentidos na duração do tempo. O passado sobrevive, muitas vezes como resto, porque sua presença se manifesta para significar o futuro anteriormente projetado, passível de reconhecimento somente no entrelaçamento dessas temporalidades. Ao indagar sobre a trajetória do patrimônio sob o domínio estatal, o vereador trazia demandas do passado, de quando tinha sido professor daquela escola particular. Mais do que respostas objetivas, pretendia alcançar um futuro que permaneceu como expectativa, alinhavada em outro tempo, por isso trazia sentidos para sua pergunta. O entrelaçamento envolvia o tempo da nacionalização como latência naquele presente, significante para os processos que constituíam outros arranjos políticos no tempo de experiências democráticas.

Ao escavar as temporalidades, que não estão dispostas em nenhuma forma de alinhamento progressivo, identifiquei que a apreensão pelo governo do Estado dos bens patrimoniais da Escola Particular Velha Nova, que também foi chamada de Duque de Caxias, inclusive no momento de sua nacionalização em 1941, aparecia como o não-dito (Pollak, 1989).

²⁷⁹ MÜLLER, João Durval. Requerimento n. 10. Fundo Câmara Municipal. Requerimentos. Blumenau, 27 jun. 1950. s.p.

Essa concepção de Michel Pollak sobre o “não-dito”, também contribui para entender que o esquecimento pode ser mobilizado quando necessário para reivindicar uma memória que não deveria emergir sem controle e, no caso do vereador João Durval Müller, ser caracterizada por interesses desnacionalizadores, conforme analisado no capítulo anterior. Naquele cenário político, outro aspecto que o vereador não deveria esquecer ao conduzir seu questionamento, era que tinha sido eleito pelo PSD, o mesmo a qual pertencia o governador Aderbal Ramos da Silva e que tinha como líder em Santa Catarina, Nereu Ramos, político responsável por conduzir a nacionalização que atravessou a escolarização de Blumenau, incluindo a escola particular do então professor João Durval Müller.

O patrimônio reclamado continuou sob domínio do Estado e, anos mais tarde, seria ocupado pela Casa do Colono, que foi inaugurada em 24 de setembro de 1955 pelo governador da UDN Irineu Bornhausen, além da presença de diversas lideranças estaduais e locais. A iniciativa do governo do Estado, destinada “a assistência material e técnica” do agricultor era apresentada como uma obra de valor para Blumenau “em benefício da mecanização da lavoura”, anunciada por seu caráter inovador, em consonância com o modelo de município que ampliava sua visão modernizadora²⁸⁰. Esse discurso que evidenciava características de progresso, adquiria contornos cada vez mais nítidos desde o final da década de 1940, construído na perspectiva de demonstrar o potencial de uma população forjada na cultura do trabalho, que deveria ser motivo de orgulho para o Brasil. O colono, termo atrelado ao passado colonizador, parece ter sido mantido como forma de aproximação com os moradores da área rural, que também deveriam ser inseridos nessa leitura de modernidade em que o passado não era sinônimo de atraso, mas de referência para os encaminhamentos futuros.

Na condição de domínio da Associação Escolar Velha Grande, o bem imóvel era o lugar de uma escola particular que já estava presente na cartografia escolar de Blumenau pelo menos desde 1915, quando a professora era Maria Deggau, uma das poucas mulheres nesse período. Naquele ano, havia ainda uma escola paroquial na localidade chamada Velha e outra particular na localidade de Ribeirão Branco, todas instaladas na comunidade também de nome Velha, onde havia diferentes povoados situados com certo afastamento geográfico, o que também justificava a existência de algumas escolas. Na medida que o Estado avançava no processo de intervenção nacionalizadora nessas escolas, convertidas em escolas públicas e outras criadas pela iniciativa governamental, além do próprio crescimento e reorganização cartográfica da região, a definição dos nomes ao longo dos anos foi sendo alterada, surgindo nomenclaturas como Velha I, Velha

²⁸⁰ GRANDES melhoramentos públicos inaugurados ontem em Blumenau. Presidiu os atos inaugurais o governador Bornhausen. *A Nação*, ano XI, n. 216, 25 set. 1955. Blumenau. p. 2.

II, Velha Grande, Velha Central, Ribeirão do Cego, Ribeirão Branco, Estrada Velha-Ribeirão Branco, diversidade que se tornou um desafio de pesquisa, já que dependendo do documento, as denominações apareciam com diferenças, mesmo quando identificado que se tratava da mesma escola. Isso porque os nomes atribuídos pelos próprios moradores das localidades, muitos deles com décadas de uso, sobreviviam no imaginário local e apesar das determinações do Estado, continuavam a serem relatados nos documentos oficiais como os relatórios de inspeção escolar.

Para identificar elementos da trajetória da escola particular que havia perdido o domínio do patrimônio reclamado em 1950 pelo vereador João Durval Müller, foi preciso realizar uma investigação minuciosa, o que permitiu identificar a ação nacionalizadora que proibiu seu funcionamento em 11 de setembro de 1941. Nesse momento, o governo conduziu a “apreensão do material escolar e didático, conforme determinou o ato governamental que fechou, definitivamente, o educandário”²⁸¹ e, simultaneamente reabriu a escola convertida em uma instituição pública, atrelada a administração estadual. Em diferentes momentos do ano de 1941 agentes do Estado fizeram fiscalizações na Escola Particular Duque de Caxias como em 28 de maio quando o inspetor Celso Rila comunicou ao professor João Durval Müller sobre um ofício recebido da Inspetoria Geral das Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Nele era tratada a situação da escola²⁸², tudo indica, envolvendo questões que levaram ao seu fechamento semanas mais tarde. O caso voltou a ser tratado no Relatório do inspetor, que retornou no dia 4 julho para acertar com o professor “a entrega do prédio ao Estado”, decisão que já teria sido confirmada pela diretoria da Associação Escolar, porém, sinalizava ainda para a necessidade de “realizar uma assembleia geral, para ficar, definitivamente, resolvido o assunto”²⁸³. Nem os resultados dessa reunião, nem as prováveis tensões das negociações entre a Associação Escolar e o poder público puderam ser identificados, apenas que o prédio foi ocupado pelo Estado, sem ser conhecida as condições, ou seja, se foi cedido gratuitamente, alugado ou mesmo doado.

Mesmo com a presença de José Ferreira da Silva ocupando o cargo de interventor municipal até junho de 1941, um antigo integralista como o próprio professor Müller, parece não ter sido suficiente para evitar a apropriação dos bens imóveis e o fechamento da escola como instituição particular. Ou visto de outro modo, conforme as análises no segundo capítulo,

²⁸¹ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de setembro de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, out. 1941. s.p.

²⁸² RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, jun. 1941. s.p.

²⁸³ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de julho de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, 2 ago. 1941. s.p.

talvez tenha contribuído para atrasar essa ação nacionalizadora, já que durante seu governo entre 1937 e 1941, a escola particular se manteve em atividade, com exceção do fechamento temporário devido o decreto n. 88 de março de 1938.

Conforme o Relatório de inspeção de outubro de 1941, as aulas foram retomadas em 20 de outubro com o funcionamento de três escolas estaduais, duas delas criadas para substituir a antiga escola particular, iniciando com a matrícula de setenta e seis crianças, além da terceira escola que já existia, chamada de “escola estadual de Velha Grande, a qual se achava instalada a 500 metros da escola particular. Sua professora, d. Maria Melim de Sousa, veio residir na mesma casa”²⁸⁴. No mês seguinte, em 13 de novembro o inspetor Celso Rila visitou o edifício escolar com as três unidades em atividade, regidas pelos seguintes professores e quantidade de matrículas²⁸⁵:

Quadro 2. Matrículas nas Escolas Estaduais instaladas no antigo edifício da Escola Particular Duque de Caxias em 1941

Nome da escola	Professora	Total de matrículas	1º ano	2º ano	3º ano
Escola Estadual de Velha	Altair Sousa	34	22	12	-
Escola Estadual de Velha	Olga Pamplona	41	-	11	30
Escola Estadual de Velha Grande	Maria Melim de Sousa	83	48	25	10

Fonte: Elaboração da autora.

A motivação oficial da criação de duas escolas estaduais para substituir a escola particular foi comunicada no Diário Oficial de 3 de outubro de 1941, com a justificativa de não existir vaga no Grupo Escolar Luiz Delfino e a obrigatoriedade do Estado de ofertar a quantidade de vagas de acordo com a frequência escolar, determinação do Decreto-lei n. 88, artigo 21²⁸⁶. Em alguma medida, também foi uma forma de contornar a necessidade imediata da instalação de um Grupo Escolar devido à grande quantidade de matrículas, totalizando cento e cinquenta e oito crianças, demanda apresentada pelo inspetor Celso Rila nas suas observações no Termo de Visita de 13 novembro de 1941, considerando que “em Velha já se podia ter Grupo Escolar. Grande é, ainda, o número de crianças que vêm às escolas da cidade. Um Grupo Escolar

²⁸⁴ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, nov. 1941.

²⁸⁵ RILA, Celso. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1941*. Departamento de Educação. Termo de Visita, 13 nov. 1941. Blumenau, dez. 1941.

²⁸⁶ SANTA CATARINA. Diário Oficial. Departamento de Educação. Ano 8, n. 2.112, 03 out. 1941. p. 1.

teria matrícula de 250 alunos, no mínimo”²⁸⁷. Essa expectativa de futuro vai ser confirmada apenas em 14 de novembro de 1953 quando foi inaugurado o Grupo Escolar Adolpho Konder, analisado mais adiante, instalado em um amplo terreno localizado na frente do antigo patrimônio da escola particular, formado por um terreno e um edifício de alvenaria. Entre um tempo e outro, as escolas que funcionavam como públicas, foram reconfiguradas institucionalmente por meio da reunião das três escolas (Velha I, Velha II e Escola Estadual de Velha Grande), ato formalizado pelo Decreto Estadual n. 251, de 16 de junho de 1948²⁸⁸, formando as Escolas Reunidas Professora Norma Ribas Pessoa²⁸⁹, substituída mais tarde pelo referido Grupo Escolar.

Sobre essa escola reunida pouco foi possível apurar, apenas que na visita do inspetor Alírio Luiz de Almeida em 2 de outubro de 1948, o edifício escolar foi apontado como pertencente ao município e disponibilizado sem custo²⁹⁰, aspecto que não tinha sido evidenciado pelos relatórios envolvendo as tratativas de tomada do patrimônio pelo poder público em 1941, especialmente porque a escola particular fechada foi substituída por escolas estaduais, sem vínculo aparente com a prefeitura.

Na fotografia da Escola Particular de Velha Nova, o professor João Durval Müller aparece na frente do edifício escolar com muitas crianças, posicionado no canto direito da imagem. Como um documento inserido no acervo da Escola de Educação Básica Adolpho Konder, em torno da imagem algumas intervenções a lápis foram registradas, incluindo uma provável data para o tempo capturado no papel fotográfico já desgastado, o ano de 1932. As informações apresentam uma espécie de trajetória abreviada da escola, mas importa observar que anuncia uma cena relacionada a Escola “Norma Ribas Pessoa”, não evidenciando a existência anterior da escola particular.

²⁸⁷ RILA, *op. cit.*, 13 nov. 1941. fl. 223v.

²⁸⁸ SANTA CATARINA. Diário Oficial. Decreto n. 251. Departamento de Educação. Ano 15, n. 3.726, 18 jun. 1948. p. 1.

²⁸⁹ Sobre a denominação os indícios apontam se referir a uma professora do quadro de funcionários do Estado de Santa Catarina, falecida em um acidente de trânsito na década de 1940.

²⁹⁰ ALMEIDA, Alírio Luiz de. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro 1948*. Termo de Visita 2 out. 1948. Departamento de Educação. Blumenau. nov. 1948. s.p. fl. 150.

Figura 9. Fotografia atribuída a Escola Pública Norma Ribas Pessoa



Fonte: Autoria desconhecida. Acervo da EEB Adolfo Konder.

Os motivos para essa associação equivocada não podem ser afirmados, mas é possível dizer que esse processo de transição das escolas particulares para públicas permanece desconhecido em Blumenau. Isso também pode ser entendido como um propósito, muitas vezes contribuindo para que memórias fossem oficializadas na esfera pública e até mesmo instrumentalizadas para respaldar a narrativa histórica da comunidade imaginada. Dessa forma, a origem alemã continuaria a ser exaltada com orgulho e as tensões de cunho étnico escamoteadas, por não serem pertinentes ao discurso unilateral de vítimas dos procedimentos da nacionalização.

Apesar das muitas lacunas para compreender a trajetória anterior a criação do Grupo Escolar Adolpho Konder, as sobrevivências de fragmentos permitem compreender que houve tensionamentos, mais ou menos explícitos. Estavam atrelados a política de nacionalização e seus interesses pela escolarização em Blumenau, por vezes, mobilizando como justificativa as influências de manifestações políticas contrárias ou que rivalizavam com os propósitos do governo de Getúlio Vargas, por exemplo, o integralismo. Os indicativos são de que João Durval Müller não continuou seu trabalho de professor em nenhuma das escolas públicas organizadas para substituir a escola particular onde havia sido regente e contava com o auxílio de sua esposa

Otília Müller, sendo seu afastamento apontado pelo inspetor Celso Rila em 1941 como necessário “em vista de possuir uma casa comercial, será de grande vantagem para o ensino a substituição lembrada pelo Prof. Bezerra da Trindade”²⁹¹. A sugestão que meses depois se confirmou, indicava para o cargo a professora Maria Melim de Sousa, muito elogiada por seu trabalho na Escola Mista Desdobrada Estadual Velha Grande, a escola pública localizada nas proximidades que foi transferida para o edifício daquela escola particular fechada. Na visita de 6 de maio de 1941, o inspetor apontou que a professora foi removida em 1940 e “encontrou a escola com trinta e poucos alunos” tendo rapidamente atuado para reorganizar o espaço escolar. Ainda destacou que “pelo modo de agir junto a população e pelo progresso de seus alunos, desdobrou a escola, tornando-a bastante conceituada. A escola particular, cuja a matrícula, era sempre superior a 140 alunos, tem hoje 99”, indicando que muitas crianças trocaram de escola, já que a matrícula tinha subido para 70 alunos. Ao explicitar sua aprovação pelo desempenho da professora Maria Melim de Sousa, o inspetor legitimava o projeto governamental de instrumentalizar o trabalho de professoras nacionalizadoras, ou seja, jovens mulheres brasileiras mobilizadas em diferentes áreas de Santa Catarina e deslocadas para o trabalho de nacionalização em Blumenau e outras áreas do Vale do Itajaí. Os dizeres de Celso Rila também demonstram que interessava ao Estado certas disputas entre as escolas na mesma comunidade, referenciando a oposição entre o público e o privado.

A afirmação do inspetor sobre a saída do professor João Durval Müller não deve ser tomada como uma versão única, pois, além da preferência pela professora Maria Melim, outros elementos podiam estar influenciando para desabonar a continuidade do professor, pois sua atuação como comerciante já acontecia concomitante a função na escola. Aparentava ser mais uma forma de deslocar a presença desse professor da escolarização pública, pelo menos naquela localidade da Velha, onde exercia uma intensa interlocução com a comunidade. Isso porque trabalhou tanto na escola particular quanto na Escola Pública de Velha Central²⁹², situada na localidade de Velha Central, função que exerceu nessa escola subvencionada entre abril 1919 e fevereiro 1935, ano de sua exoneração²⁹³. Os indicativos são de que a saída dessa escola pública estava atrelada as demandas do desempenho no cargo de vereador, recém-eleito em 1935 pelo Partido Integralista.

²⁹¹ RILA, *op. cit.*, jul. 1941.

²⁹² MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1934*. Departamento de Educação. Blumenau, 2 jun. 1934. s.p.

²⁹³ SANTA CATARINA. Assentamento funcional. João Durval Müller. Livro n. 9, p. 45v.

A atuação de João Durval Müller como professor na escola particular foi mencionada em alguns relatórios de inspeção a partir de 1934, permitindo identificar que a escola funcionava com muitas matrículas, com números na casa da centena. Na visita de 6 de dezembro de 1934, o inspetor escolar Adriano Mosimann, acompanhado por João dos Santos Areão, responsável pela Inspeção Federal de Nacionalização do Ensino, foi informado que a escola contava com 111 estudantes, divididos em duas turmas e separados em duas salas, com aulas em um prédio próprio. Os estudantes considerados mais aprimorados eram aqueles que falavam o português com menor dificuldade, porém, a recomendação destacava a necessidade de avançar com uma pronúncia adequada, a exemplo do professor, reconhecido por falar corretamente. Essa escola particular estava entre as poucas que eram bem avaliadas por estarem no caminho da nacionalização em Blumenau, portanto, parte do projeto de futuro que teria como resultado a manifestação generalizada da língua nacional a partir da escolarização, já estava em andamento nas palavras do inspetor “com um pouco mais de esforço bem orientado esta escola poderá satisfazer plenamente”²⁹⁴, referindo-se à nacionalização.

Em 1935 a escola também foi inspecionada no primeiro semestre, em mais de uma visita do inspetor Aristides Largura, também integralista. Os indicativos são de que essa adesão política definiu de um lado a exoneração de Largura do cargo da inspeção estadual e do outro a sua eleição para prefeito de Joinville, ambas as situações na segunda metade de 1935. Ainda como inspetor, nos seus registros em 13 de junho de 1935, destacou que a escola tinha 119 alunos matriculados, todos de origem teuto-brasileira. Funcionava de forma desdobrada, com dois horários no matutino sendo uma turma reunindo o 2º e o 3º ano e a outra com o 1º ano, onde estudavam os alunos iniciantes. Também estava em andamento mais turma de 1º ano no período vespertino, com alunos avaliados como “adiantados”. O fundamento para separar as crianças tinha relação com a questão da língua conhecida ao acessar a escola, inclusive seus desempenhos avaliados como mais ou menos apropriados de acordo com o aprendizado da língua portuguesa. Os alunos do 2º ano e 3º ano foram descritos como bons conhecedores da língua nacional, porém, a pronúncia ainda apresentava marcas do tempo de fala em alemão. Esse aspecto foi compreendido de forma “muito natural quando se considera que, até a idade de entrar para a escola, nenhuma noção e prática tiveram do idioma nacional. O aproveitamento dos alunos comprova a boa orientação que ao ensino vem imprimindo o snr. professor” tendo seu trabalho sido afirmado como digno de louvor e a escola apontada entre as dez que

²⁹⁴ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1934*. Departamento de Educação. Blumenau, 6 dez. 1934. s.p.

satisfaziam aspectos básicos da nacionalização²⁹⁵. Não é impertinente sugerir que o inspetor Aristides Largura manifestou sua apreciação ao ressaltar o bom funcionamento dessa escola particular, motivado também pela proximidade com o professor João Durval Müller devido o compartilhamento de ideias e experiências em comum como milicianos integralistas. Nesse sentido, os indicativos são de que sua presença nessas comunidades escolares tratou de forma tolerante o uso da língua alemã no cotidiano das escolas inspecionadas, apesar de em certas circunstâncias apontar para os professores a necessidade de ensinar em língua nacional, inclusive, cobrando que as crianças falassem o português também no recreio. Entretanto, suas críticas não foram dirigidas com imposição, nem mesmo com ameaças de punições administrativas ou por outros meios, postura identificada nos relatórios seguintes elaborados por seu sucessor, o inspetor Celso Rila, que ocupou o cargo entre agosto de 1935 até 1945, designado para Blumenau como responsável pela condução das ações que intensificaram a nacionalização (Neves, 2019).

O formato do integralismo forjado em áreas de Santa Catarina precisa ser compreendido por assumir características peculiares, que viabilizaram negociar os elementos identitários e assegurar a valorização de um passado indispensável para anunciar o futuro. Nele, mesmo afirmando adesão a referências nacionais, seria possível exaltar as heranças culturais estrangeiras, legitimadas como civilizadas, por vezes, na chave de leitura da superioridade racial. Na interlocução com os estudos do historiador Luiz Felipe Falcão (2000) fica evidente que o movimento integralista adquiriu no Estado particularidades em relação a forma de expressão nacional, principalmente, no que diz respeito ao tipo de nacionalismo reivindicado com outros contornos pelos milicianos de descendência alemã. Nas palavras do próprio Falcão (2000, p. 187-188), “afastava-se de um ‘nativismo’ mais inflexível, como o alardeado por personalidades do porte de Nereu Ramos (ou como o arquitetado por intelectuais e instituições ligadas ao governo Vargas)”. Entretanto, não deixava de se posicionar para os embates “com os partidários do germanismo, como era o caso de Marcos Konder e de tantos outros”. Em Blumenau, ambos os grupos políticos se posicionavam em oposição, sendo a Ação Integralista Brasileira apresentada como um tipo de terceira via para aqueles interessados em uma interpretação híbrida da nacionalização, com o reconhecimento de ser brasileiro devido ao nascimento, mas continuando a expressar vínculos étnicos alemães.

Com o golpe do Estado Novo em outubro de 1937, o Partido Integralista que tinha assumido destaque em Blumenau com a eleição da maioria dos vereadores e o prefeito Alberto

²⁹⁵ LARGURA, Aristides. *Relatório da Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1935*. Termo de Visita, 13 jun. 1935. Departamento de Educação. Blumenau, 11 jul. 1935.

Stein, foi proibido de funcionar e seus políticos depostos, incluindo João Durval Müller e em Joinville o prefeito Aristides Largura. Poucos meses depois, no início de 1938, adeptos da extinta AIB se movimentavam em escala nacional para conduzir uma espécie de contragolpe no governo de Getúlio Vargas, estabelecendo articulações desde a capital do país até as interlocuções com outras regiões como Santa Catarina, incluindo o município de Blumenau. De acordo com o historiador Clayton Hackenhaar (2019, p. 146), inicialmente a atuação dos milicianos parece ter sido subestimada pelas autoridades de Santa Catarina, aspecto que foi alterado nos primeiros dias do mês de março. Algumas iniciativas práticas foram manifestadas por meio de tentativas para avançar com as sabotagens e invasões de lugares considerados estratégicos para o pretense golpe integralista. Ainda na mesma pesquisa ficou evidenciado que as investigações policiais afirmavam a existência da organização, com um amplo entrelaçamento de comunicação entre os envolvidos de vários lugares do Brasil, inclusive, com a participação de funcionários públicos adeptos e simpatizantes do integralismo, que também atuavam para abastecer a rede com informações relevantes para os planos golpistas.

Em Blumenau, os planos integralistas não foram noticiados por sua manifestação no município, mas o jornal *Cidade de Blumenau* de 19 de março de 1938 compartilhou informações replicadas do Rio de Janeiro em uma nota intitulada “Intentona Integralista” tratando de acontecimentos na capital federal. Também reproduziu um comunicado emitido pelo Ministério da Justiça, publicado originalmente no periódico de Joinville, *A Notícia*, com o enfoque para o conhecimento das autoridades sobre “uma conspiração com o intuito de alterar a ordem pública”, manifestada por “uma simples agitação de descontentes, sem qualquer correspondência de sentimento e opinião do povo”²⁹⁶. Em ambos os jornais ficou evidente o interesse em não publicizar o envolvimento de sujeitos locais no plano de alcance nacional.

Esse silenciamento público sobre os planos integralistas também foi analisado por Clayton Hackenhaar (2019) e não reflete o movimento que se manifestou em vários municípios de Santa Catarina entre eles Blumenau, no dia 10 de março de 1938, observados por meio da investigação dos processos judiciais do Tribunal de Segurança Nacional. Em busca do diálogo com esses documentos, foi possível identificar as acusações que envolveram tanto o professor João Durval Müller quanto Alberto Stein, ex-prefeito integralista, que em 1952 foi homenageado como nome de uma escola municipal de Blumenau, analisada mais adiante.

No caso do professor João Durval Müller, estava em aula com as crianças em 10 de março de 1938, na Escola Particular de Velha Nova, na localidade de Velha, quando recebeu a

²⁹⁶ PORTARIA distribuída pelo Ministério da Justiça. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 48, 19 mar. 1938. Blumenau. p. 2.

visita de José Mayrink de Souza Motta, por volta das 11 horas da manhã. Essas informações e as próximas, foram parte da narrativa declarada por Müller em seu depoimento de 01 de abril de 1938, na Delegacia de Polícia de Blumenau, perante o Delegado de Ordem Política e Social (DOPS). A presença do visitante tinha relação com a tentativa de revolta que estava sendo planejada a nível nacional, pelos que se mantinham adeptos do integralismo e não aceitavam a instalação do Estado Novo. O professor afirmou que José Mayrink chegou sozinho na escola particular e se apresentou como enviado do Rio de Janeiro, avisando que a questão envolvia os planos integralistas, que deflagraria naquele mesmo dia uma “revolução” destinada a ocupar o governo do Brasil. Estava procurando por um rádio, interessado em escutar as primeiras notícias das manifestações revoltosas pelo país e, assim, poder posicionar a resistência dos integralistas da região. Sobre como Mayrink foi encaminhado a João Durval Müller e localizou a sua escola, não foi possível identificar, porém, é certo que alguém indicou o endereço e considerou que aquele contato poderia de alguma maneira ser útil. É pertinente inferir que o professor não era uma pessoa aleatória, sendo lembrado por outros milicianos, talvez porque atuou como chefe do sub-núcleo, instalado na Velha²⁹⁷, além do próprio prestígio como vereador integralista. Ainda em depoimento afirmou ter negado possuir um rádio, além de não aceitar participar de qualquer “revolução por não ser homem para essas coisas e, também, porque entrou para o integralismo por achar bonita a doutrina pregada”. Continuou relatando que Mayrink expressou seus planos de reunir “duzentos homens para manterem a ordem e tomarem parte ativa na revolução, caso rebentasse”, o que demandaria alguém para reunir todos esses apoiadores. Em resposta, João Durval Müller disse ter se recusado a colaborar e Mayrink pediu a indicação de outro homem que pudesse ter essa responsabilidade, decidindo indicar para seu vizinho Oswaldo Buerger, declarado como integralista. Com as aulas terminadas, de acordo com seu depoimento, o professor orientou sua aluna e filha de Buerger, para avisar o pai que precisavam conversar, pouco tempo depois chegando o vizinho na escola e iniciando o diálogo com o visitante, não tendo João Durval Müller participado desse momento, o que não o impediu de ouvir algumas falas como quando Buerger concordou que era possível reunir os integralistas. Também naquela circunstância, chegou no local outro integralista, Otto Laczynsky, que veio encontrar José Mayrink e ambos deixaram a escola/casa do professor, assim como Buerger.

²⁹⁷ Em Blumenau a Ação Integralista Brasileira foi organizada com base em relações de poder hierarquizadas, aonde o núcleo principal ficava na sede do município, comandado por um chefe municipal, que articulava os núcleos distritais e os sub-núcleos, localizados em diferentes áreas, cada um com sua chefia. O sub-núcleo da Velha surgiu em outubro de 1935, após uma primeira sessão de propaganda em 20 de julho no salão Buerger quando foram realizadas as primeiras inscrições daquela localidade. Ver: O INTEGRALISMO em Blumenau: Histórico e Estatísticas. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, n. 11/12, t. 40, p. 34 nov./dez. 1999.

Mais tarde, ao retomar o contato com seu vizinho, foi informado que Mayrink direcionou instruções para que ele se encarregasse “de avisar os chefes integralistas de Salto-Weissbach e Passo-Manso e que, naquela tarde mesmo, ele Buerger, iria aos lugares indicados avisar aos mesmos chefes”. A conversa com o vizinho foi retomada no dia seguinte quando “soube, por intermédio do próprio Buerger, que este havia ido no dia anterior, de automóvel, avisar o chefe integralista em Passo-Manso, de nome Hansen para que este e demais integralistas ficassem de prontidão”. Ao ser questionado pela polícia sobre o conhecimento de uma senha que serviria de código para iniciar as ações integralista, João Durval Müller informou não saber e, finalizou suas declarações reafirmando “que, quando entrou no Integralismo, não teve intenções políticas, nem ambições de mando, mas, apenas, achou que poderia servir a Pátria, pregando a educação moral e os bons costumes contidos na ideologia integralista”²⁹⁸. Além disso, considerava que organizar um “movimento revolucionário” divergia das orientações regimentares do integralismo.

Essa tinha sido a segunda vez que o professor havia prestado seu depoimento. O primeiro, aconteceu dias antes, em 21 de março de 1938, também na Delegacia de Polícia, porém, diretamente para o delegado de Blumenau, Paulo Grossenbacher, ainda sem a presença da autoridade do DOPS, demonstrando que as investigações iniciais ficaram por conta do aparato de polícia local. Na primeira versão, informou que um homem apareceu na porta da escola particular com uma mala, perguntando se ele tinha um rádio, por isso, considerou que poderia se tratar de um vendedor de aparelhos de rádio. Na sequência José Mayrink se identificou e disse ter estado em Blumenau “junto com Plínio Salgado, quando aqui se realizou o congresso integralista”. Mesmo sem ser convidado, entrou no gabinete do professor/diretor, insistindo por sua colaboração com a revolta. Na tentativa de não se envolver com a questão e por “estar muito nervoso quando o mesmo falou em revolução”, João Durval Müller mandou chamar o vizinho Buerger para conversar com Mayrink, o que aconteceu no espaço da escola, sem a sua participação, que apesar de estar afastado e ouvir trechos da conversa. Também entre suas declarações, o professor afirmou que teve vínculos com o integralismo, inclusive sendo eleito vereador pelo partido e, que “até a presente data ainda não se convenceu que o integralismo poderia fazer uma revolução”. Finalizou seu depoimento afirmando que foi perguntado por José Mayrink “se era integralista ao que o depoente respondeu

²⁹⁸ BRASIL. Tribunal de Segurança Nacional. Série Apelação n. 175. Processo Crime n. 526 Paulo Vieira da Rosa e outros. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Delegacia da Ordem Política e Social. Delegacia de Polícia do Município de Blumenau. *Termo de declaração prestada por João Durval Müller. Blumenau*, 1 abr. 1938. p. 150.

afirmativamente”²⁹⁹. Sobre o integralista Otto Laczynsky e sua ida até a escola, nada foi mencionado, apenas que após um automóvel buzinar, Mayrink deixou aquele local, não sendo possível apontar na companhia de quem.

Entre os dois depoimentos, João Durval Müller passou por um auto de busca e apreensão em 23 de março de 1938, entregando na Delegacia de Polícia, vários objetos relacionados as suas atividades integralistas por ser chefe do sub-núcleo da Velha como, por exemplo, “um livro com o nome dos contribuintes; um dito de matrícula de alfabetização; [...] um dito de chamada; um livro conta de depósitos; um dito Caixa; um colecionador com diversos recibos; um livro de sócios; [...] uma bandeira integralista”³⁰⁰.

Ao final do processo judicial, o professor Müller não foi indiciado, mas a investigação permite ponderar que seu prestígio como integralista era expressivo, seus vínculos não haviam sido definitivamente encerrados, considerando o acervo que decidiu guardar na escola onde também morava, além de evidenciar que a própria escola foi um lugar de circulação das questões políticas, incluindo a trama de uma revolta de dimensão nacional. Essa constatação contribui para reafirmar a escola como um tempo e espaço do político, inserida na organização social onde sujeitos vivenciam experiências entrelaçadas com outras dimensões da vida, mais ou menos atreladas as demandas escolares.

Com todos esses elementos narrados nesse estudo historiográfico não é inviável inferir porque a Escola Particular Velha Nova ou Duque de Caxias, que continuou a ser regida pelo professor Müller até 1941, foi fiscalizada com rigor tendo o material didático apreendido e proibida de funcionar, inclusive com o professor substituído por Maria Melim de Sousa, além do edifício escolar tomado por determinação governamental. Os indicativos são de que nacionalizar essa escola tinha também o sentido de afirmar o domínio do grupo político intervencionista do Estado liderado por Nereu Ramos, antes organizado pela sigla partidária liberal, confrontado pela ampla adesão ao integralismo em Blumenau.

A própria trajetória do descendente de alemães João Durval Müller, que aparentemente continuou com seu comércio local após deixar a escola particular, demonstra como foi preciso buscar outros arranjos políticos para se reposicionar na cena pública após o término do Estado Novo, interessado em retomar os vínculos com a política institucional perante o período democrático sendo eleito novamente vereador em 1947 dessa vez pelo PSD, o mesmo partido liderado por Nereu Ramos, ex-interventor responsável por conduzir a política de nacionalização

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 150.

³⁰⁰ *Ibid.*, 23 mar. 1938. p. 154.

que impactou a vida pessoal e profissional de João Durval Müller. Dessa vez, amparado pela sigla partidária do PSD, acionou sua posição para manifestar em 1950 o incômodo que precisou ser escamoteado em 1941 devido a ditadura varguista, mas que podia ser expressado na democracia, apesar das sutilezas ainda pertinentes para um momento constituído pelas ruínas de passados em processo de acomodação em Blumenau. Significa dizer que apesar das mudanças que caracterizavam as relações democráticas, o passado difícil vivenciado nas décadas anteriores continuava presente e conduzia um projeto de futuro que anunciava a modernidade também como forma de revestir noções de orgulho étnico, ressentido pelo que as elites políticas avaliaram como uma imposição de desprestígio contra Blumenau, especialmente, conduzida pelo governo do Estado e, que precisava ser revertida. Nas palavras de Maria Augusta Vilalba Nunes (2016, p. 125) “aquilo que resta, resta mais do que para anunciar o passado, resta para anunciar o futuro”.

A continuidade dessa trajetória escolar como uma instituição pública a partir do final de 1941, alterada para o modelo de escolas reunidas em 1948, recebendo o nome da professora “Norma Ribas Pessoa”, que em 1953 foi negligenciado para homenagear ainda em vida, um político catarinense com a criação do Grupo Escolar denominado de Adolpho Konder, emite sentidos que não podem ser entendidos de forma aleatória. Possuem intencionalidades pautadas no reconhecimento de ruínas, ou seja, restos de um tempo pretérito que serviram para elaborar e sustentar uma memória coletiva capaz de comunicar experiências de outras temporalidades tidas como traumáticas, produzindo ressentimentos que instrumentalizaram arranjos políticos no espaço público. Compartilho com Pierre Ansart (2004, p. 21) a leitura de que “os ressentimentos, os sentimentos compartilhados de hostilidade, são um fator eminente de cumplicidade e solidariedade no interior de um grupo”. Significa dizer que a política de nacionalização provocou ressentimentos porque deslocou a elite política local do centro de poder, inclusive, ocasionando cisões e despertando disputas internas, que desestabilizaram o que parecia ser uma coesão assegurada por um passado étnico comum, mediado pelo ideal da colonização alemã, o que não foi descartado, mas viabilizou outras interpretações como no caso das lideranças integralistas. O tempo da nacionalização foi compreendido como capaz de rearticular a identificação étnica, definida não mais apenas pelas heranças coloniais, mas também pelas experiências de deslocamentos forçados do grupo político que precisava se reencontrar para garantir a retomada da liderança de Blumenau, incluindo o domínio da narrativa sobre o município perante o território nacional.

O nome de Adolpho Konder sinalizava contornos políticos redefinidos com o tempo de experiências democráticas, caracterizando a nova, mas também velha escola, com a escolha de

homenagear um homem que compartilhava outras experiências, aquelas atreladas a nacionalização. Isso porque, se tratava do presidente de Santa Catarina que recém tinha deixado o governo quando aconteceu o golpe de 1930, afirmando-se nas trincheiras dos embates públicos contra o PLC sendo partidário do PRC, enquanto as disputas partidárias estavam legalizadas, processo interrompido com outro golpe em 1937, que instituiu o Estado Novo ainda sob comando de Getúlio Vargas, representado no Estado pelas lideranças da família Ramos e seus aliados tradicionais ou de ocasião.

O político Adolpho Konder, descendente de alemães que imigraram e se estabeleceram em Itajaí, Santa Catarina, local do seu nascimento em 16 de fevereiro de 1884, também estava inserido em uma família com ampla atuação política nas esferas estadual e federal. Sua aproximação com Blumenau ocorreu a partir dos estudos na escola particular paroquial chamada Colégio Santo Antônio, fomentando relações de trabalho e políticas com o grupo da elite local, majoritariamente adepta do PRC, legenda partidária seguida por ele e os irmãos Marcos e Victor, este último mais próximo da política de Blumenau. Antes de ser governador, esteve envolvido em diferentes atividades políticas no âmbito nacional e foi eleito deputado federal em 1921, na sequência vitorioso para governar o Estado em 1926. Liderou no Estado a oposição do PRC, com a criação da coligação “Por Santa Catarina” que o elegeu como deputado constituinte em 1934, com uma campanha no Vale do Itajaí pautada na ideia de união pelas referências étnicas, principalmente alemã, dos imigrantes e seus descendentes. Em um comunicado que circulou em Blumenau e região do Vale do Itajaí nesse período, o recado político era explícito, acusando os políticos liberais de serem corruptos e violentos, além de cobrar um posicionamento crítico e firme da população que não deveria querer ser “liberal”, mas assumir a defesa da “tua pátria ou chão, que teus pais adquiriam para ti, tuas instalações culturais, escola e igreja, teus usos e costumes, a honra e lembrança de teus antepassados, tua família, esposa e filha, se não quiseses ser marcado a jogo em brasa como traidor”³⁰¹. Sua participação foi ativa nas críticas públicas e tentativas de costuras políticas que evitassem no início de 1934 os desmembramentos territoriais acontecidos em Blumenau, propósito que não foi alcançado, conforme analisado no segundo capítulo. Mesmo afastado da política institucional após 1937, manteve-se nos bastidores como referência oposicionista ao governo do interventor Nereu Ramos e logo que os primeiros reflexos da crise do Estado Novo vieram à tona, ainda no decorrer de 1945, retomou seu posicionamento público contra Vargas e seus

³⁰¹ CAMPANHA Eleitoral. [Dispõe sobre críticas da Coligação Por Santa Catarina contra os liberais]. Blumenau. s.d. p. 1. Fundo Memória da Cidade. Política, Partido Liberal (11. 1.1.5.2). doc. 1. Tradução Edith Sophia Eimer.

apoiadores no Estado, articulando os encaminhamentos da política eleitoral que seria estabelecida a partir de 1946.

Perante seu prestígio no município, em alusão a data do aniversário de Adolpho Konder, o jornal *Cidade de Blumenau* publicou em 17 de fevereiro de 1946 uma breve homenagem referenciando-o como “o amigo com quem os blumenauenses podem contar em todas as horas críticas”. De maneira notória declarou que essa foi a postura que assumiu na “sua passagem pelo Estado Novo quando seus conselhos e auxílios mitigaram, de algum modo, as inúmeras violências porque passou nossa gente” sendo atribuída a ele as poucas possibilidades de “socorro na Capital Federal”. A narrativa ainda provocava a memória do tempo de nacionalização por meio de uma noção coletiva das experiências, ao estimular as lembranças para que não houvesse esquecimentos pois, “acreditamos que aqui ninguém esqueça esse período de intranquilidade que parecia não ter mais fim”³⁰². No diálogo com Paul Ricoeur (2007, p. 26) sobre o exercício da memória, a lembrança buscada no tempo presente, acionou o passado, portanto, aquilo que estava ausente e precisa ser representado por uma imagem capaz de emitir sentido, nas palavras do filósofo da história “o fenômeno de presença de uma coisa ausente, permanecendo implícita a referência ao passado”. As ações praticadas para a nacionalização de Blumenau, configuravam essas imagens do passado ausente, por vezes, aparentes nos documentos como rastros que sobreviveram e foram tornadas memórias arquivadas, mobilizadas pela história como evidências.

Esse tempo da nacionalização transformado em memória, somente pode assumir contornos no “inacabamento”, como aquilo que sobrevive na forma de ruínas, que são constituídas por restos ou escombros, na chave de análise que proponho nesse estudo. Nesse sentido, o nome de Adolpho Konder, aliado da elite política de Blumenau, assim como outros nomes monumentalizados para identificar escolas públicas no tempo das experiências democráticas, aparece nessa forma de escombros para sustentar a reorganização política daqueles que intencionavam voltar a ter a representação das demandas da população. Assim, era pertinente instrumentalizar memórias consideradas potenciais para legitimar o pretense elo assegurado pela comunidade imaginada, entendida como a Grande Blumenau fundamentada no período colonial e, mais recentemente, nas experiências partilhadas durante o movimento de nacionalização.

A partir de 1945 não foi incomum identificar nas páginas dos principais periódicos locais, críticas nem sempre explícitas, sobre a política de nacionalização, especialmente,

³⁰² DR. Adolfo Konder. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 107, 17 fev. 1946. Blumenau. p. 1.

relacionadas a um discurso que referenciava a urgência de princípios democráticos. Uma concepção de democracia foi reivindicada como sinônimo do valor civilizatório, atrelada a ideia de liberdade e participação popular por meio do voto, instrumento considerado primordial para garantir o afastamento daqueles apontados na cena pública com a marca do autoritarismo, o que em Blumenau se direcionava para os sujeitos caracterizados como traidores daquela comunidade imaginada. Em outras palavras, aqueles que haviam colaborado com o regime de Getúlio Vargas e Nereu Ramos, cada vez mais demarcado como autoritário, negligenciando seus vínculos étnicos alemães ou caso não os tivessem, assumindo posição contra os interesses de Blumenau, o que significava negar o modo de viver amparado pelos valores da colonização alemã. Nessa perspectiva, o político Adolpho Konder era uma das lideranças que fomentou essa reação ao grupo que atuou no governo intervencionista de Nereu Ramos, leitura política que foi um dos critérios para reunir adeptos a nível regional interessados na fundação do partido chamado de União Democrática Nacional (UDN), formalizado nacionalmente em abril de 1945.

Assim como a família Konder, também outras lideranças políticas de Blumenau e região do Vale do Itajaí, que se consideravam prejudicadas e até mesmo vítimas do governo de Nereu Ramos, formaram uma espécie de bloco de oposição ainda em 1945 organizados pela sigla partidária da UDN. Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado (2019, 134-135) por todo país o partido teve como convergência o objetivo do término do Estado Novo e as críticas incisivas contra o presidente, interesses que conduziram a unidade em torno do apoio à candidatura de Eduardo Gomes na eleição presidencial realizada em 1946, que não contou com a participação de Getúlio Vargas. Em Santa Catarina, esse grupo político capitaneou de forma ampla a oposição aos que se mantiveram aliados de Nereu Ramos e que estavam reunidos no PSD, inclusive, lançando candidato próprio para a eleição ao governo do Estado realizada no início de 1947 sendo escolhido pela primeira vez o udenista Irineu Bornhausen, que perdeu a disputa para o pessebista Aderbal Ramos da Silva.

A vitória de Irineu Bornhausen para governador, apenas se concretizou na eleição seguinte quando em 1950 enfrentou o candidato pelo PSD de Blumenau, Udo Deeke, recebendo apoio com base em uma intensa propaganda política que afirmava o compromisso da UDN, representada por Bornhausen, de reconhecer a grandeza da população chamada de “blumenauense”, que nos anos anteriores teria sido relegada pelo governo estadual ao esquecimento como forma de punição a sua prosperidade econômica e social, justificada por sua origem étnica alemã.

Como governador, Irineu Bornhausen esteve em Blumenau entre os dias 13 e 15 de novembro de 1953 para a inauguração de obras públicas, entre elas o Grupo Escolar Adolpho

Konder, ato que aconteceu no dia 14. A cerimônia contou com diversos atores políticos, incluindo militares do âmbito municipal e estadual, além da população do bairro, que foi apresentado como populoso e em pleno desenvolvimento sendo o edifício escolar uma representação desse progresso devido suas características modernas de construção. O jornal *A Nação* do dia 14 de novembro, descreveu que no dia anterior, Irineu Bornhausen foi recepcionado com requinte pelas lideranças locais, inclusive pelo prefeito e companheiro udenista, Hercílio Deeke. Logo na chegada, o governador fez uma breve fala em que “terminou dizendo que o povo de Blumenau não procura bajular e, sim, fazer justiça, uma vez que aceitava como um gesto de apoio e reconhecimento as manifestações de que estava sendo alvo”³⁰³. O prefeito também usou a palavra nessa recepção lembrando que Bornhausen tinha vindo a Blumenau pela primeira vez em 1951, para lançar a pedra fundamental da ponte que retornava para inaugurar. Além disso, novas obras públicas que trariam o progresso tinham sido construídas pela sua administração, referenciando também o edifício do Grupo Escolar Adolpho Konder, qualificado como “majestoso e amplo, veio preencher uma grande lacuna nas necessidades de ensino daquele progressista bairro da nossa cidade”³⁰⁴, uma escola referenciada pela inovação.

Os dois jornais locais de maior relevância, *A Nação* e *Cidade de Blumenau*, ambos notoriamente apoiadores da UDN, exploraram intensamente a presença do governador na cidade, inclusive publicando na íntegra o discurso proferido por Irineu Bornhausen no banquete oficial ocorrido Tabajara Tênis Clube, na noite do dia 13 de novembro. As palavras do governador apresentaram Blumenau como um município próspero pela via do trabalho, onde indústria e agricultura estão equilibradas sendo um “tipo padrão de comuna”. Seus elogios, referenciando “um espírito de cooperação bastante evoluído”, acionava o passado colonial como fiador do futuro, pois desde os “tempos de Blumenau colônia”, o enfoque estava em “situar no primeiro plano das vossas preocupações os assuntos que se relacionam diretamente com o progresso do Município ou o bem-estar da coletividade”, não permitindo que “fiquem à mercê das injunções partidárias ou das malquerenças políticas”. O governador exaltava Blumenau por suas características de origem, entendidas como virtudes, atreladas “em grande parte, ao trabalho pertinaz e patriótico dos seus filhos, que continuam, sem desfalecimento, a obra portentosa herdada dos seus antepassados”, reconhecidos por serem “bravos colonizadores

³⁰³ OBRAS que marcarão na história do seu governo realizações de um homem de ação. Discurso proferido pelo vereador Federico C. Allende. *A Nação*, ano X, n. 227. p. 6. 14 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

³⁰⁴ NADA mais existe que possa por em dúvida a ação realizadora de V. Excia. Discurso do prefeito Deeke na inauguração do retrato do Sr. I. Bornhausen. *A Nação*, ano X, n. 227. p. 1, 14 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

que abriram caminhos na selva para dar ao Brasil, às margens do Rio Itajaí-Açu, uma das mais belas e prósperas cidades”, apesar do “mau grado a falta de cooperação dos poderes públicos”.

Novamente, estava na cena pública o discurso de abandono dos imigrantes alemães e suas posturas de resiliência para avançar a colonização, mesmo sem apoio das autoridades nacionais. Entretanto, dessa vez havia uma elaboração discursiva nova, capaz de reformar e redimensionar essa memória histórica performada com os festejos do Centenário. Tratava-se da legitimação do tempo da nacionalização como um período de perseguição e invisibilidade de Blumenau, promovido por políticos considerados revanchistas, especialmente personificados pelo interventor Nereu Ramos. Nesse sentido, Irineu Bornhausen evidenciou que seu governo não faria injustiças, privilegiando alguns municípios mais do que outros, o que havia caracterizado muitos outros governos, inclusive, “se quisesse citar um exemplo frisante dessa política facciosa e unilateral, não precisaria sair de Blumenau. Com efeito, o vosso Município viveu, durante vários anos, esquecidos dos poderes públicos” e, desta forma, tratado com o que foi avaliado como “menosprezo”.

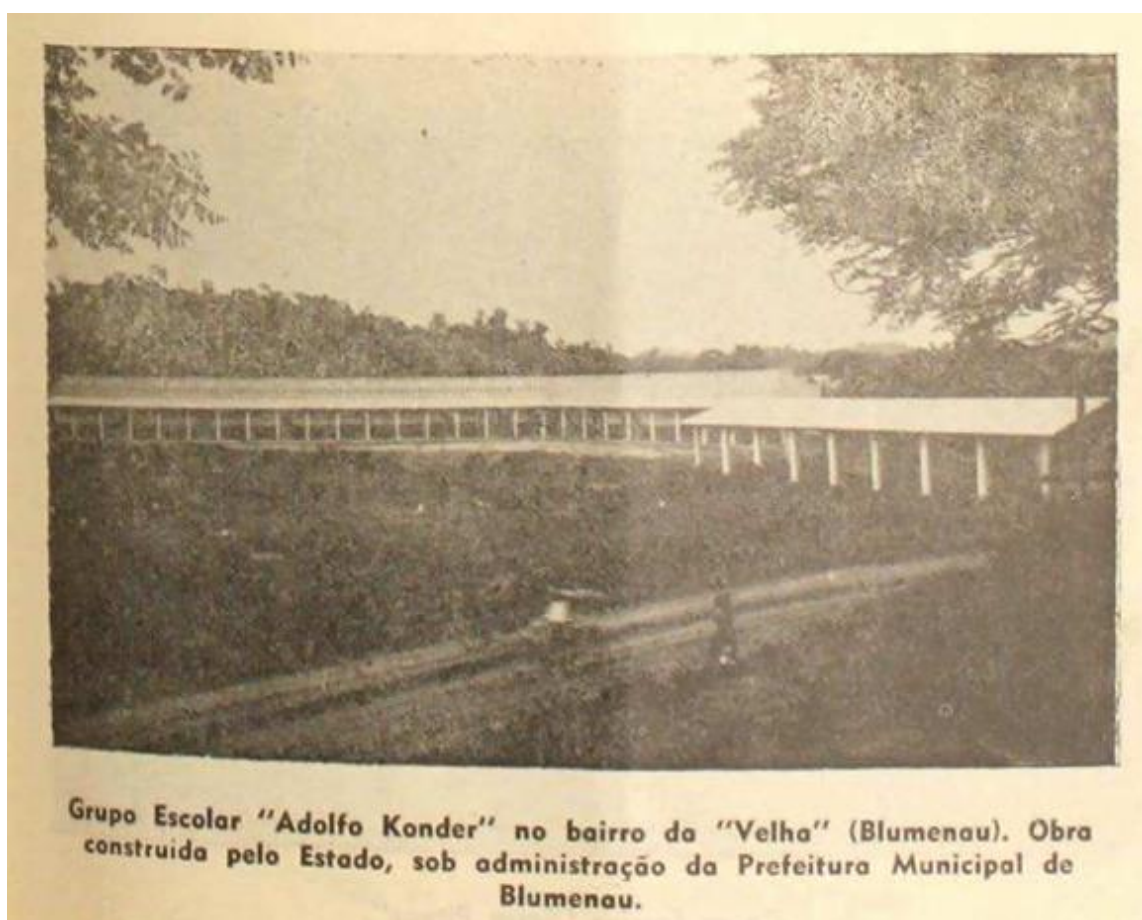
Suas palavras não deixaram de referenciar o tempo da democracia, compreendido como aquele presente vivenciado com amparo de uma Constituição Federal que garantia “aquilo que talvez há de mais belo no regime democrático: a coexistência de várias correntes de opinião, cada qual manifestando-se livremente através das agremiações partidárias que lhe servem de veículo”. Com essa percepção, Irineu Bornhausen contribuiu para propagar em Blumenau a ideia de democracia, em oposição aos anos de autoritarismo varguista, atrelada a valorização do voto como sinônimo de cidadania e a livre manifestação de ideias a partir do funcionamento de organizações partidárias ativas na representação dos eleitores. Também essa abordagem, aconselhou a população “que, aos escolher seus representantes, nas futuras eleições, tenha sempre em vista que essa escolha recaia em leais amigos desta terra e fiéis intérpretes dos anseios coletivos”, reafirmando a legitimidade de políticos que demonstrassem os vínculos com o passado colonizador idealizado para projetar o futuro de Blumenau. Era esse o caso do prefeito Hercílio Deeke, elogiado pelo governador por sua postura patriótica que assegurava “sem dúvida alguma, o expressivo progresso que, principalmente nestes últimos anos, atingiu o vosso município”.³⁰⁵

No mesmo jornal e publicação que divulgou o discurso de Irineu Bornhausen, a notícia de inauguração do Grupo Escolar destacou que a cerimônia aconteceu no “pátio e dependências daquele moderno estabelecimento de ensino” repleto de pessoas. As palavras iniciais foram do

³⁰⁵ “DEVEM os municípios saber escolher homens de bem para os legislativos”. Importante discurso do governador Bornhausen no banquete oficial. *A Nação*, ano X, n. 228. 15 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

inspetor geral do ensino Abelardo Souza sendo “convidado o Governador do Estado a hastear o Pavilhão Nacional, no pátio do Grupo, ato que se efetivou ao som do Hino Nacional, cantado pelos alunos do estabelecimento”. Também foi Bornhausen que executou o ato inaugural desfazendo a fita na entrada do edifício escolar e seguindo para o “interior do salão nobre, o distinto visitante e ilustre comitiva foram saudados pelo vereador João Durval Müller, antigo educador”, que parece ter realizado um discurso, “antes, dos alunos do estabelecimento”. A cerimônia contou ainda com a mensagem proferida pelo inspetor escolar do município, Alírio de Almeida, além dos agradecimentos do representante das autoridades estaduais presentes e a instalação oficial do retrato do patrono Adolpho Konder e do governador Irineu Bornhausen³⁰⁶.

Figura 10. Edifício do Grupo Escolar Adolfo Konder inaugurado em 1953



Fonte: Santa Catarina, 1951/54, s.p.

Na chave de leitura de Pierre Ansart (2019, p. 53; 70), nesse ato político que foi a inauguração do Grupo Escolar, um acontecimento inserido no regime da democracia

³⁰⁶ INAUGURAÇÃO do Grupo Escolar Adolfo Konder. Festa no Grupo Escolar Municipal "Machado de Assis". *A Nação*, ano X, n. 228, 15 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

parlamentar, amparada no voto, “os chefes de partidos devem assegurar a reprodução da confiança no interior dos aparelhos, desencorajar as candidaturas rivais, inventar os instrumentos para aumentar sua popularidade”. Inaugurar obras públicas estava entre as cerimônias capazes de aproximar a população das lideranças políticas, responsáveis por gestos e linguagens persuasivas “eficazes que emocionam sem incomodar”, mobilizando recursos fundamentais para a gestão dos afetos políticos. Essas cerimônias estavam repletas de signos comunicados por discursos, pelos gestos e outras sensibilidades políticas, manifestadas também por um retrato exposto, uma poesia infantil declamada. Acontecimentos que foram repetidos em Blumenau e estavam atrelados a diferentes circunstâncias, que tinham em comum a gestão das paixões políticas, no diálogo com Ansart (2019, p. 79; 81; 82), mobilizada pelos “gestores dos sentimentos”, que expressavam o “poder nas palavras e seu controle”, pelo investimento na formatação de “lugares emocionais”, além de outros recursos interessados em elaborar um imaginário político a ser referenciado e lembrado na história.

A presença de João Durval Müller, o professor que se tornou vereador pela segunda vez, em experiências distintas da democracia, tinha condições de compreender a trajetória complexa daquela escola pública, inicialmente particular. Isso porque, de certa forma também envolvia sua própria trajetória pessoal, que tinha sido atravessada pela política de nacionalização e era reorganizada politicamente após o término do Estado Novo. Aquele momento expressou a “colisão de um presente ativo com seu passado remanescente”, encontro capaz de projetar futuros, nas palavras de Georges Didi-Huberman (2011, p. 61). O próprio professor teve seu nome monumentalizado em 1986³⁰⁷, em uma das escolas públicas estaduais instaladas no bairro Velha Central, localidade onde atuou até 1935 como professor pelo governo do Estado, exonerado no ano de sua eleição para vereador pelo partido Integralista.

5.2 A POLÍTICA DOS ESCOMBROS COMO GARANTIA DO FUTURO DE BLUMENAU

O Grupo Escolar Adolpho Konder estava entre um conjunto de escolas que após 1945 foram renomeadas ou receberam nomes de pessoas atuantes em Blumenau. Tinham relações estreitas com as referências étnicas alemãs, o que alterou a prática implementada no tempo da nacionalização quando as denominações das escolas particulares, que geralmente estavam atreladas às características geográficas, foram em muitos casos substituídas por nomes de personagens nacionais, aparentemente como forma de demarcar o compromisso patriótico do

³⁰⁷ Sua relação com essa escola não foi investigada devido os critérios metodológicos da pesquisa, que direcionou o estudo para as escolas renomeadas em Blumenau entre os anos de 1945 e 1964.

município. Dois exemplos evidenciados no segundo capítulo, trataram da Escola Municipal Almirante Barroso e da Escola Municipal Pedro II, com seus nomes alterados no momento da municipalização em 1938 durante a ditadura do Estado Novo e enquanto atuava no governo de Blumenau o interventor José Ferreira da Silva.

Com o retorno das experiências democráticas a partir do final de 1945 até março de 1964, foi possível identificar um movimento em Blumenau que decidiu por meio da denominação de escolas públicas, afirmar outra memória histórica. Envolvia homenagear determinados homens que foram em alguma medida impactados pela política de nacionalização nos anos de 1930 e 1940 devido suas proximidades com manifestações de expressões étnicas alemãs ou que eram reconhecidos como representantes legítimos das origens alemãs atrelada a imigração, em ambos os casos, sujeitos afirmados para contribuir com a manutenção da comunidade imaginada. Perante as chamadas liberdades democráticas, era pertinente e necessário retomar e até mesmo reelaborar publicamente a valorização dos vínculos étnicos em busca da idealizada união de Blumenau, compreensão política fortemente mobilizada pelos diferentes grupos políticos entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Estava amparada na memória da colonização, um tempo considerado unânime no que diz respeito a legitimação da grandeza do trabalho desenvolvido pelos imigrantes alemães e seus descendentes, forjando uma cultura política que continua a acompanhar Blumenau, instrumentalizada amplamente no setor turístico pelo menos desde a década de 1980.

As escolas públicas que monumentalizaram nomes com base no valor da memória desses sujeitos atuantes em Blumenau, haviam sido na maior parte das vezes, escolas particulares que tinham vivenciado a política de nacionalização nos anos anteriores e até mesmo as ações nacionalizadoras na década de 1910. Entre os homenageados estavam aqueles atrelados as demandas da conservação étnica como o caso de Adolpho Konder ou que explicitaram suas relações com a cultura alemã, inclusive, pela manutenção da língua na escola, postura do professor João Widemann, referenciada no segundo capítulo. De um jeito ou de outro, as escolas públicas inauguradas no município no tempo de experiências democráticas, carregam pelos nomes o que compreendo por escombros do tempo da nacionalização, já que as homenagens demonstravam os interesses em disputar as memórias que seriam afirmadas como oficial e, portanto, anunciar um futuro passado capaz de definir Blumenau perante os projetos de modernização, que apenas produziam sentidos quando fundamentados pelo discurso de exaltação da colonização alemã.

As investigações sobre escolas públicas que foram inauguradas em Blumenau depois de 1945 evidenciaram uma tendência, a escolha por nomes de pessoas atreladas as referências

étnicas alemães, algumas delas que foram impactadas pelas abordagens conduzidas pela política de nacionalização nas décadas de 1930 e 1940. Tratava-se de nomes que ultrapassaram a dimensão individual e assumiram o propósito de um signo para identificar uma demanda coletiva, caracterizando o que defini como *escolas-escombros*. Apesar da construção de um edifício ou de reformas modernizadoras, a decisão por uma nova, mas também velha denominação, pode anunciar experiências, por vezes fragmentadas, de presenças passadas capazes de configurar projetos de futuro. Eram nomes de homens, portanto, com um nítido recorte de gênero, predominando professores e políticos, que demarcaram para essas escolas públicas uma espécie de “política da sobrevivência” nas palavras de Georges Didi-Huberman (2011, p. 84), considerada necessária para que o futuro fosse possível tendo o passado como sustentação, manifestado como escombros de uma ruína.

Nessa perspectiva, entendo que Blumenau foi caracterizada no tempo da democracia pelas ruínas deixadas pelo tempo da nacionalização quando a comunidade imaginada no tempo da colonização, teve sua pretensa continuidade ameaçada pelas políticas intervencionistas estatais, incluindo aquelas que afetaram profundamente uma instituição afirmada por muitas décadas como alicerce da germanidade, a escola. No diálogo com Maria Augusta Vilalba Nunes (2016, p. 217) essas sobras de passado, também configuram ausências presentes, percepção que permite conceituar “que a ausência sobrepuje em intensidade e em força a presença, é o signo inequívoco de que algo tem alcançado a categoria de ‘ruína’”, manifestação que compreendo configurar Blumenau perante as experiências democráticas. Ainda na busca por fundamentar a noção de ruína, compartilho com Georg Simmel (2016), a compreensão de que as ruínas remetem as rupturas que produziram destroços, mas também são permanências porque têm aquilo que fica, sobrevive. Significam o constante jogo de forças que entrelaça as temporalidades porque são os restos do passado que continua a se fazer presente, na forma da memória, tensionando o futuro que, ao ser projetado, não pode ignorar sua existência.

Esse passado se apresenta como escombros dessas escolas públicas inauguradas não apenas pela decisão política de homenagear nomes de imigrantes ou descendentes de alemães que demonstraram interesses na preservação étnica, mas também porque várias delas, principalmente, as que estavam atreladas ao governo estadual, tinham suas origens nas escolas particulares de caráter étnico, que funcionavam em Blumenau por longos anos, em alguns casos desde o século XIX. Com as determinações nacionalizadoras, muitas dessas escolas passaram por um processo de transferência para o domínio público, por vezes, iniciado ainda com a nacionalização praticada a partir de 1917. Desta forma, essas *escolas-escombros* estavam vinculadas as experiências da nacionalização e foram instrumentalizadas politicamente para

demarcar o propósito de desnacionalização, afirmando que essas escolas, apesar da dimensão pública em território brasileiro, deveriam ser significadas pelas referências étnicas, capazes de retomar posição na cena pública mesmo depois de anos repressivos. Essa conclusão oferece uma leitura divergente daquela frequentemente afirmada na historiografia local e regional ou ainda nas escritas memorialísticas, que apontaram para um silenciamento dos elementos culturais alemães nos anos imediatos ao término do Estado Novo, caracterizando os efeitos traumáticos dos anos ditatoriais, o que certamente não deve ser desconsiderado, apesar das estratégias de enfrentamento desenhadas no campo político.

O que ficou compreensível foi que Blumenau vivenciou um tempo de latência, na chave de análise de Hans Ulrich Gumbrecht (2014, p. 40), que desenvolveu seus estudos sobre a Alemanha referente aos anos após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Identificou que as experiências do tempo da guerra causaram incômodos que provocaram interditos por parte de muitos alemães, atrelados com aquilo que não era confortável lembrar, como a aceitação e, por vezes, o envolvimento com a política nazista. Esse interdito que elaborou a ausência no presente do pós-guerra, expressou a presença do passado por meio de uma “latência [que] começou a espalhar-se como uma atmosfera, uma disposição geral”. Nesse sentido, Gumbrecht (2014, p. 41) mobilizou o termo em alemão “*Stimmung*” para conceituar a existência de uma “disposição” que será sentida como uma atmosfera, ou seja, o “*stimmung* implica uma sensação associada a certos sentimentos ‘internos’ ou ‘íntimos’”, capazes de perceber essa latência, nem sempre passível de explicação.

No caso de Blumenau, o conceito de latência contribui para compreender que o passado da nacionalização não foi encerrado e insistia em assumir presença no espaço público por meio de uma atmosfera capaz de potencializar a reorganização das forças políticas sendo uma espécie de marcador para as relações de poder, posicionadas com outros arranjos locais em diálogo com as diferentes esferas governamentais. Nessa perspectiva, também é pertinente para esse estudo o questionamento de Gumbrecht (2014, p. 39) ao considerar “como podemos descrever a estranha presença de um passado que não tinha desaparecido, mesmo se aparentemente perdera seu impacto?”. Certamente, uma tarefa nem sempre fácil para a historiografia, o reconhecimento do que não está formalmente narrado, mas que pode ser visualizado a partir de uma análise documental das dobras ou em busca dos rastros, que na concepção de Maria Augusta Vilalba Nunes (2016, p. 115) configura “tudo aquilo que emana de alguma coisa, que se desprende dessa coisa e resta. Todo o rastro é um resto”, capaz de fornecer indícios que precisam ser entrelaçados para emitir inteligibilidade.

Sobre essa atmosfera de latência que caracterizou a presença da ausência, ou seja, o passado que se fez presente para anunciar o futuro de Blumenau, talvez nenhum outro sujeito tenha demonstrado de forma tão contundente, o reconhecimento das ruínas que passavam a acompanhar os futuros passados do município. Trata-se do vereador Herbert Georg, eleito pela UDN na primeira eleição municipal promovida com o retorno do período democrático em 1947. Em seu pronunciamento na Câmara Municipal no dia 30 de maio de 1950, expressou que “Blumenau é uma terra infeliz, habitada por um povo eternamente incompreendido e relegado”³⁰⁸. O lamento inconformado do vereador, está repleto de rastros que permitem observar, pela análise das dobras, as sobrevivências ou ainda os escombros que mantinham o passado presente ressoando também como forma de demarcar as tensões com outras forças políticas no Estado, que teriam interesses em insistir na continuidade da retalhação de Blumenau, intensificada com a política de nacionalização das décadas de 1930 e 1940.

Essa frase que estava composta por diferentes temporalidades, iniciou o discurso do vereador Georg, endereçado para se posicionar referente as discussões sobre um empréstimo solicitado pelo município ao governo federal por meio da Caixa Econômica Federal. A necessidade de obter essa verba tinha relação com as comemorações referentes ao centenário de Blumenau, que seria festejado em 2 de setembro daquele ano. De acordo com os argumentos apresentados no restante do discurso, acessar a verba se tornou um desafio devido as dificuldades impostas pelo Estado de Santa Catarina, naquele momento governado por Aderbal Ramos da Silva do PSD, situação que aparentemente estaria direcionada para invisibilizar o destaque de Blumenau perante o restante do país.

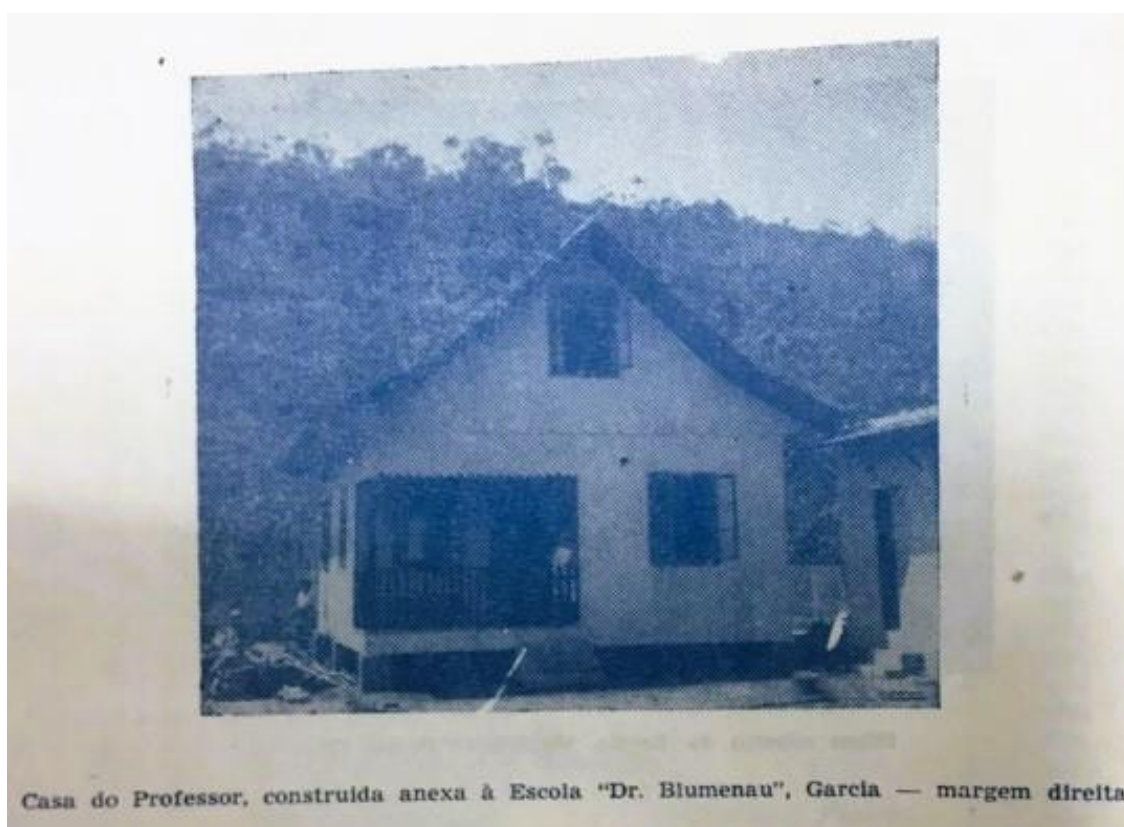
Os preparativos para o Centenário tomaram conta da cidade em 1950 e muitas foram as movimentações organizadas na esfera pública pelas lideranças políticas e industriais, interessadas especialmente em exaltar a imigração alemã, maioria étnica na colônia fundada na segunda metade do século XIX por Hermann Bruno Otto Blumenau, exaltado como mito fundador. Também outros colonizadores exaltados pelo pioneirismo, foram descritos como heróis devido a emigração para terras desconhecidas, que estariam repletas de desafios associados a grande vegetação, os animais e os chamados “bugres”, avaliados como selvagens que precisavam ser removidos do território ou domesticados. Os primeiros anos do século XX não deixaram de receber atenção nos desfiles sendo apresentados por uma noção de estabilidade e desenvolvimento, versão que desconsiderava qualquer forma de restrição, inclusive de interesse nacionalizador, associada a entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial contra a

³⁰⁸ BLUMENAU. Moções-Discursos. Discurso proferido pelo snr. Vereador Herbert Georg em reunião. Fundo: Câmara Municipal. Blumenau, 30 mai. 1950. p. 2.

Alemanha. Entretanto, o silêncio em relação ao período do governo de Getúlio Vargas e os efeitos da Segunda Guerra Mundial, deixaram ecos sinalizando para um esquecimento operacionalizado como parte da programação.

Como foi possível observar, os preparativos para o Centenário em 1950 iniciaram anos antes, já em 1947 tendo o vereador Georg reclamando sobre problemas financeiros no município para auxiliar no financiamento dos festejos. Outras iniciativas também foram tomadas, incluindo o campo da educação escolar, com a criação na localidade do Garcia, margem direita, pelo Decreto n. 25 de 7 de março de 1949, de uma escola pública municipal que homenageou o nome de Dr. Blumenau³⁰⁹. Maiores informações não foram encontradas sobre a fundação dessas escolas, mas é possível sugerir que se trata da primeira iniciativa de referenciar nomes de caráter étnico no período democrático.

Figura 11. Melhoramentos na edificação da Escola Municipal Dr. Blumenau, 1953



Fonte: Autoria desconhecida. Hercílio Deeke, 1953, s.p.

Sobre o lamento do vereador Hebert Georg, é possível que suas próprias experiências tenham sido atravessadas pelas ideias e práticas nacionalizadoras, afetando de maneira mais ou

³⁰⁹ JÚNIOR, Frederico Guilherme Busch. *Relatório da gestão dos negócios administrativos do Município de Blumenau, durante o ano de 1949 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior*. Educação Pública. Blumenau, 1950. p. 35.

menos próxima sua família ou a localidade onde vivia. Seu discurso transmitia um incômodo com o passado, nem sempre de forma declarada, mas nas entrelinhas, que intencionava apresentar Blumenau como vítima do seu próprio espírito ordeiro e trabalhador, porque chamava atenção daqueles que desejavam se aproveitar dos resultados de sua prosperidade econômica, frequentemente atribuída aos esforços dos imigrantes alemães. Entre as reclamações que o vereador expôs na tribuna, insurgiu um culpado. Como se escapasse do roteiro previamente planejado para a fala, foi denunciada declaradamente a “intimidação do famigerado ‘Estado Novo’” imposta contra Blumenau. Na continuidade do discurso, as justificativas sobre o que o vereador entendia como “intimidação”, “famigerado” não são apresentadas de forma declarada, mas fica entendido que as acusações envolviam o governo estadual de Nereu Ramos, considerado o responsável pelas perseguições implementadas no período estadonovista sendo o presidente Getúlio Vargas³¹⁰, que novamente governaria o Brasil a partir de 1951, aparentemente eximido das atitudes que haviam sido tomadas contra o município de Blumenau. A impressão, nesse momento do discurso, é que uma barreira foi rompida. No diálogo retomado com Michael Pollak (1989) era uma memória subterrânea, em disputa com a memória oficial, insurgindo nos momentos mais tensionados. Assim, um impulso irrompia o não-dito, com uma mensagem que não era preciso explicar por que os sentidos ecoavam na atmosfera de latência.

Entre o discurso do vereador em 1950 e o término do Estado Novo, mudanças tinham acontecido, apesar da manutenção de certas estruturas institucionais e de muitos agentes políticos que no âmbito nacional, mas também regional e local, haviam procurado se reposicionar no cenário público. Nesse sentido, nas palavras de Maria do Carmo Campello de Souza (1990, p. 108) a própria saída do presidente representou “uma abertura branca” capaz de deixar brechas, uma espécie de desejo de futuro, para posteriores composições, inclusive, com o ex-presidente e seus apoiadores mais próximos. A intensa discussão que tomou conta dos periódicos nacionais sobre se Getúlio Vargas tinha sido ou não deposto em 1945, chegou aos jornais de Blumenau, que também se posicionaram de forma crítica, acusando Vargas de não assumir sua deposição e tentar criar a imagem de alguém que conciliou com a decisão que teria sido acatada em benefício da nação. Ainda intencionando afirmar mecanismos para controlar o término do seu governo, Getúlio Vargas avalizou os procedimentos para a formação partidária no país, interessado em não possibilitar a ampla retomada do poder dos Estados, o que não se concretizou por completo. A formação dos partidos precisou seguir um caráter de abrangência

³¹⁰ Importante registrar que Getúlio Vargas retornaria à presidência da República pela via das eleições diretas em outubro de 1950.

nacional, em consonância com a política varguista de combater os regionalismos em detrimento ao poder central, por exemplo obrigando que houvesse adesões para a criação do partido em no mínimo cinco estados. Por isso, foi acusada de estar voltada para a manutenção dos interesses do governo, dificultando a abertura política pelos preceitos democráticos. De acordo com Lucilia de Almeida Neves Delgado (2019, p. 133) os partidos que se destacaram “formaram uma estrutura triangular de poder e de disputa pelo poder”, organizando-se em torno de duas grandes forças que não deixavam de estar entrelaçadas, o que não impedia que buscassem afirmar suas diferenças. De um lado o getulismo era a causa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), além de alguns segmentos do Partido Social Democrático (PSD), do outro era o antigetulismo que definia a organização da União Democrática Nacional (UDN), composta por muitas pessoas que não tinham conseguido posição relevante na máquina estatal. Ainda com as palavras de Delgado (2019, p. 133) significa dizer que “no novo cenário político partidário implantado em 1945, a herança getulista, pelo menos na primeira fase de atuação dos partidos, foi elemento catalisador de conflitos”, característica que também estava configurada em Blumenau, sendo a política de nacionalização a herança latente deixada para o município.

Nos dois jornais *A Nação* e *Cidade de Blumenau*, as publicações que predominavam em 1945 tratavam primordialmente da conjuntura política do Brasil, com destaque para as críticas explícitas contra Getúlio Vargas, além de aspectos envolvendo o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Os impactos da guerra, a partir de agosto de 1942 quando o Brasil assumiu posição no conflito contra o grupo do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), também se manifestaram em Blumenau, questão que ainda demanda estudos da historiografia. As tensões provocadas pelo conflito militar e seus alcances em diferentes setores, contribuíram significativamente para a intensificação da política de nacionalização pela via da coerção em Blumenau e Vale do Itajaí, incluindo outras regiões de Santa Catarina, conforme demonstrou a pesquisa da historiadora Marlene de Fáveri (2004). Com o anúncio do término da guerra na Europa, manifestações públicas também aconteceram em Blumenau sendo noticiadas em ambos os jornais mencionados, que descreveram os festejos organizados no dia 8 de maio de 1945 pela Empresa Industrial Garcia, instalada na localidade do Garcia. As lideranças dessa indústria promoveram uma missa campal e atividades comemorativas, reunindo as autoridades municipais que tinham entre os convidados o novo prefeito interventor, Alfredo Campos, e o representante do 32º Batalhão de Caçadores, Capitão Brito, além das centenas de operários e moradores da comunidade. Todos estavam envolvidos por uma programação que contou com desfiles, fogos de artifícios, além de discursos em alusão a paz mundial e o valor da liberdade contra a

ditadura³¹¹, perspectiva direcionada para a própria realidade nacional que ainda vivenciava a própria ditadura do Estado Novo. Em relação as comemorações conduzidas no espaço público da cidade, o mais antigo periódico local, *Cidade de Blumenau*, não apresentou relatos desses festejos, apenas uma crítica. O maior destaque partiu do jornal recém-criado (1943) *A Nação*, que assumia um editorial com viés crítico contra as tentativas avaliadas como impositivas de manter em Blumenau os vínculos germânicos em detrimento da integração nacional. Na publicação de 10 de maio de 1945, esse último jornal descreveu que o município tinha vivenciado momentos de comemorações entre os dias 8 e 9 de maio devido ao término da guerra na Europa. A notícia destacou que inúmeras pessoas estiveram reunidas na região central de “Blumenau, conhecida como um dos centros mais germanizados do Brasil, [onde] teve na ação pacífica dos filhos desta terra o seu momento de patriotismo”. As autoridades locais e a população se organizaram “para em praça pública dar vasão a alegria incontida que lhe ia na alma pelo fim de uma guerra, a guerra contra o mais temível cancro que assolou o mundo, esse nazismo desprezível que a Alemanha de Hitler tentou implantar”. De forma cronológica o programa dos festejos foi relatado, iniciando “com uma partida de futebol entre as seleções de homens de cor e brancos, no gramado do Olímpico”. Foi apenas após os jogos, que “a multidão” se deslocou para a praça carregando bandeiras dos aliados e a brasileira posicionada a frente da passeata. A concentração aconteceu em frente ao Café Pinguim, onde diferentes pessoas discursaram, “manifestando abertamente os seus recalques que certas situações impuseram”, além de convidar “certos elementos que em tempos saudosos pensavam num Brasil germanizado, para que participassem dos festejos”. Apesar de nomes não terem sido descritos, a notícia declarou que todo aquele “entusiasmo recrudesceu e o povo sentiu reforçar seu ânimo e o desejo de mostrar a esses arautos da grande Alemanha, o que é o coração do caboclo nacional, o quanto é puro o sentimento do brasileiro”. A exaltação dos ânimos foi comunicada sem mencionar a manifestação de violências, apesar da afirmação de que “foi uma lição, uma proveitosa lição que os simpatizantes da Alemanha receberam, e que deverá calar fundo em seus corações”, demarcando que “ao invés de agressões que possivelmente fariam se estivessem em nosso lugar, o povo soube muito acertadamente mostrar que aqui nesta terra generosa e boa, onde todos os bons têm segurança, não se cometem crimes”. Ainda sem explicações mais elaboradas, as comemorações também contaram com uma representação de Hitler produzida na

³¹¹ OS FESTEJOS da vitória na Empresa Industrial Garcia. Vibrantes comemorações em regozijo ao sensacional acontecimento – participaram da festa altas autoridades locais – Integra de vários discursos pronunciados na ocasião. *Cidade de Blumenau*, ano XXI, n. 161, 13 mai. 1945. Blumenau. p. 4. Ver também: GRAÇAS a Deus pela paz e glórias à vitória das Nações unidas. A missa campal mandada rezar pela Empresa Industrial Garcia. *A Nação*, ano II, n. 418, 15 mai. 1945. Blumenau. p. 1.

forma de “espantalho feito de serragem”, ao que tudo indica exposto na praça perante os participantes dos festejos³¹². Além da leitura literal das palavras utilizadas na publicação, os sentidos que em conjunto estavam sendo anunciados, permite considerar que aquelas comemorações não foram necessariamente pacíficas sendo uma expressão também do “recalque”, referenciado no próprio texto jornalístico. Significa dizer que perante a derrota da Alemanha na guerra, a afronta daqueles que se reconheciam como brasileiros foi direcionada para aqueles considerados adeptos da exaltação da germanidade, mesmo vivendo em um território brasileiro como Blumenau.

A ideia de passividade das comemorações foi desconsiderada pelo jornal *Cidade de Blumenau*, que não chegou a noticiar os atos públicos, a não ser para denunciar dias depois, em 20 de maio de 1945, os “distúrbios dissonantes e incoerentes” que tinham sido expressos no ambiente comemorativo, inclusive, necessitando da intervenção das autoridades de segurança pública, especialmente, o comando militar do 32º Batalhão de Caçadores. Os chamados “oportunistas, alguns de passado suspeito e duvidoso, um mesmo ex-orador do Partido Integralista que, para evitar dúvidas denominaremos de Constantino Setraghi, do extinto núcleo do Garcia, confundiram a alegria popular” causada pelo excelente desempenho que ocasionou a “Vitória, com manifestação de desagravo pessoal, tentando represálias condenáveis contra cidadãos brasileiros e propriedades particulares”³¹³. Como um jornal com evidentes vínculos com o grupo político local que defendia os valores da imigração alemã, publicar sobre os festejos que apresentaram duras críticas contra a Alemanha e seus admiradores em Blumenau, pareceu não ser tão adequado, principalmente quando maiores informações sobre os atos públicos puderam ser conhecidas. Foi o que compreendi ao identificar no jornal *Diário da Tarde*, oriundo da capital do Estado, uma publicação em 25 de maio de 1945 que denunciava “atos de humilhação” promovidos em Blumenau durante os festejos alusivos a vitória dos países aliados. “Populares exaltados, talvez insuflados por espíritos de vingança, obrigaram a cidadãos descendentes de alemães a atos de humilhação, desfilando pelas ruas da cidade sob apupos e gritos reveladores de uma impudência inqualificável”. Sem a devida repressão por parte das autoridades policiais, outra denúncia que a publicação apresentava, “brasileiros de ascendência estrangeira ou alemães que ali vivem e trabalham sem que tivessem a menor participação a atos ofensivos a nossa soberania” foram desrespeitados, situação que não deixa de causar inseguranças para muitos outros moradores do município. Foi preciso que o comando do 32º Batalhão de Caçadores fizesse a contenção dos excessos, assumindo a função que seria da

³¹² BLUMENAU viveu horas de intenso ardor cívico. *A Nação*, ano II, n. 415, 10 maio 1945. Blumenau. p. 1.

³¹³ DESORDEM e agitação sem ambiente. *Cidade de Blumenau*, ano XXI, n. 164, 20 mai. 1945. Blumenau. p. 1.

Delegacia Regional de Polícia³¹⁴, mais uma denúncia do jornal. Apesar das várias versões sobre os festejos alusivos ao término da guerra e a derrota da Alemanha, o que fica evidente são as tensões manifestadas em Blumenau atravessadas pelos elementos étnicos que identificavam parte da população por sua origem alemã.

Como mencionado anteriormente, os dois jornais locais de maior expressão, apesar de algumas divergências sobre a questão étnica, convergiam na visão crítica direcionada em 1945 ao ainda presidente Getúlio Vargas. Dedicavam suas páginas para diferentes formas de acusações, incluindo a de manipulação da população, pois em muitas regiões do país, grupos populares se manifestavam nas ruas formando um movimento conhecido como Queremismo. As notícias também negavam a legitimidade da participação de Getúlio Vargas na elaboração da nova Constituição Federal, oficializada somente em setembro 1946, após meses de debates em uma Assembleia Constituinte, com o propósito de estabelecer os rumos do novo regime democrático depois do Estado Novo. Outras questões, divulgadas envolviam a participação ou não do presidente nessa transição e se sua candidatura para o próximo pleito eleitoral poderia ser negociada, o que não se confirmou devido sua deposição. Provisoriamente, assumiu a presidência José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, responsável por conduzir os procedimentos para a eleição presidencial de voto direto em 02 de dezembro de 1945. As movimentações partidárias de apoio aos candidatos para a presidência da República ficaram em evidência e os periódicos de Blumenau desenharam de forma positiva a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes pela UDN, na disputa com o general Eurico Gaspar Dutra, representante do PSD e, anteriormente, ministro da guerra de Getúlio Vargas.

Contrariando os interesses da maioria dos eleitores de Blumenau, o resultado foi a vitória de Eurico Gaspar Dutra, que governou o país de 1946 até 1950, ao final entregando o cargo para Getúlio Vargas, novamente presidente entre os anos de 1951 e agosto de 1954. O mandato foi interrompido devido seu suicídio, fato político pouco repercutido nos jornais e na política do município, aspecto que merece ser estudado com profundidade, mas que os indicativos sugerem ter relação com a atmosfera de latência relacionada com o tempo da nacionalização durante o primeiro período de governo de Vargas (1930-1945).

Se no final de 1945, o regime de governo democrático já havia encaminhado as eleições diretas para a presidência da República, no caso das eleições do poder executivo estadual e municipal, a reorganização foi mais lenta e gradual, conduzida com amparo da Constituição Federal de 1946. O governo de Santa Catarina experimentou mudanças desde a deposição de

³¹⁴ DESORDEM e agitação sem ambiente. *Diário da Tarde*, ano X, n. 2927, 25 mai. 1945. Florianópolis, p. 1.

Getúlio Vargas, o que provocou o fim da intervenção de Nereu Ramos, naquele momento, atuando entre os principais líderes do PSD. Quem assumiu o governo nos últimos meses de 1945 foi o interventor Luiz Gallotti, também do PSD, assim como Udo Deeke, interventor proveniente de Blumenau, que governou o Estado a partir de fevereiro de 1946 até março de 1947, ambos com governos em caráter provisório. A primeira eleição oficializada nesse período de democracia elegeu com voto direto outro pessebista, Aderbal Ramos da Silva, governador entre março de 1947 e janeiro de 1951. A hegemonia do PSD foi interrompida com a vitória de Irineu Bornhausen da UDN, como já observado no início do capítulo, um aliado político das lideranças que mantinham vínculos com as referências culturais alemãs em Blumenau, eleito em 1950 com mandato até janeiro de 1956. Essa tinha sido a segunda tentativa de Bornhausen quando enfrentou o candidato pessebista Udo Deeke, ambos estruturando suas campanhas políticas estaduais em busca do diálogo com Blumenau por meio do discurso direcionado para a retomada da prosperidade desse município, que teria sido obliterado nos anos anteriores como forma de comprometer seu potencial de progresso, que era usualmente atribuído a sua formação proveniente da imigração alemã. Portanto, apesar das divergências político-partidárias entre PSD e UDN, a dimensão étnica mantinha sua importância para os arranjos da política local, além de ser capitaneada diante dos outros municípios catarinenses e mesmo do Brasil.

A noção de progresso e origem étnica alemã foram entrelaçadas pelos discursos e dinâmicas políticas, mesmo que de forma sutil, buscando reposicionar o município na conjuntura da democracia. Tratava-se de um tempo fundamental para que a imagem de Blumenau fosse redesenhada e pudesse ser afastada definitivamente da ideia de “perigo alemão”, especialmente em âmbito nacional. Essas movimentações também visavam afirmar maior autonomia em relação ao Estado de Santa Catarina, aspecto fundamental para o grupo político local que se manteve no poder pela sigla partidária da UDN, o que significa dizer em oposição ao grupo político do PSD, habitualmente no comando do governo estadual. Certamente, um acontecimento importante para todos esses propósitos, foi a classificação de Blumenau no concurso promovido em 1955 pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), ocupando uma posição entre os cinco municípios que foram reconhecidos pelo desenvolvimento, recebendo o título de Município de Maior Progresso do Brasil (Simão, 2000, p. 50).

Leituras mais cuidadosas puderam demonstrar que em diferentes circunstâncias, incluindo no campo da educação escolar, se manifestou o alinhamento entre progresso e colonização alemã como no caso da possível transferência da sede da estrada de ferro de Santa Catarina, que deixaria Blumenau para ser instalada em Itajaí. Interessado em maiores

explicações sobre o que ainda era uma notícia publicada pelo jornal *Cidade de Blumenau*, o vereador do PSD, Pedro Zimmermann, apresentou na câmara legislativa seus incômodos em 18 de novembro de 1952, iniciando seu requerimento com homenagens a “Blumenau, cidade-encanto, colmeia de trabalho, viga-mestre da economia catarinense, exemplos dos exemplos da ordem e do progresso, sente-se agora estremecida. Vive a atmosfera pesada da apreensão, da dúvida”. Todo esse destaque atribuído ao município estaria ameaçado pela decisão do governo do Estado pois, “todas as ferrovias deste imenso Brasil, mantém suas sedes nas principais cidades, de maior expressão econômica, e jamais nas que constituem ponto de início ou terminal da linha férrea”. Com esse entendimento demarcou seu questionamento sobre “porque seria Blumenau relegada a segundo plano e transferida a sede de nossa Estrada de Ferro para Itajaí?” Ao manifestar seus argumentos, o vereador cobrou que fossem “respeitadas as tradições blumenauenses e preservados seus fatores econômicos”, inclusive, referenciando o trabalho dos legisladores “em prol do desenvolvimento da terra escolhida pelo Dr. Hermann Blumenau para ser, como já o é, o astro mais brilhante na constelação dos municípios barriga-verdes”³¹⁵. Em suas palavras, a memória da colonização alemã, capitaneada pelo mito fundador, novamente aparece na cena pública como forma de anunciar um futuro passado, que já estaria assegurado pelo próprio caráter étnico dos imigrantes, garantido que Blumenau não tivesse outro caminho que não fosse o da prosperidade. A noção de “atmosfera” também foi referenciada, significada como um clima de inquietação atribuído as ressonâncias das ameaças da política de nacionalização, que tinha desestabilizado o propósito colonizador de futuro próspero e previamente assegurado para Blumenau.

Interessa ainda analisar que em 1952 o prefeito, cobrado para buscar explicações com o governo do Estado, era Hercílio Deeke, partidário da UDN, assim como o governador Irineu Bornhausen, ambos eleitos em 1950. Para o executivo municipal, ter o governo estadual comandado por um udenista era considerado vantajoso para as demandas de Blumenau, o que parece não ter influenciado nesse caso, talvez porque o próprio Bornhausen era natural de Itajaí, aspecto que pode ter tensionado para outros alinhamentos políticos. Inclusive, essa questão da naturalidade de Irineu Bornhausen, já havia aparecido no período eleitoral para o governo do Estado em 1950 por meio de um panfleto para os eleitores de Blumenau. Na ocasião, os políticos locais da UDN foram criticados porque teriam produzido uma campanha difamatória contra o candidato blumenauense Udo Deeke, do PSD. Nos dizeres do panfleto, os udenistas

³¹⁵ BLUMENAU. Requerimento n. 55. [Dispõe sobre questionamento do vereador Pedro Zimmermann para a presidência da Câmara Municipal referente a Estrada de Ferro]. Blumenau, 18 nov. 1952. p. 1-2. Fundo: Câmara Municipal. Livro Requerimentos.

foram acusados de financiar “uma indigna e sórdida campanha contra o conterrâneo que, no governo de Santa Catarina, saberá honrar e ser útil à terra onde nasceu”. De forma nominal, Max Tavares d’Amaral, deputado federal pela UDN, foi trazido para a cena ponderando se ele “quer para Itajaí, a honra de dar o futuro governador, isto ainda se pode compreender porque Itajaí é a sua terra. Mas os outros não têm o direito de tirar de Blumenau a oportunidade de ver um filho seu dirigir os gloriosos destinos de todos os catarinenses”³¹⁶. Esse apelo em Blumenau não foi o suficiente para conseguiu manter o PSD no comando do Estado, precisando lidar com uma campanha eleitoral marcada por várias críticas a Nereu Ramos, especialmente relacionadas ao exercício da função de interventor federal nos anos anteriores da nacionalização.

Referenciar no panfleto o brasileiro Max Tavares d’Amaral não foi algo aleatório, já que se tratava de alguém muito ativo nos bastidores da política local e com suas interlocuções regionais e nacionais. Era um advogado natural de Itajaí, mas morador de Blumenau, casado com Isolde Hering, filha do empresário e político Curt Hering, o prefeito deposto com o golpe de 1930. Conforme demonstrou Méri Frotscher (2007), foi apoiador de primeira hora da elite de origem alemã durante o governo de Getúlio Vargas, estando à frente dos negócios de algumas empresas quando suas lideranças foram afastadas das suas funções por serem alemães, mesmo naturalizados, além atuar como advogado em diferentes circunstâncias envolvendo os conflitos relacionados a nacionalização em Blumenau e outras partes do Vale do Itajaí³¹⁷. Sua presença como uma espécie de guardião da causa étnica alemã, possivelmente ocasionou sua inscrição como pessoa física na “lista negra” dos Estados Unidos da América³¹⁸, enquadramento atribuído a indivíduos e empresas apontadas como suspeitas de terem algum tipo de interesse em negócios considerados comprometedores com a Alemanha durante o período da guerra.

Importa para essas análises que Max Tavares estava em evidência na segunda metade do século XX tendo assumido um protagonismo político, mas também como uma voz autorizada para falar e escrever sobre Blumenau e sua etnicidade, validada por ele como premissa moral do desenvolvimento socioeconômico do município. Assim como Paulo Malta Ferraz, referenciado no primeiro capítulo, Max Tavares apresentou seu trabalho no Primeiro Congresso de História de Santa Catarina, realizado entre 6 e 12 de outubro de 1948, alusivo as comemorações do Bicentenário da Colonização Açoriana no Estado. Sua escrita foi intitulada

³¹⁶ MÃOS Blumenauenses. [Dispõe crítica contra o apoio em Blumenau de um candidato de Itajaí]. Blumenau. s.d. Fundo: Memória da Cidade. Política. Partidos e Movimentos Políticos. Eleições diversas (11.9.2). doc. 3.

³¹⁷ O próprio Max Tavares d’Amaral foi homenageado como nome de escola em Blumenau, inaugurada em 16 de agosto de 1973, cerca de um ano após sua morte.

³¹⁸ VÁRIAS pessoas e firmas blumenauenses excluídas da Lista Negra. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 36, 4 nov. 1945. Blumenau. p. 4.

“Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí” e tratou de várias temáticas relacionadas ao processo de imigração no século XIX e o desenvolvimento de Blumenau. Apesar de não ter sido possível acessar o texto original de 1948, pude analisar a publicação de 1950, que se baseava na primeira versão, mas conforme informou o próprio autor tinha passado por alguns ajustes. De modo geral, o texto positivou a colonização alemã e fortaleceu o mito fundador de Hermann Bruno Otto Blumenau, evidenciando as conquistas, mas ressaltando as dificuldades que foram afirmadas como base para a superação e engrandecimento dos imigrantes pioneiros, que deveriam ser reverenciados na cena pública. Toda essa exaltação ocasionou desconfortos entre alguns membros do Congresso, que apesar da postura polida, demonstraram contrariedade perante os trechos com visões que enalteciam e eram abonadoras das “nobres qualidades do colonizador europeu, seja que de procedência for, que veio auxiliar o desenvolvimento econômico do nosso país, quando a nacionalidade já se achava perfeitamente estruturada, graças ao amálgama racial dos luso-brasileiros”. A nacionalidade brasileira foi desqualificada “quando investe, porém, para deprimi-lo, contra o elemento nacional, como a págs. 70 e 71, não lhe podemos dar a nossa aprovação”. Também pontuaram a necessidade de ajustes por trazer uma discussão que confrontava as regras do regulamento do Congresso, referente a “crítica depreciativa à ação do Governo Brasileiro (pág. 50) relativa a campanha nacionalizadora”. Ambas as questões que deveriam passar por adequações para que o texto fosse publicado nos Anais do evento foram abordadas, não sem incômodos, perante o próprio Max Tavares, que aparentemente acatou os pedidos³¹⁹. O texto em análise no Primeiro Congresso de História de Santa Catarina posteriormente ganhou notoriedade em âmbito nacional com sua publicação revisada em 1950 pelo Instituto Hans Staden, atrelada as comemorações do Centenário de Blumenau.

Apresentar as negociações para o aceite do texto em 1948 intenciona reforçar o entendimento de que os anos após o Estado Novo não foram de silêncio e esquecimento, a não ser aquele politicamente provocado, no diálogo com Michel Pollak (1989). O tempo de experiências democráticas em Blumenau possibilitou que fosse forjada a memória histórica do município, ainda em vigor na atualidade, constituída pela exaltação do tempo da colonização alemã introduzida no Brasil e tida como um bem a ser preservado, não apenas pelas contribuições culturais, mas também pelos elos políticos. Para que isso fosse possível, o tempo da nacionalização continuou sustentando a atmosfera de latência porque se tornou uma forte

³¹⁹ SAN THIAGO, Arnaldo Claro. Relatório do Primeiro Congresso de História de Santa Catarina. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, t. LV. compl. 1947-1948 a 1949. p. 105-106. 1958.

referência de identificação étnica, somada aos vínculos geracionais com os antepassados colonizadores desde o século XIX.

Ao considerar essa necessidade de manter latente a memória da nacionalização, é pertinente observar também a presença da figura de Nereu Ramos em Blumenau, que merece da historiografia um estudo a parte, ainda por fazer. Sua imagem foi instrumentalizada pelos grupos políticos após 1945, de um lado como algoz e do outro como interlocutor junto ao governo federal, em ambos os lados associada ao tempo da nacionalização, portanto, inserida na atmosfera de latência. Apesar da saída do comando do governo de Santa Catarina no final de 1945 como consequência da deposição de Getúlio Vargas, politicamente Nereu Ramos ascendeu a esfera federal por sua liderança a frente do PSD, sendo eleito indiretamente vice-presidente da República durante o mandato de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), além de ocupar outros cargos nacionais, incluindo o de senador. Por vários anos subordinado a centralização política de Vargas, Nereu Ramos, assim como outros “chefes dos governos estaduais eram os interventores, não mais eleitos, e sim nomeados”, o que não significou que passaram a agir “num ‘vazio’ político, tendo que se articular com lideranças diferenciadas, muitas das quais com bases municipais antigas sólidas” (Gomes, 2013, p. 47-48). Em Blumenau, os indicativos são de que nos primeiros anos imediatos ao término do Estado Novo, referenciar Nereu Ramos não era tão vantajoso devido as recentes experiências com a política de nacionalização, que em diferentes circunstâncias foi praticada pela via da repressão, aspecto que impactou a imagem do político e foi de diversas formas lembrada pelos opositores, especialmente da UDN. Em algum momento entre as eleições municipais de 1947 que elegeu Frederico Guilherme Busch Júnior e a de 1950 com a vitória de Hercílio Deeke, ambos da UDN, esse partido produziu e divulgou um panfleto sem autoria, que convocava as pessoas a não esquecerem das ações nacionalizadoras. Nele foi elencado dez motivos para não votar em Nereu Ramos e nos candidatos do PSD, referenciando questões como mandar “prender, a ti e a tua mulher e filhos, por qualquer denúncia sujeitando-os a toda espécie de vexames, e as mais das vezes, espancando-os até” ou ainda “que foi Nereu Ramos, que mandou fechar todas as tuas sociedades de recreação – sociedades puramente brasileiras”. A hipótese de que o interventor inicialmente não sabia desses procedimentos praticados por “seus funcionários” aparece descrita, para na sequência ser contrariada com o argumento de que ao conhecer essa realidade “não os repreendeu?”, pelo contrário tinha exaltado seus serviços³²⁰. Os apoiadores de Nereu

³²⁰ CATARINENSE! Não te esqueças nunca de. [Dispõe sobre folheto com críticas as ações de nacionalização do governo de Nereu Ramos contra Blumenau]. Blumenau. s.d. Fundo Memória da Cidade. Política, Partidos e Movimentos Políticos. Eleições Diversas (11.9.2). doc. 4.

Ramos procuravam ressaltar sua atuação argumentando que suas articulações com o governo federal tinham beneficiado Blumenau em várias situações, condição que estaria acentuada com sua eleição como vice-presidente, logo após deixar a interventoria do Estado. A presença do político deveria ser mobilizada com estratégica, pois, era uma referência capaz de aglutinar os interesses que poderiam favorecer os críticos, mas também os defensores. Ao contrário do que outras pesquisas afirmaram, considero que o esquecimento apenas foi mobilizado em Blumenau como uma política interessada em tornar o ato de esquecer um propósito atrelado as demandas do lembrar, não sendo uma oposição, mas funcionando em articulação. Isso porque, compartilhando com Paul Ricoeur (2007, p. 435) a compreensão de que o esquecimento é uma ameaça, no caso de Blumenau, esquecer as experiências da nacionalização deveria ser combatido, já que ameaçava os arranjos políticos em andamento para o reposicionar a Grande Blumenau da colonização alemã, sendo o tempo da nacionalização um elemento articulador para conceber o futuro de Blumenau na democracia.

O tempo das experiências democráticas (1945-1964), pode ser pensado como um tempo tensionado na história do Brasil, pois, iniciou após os anos da ditadura do Estado Novo e foi interrompido com o golpe cívico-militar, responsável pela implantação de uma ditadura militar mantida no país por mais de vinte anos. Foi um período que não foi capaz de alterar profundamente as forças políticas, apesar dos arranjos traçados pelos propósitos dos princípios partidários nacionais e da afirmação do voto como instrumento fundamental para praticar as chamadas liberdades democráticas. Para Lucilia de Almeida Neves Delgado (2019, p. 129) o período foi marcado pela contradição manifestada nas “transformações com permanências”. Dito de outra forma, o fim da ditadura varguista e o retorno a um regime democrático no país não significou uma renovação ampliada, mesmo que a modernidade expressada pelos anúncios de progresso, tenha sido um forte ponto de convergência de interesses e posicionamentos, que no caso de Blumenau serviu para continuar a validar o passado étnico como baliza do futuro.

As ameaças trazidas pela política de nacionalização, foram no cotidiano de Blumenau ressignificadas com o término do Estado Novo, em articulação com a pretensa identidade étnica, passando a ser estruturante das relações que foram configuradas durante o regime democrático, inclusive considerando a organização dos partidos políticos na esfera local, que em certa medida expressaram os embates em torno da questão étnica e da integração nacional. Na perspectiva de Pierre Ansart (2019, p. 111) “o partido político situa-se, de alguma forma, no centro da estrutura socioafetiva de uma democracia parlamentar, centro de produção e, simultaneamente, alvo das desconfianças e ódios políticos”. De modo geral, considerando os dois partidos de maior expressão eleitoral, a UDN era formada por aqueles que se diziam

“cidadãos das famílias mais tradicionais de Blumenau”³²¹, apresentando a noção de tradição acionada para trazer o passado como garantia de estabilidade, avaliada como fundamental para os membros de origem alemã. O PSD reunia também descendentes de alemães, mas tinha muitos integrantes de origem luso-brasileira, alguns estabelecidos fazia anos no município, ligados a máquina estatal que estava em formação, em alguns casos desde o final do século XIX. A presença dos agentes estatais em Blumenau ficou mais robusta com as mudanças políticas e institucionais promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, fundamentada no “sistema interventorias-departamentos administrativos” (Souza, 1990, p. 87). Esse aparato administrativo conduziu o deslocamento de vários sujeitos para trabalhar em instâncias do serviço público, cada vez mais atuante no cotidiano do município, o que pode ser exemplificado observando o campo da escolarização, com o trabalho dos inspetores na 2ª Circunscrição Escolar, com sede em Blumenau, assim como a chegada de várias professoras para desempenhar a função de promoção da nacionalização. Essas mulheres foram apontadas como um incômodo por muitas comunidades escolares, aspecto que possivelmente contribuiu para que nenhuma delas fosse homenageada como nome de escola pública no período democrático, apesar das presenças ativas nas escolas públicas.

5.3 A MONUMENTALIZAÇÃO DOS NOMES DAS ESCOLAS PÚBLICAS: TEMPORALIDADES EM SOBREPOSIÇÃO

A escolha dos nomes dos homens para identificar as escolas públicas de Blumenau após o término do Estado Novo, não estavam descomprometidas com as expectativas de futuro passado, articuladas por meio de projetos políticos interessados em reposicionar as referências étnicas na cena pública. Essas escolas instrumentalizaram o tempo da nacionalização, que sobrevivia como escombros das ruínas de Blumenau, de forma a monumentalizar no tempo das experiências democráticas os nomes do passado vinculados as referências étnicas que eternizavam o tempo da colonização. Foi com essa compreensão que elaborei a noção de *escolas-escombros*, com a intenção de articular diálogos entre as políticas do tempo, manifestadas nas relações de poder que estabeleceram arranjos políticos capazes de anunciar um futuro para o município, apenas passível de sentido por meio do passado, que foi tornado presença pelos nomes das novas e velhas instituições escolares. Nesse sentido, como analisa

³²¹ ALERTA - Udenistas! Alerta - simpatizantes da U.D.N.! Cuidado com as Mentiras e Intrigas! [Dispõe sobre críticas dos políticos da UDN contra os candidatos do PSD]. Blumenau. Fundo Memória da Cidade. Política, Partidos e Movimentos Políticos. Eleições Diversas (11.9.2). doc. 8.

Susan Buck-Morss (2018, p. 16) “o controle de como o passado é lido não é de pouca importância”, até porque incide em como o futuro é projetado.

Investir em denominações que mantinham sentidos étnicos para as escolas caracterizadas como públicas, foi um movimento sistemático e iniciado a partir do período democrático (1945-1964), interrompendo uma tendência no governo de Getúlio Vargas de definir os nomes de escolas (particulares e públicas), atrelados a personalidades brasileiras, os chamados patronos. Antes, desde o tempo da colonização, a maioria das centenas de escolas tinham nomes relacionados a sua localização geográfica, por longos anos mobilizados como elemento de identificação comunitária. Mesmo com outro golpe de Estado, que em 1964 instaurou uma ditadura civil-militar no Brasil até 1985, as escolas públicas em Blumenau continuaram a escolher denominações de caráter étnico, sugerindo que foram operacionalizadas leituras que atribuíram sentidos distintos para a concepção de nacionalização.

Foram 12 escolas públicas municipais e estaduais que definiram como identificação, nomes de homens alemães natos ou naturalizados e descendentes nascidos no Brasil, nem todos em Blumenau, mas que tiveram o município como lugar de atuação profissional e política. Entre os homenageados cinco eram professores, todos com atuação no município ou na colônia, no caso de Fernando Ostermann, mas nenhum desses professores desempenhando atividade política formal. Com exceção de Emílio Baumgart, que não exerceu cargo político em Blumenau e nem em Santa Catarina, os outros estiveram envolvidos em diferentes atividades políticas desde prefeito até governador do Estado. Alguns sujeitos compartilharam experiências atravessadas pela política de nacionalização varguista, com maior ou menor intensidade (Adolpho Konder, Alberto Stein, Hercílio Deeke, Carlos Techentin, João Widemann, Heriberto Joseph Müller, Rodolfo Hollenweger), outros estavam diretamente relacionados com a colonização (Dr. Blumenau, Fernando Ostermann, Emílio Baumgart, Lauro Müller). Cabe destacar que o político Pedro Christiano Feddersen poderia ser relacionado em ambos os grupos, já que atuou no tempo da colônia e vivenciou os primeiros efeitos da nacionalização. Em comum todos tinham a origem étnica alemã, reconhecida e instrumentalizada para legitimar o futuro passado de Blumenau.

Em relação a essas escolas, oito certamente foram fundadas pela iniciativa particular, para muitos identificadas como escolas alemães, algumas ainda no século XIX e outras nos primeiros anos do século XX. A conversão para categoria pública aconteceu devido as políticas de nacionalização, em alguns casos já na década de 1910 e outros nas décadas de 1930 e 1940, mas a maioria conservando ligações com suas Associações Escolares por meio da manutenção

do domínio patrimonial, transferido legalmente para os poderes governamentais, principalmente os terrenos, no contexto das inaugurações.

A predominância entre as 12 escolas públicas foi o modelo dos Grupos Escolares, um total de sete inaugurações atreladas ao governo do Estado. Cabe ponderar que a implementação dos chamados Grupos Escolares estava relacionada as iniciativas do governo do Estado e tinha como proposta de modernização educacional, iniciada em 1911 com Orestes Guimarães (Nóbrega, 2003). Entretanto, em Blumenau demorou para ser implementado esse modelo escolar, já que após o Grupo Escolar Luiz Delfino em 1913, a próxima escola nessa configuração foi instalada no município apenas em 1938 com o Grupo Escolar Santos Dumont, na área do Garcia e depois em 1942 com o Grupo Escolar José Bonifácio, em Rio do Testo. O próximo a funcionar foi o Grupo Escolar Emílio Baumgart, na comunidade de Itoupava Central, a partir de 1951³²².

O maior número de escolas inauguradas, os sete Grupos Escolares Estaduais, aconteceu na década de 1950, depois três escolas na década de 1960 e duas escolas no ano de 1949. Os números elevados nesse período não se manifestaram de forma aleatória, mas tinham fundamento nas articulações políticas que estreitaram os laços pela via partidária entre o governo estadual e o municipal. Isso porque, como observado anteriormente, o governador Irineu Bornhausen da UDN (1951-1954) tinha proximidades com os udenistas de Blumenau, incluindo o prefeito Hercílio Deeke (1951-1954), o que possibilitou as negociações envolvendo a ampliação da quantidade de Grupos Escolares no município, além da liberdade de escolha das lideranças comunitárias e da política local, para homenagear nomes que remetiam ao passado interessado em sustentar uma mensagem de futuro. Muito pouco é possível dizer sobre os bastidores da decisão dos doze nomes, apenas sugerir que em determinados casos, alguns acontecimentos podem ter influenciado a escolha em detrimento de outra como, por exemplo, um recente falecimento, um centenário de aniversário, uma disputa eleitoral, ou seja, circunstâncias que evidenciaram alguns nomes, todos com caráter étnico.

Quadro 3. Escolas públicas com nomes de caráter étnico inauguradas em Blumenau durante o período democrático

Escolas Públicas Estaduais			
Nome da Escola	Data de inauguração	Configuração da trajetória escolar	Função da pessoa homenageada

³²² O governo municipal de Blumenau, com o interventor José Ferreira da Silva, converteu em 1938 a Escola Particular de Itoupava Seca em Grupo Escolar Municipal Machado de Assis, seguindo os critérios de organização e funcionamento do governo do Estado.

	com o nome de caráter étnico		
Grupo Escolar Emílio Baumgart	1951	Particular - Pública	Engenheiro Civil
Grupo Escolar Adolpho Konder	1953	Particular - Pública	Advogado/Político
Grupo Escolar Cel. Pedro Christiano Feddersen	1954	Particular - Pública	Empresário/Político
Grupo Escolar Professor Carlos Techentin	1955	Particular - Pública	Professor
Grupo Escolar Professor João Widemann	1957	Particular - Pública	Professor
Grupo Escolar Hercílio Deeke	1960	Particular - Pública	Banqueiro/Político
Grupo Escolar Professor Heriberto Joseph Müller	1963	Possivelmente recém-criada	Professor
Escolas Públicas Municipais			
Escola Municipal Dr. Blumenau	1949	Possivelmente particular - pública	Agente de Imigração - Proprietário e Administrador da Colônia Blumenau/ Político
Escola Municipal Professor Rodolfo Hollenweger	1949	Particular - Pública	Professor
Escola Municipal Alberto Stein	1952	Possivelmente particular - pública	Marinheiro/Político
Escola Municipal Fernando Ostermann	1954	Recém-criada	Professor
Escola Municipal Lauro Müller	1964	Particular - Pública	Engenheiro/Político

Fonte: Elaboração própria.

Compreender a trajetória de todas essas escolas configura um desafio que não foi possível transpor durante essa pesquisa, principalmente devido à falta de documentação tanto a nível municipal, com a situação dos acervos sobre as escolas precarizado, mas também em âmbito estadual, apesar de arquivos mais robustos, porém, dispersos. O fato é que algumas dessas escolas, todas ainda funcionando em Blumenau, mesmo com determinados casos de mudanças de localização, já tinham histórias quase centenárias no período do recorte temporal que circunda essa tese, iniciando como uma escola particular criada por uma Associação

Escolar, (primeiro capítulo), aderindo a subvenção estatal e sendo incorporada ao domínio público (segundo capítulo). Foi o caso do Grupo Escolar Professor João Widemann, uma escola fundada por iniciativa de lideranças comunitárias em 1864, portanto, quase centenária no momento de sua inauguração em 1 de dezembro de 1957 como escola integralmente incorporada pelo poder público estadual após a doação do patrimônio escolar. Nesse dia foi alterado seu nome anterior, Escola Pública de Itoupava Norte, e anunciado a homenagem ao professor João Widemann, um imigrante alemão que trabalhou na escola entre 1931 e início de 1937. Sua exoneração aconteceu poucos meses depois de ser censurado em documentação oficial pelo inspetor escolar Celso Rila, por falar em alemão durante sua função de professor adjunto na escola, em dezembro de 1935. A memória que foi monumentalizada pelo nome de João Widemann, anunciava no ato político de 1957 a presença ausente de um homem que havia cumprido seu papel como professor, tudo indica entendido como um ato coragem perante o inspetor ao falar em alemão (Neves, 2019).

Para construir essas análises foi necessária uma dedicação de dois anos para a pesquisa de Mestrado em que para compor, com certa segurança, a trajetória de uma única escola foi preciso pesquisas para uma única escola, o que certamente não foi possível fazer com essas outras escolas públicas que também carregam sobreposições de temporalidade, *o tempo da colonização, o tempo da nacionalização e o tempo das experiências democráticas* como escombros posicionados para sustentar os sentidos da comunidade imaginada que não deveria ser perdido. A investigação sobre a escolha do nome do professor Widemann desencadeou a percepção de que as trajetórias e os nomes das escolas definidos em uma conjuntura de liberdades democráticas, relacionados as demandas étnicas depois do Estado Novo, não eram uma questão particular daquela escola, mas havia um movimento latente de interesse por essas denominações como identificação de escolas públicas, portanto, fundamentadas por escombros do passado naquele presente, entendidas como *escolas-escombros*.

Foi possível rastrear de forma mais consistente os escombros que mantiveram o passado presente em busca de um futuro de progresso em algumas escolas públicas inauguradas no regime democrático, em outros casos, as análises não puderam ser intensificadas devido as restrições e lacunas nas fontes de pesquisas. Nesse sentido, a trajetória da Escola Municipal Professor Rodolfo Hollenweger, criada pelo Decreto n. 28 de 1 de junho de 1949 e instalada na localidade de Testo Salto, não pôde ser aprofundada no que diz respeito ao seu funcionamento, mas foi possível reconhecer como a escolha por homenagear o professor Hollenweger, poucos meses após seu falecimento em 13 fevereiro de 1949, está carregada de escombros que restaram para significar as referências étnicas em Blumenau durante o período democrático. Isso porque,

como um imigrante de uma região da Europa, atualmente parte da Suíça, mas onde predominou a língua alemã, Rodolfo Hollenweger foi homenageado por ter sido considerado alguém que contribuiu com o desenvolvimento do município desde sua chegada em 1908, atuando em associações culturais e recreativas e, especialmente devido ao seu envolvimento com o campo da educação escolar. Os indicativos são de que sua atuação como professor iniciou em 1915, na localidade do Garcia, onde se estabeleceu como morador regendo a Escola Particular do Garcia I em paralelo com o trabalho na Escola Particular Gaspar Alto, nessa última provavelmente com pouco tempo de permanência. Como em outras áreas de Blumenau, as especificidades das localizações dos povoados foi um desafio na pesquisa e Garcia I, com o tempo passou a significar Alto Garcia sendo nessa escola que Rodolfo Hollenweger atuou até sua exoneração em dezembro de 1938.

A Escola Particular do Alto Garcia em algum momento que não foi identificado vai aderir a subvenção pública, a partir do processo de nacionalização na década de 1910, tornando o professor Hollenweger um funcionário do governo estadual em 8 de março de 1922. As fiscalizações na sua escola nos anos de 1932 e 1933 resultaram em elogios oficiais, assim como em abril de 1934 quando foi novamente elogiado, dessa vez “por ter completado 25 anos de bons serviços ao magistério no dia 20 de março findo, sendo em todas as inspeções elogiado por diversas autoridades escolares que visitaram a sua escola”³²³. Seu reconhecimento ficou ainda mais expressivo perante a instalação na Escola Pública do Alto Garcia, em 23 de outubro de 1934, do primeiro Clube Agrícola financiado pela Sociedade Amigos de Alberto Torres³²⁴, considerado um modelo nos anos seguintes para todos os outros clubes que foram fundados em Santa Catarina³²⁵. Sua escola recebeu várias visitas de autoridades públicas e de outras escolas de Blumenau como os professores do Grupo Escolar Luiz Delfino e da Escola Normal, encaminhados em agosto de 1935 pelo inspetor Celso Rila³²⁶. Da mesma forma como aconteceu com outros professores, todos esses elogios para Rodolfo Hollenweger também tinham relação com a leitura menos impositiva que alguns inspetores escolares faziam da nacionalização, considerando a própria interpretação das leis. Nesse sentido, em um curto espaço de tempo, o trabalho do professor podia ser em junho de 1935, na visão do inspetor Aristides Largura, uma

³²³ SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Rodolfo Hollenweger. Livro 10. p. 12.

³²⁴ MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau, 5 nov. 1934. p. 1.

³²⁵ Os Clubes Agrícolas eram uma das Associações Auxiliares da Escola e estavam inseridos como política pedagógica implementada em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. Visavam estimular o contato com as atividades rurais que eram também instrumentalizadas para o ensino. Tinham um alcance de caráter nacional, pois, foram articulados com as iniciativas da Sociedade Amigos de Alberto Torres, criada no Rio de Janeiro em 1932. Ver: Pereira, 2022.

³²⁶ RILA, *op. cit.*, 13 set. 1935. p. 1.

referência de pedagogia moderna, com alunos que conhecem a língua nacional³²⁷, mas se tornou “suspeito” em dezembro do mesmo ano, pois, “a escola precisa de muita fiscalização”, justificada pelo inspetor Rila porque “apesar da competência, dedicação e esforço do Professor, os resultados nos causaram grande desprazer. O ensino do português foi descuidado. Muitas crianças não falavam a língua nacional”³²⁸. No ano anterior da fiscalização de Celso Rila, o inspetor federal de nacionalização, João dos Santos Areão, esteve na escola de Rodolfo Hollenweger e não deixou de observar “um regular aproveitamento” devido dificuldades com o entendimento e a fala da língua portuguesa³²⁹.

A trajetória de Rodolfo Hollenweger em Blumenau é composta de muitas camadas, que merecem uma pesquisa mais apurada pois, sua atuação como liderança comunitária foi muito contundente em diferentes segmentos sociais, inclusive, se dedicando a escrita de assuntos que apreciava, publicados em almanaques conhecidos como *Kalenders*. No caso do longo tempo em que esteve na educação, atuando em uma única escola, compreender seu percurso permitiria também identificar elementos das práticas de nacionalização em Blumenau, até porque o professor Hollenweger foi considerado uma referência na condução do ensino nas escolas particulares antes das restrições iniciadas em 1917. Esse destaque se deve a sua participação na Sociedade Escolar de Santa Catarina, associação apresentada no primeiro capítulo, atrelada a concepções de ensino que não deixavam de ter elementos condescendentes a uma leitura de superioridade racial dos alemães. Sua passagem por essa associação que iniciou em Blumenau e foi estendida para outras regiões do Estado, conforme observado no primeiro capítulo, reverberou negativamente anos mais tarde. Em 16 de abril de 1942, Antônio de Lara Ribas, Delegado do DOPS, órgão do Estado responsável pelas ações de segurança nacional na região de Blumenau, respondeu em ofício ao ser indagado sobre Rodolfo Hollenweger, que havia “sido membro de destaque da Organização escolar alemã em nosso Estado, tendo mesmo chefiado o Departamento ou Secção do Garcia, naquele município em 1936, sendo por isso suspeito de ser adepto do nazismo”³³⁰, já que essa associação era acusada de ter estabelecido vínculos com os propósitos da política externa da Alemanha. Se esse apontamento do delegado tem procedência, não foi possível identificar por meio de outros documentos, mas é viável dizer que se configurou como uma suspeição contra o professor Hollenweger e mesmo outros professores também de

³²⁷ LARGURA, Aristides. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1935*. Termo de Visita, 14 jun. 1935. Blumenau, 11 jul. 1935. s.p.

³²⁸ RILA, *op. cit.*, dez. 1935. p. 2.

³²⁹ AREÃO, João dos Santos. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1934*. 5 mai. 1934. Diretoria da Instrução Pública. Blumenau, 2 jun. 1934. p. 1.

³³⁰ SANTA CATARINA. Ofício n. 549. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia da Ordem Política e Social. Florianópolis, 16 abr. 1942. s.p.

origem estrangeira, o que em alguma medida pode ter impactado suas atuações profissionais e relações comunitárias. No caso de Rodolfo Hollenweger, foi exonerado da Escola Pública de Alto Garcia pela Resolução n. 4.661 de 31 de dezembro de 1938, saída que foi justificada devido sua nomeação pela diretoria da Fazenda, com a Resolução n. 69 de 1 de dezembro de 1938 “para exercer o cargo de escriturário de 2ª Residência da Diretoria de Estradas e Rodagem, com sede em Blumenau”³³¹. Interessante observar que mesmo após o Decreto Estadual n. 88 de março de 1938, que proibia a atuação de professores estrangeiros, mesmo aqueles que dominavam a língua portuguesa, o que era o caso de Rodolfo Hollenweger, continuou como professor na mesma escola, apesar de não ser naturalizado, o que pode ser observado por seu nome na relação de pessoas que tiveram concedida a naturalização pelo presidente da República em 1941³³². Perante esse cenário, não é impertinente conjecturar que o professor Hollenweger possa ter constituído uma rede de sociabilidades que tenha possibilitado alternativas diante da política de nacionalização, permitindo que mobilizasse estratégias capazes para assegurar sua permanência na vida pública, especialmente, até sua aposentadoria da carreira de escriturário público a partir de 29 de maio de 1944³³³.

Quando Rodolfo Hollenweger foi homenageado em 1949, a escola municipal fundada foi instalada na localidade de Testo Salto, comunidade sem vínculos com o professor, que tinha constituído sua carreira no magistério na área do Garcia. Após quatorze anos de funcionamento, a Escola Municipal Professor Rodolfo Hollenweger foi fechada no local de origem em 1963 e os indicativos são de que não manteve atividades escolares no ano de 1964. Foi reativada em 1965 quando a denominação foi transferida para identificar outra escola que era particular e foi convertida para pública municipal, na localidade do Ribeirão Fidélis, anteriormente subvencionada por muitos anos pelo Estado com base nas políticas de nacionalização. Os indícios são de que a Associação Escolar decidiu transferir o patrimônio para a prefeitura e não para o governo estadual, o que demonstra as formas de negociações entre os poderes públicos e privados em Blumenau, em que a comunidade escolar parece ter manifestado seu descontentamento talvez pelo intervencionismo de outrora do Estado, reconhecido como menos complacente do que a administração do município.

Essa relação entre governo estadual e municipal no campo da escolarização, questão que foi pensada no segundo capítulo, também envolveu de diferentes formas a inauguração do

³³¹ SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Rodolfo Hollenweger. *op. cit.*, p. 214.

³³² ATOS do Chefe do Governo. Reformas, Autorizações, Naturalizações, Exoneração, nas Pastas da Justiça, Educação, Agricultura, Exterior, Viação – Outros Decretos. *Diário Carioca*, ano XIV, n. 4138, 11 dez. 1941. Rio de Janeiro. p. 7.

³³³ SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Rodolfo Hollenweger. *op. cit.*, p. 214.

Grupo Escolar Professor Carlos Techentin, instalado na localidade de Passo Manso, até porque “toda a obra pública instaura uma relação de forças”, nas palavras de Georges Didi-Huberman (2019, p.51). Era uma obra apresentada como moderna, com amplas instalações, além das cinco salas de aula, incluindo uma “residência anexa para o diretor”, estrutura que traria benefícios para crianças de algumas localidades próximas, onde seriam fechadas as escolas isoladas geridas pelos poderes públicos³³⁴, modelo de escolarização que começava a ser avaliado como sinônimo de atraso. A obra estava sendo desenvolvida em parceria, com a prefeitura adquirindo o terreno parte dele por meio de doação e o restante por compra, posteriormente transferido, ou seja, doado para o Estado, responsável por executar a obra e continuar a administração da escola como já acontecia pelo menos desde a política de nacionalização na década de 1930. Esse aspecto pôde ser observado com a nomeação da filha do professor Carlos Techentin para reger a Escola Pública de Passo Manso em 1931. Tratava-se da professora Elza Techentin Pacheco, que na cerimônia de inauguração “proferiu palavras de agradecimentos pela homenagem que se prestava a seu pai”³³⁵.

A presença da filha e professora na inauguração da escola era uma afirmação da trajetória familiar, apresentada como um legado para a educação escolar do município, inicialmente, pela via da memória do pai, um imigrante alemão que se estabeleceu em Blumenau em 1913 e faleceu em 2 de junho de 1947. Naquele momento, Elza Techentin era diretora do Grupo Escolar Machado de Assis, cargo ocupado por vários anos no único Grupo Escolar municipal, o que atribuiu muita relevância ao seu trabalho na escolarização pública de Blumenau, inclusive, tendo seu nome também homenageado com a fundação em 1984 da Escola Básica Professora Elza Henriqueta Techentin Pacheco, além do nome da irmã, por anos funcionária municipal no gabinete do prefeito, que identificou a Escola Reunida Municipal Annemarie Techentin, criada em 1988.

Sobre Carlos Techentin é importante dizer que seu conhecimento da língua portuguesa, em um município onde prevalecia o idioma alemão no início do século XX, permitiu interlocuções com os poderes estatais que poderiam ser consideradas vantajosas tanto para a divulgação do idioma nacional quanto para as oportunidades de liderança do próprio Techentin. Os indicativos são de que assim que chegou em Blumenau assumiu a função de professor no Grupo Escolar Luiz Delfino, a partir de novembro de 1913. A carreira no magistério tinha

³³⁴ NEUFERT, Gerhard Carlos Francisco. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1955 apresentado a Câmara Municipal pelo Prefeito Gerhard Carlos Francisco Neufert, 1955*. Educação Pública. Blumenau, 1956. p. 51.

³³⁵ NOVOS melhoramentos inaugurados por Irineu Bornhausen em Blumenau. *Cidade de Blumenau*, ano XXXII, n. 22, 4 dez. 1955. Blumenau. p. 1.

iniciado, pelo menos vinculado ao governo do Estado, com a nomeação em 16 de setembro de 1913 na localidade de Albardão, município de Palhoça. Em maio de 1916 foi nomeado diretor do Grupo Escolar Luiz Delfino e, em abril do ano seguinte, diretor também da Escola Complementar que funcionava nessa instituição. Significa dizer que esteve envolvido com os procedimentos do primeiro movimento nacionalizador que começou em 1917, inclusive atuando como examinador do curso preparatório oferecido em 1918 aos professores que buscavam habilitação na língua portuguesa. Nesse mesmo ano, sem justificativa registrada no seu Assentamento Funcional, pediu exoneração do cargo de diretor. O que esse documento também informou foi que em abril de 1925 era novamente o diretor do Grupo Escolar, porém estava sendo dispensado daquele cargo porque o contrato com o governo do Estado havia terminado. A partir de setembro de 1926 o trabalho na escola pública foi interrompido devido sua nomeação “para exercer o cargo de Adjunto do Promotor Público da Comarca de Blumenau”. Tudo indica que apenas em outubro de 1934 retomou o vínculo com uma escola, atuando na Escola Mista Tomás Coelho, de Brusque, sendo em maio do ano seguinte sorteado para servir o exército e pela Resolução n. 1.376 de 15 de maio de 1936, exonerado por abandono da escola³³⁶. Para além desse vínculo como funcionário público, ficou evidenciado que foi professor do Colégio Santo Antônio, uma escola paroquial no município, além de atuar como jornalista em um periódico de escrita alemã de curta duração chamado *Volkszeitung*, no início dos anos 1930³³⁷. Essa trajetória profissional, que certamente possui lacunas, demonstra que Carlos Techentin vivenciou as experiências das duas políticas de nacionalização, precisando lidar com sua identificação étnica e a escolha por aproximações com as autoridades brasileiras, que cada vez mais atuavam na vida pública de Blumenau.

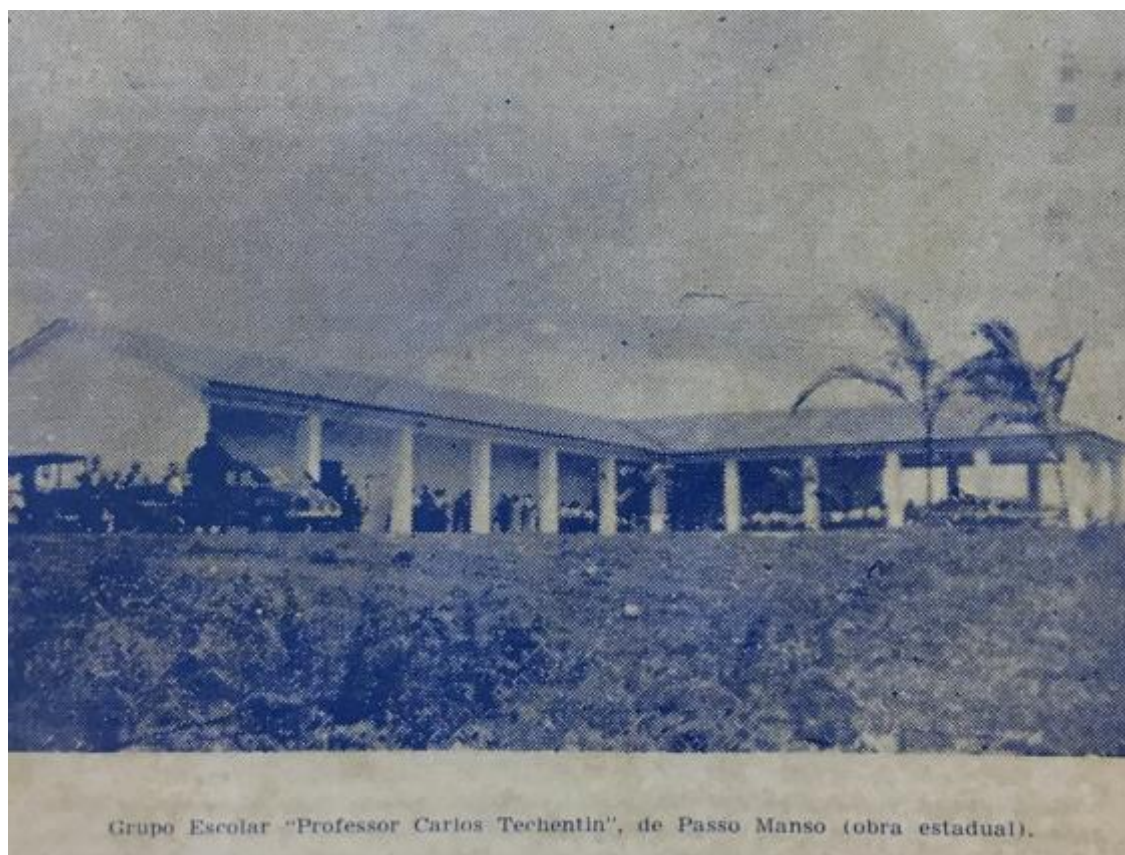
A professora e filha Elza Techetin Pacheco, proferiu um discurso na cerimônia de inauguração do Grupo Escolar Carlos Techentin, perante as autoridades locais e a presença do governador Irineu Bornhausen, que estava no término de mandato sendo o ato também acompanhado pelo próximo governador já eleito, Jorge Lacerda. Sua fala discursada foi publicada no jornal *A Nação* de 4 de dezembro de 1955, expressando que ela e os familiares foram surpreendidos com a escolha do nome do pai. Os indicativos são de que a definição de “surpresa” não parece ser consistente, considerando a proximidade que a própria professora Elza estabeleceu em anos anteriores com a comunidade escolar, além de sua mãe, que atuava

³³⁶ SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Carlos Techentin. Livro 8, p. 161.

³³⁷ FIGURAS do Passado: Carlos Techentin. *Blumenau em Cadernos*, t. 6, n. 7, jul. 1963. Blumenau. p. 141-142.

como professora em uma das três escolas isoladas da região, impactadas pela implantação do Grupo Escolar, Ribeirão Branco, Salto Weissbach e Passo Manso³³⁸.

Figura 12. A inauguração do Grupo Escolar Professor Carlos Techentin, 1955



Fonte: Gerhard Carlos Francisco Neufert, 1955, s/p.

A Escola Pública de Passo Manso foi a escola transformada no Grupo Escolar, com sua fundação remetendo a segunda metade do século XIX quando foi criada pela iniciativa particular de moradores organizados em uma Associação Escolar. O momento que a Escola Particular de Passo Manso aderiu a subvenção pública aparentemente tem relação com a nomeação da professora Elza Techentin, em 31 de março de 1931, mas é provável que tenha acontecido anteriormente. Sua função nessa escola foi encerrada com um pedido de exoneração, oficializado pela Resolução n. 2.783 de 31 de março de 1937³³⁹, o que pode ter vinculação com as fiscalizações do governo estadual, que apontavam problemas com o seu trabalho. Entre uma data e outra a professora foi referenciada em alguns relatórios de inspetores escolares do ano de 1934 e 1935 devido sua atuação insatisfatória com os propósitos da nacionalização. De forma

³³⁸ NOVO lar e uma fonte de civilidade das gerações porvindouras de Blumenau. Discurso da prof. Elza Techentin Pacheco. *A Nação*, ano XI, n. 272, 4 dez. 1955. Blumenau. p. 6.

³³⁹ SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Elza Techentin. Livro 18. p. 109.

mais contundente, a crítica foi registrada pelo inspetor Celso Rila, a partir de sua presença na Escola Pública de Passo Manso em 10 de dezembro, para acompanhar os exames finais, apontando que “não nos satisfizeram os resultados. As crianças quase nada entendem o português e cumprimentam as pessoas que chegam á escola em língua estrangeira”. Nessa ocasião recomendou que a professora fosse censurada em ofício³⁴⁰. Esses elementos da trajetória de Elza Techentin e da própria escola apontam que as questões étnicas estiveram presentes no cotidiano escolar, se tornando escombros no futuro passado da nova/velha escola no ano de 1955.

Ao ter o nome do seu pai homenageado no Grupo Escolar Passo Manso, ou seja, que nas palavras de Júlia Studart (2016, p. 105) tornado uma “presença inscrita” e anunciado como uma obra moderna alinhada com o progresso que caracterizava Blumenau devido seu povo trabalhador, a professora Elza apresentou em seu discurso os atributos do pai, lembrando da dedicação “durante longos anos, ao mister patriótico e altruísta da educação das crianças seja como professor ou, mais tarde como inspetor de ensino”³⁴¹. A dimensão patriótica ressaltada, permite emergir a sobreposição de temporalidades que posicionava o pai como um imigrante alemão que se tornou agente do Estado, trabalhando para os propósitos de integração nacional na década de 1910, o que pode ter ocasionado algum desconforto, no próprio professor, a julgar por sua exoneração em 1918. A questão da nacionalização foi nesse caso um incômodo geracional porque impactou a própria Elza Techentin, que aparentemente recorreu a rede de sociabilidades construída pelo pai para se recolocar na educação escolar municipal, estabelecendo vínculos duradouros, redefinindo sua imagem pública e projetando também a memória da família Techentin.

Uma memória monumentalizada por meio de um nome, de acordo com Maria Augusta Vilalba Nunes (2016, p. 115, 120) apresenta um “interlocutor que nunca responderá, mas cuja supressão do ato da fala não o torna menos ativo. É um interlocutor que se manifesta através de seus rastros”, sendo a própria trajetória da professora Elza parte desses rastros que lembravam Carlos Techentin e sua existência geracional em Blumenau. Ainda no diálogo com autora, ao serem reconhecidos no espaço público, os nomes deixam de ser memória pessoal e assumem a forma de memória coletiva “juntando e sistematizando os restos”, permitindo inteligibilidade para os sentidos que emitem.

³⁴⁰ RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de dezembro de 1935*. Departamento de Educação. Blumenau, dez. 1935. p. 3.

³⁴¹ NOVO lar... *op. cit.*, 4 dez. 1955. p. 6.

Também interessado em afirmar o passado na leitura de futuro, o Grupo Escolar Pedro Christiano Feddersen foi inaugurado em 21 de agosto de 1954, na localidade de Vila Itoupava, com a presença das autoridades locais e novamente do governador Irineu Bornhausen, que veio a Blumenau e conduziu a instalação do retrato “do Patrono ‘Cel. Christiano Feddersen’”. Além de ato político, participou de outras inaugurações “prestigiando, assim, com sua honrosa presença, as festividades e prestando seu apoio moral às iniciativas realizadoras do prefeito Hercílio Deeke”³⁴². Com maiores detalhes, o prefeito Hercílio Deeke relatou que se tratava de uma obra financiada pelo governo estadual, mas construída pela gestão municipal, portanto, executada com base em acordos institucionais e políticos, evidenciando informações sobre o edifício escolar, com claro enfoque nos elementos de modernidade como “a bomba automática que, do poço recalca a água para o reservatório colocado sob o telhado. Do reservatório a água distribui-se através de tubulações”³⁴³.

Entre o progresso demarcado pelos procedimentos sanitários do novo edifício e a antiga escola particular fundada certamente desde o final do século XIX, muitos anos haviam se passado e, assim, como tantas outras, a Escola Particular de Itoupava Rega, nome que identificava anteriormente a localidade, também tinha experienciado as políticas de nacionalização tanto na década de 1910 quanto a partir de 1930. Os indicativos são de que essa escola particular passou a ser administrada como escola municipal a partir de 1938, podendo dizer com segurança que em 1948 era uma escola vinculada ao governo estadual, aparentemente acontecendo uma transição que não foi possível explicar. O inspetor escolar do Estado, Alírio Luiz de Almeida, registrou em sua visita de 9 de junho de 1948, que a professora Gerda Wörner tinha pouco conhecimento e o desempenho dos estudantes era regular, sendo o edifício de boa qualidade, pertencente a Associação Escolar³⁴⁴. Ao que tudo indica, essa edificação apenas foi doada ao poder público municipal a partir da inauguração da nova/velha escola quando “foi transferida a intendência [distrital] para o prédio da atual escola, que será doado ao Município”³⁴⁵. Significa dizer que apesar da escola particular ter sido assumida pela gestão pública, a incorporação completa considerando o patrimônio escolar somente foi efetivada na década de 1950.

³⁴² VILA Itoupava viverá hoje um dia de festas. *A Nação*, ano X, n. 714, 21 ago. 1954. Blumenau. p. 6.

³⁴³ DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1954 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke, 1954*. Educação Públicas. Blumenau, 1955. p. 68.

³⁴⁴ ALMEIDA, Alírio Luiz de. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1948*. Termo de Visita, 9 jun. 1948. Departamento de Educação. Blumenau. jul. 1948.

³⁴⁵ DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke, 1953*. Educação Pública. Blumenau. 1954. p. 4.

Maiores informações não foram encontradas sobre o funcionamento da Escola Estadual Desdobrada de Vila Itoupava como era conhecida nos anos anteriores a mudança do nome, com a homenagem a Pedro Christiano Feddersen. O que ainda é possível dizer, refere-se aos interesses da política partidária, que marcaram esse período democrático em Blumenau e se manifestaram também nessa escola de administração estadual sendo os cargos instrumentalizados para os propósitos políticos, nesse caso do PSD, que por meio de indicações locais desejava ampliar no município sua representação, interessado nas disputas eleitorais. O inspetor escolar do Estado, Orlando Ferreira de Melo, comunicou ao diretor do Departamento de Educação em 30 de abril de 1947, que o professor Bertoldo Antônio Zimmermann era indicado, a pedido “do chefe político local, o prefeito Germano Beduschi”³⁴⁶, para assumir as aulas na Escola Mista Estadual da Vila Itoupava, além da “função de auxiliar de inspeção da referida zona”³⁴⁷. As aulas estavam disponíveis devido a remoção da professora Eurídice Carneiro Tietzmann, mas em relação ao cargo de auxiliar de inspeção, o inspetor Melo tinha feito a proposição de dispensar a professora³⁴⁸. Os indicativos são de que o “ajeitamento” político foi questionado e em 12 de setembro de 1947 o inspetor buscava junto ao Departamento de Educação orientações de como resolver o “caso do professor Bertoldo Antônio Zimmermann”, que já havia sido dispensado das funções de professor na escola estadual de Vila Itoupava em 30 de julho. Ainda evidenciou que como professor, Zimmermann não tinha mais vínculo com o Estado, exercendo a função na escola municipal de Itoupava Alta, o que gerava a “dúvida se devo ou não considera-lo como auxiliar de inspeção”, demarcando interesse de que a situação ficasse respaldada pelos procedimentos regulamentados³⁴⁹. Os esclarecimentos chegaram em 29 de setembro de 1947, não apresentando nenhum impedimento para a continuidade do professor no cargo de inspetor auxiliar³⁵⁰. A situação parece ter ficado ter sido alterada até 17 de janeiro de 1948 quando o professor Bertoldo Antônio Zimmermann foi dispensado da função “em virtude de ter sido nomeado para o cargo de Inspetor Escolar

³⁴⁶ Germano Beduschi estava substituindo o prefeito eleito Frederico Guilherme Busch Júnior devido seu afastamento das funções.

³⁴⁷ SANTA CATARINA. Ofício n. 35. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 30 abr. 1947.

³⁴⁸ SANTA CATARINA. Ofício n. 36. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 30 abr. 1947.

³⁴⁹ SANTA CATARINA. Ofício n. 90. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 12 set. 1947.

³⁵⁰ SANTA CATARINA. Ofício n. 92. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 29 set. 1947.

Municipal” de Blumenau³⁵¹, ao que tudo indica, outro “ajeitamento” político para o “caso Zimmermann”.

Sobre os bastidores da escolha do nome para homenagear o Coronel Pedro Christiano Feddersen, nada foi identificado, apenas que essa liderança política e econômica era amplamente conhecida em Blumenau desde o tempo da colonização. Era um imigrante alemão que chegou no Brasil com 22 anos de idade, em 22 de setembro de 1879, vindo de uma região que hoje pertence a Dinamarca. Esteve envolvido com negócios em muitos segmentos de grande expressividade econômica e articulações na esfera regional ou mesmo nacional como, por exemplo, a criação da Estrada de Ferro de Santa Catarina, também da Usina Hidrelétrica do Salto Weissbach, instalada em Blumenau, além de compor o grupo que operacionalizou em 1924 a primeira hidrelétrica de Santa Catarina, chamada de Empresa de Força e Luz Santa Catarina S.A.³⁵². Era líder político do Partido Republicano Catarinense, ocupando por mais de uma vez o cargo de conselheiro municipal quando foi atuante na Revolução Federalista de 1893, que ocasionou conflitos em Blumenau³⁵³.

Com o golpe de 1930, Feddersen foi afastado do cargo de deputado estadual e pouco conseguiu expressar seus posicionamentos perante a política de nacionalização, ficando distante das manifestações públicas. Com os movimentos políticos para o término do Estado Novo, seu nome foi instrumentalizado em uma publicação do jornal local *Cidade de Blumenau* de 28 de outubro de 1945, que pedia a atenção das pessoas na avaliação sobre o governo comandado por Getúlio Vargas e seus interventores, sem esquecer dos “direitos que nos solapou sobrecarregando-nos de pesados tributos, privando-nos da livre manifestação de ideias, permitindo a elevação do custo de vida para a felicidade de poucos e desventura de muitos”. Também era preciso não deixar cair no esquecimento “sobretudo, das perseguições e injúrias sofridas por tantas pessoas ordeiras e honestas. Sim, das injúrias sofridas por tantos!”, ou seja, entre os muitos casos que poderiam ser mencionados, a notícia destacou que “em busca de um nome que exemplifique essa modalidade de tortura, nossa memória passa em revista uma legião de vítimas para se deter na figura respeitável do Gel. Cristiano Feddersen”. Os elogios múltiplos atribuídos a Feddersen, intencionavam positivar sua imagem para acionar a condição de vítima,

³⁵¹ SANTA CATARINA. Ofício n. 2. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 17 jan. 1948.

³⁵² KILIAN, Frederico. Estrada de Ferro Santa Catarina. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, tomo I, n. 2, p. 29-32, dez. 1957.

³⁵³ Ao chegar na Colônia Blumenau, inicialmente se estabeleceu no interior da comunidade de Rio do Testo realizando atividades agrícolas. Interessado em praticar o comércio, se deslocou para São Paulo onde se casou com a imigrante alemã, Ella Guthe e teve a primeira filha. Insatisfeito com sua situação, retornou à Blumenau e assumiu atividades comerciais, estabelecendo negócios com outros imigrantes, inclusive destinados para importações e exportações.

apontando que “nem mesmo a esse cidadão e patriota, já no inverno da existência, foram poupados vexames pelos apaniguados da ditadura, que lhe lacraram o rádio um belo dia, fazendo-o curvar sob o peso da injusta humilhação!” Com seu exemplo, ficava o alerta para a população, considerando que “cada um deve ter presente na memória que está escolhendo não só seu próprio destino, mas também selando a sorte da Pátria!³⁵⁴” Um trabalho de memória era convocado a ser feito, direcionado para a reivindicação de uma memória do tempo da nacionalização, que não seria manifestada de forma espontânea, mas nas palavras de Jacy Alves de Seixas (2004, p. 41) “ressaltam-se os empreendimentos deliberados de reconstrução empreendidos pela memória, que responde por via de regra a demandas e interesses *políticos* precisos”, que operacionalizam procedimentos em busca das lembranças. A escolha de um nome para ser homenageado é certamente uma forte expressão desses procedimentos, caracterizando uma “gestão das memórias” (Seixas, 2004, p. 42), materializada na identificação da instituição escolar, que assume a configuração de um monumento.

Diante do falecimento de Pedro Christiano Feddersen, em 22 de junho de 1946, com 89 anos de idade, sua presença como referência étnica alemã foi evidenciada na cena pública mesmo na ausência, apresentado pelo jornal *Cidade de Blumenau* de 27 de junho de 1946 como “pioneiro de todo o trabalho fecundo e progressista – cidadão do Vale do Itajaí – pelos inestimáveis serviços prestados às nossas causas públicas”. Sua morte foi instrumentalizada como um fato político, provocado por não ter “ao fechar dos olhos a cobertura sacrossanta da Bandeira Brasileira a que deu sangue e sacrifícios”³⁵⁵. As circunstâncias para não ter sido homenageado com o símbolo nacional não puderam ser conhecidas, mas a atmosfera de latência no período democrático permite considerar que havia relação com as questões étnicas, manifestadas como escombros nas ruínas que emitiam sentidos para uma história de Blumenau.

Ainda na chave de análise das *escolas-escombros* significadas pelos nomes de políticos de Blumenau, é importante considerar nesse estudo a Escola Municipal Alberto Stein, instrumentalizando um político que já foi brevemente caracterizado em outras passagens da tese por ter sido partidário do integralismo em Blumenau. Sobre a criação da escola na localidade estrada Velha - Ribeirão Branco, autorizada pelo Decreto n. 120 de 9 de fevereiro de 1952, os indicativos são de que era uma iniciativa do poder público municipal a pedido dos moradores devido a longa distância da escola mais próxima, Escolas Reunidas Estadual Normas Ribas Pessoa. Desde 1951 a escola já estaria funcionando em uma casa particular e o terreno escolar

³⁵⁴ FALTAM apenas 35 dias! *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 31, 28 out. 1945. Blumenau. p. 1.

³⁵⁵ CEL. Pedro Christiano Feddersen. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 186, 27 jun. 1946. Blumenau. p.1.

teria sido adquirido por um grupo de moradores³⁵⁶, aparentemente não organizados em uma Associação Escolar, onde a prefeitura construiu um edifício, posteriormente ocupado. Em 1952 a escola estava “instalada em prédio alugado, de madeira e construção recente, dispondo de ótimo mobiliário, com carteiras individuais”³⁵⁷.

A escolha por homenagear o nome de Alberto Stein em 1952, estaria atrelada ainda aos reflexos do Centenário de Blumenau, comemorado em 2 de setembro de 1950, dois dias antes do seu falecimento em 4 de setembro de 1950. O homenageado era descendente de alemães, nascido em Itajaí e antes de chegar em Blumenau na década de 1920, comandante da Marinha. Tratava-se de um político que apesar de não estar alheio as questões políticas, tinha se retirado dos holofotes dos palanques desde sua prisão por alguns meses em 1938, depois de ter reagido diante da própria deposição do cargo de prefeito no início daquele ano, após ser eleito com voto direto expressivo pelo Partido Integralista em 1935. Decidiu questionar a escolha do interventor federal Nereu Ramos de indicar para o seu lugar, José Ferreira da Silva, que também tinha sido membro do integralismo e vereador afastado pelo golpe de novembro de 1937.

O processo criminal atrelado ao Tribunal de Segurança Nacional, iniciou na Delegacia de Polícia de Rio do Sul e na sequência foi encaminhado para a Delegacia de Ordem Política e Social, subordinada à Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de Santa Catarina, onde os procedimentos de investigação seguiram com os acusados presos em Florianópolis. A acusação contra Alberto Stein e outros homens, classificados no processo como “ex-integralistas”, afirmava que o grupo se deslocou por meio do transporte ferroviário de Blumenau para o município de Rio do Sul no dia 29 de janeiro de 1938 “pregando abertamente uma próxima revolução integralista seguida de vinganças e fuzilamentos, bem como empregavam palavras obscenas e injuriosas quando se referiam às autoridades constituídas”³⁵⁸. Entre as principais testemunhas que denunciaram o fato, estava Silvio Pellizetti, que viajou no mesmo trem que os acusados, afirmando na delegacia de Rio do Sul, que as conversas de Alberto Stein e Ubaldo Sada tratavam da “atual situação do Integralismo e também a respeito dos Srs. Dr. Nereu Ramos, Interventor Federal no Estado, José Ferreira da Silva, Prefeito Municipal de Blumenau, e Dr. Humberto Pederneiras, Diretor da Estrada de Ferro Santa

³⁵⁶ PROJETO Político Pedagógico. Escola Básica Municipal Alberto Stein. Histórico da Unidade de Ensino, ago. 2004. p. 10. Fundo: Memória da Cidade. Escolas Municipais.

³⁵⁷ DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1952 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke, 1952*. Educação Pública. Blumenau, 1953. p. 48.

³⁵⁸ BRASIL. Tribunal de Segurança Nacional. Série Apelação n. 175. Processo Crime n. 526 Paulo Vieira da Rosa e outros. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Delegacia da Ordem Política e Social. Florianópolis. Portaria. 31 jan. 1938. p. 578.

Catharina”³⁵⁹. Um aspecto destacado pela testemunha foi o incômodo dos dois homens com a escolha do interventor municipal, José Ferreira da Silva, tendo Alberto Stein afirmado que “não dou nem dois meses para o José Ferreira fazer o ‘serviço’ no Nereu”, além de apontar “também que o Sr. José Ferreira da Silva, Prefeito de Blumenau, é um ‘traidor’, ‘corno’ e ‘velhaco’”³⁶⁰. O próprio Alberto Stein também prestou depoimento já em Florianópolis, declarando ter dito “a Sada que Jose Ferreira da Silva, Prefeito de Blumenau não havia sido correto com o depoente e que havia sido traidor e desleal”. O motivo tinha relação com as viagens de Ferreira da Silva ainda como vereador líder da Câmara, para em nome do prefeito tratar de questões próprias da administração municipal, porém, ao retornar não apresentou “o resultado das conversações havidas e no entanto, por fora, andou dizendo que o Doutor Nereu Ramos havia dito que ele Stein não tinha competência para ser Prefeito de Blumenau que era a ante-sala do Estado”³⁶¹.

O que esse documento, analisado aqui de forma fragmentada para compor elementos da trajetória política de Alberto Stein demonstra, é que sua saída do poder não transcorreu de forma silenciosa, apesar dessa experiência de prisão não fazer parte da memória histórica que circula em Blumenau, nem atrelada ao indivíduo e nem ao golpe de 1930 ou a atuação do integralismo. Os indicativos são de que Stein preferiu o ostracismo, ao menos publicamente, assumindo maior expressividade após o término do Estado Novo quando no regime democrático chegou a atuar a partir de 1946 como vice-presidente do Diretório Municipal do PSD, no mesmo partido liderado por Nereu Ramos, a quem teria agredido verbalmente em 1938. Os arranjos da política partidária na democracia, de alguma forma tinha reaproximado aqueles políticos que anteriormente disputaram posições de poder em Blumenau. No caso de Alberto Stein, passado pelo que Pierre Ansart (2004, p. 22-23) define como a “experiência da humilhação e, igualmente, a experiência do medo”, lidar com a deposição e a escolha por um antigo aliado político, contribuiu para elaborar “sentimentos e emoções criadores de ressentimento”, comunicados de forma abrupta dentro do trem, mas também compartilhado com aqueles que posicionavam a compreensão de traição contra Blumenau no tempo da nacionalização.

Ao ser monumentalizado como nome de escola municipal no tempo de experiências democráticas, a memória do político Alberto Stein tinha a chance de se reposicionar na cena pública, “vingando a humilhação”, na tentativa bem-sucedida, a julgar por sua imagem atual, de afirmar sua presença como alguém que trabalhou em nome de Blumenau, defendendo seus interesses. Diferente de Pedro Christiano Feddersen, a definição de vítima na democracia

³⁵⁹ *Ibid.*, Termo de declarações prestadas pela testemunha Silvio Pellizzetti. 2 fev. 1938. p. 583.

³⁶⁰ *Ibid.*, p. 583v.

³⁶¹ *Ibid.*, Termo de declarações prestadas por Alberto Stein. 8 fev. 1938. p. 591.

precisou ser negociada em relação a Alberto Stein, já que os arranjos políticos possíveis, podiam indicar não ser pertinente os embates com os inimigos de outrora, especialmente, considerando seus vínculos com o integralismo, movimento político amplamente questionado, inclusive, pela elite política local da década de 1930, capitaneada pela família Konder.

Assim como Adolpho Konder, outro político que foi homenageado como nome de escola pública enquanto vivo, foi Hercílio Deeke, identificando um Grupo Escolar que fazia parte da rede de ensino do Estado. Significa dizer que apesar de não ser um político com trajetória de grande expressão estadual, estabelecendo seu reduto no município de Blumenau e Vale do Itajaí, a escolha pelo seu nome foi entendida como estratégica para as interlocuções político-partidárias entre os poderes das diferentes esferas. De forma muito direta, o Grupo Escolar Hercílio Deeke atendeu interesses eleitorais, evidenciando o próprio candidato da UDN, Hercílio Deeke, que novamente venceu a eleição municipal em 1960, mesmo ano da inauguração pública da escola, ocorrida em 18 de setembro.

No ano anterior havia alterado seu nome pelo Decreto Estadual n. 810 de 19 de março de 1959 quando foi transformada devido a expressiva quantidade de matrículas, de Escola Pública Velha Ventral para Escolas Reunidas Victor Emanuel Mazzoli³⁶², nome que não foi possível identificar a motivação da escolha. Aparentemente, o homenageado era um descendente de imigrantes italianos, que em 1958 havia falecido em Nova Trento, Santa Catarina, o que indicava se tratar de alguém que não tinha relações estabelecidas nem com a comunidade e nem com Blumenau, sugerindo ter sido uma definição com base em algum interesse político diverso.

Os acordos para a construção de novos edifícios escolares, a compra de terrenos para instalação de escolas públicas, as reformas estruturais ou outros procedimentos que envolviam a escolarização foram frequentemente mobilizados como atos políticos potentes na instrumentalização do acontecimento, capazes de produzir “sentimentos políticos”, de acordo com Pierre Ansart (2019, p. 68). Nesse sentido, o Grupo Escolar Hercílio Deeke foi inaugurado com grande visibilidade, perante a presença de uma ampla comitiva de autoridades locais e outra ligada ao governo do Estado.

O prefeito udenista Frederico Guilherme Busch Júnior, que se preparava para deixar o governo, destacou em seu relatório a necessidade de o Estado investir mais na quantidade de grupos escolares em Blumenau, pois, justificava essa importância argumentando que se tratava

³⁶² SILVA, Altamir. Termo de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 13 abr. 1959. p. 22. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

do “município que mais contribui para os cofres do Estado, merecendo por isso, mais ajuda”³⁶³. Essa observação crítica não foi replicada no jornal *A Nação* de 20 de setembro de 1960, ao noticiar com destaque a presença em Blumenau do governador udenista em exercício, Heriberto Hülse, desde 1958 ocupando o cargo devido a morte de Jorge Lacerda³⁶⁴, para inaugurar várias obras entre elas o Grupo Escolar de Velha Central. Além disso, participou do lançamento da pedra fundamental de dois outros grupos escolares, propagandeando que havia uma preocupação do governo do Estado com as melhorias na Educação em Blumenau³⁶⁵. É pertinente mencionar que os futuros grupos escolares que foram anunciados na visita do governador, são os únicos que não receberam nomes de procedência ou motivação de caráter étnico³⁶⁶, questão que precisa de esclarecimentos. A notícia sobre as inaugurações realizadas pelo governador também foi publicada pelo jornal *Cidade de Blumenau* no dia 18 de setembro de 1960, direcionando um recado para refutar as “abobalhadas pregações dos nossos opositores, o fato de STA. CATARINA NÃO PAROU, e vai seguir caminhando, em ritmo mais acelerado, com IRINEU BORNHAUSEN NO PODER, e H. DEEKE no governo do Município”³⁶⁷. Tratava-se do anúncio de uma campanha eleitoral explícita, demonstrando que as disputas políticas estavam em andamento em meio as cerimônias festivas, que não deixavam de causar tensões em distintas ocasiões.

Ambos os políticos referenciados almejavam retornar aos cargos ocupados não muito tempo atrás, o que se concretizou apenas para Hercílio Deeke, político com uma trajetória sólida entre as lideranças locais, atrelada ao seu desempenho, mas também devido as suas heranças familiares como descendente de alemães, filho de José Deeke e Emma Rischbieter Deeke, nascido em Hamônia, distrito de Blumenau até 1934 quando foi desmembrado. Seu pai, já nascido na Colônia Blumenau tinha grande prestígio e era exaltado como um imigrante pioneiro. A memória da colonização seguia com Hercílio Deeke, que vivenciou a política de nacionalização atuando na chefia de um banco, trabalho relacionado a sua formação como contador. Assumiu notoriedade com a política partidária no período democrático, eleito pela

³⁶³ JÚNIOR, Frederico Guilherme Busch. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1960 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior, 1960*. Educação Pública. Blumenau, 1961. p. 44.

³⁶⁴ No mesmo acidente aéreo faleceram além de Jorge Lacerda, também os políticos Nereu Ramos e Leoberto Leal.

³⁶⁵ PREOCUPADO o Governo do Estado na Educação das Crianças Blumenauenses. Inaugurado o Grupo Escolar da Velha Central – Lançamento de pedras fundamentais de mais dois estabelecimentos de ensino. *A Nação*, ano XVII, n. 90, 20 set. 1960. Blumenau. p. 8.

³⁶⁶ Foram inaugurados durante o período democrático o Grupo Escolar Júlia Lopes de Almeida e o Grupo Escolar Padre José Maurício.

³⁶⁷ VIVE Blumenau momentos de festa. Nova fase. *Cidade de Blumenau* (nova fase), n. 177, 18 set. 1960. Blumenau. p. 2.

primeira vez para vereador em 1947 e no mandato seguinte já ocupando o cargo de prefeito (1951-1955).

A escola que aceitou promover a homenagem para Hercílio Deeke, carregava os escombros do passado que fundamentavam seu futuro a partir daquele momento como uma escola pública modernizada, entregue ao domínio definitivo do Estado, depois de décadas de fundação como uma escola particular, instalada na localidade de Velha Central. Os indicativos são de que sua aproximação com o governo estadual aconteceu na primeira política de nacionalização na década de 1910 quando para cumprir as determinações legais e voltar a funcionar decidiu por aderir a subvenção pública por meio de recursos destinados ao pagamento dos professores, iniciando nessa função em 24 de abril de 1919 o professor João Durval Müller, sujeito que está na abertura desse capítulo. Esse professor havia realizado o curso de habilitação na língua portuguesa na Escola Complementar, em funcionamento junto ao Grupo Escolar Luiz Delfino, atuando na Escola Pública de Velha Central até sua exoneração em 1935³⁶⁸. Como uma escola com um número elevado de crianças, João Durval Müller trabalhava com uma professora adjunta chamada de Horaci Cunha, que assumiu a regência da escola com sua saída sendo necessário por parte do governo do Estado, a contratação de outro professor, o que demorou para acontecer e ocasionou insatisfação entre os moradores da localidade. O inspetor Aristides Largura em seu relatório sobre o mês de maio de 1935, evidenciou que “os pais, descontentes, já cogitam da criação de uma escola particular afim de que os alunos não sejam prejudicados no ensino”. Como um inspetor adepto do integralismo, conforme analisado no segundo capítulo, Aristides Largura expressou suas críticas de forma sutil ao governo do Estado, comandado por Nereu Ramos do Partido Liberal apontando que “essa Diretoria não ignora a atmosfera de desconfiança que envolve nossas escolas situadas nos meios de colonização alienígena”, termo muitas vezes utilizados para caracterizar uma comunidade sem vínculos com a cultura nacional. Continuou dizendo que a desconfiança teria motivação válida “que, aliás, seja dito com franqueza, tem, em grande parte, sua razão de ser na deficiência das instalações, do material e, principalmente, deficiência de preparo do professorado”, o que deveria ser combatido pelo poder público “para salvaguardar o bom nome das que ainda gozam de bom conceito. É o caso dessa escola em questão”³⁶⁹. Com o assunto ainda não resolvido³⁷⁰, o novo inspetor Celso Rila, que ocupou o lugar de Aristides Largura após sua prisão e exoneração,

³⁶⁸ SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. João Durval Müller. Livro 9. p. 45v.

³⁶⁹ LARGURA, Aristides. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1935*. Departamento de Educação. Blumenau, 22 jun. 1935. p. 3.

³⁷⁰ Sobre a situação de substituição do professor adjunto, apenas foi possível identificar em abril de 1936 que a professora Alcida Machado tinha ocupado essa função.

retomou o assunto dizendo que em dezembro a escola ainda continuava sem um adjunto, argumentando que “aqui não se deve descurar do ensino porque a língua falada pelo povo não é a brasileira”³⁷¹. Os agentes do poder público identificavam que na comunidade de Velha Central predominava as referências étnicas alemães e que mesmo após mais de uma década como escola subvencionada, o trabalho de nacionalização naquela escola não havia ocasionado mudanças satisfatórias, conforme a percepção do inspetor federal de nacionalização João dos Santos Areão, que visitou a escola em 19 de setembro de 1934 junto do inspetor escolar do Estado, Adriano Mosimann. Por algum motivo que não foi possível compreender, naquele momento João Durval Müller estava afastado das funções da escola, retornando apenas em dezembro de 1934 sendo seu cargo ocupado por Aída Lobe e já atuando a adjunta Horaci Cunha. A escola estava em funcionamento em duas salas da Igreja Protestante, ocupadas “uma para os alunos do 1º ano, a cargo da adjunta e outra para o segundo e terceiro ano, regida pela sra. professora”. Entre as orientações de João dos Santos Areão, majoritariamente relacionadas a questão da nacionalização, demarcou que o vernáculo deve ser falado também no recreio e “que a leitura e a linguagem oral devem ter um desenvolvimento que venha satisfazer melhor a aprendizagem do vernáculo, no menor espaço de tempo”, isso porque observou que haviam crianças acanhadas “devido ao receio que, em geral, os alunos mais desenvolvidos têm de dizerem mal os vocábulos em português, porque a língua que usam constantemente é a de seus pais – a alemã”. O inspetor federal não levantou a possibilidade de as crianças estarem retraídas devido à presença de dois inspetores para fiscalização, mas registou que os avanços na nacionalização eram necessários, o que poderia ser alcançado com a dedicação da professora, “pois queremos não desviar do verdadeiro espírito brasileiro das crianças, hoje moldáveis, às mãos de seus preceptores”³⁷². A escola era significada por sua função nacional, de contribuir ativamente na formação da população brasileira, com atenção as crianças lidas pela expectativa de futuro, mas que não deveria demorar muito para se concretizar, ou seja, um propósito de homogeneização cultural como concluiu Ângela de Castro Gomes (2012) “no menor espaço de tempo”, nas palavras do próprio inspetor Areão.

Como outras escolas em Blumenau, conforme as análises do segundo capítulo, a Escola de Velha Central era classificada como pública, mas funcionava de forma híbrida considerando a manutenção dos seus vínculos com sua Associação Escolar, que poderia ter algum tipo de ingerência da Igreja Evangélica Luterana daquela localidade, aspecto que não foi possível desenvolver. Em novembro de 1941, o inspetor escolar Celso Rila registrou em seu relatório

³⁷¹ RILA, *op. cit.*, dez. 1935. s.p.

³⁷² MOSIMANN, *op. cit.*, dez. 1934. p. 3.

que compareceu no dia 30 na festa escolar para inaugurar a nova edificação, “uma boa casa para a escola estadual da localidade”, construída pela iniciativa e recursos da comunidade³⁷³. Aparentemente a comunidade escolar buscou estabelecer uma relação mais aproximada com a inspetoria escolar, talvez porque tivesse conhecimento da tomada dos bens patrimoniais e fechamento da Escola Particular Duque de Caxias, regida em 1941 por João Durval Müller, também localizada em uma área da Velha. Os afastamentos das lideranças comunitárias que ainda detinham o domínio do patrimônio escolar como terreno e edifício apenas se efetivou legalmente com a doação de um terreno para o Estado construir o Grupo Escolar, procedimento que possivelmente foi conduzido entre o ano de 1959 e 1960.

Questões atreladas a nacionalização dessa escola foram observadas novamente em 1946, após o término do Estado Novo, quando a escola encaminhou no início do ano letivo uma relação de alunos que não conheciam a língua nacional, um total de cinco crianças³⁷⁴. Ao considerar o pequeno número, é possível indagar se configura o reflexo do futuro passado projetado pelo inspetor federal João dos Santos Areão e se aconteceu com a aceleração desejada. Nos anos seguintes da trajetória escolar as fiscalizações da inspetoria aconteceram com regularidade a partir de 1947 até 1962, e de forma mais evidente as demandas da nacionalização apareceram relatadas em três visitas, referenciando a necessidade de continuar tratando com atenção o problema da língua alemã. Na fiscalização de 6 de novembro de 1947 o inspetor escolar Alírio Luiz de Almeida destacou como quinta recomendação que “a Liga Pró-Língua deve estar mais ativa e combater o uso da língua estrangeira”³⁷⁵, demonstrando que tinha a preocupação com a continuidade dos procedimentos de nacionalização, conduzidos na atuação da associação auxiliar, criada durante o governo de Getúlio Vargas para direcionar de forma mais efetiva as práticas pedagógicas de cunho nacionalizador. Em outra visita no dia 11 de março de 1959 o inspetor escolar Altamir Silva registrou que “os novos alunos ainda não falam nada em português”³⁷⁶, questão que aparece novamente no relato de 8 de abril de 1961 descrito pelo inspetor, que não foi possível identificar, ao tratar dos recreios. Nos registros estava demarcado que era preciso maior empenho considerando que no período matutino “há inúmeras crianças que não falam o português, para isto recomendo a promoção de brinquedos, cantigas

³⁷³ RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, dez. 1941. s.p.

³⁷⁴ RELAÇÃO dos alunos que não falam o idioma nacional. Escola Mista Estadual de Velha Central. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Departamento de Educação. Blumenau, 20 fev. 1946.

³⁷⁵ ALMEIDA, Alírio Luiz de. Termo de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 6 nov. 1947. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

³⁷⁶ SILVA, Altamir. Termo de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 11 mar. 1959. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

de roda, etc, não permitindo que falem entre si, em outro idioma, a não ser o português”³⁷⁷. Essas manifestações dos inspetores escolares possibilitam pensar que existe uma espécie de cartografia da nacionalização em Blumenau, considerando os alcances distintos que as ações nacionalizadoras tiveram nas diferentes comunidades escolares, dimensão que merece um estudo direcionado.

Nessa perspectiva de uma cartografia da nacionalização, posicionar a Escola Municipal Lauro Müller contribui para pensar como Blumenau manteve redutos de caráter étnico, ou seja, lugares que ainda no período democrático, foram anunciados como expressão das chamadas heranças da colonização alemã, sendo as escolas instrumentalizadas para esses anúncios. Isso porque, a homenagem para o político Lauro Müller denominou uma escola municipal que estava instalada em uma localidade conhecida como Braço Belchior, tendo o nome do político sido transferido para outra escola municipal que já tinha uma identificação definida desde a década de 1930 atrelada a política de nacionalização e a exaltação daqueles considerados heróis nacionais, nesse caso, o Almirante Tamandaré. Ambas as comunidades escolares tinham influências da colonização alemã na sua formação, mas na localidade de Badenfurt as referências étnicas foram conservadas por mais tempo devido as restrições da manifestação da cultura nacional, inclusive pela via da escolarização, pois, foi uma das escolas particulares que mais demorou para ser nacionalizada, tudo indica que devido a estratégias de resistências para a integração nacional. Foi possível observar que até o final de 1934 continuava uma escola de iniciativa particular da sua Associação Escolar, o que certamente mudou a partir de 1936 quando aparece como Escola Municipal Badenfurt. Em relatórios sobre o ano de 1934, a Escola Particular de Badenfurt recebeu críticas contundentes sobre o uso da língua alemã e a quase inexistência do ensino no idioma nacional, em uma escola que durante anos ficou afastada das ações nacionalizadoras tendo a última fiscalização acontecida em 1921, conforme destacou o inspetor Adriano Mosimann³⁷⁸.

O inspetor federal de nacionalização João dos Santos Areão elaborou seu relatório do mês de outubro de 1934 para a autoridade federal e relatou aspectos da sua fiscalização na Escola Particular de Badenfurt, evidenciando que “o ensino do vernáculo é deficiente e observei que o sr. professor, devido ao uso constante da língua alemã também, pronuncia mal alguns vocábulos em português”. Terminou afirmando que era uma escola particular que precisava de maior fiscalização “para ser verificado se as nossas determinações estão sendo cumpridas, para,

³⁷⁷ TERMO de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 8 abr. 1961. p. 26-26v. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

³⁷⁸ MOSIMANN, *op. cit.*, 2 jun. 1934. s.p.

em caso contrário, tomarmos as medidas, que se impõe”³⁷⁹, o que parece ter se conformado entre 1934 e 1936, com a nacionalização da escola, assumida pelo poder público municipal. Como outras escolas, principalmente municipais, recebeu o nome de um brasileiro, Almirante Tamandaré, denominação que prevaleceu durante décadas, até 2 de março de 1964 quando ao ser alterada a categoria dessa escola de isolada para reunidas, o nome foi substituído pelo de Lauro Müller. A escola de Braço Belchior, que no mesmo momento também foi convertida para reunidas, assumiu o nome do militar. O prefeito Hercílio Deeke, que conduziu essa homenagem, justificou a mudança oficializada pelo Decreto n. 487 de 1964 por reconhecer que “o nome do grande estadista Lauro Müller, que foi uma das mais destacadas figuras do panorama político-administrativo do país”, merecia ter sua memória exaltada no ano do centenário de seu nascimento, que “transcorreu no dia 8 de março e que, na sua infância, frequentou a escola pública de Badenfurt”³⁸⁰. Tratava-se não de uma escola pública, mas de uma das primeiras escolas particulares da Colônia Blumenau, fundada pela iniciativa privada dos moradores que se organizaram em uma Associação Escolar e contrataram o professor Bruno Scharn para reger a escola, onde Lauro Müller estudou por alguns meses em um dos anos da década de 1870³⁸¹.

Diferente do caso de Rodolfo Hollenweger que não foi homenageado na comunidade escolar onde construiu sua trajetória por décadas como professor e liderança comunitária, o político Lauro Muller foi reposicionado e ocupou o lugar afirmado como de direito devido sua breve relação com a comunidade escolar do Badenfurt. Deslocar o nome de Lauro Müller significava demarcar sua presença em Blumenau atrelada ao seu apoio político, sustentado por sua descendência étnica alemã e os arranjos institucionais de outrora, que permitiram a aproximação desse político, nascido em Itajaí, com a elite política local articulada no Partido Republicano, do qual ele também fazia parte. Durante o tempo em que esteve no Rio de Janeiro para conduzir os estudos no campo militar e da engenharia, estabeleceu relações com a política nacional, abrindo caminho para articulações que possibilitaram avanços na sua trajetória. Esteve a frente do comando do governo do Estado de Santa Catarina por quatro mandatos e no âmbito federal ocupou cargos legislativos e executivos, entre eles ministro das Relações Exteriores em 1912, durante o governo do presidente Hermes da Fonseca quando também recebeu o título de coronel (Pedrotti, 2012). Como um descendente de alemães, mesmo

³⁷⁹ AREÃO, João dos Santos. *Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública*. Florianópolis. Outubro de 1934. p. 16-17.

³⁸⁰ DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1964 apresentado a Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke, 1964*. Educação Pública. Blumenau, 1965. p. 8.

³⁸¹ PREFEITURA Municipal de Blumenau. Decreto nº 487. *A Nação*, ano XX, n. 512, 10 mar. 1964. Blumenau. p. 2.

vinculado ao governo brasileiro, Lauro Müller não deixou de ser pressionado pelos embates da Primeira Guerra Mundial no Brasil, decidindo deixar a função de ministro em maio de 1917, após apontamentos públicos sobre sua ascendência germânica, cenário de tensões que foi pontuado no segundo capítulo.

No mesmo dia do centenário do nascimento de Lauro Müller, em 8 de março de 1964, o novo prédio das Escolas Reunidas Municipais Lauro Müller, apresentado como inovador, foi inaugurado com a presença de autoridades locais e uma neta representando a família³⁸². No dia anterior, o jornal *A Nação* havia descrito a obra com “3 modernas salas de aula, pátio coberto, instalações sanitárias e todos os demais requisitos exigidos pela moderna técnica pedagógica”³⁸³, anunciada como uma demonstração do progresso que conduzia os caminhos de Blumenau, já que “edificar é fazer história”, nas palavras de Maria Zambrano (2016, p. 216).

Essa modernidade era acionada como o futuro de prosperidade que já estaria destinado para Blumenau, definida desde o tempo da colonização, por um momento forçada ao ostracismo durante o tempo da nacionalização nas décadas de 1930 e 1940, mas rearticulada no tempo de experiências democráticas entre 1945 e 1964 quando foi possível conceber estratégias para desnacionalizar. Era um momento considerado de liberdades restauradoras da trajetória de Blumenau que deveria ser de avanços, tradicionalmente assegurados pela colonização alemã, mas também pela afirmação das experiências com a nacionalização como um novo elemento de reforço da identidade étnica, dessa vez pela chave da resistência de uma cultura política sustentada por um nacionalismo negociado. Foi preciso que os afetos políticos tensionados pela política de nacionalização continuassem como latência no período democrático em Blumenau, cultivados pelo grupo político que desejava se reposicionar no cenário público. No diálogo para conceber os ressentimentos, assim como Pierre Ansart (2004, p. 26-27) entendo que é em meio as possibilidades de expressar o contraditório, aspecto que caracteriza a democracia, que os afetos constitutivos do ressentimento se expressam. Nessa perspectiva, “a gestão democrática dos ressentimentos é, portanto, menos simples do que pensam os ideólogos da democracia”. Isso porque demanda compreender que os ressentimentos estão amparados em mecanismos de solidariedade porque apenas adquirem sentido social quando partilhados para que se tornem uma causa a ser manifestada na vida pública por meio de distintas estratégias.

Essa conjuntura parece ter sido constituída pela via dos ressentimentos, compartilhando as leituras das historiadoras Marlene de Fáveri (2004) e Sandra Jataby Pesavento (2004, p. 230),

³⁸² DEEKE, *op. cit.*, 1965. p. 106.

³⁸³ VOLTOU o prefeito H. Deeke a visitar o interior do município. Inspecionadas “in loco” várias obras em andamento. *A Nação*, ano XX, n. 510, 7 mar. 1964. Blumenau. p. 8.

a última concebendo um “vago mal-estar e uma sensação de perda, que percorre diferentes momentos. Poder-se-ia, talvez, simplificando, que ‘tudo começou com Vargas’, pois é depois desde período que o ressentimento se agrava”. As análises dessa historiadora eram dedicadas ao regionalismo no Rio Grande do Sul, mas não deixou de ponderar que suas percepções poderiam ser estendidas para o sul do país. Talvez, nossos estudos tenham se encontrado, sem uma pretensão prévia, mas importa dizer que algo estava em latência em Blumenau, nem sempre revelado com nitidez pelas fontes, que precisaram ser lidas nas dobras. Ainda no diálogo com Pesavento (2004, p. 231), perante as “dimensões implícitas do ressentimento” nas relações, cabe reconhecer os “sintomas”, que para essa tese puderam ser rastreados no campo da escolarização de Blumenau, especialmente pela compreensão do que concebi como *escolas-escombros* em um município em ruínas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegou o dia de escrever essas palavras, a tese está encerrada. De nenhuma forma significa que tudo foi dito, pois como historiadora do Tempo Presente, reconheço que muitos processos históricos carregam a dimensão do inacabamento, caracterizado pela sobreposição das temporalidades. Em Blumenau, esse entrelaçamento dos tempos assume contornos que podem ser visualizados, uma vez que os olhares estejam atentos para as marcas dessa passagem dos tempos. Na leitura hegemônica que prevalece em relação ao passado, a origem étnica alemã continua a ser instrumentalizada como uma herança que permite afirmar uma distinção no cenário nacional, regional e local, performando um discurso e um lugar onde a Europa dos imigrantes poderia ser acessada pelos turistas, mas também pelos moradores, vinculados ou não com antepassados alemães. A população de Blumenau, como sugeri no estudo, ocupa um território que tem uma cartografia étnica, questão a ser aprofundada, ou seja, lugares em que as expressões culturais conservam mais vestígios, além de outros onde o passado está encenado para ser consumido. De qualquer forma, a política do tempo que é conduzida no município, anuncia que o legado de superação pelo trabalho com disciplina, deixado pelos imigrantes alemães, não deve ser esquecido porque atua como um código moral implícito e explícito, ambos anunciados pela memória histórica. Aqueles que não assumem compromisso com uma pedagogia da lembrança, para aprender quais são os propósitos e ideais para um morador de Blumenau, muitas vezes não são considerados bem-vindos.

Assim, compartilhando as palavras de Susan Buck-Morss (2018, p. 16) “o controle de como o passado é lido não é de pouca importância” e esse controle está ininterruptamente em disputa, também em Blumenau e na região Vale do Itajaí, lugar que teve seu nome substituído oficialmente por Vale Europeu³⁸⁴, pela aprovação em maio de 2024 do projeto de lei do então deputado estadual Egidio Ferrari, blumenauense e atual prefeito de Blumenau. Institucionalizar o nome que já era utilizado para os propósitos turísticos, intencionou reforçar e patentear o passado de imigração europeia iniciado na segunda metade do século XIX na região historicamente reconhecida por ser a “Grande Blumenau”, concepção atrelada a dimensão territorial da Colônia Blumenau. Nesse presente de ufanismos que estão em operação, o nome Vale do Itajaí, que ainda salvaguardava as referências ambientais e indígenas Laklãnõ-Xokleng, pareceu não ser mais pertinente para os projetos políticos que anunciam pela via do passado, futuros pouco ou nada comprometidos com a diversidade e, em que se expressam uma outra

³⁸⁴ SANTA CATARINA. Lei Complementar n. 860, 22 mai. 2024.

concepção de nacionalização, talvez distante daquela promovida nas décadas de 1930 e 1940, que impactou intensamente Blumenau. No caso dessa tese, a decisão foi de manter o uso do termo Vale do Itajaí, não apenas por ser um procedimento metodológico, justificado pela análise dos documentos, mas como posicionamento político, considerando que “a escrita da história é o lugar dessa luta entre a necessidade de preservar a ordem presente e o desejo de preservar a verdade”, alinhada com Susan Buck-Morss (2018, p. 17), também prefiro a busca pela verdade. Entretanto, assim como ela, reconheço que não existe uma “verdade” pronta, aguardando para ser revelada pois, “o passado nunca nos é dado inteiro”, portanto, está repleto de fragmentos, de lacunas, exigindo uma investigação arqueológica, na intenção de trazer “sentido para os tempos, que dá a eles existência e consistência”, conforme compreende Durval Muniz Albuquerque Júnior (2019, p. 28).

Na busca por esse sentido da narrativa histórica, assegurado pelo entrelaçamento das diferentes fontes, não foram poucos os momentos em que estive posicionada perante muitos “cofres fechados, dos quais uns encerravam ouro e outros continham montes de pedrinhas, sem que nenhuma inscrição ajudasse a distinguir entre tesouros e seixos. Com isso, quero dizer que estou muito longe de pretender ser completo”, trazendo Marc Bloch (2018, p. 53) para um diálogo sempre enriquecedor. Contudo, diferente desse historiador, que constatou não estar “num terreno inteiramente novo”, já que havia um caminho de pesquisa percorrido, a tese que elaborei precisou construir algumas fundamentações devido a ausência de estudos ou mesmo análises robustas, capazes de amparar a confirmação de algumas hipóteses. Nesse sentido, como afirmar que as escolas públicas inauguradas em Blumenau no período democrático, tinham uma dimensão de modernidade ou de “surpresa”, concepção dialogada com Reinhart Koselleck (2014), mas também restos de passados, manifestados em camadas do tempo da colonização e nacionalização, monumentalizados pelos nomes de caráter étnico homenageados nessas escolas públicas? Foi necessário demonstrar como a escolarização contribuiu ativamente para sustentar projetos políticos desde o período da Colônia Blumenau e, mesmo com alterações profundas, promovidas pela política de nacionalização, continuou a ser instrumentalizada pelos diferentes grupos políticos e suas instâncias de poder, por meio de outros atributos diante do regime democrático.

As escolas particulares, convertidas gradualmente para escolas públicas a partir do início do século XX, foram uma porta de entrada para as aproximações e intervenções dos poderes estatais em Blumenau. Por meio delas, a presença do Estado nas comunidades escolares foi afirmada, caracterizando outras relações cada vez mais institucionalizadas pela atuação de agentes estatais como o inspetor e o/a professor/a público/a, mudanças que não deixaram de

expressar tensões. Isso porque, os propósitos nacionalizadores, manifestados no município em diferentes momentos, conduziram e aprofundaram esse contato entre o público e o privado e não foram incomuns as tentativas de contingenciar os efeitos nacionalizadores para a conservação da comunidade imaginada, legitimada pela origem alemã. Como articuladoras desses vínculos étnicos, estavam as Associações Escolares, organizações comunitárias formadas por imigrantes alemães e descendentes, responsáveis pela fundação das escolas particulares. Apesar dos avanços do Estado, sistematizado a partir de 1917, com a oferta de subvenções atreladas a uma legislação mais contundente e direcionada para as áreas de colonização estrangeira de Santa Catarina, isso não significou o fim da interlocução com a esfera privada, caracterizada pela atuação das Associações Escolares, que mantiveram o domínio dos bens patrimoniais, em vários casos, por algumas décadas. O término desse vínculo aconteceu com a completa incorporação do patrimônio pelo governo municipal ou estadual, principalmente por doação, finalizando o processo de conversão em escolas públicas.

A possibilidade de ser uma escola subvencionada, que na realidade de Blumenau era uma espécie de escola híbrida, regulamentada pelo poder público estadual e ainda influenciada pelos interesses das lideranças comunitárias organizadas no modelo associativo, não motivou muitas adesões, prevalecendo as escolas particulares até a década de 1930 quando a política de nacionalização colocada em prática assumiu contornos mais rígidos. Com o golpe de Estado promovido por Getúlio Vargas e seus aliados em 1930, a conjuntura política nacional foi alterada, o que impactou de formas distintas as regiões do país. Em Santa Catarina, os entraves políticos já existentes foram redimensionados, especialmente pelo enfraquecimento das influências do PRC e os avanços do PLC, que assumiu o governo a partir de 1935, com a eleição do governador Nereu Ramos. No caso de Blumenau, o grupo político predominantemente republicano, foi impactado de forma contundente, sendo afastado de imediato dos principais cargos públicos e substituído por aliados liberais atrelados as decisões do governo do Estado. O cenário foi agravado com o golpe do Estado Novo em 1937, que instaurou uma ditadura e instituiu um sistema de interventorias comandadas pelo governo federal, sendo mantido Nereu Ramos como interventor de Santa Catarina. Como parte fundamental dessas disputas de poder, que envolveram também a forte presença da Ação Integralista Brasileira em Blumenau, inclusive, com a eleição de vários candidatos desse partido entre eles o prefeito Alberto Stein, a política de nacionalização foi instrumentalizada e transformada em capital simbólico e político, capaz de articular diferentes interesses junto à população.

As determinações nacionalizadoras implementadas nas décadas de 1930 e 1940, especialmente por meio das atuações na escolarização, contribuíram para a ampliação das

intervenções do Estado praticadas no cotidiano de Blumenau. O poder público municipal, comandado por diferentes políticos definidos pelos arranjos com o governo estadual, foi direcionado para intervir nas escolas particulares e promover a conversão para escolas públicas municipais, privilegiando as iniciativas de transferência legal do patrimônio privado sob domínio das Associações Escolares, ativas na comunidade ou apenas formalmente constituídas. Os avanços na formatação das escolas municipais, atrelado as escolas subvencionadas ou escolas estaduais, em poucos anos descaracterizou a rede de escolas particulares iniciadas ainda no século XIX. Esse processo não aconteceu livre de tensões e desagrvos, incluindo as manifestações nem sempre explícitas, de sujeitos da elite política de outrora, lideranças comunitárias e professores, ambos insatisfeitos com os impactos das restrições as referências étnicas alemães, com destaque para a proibição da língua e a fiscalização cada vez mais atuante para conduzir a obrigatoriedade do ensino da língua nacional. Significa dizer que essa pesquisa historiográfica permitiu afirmar que a escola foi reconhecida por sua importante função nacionalizadora, não apenas devido a sua dimensão pedagógica de ensino, mas porque foi o meio considerado válido para viabilizar o projeto nacional que incluía determinar a presença máxima do Estado nas relações cotidianas, inclusive, de Blumenau, na tentativa de desmobilizar politicamente as alianças amparadas nos vínculos étnicos com as origens na colonização alemã.

Ao demonstrar as articulações políticas das diferentes instâncias de poder e seus atravessamentos na organização escolar, não sendo incomum em uma mesma escola ter identificado o contraste ou o diálogo entre os interesses municipais, estaduais e federais, evidenciei uma zona de fronteira, posicionando em interlocução a política e a escola. Trata-se de uma abordagem muitas vezes descredibilizada como capaz de produzir leituras políticas pertinentes para alinhar o tecido social, do qual é preciso lembrar que a escola faz parte, interessada em potencializar compreensões que alcançam a vida cotidiana. Essa chave explicativa precisou mobilizar um outro entendimento do campo de estudos da história política, fundamentada na análise da renovação proposta por René Rémond (2003, p. 24), em que “a medida que os poderes públicos eram levados a legislar, regulamentar, subvencionar” entre outros aspectos, era inviável desconsiderar “ainda que o político não se refere às verdadeiras realidades”, portanto, atrelado as relações dos sujeitos e suas demandas na sociedade.

Cada escola teve suas experiências com a intervenção estatal, o que precisa ser considerado pelos estudos historiográficos, porque essas especificidades orientam a recusar explicações generalistas, que conservam a noção dicotômica em que as escolas aparecem como unicamente oprimidas e o governo brasileiro promovedor da opressão. Essa concepção não é viável para tratar o jogo de forças que posicionou grupos com interesses políticos distintos em

Blumenau, ambos interessados em manter ou avançar com seus projetos, por vezes, considerando a escola como um instrumento de poder. A inexistência de análises que busquem reconhecer o que existe entre esses extremos, favorece a versão vitimista que insiste em circular na cena pública, responsável por legitimar a representação do município como herdeiro do “espírito” germânico do trabalho e da disciplina inabalável, mesmo perante as mais severas dificuldades e injustiças que historicamente foram enfrentadas.

Essa versão que ainda serve para referenciar Blumenau, adquiriu contornos mais evidentes a partir do término do Estado Novo em outubro de 1945, quando iniciou um reposicionamento dos grupos políticos locais, organizados pelas siglas partidárias e definidos também pelas experiências com a política de nacionalização. Caracterizou um momento com tensionamentos no espaço público, onde observei que se manifestava uma atmosfera de latência, concepção elaborada por Hans Ulrich Gumbrecht (2014), mobilizada na tese para configurar o ambiente relacional, forjado pelos efeitos da nacionalização, em que foi possível perceber a presença de um incômodo, que não deveria ser explicitado, mas também não poderia ser esquecido. Em busca de rastros por meio da investigação do cotidiano, procurando nas brechas, reconheci a latência nos discursos e nas práticas que foram consideradas desnacionalizadoras, porque retomavam elementos étnicos, com destaque para a língua alemã, ainda avaliada pelos agentes do Estado como desagregadora da identidade nacional. Tratava-se de lidar com as ruínas da nacionalização, dialogando com a concepção de Maria Zambrano (2016) que define ruínas como aquilo que está presente na ausência, não podendo ter a existência ignorada. Nesse sentido, Blumenau estava repleta de ruínas, inclusive, com escombros espalhados nas escolas, o que demandou outros arranjos, que não tinham interesses em silenciar diante dos restos da nacionalização, especialmente envolvendo as questões étnicas.

Para recolocar publicamente os vínculos com as referências culturais alemãs como articuladores políticos em Blumenau, as escolas públicas inauguradas no tempo de experiências democráticas como símbolos de modernização, foram entendidas como estratégicas pelas lideranças políticas e comunitárias. Todas as doze escolas escolheram nomes de imigrantes ou descendentes de alemães para serem homenageados, monumentalizando memórias do tempo da nacionalização, mas também do tempo da colonização, como forma de reafirmar o compromisso com a comunidade imaginada pelo caráter étnico. Essa sobreposição de tempos, configurou o que denominei de *escolas-escombros*, ou seja, apesar das reformas de infraestrutura, das inovações nas instalações dos edifícios, dos novos modelos educacionais, não deixaram de carregar os escombros dos passados, incluindo as experiências com a nacionalização, passaram a funcionar como um elemento de rearticulação, que deveria balizar

as relações étnicas. Desta forma, entendo que as escolas públicas foram acionadas como campos de disputas por serem instituições capazes de capilarizar os sinais dos novos/velhos tempos, possibilitando os anúncios do futuro passado no diálogo com os arranjos políticos organizados em tempo de experiências democráticas.

Fazer lembrar e esquecer, envolveu procedimentos forjados por negociações políticas, em que memórias ressentidas, na perspectiva de Pierre Ansart (2004), foram manifestadas no cenário público como instrumentos interessados em afirmar os sujeitos étnicos do passado, porém, mais do que isso. Serviram para caracterizar as relações geracionais que não puderam ser eliminadas, mesmo diante de ações repressivas, que produziram medo, raiva, desamparo, além de outros afetos, que impulsionaram reações silenciadas, capazes de emitir sentidos até na atualidade de Blumenau.

Definitivamente, encerro essa tese, salvaguardando que vivencio um presente em que as aspirações democráticas que pareciam ter conduzido o Brasil à estabilidade, após duas ditaduras, estão tensionadas e passíveis de desmoronamento, ocasionando novamente ruínas, com escombros que se depositam junto aos de outros tempos. Os sentidos daqueles passados emergem nas leituras políticas que enaltecem discursos como “o Sul é meu país” ou atrelados a formas revigoradas de higienismo social, amplamente valorizados em Blumenau. Por aqui, o prefeito “tiktokker”, sem nenhum constrangimento, participa de maneira midiaticizada da exclusão de pessoas em condição de vulnerabilidade, que ocupam as ruas do município e são consideradas um problema, discursando para os seus cidadãos ou melhor “seguidores”, que o município é lugar para quem tem como valor o trabalho, exaltado na perspectiva da herança étnica alemã, que continua a orientar o futuro passado de Blumenau.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANNUSECK, Ellen. **Nos Bastidores da Festa**: Outras histórias, memórias e sociabilidades em um bairro operário de Blumenau (1940-1950). 2005. 163 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/102753/252103.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- ANSART, Pierre. **A Gestão das Paixões Políticas**. Curitiba: Ed. UFPR, 2019.
- _____. História e Memória dos Ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márica (org). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p. 15-36.
- ANTELO, Raul. **Algaravia**: Discursos de Nação. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016.
- _____. **Ruinologia**. Desterro/Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2015.
- AZEVEDO, Fernanda Vicente de. **Discurso intelectual e políticas educacionais**: Orestes Guimarães e a questão pedagógica da nacionalização do ensino catarinense (1900-1920). 2012. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/103425/315054.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 dez. 2024.
- BERSTEIN, Serge. Culturas políticas e historiografia. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria F. B.; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. Cultura política, memória e historiografia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p. 29-45.
- BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil. **Paisagens urbanas em áreas centrais. Políticas municipais, preservação patrimonial e espaços públicos em Blumenau/SC**. 2017. 391 p. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186886>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- BINDER, João Capistrano. Imprensa e Publicidade. In: **CENTENÁRIO de Blumenau. 1850-1950**. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950. p. 335-336.
- BLOCH, Marc. **Os reis taumaturgos**: o caráter sobrenatural do poder régio, França e Inglaterra. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- BUCK-MORSS, Susan. **O presente do passado**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2018.

CAMPOS, Cynthia Machado. **A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2006.

CAREZIA, Roberto Marcelo. **Ícones da Vida Moderna: Tecnologia e Saúde nos Anúncios Publicitários Veiculados em Blumenau, (1935-1955)**. 2002. 147 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/82719>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CAVALETT, Laucí Aparecida. **O integralismo e o teuto-brasileiro: Joinville – 1930-1938**. 1998. 108 p. Dissertação (Mestrado em História). Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://mobile.repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77671?show=full>. Acesso em: 12 mai. 2020.

CYTRYNOWICZ, Roney; MAIO, Marcos Chor. Ação Integralista Brasileira: um movimento fascista no Brasil (1932-1938). In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p. 35-59. (Brasil Republicano; 2)

D'AMARAL. Max Tavares. **Contribuição à História da Colonização Alemã no Vale do Itajaí**. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1950.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 – Terceira República (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. p.127-153.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

_____. **Sobrevivências dos Vaga-lumes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

_____. **Sobre o fio**. Desterro [Florianópolis]: Cultura e Barbárie, 2019.

DOSSE, François. **Renascimento do acontecimento**. Um desafio para o historiador: entre Esfinge e Fênix. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ELIAS, Thiago Henrique. As várias faces do líder: a representação dos chefes do Executivo durante o Estado Novo em periódicos catarinenses. In: DUWE, Ricardo; GARCIA, Fabiano. **Santa Catarina em perspectiva: história e historiografia no século XXI**. Curitiba: CRV, 2019. p. 211-228.

EMMENDOERFER, Ernesto. O ensino particular em Blumenau. In: **CENTENÁRIO de Blumenau**. 1850-1950. Blumenau: Edição da Comissão de Festejos, 1950. p. 283.

FALCÃO, Luiz Felipe. **Entre ontem e amanhã: diferença cultural, tensões sociais e separatismo em Santa Catarina no século XX**. Itajaí: Ed. da Univali, 2000.

FÁVERI, Marlene de. **Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina**. Itajaí: Ed. Univali; Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2004.

FERRAZ, Paulo Malta. **Pequena História da Colonização de Blumenau**. Blumenau: Fundação Dr. Blumenau, 1976.

FERREIRA, Cristina. A personificação de uma Colônia e as origens de um mito: Hermann Blumenau entre viagens e projetos para o Sul do Brasil. In: FERREIRA, Cristina; FURTADO, André (orgs.). **Travessias oitocentistas: relatos de viagem, temporalidades e imigração no Brasil**. Blumenau: Edifurb, 2022. p. 21-59.

_____. **Cidadania e Etnicidade na sociedade teuto-brasileira**: José Deeke e os embates culturais interétnicos no Vale do Itajaí. 1998. 204 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77944>. Acesso em: 18 mai. 2020.

_____; KOEPSEL, Daniel. **Representações da cidade**: discussões sobre a História de Timbó. Blumenau: Edifurb; Timbó: Fundação Cultural, 2008.

FROTSCHER, Méri. **Identidades Móveis**: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950). Blumenau: Edifurb, 2007.

_____, Méri. **Etnicidade e Trabalho Alemão**: outros usos e outros produtos do labor humano. 1998. 207 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/77817>. Acesso em: 18 mai. 2020.

FERREIRA, Jorge. A transição democrática de 1945 e o movimento queremista. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge (orgs.). **O Brasil republicano**: tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019. (O Brasil Republicano; 3)

GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **O fio e os rastros**: o verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, André Procópio. **A Construção da memória**: identidade e narrativa na Blumenau pós Campanha de Nacionalização (1946-1980). 2021. 232 p. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 2021. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/faed/id_cpmenu/6403/Andr_Proc_pio_Gomes_Tese_163638_0233097_6403.pdf. Acesso em: 29 mai. 2021.

GOMES, Angela de Castro. Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas. In: BASTO, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra (orgs.). **A Era Vargas**: desenvolvimento, economia e sociedade, 2012. p. 69-91.

_____. Aventuras e desventuras de uma autora e editora portuguesa: Ana de Castro Osório e suas viagens ao Brasil In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patrícia dos

Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 92-120.

_____. **Brechó: estudos de história política e historiografia**. Curitiba: Appris, 2 ed., 2022.

_____. População e Sociedade. In: GOMES, Angela de Castro (org). **Olhando para dentro: 1930-1964**. Rio de Janeiro: Objetiva, v. 4, 2013. p. 41-89.

GONÇALVES, José. Frei Ernesto Emmendoerfer (OFM). *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 2, t. 21, p. 49, fev. 1980.

GÖTZINGER, Andressa Beatriz. **A representação do imigrante e de sua educação linguística na imprensa catarinense: um estudo historiográfico**. Dissertação (Mestrado em História). 2016. Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí, 2016.

GUENTHER, Anita; LIESENBERG, Gisela. **Cor Verde: crônica da Paróquia Evangélica de Confissão Luterana de Pomerode de sua fundação a 2022**. Pomerode: Fundação Cultural de Pomerode, 2003.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Depois de 1945: latência como origem do presente**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HACKENHAAR, Clayton. **O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de golpe de março de 1938**. 2019. 276 p. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/199531>. Acesso em: 10 out. 2024.

HUMPL, Max. **Crônica do vilarejo de Itoupava Seca: Altona desde a origem até a incorporação à área urbana de Blumenau**. KRAMER, Johannes; KRAMER, Méri Frotscher (orgs). Blumenau: Edifurb, 2015.

JÚNIOR, Durval Muniz de Albuquerque. Discursos e Pronunciamentos. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 223-249.

_____. **O tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da História**. São Paulo: Intermeios, 2019.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria (orgs.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil** (vol. II, século XIX). Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. p. 150-165.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2014.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-RJ, 2006.

KLUG João. A escola alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). **Mosaico de escolas: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 141-154.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

LEVI, Giovanni. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira Ines (orgs.). **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 23-40.

LUNA, José Marcelo Freitas de. **O português na Escola Alemã de Blumenau: da formação à extinção de uma prática**. Itajaí: Ed. Univali; Blumenau: Ed. Furb, 2000.

MACHADO, Ricardo. **Entre o público e o privado: gestão do espaço e dos indivíduos em Blumenau (1850-1920)**. Blumenau: Edifurb, 2008.

MAILER, Valéria Contrucci de Oliveira. **O alemão em Blumenau: Uma Questão de identidade e cidadania**. 2003. 93 p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/85489/192379.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 jun. 2020.

_____, Valéria Contrucci De Oliveira; RODRIGUES, Cintia Régia. Instruções aos professores e o ensino de português nas escolas étnicas no Vale do Itajaí no jornal Mitteilungen des Deutschen Schulvereins für Santa Catharina (Südbrasilien) (1906-1917). **Revista Brasileira de História da Educação**. Maringá, v. 22, n. 1. 8 dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/56940/751375153157>. Acesso em: 20 abr. 2024.

MAMIGONIAN, Armen. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3. jul.-set. 1965. p. 63-155. Disponível em: <https://geografiaeconomicaesocial.paginas.ufsc.br/files/2017/04/Estudo-Geogr%C3%A1fico-das-Ind%C3%BAstrias-de-Blumenau-Armen-Mamigonian.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. Cultura política e lugares de memória. In: AZEVEDO, Cecília; BICALHO, Maria F. B.; QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. **Cultura política, memória e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. p.445-463.

MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino em Santa Catarina 1930-1940**. 1979. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em História. Florianópolis, 1979. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/74893/176503.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 28 mai. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2017.

NEVES, Anne Caroline Peixer Abreu. **Memórias Ressentidas**: Escola Pública de Itoupava Norte substituída pelo Grupo Escolar Professor João Widemann (Blumenau, 1930-1950). 2019. 184 p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2019.

_____; SILVA, Cristiani Bereta da. Entre nacionalizar e desnacionalizar: o Centenário de Blumenau na leitura política dos jornais escolares (Santa Catarina, 1950). **History of Education in Latin America - HistELA**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e38104, 2024. DOI: 10.21680/2596-0113.2024v7n1ID38104. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/histela/article/view/38104>. Acesso em: 19 jun. 2025.

NÓBREGA, Paulo de. Grupos Escolares: Modernização do ensino e poder oligárquico. In: DALLABRIDA, Norberto (org.). **Mosaico de escolas**: modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003. p. 253-280.

NOGUEIRA, Rui Alencar. **Nacionalização do Vale do Itajaí**. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947.

NUNES, Maria Augusta Vilalba. Zweig: a ruína, o arquivo e o fantasma. In: ANDRADE, Ana Luiza; BARROS, Rodrigo Lopes; CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt. **Ruinologias**: ensaios sobre destroços do presente. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 113-131.

OTTO, Clarícia. Das nacionalidades ao nacionalismo: a disciplina História na política educacional (SC, 1930-1940). p. 93-110. In: SILVA, Cristiani Bereta da. (org.). **Educar para a Nação**: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014. p.

PEREIRA, Eliane Aparecida Teixeira. **Racionalidade pedagógica e construção da Nação**: os Clubes Agrícolas Escolares em Santa Catarina e a produção de um repertório sobre o rural (1934-1949). 2022. 346 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/234725>. Acesso em: 20 fev. 2025.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimento e ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márica (orgs). **Memória e (Res)sentimento**: indagações sobre uma questão sensível. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2004. p.223-238.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. **Os Clubes de Caça e Tiro em Blumenau**. 1979. 127 p. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1979. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/74936/237529.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jun. 2020.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. p.3-15. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>. Acesso em 21 ago 2020.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2ª. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

RIBEIRO, Cristiane Angélica. Escola Rural e a Cruzada Nacional de Educação: 1936-1946. **Cadernos de História da Educação**, [S. l.], v. 10, n. 2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/14623>. Acesso em: 6 mar. 2025.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. A associação em política. In: RÉMOND, René (org). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 99-139.

RISCHBIETER, Iara Lúcia Klug. **O papel da cultura local no desenvolvimento do turismo em Blumenau – SC**. 2007. 129 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2007. Disponível em: https://bu.furb.br/docs/TE/2007/319298_1_1.pdf. Acesso em: 15 jun. 2020.

ROMIG, K. L. K.; WEIDUSCHADT, P. Escolas particulares luteranas da Serra dos Tapes – RS (1938 – 1971): aspectos de uma cultura material. **Revista História da Educação**, [S. l.], v. 27, 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/116551>. Acesso em: 21 dez. 2024.

ROSSATO, Luciana. Formar a alma da criança brasileira: as escolas nas áreas de colonização em Santa Catarina (décadas de 1930 e 1940). In: DA SILVA, Cristiani Bereta (org.). **Educar para a Nação: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940**. Curitiba: CRV, 2014. p.19-42.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SALIBA, Elias Thomé. Aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 309-328.

SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 219-242, set. 1989/fev. 1990.

SCHMITT, Darlan Jevaer. Revista Blumenau em Cadernos e José Ferreira da Silva: artes para escrever uma história regional. In: MACHADO, Ricardo; VOIGT, André. **Desterritorializações do Vale**. Blumenau: Liquidificador Produtos, 2012. p. 31-76.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márica (org). **Memória e (Res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004. p.37-58.

SEYFERTH, Giralda. A conflituosa história da formação da etnicidade teuto-brasileira. In: FIORI, Neide (org). **Etnia e educação: a escola “alemã” do Brasil e estudos congêneres**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p. 21-59.

_____. Socialização e Etnicidade: a questão escolar teuto-brasileira (1850-1937). *Manas*, n. 23 (3). 2017. p. 579-607. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/HSQkxp5zfyDj74n9GGkZGhh/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

SIEBERT, Cláudia. A Evolução Urbana de Blumenau: a Cidade se Forma (1850-1938). In: MATTEDI, Marcos Antônio; THEIS, Ivo Marcos; TOMIO, Fabricio R. de Limas (orgs.). **Nosso Passado (in)comum**: contribuições para o debate sobre a história e historiografia de Blumenau. Blumenau: Ed. Da FURB; Ed. Cultura em Movimento, 2000. p. 181-214.

SILVA, Carla Fernanda. **Grafias da Luz**: A Narrativa Visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos. Dissertação (Mestrado em História). 2008. 124 p. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91909>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SILVA, Cristiane Bereta da. História Nacional e a construção do “espírito brasileiro” (Santa Catarina – décadas de 1930 e 1940). In: _____ (org.). **Educar para a Nação**: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940. Curitiba: CRV, 2014. p. 19-42.

SILVA, José Ferreira da. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1972.

SIMÃO, Vilma Margarete. Da hegemonia Passiva à Hegemonia Ativa. In: MATTEDI, Marcos Antônio; THEIS, Ivo Marcos; TOMIO, Fabricio R. de Limas (orgs.). **Nosso Passado (in)comum**: contribuições para o debate sobre a história e historiografia de Blumenau. Blumenau: Ed. Da FURB; Ed. Cultura em Movimento, 2000. p. 15-66.

SIMMEL, Georg. A Ruína. In: ANDRADE, Ana Luiza; BARROS, Rodrigo Lopes; CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt. **Ruinologias**: ensaios sobre destroços do presente. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 93-112.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1964)**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1990.

STEYER, Rafaela Vorpapel. **As areias movediças da nacionalidade**: disputas entre germanistas e nativistas no cinquentenário de Blumenau (1850-1900). 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2023.

STUDART, Júlia. Leonilson: lugar do corpo, do nome. In: ANDRADE, Ana Luiza; BARROS, Rodrigo Lopes; CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt (org.). **Ruinologias**: ensaios sobre destroços do presente. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 103-112.

TORRE, Angelo. Comunidade e localidade. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira Ines (orgs.). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023. p. 147-186.

VENDRAME, Máira. A produção social dos lugares. In: KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Máira Ines (orgs.). **Territórios da História**: o micro, o local e o global. São Paulo: Alameda, 2023. p. 187-222.

VOIGT, André Fabiano. A imigração alemã trouxe desenvolvimento econômico imediato ao Sul do Brasil? Análise sobre a colônia Blumenau (1850-1870). **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, n. 11/12, t. 44, p. 32-41, nov./dez. 2003.

VOIGT, André Fabiano. **A invenção do teuto-brasileiro**. 204 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Doutorado em História. Florianópolis, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91324/246616.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 08 ago 2020.

WANDALL, Waldir J. Ensino público e particular em Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, n. 3, t. 34, p. 76, mar. 1993.

WANDALL, Waldir J. Ensino público e particular em Blumenau. **Blumenau em Cadernos**, Blumenau, n. 9, t. 34, p. 285-288, set. 1993.

WILLEMS, Emilio. **A Aculturação dos alemães no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia Nacional. 1980.

ZAMBRANO, Maíra. Uma metáfora da esperança: as ruínas. In: ANDRADE, Ana Luiza; BARROS, Rodrigo Lopes; CAPELA, Carlos Eduardo Schmidt (org.). **Ruinologias: ensaios sobre destroços do presente**. Florianópolis: EdUFSC, 2016. p. 211-219.

ZIMMER, Roseli. “**Pomerode, a cidade mais alemã do Brasil**”: as manifestações de germanidade em uma festa teuto-brasileira. 1997. 134 p. Dissertação (Mestrado em História) - Curso de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77109>. Acesso em: 10 fev. 2023.

Fontes documentais

1. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS)

1.1 Executivo

CURT, Hering. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o ano de 1923 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Curt Hering*. Escolas: movimento durante o ano de 1923. Blumenau, 1924.

DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1951 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke*. Educação Pública. Blumenau. 1952.

DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1952 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke*. Educação Pública. Blumenau, 1953.

DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke*. Educação Pública. Educação Pública. Blumenau. 1954.

DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1954 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke*. Educação Públicas. Blumenau, 1955.

DEEKE, Hercílio. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1964 apresentado a Câmara Municipal pelo prefeito Hercílio Deeke*. Educação Pública. Blumenau, 1965.

HERING, Curt. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o ano de 1925 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Curt Hering*. Ensino Primário. Blumenau, 1926.

HERING, Curt. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o ano de 1928 apresentado ao Conselho Municipal pelo prefeito Curt Hering*. Dados Estatísticos: sobre o desenvolvimento das escolas do Município de Blumenau nos anos 1905 até 1928. Blumenau, 1929.

JÚNIOR, Frederico Guilherme Busch. *Relatório da gestão dos negócios administrativos do Município de Blumenau, durante o ano de 1949 apresentado à Câmara Municipal pelo Prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior*. Educação Pública. Blumenau, 1950.

JÚNIOR, Frederico Guilherme Busch. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1950 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior*. Educação Pública. Associações Escolares. Blumenau. 1951.

JÚNIOR, Frederico Guilherme Busch. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1960 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Frederico Guilherme Busch Júnior*. Educação Pública. Blumenau, 1961.

NEUFERT, Gerhard Carlos Francisco. *Relatório dos negócios administrativos do município de Blumenau referente ao ano de 1955 apresentado a Câmara Municipal pelo Prefeito Gerhard Carlos Francisco Neufert*. Educação Pública. Blumenau, 1956.

RABE, Afonso. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau relativo ao exercício de 1943 apresentado ao Interventor Federal Dr. Nereu Ramos, pelo prefeito Afonso Rabe*. Instrução Pública. Blumenau, 1944.

SCHRADER, Alwin. *Relatório apresentado ao Conselho municipal de Blumenau pelo superintendente municipal em 17 de Janeiro de 1905*. [Refere-se ao ano de 1904]. Blumenau, 1905.

SCHRADER, Alwin. *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1908 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Alwin Schrader*. Blumenau, 1909.

SILVA, José Ferreira da. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau, referente ao ano de 1938 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal do Estado, pelo prefeito municipal José Ferreira da Silva*. Instrução Pública. Blumenau, 1939.

SILVA, José Ferreira da. *Relatório dos negócios administrativos do Município de Blumenau referente ao ano de 1939 apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Nereu Ramos, interventor federal no Estado pelo prefeito municipal José Ferreira da Silva*. Instrução Primária-Nacionalização. Blumenau. 1940.

STEIN, Alberto. *Relatório da gestão dos negócios administrativos do Município de Blumenau, durante o ano de 1936, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Alberto Stein*. Instrução Pública. Blumenau, 1937.

ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o exercício de 1915, apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Relação das escolas particulares existente no município de Blumenau, com o número de alunos matriculados em 1915. Blumenau, 1916.

ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o exercício de 1916 apresentada ao Conselho Municipal de Blumenau pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Instrução Pública. Blumenau, 1917.

ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1917 apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Instrução Pública. Blumenau, 1918.

ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do município de Blumenau durante o exercício de 1919, apresentado ao conselho municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Instrução Pública. Blumenau, 1920.

ZIMMERMANN, Paulo. *Relatório da gestão dos negócios do Município de Blumenau durante o exercício de 1921, apresentado ao Conselho Municipal pelo superintendente Paulo Zimmermann*. Ensino Primário. Blumenau, 1922.

1.2 Fundos de Pesquisa

ALERTA - Udenistas! Alerta - simpatizantes da U.D.N.! Cuidado com as Mentiras e Intrigas! [Dispõe sobre críticas dos políticos da UDN contra os candidatos do PSD]. Blumenau. Fundo Memória da Cidade. Política, Partidos e Movimentos Políticos. Eleições Diversas (11.9.2). doc. 8.

BLUMENAU. Correspondência para o Estado. [Dispõe sobre resposta do prefeito Hercílio Deeke para o governador Irineu Bornhausen referente a denúncia envolvendo uma Campanha de Desnacionalização em Blumenau]. Blumenau, 19 jun. 1953. Fundo Política, Nacionalismo, Correspondência (11.1.1.2.3). doc. 9.

BLUMENAU. Moções-Discursos. Discurso proferido pelo snr. Vereador Herbert Georg em reunião. Fundo: Câmara Municipal. Blumenau, 30 mai. 1950.

BLUMENAU. Requerimento n. 55. [Dispõe sobre questionamento do vereador Pedro Zimmermann para a presidência da Câmara Municipal referente a Estrada de Ferro]. Blumenau, 18 nov. 1952. p. 1-2. Fundo: Câmara Municipal. Livro Requerimentos.

CANDIDATOS da Ação Integralista Brasileira. Município de Blumenau. *Blumenauer Zeitung*, ano 55, n. 17, 11 fev. 1936. Fundo Integralismo - Política, Integralismo, Publicações (11.6.2). Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung*, 1934-1937. Blumenau.

CAMPANHA Eleitoral. [Dispõe sobre críticas da Coligação Por Santa Catarina contra os liberais]. Blumenau. s.d. p. 1. Fundo Memória da Cidade. Política, Partido Liberal (11.1.5.2). doc. 1. Tradução Edith Sophia Eimer.

CATARINENSE! Não te esqueças nunca de. [Dispõe sobre folheto com críticas as ações de nacionalização do governo de Nereu Ramos contra Blumenau]. Blumenau. s.d. Fundo Memória da Cidade. Política, Partidos e Movimentos Políticos. Eleições Diversas (11.9.2). doc. 4.

DIREÇÃO. Contrato de 29 de abril de 1877. [Atesta o oferecimento de terreno particular para fins escolares em troca de outro lote]. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 9. Tradução Edith Eimer.

DIRETORIA da Colônia Blumenau. Nota de 4 de julho de 1879. [Esclarece a responsabilidade quanto a lotes destinados à construção de cemitérios e escolas]. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 11. Tradução Edith Eimer.

DIRETORIA da sociedade escolar. Contrato de 20 de junho de 1873. [Certifica as condições da venda de um terreno pertencente a Wilhelm Duwe, destinado a uma escola, assim como o recebimento dos pagamentos]. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 5. Tradução Edith Eimer.

FAULHABER, Hermann. A disciplina na escola. *Der Urwaldsbote kalender*. Blumenau, 1900, p. 81. Pasta Escolas Coloniais - Imprensa (6.11). doc. 4. Tradução Edith Eimer.

LOKALES. Anhanguera. *Blumenauer Zeitung*, ano 56, n. 60, 6 ago. 1937. [Dispõe sobre críticas contra os integralistas de Blumenau que sabiam falar a língua portuguesa]. Fundo Integralismo - Política, Integralismo, Publicações (11.6.2). Artigos extraídos do *Blumenauer Zeitung*, 1934-1937. Blumenau.

MÃOS Blumenauenses. [Dispõe crítica contra o apoio em Blumenau de um candidato de Itajaí]. Blumenau. s.d. Fundo: Memória da Cidade. Política. Partidos e Movimentos Políticos. Eleições diversas (11.9.2). doc. 3.

MORADORES da Colônia Blumenau. Estatutos das escolas particulares na Colônia Blumenau. s.d. [Divulga a organização de escolas particulares de instrução primária para os filhos de moradores de distritos distantes], p. 1. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 4.

MÜLLER, João Durval. Requerimento n. 10. Fundo Câmara Municipal. Requerimentos. Blumenau, 27 jun. 1950.

NOSSAS escolas na câmara. *Mitteilungen*, Blumenau, ano 1, n. 3, p. 1, mar. 1906. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 14. Tradução Edith Eimer.

PARA introdução. *Mitteilungen*, Blumenau, ano 1, n. 1, s/p. jan. 1906. Pasta Escolas Coloniais (6.8) doc. 14. Tradução Edith Eimer.

PROJETO Político Pedagógico. Escola Básica Municipal Alberto Stein. Histórico da Unidade de Ensino, ago. 2004. p. 10. Fundo: Memória da Cidade. Escolas Municipais.

VALLATON. Aviso. *Blumenauer Zeitung*, Blumenau, ano 7, n. 30, s. p., 23 jul. 1887. Pasta Escolas Coloniais (6.8). Tradução Edith Eimer.

XAVIER. Maurício. *A Nação*. [Dispõe sobre carta dirigida ao prefeito Hercílio Deeke contendo explicações referentes a inclusão diária de uma coluna em língua alemã no jornal]. Blumenau, 12 jun. 1953. Fundo Política, Nacionalismo, Correspondência (11.11.23). doc. 4.

1.3 Periódicos (Hemeroteca Digital Catarinense)

ACONTECIMENTO que traçará novos rumos para o progresso da comuna. *A Nação*, Blumenau, ano X, n. 228, 15 nov. 1953. p. 6.

“A GAZETA” nos municípios – Blumenau. A posse do novo prefeito. *A Gazeta*, ano IV, n. 1068, 28 jan. 1938. Blumenau. p. 2.

A PEDIDO. As façanhas de um professor municipal em Rio do Testo. Negada assistência religiosa as crianças cujos pais compareceram ao comício do sr. Irineu Bornhausen. *Correio do Povo*, ano XXVIII, n. 1.408. Jaraguá do Sul. 12 jan. 1947. p. 1.

A REUNIÃO convocada no Boa Vista. Nacionalização. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 19, 1 dez. 1937. Blumenau. p. 1.

APROVADA a lei que torna inalienável o patrimônio da Escola Normal Pedro II. *A Nação*, ano X, n. 229, 17 nov. 1953. p. 1.

AS AUTORIDADES aguardam cooperação. Importantes esclarecimentos prestados pelo Snr. Tte. Cel. Irapuan Eliseu Leal na entrevista concedida à esta folha. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 163, 18 jul. 1946. Blumenau, p. 1.

BALSINI, Achilles. Mais vale um miligrama de calma... *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 19, 1 dez. 1937. Blumenau. p. 1.

BASTA! *A Gazeta*, ano I, n. 115, 5 jan. 1935. Blumenau. p. 1.

BLUMENAU Alerta! *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 19, 25 nov. 1933. Blumenau. p. 1.

BLUMENAU em 1863. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 3, t. 10, p. 45, mar. 1969.

BLUMENAU viveu horas de intenso ardor cívico. *A Nação*, ano II, n. 415, 10 maio 1945. Blumenau. p. 1.

CARTA Aberta ao Sr. Tenente Coronel Irapuan Eliseu Xavier Leal. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 194, 10 jul. 1946. Blumenau. p. 1.

CEL. Pedro Christiano Feddersen. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 186, 27 jun. 1946. Blumenau. p.1.

CONSELHO Consultivo Municipal. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 35, 20 jan. 1934. Blumenau. p. 2.

DATA histórica do ensino no município de Blumenau. *A Nação*, Blumenau, ano X, n. 723, p. 1, 2 set. 1954.

DE BRAÇOS abertos! A recepção de Blumenau ao 32º B.C. *Cidade de Blumenau*, ano XV, n. 84, 15 abr. 1939. Blumenau, p. 1.

DECRETO. *O Nacional*. Blumenau, ano II, n. 66, p. 2, 18 abr. 1919.

DESORDEM e agitação sem ambiente. *Cidade de Blumenau*, ano XXI, n. 164, 20 mai. 1945. Blumenau. p. 1.

“DEVEM os municípios saber escolher homens de bem para os legislativos”. Importante discurso do governador Bornhausen no banquete oficial. *A Nação*, ano X, n. 228. 15 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

DIRETORIA (Comunidade Escolar de Garcia). Convite. *Cidade de Blumenau*, Blumenau, ano 19, n. 97, p. 2, 25 ago. 1943.

DR. Adolfo Konder. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 107, 17 fev. 1946. Blumenau. p. 1.

ESTABELECIMENTOS de Ensino - Estado de Santa Catarina. *Boletim da Instrução Pública*, n. 2. 1934. s/p.

ESTAMOS com a lei... *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 838, 12 fev. 1947. p. 4.

EXPEDIENTE da Prefeitura Municipal de Blumenau. Decreto n. 40. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 33, 13 jan. 1934. Blumenau. p. 4.

EXPEDIENTE da Prefeitura Municipal de Blumenau. Resolução n. 118. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 35, 20 jan. 1934. Blumenau. p. 3.

EXPEDIENTE da Prefeitura Municipal de Blumenau. Resolução n. 143. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 51, 07 abr. 1934. Blumenau. p. 4.

EXPEDIENTE da Prefeitura de Blumenau. Resolução n. 178. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 82, 25 jul. 1934. Blumenau. p. 2.

EXPRESSIVAS solenidades evocaram ontem o histórico acontecimento. *A Nação*, Blumenau, ano X, n. 724, 3 set. 1954.

FALTAM apenas 35 dias! *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 31, 28 out. 1945. Blumenau. p. 1.

FIGURAS do Passado: Carlos Techentin. *Blumenau em Cadernos*, t. 6, n. 7, jul. 1963. Blumenau. p. 141-142.

GRAÇAS a Deus pela paz e glórias à vitória das Nações unidas. A missa campal mandada rezar pela Empresa Industrial Garcia. *A Nação*, ano II, n. 418, 15 mai. 1945. Blumenau. p. 1.

GRANDES melhoramentos públicos inaugurados ontem em Blumenau. Presidiu os atos inaugurais o governador Bornhausen. *A Nação*, ano XI, n. 216, 25 set. 1955. Blumenau. p. 2.

GUIMARÃES, Orestes. *Brazil*. Blumenau, ano I, n. 3, p. 3, 22 jun. 1919.

INAUGURAÇÃO do Grupo Escolar Adolfo Konder. Festa no Grupo Escolar Municipal “Machado de Assis”. *A Nação*, ano X, n. 228, 15 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

INTEGRALISTAS de Blumenau. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 7, 11 out. 1934. Blumenau. p. 1.

KILIAN, Frederico. Alguns extratos das resenhas da Câmara Municipal nos anos de 1882 e 1884. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 3, t. XVIII, p. 100, mar. 1977.

_____. Escolas no século passado. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 3, t. 30, p. 66, mar. 1989.

_____. Estrada de Ferro Santa Catarina. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, tomo I, n. 2, p. 29-32, dez. 1957.

LEAL, Irapuan Eliseu Xavier; XAVIER, Arnaldo M. Aviso. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 38, 8 nov. 1945. Blumenau. p. 4.

MARIO, Felinto. O Grande mal. *O Nacional*. Blumenau, ano I, n. 32, p. 1, 15 set. 1918.

NADA de ondas. *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 837, 11 fev. 1947. p. 1.

NADA mais existe que possa por em dúvida a ação realizadora de V. Excia. Discurso do prefeito Deeke na inauguração do retrato do Sr. I. Bornhausen. *A Nação*, ano X, n. 227. p. 1, 14 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

NOTAS e Fatos: Orestes Guimarães. *O Nacional*, ano I, n. 42. p. 2, 27 out. 1918.

NOTA. *O Nacional*, ano I, n. 39, 6 out. 1918. Blumenau. p. 01.

NOVO lar e uma fonte de civilidade das gerações porvindouras de Blumenau. Discurso da prof. Elza Techentin Pacheco. *A Nação*, ano XI, n. 272, 4 dez. 1955. Blumenau. p. 6.

NOVOS melhoramentos inaugurados por Irineu Bornhausen em Blumenau. *Cidade de Blumenau*, ano XXXII, n. 22, 4 dez. 1955. Blumenau. p. 1.

OBRAS que marcarão na história do seu governo realizações de um homem de ação. Discurso proferido pelo vereador Federico C. Allende. *A Nação*, ano X, n. 227. p. 6. 14 nov. 1953. Blumenau. p. 4.

O DESMEMBRAMENTO do município de Blumenau. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 10, 27 out. 1934. Blumenau. p. 7.

O INTEGRALISMO em Blumenau: Histórico e Estatísticas. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, n. 11/12, t. 40, p. 34 nov./dez. 1999.

O JORNAL “Der Urwaldsbote” e o artigo do sr. Othon D’Eça. *A Cidade*, ano XI, n. 30, 12 jan. 1935. Blumenau. p. 1.

ORESTES Guimarães. *O Nacional*, Blumenau, ano I, n. 38, p. 2, 28 set. 1918.

OS FESTEJOS da vitória na Empresa Industrial Garcia. Vibrantes comemorações em regozijo ao sensacional acontecimento – participaram da festa altas autoridades locais – Integra de vários discursos pronunciados na ocasião. *Cidade de Blumenau*, ano XXI, n. 161, 13 mai. 1945. Blumenau. p. 4.

O SR. NÓBREGA, prefeito de Blumenau? *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 89, 18 ago. 1934. Blumenau. p.01.

O VOTO é livre e secreto. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 21, 30 nov. 1933. Blumenau. p. 01.

PÁGINA Alemã. *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 835, 6 fev. 1947. p. 8.

_____. *A Nação*. Blumenau, ano IV, n. 836, 8 fev. 1947. p. 1.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Decreto n. 46. *Cidade de Blumenau*, ano X, n. 57, 28 abr. 1934. Blumenau. p. 2.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Decreto Lei n. 19. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 71, 22 jun. 1938. Blumenau. p. 4.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 3. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 32, 19 jan. 1938. Blumenau. p. 2.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 222. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 62, 08 mai. 1935. p. 2.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 32. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 63, 21 mai. 1938. Blumenau. p. 4.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 42. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 71, 22 jun. 1938. Blumenau. p. 4.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Resolução n. 243. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 91, 17 ago. 1935. Blumenau. p. 4.

PREFEITURA de Blumenau. Requerimentos e despachos. Decreto-lei n. 36. Cria a escola de Tatutiba III, neste distrito. *A Cidade de Blumenau*, ano XV, n. 62, 21 jan. 1939. p. 3.

PREFEITURA municipal. Portaria n. 75. *Cidade de Blumenau*, ano XII, n. 5, 09 out. 1935. Blumenau. p. 2.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Decreto nº 487. *A Nação*, ano XX, n. 512, 10 mar. 1964. Blumenau. p. 2.

PREFEITURA Municipal de Blumenau. Portaria de 2 jul. 1946. *A Nação*, ano IV, n. 718. 25 jul. 1946. p. 2.

PREOCUPADO o Governo do Estado na Educação das Crianças Blumenauenses. Inaugurado o Grupo Escolar da Velha Central – Lançamento de pedras fundamentais de mais dois estabelecimentos de ensino. *A Nação*, ano XVII, n. 90, 20 set. 1960. Blumenau. p. 8.

POR bem ou por mal. *O Nacional*, ano I, n. 15, 7 abr. 1918. Blumenau. p. 2.

PORTARIA distribuída pelo Ministério da Justiça. *Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 48, 19 mar. 1938. Blumenau. p. 2.

PORTARIA n. 44. *Cidade de Blumenau*, ano XI, n. 52, 03 abr. 1935. Blumenau. p. 2.

TEVE lugar ontem a solenidade da posse do sr. José Ferreira da Silva no cargo de prefeito de Blumenau. Novo Prefeito. *A Cidade de Blumenau*, ano XIV, n. 30, 12 jan. 1938. Blumenau. p. 1.

UM apelo. *O Nacional*, ano I, n. 31, 11 ago. 1918. Blumenau. p. 1.

VALIOSA contribuição. *Blumenau em Cadernos*, Blumenau, n. 1, t. 7, p. 6, jan. 1965.

VÁRIAS pessoas e firmas blumenauenses excluídas da Lista Negra. *Cidade de Blumenau*, ano XXII, n. 36, 4 nov. 1945. Blumenau. p. 4.

VILA Itoupava viverá hoje um dia de festas. *A Nação*, ano X, n. 714, 21 ago. 1954. Blumenau. p. 6.

VIVE Blumenau momentos de festa. Nova fase. *Cidade de Blumenau* (nova fase), n. 177, 18 set. 1960. Blumenau. p. 2.

VOLTOU o prefeito H. Deeke a visitar o interior do município. Inspeccionadas “in loco” várias obras em andamento. *A Nação*, ano XX, n. 510, 7 mar. 1964. Blumenau. p. 8.

WIESE, Harry. Pastor Dr. Paul Aldinger. *Blumenau em Cadernos*, t. XLV, n. 7-8, jul.-ago, 2004. p. 38-61.

2. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC)

2.1 Executivo

BORNHAUSEN, Irineu. *Relação das obras realizadas pelo governo Irineu Bornhausen no quadriênio 1951/54 discriminadas por Município*. Fotografias das obras. Grupo Escolar Adolpho Konder em Blumenau, 1953.

LUZ, Hercílio Pedro da. *Mensagem apresentada pelo engenheiro civil Hercílio Pedro da Luz, vice-governador em exercício, ao Congresso Representativo por ocasião da abertura da 1ª sessão da 10ª legislatura em 22 de julho de 1919*. Instrução Pública. Florianópolis, 1919.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos*. Instrução Pública. Florianópolis, 1911.

RAMOS, Vidal José de Oliveira. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1913 pelo governador Vidal José de Oliveira Ramos*. Instrução Pública. Florianópolis, 1913.

RAMOS, Nereu. *Relatório apresentado ao exmo. sr. Presidente da República pelo dr. Nereu Ramos, interventor federal do Estado de Santa Catarina no exercício de 1943*. Florianópolis. out. 1944.

SCHMIDT, Felipe. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo na 2ª sessão da 9ª Legislatura pelo governador do Estado Dr. Felipe Schmidt, em 14 de agosto de 1917*. Instrução Pública. Florianópolis, 1917.

SCHMIDT, Felipe. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo na 3ª sessão da 9ª Legislatura pelo governador do Estado Dr. Felipe Schmidt, em 8 de setembro de 1918*. Instrução Pública. Florianópolis, 1918.

2.2 Registro funcional

SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Carlos Techentin. Livro 8.

SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Curt Brandes. Livro 5.

SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Elza Techentin. Livro 18.

SANTA CATARINA. Assentamento funcional. João Durval Müller. Livro 9.

SANTA CATARINA. Assentamento Funcional. Rodolfo Hollenweger. Livro 10.

2.3 Relatórios Escolares

ALMEIDA, Alírio Luiz de. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1948*. Departamento de Educação. Blumenau. 10 jun. 1948.

ALMEIDA, Alírio Luiz de. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro 1948*. Termo de Visita 2 out. 1948. Departamento de Educação. Blumenau. nov. 1948.

ALMEIDA, Alírio Luiz de. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1948*. Termo de Visita, 9 jun. 1948. Departamento de Educação. Blumenau. jul. 1948.

AREÃO, João dos Santos. *Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública*. Florianópolis, mar. de 1934.

AREÃO, João dos Santos. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1934*. 5 mai. 1934. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau, 2 jun. 1934.

AREÃO, João dos Santos. *Relatório da Inspeção Federal das Escolas Subvencionadas ao Ministério da Educação e Saúde Pública*. Florianópolis, out. de 1934.

LARGURA, Aristides. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição dos meses de fevereiro e março de 1935*. Departamento de Educação. Blumenau. 1935.

LARGURA, Aristides. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1935*. Termo de Visita, 13 jun. 1935. Departamento de Educação. Blumenau, 11 jul. 1935.

LARGURA, Aristides. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1935*. Departamento de Educação. Blumenau, 22 jun. 1935.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de abril de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau. 2 mai. 1934.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau. 2 jun. 1934.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de junho de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau. 2 jul. 1934.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de julho de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau. 2 ago. 1934.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de agosto de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau, 12 set. 1934.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau, 5 nov. 1934.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau, 6 dez. 1934.

MOSIMANN, Adriano. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de dezembro de 1934*. Diretoria de Instrução Pública. Blumenau. dez. 1934.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de agosto de 1935*. Departamento de Educação. Blumenau. 13 set. 1935.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1935*. Termo de Visita 16 nov. 1935. Departamento de Educação. Blumenau. 8 dez. 1935.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de dezembro de 1935*. Departamento de Educação. Blumenau. dez. 1935.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de julho de 1936*. Departamento de Educação. Blumenau. 15 ago. 1936.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau. nov. 1941.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1936*. Departamento de Educação. Blumenau, 5 dez. 1936.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de maio de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, jun. 1941.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de julho de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, 2 ago. 1941.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de setembro de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, out. 1941.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de outubro de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, nov. 1941.

RILA, Celso. *Relatório da Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição do mês de novembro de 1941*. Departamento de Educação. Blumenau, dez. 1941.

TRINDADE, Luiz Sanches Bezerra da Trindade. Departamento de Educação. *Relatório da Inspeção Geral do Ensino referente ao ano de 1948*. Escolas Particulares e Nacionalização do Ensino. Florianópolis. 26 fev. 1949. p. 38.

2.4 Periódicos Escolares

KONELL, Bruno. 3º ano. Aniversário do sr. professor. *A Roça*. Blumenau. set. 1942. p. 3.
WENDORF, Wiegandt. 3º ano. Pró-Língua Nacional, fundada em 5-8-1941. *A Roça*. Blumenau. jul. 1947. p. 1. fl. 319.

2.5 Documentos Diversos (ofícios, correspondências, reuniões, listas, atas, anais e outros.)

BLUMENAU. Ofício n. 24. [Dispõe sobre a resposta do prefeito Hercílio Deeke para o governador Irineu Bornhausen referente o patrimônio doado pela extinta Sociedade Escolar Pedro II]. *Ofícios recebidos: Governo - Prefeituras e Câmaras Municipais, 1952-1953*. Blumenau. 7 jan. 1952. fl. 01-02.

BLUMENAU. Ofício n. 163. [Dispõe sobre a carta enviada para o Chefe de Política do Estado pelo prefeito provisório Jacob Schmitt]. *Ofícios Governo - Prefeitura Municipal, 1931-1935*. Blumenau. 23 dez. 1933.

BRASIL. Ofício n. 272. Secretária Geral da União. [Dispõe sobre denúncia referente a campanha de desnacionalização em Blumenau]. Ao Ministério da Educação. Rio de Janeiro. 4 mai. 1953.

MÜLLER, Edgar. Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Comunidade Escolar Itoupava Norte. 19 jul. 1955. Ofícios recebidos pelo governo do Estado de Santa Catarina das Prefeituras. fl. 181v., jan.-dez., 1955.

OLIVEIRA, Carlos Gomes. Tese n. 51. Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina em 1927. **Anais**. Florianópolis, 1927. p. 279.

RELAÇÃO dos alunos que não falam o idioma nacional. Escola Mista Estadual de Velha Central. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. Departamento de Educação. Blumenau, 20 fev. 1946.

ROSA, Flávio. P.R.C.4 Rádio Clube de Blumenau. [Dispõe sobre carta dirigida ao prefeito Hercílio Deeke contendo explicação referente a programação em língua alemã]. Blumenau. 16 jun. 1953. fl. 1. Fundo Política, Nacionalismo, Correspondência (11.11.23). doc. 8.

SANTA CATARINA. Cópia da Ata da continuação da Assembleia Geral Extraordinária. [Dispõe sobre a cessão do patrimônio e a dissolução da sociedade escolar]. *Ofícios Governo – Prefeituras Municipais jul.-ago. 1942*, v. 3. Blumenau. 3 jul. 1942. fl. 31-33.

SANTA CATARINA. Diário Oficial. Departamento de Educação. Ano 8, n. 2.112, 03 out. 1941.

SANTA CATARINA. Diário Oficial. Decreto n. 251. Departamento de Educação. Ano 15, n. 3.726, 18 jun. 1948.

SANTA CATARINA. Ao Departamento de Educação e Saúde. [Dispõe sobre abaixo-assinado dos moradores da localidade de Rio do Teste]. *Correspondências Expedidas 1946*. Florianópolis. 6 jan. 1946. fl. 243.

SANTA CATARINA. Ofício n. 3. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 25 fev. 1946. fl. 252.

SANTA CATARINA. Ofício n. 29. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 26 abr. 1946. fl. 269.

SANTA CATARINA. Ofício n. 37. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 3 jul. 1946. fl. 289.

SANTA CATARINA. Ofício n. 10.333. Departamento de Educação. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. [Dispõe sobre informações referente ao pedido de remoção de Curt Brandes]. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 20 set. 1946. fl. 308.

SANTA CATARINA. Ofício n. 13. [Dispõe sobre pedido de informações referente a exoneração de João Ehlert]. *Correspondências Expedidas 1946*. Blumenau. 3 abr. 1946. fl. 276-277.

SANTA CATARINA. Ofício n. 2.345/174. [Dispõe sobre a reduzida oferta de moradia para as professoras nas comunidades escolares]. *Ofícios Expedidos 1943*. Florianópolis. 10 mar. 1943. fl. 243.

SANTA CATARINA. Ofício n. 35. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspetoria Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 30 abr. 1947.

SANTA CATARINA. Ofício n. 36. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 30 abr. 1947.

SANTA CATARINA. Ofício n. 90. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 12 set. 1947.

SANTA CATARINA. Ofício n. 92. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 29 set. 1947.

SANTA CATARINA. Ofício n. 2. Departamento de Educação. *Correspondências recebidas 1947*. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição. Blumenau, 17 jan. 1948.

SANTA CATARINA. Ofício n. 549. Secretaria de Segurança Pública. Delegacia da Ordem Política e Social. Florianópolis, 16 abr. 1942.

SANTA CATARINA. Quadro de Exames Finais de 1949. Departamento da Educação. Inspeção Escolar da 2ª Circunscrição *Correspondências Expedidas 1949*. Blumenau. 20 out. 1949. fl. 300-301.

SANTA CATARINA. Lei Complementar n. 860, 22 mai. 2024.

STEINHAEUER, Fernando. Tese n. 19. Primeira Conferência Estadual de Ensino Primário em Santa Catarina em 1927. *Anais*. Florianópolis, 1927. p. 519-520.

3. Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH)

3.1 Acervo Elpidio Barbosa

SANTA CATARINA. Departamento de Educação. *Reunião dos Inspectores Escolares e Diretores de Grupos Escolares*. [Dispõe sobre a nacionalização do ensino]. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Florianópolis, 1945.

4. Arquivo Nacional

Escola Particular de Badenfurt. 1866. Fotografias colonização de municípios de Santa Catarina. (Arquivo Nacional. BR RJANRIO O2.0.FOT.489). Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/index.html>. Acesso em: 12 dez. 2024.

BRASIL. Ofício reservado n. 4. Estado Maior do Exército. Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. [Dispõe sobre parecer referente a Campanha de Nacionalização]. Rio de Janeiro, 24 jan. 1938. p. 3. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2025.

BRASIL. Tribunal de Segurança Nacional. Série Apelação n. 175. Processo Crime n. 526 Paulo Vieira da Rosa e outros. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Delegacia da Ordem Política e Social. Florianópolis. 6 mai. 1938. (Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 526/1938. 227 fls. 6 maio 1938. BR_RJANRIO_C8.0.APL.175, v.1). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0175_v_01/br_rjanrio_c8_0_apl_0175_v_01_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. Tribunal de Segurança Nacional. Série Apelação n. 175. Processo Crime n. 526 Paulo Vieira da Rosa e outros. Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Delegacia da Ordem Política e Social. Florianópolis. 28 mai. 1938. (Arquivo Nacional. Fundo Tribunal de Segurança Nacional. Processo n. 526/1938. 345 fls. 28 maio 1938. BR_RJANRIO_C8.0.APL.175, v.2). Disponível em: http://imagem.sian.an.gov.br/acervo/derivadas/br_rjanrio_c8/0/apl/0175_v_02/br_rjanrio_c8_0_apl_0175_v_02_d0001de0001.pdf. Acesso em: 20 abr. 2021.

5 Acervo Escolar

ALMEIDA, Alírio Luiz de. Termo de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 6 nov. 1947. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

SILVA, Altamir. Termo de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 11 mar. 1959. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

SILVA, Altamir. Termo de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 13 abr. 1959. p. 22. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

TERMO de Visita. *Livro de exames e visita do inspetor escolar aberto em 1947*. 8 abr. 1961. p. 26-26v. Acervo Escolar da Escola Básica Estadual Hercílio Deeke.

6 Referências Eletrônicas

ATOS do Chefe do Governo. Reformas, Autorizações, Naturalizações, Exoneração, nas Pastas da Justiça, Educação, Agricultura, Exterior, Viação – Outros Decretos. *Diário Carioca*, ano XIV, n. 4138, 11 dez. 1941. Rio de Janeiro. p. 7. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

DESORDEM e agitação sem ambiente. *Diário da Tarde*, ano X, n. 2927, 25 mai. 1945. Florianópolis, p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br>. Acesso em: 8 mar. 2025.

EXEMPLO de ocupação de Testo Rega – Colônia Blumenau. Blog de Angelina Wittmann, 2017. Disponível em: <https://angelinawittmann.blogspot.com/2017/02/colonia-blumenau-tatutiba.html>. Acesso em: 23 jun. 2024.

IGREJA da Graça – Comunidade Ilse. Conhecer o local, encontrar pessoas e contribuir com sua manutenção participando da pastelada. Blog de Angelina Wittmann, 2022. Disponível em: <https://angelinawittmann.blogspot.com/2022/02/igreja-da-graca-comunidade-de-ilse.html>. Acesso em 19 set. 2025.

QUEIROZ, Rachel de. Olhos Azuis. *O Cruzeiro*, n. 19, 19 mar. 1949. Rio de Janeiro. p.114. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-o-cruzeiro/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

LIMA, Medeiros. Blumenau: uma cidade faz cem anos. *O Cruzeiro*, n. 40, 22 jul. 1950. Rio de Janeiro, p. 6. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-o-cruzeiro/>. Acesso em: 15 fev. 2025.

SAN THIAGO, Arnaldo Claro. Relatório do Primeiro Congresso de História de Santa Catarina. *Revista da Sociedade Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, t. LV. compl. 1947-1948 a 1949. p. 105-106. 1958. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/68124>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SEÇÃO. Escreve o Leitor. Olhos Azuis. *O Cruzeiro*, n. 27, 23 abr. 1949. Rio de Janeiro. p. 4. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-da-bn-o-cruzeiro/>. Acesso em: 15 fev. 2025.



ATESTADO DE VERSÃO FINAL

Eu, ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES, vinculado ao curso de DOUTORADO EM HISTÓRIA, declaro que esta é a versão final de minha TESE intitulada: **“ESCOLAS PÚBLICAS E PROJETOS POLÍTICOS DE BLUMENAU: ENTRE ESCOMBROS, ESPERANÇAS E FUTUROS (1945-1964)”** sob orientação do(a) professor(a) CRISTIANI BERETA DA SILVA.

FLORIANÓPOLIS, 26 de SETEMBRO de 2025.

Documento assinado digitalmente
 ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES
 Data: 26/09/2025 10:46:11-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

[ANNE CAROLINE PEIXER ABREU NEVES]

Documento assinado digitalmente
 CRISTIANI BERETA DA SILVA
 Data: 26/09/2025 11:05:58-0300
 Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

[CRISTIANI BERETA DA SILVA]